

### 22.1.1 Provisões trabalhistas

Valor provisionado (perda provável)	31.12.2021	31.12.2020
Funcionários próprios	50.678	53.044
Funcionários terceirizados	41.980	46.028
<b>TOTAL</b>	<b>92.658</b>	<b>99.072</b>

A provisão para os riscos trabalhistas é feita com base na avaliação dos respectivos advogados patronos, avaliando o risco de perda no decorrer do processo. O valor de provisão referente a empregados próprios oscila em razão do vínculo direto com a Companhia e seus consequentes direitos. No que se refere aos terceirizados, o risco envolve em sua maioria a responsabilidade subsidiária, o que significa que a Companhia só arcará com o pagamento no caso da ausência deste por parte da real empregadora, a empresa terceirizada.

### 22.1.2 Provisões cíveis

Valor provisionado (perda provável)	31.12.2021	31.12.2020
Ações Cíveis <sup>(a)</sup>	142.054	169.681
Juizado Especial Cível <sup>(b)</sup>	28.558	27.031
Plano Cruzado <sup>(c)</sup>	8.646	11.812
<b>TOTAL</b>	<b>179.258</b>	<b>208.524</b>

- (a) A provisão para as Ações Cíveis engloba processos quantificáveis, nos quais a Companhia e suas controladas são réis, e que possuem prognóstico de perda provável na avaliação dos respectivos advogados patronos. Grande parte das causas é relacionada a pleitos de danos materiais e morais pela postura ostensiva da empresa no combate às irregularidades na rede, além de questionamentos de valores pagos por consumidores. Dentre os valores provisionados destaca-se a ação indenizatória proposta pela Companhia Siderúrgica Nacional ("CSN") no último trimestre de 1995, onde a CSN ajuizou a ação 0129629-98.1995.8.19.0001 pleiteando, indenização por danos eventualmente sofridos e lucros cessantes, em razão de oscilações e interrupções no fornecimento de energia elétrica. A ação encontra-se em fase de liquidação de sentença onde a CSN pleiteia o valor atualizado de R\$649.6811, valor este impugnado pela Light, em razão de diversos fundamentos, com destaque para (i) o fato da produção da CSN à época ter sido considerada 24 horas por dia 365 dias por ano, não considerando a ociosidade reconhecida do setor; (ii) a CSN não comprovar nos autos os lucros cessantes; (iii) o perito, designado no processo, utilizar premissas de lucro bruto em vez de lucro líquido. A Light contratou parecer de jurista renomado para elucidar seus pontos. Em janeiro de 2021, o laudo pericial contábil foi homologado, tendo a Companhia recorrido de tal decisão. Atualmente, aguarda-se o julgamento de tal recurso, de modo que entende que a exposição do risco provável para a controlada Light SESA em 31 de dezembro de 2021 é de R\$90.588 (R\$84.697 em 31 de dezembro de 2020).
- (b) As ações de Juizado Especial Cível referem-se, em grande parte, a discussões quanto a relações de consumo, tais como cobrança indevida, corte indevido, corte por inadimplência, problemas na rede, irregularidades diversas, reclamação de conta, reclamação de medidor e problemas na transferência de titularidade. Há um limite de 40 salários mínimos para as causas em trâmite perante o Juizado Especial Cível. O provisionamento é feito a partir da separação dos sete principais motivos ofensores para a Companhia, que representam aproximadamente 94,6% da quantidade total de processos provisionados.



- (c) São ações movidas contra a controlada Light SESA relativas ao aumento da tarifa de energia elétrica aprovado pelas Portarias n.º 38, de 27 de fevereiro de 1986 e n.º 45, de 04 de março de 1986, publicadas pelo extinto DNAEE - Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, que contrariavam o Decreto-lei n.º 2.283/86 (decreto do Plano Cruzado), o qual previa que todos os preços ficariam congelados. Os autores dessas ações buscam a restituição dos valores supostamente pagos a maior nas faturas de energia elétrica quando da majoração das tarifas da controlada Light SESA no período em que houve o congelamento dos preços.

### 22.1.3 Provisões fiscais

Valor provisionado (perda provável)	31.12.2021	31.12.2020
ICMS - Créditos homologados <sup>(a)</sup>	46.232	46.232
ICMS - Ativo fixo <sup>(b)</sup>	-	92.179
Outros	30.242	33.601
<b>TOTAL</b>	<b>76.474</b>	<b>172.012</b>

- (a) A controlada Light SESA provisionou o montante de R\$46.232, relativo a parte do valor autuado em processo por meio do qual o Estado do Rio de Janeiro pretende cobrar ICMS decorrente da utilização supostamente indevida de créditos do imposto, adquiridos pela Light SESA de terceiros, e que haviam sido previamente homologados pela Secretaria Estadual de Fazenda. O débito atualmente é de R\$630.330 (R\$614.338 em 31 de dezembro de 2020). Após reavaliação, os assessores jurídicos internos e externos classificaram o valor de R\$42.029, relativo ao principal (imposto), assim como o valor a ele proporcional, relativo aos honorários advocatícios da Procuradoria, no montante de R\$4.203, como sendo perda provável e, todo o restante do valor autuado, relativo a juros, correção monetária e honorários advocatícios proporcionais, como perda remota. O processo administrativo encerrou-se em junho de 2015, com decisão desfavorável à controlada Light SESA, que por sua vez impetrou Mandado de Segurança com vistas a afastar a inscrição de parte do débito em Dívida Ativa do Estado relativa aos juros e correção monetária. A liminar foi deferida, mas posteriormente foi cassada por decisão proferida em sede de Agravo de Instrumento interposto pelo Estado do Rio de Janeiro. Foi ajuizada a Execução Fiscal, tendo a controlada Light SESA apresentado apólice de seguro garantia e, na sequência, foram opostos Embargos à Execução Fiscal. Foi proferida sentença nos autos dos Embargos à Execução Fiscal reconhecendo que devem ser expurgados os encargos moratórios (correção monetária e juros de mora) da Nota de Lançamento lavrada contra a controlada Light SESA. A sentença foi confirmada pelo Tribunal de Justiça e, no momento, aguarda-se o julgamento dos embargos de declaração opostos por ambas as partes.
- (b) Em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$92.179 se referia à Lei n.º 3.188/99, que, entre outras disposições, em seu artigo 2º, limitou o direito dos contribuintes do ICMS de utilizarem os créditos gerados na aquisição de bens destinados a integrar o ativo fixo. Em 30 de abril de 2021, a controlada Light SESA quitou integralmente o débito através da adesão ao programa de anistia fiscal do Estado do Rio de Janeiro, criado pela Lei Complementar n.º 189/2020, efetuando o pagamento do débito à vista, com a redução de juros e multa.



#### 22.1.4 Provisões regulatórias

Nesse tópico, a Companhia descreve as principais contingências regulatórias decorrentes de discussões administrativas com a ANEEL:

- A controlada Light SESA foi autuada pela ANEEL (Auto de Infração nº 01/2019-SFE/ANEEL) em decorrência de fiscalização ocorrida em setembro de 2017, relacionada à qualidade do atendimento comercial para a prestação de serviço adequado, conforme parâmetros estabelecidos na Resolução Normativa nº 414/2010. Foi aplicada multa no valor de R\$52.113, a qual foi reduzida para o montante de R\$47.242, por meio do despacho nº 2.909/2019. Atualmente, aguarda-se a decisão final da Diretoria Colegiada da ANEEL. O montante considerado como perda provável em 31 de dezembro de 2021 é de R\$47.114 (R\$45.118 em 31 de dezembro de 2020).
- A controlada Light SESA foi autuada pela ANEEL (Auto de Infração nº 026/2020-SFE/ANEEL) em decorrência de fiscalização ocorrida em fevereiro de 2020, relacionada aos indicadores de continuidade dos conjuntos de unidades consumidoras, estabelecidos no art. 1º da REA 6.236/2017 e em seu Contrato de Concessão. Foi aplicada multa no valor de R\$21.794, a qual foi reduzida para o montante de R\$16.659, por meio do ofício nº 306/2020 da SFE/ANEEL. Atualmente, aguarda-se decisão final da Diretoria Colegiada da ANEEL. O montante atualizado da provisão em 31 de dezembro de 2021 é de R\$5.345 (R\$5.120 em 31 de dezembro de 2020).

#### 22.2 Provisões de honorários de êxito

A Diretoria reavalia periodicamente os processos que possuem honorários de êxito previstos para os assessores jurídicos e, baseada na opinião de seus assessores legais, para o prognóstico de resolução dos processos, constitui provisão para os compromissos de honorários de êxito das causas com prognósticos de perdas possíveis, remotas e excepcionalmente prognóstico provável.

Segue abaixo quadro com a posição e a movimentação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Provisões para honorários de êxito	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Total
SALDO EM 31.12.2019	428	91.650	28.643	-	120.721
Adições	48	46.164	2.874	500	49.586
Atualizações	-	3.170	2.857	-	6.027
Baixas por pagamentos	(64)	(16.478)	(2.476)	-	(19.018)
Baixas por reversões	(29)	(39.573)	(1.008)	-	(40.610)
SALDO EM 31.12.2020	383	84.933	30.890	500	116.706
Adições	159	16.432	2.253	-	18.844
Atualizações	32	6.345	3.757	-	10.134
Baixas por pagamentos	(68)	(30.937)	(893)	(500)	(32.398)
Baixas por reversões	(78)	(4.729)	(8.283)	-	(13.090)
SALDO EM 31.12.2021	428	72.044	27.724	-	100.196



## 23. CONTINGÊNCIAS

As principais contingências com probabilidade de perda possível estão compostas da seguinte forma:

Consolidado	31.12.2021		31.12.2020	
	Saldo	Quantidade de processos <sup>(a)</sup>	Saldo	Quantidade de processos <sup>(a)</sup>
Cíveis	1.360.342	42.510	785.414	44.615
Trabalhistas	364.894	1.273	300.529	1.171
Fiscais	8.740.113	840	8.258.185	775
<b>TOTAL</b>	<b>10.465.349</b>	<b>44.623</b>	<b>9.344.128</b>	<b>46.561</b>

<sup>(a)</sup> Não auditado pelos auditores independentes

### 23.1 Cíveis

A Controlada Light SESA possui diversas ações judiciais de natureza cível que têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) irregularidades decorrentes de perdas comerciais (não técnicas); (ii) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (iii) acidentes envolvendo a sua rede de eletricidade e/ou a prestação do serviço; (iv) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de falta momentânea de energia: A controlada Light SESA figura como ré em ações cíveis discutindo a interrupção do serviço, quer seja motivada por caso fortuito ou de força maior, quer seja para fins de intervenção no sistema elétrico, entre outros motivos e, também, suspensão do serviço, quer seja por inadimplência, impedimento de acesso ou substituição do medidor, entre outros fatos ensejadores. Dentre essas ações, foi adicionado o montante de R\$564.093 com risco de perda possível em decorrência da ação indenizatória proposta pela CSN (0129629-98.1995.8.19.0001), cuja ação encontra-se em fase de liquidação de sentença; e (v) discussões que versam sobre os mais diversos temas, como funcionalidade dos medidores. Em 31 de dezembro de 2021, o montante total referente às ações é de R\$812.955 (R\$345.378 em 31 de dezembro de 2020).

A controlada Light SESA possui uma ação (0477418-58.2011.8.19.0001) que foi ajuizada pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 30 de setembro de 2011, pleiteando aproximadamente R\$100.000 a título de indenização pelos alegados prejuízos materiais (danos emergentes e lucros cessantes), incorridos em razão de sete interrupções no fornecimento de energia elétrica ocorridas nos anos de 2009 a 2011 na sua Unidade Consumidora de Volta Redonda. Atualmente a ação encontra-se em fase de perícia, com laudo, em linhas gerais, favorável aos interesses da Companhia, tendo o perito se manifestado sobre os pedidos adicionais e impugnação da CSN de forma favorável à controlada Light SESA. Em 31 de dezembro de 2021, a exposição do risco é de R\$111.104 (R\$94.600 em 31 de dezembro de 2020).

A controlada Light SESA também litiga em ação rescisória (0002731-81.2011.8.19.0000) movida pela CSN, em que se discute reajuste tarifário durante o congelamento de preços adotado pelo Plano Cruzado. O processo está aguardando julgamento de recurso da controlada Light SESA em trâmite no Superior Tribunal de Justiça. Em 31 de dezembro de 2021, a exposição do risco é de R\$317.169 (R\$269.436 em 31 de dezembro de 2020).



No último trimestre de 2020, a Light S.A e as controladas Light Energia e Lightcom foram citadas para responder Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (IDPJ), processo 0035516-77.2020.8.26.0100, interposto por FLF - Fundo de Liquidação Financeira, visando a desconsideração da personalidade jurídica da Renova Energia S.A. para atingir o Grupo Light e Grupo Cemig para honrar com a dívida contraída pelo Grupo Renova junto ao FLF. A Companhia e as controladas Light Energia e Lightcom apresentaram contestação e em 14 de junho de 2021, foi proferida decisão julgando o IDPJ improcedente em relação à CEMIG, Light S.A. e controlada Lightcom, uma vez que não são acionistas do Grupo Renova. O Fundo Autor do Incidente recorreu da decisão que excluiu CEMIG, Light S.A e a controlada Lightcom, mas a decisão foi mantida em dezembro de 2021. Nos autos do IDPJ, o Fundo foi intimado para responder a petição em que a Light Energia impugna os quesitos apresentados. Em 31 de dezembro de 2021, a exposição do risco é de R\$42.723.

### 23.2 Fiscais

- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - perdas comerciais – A controlada Light SESA possui quatro autuações fiscais cobrando IRPJ e CSLL em razão da não adição dos valores de perdas não técnicas ao seu resultado, para fins de apuração do lucro real, sendo que: (i) a primeira autuação foi julgada procedente em parte em decisão de 1ª instância administrativa e o CARF julgou improcedente, por voto de qualidade, o Recurso Voluntário da controlada Light SESA. No momento, aguarda-se o julgamento do recurso da controlada Light SESA; e (ii) as outras três autuações foram julgadas procedentes em decisão de 1ª instância administrativa e foram objeto de Recurso Voluntário;

A controlada Light SESA também possui três outras autuações cobrando PIS e COFINS pela não realização do estorno dos créditos destas contribuições referentes aos valores de perdas não técnicas, sendo que (i) uma das autuações foi julgada improcedente em decisão de 1ª instância administrativa e aguarda julgamento de recurso de ofício; (ii) as outras duas autuações, recebidas em outubro e novembro de 2020, respetivamente, foram julgadas procedentes em decisão de 1ª instância e foram objeto de Recurso Voluntário.

Em 31 de dezembro de 2021, o montante dessas discussões é de R\$5.316.345 (R\$5.142.166 em 31 de dezembro de 2020).



- ICMS perdas comerciais – A controlada Light SESA possui três autuações fiscais, duas ações Anulatórias, um Mandado de Segurança e uma Execução Fiscal que discutem a cobrança de ICMS, FECPE e multa por não recolher o referido tributo diferido em operações anteriores à distribuição de energia elétrica, em razão da ocorrência de perdas comerciais. No primeiro processo administrativo, após a apresentação de impugnação pela controlada Light SESA, a Junta de Revisão Fiscal converteu o julgamento em diligência. Em resposta à diligência, a Fiscalização retificou o Auto de Infração, tendo recalculado os percentuais de incorporação de perdas não técnicas na tarifa em base mensal, restando autuado apenas o ICMS devido pelas perdas não incorporadas à tarifa da distribuidora. Aguarda-se apreciação da Impugnação. A segunda autuação fiscal também aguarda julgamento da impugnação. A terceira autuação fiscal está com prazo em aberto para apresentação de impugnação. A controlada Light SESA obteve sentença favorável no mandado de segurança e nas duas ações anulatórias, que se encontram em fase de recurso. Em 31 de dezembro de 2021, o montante dessa discussão é de R\$952.562 (R\$761.579 em 31 de dezembro de 2020).
- ICMS sobre subvenções do programa federal denominado “Baixa Renda” - A controlada Light SESA possui três ações anulatórias, vinculadas às execuções fiscais, com o objetivo de discutir a incidência de ICMS sobre os valores pagos pela União Federal à controlada Light SESA a título de subvenção econômica, direcionada aos consumidores de energia da subclasse baixa renda. Atualmente, a controlada Light SESA não possui decisão de mérito favorável nessas ações anulatórias, sendo que, em uma ação aguarda-se o julgamento do seu Recurso de Apelação e na outra foi dado provimento ao Recurso de Apelação da controlada Light SESA para declarar a nulidade da autuação e em uma ação aguarda-se julgamento dos agravos apresentados pela controlada Light SESA em face das decisões que inadmitiram o Recurso Especial e o Recurso Extraordinário. Adicionalmente, a controlada Light SESA possui duas discussões administrativas. A primeira possui decisão desfavorável na esfera administrativa e aguarda-se a intimação da controlada Light SESA acerca do acórdão. A segunda autuação encontra-se aguardando julgamento da Impugnação. Em 31 de dezembro de 2021, o montante dessa discussão é de R\$367.190 (R\$314.212 em 31 de dezembro de 2020).
- IN 86 – A controlada Light SESA foi autuada para a cobrança de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória, relacionada à entrega dos arquivos eletrônicos, no formato previsto na IN nº 86/2001, referentes aos anos-calendário de 2003 a 2005. O Processo Administrativo encerrou-se em julho de 2015, com decisão desfavorável à controlada Light SESA, que impetrou Mandado de Segurança. Proferida sentença julgando procedente o pleito da controlada Light SESA, que foi mantida em sede de recurso de apelação da União. Aguarda-se julgamento dos embargos de declaração opostos pela União. Em 31 de dezembro de 2021, o montante dessa discussão é de R\$473.958 (R\$465.510 em 31 de dezembro de 2020).



- LIR/LOI - IRPJ/CSLL – A controlada Light SESA possuía Mandado de Segurança em que se discutia a forma de tributação dos lucros das subsidiárias LIR e LOI no exterior, mais especificamente defendia que o IRPJ e CSLL deveriam incidir apenas sobre os lucros e não sobre os resultados positivos de equivalência patrimonial. Para se valer dos benefícios do programa REFIS, a controlada Light SESA desistiu integralmente do Mandado de Segurança e alterou o procedimento para passar a tributar os resultados pelo método de equivalência patrimonial. O Fisco discordou de tal procedimento e autuou a controlada Light SESA quanto aos exercícios de 2004 a 2008, passando a exigir a tributação apenas sobre os lucros. Para o exercício de 2004, foi ajuizada Execução Fiscal, que aguarda o julgamento do recurso da controlada Light SESA. Para o exercício de 2005, houve o encerramento da esfera administrativa desfavoravelmente à controlada Light SESA, que impetrou Mandado de Segurança visando anular o acórdão proferido pelo CARF e obteve liminar para suspender a exigibilidade do débito. Já para os exercícios de 2006 a 2008, houve o encerramento favorável na esfera administrativa para a controlada Light SESA. Em abril de 2014, a controlada Light SESA foi autuada, com relação ao exercício de 2009, sobre a forma de tributação dos lucros das subsidiárias LIR e LOI no exterior. O processo aguarda o julgamento do seu recurso especial. Em 31 de dezembro de 2021, o montante dessa discussão é de R\$453.953 (R\$446.269 em 31 de dezembro de 2020).
- Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal do Estado do Rio de Janeiro (“FEEF”) – A controlada Light SESA foi autuada em razão da ausência de recolhimento, ao FEEF do ICMS correspondente a 10% dos benefícios fiscais destinados a terceiros, relativamente ao período de dezembro de 2016 a junho de 2017 e recebeu uma segunda autuação em relação ao período de julho de 2017 a julho de 2019. As duas autuações estão aguardando julgamento da impugnação. A tese está sendo discutida pela controlada Light SESA por meio de Mandado de Segurança. Em 31 de dezembro de 2021, o montante dessa discussão é de R\$119.337 (R\$45.637 em 31 de dezembro de 2020).
- Não homologação de compensações - CVA - (30 Processos Administrativos) - Não homologação pela Receita Federal de compensações realizadas pela controlada Light SESA com créditos advindos de pagamento indevido ou a maior de PIS e COFINS, notadamente em razão da alteração do momento da tributação do PIS e da COFINS sobre a CVA. Apresentadas manifestações de inconformidade ainda pendentes de julgamento. Em 31 de dezembro de 2021, o montante dessas discussões é de R\$281.150 (R\$273.687 em 31 de dezembro de 2020).
- Despachos decisórios (53 processos) – 52 despachos decisórios proferidos pela Receita Federal em face da controlada Light SESA e 1 despacho decisório em face da Light S.A. para negar homologação a diversos pedidos de compensação realizados pela controlada Light SESA, para a utilização de créditos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL à alegação de que tais créditos seriam devidos ou insuficientes para abarcar os débitos contra aos quais foram opostos. A controlada Light SESA e a controladora apresentaram manifestações de inconformidade em face aos aludidos Despachos Decisórios. Em dezembro de 2021, a controlada Light SESA obteve decisão favorável definitiva em um dos casos. Em 31 de dezembro de 2021, o montante dessas discussões é de R\$201.361 (R\$213.118 em 31 de dezembro de 2020).



- Não homologação de compensações – A controlada Light SESA discute judicialmente a cobrança de supostos débitos de PIS e COFINS, decorrentes da glosa de créditos de mesma natureza realizada pela Receita Federal em 22 Processos Administrativos, decorrentes de compensações realizadas referentes aos períodos de março e abril de 2005, janeiro, fevereiro, março, maio, junho, julho, agosto e setembro de 2006 e janeiro e fevereiro de 2007. A controlada Light SESA aguarda o julgamento dos Embargos à Execução apresentados. Em 31 de dezembro de 2021, o montante dessas discussões é de R\$59.966 (R\$58.979 em 31 de dezembro de 2020).
- TFGE - A referida taxa foi instituída pela Lei 7.184/15 do Estado do Rio de Janeiro. A controlada Light Energia impetrou Mandado de Segurança preventivo para não ter que recolher esta taxa. Em outubro de 2021, o processo transitou em julgado favoravelmente à Light Energia, não existindo, em 31 de dezembro de 2021, nenhum montante em discussão (R\$74.710 em 31 de dezembro de 2020).

### 23.3 Trabalhistas

Os principais pedidos objeto das ações trabalhistas envolvem as seguintes matérias: equiparação salarial, horas extras, acidente de trabalho, adicional de periculosidade, equiparação salarial e dano moral. Em 31 de dezembro de 2021, montantes envolvidos nestas discussões totalizam R\$189.269 (R\$149.583 em 31 de dezembro de 2020).

A controlada Light SESA também litiga na ação civil pública (0100742-05.2018.5.01.0081) onde o Ministério Público do Trabalho alega a existência de suposta restrição que impediria a contratação de ex-empregados terceirizados, desqualificados no passado, e por isso requer pagamento de danos morais, bem como, obrigação para que a controlada Light SESA se abstenha de praticar tal ato. O processo está aguardando realização de audiência. Em 31 de dezembro de 2021, o montante referente a essa discussão é de R\$52.366 (R\$52.366 em 31 de dezembro de 2020).





## 24. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

---

As empresas do Grupo Light são patrocinadoras instituidoras da Fundação de Seguridade Social Braslight (Braslight), entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, cuja finalidade é garantir renda de aposentadoria aos empregados do Grupo Light vinculados à Fundação e de pensão aos seus dependentes. A Companhia possui planos do tipo benefício definido e do tipo benefício misto e do tipo contribuição definida.

### 24.1 Descrição dos planos

O Grupo é patrocinador atualmente de três planos de benefícios previdenciários administrados pela Braslight que são denominados A/B, C e D, implementados respectivamente em 1975, 1997 e 2010, tendo o Plano C recebido migração, na época de sua constituição, de 96% dos participantes ativos do Plano A/B.

Benefício definido (Plano A/B) - correspondem à diferença entre um percentual, variável de 80% a 100%, do maior valor entre a média dos últimos 12 e dos últimos 36 salários, atualizados para a data de início do benefício, e o valor do benefício concedido pelo INSS.

Contribuição variável (Plano C) - os benefícios programáveis, durante a fase de capitalização, são do tipo "contribuição definida", sem vinculação com o INSS, e os benefícios de risco (auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte de participante ativo, inválido e em auxílio-doença), bem como os de renda continuada, estes uma vez concedidos, são do tipo "benefício definido". As duas parcelas têm seus patrimônios apurados em quotas e tratadas em conjunto denominadas Plano C Novo.

Ao participante que migrou do Plano A/B para o Plano C foi concedido um benefício saldado de renda vitalícia, com reversão em pensão, proporcional ao tempo de contribuição à Braslight na ocasião de migração, contado de sua última inscrição na Fundação, diferido para recebimento após o mesmo ter completado um conjunto de condições de habilitação. Esta parcela é denominada Subplano de Benefício Definido Saldado do Plano C.

Contribuição definida (Plano D) - Neste plano, os benefícios programados são do tipo "contribuição definida" antes e após a sua concessão e os benefícios não programados são do tipo "benefício definido", antes da concessão, e de "contribuição definida" após a concessão.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi pago pela Companhia, referente à parcela do plano de contribuição definida, o montante de R\$5.268 (R\$4.529 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).



## 24.2 Avaliação atuarial

A Companhia e suas controladas contrataram atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, sendo a última efetuada para a data-base de 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconheceu na rubrica de outros resultados abrangentes o montante de R\$3.516 (reconhecido líquido de impostos no montante de R\$1.811) em decorrência da variação da taxa de desconto para o plano AB. Ademais, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reverteu esse montante por conta do valor justo total dos ativos dos planos serem superiores as obrigações em 31 de dezembro de 2021.

As informações atuariais consolidadas são conforme abaixo:

Consolidado	31.12.2021	31.12.2020
Valor presente das obrigações atuariais	(3.155.558)	(3.588.295)
Valor justo dos ativos do plano	3.162.012	3.624.693
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo	(6.454)	(41.725)
<b>PASSIVO LÍQUIDO</b>	<b>-</b>	<b>(5.327)</b>

As mudanças no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

Valor justo dos ativos do plano	Consolidado
SALDO EM 31.12.2019	3.603.165
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	237.338
Expurgo de saldo de empresa alienada	(4.295)
Ganhos atuariais nos ativos do plano	78.681
Contribuições da patrocinadora	384
Contribuições dos participantes	16
Benefícios pagos pelo plano/Companhia	(290.596)
SALDO EM 31.12.2020	3.624.693
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	225.114
Perdas atuariais nos ativos do plano	(401.902)
Contribuições da patrocinadora	353
Contribuições dos participantes	126
Benefícios pagos pelo plano/Companhia	(286.372)
SALDO EM 31.12.2021	3.162.012

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

Valor presente da obrigação	Consolidado
SALDO EM 31.12.2019	3.583.281
Custo do serviço corrente	(144)
Expurgo de saldo de empresa alienada	(4.272)
Juros sobre a obrigação atuarial	235.943
Contribuições de participantes	16
Ganhos atuariais reconhecidas	64.067
Benefícios pagos	(290.596)
SALDO EM 31.12.2020	3.588.295
Custo do serviço corrente	(467)
Juros sobre a obrigação atuarial	222.610
Contribuições de participantes	126
Perdas atuariais reconhecidas	(368.634)
Benefícios pagos	(286.372)
SALDO EM 31.12.2021	3.155.558



Os valores reconhecidos na demonstração do resultado, nos grupos de custos e despesas operacionais e resultado financeiro, são como segue:

Consolidado	31.12.2021	31.12.2020
Custo do serviço corrente	(467)	(144)
Juros sobre as obrigações atuariais	222.610	235.943
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	(225.114)	(237.338)
Ajuste de atualização de dívida Braslight	2.971	1.539
<b>CUSTO ESPERADO ESTIMADO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

A estimativa do atuário externo para a despesa a ser reconhecida para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2022 é como segue:

Consolidado	2022
Custo do serviço corrente	426
Juros sobre as obrigações atuariais	267.786
Rendimento esperado dos ativos do plano	(267.812)
<b>Estimativa de despesa em 2022</b>	<b>400</b>

As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

Consolidado	31.12.2021	31.12.2020
Renda fixa	83,58%	75,97%
Renda variável	11,64%	17,93%
Investimentos estruturados	1,00%	2,13%
Imóveis	2,29%	2,76%
Empréstimos e financiamentos	1,67%	1,38%
Outros realizáveis	0,05%	0,03%
Provisões contingências	-0,23%	-0,20%
	100,00%	100,00%

O resultado real sobre os ativos dos planos foi uma perda de R\$401.902 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (ganho de R\$78.681 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

A Braslight realiza periodicamente estudos de *Asset Liability Management* (ALM) dos planos de benefícios no intuito de reavaliar a estratégia de alocação dos investimentos frente às obrigações atuariais, com vistas a se proteger das alterações nos preços dos instrumentos financeiros, bem como evitar o descasamento dos fluxos de ativos e passivos, de forma que os recursos estejam disponíveis na data de pagamento dos benefícios e demais obrigações dos planos.



### 24.3 Premissas atuariais

Consolidado	31.12.2021	31.12.2020
Taxa de juros nominal (desconto) a valor presente do passivo atuarial	8,83% (A/B) e 8,92% (C)	6,18% (A/B) e 6,68% (C)
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	8,83% (A/B) e 8,92% (C)	6,18% (A/B) e 6,68% (C)
Taxa anual de inflação	3,40%	3,20%
Taxa de crescimento salarial nominal	5,99%	5,78%
Índice de reajuste nominal de benefícios concedidos de prestação continuada	3,40%	3,20%
Fator de capacidade	100,00%	100,00%
Taxa rotativa	Nula	Nula
Tábua geral de mortalidade <sup>(a)</sup>	AT - 83/ BR (A/B) e EMS 2010 (C)	AT - 83/ BR (A/B) e EMS 2010 (C)
Tábua de entrada em invalidez (planos A/B)	LIGHT - Fraca*1,20	LIGHT - Fraca*1,20
Tábua de entrada em invalidez (plano C salgado)	LIGHT - Fraca*1,20	LIGHT - Fraca*1,20
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 Masculina	AT-49 Masculina
Participantes ativos	1.082	1.159
Participantes aposentados e pensionistas	5.376	5.455

<sup>(a)</sup> Tábua sem agravamento

### 24.4 Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são a taxa de desconto e a tábua de mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido.

Abaixo estão demonstrados os efeitos na obrigação de benefício definido caso a taxa de desconto fosse 1,00% mais baixa e caso a tábua de mortalidade fosse alterada para a tábua seguinte mais restritiva:

Taxa de desconto nominal (a.a.)	Premissa laudo	Redução de taxa de desconto	Impacto na obrigação do plano
Plano A/B	8,83%	-1,00%	188.974
Plano C	8,92%	-1,00%	329.580

Tabua de mortalidade	Premissa laudo	Alteração de tábua	Impacto na obrigação do plano
Plano A/B	AT-83	AT-2000	28.852
Plano C	EMS 2010	EMS 2010 Segregada por sexo Desagravada em 2 anos	115.461



**25. OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO E ATIVO DE DIREITO DE USO**

Obrigações por arrendamento - Consolidado	31.12.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Terrenos e imóveis	725	926	1.651	1.200	1.446	2.646
Máquinas e equipamentos	556	1.516	2.072	644	1.403	2.047
Veículos	23.827	35.721	59.548	45.384	55.850	101.234
<b>TOTAL</b>	<b>25.108</b>	<b>38.163</b>	<b>63.271</b>	<b>47.228</b>	<b>58.699</b>	<b>105.927</b>

**25.1 Movimentação dos ativos de direito de uso e das obrigações por arrendamento**

Ativo de direito de uso - Consolidado	Terrenos e imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
SALDO EM 31.12.2019	3.161	1.214	72.346	76.721
Adições de arrendamentos	380	1.731	64.474	66.585
Remensurações	333	38	3.434	3.805
Depreciação	(1.377)	(971)	(37.920)	(40.268)
Baixa de arrendamentos	(7)	-	(5.119)	(5.126)
<b>SALDO EM 31.12.2020</b>	<b>2.490</b>	<b>2.012</b>	<b>97.215</b>	<b>101.717</b>
Adições de arrendamentos	68	720	4.202	4.990
Remensurações	174	5	-	179
Depreciação	(1.216)	(742)	(45.122)	(47.080)
<b>SALDO EM 31.12.2021</b>	<b>1.516</b>	<b>1.995</b>	<b>56.295</b>	<b>59.806</b>

Obrigações por arrendamento - Consolidado	Terrenos e imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
SALDO EM 31.12.2019	3.270	1.267	74.819	79.356
Adições de arrendamentos	380	1.731	64.474	66.585
Remensurações	333	38	3.434	3.805
Pagamento da parcela	(1.586)	(1.076)	(43.318)	(45.980)
Despesa de juros	256	87	6.944	7.287
Baixa de arrendamentos	(7)	-	(5.119)	(5.126)
<b>SALDO EM 31.12.2020</b>	<b>2.646</b>	<b>2.047</b>	<b>101.234</b>	<b>105.927</b>
Adições de arrendamentos	68	720	4.202	4.990
Remensurações	174	5	-	179
Pagamento da parcela	(1.424)	(883)	(51.531)	(53.838)
Despesa de juros	187	183	5.643	6.013
<b>SALDO EM 31.12.2021</b>	<b>1.651</b>	<b>2.072</b>	<b>59.548</b>	<b>63.271</b>



## 25.2 Cronograma de vencimento das obrigações por arrendamento

Obrigações por arrendamento	31.12.2021	31.12.2020
2021	-	47.228
2022	25.108	23.860
2023	21.556	19.732
2024	16.267	14.752
2025	340	355
<b>Total</b>	<b>63.271</b>	<b>105.927</b>

Para a realização da mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, a Companhia utilizou a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados. Essa vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro.

A Companhia apresenta abaixo os efeitos estimados considerando a inflação futura projetada:

Consolidado	Efeitos estimados
<b>ATIVO DE DIREITO DE USO</b>	
Conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16 (fluxo real)	59.806
Com efeito da Inflação (fluxo nominal)	63.747
<b>OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO</b>	
Conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16 (fluxo real)	63.271
Com efeito da Inflação (fluxo nominal)	67.211

## 26. ENCARGOS REGULATÓRIOS

Encargos regulatórios - consolidado	31.12.2021	31.12.2020
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	2.485	2.789
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	4.970	5.550
Programa de Eficiência Energética – PEE	178.521	179.467
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	84.353	86.676
Quota recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE <sup>(a)</sup>	42.732	-
Quota de reserva global de reversão – RGR	717	997
<b>TOTAL</b>	<b>313.778</b>	<b>275.479</b>

<sup>(a)</sup> Refere-se ao recolhimento devido pela controlada Light SESA referente a CDE Conta-Covid, homologada pela ANEEL através do Despacho nº 939 de 5 de abril de 2021



## 27. OUTROS DÉBITOS

Outros Débitos – consolidado	31.12.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Adiantamento de clientes	55.026	-	55.026	58.975	-	58.975
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos ('CFURH')	3.343	-	3.343	3.467	-	3.467
Taxa de iluminação pública	234.285	-	234.285	187.678	-	187.678
Reserva para reversão	7.770	31.081	38.851	-	46.622	46.622
Restituições consumidores	88.141	-	88.141	78.640	-	78.640
Honorários de sucumbência – Acordo com Furnas	-	-	-	36.459	-	36.459
Subvenção por redução voluntária do consumo (Nota 11)	169.215	-	169.215	-	-	-
Outros	14.154	9.026	23.180	18.481	3	18.484
<b>TOTAL</b>	<b>571.934</b>	<b>40.107</b>	<b>612.041</b>	<b>383.700</b>	<b>46.625</b>	<b>430.325</b>

## 28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; (iii) prestação serviços de operação e manutenção; (iv) contratos de serviços administrativos.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia são apresentados abaixo:

### 28.1 Ativos e receitas

Grupo do balanço, características do contrato e vínculo	Valor original	Período de vigência	Condições contratuais	Condições de rescisão ou término	Ativo		Receita	
					31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Cliente - Cobrança do encargo de uso de sistema de distribuição da controlada Light SESA com a CEMIG <sup>(b)</sup>	N/A <sup>(a)</sup>	A partir de nov/2003. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	-	90	-	1.821
Cliente - Cobrança do encargo de uso da rede básica da controlada Light Energia com a CEMIG <sup>(b)</sup>	N/A <sup>(a)</sup>	A partir de dez/2002	Preço praticado no mercado regulado	N/A	-	-	-	165
Cliente - Cobrança do encargo de uso da rede básica da controlada Light SESA com a Lightger	N/A <sup>(a)</sup>	A partir de dez/2010. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	-	-	473	387
Cliente - Cobrança referente a prestação de serviços da controlada Light Energia com a Lightger	4.325	dez/2012 a jun/2020	Termos e condições acordados entre as partes	N/A	-	-	-	403

<sup>(a)</sup> Os contratos de encargo de uso de sistema de distribuição e encargo de uso da rede básica são faturados de acordo com a demanda de energia circulada na rede.

<sup>(b)</sup> Como resultado do follow-on concluído em 22 de janeiro de 2021, a CEMIG deixou de ser parte relacionada da Companhia (vide Nota 28.2).



## 28.2 Passivos e despesas

Grupo do balanço, características do contrato e vínculo	Valor original	Período de vigência	Condições contratuais	Condições de rescisão ou término	Passivo		Despesa	
					31.12.2021	31.12.2020	2021	2020
Fornecedor - Compromisso de compra de energia elétrica da controlada Light SESA com a CEMIG <sup>(c)</sup>	275.238	jan/2010 a dez/2039	Preço praticado no mercado regulado	30% do saldo remanescente	-	2.873	-	(48.511)
Fornecedor - Compromisso com encargos de uso da rede básica da controlada Light SESA com a CEMIG <sup>(c)</sup>	N/A <sup>(a)</sup>	A partir de dez/2002. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	-	2.325	-	(21.716)
Fornecedor - Compromisso de compra de energia elétrica da controlada Light Energia com a Lightger	217.213	dez/2010 a jun/2028	Termos e condições acordados entre as partes	N/A	-	2.240	(28.301)	(23.218)
Outros débitos - Compromisso com serviços de consultoria da controlada Light SESA com a controlada em conjunto Axiom	N/A <sup>(b)</sup>	A partir de dez/2010. Vencimento indeterminado	IGP-M	N/A <sup>(b)</sup>	1.501	1.441	(15.550)	(14.389)
Plano Previdenciário - Compromisso da controlada Light SESA com a Fundação de Seguridade Social Braslight - Patrocinadora da fundação	N/A	A partir de dez/2020. Vencimento indeterminado	N/A	N/A	-	5.327	-	-

<sup>(a)</sup> Os contratos de encargo de uso de sistema de distribuição e encargo de uso da rede básica são faturados de acordo com a demanda de energia circulada na rede.

<sup>(b)</sup> O contrato de serviço é faturado de acordo com a necessidade de horas despendidas no serviço contratado.

<sup>(c)</sup> Como resultado do follow-on concluído em 22 de janeiro de 2021, a CEMIG deixou de ser parte relacionada da Companhia (vide Nota 28.2).

Conforme mencionado nas Notas 20 e 21 a Companhia é avalista dos empréstimos de suas controladas. Além disso, quando necessário, poderão existir mútuos entre a Companhia e suas controladas, contudo não foram realizadas transações desta natureza nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

## 28.3 Remuneração dos administradores

Os montantes apresentados a seguir referem-se à remuneração da Diretoria, do Conselho de Administração, e do Conselho Fiscal, reconhecidos pelo regime de competência, relativo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Remuneração dos Administradores	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Honorários e benefícios de curto prazo	2.741	1.362	17.269	11.453
Bônus	1.123	536	11.338	5.284
Encargos Sociais	678	274	4.749	2.300
Benefícios pós-emprego	58	34	645	433
Benefícios assistenciais	73	59	1.146	1.236
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	10	38	98	377
Remuneração baseada em ações	8.562	3.821	8.562	3.821
<b>TOTAL</b>	<b>13.245</b>	<b>6.124</b>	<b>43.807</b>	<b>24.904</b>

Adicionalmente, a Companhia possui um programa de remuneração baseado em ações destinado aos seus administradores e empregados, conforme descrito na Nota 30.





## 29. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 29.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Light S.A. está representado por 372.555.324 (trezentos e setenta e dois milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e vinte e quatro) (303.934.060 em 31 de dezembro de 2020) ações ordinárias escriturais e sem valor nominal, sendo o seu capital social de R\$5.473.247, sendo reduzido por gastos com emissão de ações no montante de R\$81.050 (R\$49.537 em 31 de dezembro de 2020), totalizando o montante de R\$5.392.197, conforme a seguir:

Acionistas	31.12.2021		31.12.2020	
	Quantidade de ações (unidades)	% Participação	Quantidade de ações (unidades)	% Participação
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	-	-	68.621.264	22,58
Samambaia Master Fundo de Investimento em Ações Investimento no Exterior - BDR Nível 1	74.548.846	20,01	53.266.310	17,53
Santander PB Fundo de Investimentos em Ações 1	37.863.402	10,16	-	-
Atmos Capital Gestão de Recursos Ltda. <sup>(a)</sup>	-	-	30.602.520	10,07
Verde Asset Management S.A.	18.661.100	5,01	17.095.597	5,62
Mercado ( <i>free float</i> )	241.481.976	64,82	134.348.369	44,20
<b>TOTAL</b>	<b>372.555.324</b>	<b>100,00</b>	<b>303.934.060</b>	<b>100,00</b>

<sup>(a)</sup> Em 31 de dezembro de 2021, a Atmos Capital Gestão de Recursos Ltda. possuía quantidade de ações inferior a 5%, o que consequentemente suspende a obrigatoriedade de divulgação de participação.

A Light S.A. está autorizada a aumentar o seu capital, mediante deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária, até o limite de 408.934.060 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

#### 29.1.1 Oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias ("Follow-on")

Em 22 de janeiro de 2021, encerrou-se a oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações") realizada em conformidade com os procedimentos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários

No âmbito da Oferta Pública, foram colocadas (i) 68.621.264 de novas ações de emissão da Companhia ("Oferta primária"), com o consequente aumento do capital social da Companhia no montante de R\$1.372.425, e (ii) 68.621.264 de ações de emissão da Companhia e de titularidade da CEMIG ("Oferta secundária"), ao preço por ação de R\$20,00.



## 29.2 Reservas

### 29.2.1 Reservas de capital

A Companhia oferece a seus administradores e a alguns colaboradores indicados pelo Conselho de Administração plano de opção de compra de ações da Companhia. As opções são precificadas pelo valor justo na data de concessão das outorgas, ajustadas a valor presente, e são reconhecidas de forma linear no resultado pelo prazo de concessão da opção em contrapartida ao patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$18.462 (R\$9.434 em 31 de dezembro de 2020) é decorrente de opções outorgadas referente ao plano de opções.

### 29.2.2 Reservas de lucro

#### Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória e foi constituída à base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até os limites estabelecidos por Lei.

#### Reserva de retenção de lucros

Constituída com o lucro líquido remanescente após as destinações com base em orçamento de capital aprovado pelo Conselho de Administração e pelas Assembleias Gerais Ordinárias.

#### Reserva especial

Conforme artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório não será obrigatório no exercício social em que a Diretoria informar à Assembleia geral ordinária ser o pagamento de dividendos incompatível com a situação financeira da Companhia.

Os lucros que deixarem de ser distribuídos serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que o permitir a situação financeira da companhia.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 28 de abril de 2020, foi aprovada a criação da reserva especial com o montante referente aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2019, no montante de R\$315.353.

## 29.3 Ajuste de avaliação patrimonial

São reconhecidos os efeitos do ajuste a valor justo do ativo imobilizado da controlada Light Energia registrado na data de transição da adoção da IFRS em 1º de janeiro de 2009, líquidos de efeitos de impostos diretos, a uma alíquota de 34%. À medida que os itens forem realizados, os valores registrados nessa conta serão transferidos para a conta de lucros ou prejuízos acumulados.



#### 29.4 Outros resultados abrangentes

São reconhecidos os ganhos ou perdas atuariais decorrentes de alterações de premissas atuariais, como tábua de mortalidade, taxa de desconto das obrigações e também pelas variações no rendimento dos investimentos dos planos de benefício pós-emprego categorizado como de benefícios definidos. Os montantes apresentados estão líquidos de impostos diretos, quando aplicável, a uma alíquota de 34%. As variações em outros resultados abrangentes relacionadas a ganhos ou perdas atuariais não são reclassificadas para o resultado em períodos subsequentes.

#### 29.5 Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Os dividendos propostos originalmente no encerramento de cada um dos exercícios foram calculados como se segue:

Cálculo dos dividendos propostos	2021	2020
Lucro líquido do exercício	397.945	691.922
Constituição de reserva legal (5%)	(19.897)	(34.596)
Base de cálculo dos dividendos	378.048	657.326
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(94.512)	(164.332)
Realização de ajuste avaliação patrimonial	15.325	15.633
Lucros retidos	298.861	508.627

Em 29 de abril de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios à conta do lucro líquido do exercício de 2020, no valor de R\$164.332 (R\$0,54 por ação) que foram pagos em 27 de julho de 2021.

#### 29.6 Resultado por ação

A tabela a seguir concilia o resultado líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, com os montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

Resultado por ação	2021	2020
Lucro líquido do exercício	397.945	691.922
Média ponderada do número de ações ordinárias (em unidades)	366.836.885	303.934.060
Lucro básico e diluído por ações ordinárias em reais	1,0848	2,2766

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 não existiam diferenças entre o resultado por ação básico e diluído, uma vez que a Companhia não possuía nenhum instrumento com potencial dilutivo.



### 30. PLANO DE PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

---

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 04 de julho de 2019, foi aprovado o plano de opção de compra de ações da Companhia, destinado aos administradores e empregados da Companhia e de suas controladas. O plano tem o objetivo de reforçar a retenção dos executivos, alinhar os interesses dos acionistas aos das pessoas elegíveis e criar valor para o negócio de forma sustentável e de longo prazo.

O número total de ações que poderão ser adquiridas ou subscritas no âmbito do plano de opção não excederá 2,1% das ações representativas do capital social total da Companhia (incluídas as ações a serem emitidas em decorrência do exercício de opções com base no plano de opção) na data de aprovação do plano de opção.

Uma vez exercida a opção pelos interessados, as referidas ações serão objeto de emissão através de aumento do capital da Companhia. As Opções se tornarão exercíveis na medida em que os respectivos beneficiários permanecerem vinculados como administrador ou empregado da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle, pelo período compreendido entre a data de outorga e um prazo a partir de um ano após a concessão, conforme segue:

- (a) 25% (vinte e cinco por cento) das Opções poderão ser exercidas, no todo ou em parte, após o 1º aniversário da data de outorga;
- (b) 25% (vinte e cinco por cento) das Opções poderão ser exercidas, no todo ou em parte, após o 2º aniversário da data de outorga;
- (c) 25% (vinte e cinco por cento) das Opções poderão ser exercidas, no todo ou em parte, após o 3º aniversário da data de outorga; e
- (d) 25% (vinte e cinco por cento) das Opções poderão ser exercidas, no todo ou em parte, após o 4º aniversário da data de outorga.

As Opções não exercidas após o 1º aniversário da data de outorga poderão ser exercidas nos períodos subseqüentes e assim sucessivamente para as Opções não exercidas após os demais aniversários até o prazo máximo de vigência das opções, que será de 5 (cinco) anos a partir da data de outorga.



### 30.1 Preço de exercício das opções

O preço de exercício das opções outorgadas nos termos do plano é de R\$20,54, correspondente à média da cotação das ações da Companhia na B3 S.A., ponderada pelo volume de negociação, nos sessenta pregões anteriores a criação do plano.

O preço de exercício será reduzido pelo valor dos dividendos, juros sobre o capital próprio e outros proventos distribuídos pela Companhia aos acionistas ou quaisquer outros valores por ação colocados à disposição dos acionistas pela Companhia, inclusive em função de redução de capital social sem o cancelamento de ações ou qualquer outra operação societária que implique alocação de recursos aos acionistas ou redução do valor da ações, sempre considerado o período compreendido entre a data de outorga e a data do exercício das opções.

### 30.2 Beneficiários

Durante o prazo de um ano contado da data de exercício das Opções, os beneficiários não poderão vender, ceder ou, de qualquer forma, alienar as ações da Companhia originalmente adquiridas ou inscritas ao amparo do Plano, bem como aquelas que venham a ser por eles adquiridas em virtude de bonificações, desdobramentos, subscrições ou qualquer outra forma de aquisição e direitos de subscrição de ações ou quaisquer outros valores mobiliários de emissão da Companhia conversíveis em ações ou que outorguem direito à subscrição de ações ("*Lock-Up*").

Até 31 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração outorgou 3.751.400 (três milhões, setecentos e cinquenta e um mil e quatrocentas) Opções aos beneficiários. Montante líquido das opções extintas por desligamento.

### 30.3 Impactos contábeis

As opções são reconhecidas pelo valor justo, a débito na demonstração do resultado, na rubrica de despesas de pessoal e a crédito no patrimônio líquido, na rubrica de reserva de capital. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi registrado o montante de R\$9.028 (R\$6.255 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).



**31. RECEITA LÍQUIDA**

Receita líquida - Consolidado	2021	2020
Fornecimento, suprimento, receita de uso da rede (Nota 31.1)	19.743.178	17.644.526
(-) Multa por violação de padrão de indicador de continuidade	(35.502)	(26.358)
(-) Bônus de redução voluntária do consumo	(169.215)	-
Mecanismo de venda excedente (MVE)	-	20.722
Arrendamentos, aluguéis e outras	78.495	89.522
Receita de construção	967.268	787.778
Renda de prestação de serviço	2.310	12.098
Subvenção CDE	457.289	256.139
Subvenção por redução voluntária do consumo	169.215	-
Serviço taxado	5.764	3.880
Valor justo do ativo financeiro da concessão (Nota 13)	574.231	242.872
Reconhecimento do acordo com Furnas	-	459.541
Receita não faturada - Aportes da CCRBT (Nota 12)	50.312	38.643
Ativos e passivos financeiros do setor (Nota 12)	1.450.927	712.846
<b>RECEITA BRUTA</b>	<b>23.294.272</b>	<b>20.242.209</b>
ICMS	(4.953.277)	(4.236.636)
PIS e COFINS	(1.648.973)	(1.426.974)
Outros	(4.260)	(4.921)
<b>IMPOSTOS SOBRE RECEITA</b>	<b>(6.606.510)</b>	<b>(5.668.531)</b>
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(1.550.272)	(1.303.788)
Reserva Global de Reversão – RGR	(10.284)	(12.865)
Empresa de Pesquisa Energética –EPE	(13.683)	(12.407)
Fundo Nacional de Desenvolvimento - FNDCT	(27.372)	(24.814)
Eficiência Energética – PEE	(64.312)	(46.948)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(27.372)	(24.814)
Outros encargos – PROINFA	(63.908)	(41.392)
Outros encargos	(32.639)	(33.182)
<b>IMPOSTOS SOBRE RECEITA</b>	<b>(1.789.842)</b>	<b>(1.500.210)</b>
<b>TOTAL DAS DEDUÇÕES</b>	<b>(8.396.352)</b>	<b>(7.168.741)</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>14.897.920</b>	<b>13.073.468</b>

**31.1 Fornecimento, suprimento de energia elétrica e receita de uso da rede**

Consolidado	N ° de clientes faturados <sup>(a)</sup> <sup>(b)</sup> <sup>(c)</sup>		GWh <sup>(a)</sup>		R\$	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Residencial	3.937.064	3.974.916	8.145	8.339	6.156.644	5.653.851
Industrial	8.600	9.152	413	477	312.815	292.155
Comércio, serviços e outras	315.770	320.887	4.205	4.587	3.273.361	2.960.811
Rural	9.815	8.816	45	54	9.648	10.000
Poder público	12.655	12.392	1.202	1.278	882.621	737.625
Iluminação pública	765	746	639	764	310.256	290.878
Serviço público	1.882	1.775	955	975	589.001	414.160
Consumo próprio	446	449	117	146	-	-
Receita de uso da rede	1.508	1.224	9.361	9.083	1.833.235	1.430.404
<b>FORNECIMENTO FATURADO</b>	<b>4.288.505</b>	<b>4.330.357</b>	<b>25.082</b>	<b>25.703</b>	<b>13.367.581</b>	<b>11.789.884</b>
ICMS	-	-	-	-	4.944.295	4.226.539
Fornecimento não faturado (líquido de ICMS)	-	-	-	-	(39.719)	131.827
<b>TOTAL FORNECIMENTO</b>	<b>4.288.505</b>	<b>4.330.357</b>	<b>25.082</b>	<b>25.703</b>	<b>18.272.157</b>	<b>16.148.250</b>
Comercialização de energia/outros	-	-	3.847	4.541	1.311.277	1.116.670
ICMS	-	-	-	-	8.982	10.097
Energia de curto prazo	-	-	902	337	150.762	369.509
<b>TOTAL SUPRIMENTO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.749</b>	<b>4.878</b>	<b>1.471.021</b>	<b>1.496.276</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4.288.505</b>	<b>4.330.357</b>	<b>29.831</b>	<b>30.581</b>	<b>19.743.178</b>	<b>17.644.526</b>

<sup>(a)</sup> Não auditado pelos auditores independentes

<sup>(b)</sup> Número de contas faturadas em dezembro, com e sem consumo

<sup>(c)</sup> Informações relativas a controlada Light SESA



## 32. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Custos e despesas – Consolidado	Custos com energia		Custos de operação		Despesas gerais e administrativas	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Pessoal e administradores	-	-	(269.029)	(292.102)	(152.307)	(132.415)
Materiais	-	-	(11.599)	(28.231)	(11.928)	(747)
Serviços de terceiros	-	-	(250.669)	(276.076)	(180.813)	(201.518)
Energia elétrica comprada para revenda (Nota 32.1)	(10.427.435)	(7.995.275)	-	-	-	-
Depreciação e amortização	-	-	(653.780)	(565.701)	(24.330)	(25.208)
Provisão esperada para crédito de liquidação duvidosa (PECLD)	-	-	-	-	(597.354)	(618.670)
Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, depósitos judiciais e PDV	-	-	-	-	(181.583)	(293.425)
Custo de construção	-	-	(967.268)	(787.778)	-	-
Multas financeiras de clientes e fornecedores	-	-	107.837	107.248	-	-
Outras despesas e custos operacionais	-	-	(5.015)	(40.273)	(41.708)	(19.521)
<b>TOTAL</b>	<b>(10.427.435)</b>	<b>(7.995.275)</b>	<b>(2.049.523)</b>	<b>(1.882.913)</b>	<b>(1.190.023)</b>	<b>(1.291.504)</b>

### 32.1 Energia elétrica comprada para revenda

Energia elétrica comprada para revenda - Consolidado	GWh <sup>(a)</sup>		R\$	
	2021	2020	2021	2020
Energia comprada para revenda				
Mercado de curto prazo CCEE	(2.694)	(2.337)	(1.405.937)	(633.126)
Itaipu – Binacional	4.523	4.617	(1.581.021)	(1.575.936)
UTE Norte Fluminense	6.351	6.368	(3.414.600)	(2.681.097)
Leilão de energia	9.910	12.313	(3.798.678)	(2.450.221)
Cotas de garantia física	5.938	6.211	(687.018)	(678.496)
Cota de nucleares	863	864	(198.718)	(239.857)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos uso da rede básica e ONS	-	-	(1.170.626)	(1.121.947)
Encargos de conexão - Transmissão	-	-	(96.416)	(72.700)
Encargos uso da rede distribuição - CUSD	-	-	(6.003)	(3.990)
Transporte de energia – Itaipu	-	-	(130.650)	(134.925)
PROINFA	407	436	(138.208)	(133.479)
Crédito de PIS/COFINS sobre compra	-	-	1.052.834	904.382
ICMS sobre compra	-	-	1.147.606	826.117
<b>TOTAL</b>	<b>25.298</b>	<b>28.472</b>	<b>(10.427.435)</b>	<b>(7.995.275)</b>

<sup>(a)</sup> Não auditado pelos auditores independentes



### 33. RESULTADO FINANCEIRO

Resultado financeiro - Consolidado	2021	2020
<b>RECEITA</b>		
Acréscimo moratório sobre venda de energia	55.489	83.585
Rendimento sobre equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	152.118	47.694
Operações de <i>swap</i>	59.548	887.405
Atualização de depósitos judiciais	7.613	4.519
Atualização de ativos e passivos financeiros do setor (Nota 12)	53.469	24.849
Atualização dos créditos de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo (Nota 9)	14.912	29.171
Outras receitas financeiras	39.260	19.445
<b>TOTAL DAS RECEITAS FINANCEIRAS</b>	<b>382.409</b>	<b>1.096.668</b>
<b>DESPESAS</b>		
Atualização monetária das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	(22.286)	(54.770)
Despesas com passivos tributários	(6.428)	(8.191)
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(698.410)	(543.360)
Variação cambial e monetária de empréstimos, financiamentos e debêntures	(743.095)	(773.636)
Variação cambial sobre faturas de energia	(17.097)	(35.279)
Atualização monetária sobre o GSF	(89.389)	(359.605)
PIS e COFINS sobre receita financeira	(17.299)	(11.250)
Outras despesas financeiras	(118.595)	(44.237)
<b>TOTAL DAS DESPESAS FINANCEIRAS</b>	<b>(1.712.599)</b>	<b>(1.830.328)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(1.330.190)</b>	<b>(733.660)</b>

### 34. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

#### 34.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

A Companhia mensura ao valor justo utilizando vários métodos que incluem abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.





O quadro abaixo apresenta os valores contábeis e valores justos dos principais ativos e passivos financeiros da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Controladora	Níveis	31.12.2021		31.12.2020	
		Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo
<b>ATIVOS FINANCEIROS (CIRCULANTE/NÃO CIRCULANTE)</b>					
<b>MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO</b>					
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos (Nota 6)	2	9	9	103	103
Serviços prestados a receber	2	1.474	1.474	829	829
Depósitos vinculados a litígios	2	878	878	684	684
Outros créditos	2	15.941	15.941	755	755
<b>MENSURADO A VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO</b>					
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações Financeiras de liquidez imediata (Nota 6)	2	-	-	7.642	7.642
Titulos e valores mobiliários (Nota 7)	2	62.647	62.647	70.781	70.781
<b>TOTAL</b>		<b>80.949</b>	<b>80.949</b>	<b>80.794</b>	<b>80.794</b>
<b>PASSIVO FINANCEIROS (CIRCULANTE)</b>					
<b>MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO</b>					
Fornecedores	2	358	358	136	136
Outros débitos	2	1.900	1.900	386	386
<b>TOTAL</b>		<b>2.258</b>	<b>2.258</b>	<b>522</b>	<b>522</b>

Consolidado	Níveis	31.12.2021		31.12.2020	
		Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo
<b>ATIVOS FINANCEIROS (CIRCULANTE/NÃO CIRCULANTE)</b>					
<b>MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO</b>					
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos (Nota 6)	2	53.528	53.528	38.562	38.562
Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes (Nota 8)	2	3.645.368	3.645.368	4.270.741	4.270.741
Serviços prestados a receber	2	17.316	17.316	45.017	45.017
Depósitos vinculados a litígios	2	221.572	221.572	242.132	242.132
Ativos financeiros do setor (Nota 12)	3	1.480.272	1.480.272	73.719	73.719
Outros créditos (Nota 11)	2	614.062	614.062	459.400	459.400
<b>MENSURADO A VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO</b>					
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações Financeiras de liquidez imediata (Nota 6)	2	343.249	343.249	614.638	614.638
Titulos e valores mobiliários (Nota 7)	2	3.208.196	3.208.196	2.436.476	2.436.476
Ativo financeiro da concessão (Nota 13)	3	6.821.988	6.821.988	5.197.313	5.197.313
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	2	190.409	190.409	1.116.503	1.116.503
<b>TOTAL</b>		<b>16.595.960</b>	<b>16.595.960</b>	<b>14.494.501</b>	<b>14.494.501</b>
<b>PASSIVO FINANCEIROS (CIRCULANTE/ NÃO CIRCULANTE)</b>					
<b>MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO</b>					
Fornecedores (Nota 18)	2	2.154.037	2.154.037	3.439.767	3.439.767
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	2	4.409.020	4.288.734	4.410.729	3.548.796
Debêntures (Nota 21)	2	6.735.306	6.435.889	5.273.240	5.359.474
Passivos financeiros do setor (Nota 12)	3	276.353	276.353	-	-
Obrigações por arrendamento mercantil (Nota 25)	2	63.271	63.271	105.927	105.927
Encargos regulatórios (Nota 26)	2	313.778	313.778	275.479	275.479
Outros débitos (Nota 27)	2	612.041	612.041	430.325	430.325
<b>MENSURADO A VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO</b>					
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	2	3.975	3.975	-	-
<b>TOTAL</b>		<b>14.567.781</b>	<b>14.148.078</b>	<b>13.935.467</b>	<b>13.159.768</b>



## 34.2 Gerenciamento de riscos e objetivos alcançados

### 34.2.1 Risco de mercado

No curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados a variações cambiais e taxas de juros. Segue abaixo o quadro com a abertura do principal da dívida por moeda e indexador (não inclui custos de captação e de emissão):

Moeda e indexador - Consolidado	31.12.2021		31.12.2020	
	R\$	%	R\$	%
USD	3.587.594	32,2	2.858.210	29,8
TOTAL - MOEDA ESTRANGEIRA	3.587.594	32,2	2.858.210	29,8
CDI	2.954.652	25,7	3.025.723	31,6
IPCA	4.617.877	42,0	3.597.490	37,6
TJLP	-	-	14.171	0,1
Outros	9.919	0,1	88.777	0,9
TOTAL - MOEDA NACIONAL	7.582.448	67,8	6.726.161	70,2
TOTAL	11.170.042	100,0	9.584.371	100,0

Para o montante da dívida em moeda estrangeira, foram contratados instrumentos de derivativos financeiros, na modalidade de *swap*, de acordo com a política para utilização de instrumentos derivativos aprovada pelo Conselho de Administração. Dessa forma, considerando os swaps, a exposição cambial da Companhia relacionada à dívida, em 31 de dezembro de 2021, é de 0,2% do total da dívida em moeda estrangeira (0,2% em 31 de dezembro de 2020).



### 34.2.2 Risco de taxa de câmbio

Para a parte dos empréstimos e financiamentos denominada em moeda estrangeira, a Companhia se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “*swap*”) para proteção do serviço associado a tais dívidas (principal mais juros e comissões) a vencer em até 24 meses. As captações realizadas através da Resolução BACEN 4.131 no contrato celebrado com o Citibank e a emissão dos *Bonds* no Mercado Internacional, já foram contratadas com *swap* para todo o prazo da dívida, devidamente pré-aprovadas pelo Conselho de Administração.

Segue abaixo o quadro com a composição das operações de derivativos existentes em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Instituição	Controlada	Moeda	Companhia recebe	Companhia paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nocial (R\$) 31.12.2021	Valor Nocial (US\$) 31.12.2021	Swap (accrual) (R\$) 31.12.2021	Swap valor justo (contábil) (R\$) 31.12.2021	Valor Justo x Accrual 31.12.2021
Citibank	Light SESA	US\$	US\$+Libor3M+1,18%	CDI+1,85%	31.12.2021	31.03.2025	223.220	40.000	(6.498)	(2.845)	3.653
Bradesco (Bond 2021)	Light SESA	US\$	US\$+4,3750 % a.a.	143,24% CDI	18.06.2021	18.06.2026	1.450.930	260.000	(137.337)	(84.877)	52.460
Santander (Bond 2021)	Light SESA	US\$	US\$+4,3750 % a.a.	143,24% CDI	18.06.2021	18.06.2026	279.025	50.000	(26.411)	(16.322)	10.089
M. Stanley (Bond 2021)	Light SESA	US\$	US\$+4,3750 % a.a.	144,40% CDI	18.06.2021	18.06.2026	279.025	50.000	(26.401)	(15.212)	11.189
XP (Bond 2021)	Light SESA	US\$	US\$+4,3750 % a.a.	143,65% CDI	18.06.2021	18.06.2026	223.220	40.000	(21.126)	(12.744)	8.382
Itaú (Bond 2021)	Light Energia	US\$	US\$+4,3750 % a.a.	146,10% do CDI	18.06.2021	18.06.2026	558.050	100.000	(52.772)	(27.166)	25.606
Citi (Bond 2021)	Light Energia	US\$	US\$+4,3750 % a.a.	144,10% do CDI	18.06.2021	18.06.2026	279.025	50.000	(26.403)	(17.075)	9.328
Santander (Bond 2021)	Light Energia	US\$	US\$+4,3750 % a.a.	145,49% do CDI	18.06.2021	18.06.2026	279.025	50.000	(26.391)	(14.168)	12.223
<b>TOTAL</b>							<b>3.571.520</b>	<b>640.000</b>	<b>(323.339)</b>	<b>(190.409)</b>	<b>132.930</b>

Instituição	Controlada	Moeda	Light Recebe	Light Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nocial (R\$) 31.12.2020	Valor Nocial (US\$) 31.12.2020	Swap (accrual) (R\$) 31.12.2020	Swap valor justo (contábil) (R\$) 31.12.2020	Valor Justo x Accrual 31.12.2020
Citibank	Light SESA	US\$	US\$+Libor3M+1,02%	CDI+1,50%	05.09.2019	08.09.2021	415.736	80.000	(81.552)	(78.204)	3.348
Bradesco (Bond)	Light SESA	US\$	US\$+7,25 % a.a.	143,10% CDI	03.05.2018	03.05.2023	519.670	100.000	(104.400)	(236.151)	(131.751)
Bradesco (Bond)	Light SESA	US\$	US\$+7,25 % a.a.	142,48% CDI	03.05.2018	03.05.2023	831.472	160.000	(347.999)	(378.199)	(30.200)
Santander (Bond)	Light SESA	US\$	US\$+1,27940 % a.a.	18,62% CDI	03.05.2018	03.05.2023	86.433	16.632	(2.256)	(25.750)	(23.494)
Citibank	Light Energia	US\$	US\$+Libor3M+0,91%	CDI+1,30%	05.09.2019	08.09.2021	415.736	80.000	(81.566)	(78.290)	3.276
Itaú (Bond)	Light Energia	US\$	US\$+7,25 % a.a.	143,10% CDI	03.05.2018	03.05.2023	519.670	100.000	(175.959)	(236.151)	(60.192)
BBM (Bond)	Light Energia	US\$	US\$+7,25 % a.a.	142,75% CDI	03.05.2018	03.05.2023	155.901	30.000	(52.789)	(70.883)	(18.094)
Santander (Bond)	Light Energia	US\$	US\$+1,27940 % a.a.	18,62% CDI	03.05.2018	03.05.2023	43.216	8.316	(1.128)	(12.875)	(11.747)
<b>TOTAL</b>							<b>2.987.834</b>	<b>574.948</b>	<b>(847.649)</b>	<b>(1.116.503)</b>	<b>(268.854)</b>

O valor contabilizado encontra-se mensurado pelo seu valor justo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020. Todas as operações com instrumentos financeiros derivativos encontram-se registradas em câmaras de liquidação e custódia e não existe nenhuma margem depositada em garantia. As operações não possuem custo inicial.

A diferença entre o valor na curva (*accrual*) e o valor a mercado se dá pela distinta metodologia de cálculo, pois enquanto o saldo de *swap* na curva é calculado pelo valor do principal mais juros e câmbio atualizados até 31 de dezembro de 2021, o saldo do *swap* a mercado é calculado considerando a curva futura dos indicadores descontada pelo cupom cambial.



Em atendimento às práticas contábeis brasileiras e ao IFRS, o valor dos instrumentos de derivativos é registrado a valor justo, que se aproxima aos valores de mercado.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de câmbio, demonstrando os possíveis impactos no resultado financeiro da Companhia. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos saldos patrimoniais estivesse em aberto durante todo o período.

A metodologia utilizada para o “cenário provável” considerou a melhor estimativa da taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2022. Vale lembrar que, por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida em 31 de dezembro de 2021. É importante salientar que o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia, bem como o comportamento dos saldos de dívida e derivativos respeitará seus respectivos contratos.

Análise de sensibilidade da taxa de câmbio, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções da B3 e BNDES em 31 de dezembro de 2021.

Operação	Controlada	Risco	Dívida - US\$ Mil	R\$		
				Cenário provável (I)	Cenário (II) + 25%	Cenário (III) + 50%
<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>				(383.305)	(1.378.121)	(2.372.942)
TN - <i>Par Bond</i>	Light SESA	US\$	39.422	(23.450)	(84.311)	(145.173)
TN - <i>Caução - Par Bond</i>	Light SESA	US\$	(37.256)	22.161	79.678	137.194
TN - <i>Discount Bond</i>	Light SESA	US\$	27.230	(16.198)	(58.236)	(100.275)
TN - <i>Caução - Discount Bond</i>	Light SESA	US\$	(25.940)	15.430	55.478	95.525
4131 Citibank 2021	Light SESA	US\$	40.002	(23.795)	(85.550)	(147.306)
<i>Bonds (2021)</i>	Light SESA	US\$	400.632	(238.312)	(856.821)	(1.475.331)
<i>Bonds (2021)</i>	Light Energia	US\$	200.292	(119.141)	(428.359)	(737.576)
<b>DERIVATIVOS</b>				381.247	1.370.731	2.360.213
<i>Swaps de moeda (ponta ativa)</i>	Light SESA	US\$	(440.633)	262.106	942.372	1.622.637
<i>Swaps de moeda (ponta ativa)</i>	Light Energia	US\$	(600.924)	119.141	428.359	737.576
<b>TOTAL</b>				(2.058)	(7.390)	(12.729)
Referência para Ativos e Passivos Financeiros					+25%	+50%
Cotação R\$/US\$ (em 31.12.2022)				6,18	7,72	9,26



### 34.2.3 Risco de taxa de juros

Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros não só sobre a despesa financeira associada aos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia, como também sobre as receitas financeiras oriundas de suas aplicações financeiras. A política para utilização de derivativos aprovada pelo Conselho de Administração não compreende a contratação de instrumentos contra esse risco. No entanto, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de forma a avaliar a eventual necessidade de contratar derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas, sendo que, para estes casos, é solicitada aprovação prévia ao Conselho de Administração.

Segue quadro abaixo com a posição das operações de swap de juros vigentes em 31 de dezembro de 2021:

Instituição	Controlada	Companhia recebe	Companhia paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nocial (R\$) 31.12.2021	Swap (accrual) (R\$) 31.12.2021	Swap valor justo (contábil) (R\$) 31.12.2021	Valor Justo x Accrual 31.12.2021
Itaú	Light Energia	IPCA + 4,85% a.a.	CDI + 1,20%	11.08.2021	17.07.2028	314.719	(11.371)	2.385	13.756
Bradesco	Light Energia	IPCA + 4,85% a.a.	CDI + 1,20%	11.08.2021	17.07.2028	209.813	(7.581)	1.590	9.171
<b>TOTAL</b>						<b>524.532</b>	<b>(18.952)</b>	<b>3.975</b>	<b>22.927</b>

O swap de juros contratado com os bancos Itaú e Bradesco na controlada Light Energia está associado ao vencimento da 7ª Emissão de debentures.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de juros, demonstrando os possíveis impactos no resultado antes dos impostos. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos saldos patrimoniais estivesse em aberto durante todo o período.

A metodologia utilizada para o “cenário provável” considerou a melhor estimativa da taxa de juros em 31 de dezembro de 2022. Vale lembrar que por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida e das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2021. É importante salientar que o comportamento dos saldos de dívida e derivativos respeitará seus respectivos contratos, bem como o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia.



Análise de sensibilidade das taxas de juros, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções da B3 e BNDES em 31 de dezembro de 2021.

Operação	Controlada	R\$		
		Cenário provável (I)	Cenário (II) + 25%	Cenário (III) + 50%
<b>ATIVOS FINANCEIROS</b>		270.852	163.262	55.673
Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários <sup>(a)</sup>		270.852	163.262	55.673
<b>PASSIVOS FINANCEIROS POR RISCOS</b>		638	(158.394)	(317.427)
Libor6M	Light SESA	(1.299)	(1.752)	(2.206)
Libor3M	Light SESA	(1.969)	(2.578)	(3.187)
CDI	Light SESA	(231.191)	(323.027)	(414.862)
IPCA	Light SESA	210.281	152.334	94.387
CDI	Light Energia	(2.005)	(2.801)	(3.598)
IPCA	Light Energia	26.821	19.430	12.039
<b>DERIVATIVOS</b>		(381.492)	(533.031)	(684.569)
Swaps de moedas (ponta passiva) <sup>(a)</sup>		(342.616)	(478.712)	(614.808)
Swaps de taxa (ponta passiva)	Light Energia	(38.876)	(54.319)	(69.761)
<b>TOTAL</b>		<b>(110.002)</b>	<b>(528.163)</b>	<b>(946.323)</b>
Referência para Ativos Financeiros			-25%	-50%
CDI (em 31.12.2022)		11,84%	8,88%	5,92%
Referência para Passivos financeiros			+25%	+50%
CDI (% em 31.12.2022)		11,84%	14,81%	17,77%
IPCA (% em 31.12.2022)		5,28%	6,59%	7,91%
Libor3M (% em 31.12.2022)		1,08%	1,35%	1,62%
Libor6M (% em 31.12.2022)		1,18%	1,48%	1,78%

<sup>(a)</sup> Inclui as controladas do grupo Light

#### 34.2.4 Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência dos seus consumidores ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia utiliza de todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de clientes inadimplentes em empresas de proteção ao crédito e cobrança judicial. O risco de crédito das contas a receber encontra-se pulverizado considerando a base de clientes da Companhia. Uma análise de redução ao valor recuperável é efetuada a cada data de reporte usando uma matriz de provisão para avaliar as perdas de crédito esperadas. A exposição máxima ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2021 é o valor contábil de cada classe de ativos financeiros divulgada na Nota 8. O Grupo não possui ou mantém ativos que tenham sido dados em garantia por terceiros.

No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. A Companhia possui uma política de não manter a carteira concentrada em uma determinada instituição financeira. Desta forma, a política tem como princípio controlar a concentração da carteira através de limites impostos aos Grupos e acompanhar as instituições financeiras através do seu patrimônio líquido e de seus *ratings*.

Por meio de sua política a Companhia poderá aplicar os recursos em produtos de renda fixa, pós-fixados indexados ao CDI e Títulos públicos pós-fixados.



### 34.2.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os recursos captados são apresentadas nas Notas 20 e 21.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial, do mercado financeiro e de empresas ligadas, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do acompanhamento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros e de seus limites de indicadores financeiros e cláusulas restritivas (*covenants*).

As notas de crédito (*rating*) atribuídas à Companhia pelas agências de classificação de risco são como seguem:

Ratings	Nacional	Internacional	Data de publicação
Fitch	AA-	BB-	21.01.2022
S&P	AA+	-	27.07.2021
Moody's	AA-.br	Ba3	23.02.2022

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, acarretar perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa no curto prazo, que são recuperáveis dentro do arcabouço regulatório vigente, e pode impactar em aumentos tarifários futuros. Com a cobrança das bandeiras tarifárias, a Companhia diminui, em parte, uma maior exposição da variação do custo de compra de energia, reduzindo assim, o risco de liquidez.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais, as quais incluem juros futuros, quando aplicáveis, até a data dos vencimentos contratuais, são apresentadas conforme quadro abaixo:

Instrumentos a taxas de juros:	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Pós Fixadas</b>					
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	(124.749)	(2.355.985)	(9.224.285)	(1.362.814)	(13.067.833)
<b>Pré-Fixadas</b>					
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	(5.912)	(19.399)	(391.967)	-	(417.278)
Fornecedores	(2.154.037)	-	-	-	(2.154.037)
Swap	4.643	13.930	(205.007)	-	(186.434)
<b>TOTAL</b>	<b>(2.280.055)</b>	<b>(2.361.454)</b>	<b>(9.821.259)</b>	<b>(1.362.814)</b>	<b>(15.825.582)</b>



#### 34.2.6 Risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia

A venda ou compra de energia no mercado de curto prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da controlada Light SESA é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica. O limite regulatório para o repasse integral aos consumidores da exposição ao MCP, valorada pela diferença entre o preço médio de compra de energia da distribuidora e o preço de liquidação de diferenças (PLD) é 105% da energia requerida regulatória da distribuidora. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também, podem ser repassadas integralmente aos consumidores.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

#### 34.2.7 Riscos socioambientais

Os riscos socioambientais estão relacionados aos aspectos ambientais, à segurança da força de trabalho e da população, às questões relacionadas aos empregados, aos fornecedores e aos impactos na sociedade como um todo. Nesse sentido, a Companhia atua de forma contínua para promover a melhoria da sua gestão ambiental e social, de forma a mitigar esses riscos, por meio de diversos compromissos:

- (i) Atender à legislação ambiental vigente e aos padrões de qualidade ambiental por meio do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), baseado na ISO 14001, que avalia e monitora os aspectos e impactos do parque operacional da Companhia, mitigando o risco de multas, embargos de empreendimentos, acidentes, ações judiciais e danos à imagem da Light;
- (ii) Nas usinas e nas estruturas associadas ao parque gerador de energia da Companhia, além da certificação na ISO 14001, atender às normas ISO 9001, de qualidade, e ISO 45001, de gestão de saúde e segurança ocupacional, formando um Sistema de Gestão Integrado (SGI);
- (iii) Investir na promoção da saúde e na prevenção de acidentes, aplicando recursos na melhoria de processos e procedimentos, capacitando e sensibilizando a força de trabalho, em paralelo a campanhas de comunicação relacionadas aos riscos da rede elétrica para a população e à importância da adoção de medidas pessoais de segurança;





- (iv) Oferecer benefícios para os empregados da Companhia que englobam planos de previdência privada, pela Braslight, assistência médica e odontológica extensivas a dependentes, auxílio alimentação e/ou refeição, auxílio natalino, auxílio-creche, complementação de auxílio doença, auxílio psicopedagógico para dependentes de empregados com necessidade de tratamentos neuropsíquicos, assistência social e psicológica, seguro de vida, auxílio funeral e bolsas de estudo de ensino médio técnico para empregados e dependentes;
- (v) Estreitar o relacionamento com as comunidades da área de concessão, por meio do Programa Comunidades, fortalecendo o vínculo empresa/cliente e regularizando o fornecimento de energia e arrecadação nessas áreas, além de incentivar o cadastramento de moradores na Tarifa Social; e
- (vi) Garantir o alinhamento dos fornecedores com as diretrizes de direitos humanos, práticas trabalhistas e redução de impactos socioambientais que são adotadas pela Companhia, estabelecendo critérios para a seleção e gestão desses fornecedores contemplando o cumprimento do Acordo de Responsabilidade Social e do Código de Ética e Conduta Empresarial da Companhia.

No que se refere à nossa cadeia de valor, para garantir que os fornecedores da Companhia estejam alinhados com as diretrizes relacionadas aos direitos humanos, práticas trabalhistas e redução de impactos na sociedade, inclusive ambientais, adotadas pela Companhia, são estabelecidos critérios de seleção e gestão de fornecedores, que contemplam o cumprimento do estabelecido no Acordo de Responsabilidade Social e no Código de Ética e Conduta Empresarial da Companhia.



#### 34.2.8 Riscos de continuidade da concessão

A Companhia e suas controladas conduzem suas atividades de geração e distribuição de energia elétrica de acordo com contratos de concessão e a legislação do setor elétrico, incluindo todas as resoluções emitidas pela ANEEL.

O quinto aditivo ao contrato de concessão da controlada Light SESA, celebrado em março de 2017 possui cláusulas que condicionam a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da controlada Light SESA, de novos critérios de eficiência com relação à qualidade da prestação do serviço e à sustentabilidade econômico-financeira da referida companhia.

Os critérios de eficiência com relação (i) à qualidade do serviço prestado são mensurados por indicadores que consideram a frequência e a duração média das interrupções do serviço de distribuição de energia, e os limites globais anuais definidos no referido aditivo; e (ii) à gestão econômica e financeira são mensurados por indicadores que consideram o nível de endividamento da companhia e limites os quais estão definidos no referido termo aditivo.

O inadimplemento do critério de qualidade da prestação do serviço será verificado nos casos em que houver o não atendimento dos indicadores por:

- (a) dois anos consecutivos no período entre 2018 e 2021 para o indicador de qualidade do serviço prestado;
- (b) dois anos consecutivos no período entre 2018 e 2019 para o indicador de gestão econômico-financeira;
- (c) especificamente no ano de 2022 para o indicador de qualidade do serviço prestado;
- (d) especificamente no ano de 2020 para o indicador de gestão econômico-financeira;
- (e) por dois anos consecutivos a partir de 2021 para o indicador de gestão econômico-financeira; ou
- (f) por três anos consecutivos a partir de 2023 para o indicador de qualidade do serviço prestado.

O descumprimento em função dos itens (a), (b), (c) e (d) acima, implica na instauração de processo administrativo para extinção da concessão, enquanto o descumprimento em função dos itens (e) e (f), acarreta a abertura de processo de caducidade, no qual se procederá com a apuração da inadimplência da concessionária.

Para o exercício findos em 2018, 2019 e 2020, a controlada Light SESA atendeu aos indicadores de qualidade do serviço prestado e de sustentabilidade econômico-financeira.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a controlada Light SESA atendeu aos indicadores de qualidade do serviço prestado e de sustentabilidade econômico-financeira, mas aguarda a homologação da ANEEL.



### 34.3 Gestão do capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A dívida líquida consolidada do Grupo em relação ao seu patrimônio líquido é apresentada a seguir:

Consolidado	31.12.2021	31.12.2020
Dívida de financiamentos, empréstimos e debêntures	11.144.326	9.683.969
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	(186.434)	(1.116.503)
Dívida bruta	10.957.892	8.567.466
(-) Caixa e equivalentes de caixa e TVM	3.604.973	3.089.676
Dívida líquida (A)	7.352.919	5.477.790
Patrimônio líquido (B)	8.733.101	7.076.212
Percentual de capital de terceiros - % (A÷ (B+A))	46%	44%

### 35. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo Light possuía seguros com cobertura abrangendo seus principais ativos, dentre os quais podemos citar:

Seguro de riscos operacionais - cobre os danos causados às Usinas Hidroelétricas e Termoelétricas, incluindo, mas não limitada a todo seu maquinário, turbinas a vapor, turbinas a gás, geradores, caldeiras, transformadores, canais, túneis, barragens, vertedouros, obras civis, escritórios e depósitos. Todos os ativos estão segurados na modalidade de Riscos Operacionais, com cobertura "All Risks", incluindo-se linhas de transmissão e distribuição até 1.000 pés do local de geração.

Seguro de responsabilidade civil de administradores e diretores (D&O) - tem por objetivo proteger os Executivos por perdas e danos resultantes do exercício das suas funções inerentes ao cargo ou posição como Conselheiros, Diretores e Administradores da Sociedade.

Seguro de responsabilidade civil e geral - objetiva o pagamento de indenização caso a Companhia venha a ser responsabilizada civilmente por meio de sentença transitada em julgado ou acordo autorizado pela seguradora, relativas a reparações por danos materiais e corporais involuntários, causados a terceiros e também aqueles relacionados à poluição, contaminação, vazamentos súbitos e ou acidentais.



A composição dos principais seguros considerada pela Diretoria é resumida conforme a seguir:

Riscos	Data de vigência		Importância assegurada	Limite máximo de garantia (LMG)
	De	Até		
Directors & Officers (D&O)	10.08.2021	10.08.2022	N/A	100.000
Responsabilidade civil e geral <sup>(a)</sup>	31.10.2021	02.01.2022	N/A	20.000
Riscos operacionais <sup>(a)</sup>				
Light SESA	31.10.2021	02.01.2022	3.887.044	300.000
Light Energia e Lajes Energia	31.10.2021	02.01.2022	5.863.433	300.000

<sup>(a)</sup> Os seguros foram renovados com vigência atual de 02.01.2022 até 02.01.2023, sem qualquer alteração na importância assegurada e LMG.

Os seguros da Companhia não fazem parte do escopo de auditoria dos nossos auditores independentes.

### 36. COMPROMISSOS CONTRATUAIS

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas possuem os seguintes compromissos contratuais relevantes não reconhecidos nas demonstrações contábeis:

#### 36.1 Contratos de venda de energia elétrica gerada

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía compromissos de venda de energia, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Ano	Energia convencional contratada (R\$ mil) <sup>(a)</sup>	Energia incentivada contratada (R\$ mil) <sup>(a)</sup>
2022	825.707	64.554
2023	855.630	46.574
2024	878.744	48.087
2025	631.536	49.530
2026	650.483	51.016
2027	669.997	52.547

<sup>(a)</sup> Não auditado pelos auditores independentes

#### 36.2 Contratos de compra de energia elétrica

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía compromissos de compra de energia, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Ano	Total de contratos em R\$ <sup>(a)</sup>
2022	7.403
2023	8.046
2024	7.508
2025	5.757
2026	5.426

<sup>(a)</sup> Não auditado pelos auditores independentes



### 37. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA

---

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia e suas controladas realizaram atividades de investimento e financiamento que não envolveram caixa, conforme demonstrado abaixo:

Consolidado	2021	2020
Aquisição de ativo intangível em contrapartida a fornecedor	35.119	11.450
Repactuação do GSF na Light Energia - Lei 14.052/2020	-	433.829

### 38. EVENTOS SUBSEQUENTES

---

#### Reajuste tarifário 2022

Em 15 de março de 2022, foi aprovado pela ANEEL o processo de reajuste das tarifas da controlada Light SESA. O resultado, homologado através da Resolução Homologatória nº 3.014/2022, representa um reajuste tarifário médio para o consumidor de 14,68%, e engloba todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural e outras). O índice de reajuste é constituído de dois componentes: (i) estrutural, que passa a integrar a tarifa, de 13,32%, compreendido pelos custos não gerenciáveis (Parcela A) e gerenciáveis (Parcela B); e (ii) componente financeiro negativo que somam 1,34%, aplicado exclusivamente aos próximos 12 meses, onde foi considerado a devolução dos valores oriundos de créditos tributários referentes ao trânsito em julgado da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS no montante de R\$1.050.000. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 15 de março de 2022.



**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Firmino Ferreira Sampaio Neto
Ana Amelia Campos Toni
Yuiti Matsuo Lopes
Abel Alves Rochinha
Helio Paulo Ferraz
Wilson Martins Poit
Carlos Vinicius de Sá Roriz
Lavinia Rocha de Hollanda
Vanessa Claro Lopes

**CONSELHO FISCAL**

EFETIVOS	SUPLENTES
Luiz Paulo de Amorim	Natalia Carneiro de Figueiredo
Sergio Xavier Fortes	(Vago)
Ary Waddington	Marcelo Souza Monteiro

**DIRETORIA EXECUTIVA**

Raimundo Nonato Alencar de Castro - Diretor Presidente
Gisomar Francisco de Bittencourt Marinho - Diretor e Diretor de Relações com Investidores
Déborah Meirelles Rosa Brasil - Diretora
Daniel Campos Negreiros - Diretor
Alessandra Genu Dutra Amaral - Diretora
Carla Ferreira Medrado - Diretora
Thiago Freire Guth - Diretor

**SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLADORIA**

Eduardo Fonseca Coelho	Simone da Silva Cerutti de Azevedo
Superintendente de Controladoria	Contadora - Gerente de Contabilidade
CPF 978 351 536-53	CPF 094.894.347-52
	CRC-RJ 103826/O-9





Centro Empresarial PB 370  
Praia de Botafogo, 370  
8º ao 10º andar - Botafogo  
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil  
Tel: +55 21 3263-7000  
ey.com.br

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da  
**Light S.A.**  
Rio de Janeiro - RJ

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Light S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



## **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

## **Reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada**

As receitas das controladas da Companhia são oriundas, principalmente, do fornecimento de energia, sendo reconhecidas quando do consumo da energia pelo consumidor, conforme regime de competência, independente do seu faturamento, uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de leitura que em alguns casos se sucedem ao período de encerramento contábil. O saldo de contas a receber derivado do fornecimento não faturado totaliza R\$ 635.102 mil em 31 de dezembro de 2021 e está divulgado na nota explicativa 8 às demonstrações financeiras.

O cálculo da receita não faturada foi considerado um assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades atreladas ao processo de estimativa, o qual leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos por parte da diretoria acerca da estimativa de consumo por parte dos consumidores, a fim de garantir que a receita seja contabilizada na competência correta.





### **Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do ambiente de controles internos implementados pela Companhia para o cálculo da receita não faturada; (ii) a compreensão e documentação do processo de estimativa, determinação e revisão das premissas por parte da diretoria; (iii) testes sobre a integridade e precisão dos dados de consumo de energia e correspondentes tarifas aprovadas pelo órgão regulador utilizados na realização dos cálculos da estimativa de receita não faturada; (iv) recálculo destas receitas; e (v) análise de lançamentos manuais e eletrônicos que poderiam se sobrepor aos controles internos para o fluxo das transações de reconhecimento da receita não faturada.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as receitas não faturadas, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que as políticas de mensuração e reconhecimento das receitas não faturadas adotadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### **Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis**

Conforme divulgado na nota explicativa 23, a Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos administrativos e judiciais oriundos de diversas contingências fiscais, trabalhistas e cíveis, cujo valor agregado totaliza R\$ 10.465.349 mil em 31 de dezembro de 2021, para os quais nenhuma provisão foi constituída considerando que a sua probabilidade de perda foi avaliada como possível. Desse montante, R\$ 8.740.113 mil se referem a ações de natureza fiscal. Nessa avaliação, a diretoria da Companhia conta com a assistência de assessores jurídicos externos.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos nos processos, bem como pela complexidade dos assuntos e do ambiente tributário no Brasil.

### **Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, realização de reuniões periódicas com a administração e revisão das atas do Conselho de Administração para discutir a evolução dos principais processos judiciais em aberto. Também obtivemos cartas de confirmação diretamente dos assessores jurídicos externos da Companhia e suas controladas, a fim de comparar suas avaliações acerca das causas em aberto com as posições consideradas pela diretoria.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que a mensuração das causas classificadas como possível, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 23 são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.





### **Realização de créditos fiscais diferidos**

Conforme divulgado na nota explicativa 10, as controladas da Companhia possuem valores relevantes de créditos fiscais diferidos referentes a prejuízos fiscais, base negativas e diferenças temporárias.

Esse assunto foi considerado um assunto significativo para a nossa auditoria devido ao grau de julgamento envolvido no processo referente à estimativa de realização dos créditos de prejuízos fiscais, uma vez que é necessário que a diretoria realize projeções, com premissas subjetivas, e que as controladas da Companhia possuam lucros tributários futuros para a realização de tais créditos.

### **Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros: (i) entendimento do ambiente de controles internos implementados pela Companhia para o reconhecimento e o acompanhamento dos créditos fiscais diferidos; (ii) utilização de especialistas em tributos para nos auxiliar na revisão da apuração dos impostos; e (iii) a revisão das principais premissas e metodologia utilizadas pela diretoria nas projeções de lucros tributários futuros para fins de recuperabilidade dos créditos fiscais diferidos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que a realização dos créditos fiscais diferidos, bem como as respectivas divulgações na nota explicativa 10 são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.





## **Outros assuntos**

### *Demonstrações do valor adicionado*

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.





## **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.





Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2022.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6

Gláucio Dutra da Silva  
Contador CRC-1RJ090174/O-4



**Rio de Janeiro, 24 de março de 2022.**

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., referenciadas no Relatório dos Auditores Independentes.

Raimundo Nonato Alencar de Castro  
Diretor Presidente

Gisomar Francisco de Bittencourt Marinho  
Diretor e Diretor de Relações com Investidores

Déborah Meirelles Rosa Brasil  
Diretora

Daniel Campos Negreiros  
Diretor

Alessandra Genu Dutra Amaral  
Diretora

Carla Ferreira Medrado  
Diretora

Thiago Freire Guth  
Diretor



## Anexo I

### Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário da Light S.A. (“Companhia” ou “Light”)

Ao longo do exercício de 2021, o Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia (“CAUDIT” ou “Comitê”), realizou reuniões ordinárias, conforme previstas no calendário anual de reuniões, aprovado pelo Conselho de Administração, e extraordinárias para análise dos assuntos de sua competência, em conformidade com o previsto no Estatuto Social da Companhia e no Regimento Interno do CAUDIT.

As reuniões contaram com a participação dos representantes dos auditores independentes (Ernst Young – “EY”), dos profissionais da Light responsáveis pela área de auditoria interna, riscos e compliance, bem como de membros da Diretoria, sem prejuízo da presença de outros profissionais da Companhia, quando necessário, para a análise de temas específicos.

No exercício de suas atribuições, destacam-se as seguintes atividades desempenhadas:

1. Monitoramento da qualidade e integridade das Informações Trimestrais de Resultados (“ITR”) e das Demonstrações Financeiras Padronizadas (“DFP”), previamente à sua publicação;
2. Avaliação da qualidade e integridade dos relatórios financeiros, de controles internos fornecidos pela Companhia;
3. Acompanhamento da auditoria externa realizada pela EY quanto aos trabalhos relacionados às demonstrações contábeis e relatórios financeiros e recomendações por ela emitidas;
4. Exame e acompanhamento do Plano Anual de Auditoria Externa e o Plano Anual de Auditoria Interna;
5. Monitoramento dos programas de integridade / conformidade (*compliance*) e sua adequação à complexidade e aos riscos envolvidos nas atividades da Companhia;
6. A avaliação da efetividade das auditorias independente e interna;
8. Supervisão das atividades da área de controles internos, incluindo o monitoramento da qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos da Companhia e de suas controladas, apresentando recomendações de aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos, quando considerados necessários;
9. Supervisão das atividades da auditoria interna da Companhia e de suas controladas, incluindo o monitoramento da efetividade e da suficiência da estrutura, bem como a qualidade e integridade dos processos de auditoria interna e independente, apresentando propostas ao Conselho de Administração e à Diretoria de ações necessárias para aperfeiçoá-las;
11. Assessoramento ao Conselho de Administração na definição dos padrões de qualidade dos relatórios financeiros e dos controles internos; e
12. A análise prévia dos assuntos submetidos para deliberação do Conselho de Administração pertinentes ao Comitê, emitindo recomendações para auxílio aos conselheiros na tomada de decisão.

*Anexo I da ata da Reunião do Comitê de Auditoria de 21 de março de 2022*





No entendimento do Comitê, a forma e as ações adotadas pela Companhia para monitorar os sistemas de controles internos e gestão de riscos, em seus aspectos relevantes, estão em processo de evolução satisfatória.

Com base nos exames e nas informações fornecidas pela EY, o Comitê avaliou que houve objetividade e independência nos trabalhos dos Auditores Independentes, e não identificou situações que pudessem afetá-las. Avalia como satisfatória as estruturas da Auditoria Interna da Companhia, assim como a qualidade de seu corpo técnico e gerencial e os resultados do seu trabalho.

Conforme informado pela área responsável pela auditoria interna, riscos e compliance, as denúncias de descumprimento de normas têm o adequado tratamento de controle, avaliação e correção.

Este Comitê declara não ter ciência de qualquer denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração da Companhia que representem a existência ou evidência de fraudes, falhas ou erros que, pela sua materialidade, coloquem em risco a continuidade da Companhia ou a credibilidade e confiabilidade de suas demonstrações financeiras.

Considerando os sistemas de controles internos existentes, a abrangência e a eficácia dos trabalhos realizados pelos Auditores Independentes, assim como seu respectivo parecer, este Comitê de Auditoria, por unanimidade, entende que as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 (“Demonstrações Financeiras de 2021”) apresentam adequadamente a posição financeira e patrimonial da Light em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil, às normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), à legislação societária brasileira e às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, razão pela qual recomenda: o encaminhamento das Demonstrações Financeiras de 2021 para a análise do Conselho de Administração e consequente submissão à deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2022.

Vanessa Claro Lopes (Coordenadora do Comitê de Auditoria Estatutário)

Hélio Paulo Ferraz

Lavinia Rocha de Hollanda

*Anexo I da ata da Reunião do Comitê de Auditoria de 21 de março de 2022*



### **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da LIGHT S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no artigo 163, da Lei nº 6.404/76, examinou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras, a proposta de Destinação dos Resultados e o Orçamento de Capital, todos relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 da Companhia. Nossos exames das demonstrações citadas no parágrafo anterior foram complementados, ainda, por análise de documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal pelos Auditores Independentes e pela Administração da Companhia. Desta forma, considerando, ainda, o parecer dos Auditores Independentes EY, o Conselho Fiscal, por unanimidade, opina favoravelmente no sentido de que os referidos documentos estão em condições satisfatórias para serem apresentados à deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2022.

Conselheiros Fiscais: Ary Waddington, Sergio Xavier Fortes e Luiz Paulo de Amorim



## LIGHT S.A.

- ✓ **Relatório da Administração**
- ✓ **Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022**
- ✓ **Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras**
- ✓ **Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e Relatório dos Auditores Independentes**
- ✓ **Relatório anual resumido do Comitê de Auditoria**
- ✓ **Parecer do Conselho Fiscal**



### **Mensagem da Administração**

Assumi, em agosto de 2022, a liderança da Light, uma empresa essencial para o setor elétrico brasileiro, com um histórico centenário de contribuições para o desenvolvimento do país, mas que também enfrenta enormes desafios.

Minha chegada ocorreu nesse momento especialmente desafiador, em que as dificuldades estruturais históricas da área de concessão da Light SESA, por conta das particularidades do Rio de Janeiro, foram agravadas por questões macroeconômicas, tendo sido constatada a necessidade de buscar uma readequação da estrutura de capital da companhia.

O consumo faturado de energia do Rio de Janeiro em 2022 permaneceu em níveis inferiores ao pré-Covid. Quando observamos a trajetória de longo-prazo, constatamos que o consumo faturado de baixa tensão da Light em 2022 foi 12,5% menor que em 2013. Ao mesmo tempo, as perdas não técnicas – aquelas relacionadas ao furto de energia – e a inadimplência continuam sua gradual trajetória de crescimento. E as taxas de juros no Brasil voltaram para um patamar muito alto; a expectativa é que permaneçam nesse patamar.

Nesse cenário, o desequilíbrio que já existia na estrutura de capital da Light SESA se agravou ainda mais. A Companhia vem trabalhando na busca de alternativas que garantam a sustentabilidade dos nossos negócios no longo prazo. Com esse trabalho visamos, antes de tudo, a continuidade, qualidade e expansão do nosso serviço na nossa área de concessão, além de endereçar de maneira equilibrada os interesses de todos os *stakeholders*.

Essas alternativas passam pela renovação da concessão da Light SESA, que vence em 2026. Nosso objetivo é antecipar esse processo. Nós iniciamos discussões com a Aneel e o Ministério de Minas e Energia em busca da renovação antecipada em bases que garantam a sustentabilidade da concessão e do nosso negócio. A renovação precisa levar em consideração as particularidades do Rio de Janeiro, especialmente em relação às perdas não técnicas em áreas de severa restrição operacional e a altíssima reincidência no furto de energia e inadimplência em áreas convencionais.

A Light tem hoje uma diretoria renovada e com a expertise necessária para superar esses desafios, comprometida com o *turnaround* da companhia no curto prazo e a retomada do nosso protagonismo histórico no longo prazo.

Enquanto levamos adiante essas negociações para a renovação da concessão, reiteramos o nosso compromisso com nossos clientes, nossas obrigações regulatórias e a manutenção da boa qualidade dos serviços prestados pela Light.

A Light SESA é a 2ª melhor distribuidora do país em FECi e a 4ª melhor no DECI, dentre aquelas com mais de 1 milhão de clientes.

A readequação da nossa estrutura de capital da Light SESA e a renovação do seu contrato de concessão em bases sustentáveis são essenciais para garantir a qualidade, continuidade e expansão do nosso serviço de Distribuição na nossa área de concessão.

Na Light Energia, que agrupa nossos ativos de geração, continuamos a fornecer energia renovável de forma sustentável e lucrativa. Além disso, exercemos papéis fundamentais no fornecimento de água limpa e potável para a maior parte da Grande Rio de Janeiro e de municípios da Baixada Fluminense; e no suporte à maior reserva privada de Mata Atlântica do nosso Estado.





Nos últimos meses, intensificamos o processo de reestruturação interna da Light, com o objetivo de torná-la mais eficiente. Aceleramos a modernização da companhia com a atualização de processos e sistemas, desburocratização, busca de eficiência e excelência operacional. Somos hoje uma empresa eficiente na gestão de despesas e na alocação de recursos.

Engajamos um corpo de lideranças altamente qualificado e comprometido com a recuperação do protagonismo histórico da Light.

Concentramos nossos investimentos naqueles estritamente necessários para a sustentabilidade do nosso serviço até a renovação da concessão, de forma a maximizar o fluxo de caixa nos próximos 36 meses, período que será crucial para o Grupo. Tudo isso, obviamente, sem afetar a qualidade e segurança dos nossos serviços.

As mudanças estruturais que promovemos em 2022 também visam preparar o Grupo para as profundas mudanças em andamento no setor elétrico.

Para a transformação digital da Companhia, procuramos otimizar nossa evolução tecnológica com investimentos constantes que assegurem uma experiência de qualidade aos nossos 4,3 milhões de clientes cariocas e fluminenses. Com isso, obtivemos um salto de inovação no uso de canais digitais.

Agradeço a todos - colaboradores, parceiros de negócios, credores, acionistas e investidores - que se uniram em torno da transformação da Light em 2022. E ao esforço que está sendo feito para fazer surgir uma companhia leve, ágil, inovadora e eficiente e com alta capacidade de atender às expectativas de nossos clientes.

**Octavio Pereira Lopes**  
CEO

Conforme descrito na seção 1.1 das Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Administração avaliou e concluiu que, apesar das incertezas ali descritas, a Companhia possui condições de dar continuidade a suas operações para os próximos 12 meses.

Adicionalmente, a Administração da Companhia perseguirá e envidará os melhores esforços nas diversas estratégias mencionadas na seção 1.1 das DFs de 2022. Porém, não há garantia de que a Companhia terá êxito nas estratégias, visto que parte relevante dos elementos das estratégias não está sob o controle da Administração da Companhia, existindo, portanto, uma incerteza sobre seu sucesso. Os eventos e condições, anteriormente mencionados, individual ou coletivamente, indicam, no julgamento da Administração da Companhia, a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Light e da Light SESA, controlada da Companhia.

### **Perfil Corporativo**

A Light está presente em 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro abrangendo uma região com cerca de 11 milhões de pessoas e encerrou 2022 com aproximadamente 4,3 milhões de clientes. Com sede na cidade do Rio de Janeiro, o Grupo Light é constituído pela *holding*, Light S.A., por suas controladas diretas - Light Serviços de Eletricidade S.A. (distribuição de





energia), Light Energia S.A. (geração de energia), Lightcom Comercializadora de Energia S.A. (comercialização de energia), Light Conecta Ltda. (geração de energia e serviços), Light Soluções em Eletricidade Ltda. (serviços) e Instituto Light (institucional) – e por controladas em conjunto: Amazônia Energia Participações S.A. (participação na UHE Belo Monte) e Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. (serviços de TI).

## **Distribuição de Energia**

### **Reajuste Tarifário**

Em 15 de março de 2022, a Aneel aprovou o resultado da Revisão Tarifária Periódica de 2022 da Light SESA.

Como resultado da Revisão Tarifária, os itens associados ao serviço de distribuição de energia elétrica que compõem as tarifas da Light SESA homologados pela ANEEL somam R\$3.531 milhões.

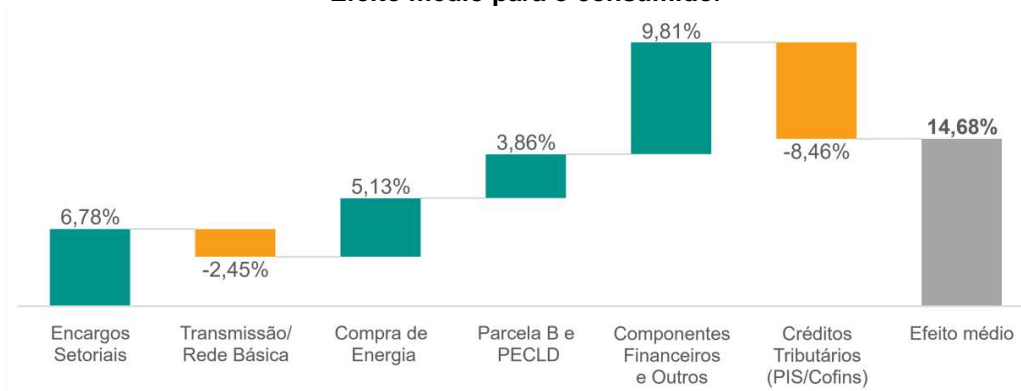
Esses mesmos itens, que compuseram a Parcela B repassada no último Reajuste Tarifário da Light SESA, ocorrido em 15 de março de 2021, somavam R\$3.052 milhões.

No caso do repasse das perdas de energia, o percentual de perdas não-técnicas passa a ser de 40,93% para o primeiro ano do ciclo tarifário e de 37,40% para o último ano, considerando os mercados AS (subterrâneo) e BT (baixa tensão). Para fins de comparabilidade ao indicador definido na revisão tarifária anterior, que levou em consideração apenas o mercado de baixa tensão, o repasse de perdas não-técnicas homologado seria equivalente a 41,46% no primeiro ano e a 37,89% no último. Isso representa uma elevação média de 3,61 p.p. em relação ao indicador anterior (36,06%). As perdas técnicas passaram a representar 6,86% da carga fio, vs. 6,34% definido na última revisão tarifária.

Além do recálculo dos itens associados ao serviço de distribuição e da redefinição dos percentuais de perdas regulatórias, as novas tarifas da Light SESA refletem também uma atualização dos itens da Parcela A (associados a compra de energia, encargos setoriais e custos de transmissão) em +9,46%, bem como dos componentes financeiros (líquido) de +9,81%. Em relação a esse último item, a contribuição de R\$1,050 bilhão de créditos tributários da Light SESA referentes ao trânsito em julgado da exclusão do ICMS da base do PIS/Cofins possibilitou uma redução tarifária de 8,46%.

O efeito conjunto desse processo resultará um reajuste médio das contas de energia elétrica da Light SESA de 14,68%, conforme detalhado no gráfico abaixo. Os clientes de baixa tensão (residencial e comercial) terão correção média de 15,53% e de alta tensão (industrial) de 12,89%. Como pode ser verificado, os itens associados a Parcela B (Distribuição) e Receitas Irrecuperáveis representam apenas 3,86% do efeito médio total.



**Efeito médio para o consumidor****Desempenho Operacional****Evolução do Mercado**

Em 2022, o mercado faturado total apresentou uma queda de 0,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa retração é decorrente, em especial, do menor consumo médio de residências, com a retomada de atividades externas após o período mais crítico da Pandemia, e da atividade do setor siderúrgico, que passa por um momento de menor demanda global. Por outro lado, o crescimento da classe de concessionárias é consequência da redução de geração realizada nas áreas das concessionárias vizinhas, o que levou ao maior fluxo de energia da Light para elas.

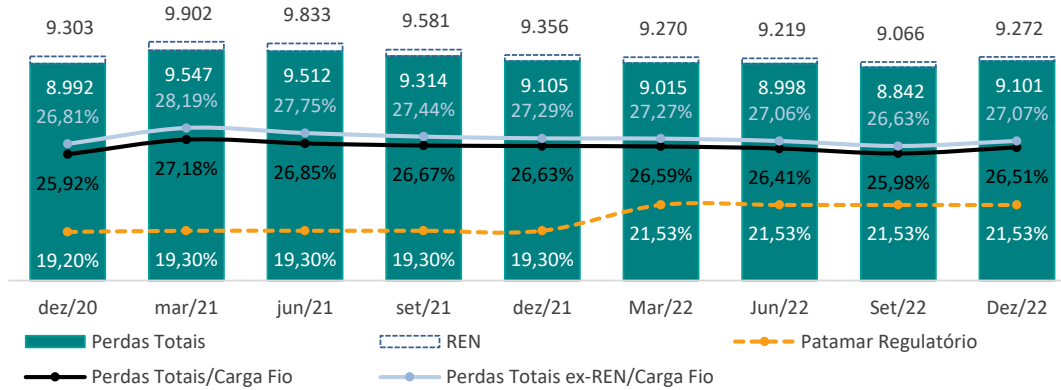
**Perdas de Energia**

As perdas totais dos últimos 12 meses encerrado em dezembro/22 foi de 9.101 GWh vs. 9.105 GWh em dezembro/21. O indicador das perdas totais sobre a carga fio encerrou 2022 em 26,51% contra 26,63% no final de 2021.



**Evolução das Perdas Totais [GWh]**

12 meses



A Companhia está 4,98 p.p. acima do percentual de repasse regulatório na tarifa, de 21,53%, conforme parâmetros definidos pela Aneel na Revisão Tarifária Periódica ocorrida em março/22.

**Carga Fio [GWh]**

12 meses


**Perda não-técnica [GWh]**

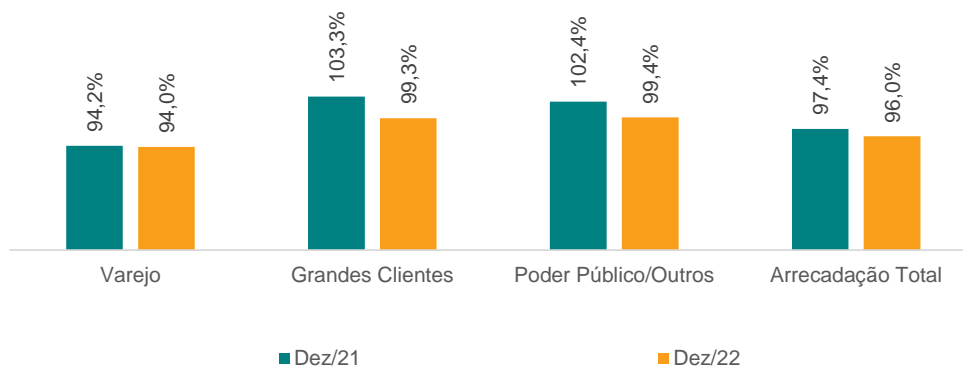
12 meses



Ao final de 2022, a perda não-técnica (12 meses) das Áreas de Severas Restrições à Operação (ASRO) representou 50% ou 3.367 GWh. Na Área Convencional (ATC), a perda não-técnica encerrou dezembro/22 em 3.395 GWh (50%).

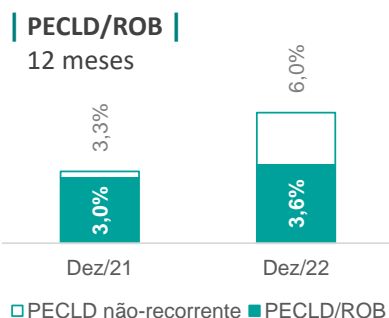
**Arrecadação**
**Taxa de arrecadação por segmento**

12 meses [considera parcelas vencidas de REN]





O índice de arrecadação total média móvel 12 meses em dezembro/22 atingiu 96,0%, 1,4 p.p. abaixo da apresentada em dezembro/21 (97,4%). O resultado verificado decorreu da piora do indicador para os segmentos Grandes Clientes Privados e Poder Público.



O indicador PECLD sobre Receita Operacional Bruta (12 meses) encerrado em dezembro/22 foi de 6,0%, 2,7 p.p. acima do índice ajustado em dezembro/21, refletindo a abertura da curva de inadimplência verificada ao longo de 2022.

### Qualidade dos Serviços

Indicador	2022	2021	Limites estabelecidos pela ANEEL
DECI	6,32	6,34	6,95
FECi	3,07	3,44	4,81

A Light continua com excelentes resultados operacionais, tendo atingido em 2022 os melhores valores de DECI e FECi dos últimos 20 anos.

Em dezembro de 2022, a Light alcançou os valores de 6,32 horas no DECI e 3,07x no FECi da Companhia, representando uma redução de 0,3% e 10,8%, respectivamente na comparação com o mesmo período do ano anterior.

Os indicadores performaram abaixo dos limites estabelecidos pela ANEEL no contrato de concessão. O DECI encerrou o ano 9,0% (-0,63h) abaixo do limite de 6,95 horas e o FECi em 36,2% (-1,74 pontos) abaixo do limite de 4,81x.

### Atendimento ao Cliente

A Light manteve, em 2022, o esforço para a continuidade da evolução dos canais digitais, buscando melhorias nos procedimentos e processos de atendimento, bem como na automatização de tarefas, relatórios e indicadores. Essas ações permitem um acompanhamento mais assertivo da execução de serviços.

A transformação digital vivida pela Companhia tem como um dos pontos altos a rápida evolução do relacionamento com o cliente de varejo. Em 2022, todos os serviços de atendimento estavam disponibilizados de forma totalmente on-line. Entre as soluções implantadas, os principais serviços possuem fluxos totalmente digitais, validando documentos automaticamente e consultando os sistemas da empresa em tempo real.

A mudança mais evidente ocorreu na Unidade de Resposta Audível (URA) do *call center*, realizada em 2022, com a adoção de tecnologia de inteligência artificial, capaz até mesmo de identificar quando é necessário transferir chamadas para agentes humanos. O novo sistema possibilitou aumento de 208% de clientes pré-atendidos pela URA, reduzindo a quantidade





de atendimento humano a 9%. Além dos ganhos em experiência do usuário, as medidas trouxeram um salto em produtividade e em redução de custos.

Disponível pelo Whatsapp, Lia, a representante virtual da Light, contabilizou 7,3 milhões de atendimentos em 2022, um aumento de 187%. Suas funcionalidades, no ano, respondiam a 19 diferentes tipos de problemas, de aviso de falta de luz e acompanhamento de serviços a parcelamento de débitos.

De ponta a ponta, a experiência do cliente Light está digitalizada e automatizada, o que torna o processo mais célere e fluido. Para aqueles que optam pelo atendimento presencial, a Light manteve suas agências físicas. Apesar da manutenção de todas as lojas, observamos redução dos atendimentos presencial em 20%, consequência do impulsionamento do atendimento digital. O projeto para transformar a Light em uma empresa com atendimento digital já recebeu investimentos totais de R\$6,9 milhões, sendo R\$4,4 milhões em 2022.

### Desempenho Financeiro

Em 2022, o EBITDA CVM<sup>1</sup> da distribuidora foi de R\$1.817 milhões, uma redução de R\$2.996 milhões em relação aos R\$1.179 milhões apurados em 2021. Essa retração foi devida, principalmente, a provisões de -R\$2.513 milhões no período, sendo referentes, em especial, ao reconhecimento de provisão para devolução de créditos de PIS/COFINS aos consumidores, conforme Lei 14.385/22 (-R\$1.081 milhões), revisão nas metodologias e estimativas de PECLD (-R\$855 milhões) e de provisões para contingências JEC e Cível (-R\$379 milhões).

### Geração de Energia (Light Energia S.A.)

#### Desempenho Operacional

Compra e Venda de Energia (MWh)*	2022	2021	Variação 2022/2021
Venda Ambiente de Contratação Livre (ACL)	459	455	0,9%
Venda Spot (CCEE)	34	18	88,3%
Compra Ambiente de Contratação Livre (ACL)	35	74	-53,0%
Compra Spot (CCEE)	-	4	-100%

\*Valores incluem as plantas de: Fontes Nova, Nilo Peçanha, Pereira Passos, Ilha dos Pombos, Santa Branca e PCH Lajes.

Em 2022, o volume de venda no ACL foi de 459 MWh, +0,9% se comparado a 2021 e a compra no ACL foi de 35 MWh, -53,0%. Essa redução no volume de transação ocorreu em virtude da estratégia de hedge hidrológico com a menor necessidade de compra no ACL.

#### Pequena Central Hidrelétrica Lajes

A Lajes Energia S.A. explora comercialmente a PCH Lajes, usina com potência instalada correspondente a 17 MW, que entrou em operação comercial em julho/18.

1

EBITDA não é uma medida reconhecida pelo BRGAAP ou pelos IFRS e é utilizado como medida adicional de desempenho de suas operações, e não deve ser considerado isoladamente ou como uma alternativa ao Lucro Líquido ou Lucro Operacional, como indicador de desempenho operacional ou como indicador de liquidez. De acordo com a Instrução da CVM 527/2012, o EBITDA CVM apresentado é calculado a partir do lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, despesas financeiras líquidas, depreciação e amortização.





### **Desempenho Financeiro**

Em 2022, a receita líquida da Light Energia totalizou R\$806 milhões, sendo 5,6% abaixo da registrada em 2021. EBITDA CVM foi de R\$628 milhões e o resultado líquido foi de R\$146 milhões, 42,0% acima do apurado em 2021.

Essa variação pode ser explicada pela melhora do cenário hidrológico ao longo do ano de 2022, que levou ao aumento do GSF e à queda do PLD, reduzindo os custos com compra de energia. A Light mostrou grande eficiência na estratégia de proteção do resultado aos riscos de mercado (GSF/PLD).

### **Comercialização de Energia (Lightcom)**

#### **Desempenho operacional**

Em 2022, a Lightcom comercializou 604 MWm de energia, 9,4% abaixo do volume de 2021, de 667 MWm. Essa variação é resultado da diminuição das operações de curto prazo, decorrente da menor necessidade de cobertura da Light Energia e da menor demanda no mercado.

#### **Desempenho Financeiro**

Em 2022, a receita líquida da Lightcom totalizou R\$1.160 milhões, sendo 11,8% abaixo da registrada em 2021. O EBITDA CVM foi de R\$110 milhões e o Resultado líquido foi de R\$87 milhões, 15,5% acima do apurado em 2021.

### **Holding (Light S.A.)**

#### **Desempenho Financeiro**

##### **Receita Operacional Líquida**

A receita operacional líquida, desconsiderando a receita de construção, totalizou em 2022 R\$12.107 milhões, 13% abaixo da registrada em 2021. Essa redução foi influenciada pelos estornos de faturamento de regularizações, pelo não acionamento das bandeiras tarifárias e pela variação negativa na conta CVA, que é uma compensação para cobertura dos custos com a Parcela A.

##### **Custos e despesas**

Os custos e despesas operacionais consolidados, já desconsiderando os custos de construção, encerraram o ano de 2022 em R\$15.179 milhões, 19,2% superior ao apurado em 2021. Essa variação pode ser explicada, principalmente, pelo reconhecimento de provisão para devolução de créditos de PIS/COFINS aos consumidores, conforme Lei 14.385/22 (-R\$1.081 milhões), revisões nas metodologias e estimativas de PECLD (-R\$855 milhões) e de provisões para contingências JEC e Cível (-R\$379 milhões).

##### **EBITDA CVM**

Em 2022, o EBITDA CVM foi de R\$1.180 milhões, apresentando uma redução R\$3.001 milhões se comparado a 2021. Essa retração foi devida, principalmente, a provisões de -R\$2.513 milhões no período, sendo referentes, em especial, ao reconhecimento de provisão





para devolução de créditos de PIS/COFINS aos consumidores, conforme Lei 14.385/22 (-R\$1.081 milhões), revisões nas metodologias e estimativas de PECLD (-R\$855 milhões) e de provisões para contingências JEC e Cível (-R\$379 milhões).

### Resultado Líquido

Em 2022, a Light S.A. apurou um resultado líquido de -R\$5.673 milhões, R\$6.070 milhões abaixo em relação ao ano anterior. Essa retração ocorreu, principalmente, no segmento de Distribuição, em função do reconhecimento de provisão de -R\$1.081 milhões para devolução de créditos de PIS/COFINS aos consumidores, da atualização financeira desses valores, que totalizaram -R\$1.584 milhões, e do *impairment* da recuperabilidade de IR/CS diferidos, no valor de -R\$1.634 milhões.

### Endividamento

A dívida líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2022 totalizou R\$9.032 milhões, aumento de 23% em comparação a 2021, de R\$7.353 milhões.

O indicador de *covenants* Dívida Líquida/EBITDA ajustado para fins de *covenants* encerrou 2021 em 3,32x, menor do que no 2021 (3,48x). O EBITDA ajustado para fins de *covenants* das dívidas da Companhia e de suas subsidiárias exclui efeitos não-caixa, tais como Equivalência Patrimonial, Provisões, VNR e Outras Receitas/Despesas Operacionais.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia estava adimplente com os *covenants* financeiros estabelecido em contratos de dívidas.

### Investimentos

O valor total de investimentos no ano de 2022 foi de R\$1.506 milhões, 6% acima se comparado ao ano anterior. O segmento de distribuição totalizou R\$1.090 milhões, com destaque às atividades ligadas ao programa de combate às perdas, recuperação de energia e novas ligações de redes.

Em 2022, a Light Energia realizou investimentos no montante de R\$225 milhões, representando um incremento de 27,7% em relação a 2021. Esse aumento reflete os projetos de modernização dos sistemas de bombeamento do parque gerador e na reposição de ativos, além das obras de recuperação do vertedouro da UHE Ilha dos Pombos e da construção do túnel *by-pass* no Complexo de Lajes. Já foram investidos R\$306 milhões nessas últimas duas iniciativas.

### Governança Corporativa e Mercado de Capitais

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social da Light S.A. era composto por 372.555.324 ações ordinárias.

As ações da Light estão listadas no Novo Mercado da B3 desde julho de 2005. As ações da Companhia compõem o IBrA, IGC, ITAG, IGCT, IGC – NM, SMLL, ISE, UTIL e IEE. As ações da Light também são negociadas no mercado de balcão americano (*Over-the-Counter* - OTC), através de ADR Nível 1, sob o *ticker* LGSXY.

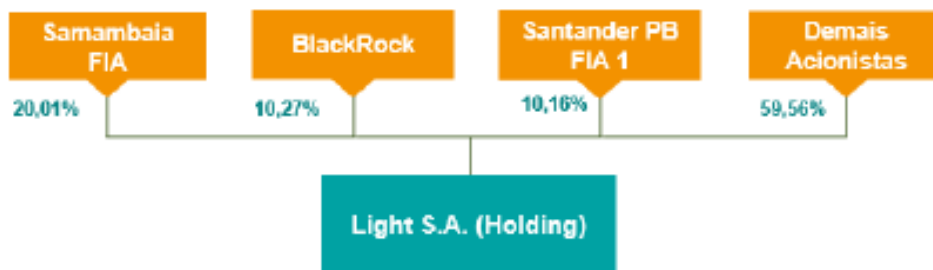
Ao final de dezembro de 2022, a ação da Light (LIGT3) estava cotada em R\$4,63, apresentando um valor de mercado de R\$1,7 bilhão.



O Conselho de Administração da Light era composto em 31 de dezembro de 2022 por 8 membros, sendo todos independentes. Para o auxílio do Conselho de Administração existem 4 comitês: Comitê de Operações e Finanças; Comitê de Auditoria Estatutário; Comitê de Pessoas e Governança; e Comitê ESG+.

### **Composição acionária (Light S.A.)**

A composição acionária da Light em 31 de dezembro de 2022 era:



### **Distribuição de Dividendos (Light S.A.)**

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 27 de abril de 2022, foi aprovada a proposta da Administração da Companhia no sentido de destinar o lucro líquido relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, no montante total de R\$398 milhões da seguinte forma: (i) Constituição de Reserva Legal no valor de R\$20 milhões; (ii) o valor de R\$95 milhões destinado à distribuição aos acionistas, a título de dividendo obrigatório (iii) constituição de Reserva de Retenção de Lucro, no valor de R\$299 milhões, ajustado pelo efeito da realização do ajuste de avaliação patrimonial no valor de R\$15 milhões.

### **Compromisso com o Futuro**

#### **Gestão de Pessoas**

A estratégia de gestão de pessoas e as diretrizes estabelecidas para a operação da empresa têm como meta fortalecer a cultura organizacional utilizando o desempenho como principal parâmetro. Em 2022, a Companhia efetuou uma reorganização no quadro funcional com o objetivo de otimizar a estrutura hierárquica, facilitando a comunicação, dando mais celeridade aos processos internos e agilizando a tomada de decisão. Nesse contexto, foram revistos diversos processos com o objetivo de melhorar a trajetória dos colaboradores, assim como atrair e reter talentos.

A Companhia possui um sistema estruturado de formação na sua universidade corporativa, a Academia Light. Nela os treinamentos têm como foco a gestão do conhecimento ajustado aos desafios do setor elétrico, sendo preparada para atender as necessidades técnicas de formação e reciclagem do corpo de especialistas. Entre os recursos oferecidos, dispõe de instalações que simulam o ambiente de uma subestação da rede elétrica.

Em 2022, as atividades foram organizadas em programas corporativos, treinamentos para formação (destinados à capacitação básica para o exercício da função), treinamentos



obrigatórios (cursos destinados a atividades específicas) e workshops internos para aperfeiçoamento profissional. Durante o ano, registrou-se mais de 10 mil participações nos cursos. A média de horas de capacitação no ano por colaborador ficou em 21,7.

Além disso, para a Light, ser diversa e inclusiva é condição indispensável para a garantia de um ambiente de trabalho equânime e produtivo. Desde 2021, a Companhia mantém o Empodera - Programa de Diversidade, Equidade e Inclusão, composto por cinco grupos prioritários: gênero, raça, pessoas com deficiência, orientação sexual e diversidade geracional.

Por tradição, a Light é uma Companhia diversa em relação a gênero e raça. O ano de 2022 representou um período de reflexão sobre os próximos passos para avançar em termos de inclusão, diversidade e equidade em todos os níveis e para todos os grupos prioritários.

No último ano, a Companhia priorizou o tema Gênero e atingiu um avanço relevante com o aumento da presença feminina em postos operacionais. Para chegar a esse resultado, a equipe de gestão instituiu uma série de ações para trabalhar o tema vieses inconscientes entre as lideranças.

A Light acredita que a promoção da diversidade no ambiente de trabalho e a garantia da igualdade de oportunidades e direitos são fundamentais e estão inseridas nas diretrizes de meritocracia da Companhia.

### **Segurança no Trabalho**

Fortalecer uma cultura de saúde e segurança constitui uma prioridade para a Light. A gestão da área atua de acordo com os normativos de saúde e segurança do trabalho, estruturados em conformidade com as exigências legais e normas nacionais e internacionais. Os sistemas de gestão de saúde e segurança do trabalho contam com ferramentas automatizadas e os manuais e procedimentos estão disponíveis aos colaboradores na intranet.

A Light possui uma política formal para todas as práticas de empregados e terceiros no que diz respeito a identificar os perigos e tratar os riscos relativos à segurança e saúde ocupacional. Também determina contratualmente que todas as empresas terceirizadas sigam as diretrizes de saúde e segurança da empresa, checando periodicamente essa adesão por meio de auditorias e inspeções de segurança do trabalho.

O Sistema de Saúde e Segurança do Trabalho em vigência fornece a base para o sistema de gerenciamento de risco ocupacional da empresa seguindo os requisitos legais, especificamente a Norma Regulamentadora (NR) 01 do Ministério do Trabalho. Além da norma, o sistema prevê diversos procedimentos que envolvem uma visão de melhoria contínua.

Em 2022, a Companhia encerrou o ano sem nenhum acidente fatal envolvendo sua força de trabalho, reflexo das ações de prevenção implantadas e do engajamento em mudanças de comportamento e atitudes por toda a força de trabalho. Como consequência dessas ações de Saúde e Segurança temos a redução de 35% nos indicadores de frequência de 2022 quando comparado com o ano anterior.



### **Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)**

Em 2022, a Companhia investiu R\$21 milhões em projetos de P&D - R\$18 milhões pela Light SESA e R\$3,0 milhões pela Light Energia. Esses montantes foram destinados a pesquisas para desenvolvimento de novos produtos e serviços, além da gestão do programa de P&D. Dos 10 projetos finalizados, quatro passaram por auditoria contábil-financeira e foram submetidos à fiscalização da Aneel. Os demais projetos finalizados durante o ano serão submetidos à auditoria no primeiro trimestre de 2023.

Entre as iniciativas em andamento, se destaca o projeto para o desenvolvimento de soluções para mobilidade elétrica compartilhada, conduzido em parceria com as multinacionais Energy Assets do Brasil e Siemens. O estudo analisa a implantação de infraestrutura e sistemas de abastecimento para *e-carsharing* e micromobilidade, tendo em vista a economia de baixo carbono. Como objetivo imediato, o projeto prevê a aplicação dos resultados da pesquisa pela própria Light, na gestão do uso compartilhado de veículos elétricos em sua frota.

Um segundo projeto, iniciado em dezembro de 2022, prevê o desenvolvimento de indicadores para avaliação dos serviços ambientais prestados pelo manejo sustentável de macrófitas aquáticas nos reservatórios do subsistema Santana-Ponte Coberta, com influência sobre a segurança hídrica da região metropolitana do Rio de Janeiro. Um dos objetivos do estudo prevê o desenvolvimento de modelo matemático que permita estimar a quantidade de carbono sequestrado da atmosfera pelas macrófitas aquáticas e retido como composto orgânico.

### **Responsabilidade com o Meio Ambiente**

Em suas atividades de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, a Light tem como diretriz o uso racional dos recursos naturais e a visão da transição energética para uma matriz de baixo carbono.

Os cuidados com os impactos ambientais estão previstos no Sistema de Gestão Ambiental (SGA), um conjunto de normas em vigência desde 2001, que regula as principais atividades da Light. As operações da Companhia possuem a certificação ISO 9001, de gestão da qualidade, e a ISO 45001, de gestão de saúde e segurança ocupacional. Esse conjunto de regras e certificações formam o Sistema de Gestão Integrado (SGI).

Em sua estrutura de gestão, a Companhia mantém uma equipe dedicada aos cuidados ambientais. O acompanhamento do tema conta com o Comitê de ESG+, vinculado ao Conselho de Administração. Essa estrutura e suas iniciativas estão diretamente vinculadas à Diretoria, responsável por acompanhar os compromissos relacionados a questões ambientais e prestar contas ao Conselho de Administração.

### **Responsabilidade Social**

Historicamente, a Light mantém um relacionamento ativo com as comunidades atendidas por suas operações, contribuindo com o seu desenvolvimento social. A Companhia tem como prioridade se manter presente por meio de iniciativas de estímulo à cultura, esporte, meio ambiente e educação, desenvolvidos de forma própria ou com parcerias com instituições e ONGs aptas a realizar projetos com recursos incentivados. O patrocínio de projetos sociais deve necessariamente contribuir para a promoção do desenvolvimento socioambiental e econômico nos 31 municípios em que atua. A Companhia estabeleceu como critério que esses apoios prevejam o incentivo da inclusão social e da cidadania.





Os princípios da Companhia, pautados na responsabilidade social, estão colocados de forma transparente em sua Política de Patrocínios e no Código de Conduta. E, atualmente, existe uma área dedicada ao tema, com profissionais habilitados para conduzir a estratégia definida e desenvolver as ações distribuídas de forma multidisciplinar pela estrutura da organização. Em 2022, de acordo com novas diretrizes, ficou decidido que parte da linha de investimento social seria destinada para projetos realizados em regiões vulneráveis socialmente e economicamente, no intuito de ampliar e estreitar o relacionamento com os moradores dessas localidades.

Foram elaboradas estratégias de atuação, que contribuíram na identificação e construção dos objetivos de muitos projetos realizados. A equipe de Relacionamento com Comunidades realizou a escuta ativa das demandas das comunidades locais, em interlocução com as lideranças comunitárias. A equipe de Patrocínios da Companhia, por meio da avaliação das propostas de patrocínio enviadas e, posteriormente, do acompanhamento dos projetos patrocinados, faz as avaliações de impacto social e observa se a entrega das metas e os indicadores foram cumpridos. Além do acompanhamento de nossos analistas e apresentação de resultados parciais, ao final da execução do projeto há a entrega da prestação de contas, apresentada em um relatório que contempla as atividades realizadas e os impactos obtidos.

No âmbito cultural, o programa promovido pelo Museu Light, implantado há 12 anos, consiste em um conjunto de ações educativas que tratam do uso consciente da energia e sua conexão com as temáticas ambientais e visam promover a Agenda 2030 da ONU. As atividades presenciais ocorrem no complexo cultural da Light - Centro Cultural Light, Museu Light da Energia e Teatro Lamartine Babo – e nas sedes de instituições educacionais participantes. Outra parte das ações se encontra disponibilizada em ambiente virtual - no site do Museu Light, no canal no Youtube e demais perfis nas redes sociais. A manutenção dos projetos tem origem nos recursos do Programa de Eficiência Energética (PEE) da Aneel e os ciclos de atuação das ações inscritas é bienal. Em 2022, os investimentos chegaram a R\$2,3 milhões.

### **Outras Informações**

#### **Audidores independentes**

Em conformidade com a Resolução CVM nº 162/22, a Companhia declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. (“Deloitte”), firmado em 20 de abril de 2022, com vigência de 60 meses. Em 2022, a Deloitte prestou serviços de auditoria para as companhias do Grupo Light pelo montante de R\$1.269.935,86, compreendendo a auditoria das demonstrações financeiras (incluindo revisões trimestrais) e outros serviços relacionados à auditoria, tais como auditoria de demonstrações regulatórias e procedimentos previamente acordados sobre relatório controle patrimonial. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.







RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – LIGHT S.A. - 2022

BALANÇO SOCIAL  
LIGHT S.A.

1 - Base de Cálculo	2022			2021		
	Valor (mil reais)			Valor (mil reais)		
Receita líquida (RL)	13.253.286			14.897.920		
Resultado operacional (RO)	(1.893.435)			1.190.925		
Folha de pagamento bruta (FPB)	392.279			421.338		
<b>2 - Indicadores Sociais Internos</b>	<b>Valor (mil R\$)</b>	<b>% sobre FPB</b>	<b>% sobre RL</b>	<b>Valor (mil R\$)</b>	<b>% sobre FPB</b>	<b>% sobre RL</b>
Alimentação	30.952	8%	0%	30.014	7%	0%
Encargos sociais compulsórios	58.400	15%	0%	56.912	14%	0%
Previdência privada	4.937	1%	0%	4.745	1%	0%
Saúde	24.883	6%	0%	24.533	6%	0%
Segurança e saúde no trabalho	523	0%	0%	653	0%	0%
Educação	1.228	0%	0%	1.442	0%	0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	70	0%	0%	194	0%	0%
Creches ou auxílio-creche	990	0%	0%	754	0%	0%
Participação nos lucros ou resultados	25.960	7%	0%	63.042	15%	0%
Outros	3.166	1%	0%	2.674	1%	0%
<b>Total - Indicadores sociais internos</b>	<b>151.109</b>	<b>39%</b>	<b>1%</b>	<b>184.963</b>	<b>44%</b>	<b>1%</b>
<b>3 - Indicadores Sociais Externos</b>	<b>Valor (mil R\$)</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>	<b>Valor (mil R\$)</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>
Educação	4.380	0%	0%	2.827	0%	0%
Cultura	36.545	-2%	0%	17.154	1%	0%
Saúde e saneamento	2	0%	0%	1.168	0%	0%
Esporte	38.267	-2%	0%	5.068	0%	0%
Outros	34.737	-2%	0%	28.432	2%	0%
<b>Total das contribuições para a sociedade</b>	<b>113.931</b>	<b>-6%</b>	<b>1%</b>	<b>54.648</b>	<b>5%</b>	<b>0%</b>
Tributos (excluídos encargos sociais)	6.127.534	-324%	46%	6.021.677	506%	40%
<b>Total - Indicadores sociais externos</b>	<b>6.241.465</b>	<b>-330%</b>	<b>47%</b>	<b>6.076.325</b>	<b>510%</b>	<b>41%</b>
<b>4 - Indicadores Ambientais</b>	<b>Valor (mil R\$)</b>			<b>Valor (mil R\$)</b>		
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	168.154	-9%	1%	121.202	10%	1%
<b>Total dos investimentos em meio ambiente</b>	<b>168.154</b>	<b>-9%</b>	<b>1%</b>	<b>121.202</b>	<b>10%</b>	<b>1%</b>
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%			<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%		
<b>5 - Indicadores do Corpo Funcional</b>						
Nº de empregados(as) ao final do período	4.475			5.223		
Nº de admissões durante o período	217			340		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	8.649			8.656		
Nº de estagiários(as)	25			21		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	1.014			1.023		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	838			1.021		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	27%			31%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	2.497			2.908		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	19%			17%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	170			155		
<b>6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial</b>	<b>2022</b>			<b>Metas 2023</b>		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	36,83			ND		
Número total de acidentes de trabalho	56			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input checked="" type="checkbox"/> segue as normas da	<input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input checked="" type="checkbox"/> seguirá as normas da	<input type="checkbox"/> incentivar e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não serão considerados	<input type="checkbox"/> serão sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> apoiará	<input checked="" type="checkbox"/> organizar e incentivar
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 162.913	no Procon 2.982	na Justiça 70.600	na empresa Reduzir 10%	no Procon Reduzir 10%	na Justiça Reduzir 10%
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 99,97%	no Procon 99,66%	na Justiça 48,0%	na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 100%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	<b>Em 2022: 7.774.852</b>			<b>Em 2021: 10.606.440</b>		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	112,78% governo 6,41% colaboradores(as) 0,00% acionistas 53,76% terceiros - 72,96% prejuízo			74,76% governo 4,17% colaboradores(as) 0,89% acionistas 17,31% terceiros 2,86% retido		
<b>7 - Outras Informações</b>						
*O Resultado operacional não contempla os resultados de equivalência patrimonial						



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS,  
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS,**

**PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**



<b>BALANÇOS PATRIMONIAIS</b> .....	<b>1</b>
<b>BALANÇOS PATRIMONIAIS</b> .....	<b>2</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS</b> .....	<b>3</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES</b> .....	<b>4</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA E CONSOLIDADO</b> .....	<b>5</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA</b> .....	<b>6</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS</b> .....	<b>7</b>
<b>1. CONTEXTO OPERACIONAL</b> .....	<b>8</b>
<b>2. BASE DE PREPARAÇÃO</b> .....	<b>15</b>
<b>3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS</b> .....	<b>17</b>
<b>4. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO</b> .....	<b>28</b>
<b>5. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA</b> .....	<b>29</b>
<b>6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b> .....	<b>30</b>
<b>7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS</b> .....	<b>30</b>
<b>8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES</b> .....	<b>31</b>
<b>9. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR</b> .....	<b>33</b>
<b>10. TRIBUTOS DIFERIDOS</b> .....	<b>35</b>
<b>11. OUTROS CRÉDITOS</b> .....	<b>37</b>
<b>12. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DO SETOR</b> .....	<b>38</b>
<b>13. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO</b> .....	<b>39</b>
<b>14. ATIVO DE CONTRATO</b> .....	<b>40</b>
<b>15. INVESTIMENTOS</b> .....	<b>41</b>
<b>16. IMOBILIZADO</b> .....	<b>43</b>
<b>17. INTANGÍVEL</b> .....	<b>44</b>
<b>18. FORNECEDORES</b> .....	<b>45</b>
<b>19. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR</b> .....	<b>46</b>
<b>20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS</b> .....	<b>46</b>
<b>21. DEBÊNTURES</b> .....	<b>50</b>
<b>22. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS</b> .....	<b>54</b>
<b>23. CONTINGÊNCIAS</b> .....	<b>59</b>
<b>24. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO</b> .....	<b>62</b>
<b>25. OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO E ATIVO DE DIREITO DE USO</b> .....	<b>68</b>
<b>26. ENCARGOS REGULATÓRIOS</b> .....	<b>69</b>
<b>27. OUTROS DÉBITOS</b> .....	<b>70</b>
<b>28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS</b> .....	<b>70</b>
<b>29. PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b> .....	<b>72</b>
<b>30. PLANO DE PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES</b> .....	<b>74</b>
<b>31. RECEITA LÍQUIDA</b> .....	<b>76</b>
<b>32. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b> .....	<b>77</b>
<b>33. RESULTADO FINANCEIRO</b> .....	<b>78</b>
<b>34. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS</b> .....	<b>79</b>
<b>35. SEGUROS</b> .....	<b>88</b>
<b>36. COMPROMISSOS CONTRATUAIS</b> .....	<b>89</b>
<b>37. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA</b> .....	<b>90</b>
<b>38. EVENTOS SUBSEQUENTES</b> .....	<b>90</b>



**LIGHT S.A.**  
**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021**  
**(Em milhares de reais)**

ATIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e equivalentes de caixa	6	2.693	9	43.886	396.777
Títulos e valores mobiliários	7	720.172	62.647	2.039.665	3.208.196
Contas a receber de clientes	8	-	-	1.005.527	2.424.681
Estoques		-	-	75.627	65.659
Tributos e contribuições a recuperar	9	30	1.719	782.502	1.262.787
Ativos financeiros do setor	12	-	-	157.860	1.171.882
Despesas pagas antecipadamente		250	353	23.309	28.844
Dividendos a receber	15	37.076	517.838	-	-
Serviços prestados a receber		-	1.474	34.241	17.316
Outros créditos	11	10.091	15.941	401.627	612.941
		<b>770.312</b>	<b>599.981</b>	<b>4.564.244</b>	<b>9.189.083</b>
Ativos classificados como mantidos para venda	5	208.648	41.446	208.648	134.946
<b>TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>978.960</b>	<b>641.427</b>	<b>4.772.892</b>	<b>9.324.029</b>
Contas a receber de clientes	8	-	-	1.416.644	1.220.687
Tributos e contribuições a recuperar	9	-	-	3.674.179	3.674.704
Tributos diferidos	10	-	-	859.455	895.715
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	34	-	-	13.611	190.409
Depósitos judiciais	22	663	878	221.491	221.572
Ativos financeiros do setor	12	-	-	41.542	308.390
Ativo financeiro da concessão	13	-	-	7.697.294	6.821.988
Outros créditos	11	-	-	160	1.121
Ativo de contrato	14	-	-	664.760	558.254
Investimentos	15	1.872.899	8.191.828	43.620	357.761
Imobilizado	16	-	-	2.003.637	1.809.881
Intangível	17	234	-	2.467.869	2.833.555
Ativo de direito de uso	25	-	-	228.949	59.806
<b>TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>1.873.796</b>	<b>8.192.706</b>	<b>19.333.211</b>	<b>18.953.843</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>2.852.756</b>	<b>8.834.133</b>	<b>24.106.103</b>	<b>28.277.872</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**LIGHT S.A.**  
**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021**  
**(Em milhares de reais)**

PASSIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Fornecedores	18	1.001	358	1.506.031	2.154.037
Tributos e contribuições a pagar	19	641	288	238.840	383.600
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	308.946	403.230
Debêntures	21	-	-	652.532	1.530.433
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	34	-	-	43.762	-
Passivos financeiros do setor	12	-	-	911.538	276.353
Dividendos a pagar	29	-	94.512	-	94.512
Obrigações trabalhistas		905	3.093	67.631	104.492
Valores a serem restituídos a consumidores	9	-	-	1.104.698	831.250
Obrigações por arrendamento	25	-	-	24.071	25.108
Encargos regulatórios	26	-	-	281.738	313.778
Outros débitos	27	4.522	1.900	504.679	571.934
<b>TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>7.069</b>	<b>100.151</b>	<b>5.644.466</b>	<b>6.688.727</b>
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	3.464.352	4.005.790
Debêntures	21	-	-	6.262.860	5.204.873
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	34	-	-	396.946	3.975
Tributos e contribuições a pagar	19	-	-	161.443	199.605
Tributos diferidos	10	-	-	190.064	275.264
Participações societárias a descoberto	15	-	-	-	21.614
Provisões para contingências	22	930	881	3.917.131	502.103
Benefícios pós-emprego	24	-	-	277.204	-
Obrigações por arrendamento	25	-	-	215.802	38.163
Valores a serem restituídos a consumidores	9	-	-	647.978	2.564.550
Outros débitos	27	-	-	83.100	40.107
<b>TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>930</b>	<b>881</b>	<b>15.616.880</b>	<b>12.856.044</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital social	29	5.392.197	5.392.197	5.392.197	5.392.197
Reserva de capital		16.637	18.462	16.637	18.462
Reservas de lucros		3.134.858	3.134.858	3.134.858	3.134.858
Ajustes de avaliação patrimonial		273.034	289.077	273.034	289.077
Outros resultados abrangentes		(314.597)	(101.493)	(314.597)	(101.493)
Prejuízos acumulados		(5.657.372)	-	(5.657.372)	-
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>2.844.757</b>	<b>8.733.101</b>	<b>2.844.757</b>	<b>8.733.101</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>2.852.756</b>	<b>8.834.133</b>	<b>24.106.103</b>	<b>28.277.872</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**LIGHT S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021**  
**(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)**

Demonstrações de Resultados	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
RECEITA LÍQUIDA	31	-	-	13.253.286	14.897.920
<b>CUSTO TOTAL</b>	<b>32</b>	-	-	<b>(11.271.467)</b>	<b>(12.476.958)</b>
Custos com energia elétrica	32.1	-	-	(8.991.642)	(10.427.435)
Custos de operação		-	-	(2.279.825)	(2.049.523)
<b>LUCRO BRUTO</b>		-	-	<b>1.981.819</b>	<b>2.420.962</b>
Despesas gerais e administrativas	32	(2.398)	(21.804)	(3.495.301)	(1.190.023)
Outras receitas (despesas), líquidas		(41.297)	15.878	(379.953)	(40.014)
Resultado de equivalência patrimonial	15	(5.637.458)	402.969	(16.976)	(47.624)
<b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS</b>		<b>(5.681.153)</b>	<b>397.043</b>	<b>(1.910.411)</b>	<b>1.143.301</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>33</b>	<b>29.492</b>	<b>2.769</b>	<b>(3.447.327)</b>	<b>(1.330.190)</b>
Receita financeira		40.493	3.672	639.326	382.409
Despesa financeira		(11.001)	(903)	(4.086.653)	(1.712.599)
<b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IR E CSLL</b>		<b>(5.651.661)</b>	<b>399.812</b>	<b>(5.357.738)</b>	<b>(186.889)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	10	(20.542)	(1.867)	(361.874)	4.252
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	-	47.409	580.582
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(5.672.203)</b>	<b>397.945</b>	<b>(5.672.203)</b>	<b>397.945</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (R\$ / Ação)</b>	<b>29.7</b>	<b>(15,46)</b>	<b>1,08</b>	<b>(15,46)</b>	<b>1,08</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



LIGHT S.A.  
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021  
(Em milhares de reais)

Demonstrações de Resultados Abrangentes	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2021	2021
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(5.672.203)	397.945	(5.672.203)	397.945
<b>Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado em períodos subsequentes</b>				
Ganho (Perda) sobre passivos atuariais, líquido dos efeitos fiscais	(213.104)	3.516	(213.104)	3.516
<b>RESULTADO ABRANGENTE TOTAL</b>	<b>(5.885.307)</b>	<b>401.461</b>	<b>(5.885.307)</b>	<b>401.461</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.





## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022

Light S.A. CNPJ 03.378.521/0001-75  
Companhia de Capital Aberto

LIGT  
B3 LISTED NM  
ISEB3

LIGHT S.A.  
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA E CONSOLIDADO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021  
(Em milhares de reais)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	Notas	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS			AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL
				RESERVA LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS	RESERVA ESPECIAL				
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020</b>		<b>4.051.285</b>	<b>9.434</b>	<b>377.122</b>	<b>2.123.625</b>	<b>315.353</b>	<b>304.402</b>	<b>(105.009)</b>	-	<b>7.076.212</b>
Aumento de capital com emissão de ações	29	1.372.425	-	-	-	-	-	-	-	1.372.425
(-) Gastos com emissão de ações		(31.513)	-	-	-	-	-	-	-	(31.513)
Opções de ações outorgadas (stock options)	30	-	9.028	-	-	-	-	-	-	9.028
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	397.945	397.945
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado em períodos subsequentes										
Gainho de passivo atuarial, líquido dos efeitos fiscais	24	-	-	-	-	-	-	3.516	-	3.516
Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos		-	-	-	-	-	(15.325)	-	15.325	-
Destinação do resultado do exercício:										
Constituição da reserva legal	29.5	-	-	19.897	-	-	-	-	(19.897)	-
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (R\$0,2628 / ação)	29.5	-	-	-	-	-	-	-	(94.512)	(94.512)
Constituição da reserva de retenção de lucros	29.5	-	-	-	298.861	-	-	-	(298.861)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>		<b>5.392.197</b>	<b>18.462</b>	<b>397.019</b>	<b>2.422.486</b>	<b>315.353</b>	<b>289.077</b>	<b>(101.493)</b>	-	<b>8.733.101</b>
Reversão de reserva especial		-	-	-	315.353	(315.353)	-	-	-	-
Opções de ações outorgadas (stock options)	30	-	(1.825)	-	-	-	-	-	-	(1.825)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	-	(5.672.203)	(5.672.203)
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado em períodos subsequentes										
Perda de passivo atuarial, líquido dos efeitos fiscais	24	-	-	-	-	-	-	(213.104)	-	(213.104)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos		-	-	-	-	-	(16.043)	-	14.831	(1.212)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>		<b>5.392.197</b>	<b>16.637</b>	<b>397.019</b>	<b>2.737.839</b>	-	<b>273.034</b>	<b>(314.597)</b>	<b>(5.657.372)</b>	<b>2.844.757</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.





**LIGHT S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021**  
**(Em milhares de reais)**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais</b>		<b>697.508</b>	<b>171.062</b>	<b>200.763</b>	<b>(42.045)</b>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(5.651.661)	399.812	(5.357.738)	(186.889)
<b>Ajustado por:</b>					
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	8/32	-	-	1.116.763	597.354
Depreciação e amortização	32	-	-	730.767	678.110
Perda (ganho) na venda ou baixa de intangível, imobilizado, investimento e arrendamento		-	-	103.582	(47.220)
Perdas cambiais e monetárias de atividades financeiras	33	-	-	16.260	743.095
Provisão e atualização financeira para contingências e baixas e atualização financeira de depósitos judiciais		415	16	1.048.750	246.297
Provisão e atualização financeira para contingências - crédito de PIS/COFINS sobre ICMS a devolver ao consumidor	9.1	-	-	2.742.784	-
Ajuste a valor presente e antecipações de recebíveis		8.176	131	19.422	(1.291)
Despesa de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures e amortização dos custos	33	-	-	931.808	698.410
Juros sobre obrigações de arrendamento	25	-	-	27.768	6.013
Variação swaps	33	-	-	1.046.437	(59.548)
Resultado de equivalência patrimonial	15	5.637.458	(402.969)	16.976	47.624
Atualização financeira dos créditos de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo		-	-	(76.608)	(14.219)
Opções de ações outorgadas (stock options)	30	(1.825)	9.028	(1.825)	9.028
Benefício pós emprego (plano de saúde)	24	-	-	63.193	-
Provisão para perda de investimento	15	94.453	-	102.168	-
Ganho em investimentos avaliados pelo custo		-	-	(9.791)	(3.161)
Ganho na alienação de participação em controladas em conjunto	15	(53.250)	-	(56.761)	-
Valor justo do ativo financeiro da concessão	13/31	-	-	(38.365)	(574.231)
Constituição e atualização de ativos e passivos financeiros do setor		-	-	360.830	(1.265.115)
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		<b>663.742</b>	<b>165.044</b>	<b>(2.585.657)</b>	<b>(916.302)</b>
Títulos e valores mobiliários		(34.707)	(2.710)	(288.089)	(109.039)
Contas a receber de clientes		-	-	110.401	29.441
Dividendos recebidos		716.773	183.203	-	12.473
Tributos, contribuições e impostos, líquido		(1.000)	(372)	394.346	667.367
Ativos e passivos financeiros do setor		-	-	(291.431)	(239.281)
Estoques		-	-	(9.968)	(3.266)
Serviços prestados a receber		1.474	(645)	(32.138)	27.701
Despesas pagas antecipadamente		103	10	5.535	(3.771)
Depósitos judiciais		(151)	(194)	(7.809)	2.341
Outros créditos		(2.326)	(15.317)	133.436	(154.787)
Fornecedores		643	222	(644.931)	(1.309.399)
Obrigações trabalhistas		(2.188)	1.624	(36.861)	13.578
Pagamento das provisões para contingências		-	-	(321.771)	(373.508)
Encargos regulatórios		-	-	(32.040)	38.299
Outros débitos		2.621	1.519	(76.541)	181.716
Instrumentos financeiros derivativos swaps		-	-	(432.906)	989.617
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	20/21	-	-	(876.074)	(627.011)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(17.500)	(2.296)	(178.816)	(58.773)
<b>Caixa líquido consumido pelas (aplicado nas) atividades de investimento</b>		<b>(600.312)</b>	<b>(1.355.378)</b>	<b>152.267</b>	<b>(1.957.518)</b>
Aquisições de bens do ativo imobilizado		-	-	(307.759)	(219.601)
Aquisições de bens do ativo intangível e do ativo de contrato		(234)	-	(1.162.533)	(1.029.744)
Recebimento pela venda de participações		94.696	-	191.707	-
Aumento de capital nas investidas	15	(71.956)	(1.366.222)	(25.768)	(45.492)
Resgate de aplicações financeiras		352.784	164.009	9.327.567	14.392.750
Aplicações financeiras		(975.602)	(153.165)	(7.870.947)	(15.055.431)
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento</b>		<b>(94.512)</b>	<b>1.176.580</b>	<b>(705.921)</b>	<b>1.743.140</b>
Recebimento pela emissão de ações		-	1.340.912	-	1.340.912
Dividendos pagos		(94.512)	(164.332)	(94.512)	(164.332)
Pagamento de obrigações por arrendamento	25	-	-	(54.846)	(53.838)
Captação, líquida dos custos de captação, de empréstimos, financiamentos e debêntures e das cotas subordinadas -FDIC	20/21	-	-	1.334.164	5.448.589
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	20/21	-	-	(1.890.727)	(4.828.191)
<b>Aumento (Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>2.684</b>	<b>(7.736)</b>	<b>(352.891)</b>	<b>(256.423)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		9	7.745	396.777	653.200
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		2.693	9	43.886	396.777

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**LIGHT S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021**  
 (Em milhares de reais)

Demonstrações dos Valores Adicionados	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
<b>Receitas</b>		-	-	<b>20.727.781</b>	<b>22.879.448</b>
Venda de mercadorias, produtos e serviços		-	-	20.429.662	22.327.004
Receitas referentes à construção de ativos próprios		-	-	1.414.882	1.149.798
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	32	-	-	(1.116.763)	(597.354)
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		<b>(45.440)</b>	<b>11.647</b>	<b>(12.844.512)</b>	<b>(11.929.683)</b>
Custo dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	32.1	-	-	(8.991.642)	(10.427.435)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(45.440)	11.647	(3.852.870)	(1.502.248)
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>(45.440)</b>	<b>11.647</b>	<b>7.883.269</b>	<b>10.949.765</b>
<b>Retenções</b>		-	-	<b>(730.767)</b>	<b>(678.110)</b>
Depreciação e amortização	32	-	-	(730.767)	(678.110)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>		<b>(45.440)</b>	<b>11.647</b>	<b>7.152.502</b>	<b>10.271.655</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		<b>(5.596.965)</b>	<b>406.641</b>	<b>622.350</b>	<b>334.785</b>
Resultado de equivalência patrimonial	15	(5.637.458)	402.969	(16.976)	(47.624)
Receitas financeiras	33	40.493	3.672	639.326	382.409
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		<b>(5.642.405)</b>	<b>418.288</b>	<b>7.774.852</b>	<b>10.606.440</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		<b>(5.642.405)</b>	<b>418.288</b>	<b>7.774.852</b>	<b>10.606.440</b>
<b>Pessoal</b>		<b>(3.547)</b>	<b>15.601</b>	<b>498.256</b>	<b>442.287</b>
Remuneração direta		(4.121)	15.064	354.317	301.755
Benefícios		397	342	106.232	109.939
FGTS		177	195	37.240	29.511
Outros		-	-	467	1.082
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		<b>23.387</b>	<b>2.930</b>	<b>8.768.694</b>	<b>7.929.786</b>
Federais		23.379	2.884	4.501.889	2.962.856
Estaduais		-	-	4.249.079	4.953.323
Municipais		8	46	17.726	13.607
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>		<b>9.958</b>	<b>1.812</b>	<b>4.180.105</b>	<b>1.836.422</b>
Juros		8.937	685	4.075.753	1.715.715
Aluguéis		1.021	1.127	104.352	120.707
<b>Remuneração de capitais próprios</b>		<b>(5.672.203)</b>	<b>397.945</b>	<b>(5.672.203)</b>	<b>397.945</b>
Dividendos	29	-	94.512	-	94.512
Lucros (Prejuízos) retidos	29	(5.672.203)	303.433	(5.672.203)	303.433



**LIGHT S.A.**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022**  
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

---

A Light S.A. (“Light” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ - Brasil. A Light tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista, e a exploração, direta ou indiretamente, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como de outros serviços correlatos.

A Companhia é listada na “B3” (Brasil, Bolsa, Balcão) no segmento do Novo Mercado (“NM”), sob a sigla LIGT3 e no mercado de balcão americano (Over-the-Counter - OTC), sob a sigla LGSXY.

As controladas, controladas em conjunto e coligadas da Light compõem o Grupo Light (“Grupo Light” ou “Grupo”). As informações sobre as operações do Grupo são apresentadas na Nota 2.4, ao passo que as informações sobre operações entre partes relacionadas são apresentadas na Nota 28.

A Light S.A. é uma Companhia Aberta sem acionista controlador (“*full Corporation*”) e sem acordo de acionistas.

### 1.1 Continuidade operacional

A Administração da Companhia está acompanhando atentamente as situações que envolvem o processo de renovação da concessão que afeta diretamente sua controlada Light SESA.

A Companhia apresentou no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 prejuízo líquido de R\$5.672.203 (lucro líquido de R\$397.945 em 31 de dezembro de 2021), geração de caixa operacional líquido de R\$ 200.763 (consumo de caixa operacional líquido de R\$42.045 em 31 de dezembro de 2021), capital circulante líquido negativo de R\$871.574 (capital circulante líquido positivo de R\$2.635.302 em 31 de dezembro de 2021) e possui R\$10.688.690 de empréstimos, financiamentos e debêntures (R\$11.144.326 em 31 de dezembro de 2021), sendo R\$961.478 registrados no curto prazo e R\$9.727.212 registrados no longo prazo.

A controlada Light SESA apresentou no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 prejuízo líquido de R\$5.816.335 (lucro líquido de R\$243.628 em 31 de dezembro de 2021), consumo de caixa operacional líquido de R\$119.754 (geração de caixa operacional líquido de R\$137.756 em 31 de dezembro de 2021), capital circulante líquido negativo de R\$2.443.501 (capital circulante líquido positivo de R\$1.412.551 em 31 de dezembro de 2021) e possui R\$9.078.623 de empréstimos, financiamentos e debêntures (R\$9.490.575 em 31 de dezembro de 2021), sendo R\$941.688 registrados no curto prazo e R\$8.136.935 registrados no longo prazo.



A Administração da Companhia entende que o Grupo Light e sua controlada Light SESA apresentam situação operacional e financeira complexa, com:

- (i) elevado nível de endividamento;
- (ii) geração de caixa operacional historicamente insuficiente para sozinho honrar os compromissos;
- (iii) elevado índice de perdas não técnicas (furto de energia) e inadimplência;
- (iv) dificuldade de atuação em Áreas de Severa Restrição Operacional.

Esta situação foi agravada pelo(a):

- (i) aumento das taxas de juros SELIC de 2.00% em janeiro de 2021 para 13.75% em agosto de 2022;
- (ii) efeito da determinação de devolução de cerca de R\$2.8 bilhões de créditos decorrentes da exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS, como explicitado em mais detalhes nas Notas Explicativas 1.2, 9.1 e 38.1;
- (iii) deterioração macroeconômica da área de concessão desde 2015 e mais recentemente agravada pela pandemia de COVID-19.

A Administração da Companhia informa que não possui linhas de créditos contratadas e disponíveis para utilização em 31 de dezembro de 2022, porém tem buscado alternativas para melhorar a estrutura de capital da Companhia.

A concessão da controlada Light SESA, a distribuidora de energia elétrica do Grupo, vencerá em junho de 2026. A Administração da Companhia entende que determinados cenários para o futuro do Grupo que dependem (i) da necessidade de processo formal de renovação da concessão e (ii) da necessidade de negociação dos termos e condições da nova concessão, que não estão sob controle da Administração do Grupo Light.

Adicionalmente, as notas de crédito (*rating*) atribuídas à Companhia e a controlada Light SESA pelas agências de classificação de risco são:

Ratings	Light S.A.			Light SESA		
	Nacional	Internacional	Data de Publicação	Nacional	Internacional	Data de Publicação
Fitch	CCC(bra)	CCC+	02.02.2023	CCC(bra)	CCC+	02.02.2023
S&P	-	-	-	brBB-	-	16.02.2023
Moody's	B.br	B3	07.02.2023/ 03.02.2023	B.br	B3	07.02.2023/ 03.02.2023

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Grupo Light possui em seus contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures cláusulas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas. O vencimento antecipado pode ocorrer, no caso de:

- (i) não atendimento a pelo menos um dos indicadores financeiros (“*covenants* financeiros”) em dois trimestres consecutivos ou quatro trimestres intercalados; ou
- (ii) não cumprimento de determinados *covenants* não financeiros, como por exemplo, cláusulas de atendimento de nível mínimo de classificação de crédito avaliado por agências de rating.



A Administração da Companhia realizou o cálculo de todos os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures e concluiu que estes indicadores foram atendidos para o trimestre findo em 31 de dezembro de 2022. Vale ressaltar que o Grupo Light cumpriu com indicadores financeiros dos últimos 3 trimestres, não ensejando o vencimento antecipado de forma imediata das dívidas.

Com relação ao *covenant* não financeiro relacionado a ratings do Grupo Light, a Administração da Companhia verificou que conforme item XXIX da cláusula 6.28 das escrituras da 8ª emissão de debêntures da controlada Light SESA e da 3ª emissão de debêntures da controlada Light Energia o “rebaixamento do rating da Emissão previsto na Cláusula 5.1., item V, para abaixo do conceito BBB-” enseja a convocação de assembleia geral de debenturistas pelo Agente Fiduciário, que pode declarar o vencimento antecipado, que por sua vez provocaria o vencimento antecipado dos outros contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures do Grupo Light automaticamente.

Adicionalmente, a controlada Light SESA possui em seu contrato de concessão de energia elétrica, entre outras obrigações, cláusulas que condicionam a continuidade da concessão ao cumprimento de critérios de sustentabilidade econômico-financeira da referida controlada. A Administração da Companhia ressalta que os indicadores de sustentabilidade econômico-financeira para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 ainda não foram mensurados de forma definitiva pela ANEEL, uma vez que estes são mensurados quando da emissão das demonstrações contábeis regulatórias, porém a análise preliminar indica um risco de descumprimento para o exercício de 2022. A Administração da Companhia entende que no caso deste risco se materializar, o descumprimento não implica o início, de forma imediata, do processo de caducidade da concessão da controlada Light SESA, mas requer monitoramento contínuo.

A distribuição de energia elétrica está sujeita a um conjunto de regulamentos entre os quais se destacam os de sustentabilidade operacional. Neste âmbito, cumpre destacar que a Light encerrou o ano de 2022 atendendo os indicadores regulados voltados à mensuração da continuidade e qualidade do serviço prestado. Em termos de continuidade, a companhia se apresenta entre as melhores do país em termos de duração (DEC) e frequência (FEC) de interrupções de energia e dentro do parâmetro regulatório. Em termos de atendimento comercial, destacam-se o indicador FER que mede a frequência equivalente de reclamações recebidas e tratadas pela empresa com um índice de 11,26, performance 13% melhor que o referencial regulatório e, ainda, o alcance do índice Satisfatório esperado pela ANEEL para o Plano de Resultados de Atendimento que reúne um conjunto de indicadores voltados ao atendimento ao cliente. (*Informações não auditadas pelos auditores independentes*).

Cabe ressaltar que também integram o Grupo Light a Light Energia, titular de concessão de geração de energia elétrica e a comercializadora Lightcom, sendo que apresentam geração de caixa operacional recorrente e historicamente pagam dividendos para a Companhia.

A Administração da Companhia entende que enquanto o processo de renovação da concessão não for concluído, e considerando a situação operacional e financeira complexa e agravada descrita acima, o cronograma contratual de pagamento das dívidas (vide notas explicativas 20 e 21), combinadas com as demais obrigações (qualidade do serviço, segurança, fornecedores, funcionários, impostos federais, estaduais e municipais, devolução de créditos de PIS/COFINS para consumidores entre outros), o Grupo Light envidará esforços contínuos para permitir a continuidade



operacional da Companhia, que incluem uma combinação de estratégias que compreendem principalmente (i) utilização de recursos próprios existentes em 31 de dezembro de 2022, (ii) utilização de recursos oriundos da venda de ativos, cuja venda possui elementos que não estão totalmente sob o controle da Administração do Grupo Light, (iii) utilização de recursos oriundos do fluxo de caixa operacional, cuja estabilidade é razoavelmente previsível pela existência de base sólida de clientes cativos, volume de energia relativamente previsível, tarifas estabelecidas pela ANEEL e concessão de distribuição de energia elétrica válida até Junho de 2026, (iv) obtenção de extensão de prazos de pagamento junto a fornecedores e credores, cuja extensão não está sob o controle da Administração do Grupo Light e pode implicar em custos financeiros adicionais em decorrência de multas, custos para obtenção de *waivers*, novos encargos financeiros ou na declaração de vencimentos antecipados, (v) utilização de recursos oriundos de captação junto a instituições financeiras ou mercado de capitais, cujo cenário apresenta restrições, tendo em vista que os recentes rebaixamentos dos ratings do Grupo Light pelas agências de ratings, e que podem implicar em elevados custos de captação de novas dívidas e até mesmo significar a indisposição dos credores em efetuar novos empréstimos e financiamentos para o Grupo Light, (vi) utilização de recursos oriundos de aumento de capital, cujo êxito não está sob o controle da Administração do Grupo Light, (vii) redução dos investimentos em infraestrutura que não implique em prejuízo na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica e indicadores de qualidade exigidos pelo contrato de concessão da Light SESA, (viii) atuação no âmbito regulatório para o reconhecimento adequado das perdas não-técnicas regulatórias e ajustes de redução de mercado, (ix) atuação no âmbito jurídico/legal para reversão da destinação integral dos créditos de PIS/COFINS, como os mandados de segurança já impetrados e a Ação Direta de Inconstitucionalidade pela ABRADÉE - Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica; e (x) renovação da concessão em bases sustentáveis.

Para ajudar e assessorar a Companhia a lograr as diversas estratégias mencionadas acima, a Administração contratou uma série de consultores, assessores legais, regulatórios e financeiros.

A Administração avaliou e concluiu que, apesar das incertezas descritas nesta seção 1.1, a Companhia possui condições de dar continuidade a suas operações para o período de 12 meses a partir da data da emissão dessas demonstrações financeiras. Com base nessa conclusão, essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas baseadas no princípio da continuidade operacional.

A Administração da Companhia perseguirá e envidará os melhores esforços nas diversas estratégias mencionadas acima. Porém, não há garantia de que a Companhia terá sucesso nas estratégias, visto que parte relevante dos elementos das estratégias não está sob o controle da Administração da Companhia, existindo, portanto, uma incerteza sobre seu sucesso. Os eventos e condições, anteriormente mencionados, individual ou coletivamente, indicam, no julgamento da Administração da Companhia, a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional do Grupo Light e da Light SESA, controlada da Companhia.

## 1.2 Promulgação da Lei nº 14.385 em 27 de junho de 2022

Em 27 de junho de 2022, foi promulgada a Lei nº 14.385/22, a qual altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para disciplinar o repasse de valores de tributos recolhidos a maior pelas



prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica. A nova Lei incluiu o art. 3º-B, na Lei nº 9.427/1996, para determinar a destinação integral em proveitos dos usuários afetados, dos créditos oriundos das ações em que as distribuidoras de energia elétrica obtiveram a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS.

A ANEEL estabeleceu os critérios para operacionalização da devolução dos créditos de PIS/COFINS levando em consideração, dentre outros aspectos, o valor total do crédito utilizado em compensação e a capacidade máxima de compensação desses créditos. A devolução dos créditos aos consumidores se dará por meio dos processos tarifários anuais.

Os Administradores da Companhia, baseados na opinião dos seus assessores legais externos, concluíram que há inconstitucionalidades na Lei. Desta forma, foram traçadas estratégias de atuação judicial que envolvem diversas etapas processuais, de medidas judiciais diferentes, que foram sucessivamente apresentadas perante o Poder Judiciário, respeitando-se uma ordem lógica-jurídica.

Como primeira medida, a Companhia ajuizou duas ações judiciais (5052102-70.2022.4.02.5101 e 1043306-50.2022.4.01.3400), ambas com o objetivo final – embora por razões distintas – de impedir a realização da referida Revisão Tarifária Extraordinária (RTE). Esse objetivo foi alcançado primeiramente nesta ação, por meio de acórdão favorável vigente no Agravo de Instrumento nº 1023960-31.2022.4.01.0000 interposto pela Light nos autos do referido Mandado de Segurança, impedindo que a Aneel delibere a Revisão Tarifária Extraordinária da Light objeto da Lei nº 14.385/2022 antes de realizada consulta pública. A decisão foi confirmada pela Presidência do Superior Tribunal de Justiça na SLS nº 3.414. Em cumprimento ao acórdão, a ANEEL realizou a consulta pública em novembro de 2022.

Em segunda medida, a Companhia impetrou um novo Mandado de Segurança nº 5062961-48.2022.4.02.5101, em trâmite perante a 30ª Vara Federal do Rio de Janeiro, com objetivo de evitar saída de recursos antes da efetiva homologação da compensação tributária pela Receita Federal do Brasil - RFB. Apesar de a liminar ter sido indeferida em 22 de agosto de 2022, pelo entendimento de ausência de *periculum in mora* uma vez estar vigente acórdão que suspendeu RTE, foi interposto o Agravo de Instrumento nº 5013111-02.2022.4.02.0000, em trâmite perante a 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, pendente de julgamento.

Como terceira medida, a Companhia impetrou novo Mandado de Segurança nº 5090279-06.2022.4.02.5101/RJ, em trâmite perante a 20ª Vara Federal do Rio de Janeiro, para que a ANEEL, antes de determinar repasse dos créditos aos consumidores, identifique os “usuários de serviços públicos afetados na respectiva área de concessão”, de forma que a destinação dos créditos em disputa observe a efetiva proporção em que cada usuário tenha sido “afetado” anteriormente pelo eventual recolhimento de tributo. A liminar foi indeferida em 30 de novembro de 2022 e o recurso de Agravo de Instrumento nº 5017168-63.2022.4.02.0000/RJ aguarda decisão.

Paralelamente, a Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica (ABRADEE) ajuizou a Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 7.324, perante o Supremo Tribunal Federal, a qual está sob relatoria do Ministro Alexandre de Moraes. Em 16 de dezembro de 2022, o Ministro Relator, “diante da relevância da matéria constitucional suscitada e de seu especial significado para



a ordem social e a segurança jurídica” adotou rito abreviado para célere decisão no processo, ainda pendente de julgamento.

A par desses acontecimentos jurídicos, a ANEEL em 13 de outubro de 2022, determinou o início de consulta pública em relação a RTE e em 13 de dezembro de 2022 efetivou a RTE da Companhia através da Resolução Homologatória nº 3.144.

Nesse contexto, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia decidiu provisionar os valores do crédito que poderá ser repassado aos consumidores, como medida de cautela, apesar do prognóstico de êxito estimado pelos assessores jurídicos externos para as ações judiciais ser *provável*.

A Administração da Companhia ressalta que seguirá adotando medidas judiciais necessárias para resguardar os direitos da Companhia.

O quadro a seguir apresenta os impactos ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, referentes à contabilização da devolução integral dos créditos referentes a exclusão do ICMS na base do PIS/COFINS no balanço patrimonial e na demonstração do resultado da Companhia:

Efeitos no balanço patrimonial	R\$ mil
Ativo diferido <sup>(a)</sup>	367.563
Provisão para contingências - crédito de PIS/COFINS sobre ICMS a devolver ao consumidor	(2.742.784)
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>(2.375.221)</b>

Efeitos no resultado do exercício	R\$ mil
Provisão para contingências – crédito de PIS/COFINS sobre ICMS a devolver ao consumidor	(1.081.068)
Atualização de provisão - Despesa financeira	(1.661.716)
Imposto de renda e contribuição social diferidos <sup>(a)</sup>	367.563
<b>RESULTADO</b>	<b>(2.375.221)</b>

<sup>(a)</sup> Como consequência do registro, a controlada Light SESA constituiu ativo diferido somente sobre a parcela da provisão para contingências no montante de R\$367.563, haja vista a atualização desse litígio não se tratar de parcela dedutível nas bases do IRPJ e CSLL. Todavia, a controlada Light SESA baixou o montante reconhecido após avaliação de recuperabilidade dos ativos diferidos e diante da expectativa de não realização do montante reconhecido, conforme descrito na Nota 10.

### 1.3 Entidades do Grupo

A Companhia possui participação societária nas seguintes controladas e controladas em conjunto cujos objetivos principais são distribuição, geração e comercialização de energia elétrica:

Sociedade	Natureza jurídica	Atividade	Localidade
<b>CONTROLADAS</b>			
Light Serviços de Eletricidade S.A.	Capital aberto	Distribuição de energia elétrica, com área de concessão abrangendo 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro, incluindo a capital.	Rio de Janeiro
Light Energia S.A.	Capital aberto	Estudar, planejar, construir, operar e explorar sistemas de geração e transmissão, comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos ou autorizados.	Rio de Janeiro
Lajes Energia S.A.	Capital fechado	Análise da viabilidade técnica e econômica, a elaboração do projeto, a implantação, operação, manutenção e exploração comercial da PCH Lajes, com potência nominal de 17 MW <sup>(a)</sup> . Em 08 de julho de 2014, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 4.734/14 que transferiu a concessão da PCH Lajes da Light Energia para a Lajes Energia.	Rio de Janeiro
Light Com Comercializadora de Energia S.A. (“Lightcom”)	Capital fechado	Compra, venda, importação, exportação de energia e a prestação de serviços de consultoria no setor de energia.	Rio de Janeiro
Light Soluções em Eletricidade Ltda.	Limitada	Prestação de serviços aos clientes de baixa tensão contemplando montagem, reforma e manutenção de instalações em geral.	Rio de Janeiro





Sociedade	Natureza jurídica	Atividade	Localidade
Instituto Light	Pessoa Jurídica	Participar em projetos sociais e culturais, com interesse no desenvolvimento econômico e social das cidades, reafirmando a vocação da Companhia como empresa cidadã.	Rio de Janeiro
Light Conecta Ltda.	Capital fechado	Realização de projeto, construção, instalação, operação e exploração de usinas de geração de energia elétrica, bem como, a realização de compra, venda, importação, exportação de energia elétrica, térmica, gases e utilidades industriais, prestação de serviços de consultoria no setor de energia, locação de bens móveis e imóveis, além de aquisição e comercialização de mercadorias vinculadas à atividade e realização de estudos, projetos, implementação, operação e manutenção de obras, construções e instalações, de qualquer natureza ou especialidade.	Rio de Janeiro
<b>CONSÓRCIO</b>			
Consórcio UHE Itaocara	Capital fechado	Constituído para a exploração da Usina Hidrelétrica de Itaocara, controlada em conjunto pela Light Conecta (51%) e pela Cemig GT (49%). Em 30 de abril de 2015, o Consórcio UHE Itaocara sagrou-se vencedor no Leilão A-5 realizado pela ANEEL, relacionado à concessão da Usina Hidrelétrica de Itaocara. Em 31 de dezembro de 2022, a Administração provisionou 100% desse investimento por não ter expectativa de recuperabilidade futura.	Rio de Janeiro



Sociedade	Natureza jurídica	Atividade	Localidade
<b>CONTROLADAS EM CONJUNTO</b>			
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	Capital fechado	Controlada em conjunto pela Light Conecta (51%) e pela Cemig GT (49%), foi constituída para construir a UHE Itaocara e tem como objeto a concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica Itaocara I, conforme contrato de concessão nº01/2015 celebrado com a União. O Projeto Itaocara não será desenvolvido e a UHE Itaocara S.A. rescindiu a totalidade dos seus contratos de venda de energia (CCEARs) e está buscando com a ANEEL uma solução equilibrada para a devolução da concessão.	Rio de Janeiro
Axxiom Soluções Tecnológicas ("Axxiom")	Capital fechado	Oferta de soluções de tecnologia e sistemas para gestão operacional de concessionárias de serviços públicos, incluindo empresas de energia elétrica, gás, água, esgoto e demais empresas de utilidades. Controlada em conjunto pela Light S.A. (51%) e pela CEMIG (49%).	Minas Gerais
Amazônia Energia S.A. ("Amazônia Energia")	Capital fechado	Participar e administrar o capital social da Norte Energia S.A. ("NESA"), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará. Controlada em conjunto pela Light S.A. (25,5%) e pela Cemig GT (74,5%), a participação da Amazônia Energia na NESA é de 9,8% do capital.	Brasília

<sup>(a)</sup> Não auditado pelos auditores independentes

## 1.4 Concessões do Grupo Light

Segue abaixo o resumo das concessões do Grupo Light vigentes em 31 de dezembro de 2022:

Concessões	Contrato de concessão	Data de vencimento
Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Light SESA")	Junho de 1996	Junho de 2026
Light Energia S.A. ("Light Energia")	Junho de 1996	Entre março e julho de 2028 <sup>(a)</sup>
Lajes Energia S.A. ("Lajes Energia")	Julho de 2014	Maio de 2026

<sup>(a)</sup> Vencimentos distintos das usinas de Pereira Passos, Nilo Peçanha, Ilha dos Pombos, Santa Branca e Fontes Nova.

A controlada Light SESA, por ser uma concessionária de distribuição de energia elétrica e não controlar os ativos subjacentes, aplica o IFRIC 12/ICPC 01 e utiliza o modelo bifurcado em virtude das empresas do segmento serem remuneradas: (i) pelo Poder Concedente, no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão (ativo financeiro da concessão); e (ii) pelos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica (ativo intangível).

Para as controladas Light Energia e Lajes Energia, não é aplicado o IFRIC 12/ICPC 01, pois as mesmas não aplicam tarifas definidas pelo Poder Concedente, conforme exigido na norma.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Diretoria na sua gestão.



Em 27 de março de 2023, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

## 2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros (Nota 34) e ativos mantidos para venda (Nota 5), mensurados pelos seus valores justos e pelos seus valores justos menos despesas com vendas, de acordo com as normas aplicáveis, respectivamente.

## 2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.

## 2.4 Consolidação do Grupo Light

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo incluem:

Sociedades controladas	Atividade	31.12.2022 e 31.12.2021		
		Forma de avaliação	Participação direta (%)	Participação indireta (%)
Light SESA	Distribuição	Consolidação	100,0	-
Light Energia	Geração hidráulica	Consolidação	100,0	-
Lajes Energia	Geração hidráulica	Consolidação	-	100,0
Lightcom	Comercialização	Consolidação	100,0	-
Light Soluções	Serviços	Consolidação	100,0	-
Instituto Light	Outros	Consolidação	100,0	-
Light Conecta	Serviços	Consolidação	100,0	-
Consórcio UHE Itaocara <sup>(a)</sup>	Geração hidráulica	Consolidação	-	51,0

<sup>(a)</sup> Em 31 de dezembro de 2022, a Administração provisionou como perda 100% desse investimento por não ter expectativa de recuperabilidade futura, conforme Nota 5.

## 2.5 Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, requer que a Diretoria faça julgamentos, adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas são revisadas continuamente e os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os ajustes oriundos dessas revisões são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.



As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

Notas	Estimativa e julgamentos significativos
5	Estimativa de valor justo de ativo não circulante mantido para venda
8	Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)
9	Realização dos créditos de PIS e COFINS sobre ICMS e valores a serem restituídos a consumidores
10	Recuperação do IRPJ e CSSL diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias
12	Ativos e passivos financeiros do setor
13	Ativo financeiro da concessão
22	Provisões para contingências
23	Contingências
24	Benefícios pós-emprego
30	Pagamento baseado em ações
31.1	Fornecimento não faturado
32.1	Provisão para compra de energia elétrica
34	Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas estão descritas a seguir:

#### 3.1 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo quando o Grupo for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos, inicialmente, pelo seu valor justo acrescidos dos custos incorridos para sua obtenção. Um ativo financeiro deve após o seu reconhecimento inicial ser mensurado pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou valor justo por meio do resultado.

#### Valor justo por meio do resultado

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição. São mensurados pelo valor novo de reposição (“VNR”), equivalentes ao valor justo na data das demonstrações financeiras. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação são reconhecidos no resultado.

Nesta categoria encontram-se também os certificados de depósito bancário (CDB), as cotas de fundos de investimento e os instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos financeiros derivativos (operações de *swap*) são instrumentos mantidos para regular as exposições de riscos de variação de moeda estrangeira, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.



### Custo amortizado

Os ativos financeiros são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo e estão sujeitos a *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas dos passivos financeiros são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Encontram-se nesta categoria o numerário disponível, os valores a receber com clientes, serviços prestados a receber, depósitos vinculados a litígios, ativos e passivos financeiros do setor, valores a receber de partes relacionadas, outros créditos, fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures, obrigações por arrendamento mercantil e outros débitos.

### Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e
- O Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

### 3.2 Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor



justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. O Grupo não adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designa seus derivativos como:

### **Hedge do valor justo**

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco protegido.

Para *hedges* de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do *hedge*, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto.

Se o item objeto de *hedge* for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado.

### **3.3 Caixa e equivalentes de caixa**

No balanço patrimonial, os saldos de caixa e bancos correspondem a saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são pós-fixadas e correspondem a operações realizadas com instituições que atuam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, garantia de recompra diária pela instituição financeira, a uma taxa previamente estabelecida pelas partes e remuneração, em sua maioria, pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com perda insignificante de valor em caso de resgate antecipado.

### **3.4 Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo fornecimento e o suprimento de energia elétrica, faturada e a faturar, comercialização de energia, acréscimos moratórios, juros oriundos de atraso no pagamento, encargos de uso da rede elétrica e energia comercializada a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).



As contas a receber de clientes são reconhecidas ao valor faturado e deduzidas das perdas esperada em créditos de liquidação duvidosa (PECLD). O Grupo utiliza uma matriz de provisão para calcular a PECLD para as contas a receber. A matriz de provisão considera um *aging list* de 12 meses segregado por classe de consumo e uma projeção de expectativa de recebimento para os próximos 36 meses, a partir de uma base estatística de expectativa de recebimentos, a qual proporciona uma melhor aderência a expectativa de recebimento efetivo dos montantes em aberto no contas a receber da Companhia. A aplicação da matriz está segregada em faturamento regular e parcelado e faturas oriundas da aplicação de Termos de Ocorrência de Inspeção ("TOI") geradas através da identificação de irregularidades na medição de consumo de determinado cliente, por classe de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público). O Grupo revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Além disso, quando aplicável, para o segmento de poder público, iluminação pública e serviço público são consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo critério julgamental que reporte a expectativa de perda esperada para esses clientes.

### 3.5 Estoques

Os estoques estão registrados ao custo médio de aquisição. Quando aplicável, o saldo será deduzido de provisões para perdas. Os materiais em estoque são classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo).

### 3.6 Ativos e passivos financeiros do setor

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados (Parcela A e outros componentes financeiros) que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

Esses valores serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção da concessão.

### 3.7 Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Esses ativos são mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de venda são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídos as financeiras e os tributos sobre o lucro.

Ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente como itens circulantes no balanço patrimonial. Os dividendos recebidos de empreendimentos controlados em conjunto classificados como mantidos para venda são reconhecidos no resultado, tendo em vista a interrupção da mensuração pelo método da equivalência patrimonial.



### 3.8 Investimentos

A Companhia detém investimentos em empresas controladas e controladas em conjunto. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e são, inicialmente, reconhecidos pelo custo de aquisição, sendo este mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

Anualmente, a Companhia avalia se há evidência objetiva de que o investimento sofreu perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), sendo que esta perda é o resultado da diferença entre o valor recuperável do investimento e o seu valor contábil.

### 3.9 Ativo financeiro da concessão

A controlada Light SESA reconhece um ativo financeiro decorrente do contrato de concessão quando possui um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente ou da parte por ele indicada ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Tais ativos financeiros correspondem à parcela dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão e são avaliados com base no Valor Novo de Reposição (VNR), equivalente ao valor justo, acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) e tendo como referência os valores homologados pela ANEEL da base de remuneração de ativos nos processos de revisão tarifária.

### 3.10 Ativo de contrato

Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores ou receber uma indenização ao final da concessão para os ativos ainda não amortizados. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

### 3.11 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo de aquisição ou formação, incluindo custo atribuído, encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada e de perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

A depreciação é calculada pelo método linear, em contrapartida ao resultado do exercício, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Para os ativos imobilizados que não possuem garantia de indenização, os itens são depreciados pelo método linear até o limite da concessão ou depreciados pela vida útil do bem, dos dois, o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na Nota 16.





Eventuais ajustes nos métodos de depreciação, nas vidas úteis ou nos valores residuais são reconhecidos e ajustados de forma prospectiva.

### 3.12 Intangível

Para os ativos intangíveis de distribuição de energia elétrica, a parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão, usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Os ativos intangíveis compreendem, principalmente, os softwares adquiridos de terceiros e os ativos referentes aos contratos de concessão. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangíveis, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na demonstração de resultado.

### 3.13 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

### 3.14 Arrendamentos

O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento e aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração, exceto para arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor individual.

#### 3.14.1 Ativos de direito de uso

O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento mensurados pelo valor presente. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

#### 3.14.2 Passivos de arrendamento

Os passivos de arrendamentos são inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo dos contratos. Após a data de início, o valor



do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas.

### 3.14.3 Estimativa da taxa incremental de arrendamentos

Os arrendamentos vigentes não possuem sua taxa de juros implícita prontamente identificável, motivo pelo qual a Companhia considera a taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos de arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao tomar empréstimos, por prazo semelhante, para obter os recursos necessários para a aquisição de ativos com valores similares ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Companhia calcula a taxa incremental usando dados observáveis, quando disponíveis.

## 3.15 Benefícios a empregados

### 3.15.1 Benefícios pós emprego

A Companhia e suas controladas possuem planos previdenciários para complementação de aposentadoria e pensão de contribuição definida e de benefício definido. Os planos são financiados por meio de contribuições de participantes e patrocinadora aos fundos de pensão, conforme determinado por cálculos atuariais periódicos.

As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesa com pessoal quando incorridas.

A obrigação líquida do Grupo quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente, para cada plano, através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferirão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o maior valor entre a dívida pactuada com a Fundação de Seguridade Social Braslight para amortização das obrigações atuariais e o valor presente da obrigação atuarial, calculada por meio de laudo atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano.

Anualmente é realizado um cálculo para avaliação atuarial dos planos existentes por atuário independente. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais (remensurações do valor líquido de passivo ou ativo de benefício definido) são reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes e não são transferidos para lucros ou prejuízos acumulados.

### 3.15.2 Benefícios de curto prazo a empregados

As obrigações de benefícios de curto prazo a empregados referem-se aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros, e é provisionada em conformidade com o acordo coletivo



na rubrica de despesa com pessoal (Participação dos Empregados e Administradores) no resultado do exercício.

### 3.15.3 Plano de assistência médica

A Companhia e suas controladas patrocinam, plano de assistência médica aos aposentados e desligados que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento a Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tenha direito enquanto empregado ativo.

Os ganhos e perdas atuariais que refletem mudanças no valor presente da obrigação resultantes de ajustes de diferenças atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes diretamente no patrimônio líquido.

### 3.16 Transações de pagamentos baseados em ações da Companhia

A Companhia possui plano de remuneração baseado em ações que tem por objetivo permitir que as pessoas elegíveis, sujeito a determinadas condições, adquiram ações, com vista a estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos das pessoas elegíveis.

Poderão ser eleitos como participantes de opções nos termos do plano, os administradores e empregados da Companhia ou de outras sociedades sob o seu controle, desde que aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

Os efeitos do plano de remuneração baseado em ações são calculados com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais outorgados e reconhecidos no balanço patrimonial e na demonstração de resultados conforme as condições contratuais sejam atendidas.

### 3.17 Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras.

#### 3.17.1 Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social corrente é apresentado líquido, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando o montante antecipadamente pago excede o total devido na data do relatório. São calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) de cada entidade tributável e às alíquotas aplicáveis segundo as legislações vigentes.



### 3.17.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos utilizando as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas Demonstrações Financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos somente na medida em que seja provável que exista lucro tributável, para o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais compensados.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado anualmente e baixado quando não for mais provável que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, seja no resultado, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido e são apresentados pelo resultado líquido no balanço, havendo o direito legal e a intenção de compensá-lo quando da apuração dos tributos correntes, relacionados às mesmas entidades e autoridades tributáveis.

### 3.18 Provisões

#### 3.18.1 Geral

Uma provisão é reconhecida quando o Grupo possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável.

#### 3.18.2 Provisões para contingência

O Grupo é parte em diversos processos judiciais e administrativos, logo, as provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos econômicos seja requerida para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e a opinião da Diretoria, quando aplicável. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### 3.19 Reconhecimento de receitas

As receitas do Grupo são reconhecidas quando uma obrigação de performance for satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado a essa obrigação de performance. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita proveniente de um contrato com cliente quando a expectativa de recebimento for provável, levando em consideração a intenção de pagamento do cliente.



### 3.19.1 Receita de fornecimento de energia elétrica e receita de uso da rede

As receitas de venda de energia são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação, com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. A Companhia mensura e reconhece as receitas de fornecimento de energia para os consumidores finais de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela distribuidora.

A receita não faturada de fornecimento de energia elétrica corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada tomando como base ciclos de leitura. O efeito nas demonstrações financeiras da diferença entre a estimativa e o realizado é considerado imaterial.

A receita de operações venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos valor justo da contraprestação a receber no momento em que as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças (PLD).

As receitas de uso da rede de distribuição (TUSD) recebidas de outras concessionárias e consumidores livres são contabilizadas quando há o uso da rede de distribuição pelo cliente. A receita pela distribuição não faturada é contabilizada com base na receita auferida, porém, com faturas emitidas nos primeiros dias do mês posterior.

### 3.19.2 Receita de serviços

As receitas de serviços são reconhecidas à medida que as obrigações de performances determinadas em contrato são transferidas ao cliente e a possibilidade do recebimento da contraprestação financeira for provável.

### 3.19.3 Receita de construção

A receita de construção corresponde à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura, substanciada nos investimentos em ativos da concessão realizados pela Companhia no exercício. O reconhecimento dessa receita está diretamente relacionado aos gastos incorridos com a construção dos ativos da infraestrutura de concessão. Considerando que o modelo regulatório vigente não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, sendo assim a margem de construção adotada foi estabelecida como sendo igual a zero.

### 3.19.4 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras, juros sobre atraso no recebimento de cliente, atualização de ativos e passivos financeiros do setor e variações de *swaps*. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e debêntures, ajustes de desconto a valor presente e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo



por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

### 3.20 Ajuste a valor presente de ativos

Os itens sujeitos ao desconto a valor presente são referentes a contas a receber de clientes. O Grupo realizou cálculo do valor presente para os saldos com prazos de pagamento superiores a 180 dias. A taxa de desconto utilizada pela Diretoria para o desconto a valor presente para esses itens é de aproximadamente 10,0% a.a., semelhante ao custo médio de captação de recursos do Grupo nos últimos anos e ao encargo financeiro cobrado de seus clientes.

### 3.21 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022 estão descritos abaixo e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas.

Revisão e normas impactadas	Descrição	Impactos contábeis
IFRS 3	Referência a estrutura conceitual	Sem impactos relevantes
IAS 37	Contrato oneroso	Sem impactos relevantes
IAS 16/CPC 27	Imobilizado	Sem impactos relevantes
IAS 2 CPC 16	Estoque	Sem impactos relevantes
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS's 2018-2020	Melhorias IFRS 1/CPC 37, IFRS 9/CPC 48, IFRS 16/CPC 06 (R2) e IAS 41/CPC 29	Sem impactos relevantes

### 3.22 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas em discussão no IASB, mas ainda não em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas a seguir e todas são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023. A Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

Revisão e normas impactadas	Descrição	Impactos contábeis
IFRS 17	Contratos de seguros	Essa norma não se aplica a Companhia
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	A Companhia avaliará os impactos
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis	Não se espera impacto significativo
Alterações ao IAS 1 e IFRS 2 – Declaração de Prática	Divulgação de políticas contábeis	A Companhia avalia os impactos
IAS 12/CPC 32	Imposto diferido relacionado a Ativos e Passivos resultantes de uma única transação	A Companhia avalia os impactos



#### 4. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 estão sendo apresentadas em relação aos negócios da Companhia, identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas, conforme apresentadas a seguir:

Balanco Patrimonial	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 31.12.2022
Ativo circulante	2.954.276	676.118	269.848	989.479	(116.829)	4.772.892
Outros ativos não circulantes	14.784.157	21.918	511	11.499	-	14.818.085
Investimentos	43.621	-	-	1.872.898	(1.872.899)	43.620
Imobilizado	325.827	1.677.456	290	64	-	2.003.637
Intangível	2.149.109	316.978	455	1.327	-	2.467.869
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>	<b>20.256.990</b>	<b>2.692.470</b>	<b>271.104</b>	<b>2.875.267</b>	<b>(1.989.728)</b>	<b>24.106.103</b>
Passivo circulante	5.397.772	243.620	111.790	8.113	(116.829)	5.644.466
Passivo não circulante	13.662.150	1.953.802	-	928	-	15.616.880
Patrimônio líquido	1.197.068	495.048	159.314	2.866.226	(1.872.899)	2.844.757
<b>TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>20.256.990</b>	<b>2.692.470</b>	<b>271.104</b>	<b>2.875.267</b>	<b>(1.989.728)</b>	<b>24.106.103</b>

Balanco Patrimonial	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 31.12.2021
Ativo circulante	7.798.320	1.162.257	296.871	656.695	(590.114)	9.324.029
Outros ativos não circulantes	13.861.576	62.166	11.578	17.326	-	13.952.646
Investimentos	34.124	-	-	8.191.828	(7.868.191)	357.761
Imobilizado	309.308	1.466.403	327	33.843	-	1.809.881
Intangível	2.455.860	375.710	607	1.378	-	2.833.555
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>	<b>24.459.188</b>	<b>3.066.536</b>	<b>309.383</b>	<b>8.901.070</b>	<b>(8.458.305)</b>	<b>28.277.872</b>
Passivo circulante	6.385.767	659.419	129.699	103.956	(590.114)	6.688.727
Passivo não circulante	10.906.594	1.926.285	554	22.611	-	12.856.044
Patrimônio líquido	7.166.827	480.832	179.130	8.774.503	(7.868.191)	8.733.101
<b>TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>24.459.188</b>	<b>3.066.536</b>	<b>309.383</b>	<b>8.901.070</b>	<b>(8.458.305)</b>	<b>28.277.872</b>

Resultados por segmento:

Demonstração do Resultado 2022	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	12.178.145	805.579	1.160.054	72	(890.564)	13.253.286
Despesas e custos operacionais	(14.612.418)	(290.563)	(1.050.614)	(83.690)	890.564	(15.146.721)
Equivalência patrimonial	-	-	-	(5.654.432)	5.637.456	(16.976)
<b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS</b>	<b>(2.434.273)</b>	<b>515.016</b>	<b>109.440</b>	<b>(5.738.050)</b>	<b>5.637.456</b>	<b>(1.910.411)</b>
Resultado financeiro	(3.199.337)	(302.828)	22.444	32.394	-	(3.447.327)
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS</b>	<b>(5.633.610)</b>	<b>212.188</b>	<b>131.884</b>	<b>(5.705.656)</b>	<b>5.637.456</b>	<b>(5.357.738)</b>
Imposto de renda e contribuição social	(182.725)	(65.877)	(44.811)	(21.052)	-	(314.465)
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>	<b>(5.816.335)</b>	<b>146.311</b>	<b>87.073</b>	<b>(5.726.708)</b>	<b>5.637.456</b>	<b>(5.672.203)</b>

Demonstração do Resultado 2021	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	13.625.646	853.492	1.314.234	58	(895.510)	14.897.920
Despesas e custos operacionais	(13.010.201)	(420.196)	(1.164.381)	(7.727)	895.510	(13.706.995)
Equivalência patrimonial	-	-	-	355.346	(402.970)	(47.624)
<b>LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS</b>	<b>615.445</b>	<b>433.296</b>	<b>149.853</b>	<b>347.677</b>	<b>(402.970)</b>	<b>1.143.301</b>
Resultado financeiro	(1.051.225)	(290.471)	5.813	5.693	-	(1.330.190)
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS</b>	<b>(435.780)</b>	<b>142.825</b>	<b>155.666</b>	<b>353.370</b>	<b>(402.970)</b>	<b>(186.889)</b>
Imposto de renda e contribuição social	679.408	(39.863)	(52.844)	(1.867)	-	584.834
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>	<b>243.628</b>	<b>102.962</b>	<b>102.822</b>	<b>351.503</b>	<b>(402.970)</b>	<b>397.945</b>



## 5. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA

Em conformidade com as normas vigentes, a Companhia mensura pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda os ativos classificados como mantido para venda.

Ativos classificados como mantidos para venda	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Lightger	-	41.446	-	41.446
Guanhães Energia	-	-	-	93.500
Amazônia Energia	208.648	-	208.648	-
<b>Total</b>	<b>208.648</b>	<b>41.446</b>	<b>208.648</b>	<b>134.946</b>

### Controladas em conjunto Guanhães Energia S.A. (“Guanhães Energia”) e Lightger S.A. (“Lightger”)

Em 18 de dezembro de 2020, foi aprovada a concessão de período de exclusividade à Brasal Energia S.A. (“Brasal”) visando à potencial operação para a alienação da totalidade da participação de 51% das controladas em conjunto Guanhães Energia e Lightger. A partir deste momento, a Companhia passou a tratar contabilmente esse bloco de ativos como “ativos não circulantes mantidos para venda”.

Em 09 de dezembro de 2021, a Light S.A, em conjunto com sua controlada Light Energia, celebrou contrato de compra e venda com Brasal. Em 23 de junho de 2022, a alienação das controladas em conjunto Guanhães Energia e Lightger S.A. foi concluída pelos valores de R\$97.011 e R\$103.743, respectivamente.

### Controlada em conjunto Amazônia Energia S.A. (“Amazônia Energia”)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia realizou estudos e negociações visando o desinvestimento na Amazônia Energia, que possui 9,8% de participação na da Norte Energia S.A. (“NESA”). Esse desinvestimento está alinhado com a estratégia de alienação de participações minoritárias da Companhia.

Assim, em conformidade com as políticas contábeis da Companhia descritas na Nota 3.7, a Administração reclassificou o investimento como um ativo não circulante mantido para venda mensurado ao seu valor justo, que resultou em um valor inferior ao valor contábil em R\$94.453. Desta forma, o saldo do investimento transferido da rubrica “Investimentos” para “Ativos não circulantes mantidos para venda” foi de R\$208.648.





**Balço patrimonial da controlada em conjunto Amazônia Energia S.A em 31 de dezembro de 2022**

Balço Patrimonial	Amazônia
Caixa e equivalentes de caixa	146
<b>Circulante</b>	<b>146</b>
Não circulante	1.190.554
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.190.700</b>
Outros	1.581
<b>Circulante</b>	<b>1.581</b>
Outros	489
<b>Não circulante</b>	<b>489</b>
Patrimônio líquido	1.188.630
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.190.700</b>

**Demonstração do resultado da controlada em conjunto Amazônia Energia S.A em 31 de dezembro de 2022**

Demonstração do Resultado	Amazônia
Despesas gerais e administrativas	(79)
Resultado financeiro líquido	(63.246)
<b>PREJUÍZO ANTES DO IR E CSLL</b>	<b>(63.325)</b>
Imposto de renda e contribuição social	-
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(63.325)</b>

**6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Caixa e equivalente de caixa	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e bancos	2.693	9	43.886	53.528
Aplicações financeiras de liquidez imediata (CDB)	-	-	-	343.249
<b>TOTAL</b>	<b>2.693</b>	<b>9</b>	<b>43.886</b>	<b>396.777</b>

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui aplicações financeiras de liquidez imediata. Em 31 de dezembro de 2021 a remuneração média das aplicações financeiras era de 106,3% do CDI.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota 34.

**7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Títulos e valores mobiliários	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	670.172	62.647	1.795.279	3.049.564
Fundo de investimento (não exclusivos)	50.000	-	244.386	158.632
<b>TOTAL</b>	<b>720.172</b>	<b>62.647</b>	<b>2.039.665</b>	<b>3.208.196</b>

Os títulos e valores mobiliários são representados por: (i) garantias oferecidas para participação em leilões de energia; (ii) valores provenientes de venda de ativos que ficam retidos para reinvestimentos na rede elétrica; (iii) fundos de investimentos não exclusivos; e (iv) aplicações que



têm seus vencimentos superiores a três meses da data de aplicação, com perda de valor em caso de resgate antecipado. A remuneração média dessas aplicações é de 102,6% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (101,9% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

## 8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Contas a receber de clientes - Consolidado	31.12.2022			31.12.2021		
	Recebíveis	PECLD	Total	Recebíveis	PECLD	Total
<b>Abertura por classe de consumo</b>						
Residencial	4.066.018	(3.274.771)	791.247	4.079.149	(2.354.291)	1.724.858
Industrial	133.536	(108.801)	24.735	135.592	(90.856)	44.736
Comercial	1.032.420	(676.590)	355.830	1.062.065	(487.877)	574.188
Rural	6.488	(5.064)	1.424	8.497	(2.994)	5.503
Poder público	357.466	(191.927)	165.539	412.643	(197.840)	214.803
Iluminação pública	193.955	(104.236)	89.719	214.569	(97.678)	116.891
Serviço público	174.014	(13.039)	160.975	195.608	(47.242)	148.366
<b>Fornecimento faturado e parcelamentos</b>	<b>5.963.897</b>	<b>(4.374.428)</b>	<b>1.589.469</b>	<b>6.108.123</b>	<b>(3.278.778)</b>	<b>2.829.345</b>
Fornecimento não faturado	681.430	(10.159)	671.271	635.102	(7.971)	627.131
Comercialização de energia	118.607	(1.006)	117.601	141.697	(748)	140.949
Suprimento e encargos de uso da rede elétrica	28.122	(1.283)	26.839	25.369	(160)	25.209
Outras contas a receber	16.991	-	16.991	22.734	-	22.734
<b>TOTAL</b>	<b>6.809.047</b>	<b>(4.386.876)</b>	<b>2.422.171</b>	<b>6.933.025</b>	<b>(3.287.657)</b>	<b>3.645.368</b>
Circulante			1.005.527			2.424.681
Não circulante			1.416.644			1.220.687

Conforme descrito na nota de provisão para contingências regulatórias nº 22.1.4, a controlada Light SESA recebeu um auto de infração em janeiro de 2019 com penalidades decorrentes de uma fiscalização ocorrida em setembro de 2017. A Companhia protocolou alguns recursos cuja conclusão ocorreu no quatro trimestre de 2022. A controlada Light SESA concluiu que todos os recursos sobre o tema foram exauridos, não havendo assim possibilidade para abertura de novas discussões. Em dezembro de 2022, para atender as determinações da ANEEL, a controlada Light SESA refletiu os impactos financeiros da determinação do órgão regulador na linha de fornecimento faturado residencial o montante negativo de R\$477.196 e na linha de PECLD residencial o montante positivo de R\$403.661.

### 8.1 Principais clientes parcelados

Em 07 de julho de 2018, a controlada Light SESA assinou um acordo de parcelamento com a SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A ("SuperVia"), cujo montante a receber era de R\$163.212. Em 25 de junho de 2019, a controlada Light SESA assinou um aditivo a esse acordo, onde foi incorporado ao saldo de parcelamento de débitos o montante de R\$48.149. O montante atualizado deste parcelamento em 31 de dezembro de 2022 é de R\$145.173 (R\$129.837 em 31 de dezembro de 2021). Em 11 de junho de 2021, a Justiça do Rio de Janeiro aceitou o pedido de processamento da recuperação judicial da SuperVia e conseqüentemente foi determinada a suspensão de todas as ações ou execuções contra a empresa. Em 07 de outubro de 2021, foi publicado o edital com a lista consolidada dos credores e plano de recuperação judicial (RJ) da SuperVia.



A assembleia de credores foi realizada em 31 de maio de 2022 e o Plano de Recuperação Judicial da Supervia foi homologado em 06 de junho de 2022. Algumas condições foram acordadas como: (i) faturas dos serviços prestados pela Companhia entre 09 de junho de 2022 e 09 de junho de 2024 vencerão em 45 dias após emissão; e (ii) dívida constituída até 07 de junho de 2021 será quitada em 48 parcelas a partir de janeiro de 2025. Logo, a Companhia registrou o montante de R\$12.155 a título de ajuste a valor presente da Supervia, e o montante líquido do parcelamento em 31 de dezembro de 2022 é de R\$133.018.

Em 31 de dezembro de 2022, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (“PCRJ”) possui um montante em aberto de R\$204.690 com a Light SESA. Esse montante refere-se às faturas de energia elétrica do período entre agosto de 2018 a dezembro de 2022. Deste montante, (i) o total de R\$188.191 refere-se a faturas emitidas até dezembro de 2020, as quais estão sendo negociadas diretamente com a Secretaria Municipal de Fazenda; (ii) o montante de R\$16.499, referente as faturas emitidas de janeiro de 2021 a novembro de 2022, está em negociação junto à PCRJ e a expectativa de regularização até o final do primeiro semestre de 2023.

## 8.2 Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

Seguem abaixo as movimentações da PECLD de clientes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

<b>SALDO EM 31.12.2020</b>	<b>(2.648.925)</b>
Adições (Nota 32)	(597.354)
Baixas	(41.378)
<b>SALDO EM 31.12.2021</b>	<b>(3.287.657)</b>
Adições	(1.101.550)
Reversão de baixas	2.331
<b>SALDO EM 31.12.2022</b>	<b>(4.386.876)</b>

No quarto trimestre de 2022, a Administração da Companhia iniciou um diagnóstico de toda a esteira de arrecadação que desencadeou um processo de revisão metodológica das provisões esperadas para crédito de liquidação duvidosa (PECLD). No entendimento da Administração, a metodologia foi aprimorada para que reflita melhor a mensuração da expectativa de recebimentos de seus clientes para o seu provável valor de realização e as características específicas de determinados grupos dentro do contas a receber.

A Companhia realizou uma análise técnica em conformidade com as normas contábeis vigentes, e concluiu que a estimativa proposta pela Companhia abrange de forma suficiente os critérios exigidos pela norma e que o aperfeiçoamento da metodologia se faz necessário visando representar de forma mais tempestiva a expectativa de recebimento efetivo dos seus clientes, também em conformidade com a norma.

Em decorrência dessa análise, foi reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$854.476. A Administração entende que esse incremento na PECLD reflete o melhor cenário da expectativa de perdas esperadas do seu contas a receber de clientes.

A exposição da Companhia a riscos de crédito relacionados a clientes é divulgada na Nota 34.



## 9. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Tributos e contribuições a compensar - Consolidado	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a compensar <sup>(a)</sup>	59.465	82.698	142.163	45.318	62.603	107.921
PIS e COFINS a compensar (Nota 9.1) <sup>(b)</sup>	471.628	3.180.898	3.652.526	986.292	3.241.542	4.227.834
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	228.520	410.583	639.103	208.303	370.559	578.862
INSS	6.023	-	6.023	6.388	-	6.388
Outros	16.866	-	16.866	16.486	-	16.486
<b>TOTAL</b>	<b>782.502</b>	<b>3.674.179</b>	<b>4.456.681</b>	<b>1.262.787</b>	<b>3.674.704</b>	<b>4.937.491</b>

<sup>(a)</sup> Substancialmente representados por créditos de ICMS decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e intangível, os quais podem ser compensados em até 48 meses.

<sup>(b)</sup> O saldo apresentado encontra-se líquido dos impostos a pagar apurados em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$36.062 (R\$52.745 em 31 de dezembro de 2021) e acrescido do montante R\$44.141 referente a cancelamento de faturas. Ademais, em 31 de dezembro de 2021, incluía o montante de R\$4.206 referente a PIS/COFINS diferidos de órgãos públicos

### 9.1 Créditos de PIS e COFINS após a exclusão do ICMS na base de cálculo

Em 18 de fevereiro de 2008, a controlada Light SESA impetrou o Mandado de Segurança nº 0012490-07.2008.4.02.5101 objetivando o reconhecimento do seu direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Em 07 de agosto de 2019, transitou em julgado, no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, a decisão, reconhecendo o direito da Companhia de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, com efeito retroativo a janeiro de 2002, devidamente atualizados pela Taxa Selic.

Em 09 abril de 2020, a Receita Federal do Brasil (“RFB”) deferiu o pedido de habilitação dos créditos fiscais oriundos da exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS, o que motivou a reversão do IRPJ e CSLL diferidos, que foram oferecidos à tributação pelo IRPJ e pela CSLL correntes, bem como a reclassificação para o ativo circulante do montante estimado de créditos a serem recuperados nos próximos 12 meses. O início da compensação destes créditos ocorreu a partir de 30 de abril de 2020. Os créditos totais compensados até 31 de dezembro de 2022, somaram o montante de R\$3.068.931 (R\$2.134.789 em 31 de dezembro de 2021). Desse montante, R\$703.630 se referiam aos tributos federais incidentes sobre a habilitação dos referidos créditos fiscais.

Em 27 de junho de 2022, foi aprovada a Lei nº 14.385/2022, que determinou “a destinação integral, em proveito dos usuários de serviços públicos afetados na respectiva área de concessão ou permissão, dos valores objeto de repetição de indébito” relacionados à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Além disso, a referida Lei dispõe que a Aneel será responsável por estabelecer os critérios para a devolução dos tributos, por meio de RTE.

Conforme descrito na nota 1.2, em novembro de 2022, a ANEEL realizou a Consulta Pública nº 047/2022 e em dezembro de 2022 a ANEEL deliberou a RTE da Companhia. Os Administradores da Companhia, baseados na opinião dos seus assessores legais externos, concluíram que há inconstitucionalidades na Lei, porém a Administração da Companhia decidiu provisionar o montante de R\$2.375.221 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 os valores do crédito que poderá ser repassado aos consumidores, como medida de cautela, apesar do prognóstico de êxito estimado pelos assessores jurídicos externos para as ações judiciais.



Nos reajustes tarifários que entraram em vigor em 15 de março de 2021 e 15 de março de 2022, foram homologadas as devoluções de R\$374.196 e R\$1.050.000, respectivamente. Em 13 de dezembro de 2022, através da RTE que editou a Resolução Homologatória nº 3.144, foi homologada a devolução de R\$796.656 no período compreendido entre 14 de dezembro de 2022 e 14 de março de 2023.

Segue abaixo a apresentação dos efeitos contábeis relativos ao reconhecimento da devolução integral dos créditos decorrentes da exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS, incluindo sua atualização pela Selic, e dos valores a serem restituídos aos consumidores reconhecidos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Efeitos no balanço patrimonial	31.12.2022	31.12.2021
Créditos de PIS e COFINS sobre o ICMS	3.644.446	4.284.786
Valores a serem restituídos a consumidores <sup>(a)</sup>	(1.752.676)	(3.395.800)
Provisão para contingências - crédito de PIS/COFINS sobre ICMS a devolver ao consumidor <sup>(b)</sup>	(2.742.784)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido <sup>(c)</sup>	367.563	-
<b>Total</b>	<b>(483.451)</b>	<b>888.986</b>

Efeitos no resultado dos exercícios	2022	2021
Provisão para contingências - crédito de PIS/COFINS sobre ICMS a devolver ao consumidor	(1.081.068)	-
Atualização monetária da provisão para contingência	(1.661.716)	-
Receita financeira - Atualização dos créditos de PIS e COFINS (Nota 33)	80.343	14.912
PIS e COFINS sobre receita (despesa) financeira	(3.736)	(693)
Imposto de renda e contribuição social diferido <sup>(c)</sup>	367.563	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	1.270	(4.834)
<b>TOTAL</b>	<b>(2.297.344)</b>	<b>9.385</b>

<sup>(a)</sup> Refere-se a parcela incontroversa do montante a devolver aos consumidores, considerando que o período máximo aplicável para cálculo de tal devolução será de 10 anos. Após reajuste tarifário, ocorrido em março de 2023, a controlada Light SESA reclassificou R\$1.104.698 para o curto prazo, em virtude da expectativa de compensação desse montante nos próximos 12 meses.

<sup>(b)</sup> Refere-se a parcela em discussão judicial que compreende o período dos créditos superiores a 10 anos.

<sup>(c)</sup> Como consequência do registro, a controlada Light SESA constituiu ativo diferido somente sobre a parcela da provisão para contingências no montante de R\$367.563, haja vista a atualização desse litígio não se tratar de parcela dedutível nas bases do IRPJ e CSLL. Todavia, a controlada Light SESA baixou o montante reconhecido após avaliação de recuperabilidade dos ativos diferidos e diante da expectativa de não realização do montante reconhecido, conforme descrito na Nota 10.

## 9.2 Não incidência do IRPJ/CSLL sobre atualização pela Selic dos indébitos tributários

Em 24 de setembro de 2021, o STF em julgamento de recurso extraordinário com repercussão geral, decidiu favoravelmente aos contribuintes sobre a não incidência do imposto de renda e contribuição social sobre a atualização da Selic nos casos de restituição de impostos pagos a maior (repetição de indébito), trazendo impactos relevantes, principalmente, para a tributação dos ganhos do ICMS na base do PIS e COFINS.

De forma geral, as entidades que possuíam ação questionando esta tese até a data de julgamento do STF já teriam direito a não tributar a atualização da Selic nos ganhos tributários. Entidades que não possuíam ação questionando o tema até o julgamento do STF, devem aguardar o resultado de eventual modulação dos efeitos da decisão.

A controlada Light SESA possui mandado de segurança, no qual discute o direito à repetição dos montantes de IRPJ e CSLL que incidiram sobre os valores correspondentes à Selic aplicada em seus



indébitos tributários e depósitos judiciais, desde agosto de 2016, bem como pleiteia o afastamento definitivo dessa incidência tributária.

Com base na decisão do STF e conforme ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (equivalente à norma internacional IFRIC 23), a Companhia reavaliou a expectativa de ganho do direito em relação aos indébitos tributários e reconheceu em setembro de 2021, como receita de IRPJ e CSLL corrente e diferido, o montante de R\$536.170 sendo (i) R\$365.170 à título de IRPJ e CSLL a recuperar referente aos períodos que a controlada Light SESA apurou lucro real, apresentados no ativo não circulante; e (ii) R\$171.761 pela recomposição do prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social referentes aos períodos em que a controlada Light SESA apurou base fiscal negativa para os períodos de cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação, aumentando o ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2022, o montante de IRPJ e CSLL a recuperar atualizados monetariamente é de R\$410.583 (R\$370.559 em 31 de dezembro de 2021).

Importante ressaltar, que o montante apurado pela Companhia levou em consideração as atualizações financeiras sobre os valores a serem restituídos aos consumidores, ou seja, a Companhia considerou em suas exclusões os mesmos efeitos os quais havia considerado quando do reconhecimento dos créditos sobre a exclusão do ICMS da base do PIS e da COFINS, ou seja, líquido do passivo a restituir.

## 10. TRIBUTOS DIFERIDOS

Diferenças temporárias - Consolidado	31.12.2022			31.12.2021		
	Ativo diferido	Passivo diferido	Líquido diferido	Ativo diferido	Passivo diferido	Líquido diferido
PECLD	1.510.750	-	1.510.750	1.130.327	-	1.130.327
Provisões para contingências	795.505	-	795.505	170.715	-	170.715
Prejuízos fiscais	447.546	-	447.546	289.922	-	289.922
Base negativa de contribuição social	164.143	-	164.143	107.399	-	107.399
Benefício Pós-emprego	72.764	-	72.764	-	-	-
Provisão para PLR	6.576	-	6.576	16.578	-	16.578
Outros	194.073	-	194.073	16.863	-	16.863
Instrumentos financeiros derivativos swaps	149.841	(4.628)	145.213	1.352	(64.739)	(63.387)
Remuneração do ativo financeiro da concessão	-	(784.530)	(784.530)	-	(771.486)	(771.486)
Custo atribuído Light Energia	-	(140.654)	(140.654)	-	(148.918)	(148.918)
Repactuação do GSF na Light Energia	-	(107.619)	(107.619)	-	(127.562)	(127.562)
Provisão para não recuperabilidade de diferido	(1.634.376)	-	(1.634.376)	-	-	-
<b>ATIVO (PASSIVO) TRIBUTÁRIO DIFERIDO, BRUTO</b>	<b>1.706.822</b>	<b>(1.037.431)</b>	<b>669.391</b>	<b>1.733.156</b>	<b>(1.112.705)</b>	<b>620.451</b>
Apresentação pelo líquido	(847.367)	847.367	-	(837.441)	837.441	-
<b>ATIVO (PASSIVO) TRIBUTÁRIO DIFERIDO, LÍQUIDO</b>	<b>859.455</b>	<b>(190.064)</b>	<b>669.391</b>	<b>895.715</b>	<b>(275.264)</b>	<b>620.451</b>

### 10.1 Reconhecimento de provisão para não recuperabilidade de ativos diferidos

A Companhia tem como prática contábil a revisão dos ativos fiscais diferidos em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado.

Em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia identificou a existência de indicativos de não recuperabilidade dos seus tributos diferidos, considerando principalmente os prejuízos fiscais dos últimos exercícios, o prejuízo apurado no exercício corrente, as projeções de resultado



com base em orçamento financeiro e o prazo de vencimento do contrato de concessão da controlada Light SESA em julho de 2026.

Importante destacar que a controlada Light SESA possui clientes cativos e volume de energia distribuída estável e previsível, além de uma tarifa regulada pela ANEEL, que considera a recuperação dos custos não gerenciáveis e uma margem de lucro. Entretanto, considerando (i) a necessidade de processo formal de renovação da concessão e (ii) a necessidade de negociação dos termos e condições da nova concessão com a ANEEL, a Administração entende que a renovação da concessão está fora do seu controle. Em virtude dessa análise, em dezembro de 2022, a Companhia registrou provisão de perda para não recuperabilidade de parte de seus ativos diferidos no montante de R\$1.634.376.

Segue abaixo a movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Diferenças temporárias - Consolidado	Saldo em 31.12.2020	Reconhecido no Resultado	Reconhecido no Patrimônio Líquido	Saldo em 31.12.2021	Reconhecido no Resultado	Reconhecido no Patrimônio Líquido	Saldo em 31.12.2022
PECLD	913.158	217.169	-	1.130.327	380.423	-	1.510.750
Provisões para contingências	220.161	(49.446)	-	170.715	624.790	-	795.505
Benefício Pós-Emprego - (Nota 24)	1.811	-	(1.811)	-	-	72.764	72.764
Prejuízos fiscais	96.103	193.819	-	289.922	157.624	-	447.546
Base negativa de contribuição social	37.624	69.775	-	107.399	56.744	-	164.143
Provisão para PLR	13.253	3.325	-	16.578	(10.002)	-	6.576
Outros	19.743	(2.880)	-	16.863	177.210	-	194.073
Instrumentos financeiros derivativos swaps	-	1.352	-	1.352	148.489	-	149.841
Provisão para não recuperabilidade de diferido	-	-	-	-	(1.562.519)	(71.857)	(1.634.376)
<b>TOTAL DO IR E CSLL DIFERIDOS – ATIVO</b>	<b>1.301.853</b>	<b>433.114</b>	<b>(1.811)</b>	<b>1.733.156</b>	<b>(27.241)</b>	<b>907</b>	<b>1.706.822</b>
Instrumentos financeiros derivativos	(379.611)	314.872	-	(64.739)	60.111	-	(4.628)
Remuneração do ativo financeiro da concessão	(576.247)	(195.239)	-	(771.486)	(13.044)	-	(784.530)
Custo atribuído Light Energia	(156.813)	7.895	-	(148.918)	7.640	624	(140.654)
Repactuação do GSF na Light Energia	(147.502)	19.940	-	(127.562)	19.943	-	(107.619)
<b>TOTAL DO IR E CSLL DIFERIDOS - PASSIVO</b>	<b>(1.260.173)</b>	<b>147.468</b>	<b>-</b>	<b>(1.112.705)</b>	<b>74.650</b>	<b>624</b>	<b>(1.037.431)</b>

Segue abaixo o estudo técnico de viabilidade de realização fiscal conforme cronograma anual de realização a seguir:

2023	2024	2025	2026	Total
113.959	129.875	171.060	1.291.928	1.706.822



## 10.1 Conciliação dos tributos no resultado

Conciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para imposto de renda e contribuição social:

Conciliação dos tributos no resultado	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	(5.651.661)	399.812	(5.357.738)	(186.889)
Alíquota nominal de IRPJ e CSLL	34%	34%	34%	34%
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL ÀS ALIQUOTAS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE</b>	<b>1.921.565</b>	<b>(135.936)</b>	<b>1.821.631</b>	<b>63.542</b>
Equivalência patrimonial	(1.916.736)	137.009	(5.772)	(16.192)
Créditos fiscais diferidos não reconhecidos	8.819	812	8.819	812
Incentivos fiscais <sup>(a)</sup>	11	2	3.390	2.960
Não incidência do IRPJ/CSLL sobre atualização pela selic dos débitos tributários	-	-	47.612	508.304
Outros efeitos de IRPJ e CSLL sobre as adições e exclusões permanentes	(34.201)	(3.754)	(627.626)	25.408
Provisão para não recuperabilidade de diferido	-	-	(1.562.519)	-
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO</b>	<b>(20.542)</b>	<b>(1.867)</b>	<b>(314.465)</b>	<b>584.834</b>
IRPJ e CSLL corrente no resultado	(20.542)	(1.867)	(361.874)	4.252
IRPJ e CSLL diferido no resultado	-	-	47.409	580.582
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	-0,4%	0,5%	-5,9%	312,9%

<sup>(a)</sup> Refere-se a Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313/91) e Programa de Alimentação ao Trabalhados (PAT – Lei 6.321/76), que ambos isoladamente possibilitam a aplicação de até 4% do imposto de renda devido.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui saldo de crédito sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social acumulados não reconhecidos, no montante de R\$141.885 (R\$167.823 em 31 de dezembro de 2021), tendo em vista as incertezas na sua realização.

## 11. OUTROS CRÉDITOS

Outros Créditos - Consolidado	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Contribuição iluminação pública	219.090	-	219.090	182.671	-	182.671
Dispêndios a reembolsar	27.914	-	27.914	31.905	-	31.905
Desativações e alienações em curso	22.616	-	22.616	26.874	-	26.874
Subvenção por redução de consumo	-	-	-	169.215	-	169.215
Subvenções governamentais <sup>(a)</sup>	68.974	-	68.974	61.464	-	61.464
Restituição de valores cobrados - Acordo Furnas	49.337	-	49.337	120.000	-	120.000
Outros	13.696	160	13.856	20.812	1.121	21.933
<b>TOTAL</b>	<b>401.627</b>	<b>160</b>	<b>401.787</b>	<b>612.941</b>	<b>1.121</b>	<b>614.062</b>

<sup>(a)</sup> Inclui subvenção de baixa renda e subvenção CDE.

### Restituição de valores cobrados pelo fornecimento de energia elétrica – Acordo com Furnas Centrais Elétricas S.A. (“Furnas”)

Em 22 de dezembro de 2020, a controlada Light SESA celebrou acordo para encerrar a demanda judicial indenizatória contra Furnas que discutia a restituição de valores cobrados pelo fornecimento de energia elétrica no ano de 1986.

No acordo firmado, a controlada Light SESA aceitou receber R\$496.000 da seguinte forma: (i) R\$336.000, em parcela única, recebida em 28 de dezembro de 2020; (ii) R\$40.000, em parcela única, com vencimento em 05 de dezembro de 2021; e (iii) R\$120.000 a ser recebido durante o exercício





de 2022, sendo o montante de R\$70.663, concluído como dação em pagamento de ativos homologados na revisão tarifária ocorrida em 14 de março de 2022.

## 12. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DO SETOR

Componentes financeiros	31.12.2022			31.12.2021		
	Saldo em amortização	Saldo em constituição	Total	Saldo em amortização	Saldo em constituição	Total
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	23.042	95.430	118.472	14.963	5.697	20.660
Custo de aquisição de energia	206.037	(319.661)	(113.624)	(62.283)	937.998	875.715
Encargo do Serviço do Sistema – ESS/EER	135.992	387.100	523.092	9.509	861.318	870.827
PROINFA	5.359	-	5.359	925	-	925
Transporte de energia elétrica - Itaipu	503	15.807	16.310	4.521	2.781	7.302
Transporte de energia pela rede básica	8.213	124.846	133.059	99.155	34.367	133.522
<b>Itens da Parcela A</b>	<b>379.146</b>	<b>303.522</b>	<b>682.668</b>	<b>66.790</b>	<b>1.842.161</b>	<b>1.908.951</b>
Valores a serem restituídos a consumidores - Crédito de PIS/COFINS	(949.525)	-	(949.525)	(73.763)	-	(73.763)
Sobrecontratação de energia e exposição involuntária	(62.529)	460.439	397.910	(48.629)	(108.495)	(157.124)
Neutralidade da Parcela A	(4.104)	51.900	47.796	(43.512)	(58.981)	(102.493)
Devoluções tarifárias <sup>(a)</sup>	(186.652)	856.358	669.706	(5.335)	(32.166)	(37.501)
Outros itens financeiros <sup>(b)</sup>	(87.874)	(1.472.817)	(1.560.691)	(171.904)	(162.247)	(334.151)
<b>Itens financeiros</b>	<b>(1.290.684)</b>	<b>(104.120)</b>	<b>(1.394.804)</b>	<b>(343.143)</b>	<b>(361.889)</b>	<b>(705.032)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>(911.538)</b>	<b>199.402</b>	<b>(712.136)</b>	<b>(276.353)</b>	<b>1.480.272</b>	<b>1.203.919</b>
Ativo circulante			157.860			1.171.882
Ativo não circulante			41.542			308.390
Passivo circulante			(911.538)			(276.353)

<sup>(a)</sup> Em 31 de dezembro de 2022, o item de devoluções tarifárias em amortização é composto basicamente pela devolução do financeiro referente a escassez hídrica no montante de R\$146.600 e pela redução do bônus redução de consumo no montante de R\$33.374. O item de devoluções tarifárias em constituição é composto basicamente pelo conta de escassez hídrica no montante de R\$763.671 e do bônus de importação no montante de R\$128.169 que serão recebidos no próximo reajuste de tarifário de março de 2023.

<sup>(b)</sup> Em 31 de dezembro de 2022, a linha de outros itens financeiros em constituição é composta basicamente pela bandeira tarifária no montante de R\$1.006.761 (R\$1.136.729 em 31 de dezembro de 2021)

Segue abaixo a movimentação dos saldos de ativos e passivos financeiros do setor nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

<b>SALDO EM 31.12.2020</b>	<b>73.719</b>
Constituição <sup>(a)</sup>	1.211.646
Amortização <sup>(a)</sup>	289.593
Recebimento de recursos de CCRBT <sup>(a)</sup>	(50.312)
Valores a serem restituídos a consumidores - Crédito de PIS/COFINS <sup>(b)</sup>	(374.196)
Atualização Selic (Nota 33)	53.469
<b>SALDO EM 31.12.2021</b>	<b>1.203.919</b>
Constituição <sup>(a)</sup>	(359.418)
Amortização <sup>(a)</sup>	818.814
Recebimento de recursos de CCRBT <sup>(a) (d)</sup>	(482.372)
Recebimento referente a importação no período de Jul/Ago de 2021 <sup>(c)</sup>	(45.011)
Valores a serem restituídos a consumidores - Crédito de PIS/COFINS <sup>(b)</sup>	(1.846.656)
Atualização Selic (Nota 32)	(1.412)
<b>SALDO EM 31.12.2022</b>	<b>(712.136)</b>

<sup>(a)</sup> Saldos reconhecidos no resultado em receita líquida, na rubrica “ativos e passivos financeiros do setor” (vide Nota 31), que incluíram os recursos da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT).

<sup>(b)</sup> Valor reclassificado da rubrica valores a serem restituídos a consumidores.

<sup>(c)</sup> Saldo referente ao custo com importação de energia elétrica nos meses de julho e agosto de 2021. A autorização de importação de energia foi uma das medidas de enfrentamento da situação de escassez hídrica.



<sup>(d)</sup>Inclui o montante de R\$317.600, aportados pela Eletrobrás em 27 de julho de 2022, referente ao repasse dos recursos da CDE nos termos do inciso I do art. 4º, da Lei nº 14.182/2022. Conforme regulamentação da ANEEL, o montante será repassado para modicidade tarifária no processo tarifário subsequente.

### 12.1 Reajustes tarifários

Em 14 de março de 2022, foi aprovado pela ANEEL o processo de reajuste das tarifas da controlada Light SESA. O resultado, homologado através da Resolução Homologatória nº 3.014/2022, representa um reajuste tarifário médio para o consumidor de 14,68%, e engloba todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural e outras). O índice de reajuste é constituído de dois componentes: (i) estrutural, que passa a integrar a tarifa, de 13,32%, compreendido pelos custos não gerenciáveis (Parcela A) e gerenciáveis (Parcela B); e (ii) componente financeiro negativo que somam 1,34%, aplicado exclusivamente aos próximos 12 meses, onde foi considerado a devolução dos valores oriundos de créditos tributários referentes ao trânsito em julgado da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS no montante de R\$1.050.000. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 15 de março de 2022.

Em 13 de dezembro de 2022, foi aprovado pela ANEEL a Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) da controlada Light SESA, para aplicar os efeitos da lei nº 14.385 de 27 de junho de 2022, que determinou a devolução dos créditos de PIS/COFINS nas tarifas. Foi considerado a devolução dos valores oriundos de créditos tributários referentes ao trânsito em julgado da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS no montante de R\$796.656. Com a aplicação da lei, a devolução dos tributos em Revisão Tarifária Extraordinária resulta em um efeito médio na tarifa de -5,89%. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 15 de dezembro de 2022.

### 13. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Ativo indenizável ao final da concessão - Consolidado	Ativo financeiro bruto	Obrigações especiais	Ativo financeiro líquido
<b>SALDO EM 31.12.2020</b>	<b>6.441.567</b>	<b>(1.244.254)</b>	<b>5.197.313</b>
Adições <sup>(a)</sup>	1.131.895	(30.640)	1.101.255
Valor justo - atualização VNR (Nota 31)	701.008	(126.777)	574.231
Baixas	(50.811)	-	(50.811)
<b>SALDO EM 31.12.2021</b>	<b>8.223.659</b>	<b>(1.401.671)</b>	<b>6.821.988</b>
Adições <sup>(a)</sup>	890.028	(21.354)	868.674
Valor justo - atualização VNR (Nota 31)	(13.945)	52.310	38.365
Transferência para intangível <sup>(b)</sup>	-	12.900	12.900
Baixas	(44.633)	-	(44.633)
<b>SALDO EM 31.12.2022</b>	<b>9.055.109</b>	<b>(1.357.815)</b>	<b>7.697.294</b>

<sup>(a)</sup> Transferência proveniente da bifurcação dos ativos quando da entrada em serviço (vide Nota 17).

<sup>(b)</sup> Transferência para o Intangível proveniente da alteração das taxas de depreciação de obrigações especiais que consequentemente reduziram sua vida útil. A alteração das taxas ocorreu por conta da Revisão Tarifária Periódica de 14 de março de 2022.

#### 13.1 Revisão Tarifária Periódica (“RTP”) da controlada Light SESA

Em 14 de março de 2022, foi aprovado pela ANEEL o processo de Revisão Tarifária Periódica (“RTP”), como resultado da 5ª RTP, os itens associados ao serviço de distribuição de energia elétrica que compõem as tarifas da controlada Light SESA (destinados a cobrir custos operacionais eficientes, remuneração e depreciação dos investimentos, anuidades dos ativos não elétricos e receitas irre recuperáveis, descontados das outras receitas) homologados pela ANEEL somam R\$8.275 milhões. Esses mesmos itens, que compuseram a Parcela B repassada no último Reajuste Tarifário da



controlada Light SESA, ocorrido em 15 de março de 2017, somavam R\$2.911 na referida data. No caso do repasse das perdas de energia, valor regulatório considerado neste processo é de 40,93% sobre o mercado de baixa tensão faturado, reduzindo ao longo do ciclo tarifário para a meta de 37,40%, em 2026. Além do recálculo dos itens associados ao serviço de distribuição e da redefinição dos percentuais de perdas regulatórias, as novas tarifas da controlada Light SESA refletem também uma atualização dos itens da Parcela A (associados à compra de energia, aos encargos setoriais e aos custos de transmissão), bem como dos componentes financeiros.

Em 31 de março de 2022, a controlada Light SESA registrou como estimativa do Valor Justo do Ativo Indenizável da Concessão (VNR) a perda referente à diferença entre o valor novo de reposição homologado pela Aneel e o saldo atualizado do ativo financeiro da concessão, no montante de R\$186.146, em contrapartida a receita operacional. Em 30 de junho de 2022, a Companhia reconheceu o montante adicional de R\$13.213 como perda efetiva referente à diferença entre o valor novo de reposição homologado pela Aneel e o saldo atualizado do ativo financeiro da concessão.

#### 14. ATIVO DE CONTRATO

Ativos de infraestrutura em construção	Direito de uso da concessão	Obrigações especiais - direito de uso da concessão	Total
<b>SALDO EM 31.12.2020</b>	<b>1.045.400</b>	<b>(62.032)</b>	<b>983.368</b>
Adições	969.028	(18.944)	950.084
Transferências para intangível (Nota 17)	(1.412.878)	37.680	(1.375.198)
<b>SALDO EM 31.12.2021</b>	<b>601.550</b>	<b>(43.296)</b>	<b>558.254</b>
Adições	1.150.682	(71.969)	1.078.713
Baixas	(8.087)	-	(8.087)
Transferências para intangível (Nota 17)	(989.182)	25.062	(964.120)
<b>SALDO EM 31.12.2022</b>	<b>754.963</b>	<b>(90.203)</b>	<b>664.760</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi incorporado a rubrica de ativo de contrato, a título de capitalização de juros, o montante de R\$10.104 (R\$17.656 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021), cuja taxa média de capitalização foi de 7,2% ao ano.



**15. INVESTIMENTOS**

Investimentos	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
<b>Avaliados por equivalência patrimonial</b>				
Light SESA	1.197.068	7.166.827	-	-
Light Energia	495.048	480.832	-	-
Lightcom	159.314	179.130	-	-
Light Soluções	1.533	1.546	-	-
Light Conecta	19.929	39.848	-	-
UHE Itaocara <sup>(d)</sup>	-	-	-	(21.614)
Axxiom <sup>(a)</sup>	-	4.451	-	4.451
Amazônia Energia <sup>(a) (c)</sup>	-	319.187	-	319.187
Instituto Light	7	7	-	-
<b>SUBTOTAL</b>	<b>1.872.899</b>	<b>8.191.828</b>	<b>-</b>	<b>302.024</b>
Outros investimentos permanentes <sup>(b)</sup>	-	-	43.620	34.123
Total de participações societárias a descoberto	-	-	-	21.614
<b>TOTAL</b>	<b>1.872.899</b>	<b>8.191.828</b>	<b>43.620</b>	<b>357.761</b>

<sup>(a)</sup> Refere-se ao investimento apurado a partir do patrimônio líquido para fins de equivalência patrimonial.

<sup>(b)</sup> Inclui investimentos em participações societárias avaliadas pelo valor de mercado, detidos pela controlada Light SESA.

<sup>(c)</sup> Em dezembro de 2022, o a participação na Amazônia Energia foi classificada como ativo mantido para venda, conforme Nota 5.

<sup>(d)</sup> Em dezembro de 2022, a Companhia realizou a provisão para perda de 100% desse investimento.

**15.1 Informações sobre investimentos**

Investimentos 31.12.2022	%	Total do ativo	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Dividendos a receber	Dividendos recebidos
Light SESA	100,0%	20.256.990	5.544.284	1.197.068	(5.816.334)	-	(57.861)
Light Energia	100,0%	2.692.470	77.422	495.048	146.311	(36.578)	(533.888)
Lightcom	100,0%	271.104	120.000	159.314	87.071	-	(125.024)
Light Soluções	100,0%	2.163	3.850	1.533	(13)	(498)	-
Light Conecta	100,0%	20.451	176.897	19.929	(33.919)	-	-
UHE Itaocara	51,0%	15.404	105.423	-	(6.498)	-	-
Axxiom	51,0%	16.001	37.044	(2.053)	2.033	-	-
Amazônia Energia	25,5%	1.190.700	337.376	1.188.630	(63.325)	-	-
Instituto Light	100,0%	7	350	7	-	-	-

Investimentos em 31.12.2021	%	Total do ativo	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Dividendos a receber	Dividendos recebidos
Light SESA	100,0%	24.459.188	5.486.365	7.166.827	243.628	(57.862)	(65.276)
Light Energia	100,0%	3.066.536	77.422	480.832	102.962	(441.341)	(105.454)
Lightcom	100,0%	309.383	120.000	179.130	102.822	(18.137)	-
Light Soluções	100,0%	2.166	3.850	1.546	(57)	(498)	-
Lightger	51,0%	-	-	-	-	-	(12.473)
Light Conecta	100,0%	64.872	162.897	39.848	(32.672)	-	-
UHE Itaocara	51,0%	15.910	156.259	(42.380)	(66.495)	-	-
Axxiom	51,0%	31.667	68.065	8.728	(4.925)	-	-
Amazônia Energia	25,5%	1.253.900	1.322.698	1.251.711	(43.934)	-	-
Instituto Light	100,0%	7	350	8	(1)	-	-



## 15.2 Movimentação dos investimentos

Investimentos - Controladora	31.12.2021	Aumento de capital <sup>(a)</sup>	Dividendos	Baixa de custo atribuído	Resultados abrangentes	Provisão para perda	Transferência para ativos mantidos para venda	Equivalência patrimonial		31.12.2022
								Outros	Resultado	
Light SESA	7.166.827	57.919	-	-	(211.344)	-	-	-	(5.816.334)	1.197.068
Light Energia	480.832	-	(129.124)	(1.212)	(1.760)	-	-	1	146.311	495.048
Lightcom	179.130	-	(106.887)	-	-	-	-	-	87.071	159.314
Light Soluções	1.546	-	-	-	-	-	-	-	(13)	1.533
Light Conecta	39.848	14.000	-	-	-	-	-	-	(33.919)	19.929
Axxiom	4.451	-	-	-	-	-	-	(3.903)	(548)	-
Amazônia Energia	319.187	37	-	-	-	(94.453)	(208.648)	25	(16.148)	-
Instituto Light	7	-	-	-	-	-	-	-	-	7
<b>TOTAL</b>	<b>8.191.828</b>	<b>71.956</b>	<b>(236.011)</b>	<b>(1.212)</b>	<b>(213.104)</b>	<b>(94.453)</b>	<b>(208.648)</b>	<b>(3.877)</b>	<b>(5.633.580)</b>	<b>1.872.899</b>

<sup>(a)</sup> Em 30 de setembro de 2022, a Companhia aportou o montante de R\$57.919 na controlada Light SESA por meio da subscrição e integralização de 5.163.858.585 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal.

Investimentos - Controladora	31.12.2020	Aumento de capital <sup>(a)</sup>	Dividendos	Resultado Abrangente	Equivalência patrimonial		31.12.2021
					Outros	Resultado	
Light SESA	5.637.546	1.340.000	(57.862)	3.516	(1)	243.628	7.166.827
Light Energia	735.608	-	(357.737)	-	(1)	102.962	480.832
Lightcom	94.445	-	(18.137)	-	-	102.822	179.130
Light Soluções	1.253	350	-	-	-	(57)	1.546
Light Conecta	49.020	23.500	-	-	-	(32.672)	39.848
Axxiom	4.617	2.346	-	-	-	(2.512)	4.451
Amazônia Energia	330.364	26	-	-	(1)	(11.202)	319.187
Instituto Light	8	-	-	-	-	(1)	7
<b>TOTAL</b>	<b>6.852.861</b>	<b>1.366.222</b>	<b>(433.736)</b>	<b>3.516</b>	<b>(3)</b>	<b>402.968</b>	<b>8.191.828</b>

<sup>(a)</sup> Em 25 de janeiro de 2021, a Companhia aportou o montante de R\$1.340.000 na controlada Light SESA por meio da subscrição e integralização de 96.297.089.456 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal.

Investimentos - Consolidado	31.12.2021	Aumento de capital	Provisão para perda	Transferência para ativos mantidos para venda	Equivalência patrimonial		31.12.2022
					Outros	Resultado	
Axxiom	4.451	-	-	-	(3.903)	(548)	-
Amazônia Energia	319.187	37	(94.453)	(208.648)	25	(16.148)	-
Light Conecta	-	-	-	-	-	-	-
UHE Itaocara	(21.614)	25.731	(7.715)	-	6.912	(3.314)	-
<b>TOTAL</b>	<b>302.024</b>	<b>25.768</b>	<b>(102.168)</b>	<b>(208.648)</b>	<b>3.034</b>	<b>(20.010)</b>	<b>-</b>

Investimentos - Consolidado	31.12.2020	Aumento de capital	Equivalência patrimonial		31.12.2021
			Outros	Resultado	
Axxiom	4.617	2.346	-	(2.512)	4.451
Amazônia Energia	330.364	26	(1)	(11.202)	319.187
Light Conecta	-	-	-	-	-
UHE Itaocara	(30.823)	43.120	1	(33.912)	(21.614)
<b>TOTAL</b>	<b>304.158</b>	<b>45.492</b>	<b>-</b>	<b>(47.626)</b>	<b>302.024</b>

## 15.1 Acordo para venda de participações das controladas em conjunto Lightger S.A e Guanhães Energia S.A

Em 09 de dezembro de 2021, a Light S.A, em conjunto com sua controlada Light Energia, celebrou contrato de compra e venda com Brasal Energia S.A. (“Brasal”), para alienação a de participações societárias nas sociedades Lightger S.A e Guanhães Energia S.A (“Operação”). Para maiores informações, consultar a divulgação da Nota 5.



## 15.2 Amazônia Energia

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia passou a tratar a controlada Amazônia Energia como um ativo mantido para venda, conforme divulgado na Nota 5.

## 16. IMOBILIZADO

Imobilizado - Consolidado	31.12.2022				31.12.2021
	Taxa média anual (%)	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Geração	3,45	3.161.789	(2.032.299)	1.129.490	995.346
Transmissão	4,02	58.346	(40.274)	18.072	19.077
Distribuição	4,69	23.356	(20.667)	2.689	547
Administração	7,96	586.759	(378.044)	208.715	196.341
Comercialização	7,96	10.247	(9.211)	1.036	1.240
		<b>3.840.497</b>	<b>(2.480.495)</b>	<b>1.360.002</b>	<b>1.212.551</b>
Obrigações especiais		(7.207)	841	(6.366)	(6.612)
<b>EM SERVIÇO</b>		<b>3.833.290</b>	<b>(2.479.654)</b>	<b>1.353.636</b>	<b>1.205.939</b>
Geração		531.342	-	531.342	487.144
Administração		118.659	-	118.659	116.798
<b>EM CURSO</b>		<b>650.001</b>	<b>-</b>	<b>650.001</b>	<b>603.942</b>
<b>TOTAL</b>		<b>4.483.291</b>	<b>(2.479.654)</b>	<b>2.003.637</b>	<b>1.809.881</b>

Segue abaixo a mutação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Imobilizado - Consolidado	Em serviço				Em curso			Total do Imobilizado
	Custo	Depreciação acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
<b>Saldo em 31.12.2020</b>	<b>3.542.524</b>	<b>(2.325.742)</b>	<b>(4.922)</b>	<b>1.211.860</b>	<b>443.355</b>	-	<b>443.355</b>	<b>1.655.215</b>
Adições	-	-	-	-	261.077	(1.865)	259.212	259.212
Baixas	(10.957)	4.379	-	(6.578)	(3.900)	-	(3.900)	(10.478)
Depreciação	-	(82.693)	175	(82.518)	-	-	-	(82.518)
Transferências entre curso e serviço	79.729	-	(1.865)	77.864	(79.729)	1.865	(77.864)	-
Transferências do / (para o) intangível	5.311	-	-	5.311	(16.861)	-	(16.861)	(11.550)
<b>Saldo em 31.12.2021</b>	<b>3.616.607</b>	<b>(2.404.056)</b>	<b>(6.612)</b>	<b>1.205.939</b>	<b>603.942</b>	-	<b>603.942</b>	<b>1.809.881</b>
Adições	-	-	-	-	344.324	-	344.324	344.324
Baixas	(11.919)	8.044	-	(3.875)	(33.770)	-	(33.770)	(37.645)
Depreciação	-	(84.483)	246	(84.237)	-	-	-	(84.237)
Transferências entre curso e serviço	233.443	-	-	233.443	(233.443)	-	(233.443)	-
Transferências do / (para o) intangível	2.366	-	-	2.366	(31.052)	-	(31.052)	(28.686)
<b>Saldo em 31.12.2022</b>	<b>3.840.497</b>	<b>(2.480.495)</b>	<b>(6.366)</b>	<b>1.353.636</b>	<b>650.001</b>	-	<b>650.001</b>	<b>2.003.637</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi incorporado ao ativo imobilizado, a título de capitalização de juros, o montante de R\$18.829 (R\$7.809 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021), cuja taxa média de capitalização foi de 7,2% ao ano.



### 16.1 Taxas anuais de depreciação:

As principais taxas anuais de depreciação, com base na estimativa da vida útil dos bens, são as seguintes:

GERAÇÃO	%	COMERCIALIZAÇÃO	%	ADMINISTRAÇÃO	%	TRANSMISSÃO	%
Barramento	2,50	Edificações	3,33	Edificações	3,33	Condutor do sistema	2,70
Disjuntor	3,03	Equipamento geral	6,25	Equipamento geral	6,25	Equipamento geral	6,25
Edificações	2,00	Veículos	14,29	Veículos	14,29	Estrutura do sistema	3,13
Equipamentos da tomada d'água	3,70					Religadores	4,00
Estrutura da tomada d'água	2,86						
Gerador	3,33						
Grupo motor – gerador	5,88						
Reserva, barragens e adutoras	2,00						
Sistema de comunicação local	6,67						
Turbina hidráulica	2,50						

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável para os ativos imobilizados em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

Para os ativos imobilizados que não possuem garantia de indenização, os itens são depreciados pelo método linear respeitando a vida útil do bem.

### 17. INTANGÍVEL

Intangível - Consolidado	31.12.2022			31.12.2021
	Custo Histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Direito de uso da concessão	8.814.697	(6.755.652)	2.059.045	2.455.780
Extensão da concessão	433.829	(117.304)	316.525	375.182
Outros <sup>(a)</sup>	1.289.729	(1.049.608)	240.121	190.991
	<b>10.538.255</b>	<b>(7.922.564)</b>	<b>2.615.691</b>	<b>3.021.953</b>
Obrigações especiais	(799.083)	472.115	(326.968)	(353.087)
<b>EM SERVIÇO</b>	<b>9.739.172</b>	<b>(7.450.449)</b>	<b>2.288.723</b>	<b>2.668.866</b>
Outros <sup>(a)</sup>	179.146	-	179.146	164.689
<b>EM CURSO</b>	<b>179.146</b>	-	<b>179.146</b>	<b>164.689</b>
<b>TOTAL</b>	<b>9.918.318</b>	<b>(7.450.449)</b>	<b>2.467.869</b>	<b>2.833.555</b>

<sup>(a)</sup> Inclui, basicamente, softwares e licenças



Segue abaixo a mutação do intangível nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Intangível - Consolidado	Em serviço				Em curso			Total do Intangível
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
<b>Saldo em 31.12.2020</b>	<b>9.514.952</b>	<b>(6.811.575)</b>	<b>(397.041)</b>	<b>2.306.336</b>	<b>592.252</b>	-	<b>592.252</b>	<b>2.898.588</b>
Adições	-	-	-	-	133.796	(12.811)	120.985	120.985
Baixas	(223.204)	331.713	-	108.509	-	-	-	108.509
Amortização	-	(643.825)	63.805	(580.020)	-	-	-	(580.020)
Transferências	555.821	-	(12.811)	543.010	(555.821)	12.811	(543.010)	-
Transferências do (para o) imobilizado	17.088	-	-	17.088	(5.538)	-	(5.538)	11.550
Transferências do ativo de contrato	1.412.878	-	(37.680)	1.375.198	-	-	-	1.375.198
Transferências para o ativo financeiro da concessão <sup>(a)</sup>	(1.131.895)	-	30.640	(1.101.255)	-	-	-	(1.101.255)
<b>Saldo em 31.12.2021</b>	<b>10.145.640</b>	<b>(7.123.687)</b>	<b>(353.087)</b>	<b>2.668.866</b>	<b>164.689</b>	-	<b>164.689</b>	<b>2.833.555</b>
Adições	-	-	-	-	122.373	(26.094)	96.279	96.279
Baixas	(96.774)	79.753	-	(17.021)	(192)	-	(192)	(17.213)
Amortização	-	(695.468)	68.821	(626.647)	-	-	-	(626.647)
Transferências	105.358	-	(26.094)	79.264	(105.358)	26.094	(79.264)	-
Transferências de outros créditos (Acordo Furnas)	253.825	(183.162)	-	70.663	-	-	-	70.663
Transferências do (para o) imobilizado	31.052	-	-	31.052	(2.366)	-	(2.366)	28.686
Transferências do ativo de contrato	989.182	-	(25.062)	964.120	-	-	-	964.120
Transferências para o ativo financeiro da concessão <sup>(a)</sup>	(890.028)	-	21.354	(868.674)	-	-	-	(868.674)
Transferências do ativo financeiro da concessão (Nota 12)	-	-	(12.900)	(12.900)	-	-	-	(12.900)
<b>Saldo em 31.12.2022</b>	<b>10.538.255</b>	<b>(7.922.564)</b>	<b>(326.968)</b>	<b>2.288.723</b>	<b>179.146</b>	-	<b>179.146</b>	<b>2.467.869</b>

<sup>(a)</sup> Transferência para o ativo financeiro da concessão proveniente da bifurcação dos ativos quando da entrada em serviço e transferência do ativo financeiro da concessão referente às obrigações especiais, vide Nota 13.

## 18. FORNECEDORES

Fornecedores – Consolidado	31.12.2022	31.12.2021
Comercialização no mercado de curto prazo	58.159	253.022
Encargos de uso da rede elétrica	137.067	104.660
Energia livre - ressarcimento às geradoras <sup>(a)</sup>	133.936	119.169
Leilões de energia	355.568	563.475
Itaipu binacional	250.285	367.675
UTE Norte Fluminense	293.903	383.722
Materiais e serviços	277.113	362.314
<b>TOTAL</b>	<b>1.506.031</b>	<b>2.154.037</b>

<sup>(a)</sup> A energia livre refere-se a valores a pagar as geradoras de energia elétrica referente às perdas ocorridas no período de racionamento de energia entre junho de 2001 a fevereiro de 2002. A Companhia possui Mandados de Segurança contra os despachos SFF/ANEEL nº 2.517/2010 e SFF/ANEEL nº 1.068/2010, e o montante vem sendo atualizado mensalmente pela Selic.





**19. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR**

Tributos e contribuições a pagar - Consolidado	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a pagar <sup>(a)</sup>	96.064	140.946	237.010	247.855	155.346	403.201
Parcelamento - Lei 11.941/09	22.635	20.497	43.132	23.295	44.259	67.554
PIS e COFINS a pagar	7.500	-	7.500	5.973	-	5.973
INSS	1.133	-	1.133	373	-	373
Outros	15.428	-	15.428	10.940	-	10.940
<b>TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR</b>	<b>142.760</b>	<b>161.443</b>	<b>304.203</b>	<b>288.436</b>	<b>199.605</b>	<b>488.041</b>
IRRF a pagar	926	-	926	796	-	796
Provisão de IRPJ e CSLL	95.154	-	95.154	94.368	-	94.368
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A PAGAR</b>	<b>96.080</b>	<b>-</b>	<b>96.080</b>	<b>95.164</b>	<b>-</b>	<b>95.164</b>
<b>TOTAL</b>	<b>238.840</b>	<b>161.443</b>	<b>400.283</b>	<b>383.600</b>	<b>199.605</b>	<b>583.205</b>

<sup>(a)</sup> O ICMS a pagar, registrado no passivo não circulante, é decorrente de faturas parceladas.

**20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

Financiador - Consolidado	Controlada	Circulante			Não circulante	Total	Total
		Principal	Encargos	Total	Principal	31.12.2022	31.12.2021
TN - Par Bond	Light SESA	-	2.623	2.623	203.070	205.693	219.995
TN - Caução - Par Bond	Light SESA	-	-	-	(191.899)	(191.899)	(207.905)
TN - Discount Bond	Light SESA	-	780	780	141.696	142.476	151.957
TN - Caução - Discount Bond	Light SESA	-	-	-	(134.742)	(134.742)	(144.759)
4131 Citibank 2021	Light SESA	-	56	56	208.708	208.764	223.229
Bonds 2021	Light SESA	-	3.297	3.297	2.087.080	2.090.377	2.235.727
Bonds 2021	Light Energia	-	1.522	1.522	1.043.540	1.045.062	1.117.728
<b>Subtotal - Moeda estrangeira</b>		<b>-</b>	<b>8.278</b>	<b>8.278</b>	<b>3.357.453</b>	<b>3.365.731</b>	<b>3.595.972</b>
Custo de captação		-	-	-	(32.329)	(32.329)	(41.565)
<b>Custos - Moeda estrangeira</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(32.329)</b>	<b>(32.329)</b>	<b>(41.565)</b>
<b>MOEDA ESTRANGEIRA - TOTAL</b>		<b>-</b>	<b>8.278</b>	<b>8.278</b>	<b>3.325.124</b>	<b>3.333.402</b>	<b>3.554.407</b>
FINEP - Inovação e Pesquisa	Light SESA	-	-	-	-	-	9.681
Nota Promissória - 5ª NP	Light SESA	-	-	-	-	-	110.065
FIDC 2018 Série A	Light SESA	227.674	2.141	229.815	121.940	351.755	559.914
FIDC 2018 Série B	Light SESA	103.494	379	103.873	51.747	155.620	244.969
CCB Santander Lajes	Lajes Energia	5.000	58	5.058	3.750	8.808	13.823
BNDES Conecta	Light Conecta	116	-	116	-	116	255
Fianças bancárias diversas	Light SESA	-	70	70	-	70	64
Cotas Subordinadas FIDC	Light SESA	-	-	-	(34.789)	(34.789)	(35.050)
Retenção FIDC	Light SESA	(31.424)	-	(31.424)	-	(31.424)	(30.016)
<b>Subtotal - Moeda nacional</b>		<b>304.860</b>	<b>2.648</b>	<b>307.508</b>	<b>142.648</b>	<b>450.156</b>	<b>873.705</b>
Custo de captação		(6.840)	-	(6.840)	(3.420)	(10.260)	(19.092)
<b>Custos - Moeda nacional</b>		<b>(6.840)</b>	<b>-</b>	<b>(6.840)</b>	<b>(3.420)</b>	<b>(10.260)</b>	<b>(19.092)</b>
<b>MOEDA NACIONAL - TOTAL</b>		<b>298.020</b>	<b>2.648</b>	<b>300.668</b>	<b>139.228</b>	<b>439.896</b>	<b>854.613</b>
<b>TOTAL</b>		<b>298.020</b>	<b>10.926</b>	<b>308.946</b>	<b>3.464.352</b>	<b>3.773.298</b>	<b>4.409.020</b>



Segue quadro abaixo com condições contratuais dos empréstimos e financiamentos existentes em 2022:

Financiador – Consolidado	Controlada	Data de assinatura	Moeda	Taxa de juros a.a. <sup>(a)</sup>	Taxa efetiva <sup>(a)</sup>	Amortização do principal		
						Forma de pagamento	Início	Término
TN - Par Bond	Light SESA	29.04.1996	US\$	USD + 6,00%	6,80%	Única	abr/24	abr/24
TN - Caução - Par Bond	Light SESA	29.04.1996	US\$	US Treasury	-	Única	abr/24	abr/24
TN - Discount Bond	Light SESA	29.04.1996	US\$	Libor 6M + 0,8125%	5,95%	Única	abr/24	abr/24
TN - Caução - Discount Bond	Light SESA	29.04.1996	US\$	US Treasury	-	Única	abr/24	abr/24
4131 Citibank 2021	Light SESA	03.05.2018	US\$	CDI + 1,85%	14,47%	Única	mar/25	mar/25
Bonds 2021	Light SESA	18.06.2021	US\$	143,43% do CDI	17,77%	Única	jun/26	jun/26
Bonds 2021	Light Energia	18.06.2021	US\$	145,45% do CDI	18,02%	Única	jun/26	jun/26
FINEP - Inovação e Pesquisa	Light SESA	16.04.2014	R\$	4,00%	N/A	Mensal	mai/16	mai/22
Nota Promissória - 5ª NP	Light SESA	27.12.2019	R\$	CDI + 1,25%	13,79%	Anual	dez/20	dez/22
FIDC 2018 Série A	Light SESA	04.04.2018	R\$	CDI + 1,20%	13,74%	Mensal	jul/19	jun/24
FIDC 2018 Série B	Light SESA	04.04.2018	R\$	IPCA + 5,75%	11,87%	Mensal	jul/19	jun/24
CCB Santander Lajes	Lajes Energia	30.09.2020	R\$	CDI + 2,40%	15,09%	Mensal	out/20	set/24
BNDES Conecta	Light Conecta	10.10.2018	R\$	3,50%	3,50%	Mensal	out/18	out/23

<sup>(a)</sup> Para as dívidas em moeda estrangeira foram considerados os custos em reais, conforme seus respectivos contratos de *swap*.

As principais operações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram:

- Em 17 de outubro de 2022, foi liquidada a 13ª emissão de debêntures, série única da controlada Light SESA no valor de R\$599.661 mais juros devidos.
- Em 17 de outubro de 2022, foi liquidada a 15ª emissão de debêntures, 2ª série da controlada Light SESA no valor de R\$80.000 mais juros devidos.
- Em 17 de outubro de 2022, foi liquidada a 17ª emissão de debêntures, 1ª série da controlada Light SESA no valor de R\$500.400 mais juros devidos.
- Em 26 de dezembro de 2022, foi liquidada a 5ª nota promissória, 3ª série da controlada Light SESA no valor de R\$100.000 mais juros devidos.

Além das cauções dos contratos em moeda estrangeira celebrado com o Tesouro Nacional (TN), os empréstimos estão garantidos por avais da Light S.A. Ademais, foram cedidos direitos creditórios, presentes e futuros, da controlada Light SESA, sendo disponibilizado anualmente o limite máximo de R\$796.320, para constituição do FIDC.

Em 31 de dezembro de 2022, os empréstimos e financiamentos tem avais, fianças ou garantias corporativas da Light S.A, emitidas em favor de suas controladas ou controladas em conjunto, no montante de R\$3.353.127 (R\$3.524.071 em 31 de dezembro de 2021).



As parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos consolidados, classificadas no passivo não circulante e sem o custo de captação e os custos com *fees de covenants (waivers)*, têm os seguintes vencimentos:

Vencimentos	31.12.20212			31.12.2021		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
2023	-	-	-	330.517	-	330.517
2024	142.648	18.125	160.773	139.504	16.074	155.578
2025	-	208.708	208.708	-	223.220	223.220
2026	-	3.130.620	3.130.620	-	3.348.300	3.348.300
<b>TOTAL</b>	<b>142.648</b>	<b>3.357.453</b>	<b>3.500.101</b>	<b>470.021</b>	<b>3.587.594</b>	<b>4.057.615</b>

A variação percentual das principais moedas estrangeiras e os percentuais dos principais indicadores, base de atualização dos empréstimos, financiamentos e debêntures, teve o seguinte comportamento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Moedas estrangeiras e indicadores	31.12.2022	31.12.2021
<b>Variação do exercício</b>		
USD - Dólar Americano	-6,50%	7,39%
<b>Acumulado do exercício</b>		
IGP-M	5,46%	17,79%
IPCA	5,78%	10,06%
SELIC	12,39%	4,39%
CDI	12,39%	4,39%
TJLP	7,20%	5,32%

Seguem abaixo as movimentações dos empréstimos e financiamentos consolidados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Consolidado	Principal	Encargos	Total
<b>SALDO EM 31.12.2020</b>	<b>4.371.387</b>	<b>39.342</b>	<b>4.410.729</b>
Captações	3.237.820	-	3.237.820
Variação monetária e cambial	373.111	-	373.111
Encargos financeiros provisionados	-	331.650	331.650
Encargos financeiros pagos	-	(350.718)	(350.718)
Amortização do principal	(3.579.675)	-	(3.579.675)
Custo de captação	(45.812)	-	(45.812)
Amortização do custo de captação	30.646	-	30.646
Cotas Subordinadas e Retenção – FIDC	(351)	-	(351)
Encargos capitalizados no ativo de contrato e imobilizado	-	1.620	1.620
<b>SALDO EM 31.12.2021</b>	<b>4.387.126</b>	<b>21.894</b>	<b>4.409.020</b>
Variação monetária e cambial	(220.350)	-	(220.350)
Encargos financeiros provisionados	-	245.880	245.880
Encargos financeiros pagos	-	(256.848)	(256.848)
Amortização do principal	(421.325)	-	(421.325)
Amortização do custo de captação	18.068	-	18.068
Cotas Subordinadas e Retenção – FIDC	(1.147)	-	(1.147)
<b>SALDO EM 31.12.2022</b>	<b>3.762.372</b>	<b>10.926</b>	<b>3.773.298</b>



O montante total do principal está apresentado líquido dos custos com a captação dos empréstimos e custos com *fees* de *covenants* (*waivers*). Estes custos estão detalhados no quadro abaixo:

Movimentação dos custos - Consolidado	Controlada	Saldo a amortizar em 31.12.2020	Custo	Amortização do custo	Saldo a amortizar em 31.12.2021	Amortização do custo	Saldo a amortizar em 31.12.2022
BNDES - Capex	Light SESA	4.045	-	(4.045)	-	-	-
Nota Promissória - 5ª NP	Light SESA	3.985	-	(1.992)	1.993	(1.993)	-
FIDC 2018	Light SESA	23.939	-	(6.840)	17.099	(6.839)	10.260
Bonds 2018	Light SESA	8.989	-	(8.989)	-	-	-
Bonds 2021	Light SESA	-	30.565	(2.835)	27.730	(6.162)	21.568
Bonds 2018	Light Energia	4.533	-	(4.533)	-	-	-
Bonds 2021	Light Energia	-	15.247	(1.412)	13.835	(3.074)	10.761
<b>TOTAL</b>		<b>45.491</b>	<b>45.812</b>	<b>(30.646)</b>	<b>60.657</b>	<b>(18.068)</b>	<b>42.589</b>

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez relacionados a empréstimos e financiamentos é divulgada na Nota 34.

### Covenants

A Companhia possui cláusulas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas em determinados contratos de empréstimos e financiamentos, inclusive vencimento cruzado. O vencimento antecipado só ocorre quando do não atendimento a pelo menos um dos *covenants* financeiros em dois trimestres consecutivos ou quatro trimestres intercalados ou quando do não cumprimento de determinados *covenants* não financeiros. Os empréstimos com o Citibank, Santander, BNDES e a 5ª Nota Promissória preveem a manutenção de indicadores de dívida líquida/EBITDA e cobertura de juros (*covenants*). Já os *Bonds* possuem cláusulas restritivas por incorrência de dívida (*covenants*). Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia atendeu aos *covenants* requeridos contratualmente.



**21. DEBÊNTURES**

Emissão - Consolidado	Controlada	Circulante			Não circulante		Total	Total
		Principal	Encargos	Total	Principal	Total	31.12.2022	31.12.2021
8ª Emissão	Light SESA	39.198	1.659	40.857	117.500	117.500	158.357	197.288
9ª Emissão Série B	Light SESA	116.355	854	117.209	-	-	117.209	222.044
13ª Emissão	Light SESA	-	-	-	-	-	-	583.657
15ª Emissão Série 1	Light SESA	-	9.572	9.572	684.261	684.261	693.833	657.240
15ª Emissão Série 2	Light SESA	-	-	-	-	-	-	81.653
16ª Emissão Série 1	Light SESA	-	-	-	-	-	-	134.875
16ª Emissão Série 2	Light SESA	211.475	12.431	223.906	211.475	211.475	435.381	430.845
16ª Emissão Série 3	Light SESA	-	1.850	1.850	62.500	62.500	64.350	63.680
17ª Emissão Série 1	Light SESA	-	-	-	-	-	-	510.003
17ª Emissão Série 2	Light SESA	25.000	1.522	26.522	25.000	25.000	51.522	50.986
17ª Emissão Série 4	Light SESA	-	1.949	1.949	183.659	183.659	185.608	175.809
19ª Emissão	Light SESA	-	15.891	15.891	604.390	604.390	620.281	587.544
20ª Emissão	Light SESA	-	13.647	13.647	722.843	722.843	736.490	697.464
21ª Emissão	Light SESA	119.988	26.284	146.272	240.012	240.012	386.284	374.897
22ª Emissão	Light SESA	-	9.914	9.914	1.029.392	1.029.392	1.039.306	984.415
23ª Emissão Série 1	Light SESA	-	7.965	7.965	263.500	263.500	271.465	267.147
23ª Emissão Série 2	Light SESA	-	8.284	8.284	268.500	268.500	276.784	272.331
24ª Emissão	Light SESA	-	40.111	40.111	1.300.000	1.300.000	1.340.111	-
25ª Emissão CRI	Light SESA	-	222	222	50.308	50.308	50.530	-
3ª Emissão	Light Energia	2.502	106	2.608	7.500	7.500	10.108	12.593
7ª Emissão	Light Energia	-	12.213	12.213	554.109	554.109	566.322	534.502
<b>Subtotal - Debêntures</b>		<b>514.518</b>	<b>164.474</b>	<b>678.992</b>	<b>6.324.949</b>	<b>6.324.949</b>	<b>7.003.941</b>	<b>6.838.973</b>
Custo de captação		(25.649)	-	(25.649)	(61.020)	(61.020)	(86.669)	(100.441)
Custo <i>fee</i> de covenants		(811)	-	(811)	(1.069)	(1.069)	(1.880)	(3.226)
<b>Custos - Debêntures</b>		<b>(26.460)</b>	<b>-</b>	<b>(26.460)</b>	<b>(62.089)</b>	<b>(62.089)</b>	<b>(88.549)</b>	<b>(103.667)</b>
<b>TOTAL</b>		<b>488.058</b>	<b>164.474</b>	<b>652.532</b>	<b>6.262.860</b>	<b>6.262.860</b>	<b>6.915.392</b>	<b>6.735.306</b>



Segue abaixo quadro com as condições contratuais das debêntures consolidadas existentes em 2022:

Emissão - Consolidado	Controlada	Data de assinatura	Moeda	Taxa de juros a.a. <sup>(a)</sup>	Taxa efetiva <sup>(a)</sup>	Amortização do principal		
						Forma de pagamento	Início	Término
8ª Emissão	Light SESA	24.08.2012	R\$	CDI + 1,18%	13,72%	Anual	jun/15	jun/26
9ª Emissão Série B	Light SESA	15.06.2013	R\$	IPCA + 5,74%	11,86%	Anual	mai/20	mai/23
13ª Emissão	Light SESA	01.11.2017	R\$	IPCA + 7,44%	N/A	Única	out/22	out/22
15ª Emissão Série 1	Light SESA	12.09.2018	R\$	IPCA + 6,83%	13,01%	Anual	out/24	out/25
15ª Emissão Série 2	Light SESA	12.09.2018	R\$	CDI + 2,20%	N/A	Anual	out/21	out/22
16ª Emissão Série 1	Light SESA	26.04.2019	R\$	CDI + 0,90%	N/A	Única	abr/22	abr/22
16ª Emissão Série 2	Light SESA	26.04.2019	R\$	CDI + 1,25%	13,79%	Anual	abr/23	abr/24
16ª Emissão Série 3	Light SESA	26.04.2019	R\$	CDI + 1,35%	13,91%	Única	abr/25	abr/25
17ª Emissão Série 1	Light SESA	11.10.2019	R\$	CDI + 1,50%	N/A	Única	out/22	out/22
17ª Emissão Série 2	Light SESA	11.10.2019	R\$	CDI + 1,75%	14,36%	Anual	out/23	out/24
17ª Emissão Série 4	Light SESA	11.10.2019	R\$	IPCA + 5,25%	11,34%	Anual	out/25	out/26
19ª Emissão	Light SESA	15.07.2020	R\$	IPCA + 5,8%	11,92%	Única	jul/25	jul/25
20ª Emissão	Light SESA	14.08.2020	R\$	IPCA + 5,0867%	11,17%	Única	ago/25	ago/25
21ª Emissão	Light SESA	09.02.2021	R\$	CDI + 2,60%	15,31%	Anual	jan/23	jan/25
22ª Emissão	Light SESA	05.04.2021	R\$	IPCA + 4,7543%	10,81%	Anual	abr/29	abr/31
23ª Emissão Série 1	Light SESA	15.10.2021	R\$	CDI + 1,65%	14,24%	Anual	out/24	out/26
23ª Emissão Série 2	Light SESA	15.10.2021	R\$	CDI + 1,95%	14,58%	Anual	out/27	out/28
24ª Emissão	Light SESA	25.03.2022	R\$	CDI + 1,95%	14,58%	Única	abr/24	abr/24
25ª Emissão CRI	Light SESA	30.11.2022	R\$	IPCA + 7,1773% a.a.	13,38%	Anual	nov/28	nov/29
3ª Emissão	Light Energia	24.08.2012	R\$	CDI + 1,18%	13,72%	Anual	jun/15	jun/26
7ª Emissão	Light Energia	05.08.2021	R\$	CDI + 1,20%	13,74%	Anual	jul/25	jul/28

<sup>(a)</sup> Para a 7ª emissão de debêntures, da controlada Light Energia, foi considerado o custo em reais, conforme seus respectivos contratos de *swap*.

As principais operações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram:

Em 26 de abril de 2022, foi realizada a 24ª emissão de debêntures da controlada Light SESA em série única no montante de R\$1.300.000, com vencimento em dois anos, amortização em parcela única e remuneração de CDI + 1,95% a.a. Os recursos decorrentes das debêntures foram utilizados para reforço de capital de giro e pagamento das dívidas vincendas.

Em 08 de dezembro de 2022, foi liquidada a emissão de certificados de recebíveis imobiliários da Virgo Securitizadora S.A. (“CRI”), lastreada em recebíveis decorrentes da 25ª emissão de debêntures privadas da controlada Light SESA, no montante de R\$50.000, com vencimento em sete anos, amortização nos últimos dois anos e remuneração de IPCA + 7,1773% a.a. Os recursos decorrentes das debêntures serão utilizados para reembolso de gastos de natureza imobiliária e custos já incorridos e a incorrer de contratos de aluguéis, conforme definido em escritura.

Em 31 de dezembro de 2022, a totalidade das debêntures emitidas pelas controladas da Companhia têm avais, fianças ou garantias corporativas da Light S.A.



As parcelas relativas ao principal das debêntures consolidados, classificadas no passivo não circulante e sem o custo de emissão e os custos com *fees de covenants (waivers)*, têm os seguintes vencimentos:

Vencimentos - Consolidado	31.12.2022
2024	2.128.077
2025	2.211.728
2026	359.890
2027	272.777
2028	297.931
Após 2028	1.054.546
<b>TOTAL</b>	<b>6.324.949</b>

Seguem abaixo as movimentações das debêntures consolidadas ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Consolidado	Principal	Encargos	Total
<b>SALDO EM 31.12.2020</b>	<b>5.212.984</b>	<b>60.256</b>	<b>5.273.240</b>
Debêntures emitidas	2.308.381	-	2.308.381
Varição monetária e cambial	369.984	-	369.984
Encargos financeiros provisionados	-	308.906	308.906
Encargos financeiros pagos	-	(276.293)	(276.293)
Amortização do principal	(1.248.516)	-	(1.248.516)
Custo de emissão	(51.449)	-	(51.449)
Amortização do custo de emissão	27.208	-	27.208
Encargos capitalizados no ativo de contrato e imobilizado	-	23.845	23.845
<b>SALDO EM 31.12.2021</b>	<b>6.618.592</b>	<b>116.714</b>	<b>6.735.306</b>
Debêntures emitidas	1.350.000	-	1.350.000
Varição monetária	236.610	-	236.610
Encargos financeiros provisionados	-	638.053	638.053
Encargos financeiros pagos	-	(619.226)	(619.226)
Amortização do principal	(1.469.402)	-	(1.469.402)
Custo de emissão	(14.689)	-	(14.689)
Amortização custo de emissão	29.807	-	29.807
Encargos capitalizados no ativo de contrato e imobilizado	-	28.933	28.933
<b>SALDO EM 31.12.2022</b>	<b>6.750.918</b>	<b>164.474</b>	<b>6.915.392</b>



O montante total do principal está apresentado líquido dos custos com a emissão das debêntures e custos com *fees de covenants (waivers)*. Estes custos estão detalhados no quadro abaixo:

Movimentação dos custos de emissão - Consolidado	Controlada	Saldo a amortizar em 31.12.2020	Custo	Amortização do custo	Saldo a amortizar em 31.12.2021	Custo	Amortização do custo	Saldo a amortizar em 31.12.2022
8ª Emissão	Light SESA	2.919	-	(531)	2.388	-	(531)	1.857
9ª Emissão A	Light SESA	1.453	-	(1.453)	-	-	-	-
9ª Emissão B	Light SESA	3.622	-	(1.481)	2.141	-	(1.481)	660
13ª Emissão	Light SESA	7.436	-	(4.055)	3.381	-	(3.381)	-
15ª Emissão	Light SESA	26.883	-	(5.982)	20.901	-	(5.452)	15.449
16ª Emissão	Light SESA	2.462	-	(568)	1.894	-	(569)	1.325
17ª Emissão	Light SESA	5.662	-	(2.407)	3.255	-	(2.067)	1.188
18ª Emissão	Light SESA	1.857	-	(1.857)	-	-	-	-
19ª Emissão	Light SESA	14.177	-	(3.093)	11.084	-	(3.094)	7.990
20ª Emissão	Light SESA	12.814	-	(2.746)	10.068	-	(2.745)	7.323
21ª Emissão	Light SESA	-	3.775	(785)	2.990	-	(970)	2.020
22ª Emissão	Light SESA	-	33.576	(1.634)	31.942	-	(3.421)	28.521
23ª Emissão	Light SESA	-	2.338	(28)	2.310	537	(374)	2.473
24ª Emissão	Light SESA	-	-	-	-	12.300	(3.997)	8.303
25ª Emissão	Light SESA	-	-	-	-	1.852	-	1.852
3ª Emissão	Light Energia	141	-	(26)	115	-	-	115
7ª Emissão	Light Energia	-	11.760	(562)	11.198	-	(1.725)	9.473
<b>TOTAL</b>		<b>79.426</b>	<b>51.449</b>	<b>(27.208)</b>	<b>103.667</b>	<b>14.689</b>	<b>(29.807)</b>	<b>88.549</b>

As debêntures da Companhia não são objeto de repactuação programada. A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e liquidez relacionados a debêntures é divulgada na Nota 34.

### Covenants

A Companhia possui cláusulas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas em determinados contratos de debêntures, inclusive vencimento cruzado. O vencimento antecipado só ocorre quando do não atendimento a pelo menos um indicador financeiro em dois trimestres consecutivos ou quatro trimestres intercalados ou quando do não cumprimento de determinados *covenants* não financeiros, como por exemplo, cláusulas de atendimento de nível mínimo de classificação de crédito avaliado por agências de rating. Todas as emissões de debêntures preveem a manutenção de indicadores de dívida líquida/EBITDA e cobertura de juros (*covenants*). Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia atendeu aos *covenants* requeridos conforme os termos das escrituras de emissões das debêntures.





## 22. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Segue abaixo o saldo das provisões, que compreendem as provisões para contingências com prognóstico provável e as provisões para honorários de êxito:

Provisões - Consolidado	31.12.2022			31.12.2021		
	Provisão	Honorários de êxito	Total	Provisão	Honorários de êxito	Total
Trabalhistas	100.799	356	101.155	92.658	428	93.086
Cíveis	726.698	66.836	793.534	179.258	72.044	251.302
Fiscais	183.589	33.193	216.782	76.474	27.724	104.198
Regulatórias	46.466	-	46.466	52.963	-	52.963
PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS	2.742.784	-	2.742.784	-	-	-
Outros	16.410	-	16.410	554	-	554
<b>TOTAL</b>	<b>3.816.746</b>	<b>100.385</b>	<b>3.917.131</b>	<b>401.907</b>	<b>100.196</b>	<b>502.103</b>

### 22.1 Provisões para contingências

As provisões para riscos, bem como as movimentações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, estão compostas da seguinte forma:

Provisões para perdas prováveis	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Outros	PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS	Total
<b>SALDO EM 31.12.2020</b>	<b>99.072</b>	<b>208.524</b>	<b>172.012</b>	<b>50.719</b>	<b>500</b>	-	<b>530.827</b>
Adições	11.579	206.438	-	-	-	-	218.017
Atualizações	-	8.923	931	2.244	54	-	12.152
Baixas por pagamentos	(11.226)	(240.400)	(89.484)	-	-	-	(341.110)
Baixas por reversões	(6.767)	(4.227)	(6.985)	-	-	-	(17.979)
<b>SALDO EM 31.12.2021</b>	<b>92.658</b>	<b>179.258</b>	<b>76.474</b>	<b>52.963</b>	<b>554</b>	-	<b>401.907</b>
Adições	31.433	828.107	73.121	56.509	4.260	1.081.068	2.074.498
Atualizações	19.336	23.454	80.226	1.678	7.381	1.661.716	1.793.791
Baixas por pagamentos	(15.438)	(288.394)	-	(7.414)	(1.215)	-	(312.461)
Baixas por reversões	(27.190)	(15.727)	(46.232)	(4.995)	-	-	(94.144)
Transferência para outros débitos	-	-	-	(52.275)	-	-	(52.275)
Transferência de fornecedor	-	-	-	-	5.430	-	5.430
<b>SALDO EM 31.12.2022</b>	<b>100.799</b>	<b>726.698</b>	<b>183.589</b>	<b>46.466</b>	<b>16.410</b>	<b>2.742.784</b>	<b>3.816.746</b>

Em 31 de dezembro de 2022, está registrado em depósitos vinculados a litígios o total de R\$221.491 (R\$221.572 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$58.367 (R\$45.394 em 31 de dezembro de 2021) referem-se às causas com provisão constituída. Os demais depósitos referem-se a processos cujas probabilidades de perda são possíveis ou remotas. Segue abaixo o saldo dos depósitos judiciais:

Consolidado	31.12.2022		31.12.2021	
	Depósitos Judiciais	Provisão com Depósitos Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão com Depósitos Judiciais
Trabalhistas	45.885	14.700	52.533	15.215
Cíveis	104.727	7.432	102.677	4.035
Fiscais	70.879	36.235	66.362	26.144
<b>TOTAL</b>	<b>221.491</b>	<b>58.367</b>	<b>221.572</b>	<b>45.394</b>



### 22.1.1 Provisões trabalhistas

Valor provisionado (perda provável)	31.12.2022	31.12.2021
Funcionários próprios	51.107	50.678
Funcionários terceirizados	49.692	41.980
<b>TOTAL</b>	<b>100.799</b>	<b>92.658</b>

A provisão para os riscos trabalhistas é feita com base na avaliação dos respectivos advogados patronos, avaliando o risco de perda no decorrer do processo. O valor de provisão referente a empregados próprios oscila em razão do vínculo direto com a Companhia e seus consequentes direitos. No que se refere aos terceirizados, o risco envolve em sua maioria a responsabilidade subsidiária, o que significa que a Companhia só arcará com o pagamento no caso da ausência deste por parte da real empregadora, a empresa terceirizada.

### 22.1.2 Provisões cíveis

No quarto trimestre de 2022, a Administração da Companhia concluiu a revisão metodológica do processo de reconhecimento de provisões para contingências do nível massivo e de processos relacionados a termo de ocorrência de irregularidade (“TOI”) de modo a trazer uma representação mais acurada, frente a uma mudança de comportamento do judiciário relacionados aos processos e o tempo médio de processamento dos mesmos. Apesar dos processos estarem classificados com risco de perda possível ou remoto pelos advogados, pela natureza do processo, a Companhia entende que a metodologia mais adequada é considerar a curva histórica de perdas que vem sendo aplicada pelo judiciário e, portanto, está ajustando sua metodologia para complementar com dados internos a avaliação jurídica dos assessores externos.

Desse modo, a Administração da Companhia entende que a mudança na apuração da provisão para contingências do nível massivo e dos processos relacionados a termo de ocorrência de irregularidade trará melhor tempestividade a contabilização, consonantes a mudança de comportamento que vem sendo observada no tempo médio de encerramento dos processos e nos tickets médios dos processos encerrados. O impacto da revisão metodológica no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi no montante de R\$379.000.

Valor provisionado (perda provável)	31.12.2022	31.12.2021
Ações Cíveis <sup>(a)</sup>	666.281	142.054
Juizado Especial Cível <sup>(b)</sup>	52.386	28.558
Plano Cruzado <sup>(c)</sup>	8.031	8.646
<b>TOTAL</b>	<b>726.698</b>	<b>179.258</b>

- (a) Provisão para as Ações Cíveis engloba processos quantificáveis, nos quais a Companhia e suas controladas são réis, e que possuem prognóstico de perda provável na avaliação dos respectivos advogados patronos. Grande parte das causas é relacionada a pleitos de danos materiais e morais pela postura ostensiva da empresa no combate às irregularidades na rede, além de questionamentos de valores pagos por consumidores. Dentre os valores provisionados destaca-se a ação indenizatória proposta pela Companhia Siderúrgica Nacional (“CSN”) no último trimestre de 1995, onde a CSN ajuizou a ação 0129629-98.1995.8.19.0001 pleiteando, indenização por danos eventualmente sofridos e lucros cessantes, em razão de oscilações e interrupções no fornecimento de energia elétrica. A ação encontra-se em fase de



liquidação de sentença onde a CSN pleiteia o valor atualizado de R\$747.120, valor este impugnado pela Light, em razão de diversos fundamentos, com destaque para (i) o fato da produção da CSN à época ter sido considerada 24 horas por dia 365 dias por ano, não considerando a ociosidade reconhecida do setor; (ii) a CSN não comprovar nos autos os lucros cessantes; (iii) o perito, designado no processo, utilizar premissas de lucro bruto em vez de lucro líquido. O recurso da Companhia em sede de execução foi julgado procedente em 22 de março de 2022 tendo a decisão homologatória do laudo pericial sido anulada, e determinado o retorno dos autos para a fase pericial. A CSN entrou com alguns recursos que foram rejeitados, restante pendente de julgamento o AREsp da CSN que foi autuado no STJ sob o nº 2269679. A exposição do risco provável para a controlada Light SESA em 31 de dezembro de 2022 é de R\$99.273 (R\$90.588 em 31 de dezembro de 2021).

- (b) As ações Cíveis e de Juizado Especial Cível que envolvem discussões quanto às relações de consumo, tais como termo de ocorrência de irregularidade (TOI), interrupção da prestação do serviço, questionamentos referentes a fatura de energia elétrica, suspensão do fornecimento de energia por inadimplência, transferência de titularidade, negativação e queima de equipamentos, o provisionamento é feito a partir da separação dos sete principais motivos ofensores para a Companhia, que representam aproximadamente 93,9% da quantidade total de processos provisionados do Juizado Especial Cível, e aproximadamente 90,6% da quantidade total de processos provisionados da vara Cível.
- (c) São ações movidas contra a controlada Light SESA relativas ao aumento da tarifa de energia elétrica aprovado pelas Portarias nº 38, de 27 de fevereiro de 1986 e nº 45, de 04 de março de 1986, publicadas pelo extinto DNAEE - Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, que contrariavam o Decreto-lei nº 2.283/86 (decreto do Plano Cruzado), o qual previa que todos os preços ficariam congelados. Os autores dessas ações buscam a restituição dos valores supostamente pagos a maior nas faturas de energia elétrica quando da majoração das tarifas da controlada Light SESA no período em que houve o congelamento dos preços.

### 22.1.3 Provisões fiscais

Valor provisionado (perda provável)	31.12.2022	31.12.2021
ICMS - Créditos homologados <sup>(a)</sup>	28.641	46.232
LIR/LOI - Embargos à Execução <sup>(b)</sup>	105.413	-
Outros	49.535	30.242
<b>TOTAL</b>	<b>183.589</b>	<b>76.474</b>

- (a) A controlada Light SESA provisionou o montante de R\$46.232, relativo a parte do valor autuado em processo por meio do qual o Estado do Rio de Janeiro pretende cobrar ICMS decorrente da utilização supostamente indevida de créditos do imposto, adquiridos pela Light SESA de terceiros, e que haviam sido previamente homologados pela Secretaria Estadual de Fazenda. Em 31 de dezembro de 2022, o débito é de R\$638.602 (R\$620.330 em 31 de dezembro de 2021). Após reavaliação, os assessores jurídicos internos e externos classificaram o valor de R\$42.029, relativo ao principal (imposto), assim como o valor a ele proporcional, relativo aos honorários advocatícios da Procuradoria, no montante de R\$4.203, como sendo perda provável e, todo o restante do valor autuado, relativo a juros, correção monetária e honorários advocatícios



proporcionais, como perda remota. O processo administrativo se encerrou em junho de 2015 com decisão desfavorável à controlada Light SESA. Esta contingência foi judicializada e atualmente aguarda-se julgamento dos Agravos em Recursos Especiais interpostos tanto pela Light SESA, quanto pelo Estado do Rio de Janeiro em face do acórdão que manteve a cobrança do principal e excluiu a cobrança da correção monetária e dos juros de mora. Em agosto de 2022, a controlada Light SESA reavaliou a provisão e o montante provisionado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$28.641.

- (b) LIR/LOI - IRPJ/CSLL - A discussão está relacionada ao método de tributação dos lucros das subsidiárias LIR e LOI no exterior, dado que a controlada Light SESA defendia, por meio de Mandado de Segurança, que o IRPJ e CSLL deveriam incidir apenas sobre os lucros e não sobre os resultados positivos de equivalência patrimonial. Para se valer dos benefícios do programa REFIS, a controlada Light SESA desistiu integralmente do referido Mandado de Segurança, renunciou ao direito de questionar o Método do Equivalência Patrimonial (“MEP”) e alterou o procedimento para passar a tributar os resultados pelo referido método, previsto na Instrução Normativa nº 213/2002. O Fisco discordou de tal procedimento e autuou a controlada Light SESA quanto aos exercícios de 2004 a 2009, passando a exigir a tributação apenas sobre os lucros. Para o exercício de 2004, foi ajuizada Execução Fiscal, que teve decisão desfavorável de mérito no STJ, além de ter sido revogada a tutela obtida pela controlada Light SESA que suspendia a substituição da garantia apresentada nos autos (apólice de seguro) por depósito judicial. Em junho de 2022, a controlada Light SESA provisionou o montante de R\$103.157 em razão da decisão do STJ que julgou improcedente o seu Recurso Especial. Em 31 de dezembro de 2022, o valor atualizado é de R\$105.413.

#### 22.1.4 Provisões regulatórias

Nesse tópico, a Companhia descreve as principais contingências regulatórias decorrentes de discussões administrativas com a ANEEL:

- Em 25 de outubro de 2022, a controlada Light SESA recebeu o despacho nº 3.089/2022 no qual a ANEEL deliberou que a distribuidora deverá providenciar a devolução em dobro das quantias pagas a maior por 26.562 unidades consumidoras condominiais entre janeiro de 2011 e agosto de 2012, em razão de reclassificação dessas unidades de tipo “Administração condominial” da classe Residencial para Comercial após o prazo regulatório previsto. Os valores originalmente cobrados a maior já foram integralmente devolvidos pela controlada Light SESA. Em 17 de novembro de 2022, a Companhia ingressou com Ação Ordinária com Pedido de Tutela Antecipada em Caráter Antecedente, obtendo decisão favorável, que suspende os efeitos do item II do despacho recebido. A Administração da controlada Light SESA, baseada na opinião dos seus assessores legais, entende que parte do desembolso de caixa por parte da controlada Light SESA determinado pelo despacho nº 3.089/2022 possui os prognósticos de perda provável e, em dezembro de 2022, reconheceu o montante de R\$45.900 referente a esta parcela. Baseada na opinião dos seus assessores legais, a Administração entende que a parte remanescente do desembolso de caixa por parte da controlada Light SESA determinado pelo despacho nº 3.089/2022, no montante de R\$89.100, possui os prognósticos de perda possível e, portanto, não foi provisionado.



- A controlada Light SESA foi autuada pela ANEEL (Auto de Infração nº 01/2019-SFE/ANEEL) em decorrência de fiscalização ocorrida em setembro de 2017, relacionada à qualidade do atendimento comercial para a prestação de serviço adequado, conforme parâmetros estabelecidos na Resolução Normativa nº 414/2010. Foi aplicada multa no valor de R\$52.113, a qual foi reduzida para o montante de R\$37.069, por meio do despacho nº 1.173/2022. Em 18 de maio de 2022, a controlada Light SESA efetuou o pagamento de R\$7.414, equivalente a 20% da multa. O saldo remanescente foi transferido para outros débitos e será pago em 36 parcelas mensais iniciadas em junho de 2022.
- A controlada Light SESA foi autuada pela ANEEL (Auto de Infração nº 026/2020-SFE/ANEEL) em decorrência de fiscalização ocorrida em fevereiro de 2020, relacionada aos indicadores de continuidade dos conjuntos de unidades consumidoras, estabelecidos no art. 1º da REA 6.236/2017 e em seu Contrato de Concessão. Foi aplicada multa no valor de R\$21.794, a qual foi reduzida para o montante de R\$16.659, por meio do Ofício nº 306/2020 da SFE/ANEEL. Em 27 de setembro de 2022, foi proferida a decisão final da Diretoria Colegiada da ANEEL para o pagamento de R\$16.650. A Companhia efetuou o pagamento de R\$1.592, equivalente a 20% da multa. O saldo remanescente foi transferido para outros débitos e será pago em 12 parcelas mensais iniciadas em novembro de 2022.

### 22.1.5 Crédito de PIS/COFINS sobre ICMS a devolver ao consumidor

Conforme detalhado na Nota 1.2, a controlada Light SESA reconheceu uma estimativa de contingência passiva relativa os valores do crédito que poderá ser repassado aos consumidores referentes ao crédito de PIS/COFINS sobre ICMS a devolver ao consumidor.

### 22.2 Provisões de honorários de êxito

A Administração da Companhia reavalia periodicamente os processos que possuem honorários de êxito previstos para os assessores jurídicos e, baseada na opinião de seus assessores legais, para o prognóstico de resolução dos processos, constitui provisão para os compromissos de honorários de êxito das causas com prognósticos de perdas possíveis, remotas e excepcionalmente prognóstico provável.

Segue abaixo quadro com a posição e a movimentação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Provisões para honorários de êxito	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Total
<b>SALDO EM 31.12.2020</b>	<b>383</b>	<b>84.933</b>	<b>30.890</b>	<b>500</b>	<b>116.706</b>
Adições	159	16.432	2.253	-	18.844
Atualizações	32	6.345	3.757	-	10.134
Baixas por pagamentos	(68)	(30.937)	(893)	(500)	(32.398)
Baixas por reversões	(78)	(4.729)	(8.283)	-	(13.090)
<b>SALDO EM 31.12.2021</b>	<b>428</b>	<b>72.044</b>	<b>27.724</b>	<b>-</b>	<b>100.196</b>
Adições	50	1.895	3.968	-	5.913
Atualizações	19	4.389	3.824	-	8.232
Baixas por pagamentos	(59)	(7.307)	(1.944)	-	(9.310)
Baixas por reversões	(82)	(4.185)	(379)	-	(4.646)
<b>SALDO EM 31.12.2022</b>	<b>356</b>	<b>66.836</b>	<b>33.193</b>	<b>-</b>	<b>100.385</b>



## 23. CONTINGÊNCIAS

As principais contingências com probabilidade de perda possível estão compostas da seguinte forma:

Consolidado	31.12.2022		31.12.2021	
	Saldo	Quantidade de processos <sup>(a)</sup>	Saldo	Quantidade de processos <sup>(a)</sup>
Cíveis	1.431.086	896	1.360.342	42.510
Trabalhistas	409.901	1.237	364.894	1.273
Fiscais	10.142.357	897	8.740.113	840
<b>TOTAL</b>	<b>11.983.344</b>	<b>3.030</b>	<b>10.465.349</b>	<b>44.623</b>

<sup>(a)</sup> Não auditado pelos auditores independentes

### 23.1 Cíveis

A Controlada Light SESA possui diversas ações judiciais de natureza cível que têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) irregularidades decorrentes de perdas comerciais (não técnicas); (ii) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (iii) acidentes envolvendo a sua rede de eletricidade e/ou a prestação do serviço; (iv) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de falta momentânea de energia: A controlada Light SESA figura como ré em ações cíveis discutindo a interrupção do serviço, quer seja motivada por caso fortuito ou de força maior, quer seja para fins de intervenção no sistema elétrico, entre outros motivos e, também, suspensão do serviço, quer seja por inadimplência, impedimento de acesso ou substituição do medidor, entre outros fatos ensejadores. Dentre essas ações, foi adicionado o montante de R\$647.848 com risco de perda possível em decorrência da ação indenizatória proposta pela CSN (0129629-98.1995.8.19.0001), cuja ação encontra-se em fase de liquidação de sentença; e (v) discussões que versam sobre os mais diversos temas, como funcionalidade dos medidores. Em 31 de dezembro de 2022, o montante total referente às ações é de R\$938.538 (R\$812.955 em 31 de dezembro de 2021).

A controlada Light SESA possui uma ação (0477418-58.2011.8.19.0001) que foi ajuizada pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 30 de setembro de 2011, pleiteando aproximadamente R\$100.000 a título de indenização pelos alegados prejuízos materiais (danos emergentes e lucros cessantes), incorridos em razão de sete interrupções no fornecimento de energia elétrica ocorridas nos anos de 2009 a 2011 na sua Unidade Consumidora de Volta Redonda. Atualmente a ação encontra-se em fase de perícia, com laudo, em linhas gerais, favorável aos interesses da Companhia, tendo o perito se manifestado sobre os pedidos adicionais e impugnação da CSN de forma favorável à controlada Light SESA. Light e CSN se manifestaram sobre esclarecimentos do perito e o processo foi remetido ao Juiz em 07 de junho de 2022. Em 17 de outubro de 2022, foi proferida Sentença que julgou totalmente improcedentes os pedidos da CSN, acolhendo os argumentos da Companhia e do laudo pericial de engenharia, quanto à inexistência de responsabilidade da Companhia pelos eventos indicados. A CSN opôs Embargos de Declaração. Em 31 de dezembro de 2022, a exposição do risco é de R\$138.244 (R\$111.104 em 31 de dezembro de 2021).



A controlada Light SESA também litiga em ação rescisória (0002731-81.2011.8.19.0000) movida pela CSN, em que se discute reajuste tarifário durante o congelamento de preços adotado pelo Plano Cruzado. A Light aguarda o julgamento de seu recurso em trâmite no STJ que objetiva impedir o processamento e julgamento da Ação Rescisória. Em 31 de dezembro de 2022, a exposição do risco é de R\$390.254 (R\$317.169 em 31 de dezembro de 2021).

No último trimestre de 2020, a Light S.A e as controladas Light Energia e Lightcom foram citadas para responder Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (IDPJ), interposto por FLF - Fundo de Liquidação Financeira, visando a desconsideração da personalidade jurídica da Renova Energia S.A. para atingir o Grupo Light e Grupo Cemig para honrar com a dívida contraída pelo Grupo Renova junto ao FLF. Atualmente, processo se encontra em fase pericial. Em 31 de dezembro de 2022, a exposição do risco é de R\$52.016 (R\$42.723 em 31 de dezembro de 2021).

## 22.1 Fiscais

- **IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - perdas comerciais** – A controlada Light SESA possui quatro autuações fiscais cobrando IRPJ e CSLL em razão da não adição dos valores de perdas não técnicas ao seu resultado, para fins de apuração do lucro real, sendo que: (i) a primeira autuação foi julgada procedente em parte em decisão de 1ª instância administrativa e o CARF julgou improcedente, por voto de qualidade, o Recurso Voluntário da controlada Light SESA. No momento, aguarda-se o julgamento do recurso da controlada Light SESA; e (ii) as outras três autuações foram julgadas procedentes em decisão de 1ª instância administrativa e foram objeto de Recurso Voluntário;

A controlada Light SESA também possui três outras autuações cobrando PIS e COFINS pela não realização do estorno dos créditos destas contribuições referentes aos valores de perdas não técnicas, sendo que (i) uma das autuações foi julgada improcedente em decisão de 1ª instância administrativa e aguarda julgamento de recurso de ofício; (ii) as outras duas autuações, recebidas em outubro e novembro de 2020, respetivamente, foram julgadas procedentes em decisão de 1ª instância e foram objeto de Recurso Voluntário.

Em 31 de dezembro de 2022, o montante dessas discussões é de R\$5.832.296 (R\$5.316.345 em 31 de dezembro de 2021).

- **ICMS perdas comerciais** – A controlada Light SESA possui três autuações fiscais, duas ações Anulatórias, um Mandado de Segurança e uma Execução Fiscal que discutem a cobrança de ICMS, FECP e multa por não recolher o referido tributo diferido em operações anteriores à distribuição de energia elétrica, em razão da ocorrência de perdas comerciais. Em 31 de dezembro de 2022, o montante dessa discussão é de R\$882.765 (R\$952.562 em 31 de dezembro de 2021).
- **ICMS sobre subvenções do programa federal denominado “Baixa Renda”** - A controlada Light SESA possui três ações anulatórias, vinculadas às execuções fiscais e três autuações fiscais com o objetivo de discutir a incidência de ICMS sobre os valores pagos pela União Federal à controlada Light SESA a título de subvenção econômica, direcionada aos consumidores de energia da subclasse baixa renda. Em 31 de dezembro de 2022, o montante dessa discussão é de R\$1.364.445 (R\$367.190 em 31 de dezembro de 2021).



- **IN 86** – A controlada Light SESA foi autuada para a cobrança de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória, relacionada à entrega dos arquivos eletrônicos, no formato previsto na IN nº 86/2001, referentes aos anos-calendário de 2003 a 2005. Em 31 de dezembro de 2022, o montante dessa discussão é de R\$497.695 (R\$473.958 em 31 de dezembro de 2021).
- **LIR/LOI - IRPJ/CSLL** – A controlada Light SESA possuía Mandado de Segurança em que se discutia a forma de tributação dos lucros das subsidiárias LIR e LOI no exterior, mais especificamente defendia que o IRPJ e CSLL deveriam incidir apenas sobre os lucros e não sobre os resultados positivos de equivalência patrimonial. Para se valer dos benefícios do programa REFIS, a controlada Light SESA desistiu integralmente do referido Mandado de Segurança, renunciou ao direito de questionar o Método do Equivalência Patrimonial (“MEP”) e alterou o procedimento para passar a tributar os resultados pelo referido método, previsto na Instrução Normativa nº 213/2002. O Fisco discordou de tal procedimento e autuou a controlada Light SESA. Em 31 de dezembro de 2022, o montante dessa discussão é de R\$454.406 (R\$453.953 em 31 de dezembro de 2021).
- **Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal do Estado do Rio de Janeiro (“FEEF”)** – A controlada Light SESA possui três autuações em razão da ausência de recolhimento, ao FEEF do ICMS correspondente a 10% dos benefícios fiscais destinados a terceiros, relativamente ao período de dezembro de 2016 a junho de 2017 e recebeu uma segunda autuação em relação ao período de julho de 2017 a julho de 2019. As três autuações estão aguardando julgamento da impugnação. A tese está sendo discutida pela controlada Light SESA por meio de Mandado de Segurança. Em 31 de dezembro de 2022, o montante dessa discussão é de R\$140.812 (R\$119.337 em 31 de dezembro de 2021).
- **Não homologação de compensações - CVA - (30 Processos Administrativos)** - Não homologação pela Receita Federal de compensações realizadas pela controlada Light SESA com créditos advindos de pagamento indevido ou a maior de PIS e COFINS, notadamente em razão da alteração do momento da tributação do PIS e da COFINS sobre a CVA. Apresentadas manifestações de inconformidade ainda pendentes de julgamento. Em 31 de dezembro de 2022, o montante dessas discussões é de R\$303.857 (R\$281.150 em 31 de dezembro de 2021).
- **Despachos decisórios (53 processos)** – 52 despachos decisórios proferidos pela Receita Federal em face da controlada Light SESA e 1 despacho decisório em face da Light S.A. para negar homologação a diversos pedidos de compensação realizados pela controlada Light SESA, para a utilização de créditos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL à alegação de que tais créditos seriam indevidos ou insuficientes para abarcar os débitos contra aos quais foram opostos. A controlada Light SESA e a controladora apresentaram manifestações de inconformidade em face aos aludidos Despachos Decisórios. Em 31 de dezembro de 2022, o montante dessas discussões é de R\$210.264 (R\$201.361 em 31 de dezembro de 2021).
- **Não homologação de compensações** – A controlada Light SESA discute judicialmente a cobrança de supostos débitos de PIS e COFINS, decorrentes da glosa de créditos de mesma natureza realizada pela Receita Federal em 22 Processos Administrativos, decorrentes de





compensações realizadas referentes aos períodos de março e abril de 2005, janeiro, fevereiro, março, maio, junho, julho, agosto e setembro de 2006 e janeiro e fevereiro de 2007. A controlada Light SESA apresentou Embargos à Execução que foram julgados parcialmente procedentes. Aguarda-se a apreciação dos Embargos de Declaração apresentados pela controlada Light SESA. Em 31 de dezembro de 2022, o montante dessas discussões é de R\$62.968 (R\$59.966 em 31 de dezembro de 2021).

## 22.2 Trabalhistas

Os principais pedidos objeto das ações trabalhistas envolvem as seguintes matérias: equiparação salarial, horas extras, acidente de trabalho, adicional de periculosidade, equiparação salarial e dano moral. Em 31 de dezembro de 2022, montantes envolvidos nestas discussões totalizam R\$196.103 (R\$189.269 em 31 de dezembro de 2021).

- Ação Civil Pública Cadastro de Terceiros (“ACP”) - 0100742-05.2018.5.01.0081: O Ministério Público do Trabalho alega a existência de suposta restrição que impediria a contratação de ex-empregados terceirizados, desqualificados no passado, e por isso requer pagamento de danos a morais, bem como, obrigação para que a Companhia se abstenha de praticar tal ato. A sentença prolatada em junho de 2022 foi pela improcedência dos pedidos. Ministério Público do Trabalho interpôs Recurso Ordinário. Em 31 de dezembro de 2022, montantes envolvidos nestas discussões totalizam R\$52.366 (R\$52.366 em 31 de dezembro de 2021).
- Ação Civil Pública Acidente de Trabalho Fatal com Terceiro (“ACPCiv”) 0100809-47.2022.5.01.0010: Trata-se de Ação Civil Pública Cível com pedido de tutela de evidência visando que os réus, Light e Consorcio Rio Energia, comprovem nos autos que após o acidente de trabalho que resultou no falecimento de um funcionário tomou as medidas cabíveis a evitar novos acidentes, observando as normas de segurança e medicina do trabalho. Fase instrutória. Sem data de audiência de instrução designada. Em 31 de dezembro de 2022, montantes envolvidos nestas discussões totalizam R\$51.010 (R\$0 em 31 de dezembro de 2021).

## 24. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

---

### 24.1 Plano de pensão

As empresas do Grupo Light são patrocinadoras instituidoras da Fundação de Seguridade Social Braslight (Braslight), entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, cuja finalidade é garantir renda de aposentadoria aos empregados do Grupo Light vinculados à Fundação e de pensão aos seus dependentes. A Companhia possui planos do tipo: (i) benefício definido; (ii) benefício misto e (iii) contribuição definida.

Os planos de benefícios previdenciários administrados pela Braslight que são denominados A/B, C e D, implementados respectivamente em 1975, 1997 e 2010, tendo o Plano C recebido migração, na época de sua constituição, de 96% dos participantes ativos do Plano A/B.



- (i) Benefício definido (Plano A/B) - correspondem à diferença entre um percentual, variável de 80% a 100%, do maior valor entre a média dos últimos 12 e dos últimos 36 salários, atualizados para a data de início do benefício, e o valor do benefício concedido pelo INSS.
- (ii) Contribuição variável (Plano C) - os benefícios programáveis, durante a fase de capitalização, são do tipo "contribuição definida", sem vinculação com o INSS, e os benefícios de risco (auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte de participante ativo, inválido e em auxílio-doença), bem como os de renda continuada, estes uma vez concedidos, são do tipo "benefício definido". As duas parcelas têm seus patrimônios apurados em quotas e tratadas em conjunto denominadas Plano C Novo.
- (iii) Contribuição definida (Plano D) - Neste plano, os benefícios programados são do tipo "contribuição definida" antes e após a sua concessão e os benefícios não programados são do tipo "benefício definido", antes da concessão, e de "contribuição definida" após a concessão.

Ao participante que migrou do Plano A/B para o Plano C foi concedido um benefício saldado de renda vitalícia, com reversão em pensão, proporcional ao tempo de contribuição à Braslight na ocasião de migração, contado de sua última inscrição na Fundação, diferido para recebimento após o mesmo ter completado um conjunto de condições de habilitação. Esta parcela é denominada Subplano de Benefício Definido Saldado do Plano C.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi pago pela Companhia, referente à parcela do plano de contribuição definida, o montante de R\$5.074 (R\$5.268 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

## 24.2 Plano de saúde

As empresas do Grupo Light oferecem a seus funcionários e ex-colaboradores o benefício de assistência médica através da operadora Bradesco Saúde na modalidade de pré-pagamento. Nesse tipo de modalidade, a Companhia efetua o repasse das contribuições à operadora de acordo com uma tabela de preços pré-estabelecida por número de vidas (incluindo empregados e inválidos, titulares e dependentes). Da mesma forma, os aposentados e seus dependentes efetuem diretamente à operadora o recolhimento de suas contribuições individuais, também com base na mesma tabela de preços pré-estabelecida.



### 24.3 Avaliação atuarial

A Companhia e suas controladas contrataram atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, sendo a última efetuada para a data-base de 31 de dezembro de 2022.

As informações atuariais consolidadas são conforme abaixo:

Consolidado	31.12.2022			31.12.2021		
	Plano de pensão	Plano de saúde	Total	Plano de pensão	Plano de saúde	Total
Valor presente das obrigações atuariais	(2.984.461)	277.204	(2.707.257)	(3.155.558)	-	(3.155.558)
Valor justo dos ativos do plano	3.075.178	-	3.075.178	3.162.012	-	3.162.012
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo	(90.717)	-	(90.717)	(6.454)	-	(6.454)
<b>PASSIVO LÍQUIDO</b>	<b>-</b>	<b>277.204</b>	<b>277.204</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

As mudanças no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

Valor justo dos ativos do plano - Consolidado	Plano de pensão
<b>SALDO EM 31.12.2020</b>	<b>3.624.693</b>
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	225.114
Perdas atuariais nos ativos do plano	(401.902)
Contribuições da patrocinadora	353
Contribuições dos participantes	126
Benefícios pagos pelo plano/Companhia	(286.372)
<b>SALDO EM 31.12.2021</b>	<b>3.162.012</b>
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	267.811
Perdas atuariais nos ativos do plano	(53.370)
Contribuições da patrocinadora	333
Contribuições dos participantes	118
Benefícios pagos pelo plano/Companhia	(306.021)
Outros efeitos	4.295
<b>SALDO EM 31.12.2022</b>	<b>3.075.178</b>

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

Valor presente da obrigação - Consolidado	Plano de pensão	Plano de saúde	Total
<b>SALDO EM 31.12.2020</b>	<b>3.588.295</b>	-	<b>3.588.295</b>
Custo do serviço corrente	(467)	-	(467)
Juros sobre a obrigação atuarial	222.610	-	222.610
Contribuições de participantes	126	-	126
Perdas atuariais reconhecidas	(368.634)	-	(368.634)
Benefícios pagos	(286.372)	-	(286.372)
<b>SALDO EM 31.12.2021</b>	<b>3.155.558</b>	-	<b>3.155.558</b>
Custo do serviço corrente	426	-	426
Custo de serviço passado	-	63.398	63.398
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	267.217	-	267.217
Contribuições dos participantes	118	-	118
Perdas atuariais reconhecidas	(137.154)	228.434	91.280
Benefícios pagos pelo plano/Companhia	(306.021)	(14.628)	(320.649)
Outros efeitos	4.317	-	4.317
<b>SALDO EM 31.12.2022</b>	<b>2.984.461</b>	<b>277.204</b>	<b>3.261.665</b>



Os valores reconhecidos na demonstração do resultado, nos grupos de custos e despesas operacionais e resultado financeiro, são como segue:

Consolidado	31.12.2022			31.12.2021		
	Plano de pensão	Plano de saúde	Total	Plano de pensão	Plano de saúde	Total
Custo do serviço corrente	426	-	426	(467)	-	(467)
Custo de serviço passado	-	63.398	63.398	-	-	-
Juros sobre as obrigações atuariais	267.217	-	267.217	222.610	-	222.610
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	(267.811)	-	(267.811)	(225.114)	-	(225.114)
Ajuste de atualização de dívida Braslight	168	-	168	2.971	-	2.971
<b>CUSTO ESPERADO ESTIMADO</b>	-	<b>63.398</b>	<b>63.398</b>	-	-	-

A estimativa do atuário externo para a despesa a ser reconhecida para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

Consolidado	2023	
	Plano de pensão	Plano de saúde
Custo do serviço corrente	167	5.278
Juros sobre as obrigações atuariais	332.696	27.694
Juros sobre o efeito do teto de ativo e passivos adicionais	10.631	-
Rendimento esperado dos ativos do plano	(343.354)	-
<b>Estimativa de despesa em 2023</b>	<b>140</b>	<b>32.972</b>

As principais categorias de ativos do plano de pensão, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

Consolidado	31.12.2022	31.12.2021
Renda fixa	89,69%	83,58%
Renda variável	2,72%	11,64%
Investimentos estruturados	1,26%	1,00%
Imóveis	2,21%	2,29%
Empréstimos e financiamentos	1,83%	1,67%
Outros realizáveis	2,53%	0,05%
Provisões contingências	-0,24%	-0,23%
	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

O resultado real sobre os ativos dos planos foi uma perda de R\$53.370 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (perda de R\$401.902 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

A Braslight realiza periodicamente estudos de *Asset Liability Management* (ALM) dos planos de benefícios no intuito de reavaliar a estratégia de alocação dos investimentos frente às obrigações atuariais, com vistas a se proteger das alterações nos preços dos instrumentos financeiros, bem como evitar o descasamento dos fluxos de ativos e passivos, de forma que os recursos estejam disponíveis na data de pagamento dos benefícios e demais obrigações dos planos.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconheceu na rubrica de outros resultados abrangentes o montante de R\$213.104 (reconhecido líquido de impostos no montante de R\$907) em decorrência da avaliação atuarial de plano de saúde dos participantes aposentados. Adicionalmente foi reconhecido no resultado, na rubrica de outras despesas, o montante de R\$63.193. A controlada



Light SESA não reconheceu imposto por conta da expectativa de não recuperabilidade desse ativo diferido.

Abaixo são apresentados a conciliação dos saldos reconhecidos no balanço, um demonstrativo da movimentação do passivo atuarial líquido, no exercício, e o total da despesa reconhecida em outros resultados abrangentes:

<b>SALDO EM 31.12.2021</b>	-
Reconhecimento no resultado do exercício	63.397
Reconhecimento no resultado abrangente	213.104
Impacto dos tributos	907
<b>SALDO EM 31.12.2022</b>	<b>277.408</b>

## 24.4 Premissas atuariais

### 24.4.1 Plano de Pensão

Plano de Pensão - Consolidado	31.12.2022	31.12.2021
Taxa de desconto	11,71% (A/B) e 11,75% (C)	8,83% (A/B) e 8,92% (C)
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	11,71% (A/B) e 11,75% (C)	8,83% (A/B) e 8,92% (C)
Taxa anual de inflação	5,31%	3,40%
Taxa de crescimento salarial nominal	7,42%	5,99%
Índice de reajuste nominal de benefícios concedidos de prestação continuada	5,31%	3,40%
Fator de capacidade	98,00%	98,00%
Taxa de rotatividade	Nula	Nula
Tábua geral de mortalidade <sup>(a)</sup>	AT - 83/ BR(A/B) e EMS 2010 (C)	AT - 83/ BR (A/B) e EMS 2010 (C)
Tábua de entrada em invalidez (planos A/B)	LIGHT - Fraca*0,80	LIGHT - Fraca*1,20
Tábua de entrada em invalidez (plano C saldado)	LIGHT - Fraca*0,80	LIGHT - Fraca*1,20
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 Masculina	AT-49 Masculina
Participantes ativos	1.003	1.082
Participantes aposentados e pensionistas	5.178	5.376

<sup>(a)</sup> Tábua sem agravamento

### 24.4.2 Plano de saúde

Plano de saúde - Consolidado	31.12.2022
Taxa de desconto	9,90%
Taxa anual de inflação	3,50%
Taxa de crescimento de custos médicos	7,38%
Tábua de Mortalidade	BR-EMS 2010
Entradas de Invalidez	Light Fraca suavizada em 20%
Participantes ativos	4.601
Idade média	39,24
Participantes aposentados e pensionistas	2.241
Idade média de funcionários aposentados	66,97

## 24.5 Análise de sensibilidade

### 24.5.1 Plano de Pensão

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são a taxa de desconto e a tábua de mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com



base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido.

Abaixo estão demonstrados os efeitos na obrigação de benefício definido caso a taxa de desconto fosse 1,00% mais baixa e caso a tábua de mortalidade fosse alterada para a tábua seguinte mais restritiva:

Taxa de desconto nominal (a.a.)	Premissa laudo	Redução de taxa de desconto	Impacto na obrigação do plano
Plano A/B	11,71%	-1,00%	81.220
Plano C	11,75%	-1,00%	182.104

Tabua de mortalidade	Premissa laudo	Alteração de tábua	Impacto na obrigação do plano
Plano A/B	AT-83	AT-2000	28.020
Plano C	EMS 2010	EMS 2010 Segregada por sexo Desagravada em 2 anos	124.558

#### 24.5.2 Plano de saúde

Abaixo estão demonstrados os efeitos caso a taxa de desconto apresentasse uma variação de 1,0% e os custos médicos apresentasse um aumento e uma diminuição de 0,5%:

Premissa	Análise de sensibilidade	Impacto R\$
Taxa de desconto	10,40%	254.992
Taxa de desconto	9,40%	302.366
Crescimento dos custos médicos	Aumento de 0,5%	302.284
Crescimento dos custos médicos	Redução de 0,5%	254.895



**25. OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO E ATIVO DE DIREITO DE USO**

Obrigações por arrendamento - Consolidado	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Terrenos e imóveis	980	720	1.700	725	926	1.651
Máquinas e equipamentos	982	1.629	2.611	556	1.516	2.072
Veículos	22.109	213.453	235.562	23.827	35.721	59.548
<b>TOTAL</b>	<b>24.071</b>	<b>215.802</b>	<b>239.873</b>	<b>25.108</b>	<b>38.163</b>	<b>63.271</b>

**25.1 Movimentação dos ativos de direito de uso e das obrigações por arrendamento**

Ativo de direito de uso - Consolidado	Terrenos e imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
<b>SALDO EM 31.12.2020</b>	<b>2.490</b>	<b>2.012</b>	<b>97.215</b>	<b>101.717</b>
Adições de arrendamentos	68	720	4.202	4.990
Remensurações	174	5	-	179
Depreciação	(1.216)	(742)	(45.122)	(47.080)
<b>SALDO EM 31.12.2021</b>	<b>1.516</b>	<b>1.995</b>	<b>56.295</b>	<b>59.806</b>
Adições de arrendamentos	812	1.172	253.096	255.080
Remensurações	192	100	-	292
Depreciação	(951)	(819)	(35.551)	(37.321)
Baixa de arrendamentos	-	-	(48.908)	(48.908)
<b>SALDO EM 31.12.2022</b>	<b>1.569</b>	<b>2.448</b>	<b>224.932</b>	<b>228.949</b>

Obrigações por arrendamento - Consolidado	Terrenos e imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
<b>SALDO EM 31.12.2020</b>	<b>2.646</b>	<b>2.047</b>	<b>101.234</b>	<b>105.927</b>
Adições de arrendamentos	68	720	4.202	4.990
Remensurações	174	5	-	179
Pagamento da parcela	(1.424)	(883)	(51.531)	(53.838)
Despesa de juros	187	183	5.643	6.013
<b>SALDO EM 31.12.2021</b>	<b>1.651</b>	<b>2.072</b>	<b>59.548</b>	<b>63.271</b>
Adições de arrendamentos	812	1.172	253.096	255.080
Remensurações	192	100	-	292
Pagamento da parcela	(1.126)	(1.004)	(52.716)	(54.846)
Despesa de juros	171	271	27.326	27.768
Baixas de arrendamentos	-	-	(51.692)	(51.692)
<b>SALDO EM 31.12.2022</b>	<b>1.700</b>	<b>2.611</b>	<b>235.562</b>	<b>239.873</b>



## 25.2 Cronograma de vencimento das obrigações por arrendamento

Obrigações por arrendamento	31.12.2022
2023	24.240
2024	26.173
2025	28.672
2026	31.618
2027	35.648
Após 2027	93.522
<b>Total</b>	<b>239.873</b>

Para a realização da mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, a Companhia utilizou a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados. Essa vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro.

A Companhia apresenta abaixo os efeitos estimados considerando a inflação futura projetada:

Consolidado	Efeitos estimados
<b>ATIVO DE DIREITO DE USO</b>	
Conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16 (fluxo real)	228.949
Com efeito da Inflação (fluxo nominal)	292.360
<b>OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO</b>	
Conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16 (fluxo real)	239.873
Com efeito da Inflação (fluxo nominal)	303.283

## 26. ENCARGOS REGULATÓRIOS

Encargos regulatórios - consolidado	31.12.2022	31.12.2021
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	1.414	2.485
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	2.828	4.970
Programa de Eficiência Energética – PEE	198.792	178.521
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	34.338	84.353
Quota recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE <sup>(a)</sup>	43.649	42.732
Quota de reserva global de reversão – RGR	717	717
<b>TOTAL</b>	<b>281.738</b>	<b>313.778</b>

<sup>(a)</sup> Refere-se ao recolhimento devido pela controlada Light SESA referente a CDE Conta-Covid, homologada pela ANEEL através do Despacho nº 939 de 5 de abril de 2021.





## 27. OUTROS DÉBITOS

Outros Débitos – consolidado	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Adiantamento de clientes	47.436	-	47.436	55.026	-	55.026
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	3.799	-	3.799	3.343	-	3.343
Taxa de iluminação pública	267.065	-	267.065	234.285	-	234.285
Reserva para reversão	7.770	23.311	31.081	7.770	31.081	38.851
Restituições consumidores	82.932	-	82.932	88.141	-	88.141
Subvenção por redução voluntária do consumo (Nota 11)	-	-	-	169.215	-	169.215
Parcelamento ANEEL <sup>(a)</sup>	25.807	16.256	42.063	-	-	-
Penalidade regulatória - REN	52.600	-	52.600	-	-	-
Outros	17.270	43.533	60.803	14.154	9.026	23.180
<b>TOTAL</b>	<b>504.679</b>	<b>83.100</b>	<b>587.779</b>	<b>571.934</b>	<b>40.107</b>	<b>612.041</b>

<sup>(a)</sup> Referente aos parcelamentos dos Autos de Infração nº 01/2019 e nº 026/2020 - SFE/ANEEL. O montante do Auto de Infração nº 01/2019 será pago em 32 parcelas mensais iniciadas em junho de 2022 e o montante do Auto de Infração nº 026/2020 será pago 12 parcelas mensais iniciadas em novembro de 2022, conforme Nota 22.1.4.

## 28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; (iii) prestação serviços de operação e manutenção; (iv) contratos de serviços administrativos.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia são apresentados abaixo:

Grupo do balanço, características do contrato e vínculo	Valor original	Período de vigência	Condições contratuais	Condições de rescisão ou término	Ativo		Receita	
					31.12.2022	31.12.2021	2022	2021
Cliente - Cobrança do encargo de uso da rede básica da controlada Light SESA com a Lightger	N/A <sup>(a)</sup>	A partir de dez/2010. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	-	-	-	473

Grupo do balanço, características do contrato e vínculo	Valor original	Período de vigência	Condições contratuais	Condições de rescisão ou término	Passivo		Despesa	
					31.12.2022	31.12.2021	2022	2021
Fornecedor - Compromisso de compra de energia elétrica da controlada Light Energia com a Lightger	217.213	dez/2010 a jun/2028	Termos e condições acordados entre as partes	N/A	-	-	-	(28.301)
Outros débitos - Compromisso com serviços de consultoria da controlada Light SESA com a controlada em conjunto Axiom	N/A <sup>(b)</sup>	A partir de dez/2010. Vencimento indeterminado	IGP-M	N/A <sup>(b)</sup>	496	1.501	(8.189)	(15.550)

<sup>(a)</sup> Os contratos de encargo de uso de sistema de distribuição e encargo de uso da rede básica são faturados de acordo com a demanda de energia circulada na rede.

<sup>(b)</sup> O contrato de serviço é faturado de acordo com a necessidade de horas despendidas no serviço contratado.



Conforme mencionado nas Notas 20 e 21 a Companhia é avalista dos empréstimos de suas controladas. Além disso, quando necessário, poderão existir mútuos entre a Companhia e suas controladas, contudo não foram realizadas transações desta natureza nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

### 28.1 Remuneração dos administradores

Os montantes apresentados a seguir referem-se à remuneração da Diretoria, do Conselho de Administração, e do Conselho Fiscal, reconhecidos pelo regime de competência, relativo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Remuneração dos Administradores	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Honorários e benefícios de curto prazo	2.650	2.741	17.428	17.269
Bônus	979	1.123	9.788	11.338
Encargos Sociais	533	678	3.516	4.749
Benefícios pós-emprego	45	58	524	645
Benefícios assistenciais	59	73	699	1.146
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	116	10	1.165	98
Remuneração baseada em ações	(2.387)	8.562	(2.387)	8.562
<b>TOTAL</b>	<b>1.995</b>	<b>13.245</b>	<b>30.733</b>	<b>43.807</b>

Adicionalmente, a Companhia possui um programa de remuneração baseado em ações destinado aos seus administradores e empregados, conforme descrito na Nota 30.



## 29. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 29.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o capital social da Light S.A. está representado por 372.555.324 (trezentos e setenta e dois milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e vinte e quatro) ações ordinárias escriturais e sem valor nominal, sendo o seu capital social de R\$5.473.247, sendo reduzido por gastos com emissão de ações no montante de R\$81.050, totalizando o montante de R\$5.392.197, conforme a seguir:

Acionistas	31.12.2022		31.12.2021	
	Quantidade de ações (unidades)	% Participação	Quantidade de ações (unidades)	% Participação
Samambaia Master Fundo de Investimento em Ações Investimento no Exterior - BDR Nível 1	74.551.000	20,01	74.548.846	20,01
Santander PB Fundo de Investimentos em Ações 1	39.251.600	10,54	37.863.402	10,16
BlackRock, Inc.	28.194.331	7,57	-	-
Verde Asset Management S.A.	12.401.300	3,33	18.661.100	5,01
Mercado ( <i>free float</i> )	218.157.093	58,55	241.481.976	64,82
<b>TOTAL</b>	<b>372.555.324</b>	<b>100,00</b>	<b>372.555.324</b>	<b>100,00</b>

A Light S.A. está autorizada a aumentar o seu capital, mediante deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária, até o limite de 408.934.060 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

### 29.2 Reservas

#### 29.2.1 Reservas de capital

A Companhia oferece a seus administradores e a alguns colaboradores indicados pelo Conselho de Administração plano de opção de compra de ações da Companhia. As opções são precificadas pelo valor justo na data de concessão das outorgas, ajustadas a valor presente, e são reconhecidas de forma linear no resultado pelo prazo de concessão da opção em contrapartida ao patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$16.637 (R\$18.462 em 31 de dezembro de 2021) é decorrente de opções outorgadas referente ao plano de opções.

#### 29.2.2 Reservas de lucro

##### Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória e foi constituída à base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até os limites estabelecidos por Lei.

##### Reserva de retenção de lucros

Constituída com o lucro líquido remanescente após as destinações com base em orçamento de capital aprovado pelo Conselho de Administração e pelas Assembleias Gerais Ordinárias.



### Reserva especial

Conforme artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório não será obrigatório no exercício social em que a Diretoria informar à Assembleia geral ordinária ser o pagamento de dividendos incompatível com a situação financeira da Companhia.

Os lucros que deixarem de ser distribuídos serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que o permitir a situação financeira da companhia.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 28 de abril de 2020, foi aprovada a criação da reserva especial com o montante referente aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2019, no montante de R\$315.353.

### **29.3 Ajuste de avaliação patrimonial**

São reconhecidos os efeitos do ajuste a valor justo do ativo imobilizado da controlada Light Energia registrado na data de transição da adoção da IFRS em 1º de janeiro de 2009, líquidos de efeitos de impostos diretos, a uma alíquota de 34%. À medida que os itens forem realizados, os valores registrados nessa conta serão transferidos para a conta de lucros ou prejuízos acumulados.

### **29.4 Outros resultados abrangentes**

São reconhecidos os ganhos ou perdas atuariais decorrentes de alterações de premissas atuariais, como tábua de mortalidade, taxa de desconto das obrigações e também pelas variações no rendimento dos investimentos dos planos de benefício pós-emprego categorizado como de benefícios definidos e plano de saúde. Os montantes apresentados estão líquidos de impostos diretos, quando aplicável, a uma alíquota de 34%. As variações em outros resultados abrangentes relacionadas a ganhos ou perdas atuariais não são reclassificadas para o resultado em períodos subsequentes.

### **29.5 Dividendos**

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Os dividendos propostos originalmente no encerramento de cada um dos exercícios foram calculados como se segue:

<b>Cálculo dos dividendos propostos</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(5.672.203)	397.945
Constituição de reserva legal (5%)	-	(19.897)
<b>Base de cálculo dos dividendos</b>	<b>(5.672.203)</b>	<b>378.048</b>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	-	(94.512)
Realização de ajuste avaliação patrimonial	14.831	15.325
<b>Lucros (Prejuízos) retidos</b>	<b>(5.657.372)</b>	<b>298.861</b>



Em 27 de abril de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios à conta do lucro líquido do exercício de 2021, no valor de R\$94.512 (R\$0,2628 por ação) que foram pagos em 29 de dezembro de 2022.

### 29.6 Resultado por ação

A tabela a seguir concilia o resultado líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, com os montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

Resultado por ação	2022	2021
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(5.672.203)	397.945
Média ponderada do número de ações ordinárias (em unidades)	366.836.885	366.836.885
<b>Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ações ordinárias em reais</b>	<b>(15,4625)</b>	<b>1,0848</b>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não existiam diferenças entre o resultado por ação básico e diluído, uma vez que a Companhia não possuía nenhum instrumento com potencial dilutivo.

### 30. PLANO DE PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 04 de julho de 2019, foi aprovado o plano de opção de compra de ações da Companhia, destinado aos administradores e empregados da Companhia e de suas controladas. O plano tem o objetivo de reforçar a retenção dos executivos, alinhar os interesses dos acionistas aos das pessoas elegíveis e criar valor para o negócio de forma sustentável e de longo prazo.

O número total de ações que poderão ser adquiridas ou subscritas no âmbito do plano de opção não excederá 2,1% das ações representativas do capital social total da Companhia na data de aprovação do plano de opção.

Uma vez exercida a opção pelos interessados, as referidas ações serão objeto de emissão através de aumento do capital da Companhia. As Opções se tornarão exercíveis na medida em que os respectivos beneficiários permanecerem vinculados como administrador ou empregado da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle, pelo período compreendido entre a data de outorga e um prazo a partir de um ano após a concessão, sendo 25% a cada da de aniversário da outorga.

As Opções não exercidas após o 1º aniversário da data de outorga poderão ser exercidas nos períodos subsequentes e assim sucessivamente para as Opções não exercidas após os demais aniversários até o prazo máximo de vigência das opções, que será de 5 (cinco) anos a partir da data de outorga.

#### 30.1 Preço de exercício das opções

O preço de exercício das opções outorgadas nos termos do plano é de R\$20,54, correspondente à média da cotação das ações da Companhia na B3 S.A., ponderada pelo volume de negociação, nos sessenta pregões anteriores a criação do plano.



O preço de exercício será reduzido pelo valor dos dividendos, juros sobre o capital próprio e outros proventos distribuídos pela Companhia aos acionistas ou quaisquer outros valores por ação colocados à disposição dos acionistas pela Companhia, inclusive em função de redução de capital social sem o cancelamento de ações ou qualquer outra operação societária que implique alocação de recursos aos acionistas ou redução do valor da ações, sempre considerado o período compreendido entre a data de outorga e a data do exercício das opções.

### 30.2 Beneficiários

Durante o prazo de um ano contado da data de exercício das Opções, os beneficiários não poderão vender, ceder ou, de qualquer forma, alienar as ações da Companhia originalmente adquiridas ou subscritas ao amparo do Plano, bem como aquelas que venham a ser por eles adquiridas em virtude de bonificações, desdobramentos, subscrições ou qualquer outra forma de aquisição e direitos de subscrição de ações ou quaisquer outros valores mobiliários de emissão da Companhia conversíveis em ações ou que outorguem direito à subscrição de ações (*"Lock-Up"*).

Até 31 de dezembro de 2022, o Conselho de Administração outorgou 1.368.400 (um milhão, trezentos e sessenta e oito mil e quatrocentas) Opções aos beneficiários.

### 30.3 Impactos contábeis

As opções são reconhecidas pelo valor justo, a débito na demonstração do resultado, na rubrica de despesas de pessoal e a crédito no patrimônio líquido, na rubrica de reserva de capital. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi registrada uma reversão no montante de R\$1.825 (adição de R\$9.028 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).



**31. RECEITA LÍQUIDA**

Receita líquida - Consolidado	2022	2021
Fornecimento e receita de uso da rede (Nota 31.1)	18.232.953	18.272.157
Suprimento de energia (Nota 31.2)	1.312.848	1.471.021
(-) Multa por violação de padrão de indicador de continuidade	(26.749)	(35.502)
(-) Bônus de redução voluntária do consumo	-	(169.215)
Aluguéis, serviços e outras	159.461	86.569
Receita de construção	1.146.446	967.268
Subvenção CDE	253.387	457.289
Subvenção por redução voluntária do consumo	-	169.215
Valor justo do ativo financeiro da concessão (Nota 13)	38.365	574.231
Aportes da CCRBT e da Eletrobrás (Nota 12)	482.372	50.312
Ativos e passivos financeiros do setor (Nota 12)	(22.976)	1.450.927
<b>RECEITA BRUTA</b>	<b>21.576.107</b>	<b>23.294.272</b>
ICMS	(4.249.011)	(4.953.277)
PIS e COFINS	(1.554.975)	(1.648.973)
Outros	(9.084)	(4.260)
<b>IMPOSTOS SOBRE RECEITA</b>	<b>(5.813.070)</b>	<b>(6.606.510)</b>
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(2.252.968)	(1.550.272)
Reserva Global de Reversão - RGR	(9.312)	(10.284)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(12.408)	(13.683)
Fundo Nacional de Desenvolvimento - FNDCT	(24.817)	(27.372)
Eficiência Energética - PEE	(54.374)	(64.312)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(24.817)	(27.372)
Outros encargos - PROINFA	(93.818)	(63.908)
Outros encargos	(37.237)	(32.639)
<b>ENCARGOS DO CONSUMIDOR</b>	<b>(2.509.751)</b>	<b>(1.789.842)</b>
<b>TOTAL DAS DEDUÇÕES</b>	<b>(8.322.821)</b>	<b>(8.396.352)</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>13.253.286</b>	<b>14.897.920</b>

**31.1 Fornecimento e receita de uso da rede**

Fornecimento e receita de uso da rede- Consolidado	2022			2021		
	Faturamento bruto	ICMS	Faturamento líquido	Faturamento bruto	ICMS	Faturamento líquido
Residencial	7.983.297	(1.781.057)	6.202.240	8.127.818	(1.971.174)	6.156.644
Industrial	430.567	(114.417)	316.150	458.747	(145.932)	312.815
Comércio, serviços e outras	4.688.086	(1.210.284)	3.477.802	4.768.682	(1.495.321)	3.273.361
Rural	11.261	(2.864)	8.397	13.770	(4.122)	9.648
Poder público	1.341.512	(285.988)	1.055.524	1.190.046	(307.425)	882.621
Iluminação pública	365.250	(96.291)	268.959	457.098	(146.842)	310.256
Serviço público	719.649	(192.781)	526.868	862.904	(273.903)	589.001
Receita de uso da rede (livres)	2.647.003	(552.645)	2.094.358	2.432.811	(599.576)	1.833.235
Fornecimento não faturado	46.328	-	46.328	(39.719)	-	(39.719)
<b>Total fornecimento</b>	<b>18.232.953</b>	<b>(4.236.327)</b>	<b>13.996.626</b>	<b>18.272.157</b>	<b>(4.944.295)</b>	<b>13.327.862</b>

**31.2 Suprimento de energia**

Suprimento de energia - Consolidado	2022			2021		
	Suprimento bruto	ICMS	Suprimento líquido	Suprimento bruto	ICMS	Suprimento líquido
Comercialização de energia/outros	1.253.870	(12.684)	1.241.186	1.320.259	(8.982)	1.311.277
Energia de curto prazo	58.978	-	58.978	150.762	-	150.762
<b>Total suprimento</b>	<b>1.312.848</b>	<b>(12.684)</b>	<b>1.300.164</b>	<b>1.471.021</b>	<b>(8.982)</b>	<b>1.462.039</b>



**32. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

Custos e despesas – Consolidado	Custos de operação		Despesas gerais e administrativas	
	2022	2021	2022	2021
Pessoal e administradores	(287.081)	(269.029)	(105.198)	(152.307)
Materiais	(22.467)	(11.599)	(400)	(11.928)
Serviços de terceiros	(237.263)	(250.669)	(185.713)	(180.813)
Custos com energia elétrica (Nota 32.1)	(8.991.642)	(10.427.435)	-	-
Depreciação e amortização	(687.455)	(653.780)	(43.312)	(24.330)
Provisão esperada para crédito de liquidação duvidosa (PECLD) (vide Nota 8)	-	-	(1.116.763)	(597.354)
Provisão para contingências e depósitos judiciais (vide Nota 22)	-	-	(1.995.245)	(181.583)
Custo de construção	(1.146.446)	(967.268)	-	-
Multas financeiras de clientes e fornecedores	107.873	107.837	-	-
Outras despesas e custos operacionais	(6.986)	(5.015)	(48.670)	(41.708)
<b>TOTAL</b>	<b>(11.271.467)</b>	<b>(12.476.958)</b>	<b>(3.495.301)</b>	<b>(1.190.023)</b>

**32.1 Energia elétrica comprada para revenda**

Energia elétrica comprada para revenda - Consolidado	2022	2021
<b>Energia comprada para revenda</b>		
Mercado de curto prazo CCEE	(840.422)	(1.405.937)
Itaipu – Binacional	(1.279.897)	(1.581.021)
UTE Norte Fluminense	(3.730.225)	(3.414.600)
Leilão de energia	(2.443.784)	(3.798.678)
Cotas de garantia física	(714.549)	(687.018)
Cota de nucleares	(281.878)	(198.718)
<b>Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição</b>		
Encargos uso da rede básica e NOS	(1.171.209)	(1.170.626)
Encargos de conexão – Transmissão	(99.511)	(96.416)
Encargos uso da rede distribuição – CUSD	(7.711)	(6.003)
Transporte de energia – Itaipu	(122.760)	(130.650)
PROINFA	(215.996)	(138.208)
Crédito de PIS/COFINS sobre compra	899.893	1.052.834
ICMS sobre compra	1.016.407	1.147.606
<b>TOTAL</b>	<b>(8.991.642)</b>	<b>(10.427.435)</b>





**33. RESULTADO FINANCEIRO**

Resultado financeiro – Consolidado	2022	2021
<b>RECEITA</b>		
Acréscimo moratório sobre venda de energia	55.479	55.489
Rendimento sobre equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	396.293	152.118
Operações de <i>swap</i>	-	59.548
Atualização de depósitos judiciais	13.910	7.613
Atualização de ativos e passivos financeiros do setor (Nota 12)	-	53.469
Atualização dos créditos de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo (Nota 9)	80.343	14.912
Atualização de ativos tributários	60.467	21.466
Outras receitas financeiras	32.834	17.794
<b>TOTAL DAS RECEITAS FINANCEIRAS</b>	<b>639.326</b>	<b>382.409</b>
<b>DESPESAS</b>		
Atualização monetária das provisões para contingências <sup>(a)</sup>	(1.802.023)	(22.286)
Despesas com passivos tributários	(8.455)	(6.428)
Atualização de ativos e passivos financeiros do setor (Nota 12)	(1.412)	-
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(931.808)	(698.410)
Operações de <i>swap</i>	(1.046.437)	-
Variação cambial e monetária de empréstimos, financiamentos e debêntures	(16.260)	(743.095)
Variação cambial sobre faturas de energia	-	(17.097)
Atualização monetária sobre o GSF	-	(89.389)
Ajuste a valor presente	(19.422)	1.291
PIS e COFINS sobre receita financeira	(29.008)	(17.299)
Outras despesas financeiras	(231.828)	(119.886)
<b>TOTAL DAS DESPESAS FINANCEIRAS</b>	<b>(4.086.653)</b>	<b>(1.712.599)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(3.447.327)</b>	<b>(1.330.190)</b>

<sup>(a)</sup> Inclui o montante de R\$1.661.716 referente a atualização da provisão para contingências dos créditos de PIS/COFINS sobre ICMS a devolver ao consumidor.



## 34. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

### 34.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

A Companhia mensura ao valor justo utilizando vários métodos que incluem abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

**Nível 1** - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

**Nível 2** - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

**Nível 3** - dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

O quadro abaixo apresenta os valores contábeis e valores justos dos principais ativos e passivos financeiros da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Controladora	Níveis	31.12.2022		31.12.2021	
		Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo
<b>ATIVOS FINANCEIROS (CIRCULANTE/NÃO CIRCULANTE)</b>					
<b>MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO</b>					
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos (Nota 6)		2.693	2.693	9	9
Serviços prestados a receber		-	-	1.474	1.474
Depósitos judiciais		663	663	878	878
Outros créditos		10.091	10.091	15.941	15.941
<b>MENSURADO A VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO</b>					
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	2	720.172	720.172	62.647	62.647
<b>TOTAL</b>		<b>733.619</b>	<b>733.619</b>	<b>80.949</b>	<b>80.949</b>
<b>PASSIVO FINANCEIROS (CIRCULANTE)</b>					
<b>MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO</b>					
Fornecedores		1.001	1.001	358	358
Outros débitos		4.522	4.522	1.900	1.900
<b>TOTAL</b>		<b>5.523</b>	<b>5.523</b>	<b>2.258</b>	<b>2.258</b>



Consolidado	Níveis	31.12.2022		31.12.2021	
		Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo
<b>ATIVOS FINANCEIROS (CIRCULANTE/NÃO CIRCULANTE)</b>					
<b>MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO</b>					
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos (Nota 6)		43.886	43.886	53.528	53.528
Contas a receber de clientes (Nota 8)		2.422.171	2.422.171	3.645.368	3.645.368
Serviços prestados a receber		34.241	34.241	17.316	17.316
Depósitos judiciais		221.491	221.491	221.572	221.572
Ativos financeiros do setor (Nota 12)		199.402	199.402	1.480.272	1.480.272
Outros créditos (Nota 11)		401.787	401.787	614.062	614.062
<b>MENSURADO A VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO</b>					
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações Financeiras de liquidez imediata (Nota 6)	2	-	-	343.249	343.249
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	2	2.039.665	2.039.665	3.208.196	3.208.196
Ativo financeiro da concessão (Nota 13)	3	7.697.294	7.697.294	6.821.988	6.821.988
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	2	13.611	13.611	190.409	190.409
<b>TOTAL</b>		<b>13.073.548</b>	<b>13.073.548</b>	<b>16.595.960</b>	<b>16.595.960</b>
<b>PASSIVO FINANCEIROS (CIRCULANTE/ NÃO CIRCULANTE)</b>					
<b>MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO</b>					
Fornecedores (Nota 18)		1.506.031	1.506.031	2.154.037	2.154.037
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)		3.773.298	3.884.298	4.409.020	4.288.734
Debêntures (Nota 21)		6.915.392	6.457.642	6.735.306	6.435.889
Passivos financeiros do setor (Nota 12)		911.538	911.538	276.353	276.353
Obrigações por arrendamento mercantil (Nota 25)		239.873	239.873	63.271	63.271
Encargos regulatórios (Nota 26)		281.738	281.738	313.778	313.778
Outros débitos (Nota 27)		587.779	587.779	612.041	612.041
<b>MENSURADO A VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO</b>					
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	2	440.708	440.708	3.975	3.975
<b>TOTAL</b>		<b>14.656.357</b>	<b>14.309.607</b>	<b>14.567.781</b>	<b>14.148.078</b>

## 34.2 Gerenciamento de riscos e objetivos alcançados

### 34.2.1 Risco de mercado

No curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados a variações cambiais e taxas de juros. Segue abaixo o quadro com a abertura do principal da dívida por moeda e indexador (não inclui custos de captação e de emissão):

Moeda e indexador - Consolidado	31.12.2022		31.12.2021	
	R\$	%	R\$	%
USD	3.357.453	31,5	3.587.594	32,2
<b>TOTAL - MOEDA ESTRANGEIRA</b>	<b>3.357.453</b>	<b>31,5</b>	<b>3.587.594</b>	<b>32,2</b>
CDI	3.186.301	29,9	2.954.652	25,7
IPCA	4.100.558	38,6	4.617.877	42,0
Outros	116	-	9.919	0,1
<b>TOTAL - MOEDA NACIONAL</b>	<b>7.286.975</b>	<b>68,5</b>	<b>7.582.448</b>	<b>67,8</b>
<b>TOTAL</b>	<b>10.644.428</b>	<b>100,0</b>	<b>11.170.042</b>	<b>100,0</b>

Para o montante da dívida em moeda estrangeira, foram contratados instrumentos de derivativos financeiros, na modalidade de *swap*, de acordo com a política para utilização de instrumentos derivativos aprovada pelo Conselho de Administração. Dessa forma, considerando os *swaps*, a exposição cambial da Companhia relacionada à dívida, em 31 de dezembro de 2022, é de 0,2% do total da dívida em moeda estrangeira (0,2% em 31 de dezembro de 2021).



### 34.2.2 Risco de taxa de câmbio

Para a parte dos empréstimos e financiamentos denominada em moeda estrangeira, a Companhia se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “*swap*”) para proteção do serviço associado a tais dívidas (principal mais juros e comissões) a vencer em até 24 meses. As captações realizadas através da Resolução BACEN 4.131 no contrato celebrado com o Citibank e a emissão dos *Bonds* no Mercado Internacional, já foram contratadas com *swap* para todo o prazo da dívida, devidamente pré-aprovadas pelo Conselho de Administração.

Segue abaixo o quadro com a composição das operações de derivativos existentes em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Controlada	Moeda	Companhia recebe	Companhia paga	Data de início	Data de Vencimento	Valor Nocial (R\$) 31.12.2022	Valor Nocial (US\$) 31.12.2022	Swap (accrual) (R\$) 31.12.2022	Swap valor justo (contábil) (R\$) 31.12.2022	Valor Justo x Accrual 31.12.2022
Light SESA	US\$	US\$+Libor3M+1,18%	CDI+1,85%	31.12.2021	31.03.2025	208.708	40.000	8.002	7.645	(357)
Light SESA	US\$	US\$+4,3750 % a.a.	143,43% CDI	18.06.2021	18.06.2026	2.087.080	400.000	(61.284)	268.727	330.011
Light Energia	US\$	US\$+4,3750 % a.a.	145,45% do CDI	18.06.2021	18.06.2026	1.043.540	200.000	(30.538)	141.730	172.268
<b>TOTAL</b>						<b>3.339.328</b>	<b>640.000</b>	<b>(83.820)</b>	<b>418.102</b>	<b>501.922</b>

Controlada	Moeda	Companhia recebe	Companhia paga	Data de início	Data de Vencimento	Valor Nocial (R\$) 31.12.2021	Valor Nocial (US\$) 31.12.2021	Swap (accrual) (R\$) 31.12.2021	Swap valor justo (contábil) (R\$) 31.12.2021	Valor Justo x Accrual 31.12.2021
Light SESA	US\$	US\$+Libor3M+1,18%	CDI+1,85%	31.12.2021	31.03.2025	223.220	40.000	(6.498)	(2.845)	3.653
Light SESA	US\$	US\$+4,3750 % a.a.	143,43% CDI	18.06.2021	18.06.2026	2.232.200	400.000	(211.275)	(129.155)	82.120
Light Energia	US\$	US\$+4,3750 % a.a.	145,45% do CDI	18.06.2021	18.06.2026	1.116.100	200.000	(105.566)	(58.409)	47.157
<b>TOTAL</b>						<b>3.571.520</b>	<b>640.000</b>	<b>(323.339)</b>	<b>(190.409)</b>	<b>132.930</b>

O valor contabilizado encontra-se mensurado pelo seu valor justo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021. Todas as operações com instrumentos financeiros derivativos encontram-se registradas em câmaras de liquidação e custódia e não existe nenhuma margem depositada em garantia. As operações não possuem custo inicial.

A diferença entre o valor na curva (*accrual*) e o valor a mercado se dá pela distinta metodologia de cálculo, pois enquanto o saldo de *swap* na curva é calculado pelo valor do principal mais juros e câmbio atualizados até 31 de dezembro de 2022, o saldo do *swap* a mercado é calculado considerando a curva futura dos indicadores descontada pelo cupom cambial.

Em atendimento às práticas contábeis brasileiras e ao IFRS, o valor dos instrumentos de derivativos é registrado a valor justo, que se aproxima aos valores de mercado.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de câmbio, demonstrando os possíveis impactos no resultado financeiro da Companhia. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos saldos patrimoniais estivesse em aberto durante todo o período.

A metodologia utilizada para o “cenário provável” considerou a melhor estimativa da taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2023. Vale lembrar que, por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida em 31 de dezembro de 2022. É importante salientar que o saldo das aplicações financeiras oscilará de



acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia, bem como o comportamento dos saldos de dívida e derivativos respeitará seus respectivos contratos.

Análise de sensibilidade da taxa de câmbio, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções da B3 e BNDES em 31 de dezembro de 2022.

Operação	Controlada	Risco	Dívida - US\$ Mil	R\$			
				Cenário provável (I)	Cenário (II) + 25%	Cenário (III) + 50%	
<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>				<b>(274.485)</b>	<b>(1.184.540)</b>	<b>(2.094.594)</b>	
TN - <i>Par Bond</i>	Light SESA	US\$	39.422	(16.775)	(72.392)	(128.009)	
TN - Caução - <i>Par Bond</i>	Light SESA	US\$	(36.779)	15.650	67.537	119.425	
TN - <i>Discount Bond</i>	Light SESA	US\$	27.306	(11.619)	(50.143)	(88.667)	
TN - Caução - <i>Discount Bond</i>	Light SESA	US\$	(25.824)	10.989	47.421	83.854	
4131 Citibank 2021	Light SESA	US\$	40.011	(17.025)	(73.473)	(129.920)	
<i>Bonds (2021)</i>	Light SESA	US\$	400.632	(170.476)	(735.690)	(1.300.903)	
<i>Bonds (2021)</i>	Light Energia	US\$	200.292	(85.228)	(367.800)	(650.373)	
<b>DERIVATIVOS</b>				<b>272.730</b>	<b>1.176.963</b>	<b>2.081.196</b>	
<i>Swaps de moeda (ponta ativa)</i>	Light SESA	US\$	(440.643)	187.502	809.163	1.430.823	
<i>Swaps de moeda (ponta ativa)</i>	Light Energia	US\$	(200.292)	85.228	367.800	650.373	
<b>TOTAL</b>				<b>(1.756)</b>	<b>(7.577)</b>	<b>(13.398)</b>	
<b>Referência para Ativos e Passivos Financeiros</b>					<b>+25%</b>	<b>+50%</b>	
Cotação R\$/US\$ (em 31.12.2023)					5,64	7,05	8,46

### 34.2.3 Risco de taxa de juros

Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros não só sobre a despesa financeira associada aos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia, como também sobre as receitas financeiras oriundas de suas aplicações financeiras. A política para utilização de derivativos aprovada pelo Conselho de Administração não compreende a contratação de instrumentos contra esse risco. No entanto, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de forma a avaliar a eventual necessidade de contratar derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas, sendo que, para estes casos, é solicitada aprovação prévia ao Conselho de Administração.

Segue quadro abaixo com a posição das operações de swap de juros vigentes em 31 de dezembro de 2022:

Controlada	Companhia recebe	Companhia paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nominal (R\$) 31.12.2022	Swap (accrual) (R\$) 31.12.2022	Swap valor justo (contábil) (R\$) 31.12.2022	Valor Justo x Accrual 31.12.2022
Light Energia	IPCA + 4,85% a.a.	CDI + 1,20%	11.08.2021	17.07.2028	554.110	(33.190)	8.995	42.185
<b>TOTAL</b>					<b>554.110</b>	<b>(33.190)</b>	<b>8.995</b>	<b>42.185</b>

Controlada	Companhia recebe	Companhia paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nominal (R\$) 31.12.2021	Swap (accrual) (R\$) 31.12.2021	Swap valor justo (contábil) (R\$) 31.12.2021	Valor Justo x Accrual 31.12.2021
Light Energia	IPCA + 4,85% a.a.	CDI + 1,20%	11.08.2021	17.07.2028	524.532	(18.952)	3.975	22.927
<b>TOTAL</b>					<b>524.532</b>	<b>(18.952)</b>	<b>3.975</b>	<b>22.927</b>

O swap de juros contratado na controlada Light Energia está associado ao vencimento da 7ª Emissão de debentures.



A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de juros, demonstrando os possíveis impactos no resultado antes dos impostos. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos saldos patrimoniais estivesse em aberto durante todo o período.

A metodologia utilizada para o “cenário provável” considerou a melhor estimativa da taxa de juros em 31 de dezembro de 2023. Vale lembrar que por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida e das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2022. É importante salientar que o comportamento dos saldos de dívida e derivativos respeitará seus respectivos contratos, bem como o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia.

Análise de sensibilidade das taxas de juros, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções da B3 e BNDES em 31 de dezembro de 2022.

Operação	Controlada	R\$		
		Cenário provável (I)	Cenário (II) + 25%	Cenário (III) + 50%
<b>ATIVOS FINANCEIROS</b>		<b>(4.941)</b>	<b>(67.854)</b>	<b>(131.247)</b>
Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários <sup>(a)</sup>		(4.941)	(67.854)	(131.247)
<b>PASSIVOS FINANCEIROS POR RISCOS</b>		<b>(58.860)</b>	<b>(247.179)</b>	<b>(435.496)</b>
Libor6M	Light SESA	586	(1.098)	(2.782)
Libor3M	Light SESA	1	(2.487)	(4.975)
CDI	Light SESA	(34.768)	(148.632)	(262.495)
IPCA	Light SESA	(21.172)	(81.394)	(141.616)
CDI	Light Energia	(197)	(843)	(1.488)
IPCA	Light Energia	(3.310)	(12.725)	(22.140)
<b>DERIVATIVOS</b>		<b>(52.693)</b>	<b>(225.257)</b>	<b>(397.821)</b>
Swaps de moedas (ponta passiva) <sup>(a)</sup>		(47.168)	(201.639)	(356.110)
Swaps de taxa (ponta passiva)	Light Energia	(5.525)	(23.618)	(41.711)
<b>TOTAL</b>		<b>(116.494)</b>	<b>(540.290)</b>	<b>(964.564)</b>
<b>Referência para Ativos Financeiros</b>			<b>-25%</b>	<b>-50%</b>
CDI (em 31.12.2023)		13,41%	10,06%	6,71%
<b>Referência para Passivos financeiros</b>			<b>+25%</b>	<b>+50%</b>
CDI (% em 31.12.2023)		13,41%	16,77%	20,12%
IPCA (% em 31.12.2023)		6,34%	7,93%	9,51%
Libor3M (% em 31.12.2023)		4,71%	5,89%	7,07%
Libor6M (% em 31.12.2023)		4,69%	5,86%	7,03%

<sup>(a)</sup> Inclui as controladas do grupo Light



#### 34.2.4 Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência dos seus consumidores ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia utiliza de todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de clientes inadimplentes em empresas de proteção ao crédito e cobrança judicial. O risco de crédito das contas a receber encontra-se pulverizado considerando a base de clientes da Companhia. Uma análise de redução ao valor recuperável é efetuada a cada data de reporte usando uma matriz de provisão para avaliar as perdas de crédito esperadas. A exposição máxima ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2022 é o valor contábil de cada classe de ativos financeiros divulgada na Nota 8. O Grupo não possui ou mantém ativos que tenham sido dados em garantia por terceiros.

No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. A Companhia possui uma política de não manter a carteira concentrada em uma determinada instituição financeira. Desta forma, a política tem como princípio controlar a concentração da carteira através de limites impostos aos Grupos e acompanhar as instituições financeiras através do seu patrimônio líquido e de seus *ratings*.

Por meio de sua política a Companhia poderá aplicar os recursos em produtos de renda fixa, pós-fixados indexados ao CDI e Títulos públicos pós-fixados.

#### 34.2.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade financeira em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações que fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os recursos captados são apresentadas nas Notas 20 e 21.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial, do mercado financeiro e de empresas ligadas, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

Conforme divulgado na Nota 1.1, a Administração da Companhia está acompanhando atentamente todos os riscos relacionados a continuidade operacional do Grupo e gerencia o risco de liquidez por meio do acompanhamento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, acarretar perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa no curto prazo, que são recuperáveis dentro do arcabouço regulatório vigente, e pode impactar em aumentos tarifários futuros. Com a cobrança das bandeiras tarifárias, a Companhia diminui, em parte, uma maior exposição da variação do custo de compra de energia, reduzindo



assim, o risco de liquidez.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais, as quais incluem juros futuros, quando aplicáveis, até a data dos vencimentos contratuais, são apresentadas conforme quadro abaixo:

Instrumentos a taxas de juros:	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Pós Fixadas</b>					
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	(251.982)	(1.225.253)	(9.599.334)	(1.121.998)	(12.198.567)
<b>Pré-Fixadas</b>					
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	(36)	(775)	(345.113)	-	(345.924)
Fornecedores	(1.506.031)	-	-	-	(1.506.031)
Swap	10.940	32.821	383.335	-	427.096
<b>TOTAL</b>	<b>(1.747.109)</b>	<b>(1.193.207)</b>	<b>(9.561.112)</b>	<b>(1.121.998)</b>	<b>(13.623.426)</b>

#### 34.2.6 Risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia

A venda ou compra de energia no mercado de curto prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da controlada Light SESA é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica. O limite regulatório para o repasse integral aos consumidores resultado da liquidação no MCP das exposições positivas (energia contratada acima do mercado cativo), valorada pela diferença entre o preço médio de compra de energia da distribuidora e o preço de liquidação de diferenças (PLD) é de 5% sobre a energia requerida regulatória da distribuidora. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também, podem ser repassadas integralmente aos consumidores.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.





### 34.2.7 Riscos socioambientais

Os riscos socioambientais estão relacionados aos aspectos ambientais, à segurança da força de trabalho e da população, às questões relacionadas aos empregados, aos fornecedores e aos impactos na sociedade. Nesse sentido, a Companhia atua de forma contínua para promover a melhoria da sua gestão ambiental e social, de forma a mitigar esses riscos, por meio de diversos compromissos:

- (i) Atender à legislação ambiental vigente e aos padrões de qualidade ambiental por meio do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), baseado na ISO 14001, que avalia e monitora os aspectos e impactos do parque operacional da Companhia, mitigando o risco de multas, embargos de empreendimentos, acidentes, ações judiciais e danos à imagem da Light;
- (ii) Nas usinas e nas estruturas associadas ao parque gerador de energia da Companhia, além da certificação ISO 14001, atender às normas ISO 9001, de qualidade, e ISO 45001, de gestão de saúde e segurança ocupacional, formando um Sistema de Gestão Integrado (SGI);
- (iii) Investir na promoção da saúde e na prevenção de acidentes, aplicando recursos na melhoria de processos e procedimentos, capacitando e sensibilizando a força de trabalho, em paralelo a campanhas de comunicação relacionadas aos riscos da rede elétrica para a população e à importância da adoção de medidas pessoais de segurança;
- (iv) Oferecer benefícios aos empregados da Companhia que englobam planos de previdência privada, pela Braslight, assistência médica e odontológica extensivas a dependentes, auxílio alimentação e/ou refeição, auxílio natalino, auxílio-creche, complementação de auxílio doença, auxílio psicopedagógico para dependentes de empregados com necessidade de tratamentos neuropsíquicos, assistência social e psicológica, seguro de vida, auxílio funeral e bolsas de estudo de ensino médio técnico para empregados e dependentes;
- (v) Estreitar o relacionamento com as comunidades da área de concessão, fortalecendo o vínculo empresa/cliente e regularizando o fornecimento de energia e arrecadação nessas áreas, além de incentivar o cadastramento de moradores na Tarifa Social; e
- (vi) No âmbito da cadeia de valor da Light, garantir o alinhamento dos fornecedores com as diretrizes de direitos humanos, práticas trabalhistas e redução de impactos socioambientais que são adotadas pela Companhia, estabelecendo critérios para a seleção e gestão desses fornecedores que contemplam o cumprimento do Acordo de Responsabilidade Social e do Código de Ética e Conduta Empresarial da Companhia.



### 34.2.8 Riscos de continuidade da concessão

A Companhia e suas controladas conduzem suas atividades de geração e distribuição de energia elétrica de acordo com contratos de concessão e a legislação do setor elétrico, incluindo todas as resoluções emitidas pela ANEEL.

O quinto aditivo ao contrato de concessão da controlada Light SESA, celebrado em março de 2017 possui cláusulas que condicionam a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da controlada Light SESA, de novos critérios de eficiência com relação à qualidade da prestação do serviço e à sustentabilidade econômico-financeira da referida companhia.

Os critérios de eficiência com relação (i) à qualidade do serviço prestado são mensurados por indicadores que consideram a frequência e a duração média das interrupções do serviço de distribuição de energia, e os limites globais anuais definidos no referido aditivo; e (ii) à gestão econômica e financeira são mensurados por indicadores que consideram o nível de endividamento da companhia e limites os quais estão definidos no referido termo aditivo.

O inadimplemento do critério de qualidade da prestação do serviço será verificado nos casos em que houver o não atendimento dos indicadores por:

- (a) dois anos consecutivos no período entre 2018 e 2021 para o indicador de qualidade do serviço prestado;
- (b) dois anos consecutivos no período entre 2018 e 2019 para o indicador de gestão econômico-financeira;
- (c) especificamente no ano de 2022 para o indicador de qualidade do serviço prestado;
- (d) especificamente no ano de 2020 para o indicador de gestão econômico-financeira;
- (e) por dois anos consecutivos a partir de 2021 para o indicador de gestão econômico-financeira; ou
- (f) por três anos consecutivos a partir de 2023 para o indicador de qualidade do serviço prestado.

O descumprimento em função dos itens (a), (b), (c) e (d) acima, implica na instauração de processo administrativo para extinção da concessão, enquanto o descumprimento em função dos itens (e) e (f), acarreta a abertura de processo de caducidade, no qual se procederá com a apuração da inadimplência da concessionária.

Para o exercício findos em 2018, 2019 e 2020, a controlada Light SESA atendeu aos indicadores de qualidade do serviço prestado e de sustentabilidade econômico-financeira.

Em 08 de setembro de 2022, a controlada Light SESA recebeu o Ofício nº 312/2022 da SFF/ANEEL com conclusões a respeito da apuração do indicador de sustentabilidade econômico-financeira do ano de 2021. Em resumo, o referido Ofício determinou que para cumprimento do Critério de Eficiência com relação à Gestão Econômico-Financeira fosse realizado um aporte no montante de R\$57.919. Em consequência, no dia 30 de setembro de 2022, em linha com a orientação expressa no Ofício em referência, e com o objetivo de pacificar o cumprimento das obrigações relacionados ao ano de 2021, a controladora Light S.A. realizou um aporte de capital no montante de R\$57.919 na controlada Light SESA.

Para o exercício findo em 2022, ainda não foram mensurados de forma definitiva, uma vez que estes são mensurados quando da emissão das demonstrações contábeis regulatórias e a estimativa dos



indicadores de sustentabilidade econômico-financeira para o exercício de 2022 indica o seu descumprimento.

Importante ressaltar que o próprio contrato de concessão e o Anexo VIII-A da Resolução Normativa nº 948, de 16 de novembro de 2021, apresentam mecanismos para restabelecimento da condição de sustentabilidade econômico-financeira, antes que seja iniciado o processo de caducidade da concessão, sendo os principais a limitação de distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio cujo valor e a exigência de aportes de capital dos acionistas controladores, em montante suficiente para atender à condição de sustentabilidade mínima. Neste contexto, a Administração da Light e seus acionistas podem providenciar ações e teriam certo prazo para restabelecer os indicadores de sustentabilidade econômico-financeiro para evitar o início do processo de caducidade da concessão da Light SESA.

A Administração da Companhia entende que o potencial descumprimento em questão não inicia de forma imediata o processo de caducidade da concessão da Light SESA, mas requer monitoramento contínuo.

### 34.3 Gestão do capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A dívida líquida consolidada do Grupo em relação ao seu patrimônio líquido é apresentada a seguir:

Consolidado	31.12.2022	31.12.2021
Dívida de financiamentos, empréstimos e debêntures	10.688.690	11.144.326
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	427.097	(186.434)
<b>Dívida bruta</b>	<b>11.115.787</b>	<b>10.957.892</b>
(-) Caixa e equivalentes de caixa e TVM	2.083.551	3.604.973
<b>Dívida líquida (A)</b>	<b>9.032.236</b>	<b>7.352.919</b>
Patrimônio líquido (B)	2.844.757	8.733.101
<b>Percentual de capital de terceiros - % (A÷ (B+A))</b>	<b>76%</b>	<b>46%</b>

### 35. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo Light possuía seguros com cobertura abrangendo seus principais ativos, dentre os quais podemos citar:

Seguro de riscos operacionais - cobre os danos causados às Usinas Hidroelétricas e Termoelétricas, incluindo, mas não limitada a todo seu maquinário, turbinas a vapor, turbinas a gás, geradores, caldeiras, transformadores, canais, túneis, barragens, vertedouros, obras civis, escritórios e depósitos. Todos os ativos estão segurados na modalidade de Riscos Operacionais, com cobertura "All Risks", incluindo-se linhas de transmissão e distribuição até 1.000 pés do local de geração.

Seguro de responsabilidade civil de administradores e diretores (D&O) - tem por objetivo proteger os Executivos por perdas e danos resultantes do exercício das suas funções inerentes ao cargo ou posição como Conselheiros, Diretores e Administradores da Sociedade.



Seguro de responsabilidade civil e geral - objetiva o pagamento de indenização caso a Companhia venha a ser responsabilizada civilmente por meio de sentença transitada em julgado ou acordo autorizado pela seguradora, relativas a reparações por danos materiais e corporais involuntários, causados a terceiros e também aqueles relacionados à poluição, contaminação, vazamentos súbitos e ou acidentais.

A composição dos principais seguros considerada pela Diretoria é resumida conforme a seguir:

RISCOS	Data de Vigência		Importância Segurada	Prêmio Líquido
	De	Até		
Directors & Officers (D&O)	10.08.2022	10.08.2023	N/A	100.000
Responsabilidade Civil e Geral	02.01.2023	02.01.2024	N/A	20.000
Riscos Operacionais (a)	03.02.2023	03.02.2024	11.879.397	300.000

Os seguros da Companhia não fazem parte do escopo de auditoria dos nossos auditores independentes.

### 36. COMPROMISSOS CONTRATUAIS

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas possuem os seguintes compromissos contratuais relevantes não reconhecidos nas demonstrações contábeis:

#### 36.1 Contratos de venda de energia elétrica gerada

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía compromissos de venda de energia, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Ano	Energia convencional contratada (R\$ mil) <sup>(a)</sup>	Energia incentivada contratada (R\$ mil) <sup>(a)</sup>
2023	855.630	46.574
2024	878.744	48.087
2025	631.536	49.530
2026	650.483	51.016
2027	669.997	52.547

<sup>(a)</sup> Não auditado pelos auditores independentes

#### 36.2 Contratos de compra de energia elétrica

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía compromissos de compra de energia, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Ano	Total de contratos em R\$ <sup>(a)</sup>
2023	7.144
2024	7.505
2025	5.900
2026	5.884

<sup>(a)</sup> Não auditado pelos auditores independentes



### 37. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia e suas controladas realizaram atividades de investimento e financiamento que não envolveram caixa, conforme demonstrado abaixo:

Consolidado	2022	2021
Aquisição de ativo intangível em contrapartida a fornecedor	37.474	35.119
Adições de arrendamentos (Nota 25)	255.080	4.990
Encargos capitalizados no ativo de contrato e imobilizado	28.933	25.465
Transferências para intangível (Acordo Furnas – Nota 17)	70.663	-

### 38. EVENTOS SUBSEQUENTES

#### 38.1 Revisão tarifária 2023

Em 15 de março de 2023, foi aprovado pela ANEEL o processo de reajuste das tarifas da Companhia. O resultado representa um reajuste tarifário médio para o consumidor de 7,0%, e engloba todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural e outras). O índice de reajuste é constituído de dois componentes: (i) estrutural, que passa a integrar a tarifa, de 2,84%, compreendido pelos custos não gerenciáveis (Parcela A) e gerenciáveis (Parcela B); e (ii) componente financeiro negativo que somam 4,16%, aplicado exclusivamente aos próximos 12 meses. Neste reajuste está incluído o repasse aos consumidores de créditos tributários da exclusão do ICMS da base do PIS/Cofins, no valor de R\$1.777.129, em cumprimento à Lei nº 14.385/22. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 15 de março de 2023.

Adicionalmente, na mesma ocasião da aprovação do reajuste, foi determinado que as áreas técnicas da ANEEL recebam e tratem os pleitos apresentados pela Companhia relacionados ao reconhecimento adequado das perdas não-técnicas regulatórias e ajustes de redução de mercado.

#### 38.2 Contrato de Compra e Venda de Ações da controlada em conjunto AXXIOM

Em 21 de dezembro de 2022, a Light S.A. assinou um Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças para aquisição de 49% das ações da controlada em conjunto Axxiom Soluções pertencentes a Companhia Energética de Minas Gerais (“CEMIG”). A operação foi realizada por R\$1,00 (um real) onde o Grupo Light S.A. terá 100% das ações da Axxiom. Em 25 de janeiro de 2023, o Conselho de Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) aprovou a operação. Para que essa operação seja finalizada, existem algumas condições precedentes a serem cumpridas e a Companhia tem expectativa para conclusão da operação no segundo trimestre de 2023.



**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Wilson Martins Poit
Firmino Ferreira Sampaio Neto
Yuiti Matsuo Lopes
Helio Paulo Ferraz
Abel Alves Rochinha
Vago
Vago
Lavinia Rocha de Hollanda
Vanessa Claro Lopes

**CONSELHO FISCAL**

<b>EFETIVOS</b>	<b>SUPLENTES</b>
Luiz Paulo de Amorim	Natalia Carneiro de Figueiredo
Sergio Xavier Fortes	João Ricardo Pereira da Costa
Ary Waddington	Vago

**DIRETORIA EXECUTIVA**

Octavio Cortes Pereira Lopes - Diretor Presidente
Eduardo Guardiano Leme Gotilla - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Carlos Vinicius de Sá Roriz - Diretor
Déborah Meirelles Rosa Brasil - Diretora
Alessandra Genu Dutra Amaral - Diretora
Thiago Freire Guth - Diretor
Alexandre Nogueira Ferreira - Diretor

**GERÊNCIA DE CONTABILIDADE**

Simone da Silva Cerutti de Azevedo
Contadora - Gerente de Contabilidade
CRC-RJ 103826/O-9



# Light S.A.

Demonstrações Financeiras  
Individuais e Consolidadas  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2022 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.







## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
Light S.A.

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Light S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Light S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1.1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que a Companhia apresentou no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 prejuízo líquido de R\$5.672.203 mil (lucro líquido de R\$397.945 mil em 31 de dezembro de 2021), geração de caixa operacional líquido de R\$200.763 mil (consumo de caixa operacional líquido de R\$42.045 mil em 31 de dezembro de 2021), capital circulante líquido negativo de R\$871.574 mil (capital circulante líquido positivo de R\$2.635.302 mil em 31 de dezembro de 2021) e possui R\$10.688.690 mil de empréstimos, financiamentos e debêntures (R\$11.144.326 mil em 31 de dezembro de 2021), sendo R\$961.478 mil registrados no curto prazo e R\$9.727.212 mil registrados no longo prazo. Conforme apresentado na nota explicativa nº 1.1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na respectiva nota explicativa, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidade: relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a "organização Deloitte"), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

© 2023. Para mais informações, contate a Deloitte Global.



## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

### Reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e uso da rede elétrica

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3.19.1 e nº 31 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a receita da Companhia é oriunda principalmente do fornecimento de energia elétrica e uso da rede elétrica, reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega da energia e/ou quando o serviço é prestado. As receitas de fornecimento de energia elétrica e uso da rede elétrica são mensuradas de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e as tarifas vigentes. O processo ainda inclui a mensuração da receita não faturada ao consumidor, relacionada ao fornecimento de energia elétrica e uso da rede elétrica, calculada em base estimada, entre a data da leitura e a data do balanço patrimonial, utilizando determinadas premissas definidas pela Companhia.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos e aos julgamentos necessários para o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e uso da rede elétrica, incluindo a mensuração da receita não faturada, bem como o uso intensivo de sistemas automatizados para processar e registrar essas receitas.

Nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e uso da rede elétrica incluíram, entre outros: (a) entendimento sobre o fluxo de reconhecimento de receita considerando a natureza das receitas da Companhia; (b) entendimento e avaliação do desenho, da implementação e da efetividade operacional dos controles internos relevantes relacionados ao reconhecimento da receita de fornecimento de energia e uso da rede elétrica; (c) envolvimento de nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados para o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e uso da rede elétrica; (d) procedimentos analíticos que compreenderam o desenvolvimento de expectativa independente com base nas tarifas vigentes e quantidade de energia elétrica faturada sobre a ocorrência, integridade e exatidão das receitas de fornecimento de energia elétrica e uso da rede elétrica reconhecidas pela Companhia, analisando as flutuações que não estejam alinhadas com as nossas expectativas independentes; (e) teste de transações de receita, em base amostral, comparando os valores reconhecidos com os documentos-suporte sobre a ocorrência, integridade e exatidão das receitas reconhecidas pela Companhia, bem como se elas foram contabilizadas no período de competência correto; (f) avaliação e desafio se o método utilizado pela Companhia para mensurar a receita não faturada de fornecimento de energia elétrica e uso da rede elétrica foi aplicado de forma apropriada e se os cálculos foram aplicados consistentemente e estão matematicamente adequados; (g) avaliação se as premissas utilizadas no cálculo da receita não faturada de fornecimento de energia e uso da rede elétrica foram aplicadas de forma apropriada e estão consistentes, especificamente ao volume de energia não faturado, incluindo o desenvolvimento de uma expectativa independente; e (h) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente.



Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e uso da rede elétrica e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## Reconhecimento de receita na venda de energia elétrica

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.19.1 e nº 31 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a receita da Companhia deriva principalmente do suprimento de energia elétrica. A contabilização da receita envolve processos efetuados pela Companhia que suportam o seu reconhecimento e que devem endereçar, entre outros, os seguintes riscos: (a) que a receita seja contabilizada após o atendimento dos critérios mínimos necessários para o seu reconhecimento no curso normal dos negócios da Companhia; e (b) que os valores da receita sejam apurados de acordo com os termos e as condições estabelecidos em contrato. A receita na venda de energia elétrica foi considerada como um principal assunto de auditoria devido aos assuntos anteriormente mencionados e à relevância dos valores envolvidos.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento sobre o fluxo de reconhecimento de receita considerando a natureza das receitas da Companhia, aspectos contratuais, entre outros; (b) entendimento e avaliação do desenho, da implementação e da efetividade operacional dos controles internos relevantes relacionados ao reconhecimento de receita na venda de energia; (c) testes, em base amostral, dos documentos-suporte sobre a ocorrência, integridade e exatidão das receitas reconhecidas pela Companhia, bem como se elas foram contabilizadas no período de competência correto; (d) procedimentos analíticos que compreenderam o desenvolvimento de expectativa independente utilizando informações contratuais do volume de energia entregue e do preço definido em contrato, analisando as flutuações que não estejam alinhadas com as nossas expectativas independentes; e (e) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o reconhecimento de receita na venda de energia assim como as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## Infraestrutura de distribuição de energia elétrica

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3.9, nº 3.10, nº 3.12, nº 13, nº 14 e nº 17 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os investimentos na infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia são registrados como ativo de contrato durante a fase de construção, seguindo o pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente, e, quando da entrada em operação, os valores são bifurcados, conforme interpretação técnica ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 - Contratos de Concessão, entre ativo financeiro, relativo à parcela da infraestrutura que não será amortizada até o final da concessão e para a qual há um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, e ativo intangível, correspondente à parcela da infraestrutura que será recuperada por meio da tarifa definida pelo poder concedente durante a vigência do contrato de concessão.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos, da complexidade dos conceitos envolvidos na aplicação dessas normas, do julgamento inerente ao processo de mensuração e dos montantes envolvidos, os quais fazem parte do critério utilizado pelo poder concedente para a determinação das tarifas de energia elétrica.



Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento sobre o fluxo de reconhecimento dos investimentos na infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia; (b) avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes relacionados à mensuração e ao registro dos ativos de infraestrutura da distribuição; (c) exame, em base amostral, dos documentos-suporte das adições ocorridas no exercício; (d) desenvolvimento de expectativa independente utilizando índices obtidos de forma independente para a mensuração do valor justo do ativo financeiro da concessão, analisando as flutuações que não estejam alinhadas com as nossas expectativas independentes; (e) desenvolvimento de expectativa independente sobre o saldo de amortização dos ativos intangíveis da concessão considerando as taxas de amortização aplicáveis; (f) exame, em base amostral, da bifurcação do ativo contratual entre intangível e ativo financeiro da concessão; (g) teste de realização dos ativos de infraestrutura considerando a Base de Remuneração Regulatória (“BRR”), homologada pela ANEEL no processo de Revisão Tarifária Periódica, em 14 de março de 2022, com informações sobre os ativos de infraestrutura na data-base 30 de setembro de 2021 e movimentações até a data do balanço patrimonial; e (h) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz dos pronunciamentos técnicos CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 01 (R1)/IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o julgamento inerente ao processo de mensuração e os saldos relacionados à infraestrutura de distribuição de energia elétrica, bem como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

#### Registro de passivo decorrente da promulgação da Lei nº 14.385/2022

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1.2 e nº 9.1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 27 de junho de 2022, foi promulgada a Lei nº 14.385/2022 que determinou que a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL deverá promover, nos processos tarifários, a destinação integral, em proveito dos usuários de serviços públicos afetados na respectiva área de concessão ou permissão, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras de energia elétrica relacionados às ações judiciais transitadas em julgado que versam sobre a exclusão do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS da base de cálculo da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido: (a) à relevância dos valores; (b) à complexidade; e (c) ao elevado grau de julgamento envolvido para avaliar e desafiar as premissas da Companhia sobre o reconhecimento do passivo decorrente da promulgação da Lei nº 14.385/2022.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) avaliação dos processos relacionados ao reconhecimento do passivo decorrente da promulgação da Lei nº 14.385/2022; (b) procedimentos analíticos que compreenderam o desenvolvimento de expectativa independente sobre a ocorrência, integridade e exatidão do passivo decorrente da promulgação da Lei nº 14.385/2022 reconhecido pela Companhia, analisando as flutuações que não estejam alinhadas com as nossas expectativas independentes; (c) indagações à Diretoria e aos assessores legais externos da Companhia, além da avaliação dos pareceres legais acerca do tema; (d) envolvimento de nossos especialistas legais nas indagações à Diretoria e aos advogados externos, na avaliação dos pareceres legais e nos desafios às premissas utilizadas pela Diretoria; (e) envolvimento de especialistas em normas técnicas e profissionais de contabilidade na análise da aplicação da prática contábil à transação; e (f) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do pronunciamento técnico CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.



Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o reconhecimento do passivo decorrente da promulgação da Lei nº 14.385/2022 assim como as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## **Outros assuntos**

### *Demonstrações do valor adicionado*

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### *Informações comparativas - valores correspondentes*

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório, em 24 de março de 2022, sem modificação.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

## **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Marcelo Salvador  
Contador  
CRC nº 1 MG 089422/O-0



Rio de Janeiro, 27 de março de 2023.

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Os Diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, bem como concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu, referenciadas no Relatório dos Auditores Independentes.

Octavio Cortes Pereira Lopes  
Diretor Presidente

Eduardo Guardiano Leme Gotilla  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Déborah Meirelles Rosa Brasil  
Diretora

Carlos Vinicius de Sá Roriz  
Diretor

Alessandra Genu Dutra Amaral  
Diretora

Thiago Freire Guth  
Diretor

Alexandre Nogueira Ferreira  
Diretor





## Anexo I

### Relatório Anual do Comitê de Auditoria Estatutário da Light S.A. ("Companhia" ou "Light")

Ao longo do exercício de 2022, o Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia ("CAUDIT" ou "Comitê"), realizou reuniões ordinárias, conforme previstas no calendário anual de reuniões, aprovado pelo Conselho de Administração, e extraordinárias, para análise de assuntos de sua competência, em conformidade com o previsto no Estatuto Social da Companhia e no Regimento Interno do CAUDIT.

As reuniões contaram com a participação dos representantes dos auditores independentes (Deloitte), dos profissionais da Light responsáveis pela área de auditoria interna, riscos e *compliance*, do *Data Protection Officer* (DPO) bem como de membros da Diretoria, sem prejuízo da presença de outros profissionais da Companhia, quando necessário, para a análise de temas específicos.

No exercício de suas atribuições, destacam-se as seguintes atividades desempenhadas:

1. Monitoramento da qualidade e integridade das Informações Trimestrais de Resultados ("ITR") e das Demonstrações Financeiras Padronizadas ("DFP"), previamente à sua publicação;
2. Avaliação da qualidade e integridade dos relatórios de controles internos fornecidos pela Companhia e pelos Auditores Independentes;
3. Acompanhamento dos trabalhos da Auditoria Independente realizados pela Deloitte Touche Tohmatsu Brasil e recomendações por ela emitidas;
4. Exame e acompanhamento do Plano Anual de Auditoria Externa e o Plano Anual de Auditoria Interna;
5. Monitoramento dos programas de integridade / conformidade (*compliance*) e sua adequação à complexidade e aos riscos envolvidos nas atividades da Companhia;
6. Monitoramento da efetividade / qualidade dos trabalhos realizados pelas Auditorias Independente e Auditoria Interna;
7. Supervisão das atividades da área de Controles Internos, incluindo o monitoramento da qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos da Companhia e de suas controladas, apresentando recomendações de aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos, quando considerados necessários;
8. Supervisão das atividades da área de Compliance, incluindo o monitoramento da qualidade e integridade dos mecanismos de atuação preventiva e corretiva da área, no que se refere ao estabelecimento e divulgação das práticas de *compliance*, e, também, o recebimento e apuração de denúncias da Companhia e de suas controladas, apresentando recomendações de aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos, quando considerados necessários;
9. Supervisão das atividades da Auditoria Interna da Companhia e de suas controladas, incluindo o monitoramento da efetividade e da suficiência da estrutura, bem como da qualidade e integridade dos processos de auditoria interna,



apresentando propostas ao Conselho de Administração e à Diretoria de ações necessárias para aperfeiçoá-las;

10. Acompanhamento das transações com partes relacionadas comunicadas pela Diretoria e divulgadas nas Demonstrações Financeiras, inclusive a revisão periódica da política de Partes Relacionadas para aprovação do Conselho de Administração;

11. Monitoramento dos trabalhos do *Data Protection Officer* e dos procedimentos relacionados à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);

12. Assessoramento ao Conselho de Administração na definição dos padrões de qualidade das Demonstrações Financeiras e dos controles internos; e

13. A análise prévia dos assuntos submetidos para deliberação do Conselho de Administração pertinentes ao Comitê, emitindo recomendações para auxílio aos conselheiros na tomada de decisão.

Os membros do Comitê de Auditoria são Abel Alves Rochinha, Hélio Paulo Ferraz, Lavinia Rocha de Hollanda e Vanessa Claro Lopes, sendo a Sra. Vanessa Claro Lopes a coordenadora do Comitê, conforme resumos curriculares a seguir:

Abel Alves Rochinha: Formado em Engenharia Mecânica pela PUC/RJ, com pós-graduações em Engenharia Industrial pela PUC/RJ, Administração Financeira pela FGV/RJ, e em Administração de Empresas pela COPPEAD/UFRJ. É membro do conselho de administração da Light S.A. e da Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Light S.E.S.A."), todas empresas do setor elétrico, desde abril de 2021, possuem ampla experiência em empresas em *turn around*, tendo atuado durante os últimos 14 anos como CEO e os 10 anos anteriores como CFO de grandes empresas no Brasil. Nos últimos 5 anos atuou como Executivo nas empresas Invepar e no Grupo Enel (por 15 anos). Anteriormente trabalhou na Metrophone, Vésper, Ferrovia Centro-Atlântica América Latina Logística e Lojas Americanas. O Sr. Abel não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Hélio Paulo Ferraz: Formado em Direito pela PUC/RJ e em Administração Judicial pela ESAJ/TJRJ. Atualmente é membro do conselho de administração da Light Energia S.A. e Light S.A. e Membro do Conselho Superior da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), do Conselho de Energia da FIRJAN, Integra a lista de Árbitros e Mediadores na Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem (CBMA) e da lista de Mediadores da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e da Câmara De Comércio Brasil/Portugal, além de ser Mediador Judicial do TJRJ. Ocupou cargos como Presidente do SINAVAL, Presidente da Associação Brasileira de Fabricantes de Equipamentos Navais e Offshore; Presidente, Vice-Presidente e Vice de Futebol do Flamengo, Secretário de Minas e Energia do Estado do Rio de Janeiro. O Sr. Hélio não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Lavinia Rocha de Hollanda. Formada em Engenharia Elétrica pela UNICAMP, mestre em Economia pela UFRJ e doutora em Economia pela EPGE-FGV. Atualmente é membro do Conselho de Administração da Light S.A. e Light S.E.S.A, todas empresas do setor elétrico, desde abril de 2021, diretora e sócia fundadora da Escopo Energia, consultoria com foco em estratégia, inovação e sustentabilidade nos setores de energia e infraestrutura, além de Conselheira de Administração e membro do Comitê



Estatutários de Auditoria na Copa Energia. Foi Conselheira de Administração e membro do Comitê de Auditoria da Vast (antiga Açúcar Petróleo, 2020-22) da Eneva (2018-21) e membro externo do Comitê de Minoritários do Conselho da Petrobras (2016-17). Foi também membro do Conselho Consultivo para Sustentabilidade da Royal Dutch Shell (External Review Committee for the Sustainability Report, 2015 -17), *advisor* da delegação brasileira no comitê de meio ambiente marinho da Organização Marítima Internacional (MEPC/IMO) e representante da sociedade na Comissão Especial de Licitação (CEL) da 13ª Rodada de Licitações de blocos para exploração e produção de petróleo da ANP (2015-16). Possui ampla experiência no setor elétrico, de petróleo e gás, infraestrutura e outros setores regulados (Banco Garantia, Credit Suisse, Jardim Botânico Investimentos, Macquarie Bank). Participou em diversos projetos de pesquisa aplicada e consultoria sobre os diversos segmentos do setor de energia, infraestrutura e outros setores regulados. A Sra. Lavinia não é considerada uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Vanessa Claro Lopes (Coordenadora): Mestre em Sistemas de Gestão e Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Bacharel em Processamento de Dados pela FATEC/BS, com especialização em Gestão Empresarial pela EAESP FGV e Redes de Computadores pela Universidade São Judas. Atualmente é membro do Conselho de Administração da Light S.A. e da Light Energia S.A desde abril de 2021, todas do setor elétrico. É membro independente do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria da Americanas S.A., da Afya Educacional, Coordenadora do Comitê de Auditoria da Tegma Logística S.A., membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Ética da Embraer S.A. e dos Conselhos Fiscais da Cosan S.A. e Comgás S.A. Iniciou sua carreira em 1995 na PwC Brasil na área de Advisory Services. Em paralelo, entre os anos de 1997 e 1998, foi professora titular da cadeira de Auditoria de Sistemas e Segurança da Informação na Faculdade Objetivo. Atuou também como responsável pelas equipes de Auditoria Interna do Grupo Telefônica S.A. entre os anos de 2000 e 2004. Com relevante atuação em empresas de capital aberto, foi Diretora Executiva da Auditoria Interna Corporativa do Grupo TAM S.A. e Diretora da Auditoria Interna da Globex Utilidades S.A. entre os anos de 2004 e 2014. Na sequência, foi Presidente do Conselho Fiscal da Via Varejo S.A. e membro dos Conselhos Fiscais da Gerdau S.A., Terra Santa Agro S.A., Renova Energia S.A. e Estácio Participações S.A. A Sra. Vanessa não é considerada uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

O Regimento Interno do Comitê foi aprovado em 28.07.2021 para atualização de suas competências.

As funções do Comitê são desempenhadas com base nas informações recebidas da Diretoria, dos Auditores Independentes, das áreas de Auditoria Interna, *Compliance*, Controles Internos e Gestão de Riscos e dos responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras.

O Comitê reuniu-se 12 (doze) vezes no período de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022, quando foram avaliados e analisados os temas de competência do Comitê.

Em 25 de abril de 2022 a Deloitte Touche Tohmatsu Limited foi contratada pela Light SA, Light SESA e Light Energia para atuar como o novo auditor independente da Companhia, substituindo a Ernst & Young Global Limited. Os trabalhos da Deloitte tiveram início com a revisão das informações trimestrais relativas ao primeiro trimestre



de 2022. A mudança foi realizada em função da alteração periódica e planejada de auditores independentes pela Companhia e a Ernst & Young Global Limited manifestou sua anuência com a alteração mencionada.

O Comitê mantém com os auditores externos um canal de interlocução periódica para ampla discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes, de maneira que permita aos seus membros fundamentar opinião acerca da integridade das demonstrações contábeis e relatórios financeiros. Em 2022, o Comitê reuniu-se com os auditores externos da Companhia em 05 (cinco) ocasiões. O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas pelo auditor independente em 2022.

É importante ressaltar que no 2º trimestre de 2022 e no 3º trimestre de 2022 os auditores independentes emitiram parecer com ressalva para as Informações Trimestrais da Companhia, em função da Lei Nº 14.385, de 27 de junho de 2022 (“Lei”) e de seus efeitos nas Demonstrações Financeiras da Companhia. O reflexo dos efeitos decorrentes da referida Lei nas Demonstrações Financeiras, na opinião da Diretoria à época, embasada pelo parecer de assessores contábeis, jurídicos e regulatórios independentes, dependia de uma Revisão Tarifária Extraordinária por parte da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), e do andamento de pleitos judiciais impetrados pela Companhia sobre a inconstitucionalidade da Lei. O Comitê de Auditoria acompanhou as análises realizadas pela Companhia, seus assessores independentes e por seus auditores independentes sobre o assunto, tendo recomendado ao Conselho de Administração a aprovação das referidas Informações Trimestrais.

O Comitê acompanhou as atividades dos auditores externos a fim de avaliar a sua independência, a qualidade dos trabalhos e a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia. Os resultados desses trabalhos, apresentados ao longo do exercício de 2022, não trouxeram ao conhecimento do Comitê a existência de riscos que possam afetar de forma relevante a sustentabilidade da Companhia ou suas Demonstrações Financeiras Anuais.

O Comitê também acompanhou o processo de auditoria desenvolvido pela área de Auditoria Interna, por meio da realização de reuniões periódicas para acompanhamento da execução do plano de auditoria interna do exercício de 2022. Além disso, avaliou e recomendou a aprovação do planejamento de seus trabalhos relativos ao exercício de 2023 para o Conselho de Administração, e tal plano foi aprovado em 20 de dezembro de 2022.

O Comitê avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna. Os resultados desses trabalhos, apresentados em 05 (cinco) reuniões do Comitê em 2022 não trouxeram ao conhecimento do Comitê a existência de riscos que possam afetar de forma relevante a sustentabilidade da Companhia ou suas demonstrações financeiras.

No entendimento do Comitê, a forma e as ações adotadas pela Companhia para monitorar os sistemas de controles internos e gestão de riscos, em seus aspectos relevantes, estão em processo de evolução satisfatória.

Com base nos exames e nas informações fornecidas pela Deloitte, o Comitê avaliou que houve objetividade e independência nos trabalhos dos Auditores Independentes, e não identificou situações que pudessem afetá-las. Avalia como satisfatória as



estruturas da Auditoria Interna da Companhia, assim como a qualidade de seu corpo técnico e gerencial e os resultados do seu trabalho.

Conforme informado pela área responsável pela Auditoria Interna, Riscos e Compliance, as denúncias de descumprimento de normas têm o adequado tratamento de controle, avaliação e correção, não existindo tema material apurado ou em andamento que possa afetar as Demonstrações Financeiras da Companhia.

Este Comitê declara não ter ciência de qualquer denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Diretoria da Companhia que representem a existência ou evidência de fraudes, falhas ou erros que, pela sua materialidade, coloquem em risco a continuidade da Companhia ou a credibilidade e confiabilidade de suas demonstrações financeiras.

Considerando os sistemas de controles internos existentes, a abrangência e a eficácia dos trabalhos realizados pelos Auditores Independentes, assim como seu respectivo Relatório Anual, este Comitê de Auditoria, por unanimidade, entende que as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 da Light S.A. ("Demonstrações Financeiras de 2022) apresentam adequadamente a posição financeira e patrimonial da Light em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil, às normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), à legislação societária brasileira e às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, razão pela qual recomenda: o encaminhamento das Demonstrações Financeiras de 2022 para a análise do Conselho de Administração e consequente submissão à deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2023.

Vanessa Claro Lopes  
(Coordenadora do Comitê de Auditoria Estatutário)

Abel Alves Rochinha

Hélio Paulo Ferraz

Lavinia Rocha de Hollanda



## **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

**PARECER DO CONSELHO FISCAL:** *O Conselho Fiscal da LIGHT S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no artigo 163, da Lei nº 6.404/76, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras, todos os documentos relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, da Companhia e Consolidado.*

*Nossos exames das demonstrações citadas no parágrafo anterior foram complementados, ainda, por análise de documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal pelos Auditores Independentes e pela Administração da Companhia.*

*Desta forma, tendo em conta, ainda, o parecer dos Auditores Independentes Deloitte, emitido em 27 de março de 2023, o CONSELHO FISCAL, por unanimidade, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apresentados à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas para deliberação.”*

Rio de Janeiro, 27 de março de 2023.

Luiz Paulo de Amorim

Sérgio Xavier Fortes



BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	1
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	3
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	4
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA E CONSOLIDADO.....	5
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	6
DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS.....	7
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	8
2. ENTIDADES DO GRUPO.....	12
3. BASE DE PREPARAÇÃO.....	15
4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	18
5. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO.....	31
6. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA.....	34
7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	35
8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	35
9. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS, PERMISSIONÁRIAS E CLIENTES.....	36
10. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR.....	39
11. TRIBUTOS DIFERIDOS.....	41
12. OUTROS CRÉDITOS.....	43
13. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DO SETOR.....	44
14. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO.....	47
15. ATIVO DE CONTRATO.....	47
16. INVESTIMENTOS.....	48
17. IMOBILIZADO.....	53
18. INTANGÍVEL.....	56
19. FORNECEDORES.....	59
20. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR.....	59
21. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	60
22. DEBÊNTURES.....	64
23. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS.....	67
24. CONTINGÊNCIAS.....	72
25. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO.....	78
26. OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO E ATIVO DE DIREITO DE USO.....	83
27. OUTROS DÉBITOS.....	84
28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	85
29. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	87
30. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS.....	90
31. PLANO DE OUTORGA DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES.....	91
32. RECEITA LÍQUIDA.....	93
33. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	94
34. RESULTADO FINANCEIRO.....	95
35. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS.....	96
36. SEGUROS.....	109
37. COMPROMISSOS CONTRATUAIS.....	110
38. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA.....	111
39. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	112



LIGHT S.A.  
BALANÇOS PATRIMONIAIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019  
(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Caixa e equivalentes de caixa	7	7.745	71.531	653.200	996.338
Títulos e valores mobiliários	8	70.781	8.716	2.436.476	681.690
Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes	9	-	-	3.257.127	2.536.599
Estoques		-	-	62.393	60.009
Tributos e contribuições a recuperar	10	-	-	655.717	80.904
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10	934	556	137.047	135.124
Ativos financeiros do setor	13	-	-	58.361	549.547
Despesas pagas antecipadamente		363	141	25.073	23.125
Dividendos a receber	16	254.833	274.421	-	-
Serviços prestados a receber		829	30	45.017	31.349
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	35	-	-	156.494	-
Outros créditos	12	755	2.272	339.400	259.541
		336.240	357.667	7.826.305	5.354.226
<b>Ativos classificados como mantidos para venda</b>	6	53.919	-	147.419	-
<b>TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>390.159</b>	<b>357.667</b>	<b>7.973.724</b>	<b>5.354.226</b>
Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes	9	-	-	1.013.614	1.113.040
Tributos e contribuições a recuperar	10	-	-	4.420.018	6.257.037
Tributos diferidos	11	-	-	449.969	35.931
Despesas pagas antecipadamente		-	-	-	125
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	35	-	-	960.009	372.854
Depósitos vinculados a litígios	23	684	654	242.132	272.853
Ativos financeiros do setor	13	-	-	15.358	112.520
Ativo financeiro da concessão	14	-	-	5.197.313	4.748.294
Outros créditos	12	-	-	120.000	-
Ativo de contrato	15	-	-	983.368	496.953
Investimentos	16	6.852.861	6.191.540	366.241	579.344
Imobilizado	17	-	-	1.655.215	1.586.955
Intangível	18	-	-	2.898.588	2.836.915
Ativo de direito de uso	26	-	-	101.717	76.721
<b>TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>6.853.545</b>	<b>6.192.194</b>	<b>18.423.542</b>	<b>18.489.542</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>7.243.704</b>	<b>6.549.861</b>	<b>26.397.266</b>	<b>23.843.768</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.





LIGHT S.A.  
BALANÇOS PATRIMONIAIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019  
(Em milhares de reais)

PASSIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Fornecedores	19	136	1.017	3.439.767	2.546.345
Tributos e contribuições a pagar	20	140	18	166.925	172.339
Imposto de renda e contribuição social a pagar	20	164	3	1.818	38.108
Empréstimos e financiamentos	21	-	-	1.320.026	551.497
Debêntures	22	-	-	1.030.529	835.821
Dividendos a pagar	29	164.332	315.353	164.332	315.353
Obrigações trabalhistas		1.469	1.547	90.914	86.426
Valores a serem restituídos a consumidores	10	-	-	296.239	-
Obrigações por arrendamento	26	-	-	47.228	31.546
Outros débitos	27	386	527	659.179	600.121
<b>TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>166.627</b>	<b>318.465</b>	<b>7.216.957</b>	<b>5.177.556</b>
Empréstimos e financiamentos	21	-	-	3.090.703	3.755.728
Debêntures	22	-	-	4.242.711	3.623.494
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	35	-	-	-	34.575
Tributos e contribuições a pagar	20	-	-	191.773	348.485
Tributos diferidos	11	-	-	408.289	400.484
Participações societárias a descoberto	16	-	-	30.823	21.835
Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	23	865	852	647.533	543.200
Benefícios pós-emprego	25	-	-	5.327	-
Obrigações por arrendamento	26	-	-	58.699	47.810
Valores a serem restituídos a consumidores	10	-	-	3.381.614	3.605.664
Outros débitos	27	-	-	46.625	54.393
<b>TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>865</b>	<b>852</b>	<b>12.104.097</b>	<b>12.435.668</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital social	29	4.051.285	4.051.285	4.051.285	4.051.285
Reserva de capital		9.434	3.179	9.434	3.179
Reservas de lucros		2.816.100	1.957.524	2.816.100	1.957.524
Ajustes de avaliação patrimonial		304.402	320.049	304.402	320.049
Outros resultados abrangentes		(105.009)	(101.493)	(105.009)	(101.493)
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>7.076.212</b>	<b>6.230.544</b>	<b>7.076.212</b>	<b>6.230.544</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>7.243.704</b>	<b>6.549.861</b>	<b>26.397.266</b>	<b>23.843.768</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**LIGHT S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019**  
 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	32	-	-	13.073.468	13.389.567
<b>CUSTO TOTAL</b>	33	-	-	(9.878.188)	(10.043.183)
Custos com energia elétrica	33.1	-	-	(7.995.275)	(8.211.044)
Custos de operação	33	-	-	(1.882.913)	(1.832.139)
<b>LUCRO BRUTO</b>		-	-	3.195.280	3.346.384
Despesas gerais e administrativas	33	(15.791)	(31.102)	(1.291.504)	(1.971.896)
Outras receitas		715	659	888	24.687
Outras despesas		(1.105)	(1.456)	(95.172)	(73.474)
Resultado de equivalência patrimonial	16	706.277	1.357.817	(28.232)	(38.367)
<b>LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS</b>		690.096	1.325.918	1.781.260	1.287.334
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	34	1.826	1.885	(733.660)	701.614
Receita		2.162	2.835	1.096.668	1.901.399
Despesa		(336)	(950)	(1.830.328)	(1.199.785)
<b>LUCRO ANTES DO IR E CSLL</b>		691.922	1.327.803	1.047.600	1.988.948
Imposto de renda e contribuição social correntes	11	-	-	(760.093)	(96.193)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	-	-	404.415	(564.952)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		691.922	1.327.803	691.922	1.327.803
<b>LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (R\$ / Ação)</b>	29.4	2,28	5,41	2,28	5,41

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



LIGHT S.A.  
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019  
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro líquido do exercício	691.922	1.327.803	691.922	1.327.803
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado em períodos subsequentes				
Perda sobre passivos atuariais, líquido dos efeitos fiscais	(3.516)	-	(3.516)	-
<b>RESULTADO ABRANGENTE TOTAL</b>	<b>688.406</b>	<b>1.327.803</b>	<b>688.406</b>	<b>1.327.803</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



LIGHT S.A.  
 DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA E CONSOLIDADO  
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019  
 (Em milhares de reais)

Nota	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS			AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
			RESERVA LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS	RESERVA ESPECIAL				
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018</b>	2.225.822	-	276.136	652.920	-	336.107	(101.493)	-	3.389.492
Aumento de capital	1.875.000	-	-	-	-	-	-	-	1.875.000
(-) Gastos com emissão de ações	(49.537)	-	-	-	-	-	-	-	(49.537)
Opções de ações outorgadas ( <i>stock options</i> )	-	3.179	-	-	-	-	-	-	3.179
Lucro líquido do exercício	29	-	-	-	-	-	-	1.327.803	1.327.803
Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	-	-	-	-	-	(16.058)	-	16.018	(40)
Destinação do resultado do exercício:									
Constituição da reserva legal	29	-	66.390	-	-	-	-	(66.390)	-
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (R\$1,0376 / ação)	29	-	-	-	-	-	-	(315.353)	(315.353)
Constituição da reserva de retenção de lucros	29	-	-	962.078	-	-	-	(962.078)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019</b>	4.051.285	3.179	342.526	1.614.998	-	320.049	(101.493)	-	6.230.544
Opções de ações outorgadas ( <i>stock options</i> )	-	6.255	-	-	-	-	-	-	6.255
Dividendos não distribuídos	29	-	-	-	315.353	-	-	-	315.353
Lucro líquido do exercício	29	-	-	-	-	-	-	691.922	691.922
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado em períodos subsequentes									
Perda de passivo atuarial, líquido dos efeitos fiscais	25	-	-	-	-	-	(3.516)	-	(3.516)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	-	-	-	-	-	(15.647)	-	15.633	(14)
Destinação do resultado do exercício:									
Constituição da reserva legal	29	-	34.596	-	-	-	-	(34.596)	-
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (R\$0,5407 / ação)	29	-	-	-	-	-	-	(164.332)	(164.332)
Constituição da reserva de retenção de lucros	29	-	-	508.627	-	-	-	(508.627)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020</b>	4.051.285	9.434	377.122	2.123.625	315.353	304.402	(105.009)	-	7.076.212

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**LIGHT S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019**  
 (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais</b>		(2.052)	186.975	2.333.644	451.545
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		691.922	1.327.803	1.047.600	1.988.948
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	33	-	-	618.670	1.127.169
Depreciação e amortização	33	-	-	590.909	587.187
Perda na venda ou baixa de intangível, imobilizado, investimento e arrendamento		-	2.632	36.846	63.904
Perdas cambiais e monetárias de atividades financeiras	34	-	-	773.636	176.795
Provisão e atualização financeira para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios e baixas e atualização financeira de depósitos vinculados a litígios		13	852	374.916	408.045
Ajuste a valor presente e antecipações de recebíveis		-	-	(825)	(829)
Despesa de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures e amortização dos custos	21/22	-	-	543.360	691.579
Juros sobre obrigações de arrendamento	26	-	-	7.287	7.620
Varição <i>swap</i>	34	-	-	(887.405)	(205.559)
Resultado de equivalência patrimonial	16	(706.277)	(1.357.817)	28.232	38.367
Créditos e atualização financeira de PIS e COFINS sobre ICMS		-	-	(27.815)	(2.479.456)
Opções de ações outorgadas ( <i>stock option</i> )	31	6.255	3.179	6.255	3.179
Ganho em investimentos avaliados pelo custo		-	-	(2.574)	(108)
Perda na alienação da totalidade da participação em controladas em conjunto	16	-	-	42.602	-
Repactuação do GSF na controlada Light Energia	18	-	-	(433.829)	-
Valor justo do ativo financeiro da concessão	14	-	-	(242.872)	(153.267)
Constituição e atualização de ativos e passivos financeiros do setor	13	-	-	(1.233.120)	(359.609)
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		6.035	210.326	1.091.771	(1.442.420)
<b>Titulos e valores mobiliários</b>		(432)	(709)	(17.660)	(134.710)
Consumidores, concessionárias e permissionárias		-	-	(1.238.947)	(592.937)
Dividendos recebidos		7.194	214.491	7.194	3.113
Tributos, contribuições e impostos, líquido		(95)	(1.761)	452.586	(328.544)
Ativos e passivos financeiros do setor		-	-	1.821.468	407.578
Estoques		-	-	(2.384)	(703)
Serviços prestados a receber		(799)	229	(13.668)	22.256
Despesas pagas antecipadamente		(222)	(71)	(1.823)	6.582
Depósitos vinculados a litígios		(30)	(53)	3.356	(13.929)
Outros créditos		1.519	803	(199.860)	(214.540)
Fornecedores		(881)	(2.823)	927.246	413.540
Obrigações trabalhistas		(78)	168	4.488	9.820
Pagamento das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios		-	-	(243.218)	(305.107)
Outros débitos		(141)	52	51.290	(99.181)
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>		-	-	109.181	194.975
Juros pagos	21/22	-	-	(516.663)	(709.829)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(50.815)	(100.804)
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento</b>		(61.734)	(1.974.560)	(2.706.894)	(460.048)
Recebimento pela venda de participação		-	14.171	-	14.171
Aquisições de bens do ativo imobilizado		-	-	(131.274)	(92.414)
Aquisições de bens do ativo intangível e do ativo de contrato		-	-	(837.206)	(757.510)
Aumento de capital nas investidas	16	(101)	(1.980.726)	(1.288)	(54.113)
Resgate de aplicações financeiras		11.396	26.902	1.619.922	2.767.701
Aplicações financeiras		(73.029)	(34.907)	(3.357.048)	(2.337.883)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>		-	1.786.090	30.112	297.799
Recebimento pela emissão de ações		-	1.825.463	-	1.825.463
Pagamento de obrigações por arrendamento	26	-	-	(45.980)	(37.625)
Dividendos pagos		-	(39.373)	-	(39.373)
Captação e custos de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	21/22	-	-	1.483.984	2.200.707
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	21/22	-	-	(1.407.892)	(3.651.373)
<b>Aumento (redução) líquido (a) de caixa e equivalentes de caixa</b>		(63.786)	(1.495)	(343.138)	289.296
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		71.531	73.026	996.338	707.042
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		7.745	71.531	653.200	996.338

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**LIGHT S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019**  
 (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
<b>Receitas</b>		-	-	19.720.825	20.006.677
Venda de mercadorias, produtos e serviços		-	-	19.454.431	19.254.052
Recuperação de créditos de PIS e COFINS sobre ICMS		-	-	-	1.086.462
Receitas referentes à construção de ativos próprios		-	-	885.064	793.332
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	33	-	-	(618.670)	(1.127.169)
Insumos adquiridos de terceiros		(4.484)	(21.455)	(9.501.022)	(9.801.731)
Custo dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	33.1	-	-	(7.995.275)	(8.211.044)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(4.484)	(21.455)	(1.505.747)	(1.590.687)
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>(4.484)</b>	<b>(21.455)</b>	<b>10.219.803</b>	<b>10.204.946</b>
Retenções		-	-	(590.909)	(587.187)
Depreciação e amortização	33	-	-	(590.909)	(587.187)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>		<b>(4.484)</b>	<b>(21.455)</b>	<b>9.628.894</b>	<b>9.617.759</b>
Valor adicionado recebido em transferência		708.439	1.360.652	1.068.436	1.863.032
Resultado de equivalência patrimonial	16	706.277	1.357.817	(28.232)	(38.367)
Receitas financeiras	34	2.162	2.835	1.096.668	1.901.399
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		<b>703.955</b>	<b>1.339.197</b>	<b>10.697.330</b>	<b>11.480.791</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		<b>703.955</b>	<b>1.339.197</b>	<b>10.697.330</b>	<b>11.480.791</b>
<b>Pessoal</b>		<b>10.774</b>	<b>9.452</b>	<b>432.879</b>	<b>423.188</b>
Remuneração direta		10.260	7.902	280.756	291.533
Benefícios		339	357	109.217	95.703
FGTS		175	151	32.683	31.130
Outros		-	1.042	10.223	4.822
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		<b>715</b>	<b>781</b>	<b>7.622.380</b>	<b>8.509.165</b>
Federais		713	780	3.369.032	4.081.377
Estaduais		-	-	4.236.673	4.415.775
Municipais		2	1	16.675	12.013
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>		<b>544</b>	<b>1.161</b>	<b>1.950.149</b>	<b>1.220.635</b>
Juros		219	797	1.859.529	1.147.447
Aluguéis		325	364	90.620	73.188
<b>Remuneração de capitais próprios</b>		<b>691.922</b>	<b>1.327.803</b>	<b>691.922</b>	<b>1.327.803</b>
Dividendos		164.332	315.353	164.332	315.353
Lucros retidos		527.590	1.012.450	527.590	1.012.450

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



LIGHT S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

---

A Light S.A. ("Light" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ - Brasil. A Light tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista, e a exploração, direta ou indiretamente, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como de outros serviços correlatos.

As controladas, controladas em conjunto e coligadas da Light, descritas na nota explicativa 2, compõem o Grupo Light ("Grupo Light" ou "Grupo").

A Companhia é listada na "B3" (Brasil, Bolsa, Balcão) no segmento do Novo Mercado ("NM"), sob a sigla LIGT3 e no mercado de balcão americano (Over-the-Counter - OTC), sob a sigla LGSXY.

### 1.1 Impactos da COVID-19

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde ("OMS") declarou o surto da COVID-19 como uma pandemia. Diante disso, inúmeras ações foram tomadas pelos governos em diversos países, inclusive no Brasil, por meio dos Governos Federais, Estaduais e Municipais. Neste sentido as medidas de isolamento social adotadas para conter a propagação do vírus provocaram interferências nas atividades econômicas, causando incertezas e impactos nas atividades do Setor Elétrico, em especial o segmento de Distribuição de energia.

As entidades governamentais implementaram diversas medidas de auxílio econômico e financeiro, tais como (i) postergação de recolhimento de alguns impostos, (ii) redução de alíquotas de contribuições obrigatórias, (iii) isenção de IOF para empréstimos e financiamentos até o mês de outubro de 2020, (iv) prorrogação de prazos para entrega de obrigações acessórias, entre outras.

No âmbito regulatório, algumas medidas passaram a vigorar, tais como:

- (i) Vedação, até 01 de agosto de 2020, da suspensão do fornecimento de energia por inadimplência das unidades consumidoras relacionadas à execução de atividades essenciais e demais previstas na Resolução Normativa nº 878/2020, aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL ("ANEEL"), exceto consumidores de baixa renda e unidades onde more pessoa que dependa de equipamentos elétricos essenciais à preservação da vida, bem como outras previstas Decreto Legislativo nº 6/2020 com vigência até o final de 2020;
- (ii) Em 07 de abril de 2020, a ANEEL aprovou o Despacho nº 986, que determinou o repasse aos agentes de mercado, os recursos financeiros disponíveis no fundo de reserva para alívio futuro de encargos, relacionados a montantes excedentes da Conta de Energia de Reserva (CONER). Em 08 de abril de 2020, a controlada Light SESA recebeu o montante de R\$105.699;



- (iii) Em 08 de abril de 2020, passou a vigorar a Medida Provisória (“MP”) nº 950, que dispõe sobre medidas temporárias emergenciais para o período de 1º de abril a 30 de junho de 2020, dentre elas, a contribuição de recursos do Tesouro Nacional a fundo setorial para subsidiar consumidores baixa renda que tenham consumo de até 220 kWh até o final do mês de junho; e
- (iv) criação da “Conta-Covid” por meio da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020, com o objetivo de enfrentamento dos impactos financeiros como consequência da pandemia do novo coronavírus. A referida conta possibilitou às distribuidoras a cobertura de eventuais déficits ou antecipação de receitas, de maneira total ou parcial (vide Nota 13).

Diante deste cenário, a Companhia tomou diversas medidas para garantir a continuidade do serviço à sociedade e, ao mesmo tempo, assegurar o bem-estar e a saúde dos colaboradores e clientes. Neste caminho, elencamos abaixo as principais iniciativas implementadas pela Companhia:

- implantação de comitê de crise composto por representantes de diversas áreas da Companhia, para monitorar o avanço da pandemia e assessorar a Administração na tomada de decisões que garantam o fornecimento de um serviço de qualidade e resguardem a integridade física dos colaboradores e clientes;
- implantação de *home office* para todas as equipes administrativas;
- afastamento dos grupos de risco e acompanhamento médico;
- disponibilização de álcool em gel em todos os prédios e veículos, distribuição de máscaras de proteção e medição de temperatura dos funcionários e público em geral que ingressam nas dependências das unidades da Companhia, bem como a antecipação da campanha de vacinação para o H1N1;
- atendimento priorizado das solicitações para os hospitais, seja para nova ligação de energia ou aumento de carga/demanda;
- doação de R\$1.500 para o fundo emergencial da Fiocruz em apoio à produção e aquisição de kits de testes rápidos para diagnóstico da COVID-19 (em conjunto com outras empresas do setor elétrico);
- doação de 300 mil itens de higiene para as comunidades na área de atuação da Companhia, além da intensificação das ações de comunicação por meio de peças publicitárias, redes sociais e imprensa; e
- doação de energia elétrica durante seis meses para o hospital de campanha construído pela iniciativa privada.





## Impacto nas Demonstrações Financeiras

Para fins de elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Administração da Companhia avaliou cuidadosamente o impacto da COVID-19 nos negócios do Grupo Light. Foram analisados temas como (i) desempenho da demanda e consumo de energia; (ii) impacto nos indicadores de perdas, arrecadação e inadimplência; (iii) variação dos indicadores macroeconômicos; (iv) acesso ao mercado de capitais, fluxo de caixa de curto e médio prazo; (v) redução no valor recuperável de ativos não financeiros; (vi) impactos nos *covenants* financeiros; e (vii) avaliação das premissas e incertezas de estimativas associadas à mensuração de ativos e passivos.

Mercado e arrecadação: O impacto econômico da redução do mercado por conta da COVID-19 decorre da redução do faturamento da cobertura tarifária associada às componentes Parcela B e Perdas Não Técnicas, cujas perdas não são compensadas por ativos regulatórios ou por redução proporcional dos custos reais. Para esses componentes o impacto acumulado até dezembro de 2020<sup>1</sup>, totalizou R\$ 154 milhões.

A seguir, destacamos alguns indicadores operacionais afetados pela pandemia, bem como o impacto econômico exclusivamente gerado por ela no EBITDA da controlada Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Light SESA"). Observamos um efeito negativo aproximado de R\$154 milhões associado a queda no faturamento das componentes tarifárias de Parcela B e perdas não técnicas, como já mencionado acima, e do aumento aproximado de R\$168 milhões verificado na PECLD. Assim, estimamos que o efeito total no resultado econômico em 2020 seja de aproximadamente R\$322 milhões negativos.

Valores em R\$ milhões

Faturamento	Impacto por componente <sup>(a)</sup>		Impacto pela redução do mercado <sup>(a)</sup>	Impacto pelo aumento da PECLD	Impacto total
	Parcela B	PNT ajustado			
2º Trimestre	-85	-40	-125	-97	-222
3º Trimestre	-15	-6	-21	-23	-44
4º Trimestre	-11	3	-8	-48	-56
Soma	-111	-43	-154	-168	-322

<sup>(a)</sup> Não auditado pelos auditores independentes

<sup>1</sup> Utilizando como referência contra factual o mercado faturado em 2019.



Caixa e endividamento: para atenuar os impactos na geração de caixa da Companhia as seguintes ações foram realizadas: (i) em abril foi liquidada a 18ª emissão de debêntures, no valor de R\$400.000; (ii) em maio foi realizado o mútuo da controlada Light Energia para a controlada Light SESA, no valor de R\$500.000; (iii) em julho foi emitida a 19ª emissão de debêntures, no valor de R\$500.000; (iv) em setembro foi emitida a 20ª emissão de debêntures, no valor de R\$600.000; e (v) foi recebido ao longo do ano de 2020, por meio da Conta-Covid, o montante de R\$1.326.043. Ainda em setembro, o mútuo da controlada Light Energia foi integralmente quitado pela controlada Light SESA. A Companhia continua acompanhando mensalmente a evolução dos indicadores de *covenants* financeiros em determinados contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, bem como os *covenants* financeiros para fins regulatórios em atendimento ao contrato de concessão da controlada Light SESA, com o objetivo principal de avaliar a necessidade de eventual ação tempestiva em caso de não cumprimentos dos indicadores contratuais.

Em 22 de janeiro de 2021, foi concluída a Oferta Pública Primária e Secundária de ações (“Follow-on”) da controlada Light S.A., com distribuição de 68.621.264 de novas ações de emissão da Companhia (oferta primária) e 68.621.264 de ações que pertenciam à Companhia Energética de Minas Gerais – (“CEMIG”) (oferta secundária). Os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária foram destinados para fortalecimento e otimização de sua estrutura de capital, reduzindo assim o seu nível de endividamento e melhorando sua posição de caixa. A Companhia, em 25 de janeiro de 2021, realizou o aporte de R\$1.340.000 na controlada Light SESA.

Investimentos em CAPEX: No plano de investimentos para 2020, a Companhia previu, no orçamento de capital, a realização de R\$955.367, sendo R\$847.417 na controlada Light SESA e R\$ 107.950 na controlada Light Energia. Mesmo diante dos impactos causados pela COVID-19, a Light seguiu realizando seus investimentos durante o exercício de 2020 e a controlada Light SESA ficou praticamente em linha com os investimentos planejados, focados na melhoria da qualidade do fornecimento de energia e no combate às perdas, principalmente na incorporação de energia e melhoria da qualidade da medição eletrônica. Também, na parte de Tecnologia da Informação, foi investido na proteção e segurança das informações corporativas e aquisição de novos hardwares.

Já a controlada Light Energia, também seguiu realizando seus investimentos durante o exercício de 2020, com foco em projetos estruturais, por meio da aquisição e modernização de equipamentos e sistemas, nas reformas estruturais civis das usinas e sistemas de bombeamento, e nos sistemas de segurança de suas barragens.

Durante o exercício de 2020, a Companhia acompanhou os níveis de GSF e PLD referente a controlada Light Energia, bem como os níveis de adimplência dos contratos e não verificou variações significativas no resultado da geradora.

Por fim, a controlada Lightcom é mais focada em operações de atacado, em sua maioria com empresas de grande porte com excelente perfil de crédito. Como resultado da pandemia da COVID-19, a controlada Lightcom recebeu alguns pedidos de flexibilização de clientes de menor porte e teve êxito nas negociações, flexibilizando as condições de pagamento de forma a garantir o recebimento. Apesar da flexibilização de alguns contratos, não foi verificada variações significativas no resultado da comercializadora.



## 2. ENTIDADES DO GRUPO

---

### 2.1 Controladas diretas

Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Light SESA" - 100%) - Sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, que tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica, com área de concessão abrangendo 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro, incluindo a capital.

Light Energia S.A. ("Light Energia" - 100%) - Sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, que tem como atividades principais: (a) estudar, planejar, construir, operar e explorar sistemas de geração e transmissão, comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos ou autorizados, por qualquer título de direito, ou as empresas das quais mantenha ou venha a manter o controle acionário; (b) participar em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista. Compreende as usinas de Pereira Passos, Nilo Peçanha, Ilha dos Pombos, Santa Branca e Fontes Nova, com potência instalada total de 855 MW. A Light Energia possui participação societária nas seguintes controladas e controladas em conjunto:

- Lajes Energia S.A. ("Lajes Energia" - 100%) - Sociedade por ações de capital fechado, com sede no município de Pirai, Estado do Rio de Janeiro, que tem por objeto social a análise de viabilidade técnica e econômica, a elaboração do projeto, a implantação, operação, manutenção e exploração comercial da PCH Lajes, com potência nominal de 17 MW. Em 08 de julho de 2014, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 4.734/14 que transferiu a concessão da PCH Lajes da Light Energia para a Lajes Energia. As obras de construção da PCH Lajes foram iniciadas em setembro de 2014 e suas operações comerciais iniciaram em 21 de julho de 2018.
- Guanhães Energia S.A. ("Guanhães Energia" - 51%, controlada em conjunto) - Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Ipatinga - MG, criada com a finalidade de implantar e explorar quatro Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), situadas no estado de Minas Gerais, que totalizam 44 MW de Potência Instalada. Controlada em conjunto pela Light Energia (51%) e pela Cemig Geração e Transmissão S.A. – ("Cemig GT") (49%). Em 21 de agosto de 2015, as PCHs sagraram-se vencedoras no Leilão A-3, em que a energia foi contratada para comercialização pelo prazo de 30 anos, ao preço de R\$205,50/MWh, a partir de janeiro de 2018. As PCHs Senhora do Porto, Dores de Guanhães, Fortuna II e Jacaré encontram-se em operação comercial desde os meses de julho de 2018, novembro de 2018, maio de 2019 e julho de 2019, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2020, os investimentos com a Guanhães Energia foram classificados como ativos mantidos para venda, visto a potencial operação de alienação da totalidade da participação de 51% que a Companhia detém nesta entidade. Para maiores detalhes, vide Nota 6.



- Central Eólica São Judas Tadeu Ltda. (“São Judas Tadeu” - 100%) - Empresa em fase pré-operacional, que terá como atividade principal a produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada no Estado do Ceará com potência nominal de 18 MW. Em 31 de dezembro de 2016, a Administração provisionou 100% desse investimento por não ter expectativa de recuperabilidade futura, considerando o planejamento estratégico da Companhia.
- Central Eólica Fontainha Ltda. (“Fontainha” - 100%) - Empresa em fase pré-operacional, que terá como atividade principal a produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada no Estado do Ceará com potência nominal de 16 MW. Em 31 de dezembro de 2016, a Administração provisionou 100% do investimento por não ter expectativa de recuperabilidade futura, considerando o planejamento estratégico da Companhia.

Light Conecta Ltda. (“Light Conecta” - 100%) - Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, que tem como atividades a realização de projeto, construção, instalação, operação e exploração de usinas de geração de energia elétrica, bem como, a realização de compra, venda, importação, exportação de energia elétrica, térmica, gases e utilidades industriais, prestação de serviços de consultoria no setor de energia, locação de bens móveis e imóveis, além de aquisição e comercialização de mercadorias vinculadas à atividade e realização de estudos, projetos, implementação, operação e manutenção de obras, construções e instalações, de qualquer natureza ou especialidade. A Light Conecta possui participação societária na seguinte controlada em conjunto:

- Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. (“Hidrelétrica Itaocara” - 51%, controlada em conjunto) - Sociedade por ações de capital fechado, em fase pré-operacional, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ. Controlada em conjunto pela Light Conecta (51%) e pela Cemig GT (49%), foi constituída para construir a UHE Itaocara e tem como objeto a concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica Itaocara I, conforme contrato de concessão nº01/2015 celebrado com a União.
- Consórcio UHE Itaocara - constituído para a exploração da Usina Hidrelétrica de Itaocara, controlada em conjunto pela Light Conecta (51%) e pela Cemig GT (49%). Em 30 de abril de 2015, o Consórcio UHE Itaocara sagrou-se vencedor no Leilão A-5 realizado pela ANEEL, relacionado à concessão da Usina Hidrelétrica de Itaocara I. O empreendimento será construído no Rio Paraíba do Sul e terá capacidade instalada de 150 MW.

Lightcom Comercializadora de Energia S.A. (“Lightcom” - 100%) - Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo - SP, que tem como objetivo a compra, venda, importação, exportação de energia e a prestação de serviços de consultoria no setor de energia.

Light Soluções em Eletricidade Ltda. (“Light Soluções” - 100%) - Sociedade limitada que tem como atividade principal a prestação de serviços aos clientes de baixa tensão contemplando montagem, reforma e manutenção de instalações em geral.



Instituto Light para o Desenvolvimento Urbano e Social ("Instituto Light" - 100%) - Pessoa Jurídica de direito privado, sem finalidade lucrativa, que tem como objetivo participar em projetos sociais e culturais, com interesse no desenvolvimento econômico e social das cidades, reafirmando a vocação da Companhia como empresa cidadã.

## 2.2 Controladas em conjunto

Lightger S.A. ("Lightger") - Sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo a participação em leilões de concessões, autorizações e permissões em novas usinas. A Lightger construiu e opera a PCH Paracambi. Controlada em conjunto pela Light S.A. (51%) e pela Cemig GT (49%), a Lightger tem capacidade instalada de 25,7 MW e 19,5 MW de garantia física.

Em 31 de dezembro de 2020, os investimentos com a Lightger foram classificados como ativos mantidos para venda, visto a potencial operação de alienação da totalidade da participação de 51% que a Companhia detém nesta entidade. Para maiores detalhes, vide Nota 6.

Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. ("Axxiom") - Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Belo Horizonte - MG, que tem por objetivo a oferta de soluções de tecnologia e sistemas para gestão operacional de concessionárias de serviços públicos, incluindo empresas de energia elétrica, gás, água, esgoto e demais empresas de utilidades. Controlada em conjunto pela Light S.A. (51%) e pela Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG (49%).

Energia Olímpica S.A. ("Energia Olímpica", controlada em conjunto até dezembro de 2019) - Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, que teve por objetivo a implantação da subestação Vila Olímpica e de duas linhas subterrâneas de 138 kV que se conectam à subestação. Controlada em conjunto pela Light S.A. (50,1%) e por Furnas Centrais Elétricas S.A. - Furnas (49,9%). Em dezembro de 2019, foi concluída a liquidação da Energia Olímpica.

Amazônia Energia Participações S.A. ("Amazônia Energia") - Sociedade por ações de capital fechado que tem como objetivo participar e administrar o capital social da Norte Energia S.A. ("NESA"), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará. Controlada em conjunto pela Light S.A. (25,5%) e pela Cemig GT (74,5%), a participação da Amazônia Energia na NESA é de 9,8% do capital. Em 26 de agosto de 2010, a NESA assinou Contrato de Concessão nº 001/10 com a União através do MME - Ministério de Minas e Energia, para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos a partir da assinatura do referido contrato. Ainda de acordo com o referido contrato, 70% da energia assegurada da usina será destinada ao mercado regulado, 10% para os autoprodutores e 20% destinada ao mercado livre (ACL). Em novembro de 2019, a UHE Belo Monte foi concluída e ficou pronta para plena operação comercial, com suas seis unidades geradoras do Sítio Pimental e dezoito unidades geradoras do Sítio Belo Monte.



### 2.2.1 Concessões do Grupo Light

Segue abaixo o resumo das concessões do Grupo Light vigentes em 31 de dezembro de 2020:

Concessões	Contrato de concessão	Data de Vencimento
Light SESA	Junho de 1996	Junho de 2026
Light Energia	Junho de 1996	Junho de 2026
Lajes Energia	Julho de 2014	Maio de 2026

A controlada Light SESA, por ser uma concessionária de distribuição de energia elétrica e não controlar os ativos subjacentes, aplica o IFRIC 12/ICPC 01. A controlada Light SESA utiliza o modelo bifurcado em virtude das empresas do segmento serem remuneradas: (i) pelo Poder Concedente, no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão (ativo financeiro da concessão); e (ii) pelos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica (ativo intangível).

Para as controladas Light Energia e Lajes Energia, não é aplicado o IFRIC 12/ICPC 01, pois as mesmas não aplicam tarifas definidas pelo Poder Concedente, conforme exigido na norma.

## 3. BASE DE PREPARAÇÃO

### 3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB ("IFRS").

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 18 de março de 2021, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

### 3.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros (Nota 35) e ativos mantidos para venda (Nota 6), mensurados pelos seus valores justos e pelos seus valores justos menos despesas com vendas, de acordo com as normas aplicáveis, respectivamente.



### 3.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.

### 3.4 Consolidação do Grupo Light

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: (i) tem poder sobre a investida; (ii) está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) tem a capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando o Grupo tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor).

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é dada baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo na data em que o controle é perdido.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos do Grupo em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.



Nas demonstrações financeiras consolidadas, estão compreendidas as demonstrações financeiras individuais e de suas controladas. Estão consolidadas integralmente nas seguintes bases abaixo apresentadas:

Sociedades controladas	Atividade	31.12.2020			31.12.2019		
		Forma de avaliação	Participação direta (%)	Participação indireta (%)	Forma de avaliação	Participação direta (%)	Participação indireta (%)
Light SESA	Distribuição	Consolidação	100,0	-	Consolidação	100,0	-
Light Energia	Geração hidráulica	Consolidação	100,0	-	Consolidação	100,0	-
Fontainha	Geração eólica	Consolidação	-	100,0	Consolidação	-	100,0
São Judas Tadeu	Geração eólica	Consolidação	-	100,0	Consolidação	-	100,0
Lajes	Geração hidráulica	Consolidação	-	100,0	Consolidação	-	100,0
Guanhães (*)	Geração hidráulica	Ativo mantido para venda	-	51,0	Equivalência patrimonial	-	51,0
Lightcom	Comercialização	Consolidação	100,0	-	Consolidação	100,0	-
Light Soluções	Serviços	Consolidação	100,0	-	Consolidação	100,0	-
Instituto Light	Outros	Consolidação	100,0	-	Consolidação	100,0	-
Light Connecta	Serviços	Consolidação	100,0	-	Consolidação	100,0	-
Usina Hidrelétrica Itaocara	Geração hidráulica	Equivalência patrimonial	-	51,0	Equivalência patrimonial	-	51,0
Consórcio UHE Itaocara	Geração hidráulica	Consolidação	-	51,0	Consolidação	-	51,0
Lightger (*)	Geração hidráulica	Ativo mantido para venda	51,0	-	Equivalência patrimonial	51,0	-
Axxiom	Outros	Equivalência patrimonial	51,0	-	Equivalência patrimonial	51,0	-
Amazônia Energia	Outros	Equivalência patrimonial	25,5	-	Equivalência patrimonial	25,5	-

(\*) Em atendimento ao CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada ("CPC 31"), o investimento foi transferido para o ativo mantido para venda, considerando a potencial operação de alienação da totalidade de sua participação nesta entidade. Para maiores detalhes, vide Nota 6.

### 3.5 Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, requer que a Administração faça julgamentos, adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas são revisadas continuamente e os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os ajustes oriundos dessas revisões são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: (i) ativos classificados como mantidos para venda (Nota 6); (ii) provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa - PECLD (Nota 9); (iii) realização dos créditos de PIS e COFINS sobre ICMS e valores a serem restituídos a consumidores (Nota 10); (iv) recuperação do imposto e renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias (Nota 11); (v) ativos e passivos financeiros do setor (Nota 13); (vi) ativo financeiro da concessão (Nota 14); (vii) provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios (Nota 23); (viii) contingências (Nota 24); (ix) benefícios pós-emprego (Nota 25); (x) transações envolvendo pagamento em ações (Nota 31); (xi) fornecimento não faturado (Nota 32.1); (xii) provisão para compra de energia elétrica (Nota 33.1); e (xiii) mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 35).





#### 4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

---

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas estão descritas a seguir:

##### 4.1 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

O Grupo classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias:

##### Valor justo por meio do resultado

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição. São mensurados pelo valor novo de reposição ("VNR"), equivalentes ao valor justo na data das demonstrações financeiras. A controlada Light SESA reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando existe um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder público concedente, ou sob a direção da concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestados.

Nesta categoria encontram-se também os certificados de depósito bancário (CDB), as cotas de fundos de investimento e os instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos financeiros derivativos (operações de *swap*) são instrumentos mantidos para regular as exposições de riscos de variação de moeda estrangeira, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

##### Custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas dos passivos financeiros são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Encontram-se nesta categoria o numerário disponível, os valores a receber com consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes, serviços prestados a receber, depósitos vinculados a litígios, ativos e passivos financeiros do setor, valores a receber de partes relacionadas, outros créditos, fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures, obrigações por arrendamento mercantil e outros débitos.



## Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e
- O Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

## 4.2 Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. O Grupo não adota a contabilidade de hedge (*hedge accounting*) e designa seus derivativos como:

### Hedge do valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido.

Para hedges de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do hedge, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto.



Se o item objeto de hedge for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado.

#### 4.3 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

#### 4.4 Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes

Incluem as contas a receber de fornecimento e suprimento da energia elétrica, faturado e a faturar, acréscimos moratórios, juros oriundos de atraso no pagamento e energia comercializada a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

O Grupo utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para as contas a receber. A matriz de provisão baseia-se na experiência real de perda de crédito, considerando o histórico médio de não arrecadação sobre o total faturado em cada mês, tendo como base os últimos três anos, e segregado por classe de consumo. O Grupo revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Além disso, quando aplicável, para o segmento de poder público, iluminação pública e serviço público foram consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo critério julgamental que reporte a expectativa de perda esperada para esses clientes.

#### 4.5 Estoques

Os estoques estão registrados ao custo médio de aquisição. Quando aplicável, o saldo será deduzido de provisões para perdas. Os materiais em estoque são classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo).



#### 4.6 Ativos e passivos financeiros do setor

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados (Parcela A e outros componentes financeiros) que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

Esses valores serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção da concessão.

#### 4.7 Ativos não circulantes mantidos para venda

A Companhia e suas controladas classificam um ativo não circulante como mantido para venda quando o seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Esses ativos são mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de venda são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídos as financeiras e os tributos sobre o lucro.

O ativo imobilizado e o ativo intangível não são depreciados ou amortizados enquanto estiverem classificados como mantidos para venda. Ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente como itens circulantes no balanço patrimonial. Os dividendos recebidos de empreendimentos controlados em conjunto classificados como mantidos para venda são reconhecidos no resultado, tendo em vista a interrupção da mensuração pelo método da equivalência patrimonial, em atendimento ao CPC 31 / IFRS 05.

Divulgações adicionais são apresentadas na nota explicativa 6.

#### 4.8 Investimentos

A Companhia detém investimentos em empresas controladas e controladas em conjunto. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e são, inicialmente, reconhecidos pelo custo de aquisição, sendo este mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

Anualmente, a Companhia avalia se há evidência objetiva de que o investimento sofreu perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), sendo que esta perda é o resultado da diferença entre o valor recuperável do investimento e o seu valor contábil.



#### 4.9 Ativo financeiro da concessão

A controlada Light SESA reconhece um ativo financeiro decorrente do contrato de concessão quando possui um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente ou da parte por ele indicada ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Tais ativos financeiros correspondem à parcela dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão e são avaliados com base no Valor Novo de Reposição (VNR), equivalente ao valor justo, acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") e tendo como referência os valores homologados pela ANEEL da base de remuneração de ativos nos processos de revisão tarifária.

#### 4.10 Ativo de contrato

O Grupo classifica como ativo de contrato os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção registrados sob o escopo da ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessões. Esses bens são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores ou receber uma indenização ao final da concessão para os ativos ainda não amortizados. Assim, em conformidade ao CPC 47 (IFRS 15), os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

#### 4.11 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo de aquisição ou formação, incluindo custo atribuído, encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada e de perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

A depreciação é calculada pelo método linear, em contrapartida ao resultado do exercício, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Para os ativos imobilizados que não possuem garantia de indenização, como no caso dos ativos da Lajes Energia, os itens são depreciados pelo método linear até o limite da concessão ou depreciados pela vida útil do bem, dos dois, o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa 17.

Eventuais ajustes nos métodos de depreciação, nas vidas úteis ou nos valores residuais são reconhecidos e ajustados de forma prospectiva.



#### 4.12 Ativo intangível

Para os ativos intangíveis de distribuição de energia elétrica, a parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão, conforme previsto na ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessões.

Os ativos intangíveis compreendem, principalmente, os softwares adquiridos de terceiros e os ativos referentes aos contratos de concessão. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Adicionalmente, a controlada Light Energia reconheceu o ativo intangível oriundo do direito à extensão da concessão em decorrência da adesão à repactuação do risco hidrológico de forma a compensar a controlada Light Energia pelos custos incorridos no passado, conforme previsto na Lei nº14.052/2020, regulamentada pela Resolução ANEEL 895/2020 (vide Nota 18.1).

A amortização do ativo intangível é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangíveis, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na demonstração de resultado.

#### 4.13 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.



#### 4.14 Arrendamentos

O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento e aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração, exceto para arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor individual.

##### 4.14.1 Ativos de direito de uso

O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento mensurados pelo valor presente. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

##### 4.14.2 Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas.

##### 4.14.3 Estimativa da taxa incremental de arrendamentos

Os arrendamentos vigentes não possuem sua taxa de juros implícita prontamente identificável, motivo pelo qual a Companhia considera a taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos de arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao tomar empréstimos, por prazo semelhante, para obter os recursos necessários para a aquisição de ativos com valores similares ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Companhia calcula a taxa incremental usando dados observáveis, quando disponíveis.

#### 4.15 Benefícios a empregados

##### 4.15.1 Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego, sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para um Fundo de Previdência e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesa com pessoal quando os serviços são prestados pelos empregados.



#### 4.15.2 Planos de benefício definido

A obrigação líquida do Grupo quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente, para cada plano, através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferirão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o maior valor entre a dívida pactuada com a Fundação de Seguridade Social Braslight para amortização das obrigações atuariais e o valor presente da obrigação atuarial, calculada por meio de laudo atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano.

Anualmente é realizado um cálculo para avaliação atuarial dos planos existentes por atuário independente. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais (remensurações do valor líquido de passivo ou ativo de benefício definido) são reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes e não são transferidos para lucros ou prejuízos acumulados.

#### 4.15.3 Benefícios de curto prazo a empregados

As obrigações de benefícios de curto prazo a empregados referem-se aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros, e é provisionada em conformidade com o acordo coletivo na rubrica de despesa com pessoal (Participação dos Empregados e Administradores) no resultado do exercício.

#### 4.16 Plano de outorga de opção de compra de ações

A Companhia possui plano de remuneração baseado em ações que tem por objetivo permitir que as pessoas elegíveis, sujeito a determinadas condições, adquiram ações, com vista a estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos das pessoas elegíveis.

Poderão ser eleitos como participantes de opções nos termos do plano, os administradores e empregados da Companhia ou de outras sociedades sob o seu controle, desde que aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

Os efeitos do plano de remuneração baseado em ações são calculados com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais outorgados e reconhecidos no balanço patrimonial e na demonstração de resultados conforme as condições contratuais sejam atendidas.





#### 4.17 Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras. A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao regime do lucro real de apuração dos tributos sobre o resultado.

##### 4.17.1 Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos vigentes.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

##### 4.17.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributáveis temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, seja no resultado, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pelo Grupo se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

Em conformidade ao ICPC 22 / IFRIC 23, a Companhia e suas controladas avaliam periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulação fiscal requer interpretação e estabelece provisões e/ou divulgações quando apropriado.



#### 4.18 Provisões

##### 4.18.1 Geral

Provisões são reconhecidas quando o Grupo possui uma obrigação legal ou presumida que possa ser estimada de maneira confiável como resultado de um evento passado, e se for provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e dos fluxos de caixa futuros esperados. A provisão é constituída mediante avaliação, cuja probabilidade de perda é considerada provável na opinião da Administração.

##### 4.18.2 Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios

O Grupo é parte em diversos processos judiciais e administrativos, logo, as provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos econômicos seja requerida para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e a opinião da Administração, quando aplicável. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### 4.19 Reconhecimento de receitas

As receitas do Grupo são reconhecidas quando uma obrigação de performance for satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado a essa obrigação de performance. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita proveniente de um contrato com cliente quando a expectativa de recebimento for provável, levando em consideração a intenção de pagamento do cliente.

##### 4.19.1 Receita de fornecimento de energia elétrica e receita de uso da rede

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são contabilizadas quando há o fornecimento de energia elétrica. O faturamento é efetuado de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela distribuidora.

A receita não faturada de fornecimento de energia elétrica corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada tomando como base ciclos de leitura que em alguns casos se sucedem ao período de encerramento contábil. O efeito nas demonstrações financeiras da diferença entre a estimativa e o realizado é considerado imaterial.

Os registros das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas ou por estimativa da Administração.



As receitas de uso da rede de distribuição (TUSD) recebidas de outras concessionárias e consumidores livres são contabilizadas quando há o uso da rede de distribuição pelo cliente. A receita pela distribuição não faturada é contabilizada com base na receita auferida, porém, com faturas emitidas nos primeiros dias do mês posterior.

#### 4.19.2 Receita de serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados.

#### 4.19.3 Receita de construção

A receita de construção corresponde à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura, consubstanciada nos investimentos em ativos da concessão realizados pela Companhia no exercício. O reconhecimento dessa receita está diretamente relacionado aos gastos incorridos com a construção dos ativos da infraestrutura de concessão. Considerando que o modelo regulatório vigente não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, sendo assim a margem de construção adotada foi estabelecida como sendo igual a zero.

#### 4.19.4 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras, juros sobre atraso no recebimento de cliente, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e variações de *swaps*. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e debêntures, ajustes de desconto a valor presente e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

#### 4.20 Ajuste a valor presente de ativos

Os itens sujeitos ao desconto a valor presente são referentes a contas a receber de consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes. O Grupo realizou cálculo do valor presente para os saldos com prazos de pagamento superiores a 180 dias. A taxa de desconto utilizada pela Administração para o desconto a valor presente para esses itens é de aproximadamente 10,0% a.a., semelhante ao custo médio de captação de recursos do Grupo nos últimos anos e ao encargo financeiro cobrado de seus clientes. A taxa de juros imputada em uma transação de venda é determinada no momento do registro inicial da transação e não é ajustada posteriormente.



#### 4.21 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020

A Companhia e suas controladas aplicaram pela primeira vez a revisão no CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020 ou após esta data. Foram revisados alguns novos conceitos do pronunciamento, fornecendo definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

Abaixo relacionamos os pronunciamentos revisados aplicados pela primeira vez em 2020 os quais não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

##### Alterações no CPC 15 (R1) - Definição de negócios

Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos. Essas alterações podem impactar períodos futuros caso a Companhia ingresse em quaisquer combinações de negócios.

##### Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 - Reforma da Taxa de Juros de Referência

Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais.

##### Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material

Altera a definição de “material”, estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações financeiras. As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Não se espera que haja algum impacto futuro para a Companhia.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à COVID-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento - Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.

As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) não trouxeram alterações significativas nas demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.



#### 4.22 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alterações, mais ainda não em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas a seguir e serão implementadas, se aplicáveis, quando entrarem em vigor.

##### Alterações no CPC 48, CPC 08, CPC 11 e CPC 06 (R2)

Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais.

##### Alterações no CPC 25

Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).

##### Alterações no CPC 27

Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.



## 5. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

---

As informações por segmento estão sendo apresentadas em relação aos negócios da Companhia, identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas.

Assuntos com efeitos relevantes ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

- Acordo entre a controlada Light SESA e Furnas Centrais Elétricas S.A. (“Furnas”) que discutia a restituição de valores cobrados pelo fornecimento de energia elétrica no ano de 1986 (nota explicativa 12);
- Lei 14.052/2020, que aprova as novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica (GSF) e consequente reconhecimento do ativo intangível na controlada Light Energia (nota explicativa 18);
- Recebimento da compensação financeira nos termos definidos pela Conta-Covid no montante de R\$1.326.043 (nota explicativa 13);
- Habilitação dos créditos fiscais oriundos da exclusão do ICMS nas bases de cálculo do PIS e da COFINS e início da compensação destes créditos (nota explicativa 10);
- Debêntures emitidas no montante total de R\$1.500.000 (nota explicativa 22);
- Potencial operação para a alienação da totalidade da participação na controlada em conjunto indireta Guanhães Energia e na controlada em conjunto Lightger S.A. (nota explicativa 6);
- Reconhecimento da provisão referente à discussão da utilização dos créditos de ICMS gerados na aquisição de bens destinados a integrar o ativo fixo (nota explicativa 23)



As informações por segmento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 estão apresentadas a seguir:

	Distribuição	Geração	Serviço	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 31.12.2020
<b>Ativos:</b>							
Ativo circulante	5.450.204	2.268.126	25.182	223.081	391.927	(384.796)	7.973.724
Outros ativos não circulantes	13.133.051	325.289	16.962	27.507	689	-	13.503.498
Investimentos	31.258	-	-	-	6.852.861	(6.517.878)	366.241
Imobilizado	275.532	1.339.192	40.127	364	-	-	1.655.215
Intangível	2.459.309	437.157	1.363	759	-	-	2.898.588
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>	<b>21.349.354</b>	<b>4.369.764</b>	<b>83.634</b>	<b>251.711</b>	<b>7.245.477</b>	<b>(6.902.674)</b>	<b>26.397.266</b>
<b>Passivos e patrimônio líquido:</b>							
Passivo circulante	4.758.624	2.515.686	3.536	156.766	167.141	(384.796)	7.216.957
Passivo não circulante	10.953.184	1.118.470	31.078	500	865	-	12.104.097
Patrimônio líquido	5.637.546	735.608	49.020	94.445	7.077.471	(6.517.878)	7.076.212
<b>TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>21.349.354</b>	<b>4.369.764</b>	<b>83.634</b>	<b>251.711</b>	<b>7.245.477</b>	<b>(6.902.674)</b>	<b>26.397.266</b>

	Distribuição	Geração	Serviço	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 31.12.2019
<b>Ativos:</b>							
Ativo circulante	3.780.125	1.427.207	20.949	177.235	359.568	(410.858)	5.354.226
Outros ativos não circulantes	13.295.910	130.554	23.227	35.978	659	-	13.486.328
Investimentos	29.191	136.426	-	-	6.191.540	(5.777.813)	579.344
Imobilizado	244.694	1.301.224	40.641	396	-	-	1.586.955
Intangível	2.832.558	2.251	1.452	654	-	-	2.836.915
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>	<b>20.182.478</b>	<b>2.997.662</b>	<b>86.269</b>	<b>214.263</b>	<b>6.551.767</b>	<b>(6.188.671)</b>	<b>23.843.768</b>
<b>Passivos e patrimônio líquido:</b>							
Passivo circulante	3.714.697	1.392.477	4.412	157.745	319.083	(410.858)	5.177.556
Passivo não circulante	11.310.215	1.102.322	22.253	26	852	-	12.435.668
Patrimônio líquido	5.157.566	502.863	59.604	56.492	6.231.832	(5.777.813)	6.230.544
<b>TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>20.182.478</b>	<b>2.997.662</b>	<b>86.269</b>	<b>214.263</b>	<b>6.551.767</b>	<b>(6.188.671)</b>	<b>23.843.768</b>



**Resultados por segmento:**

2020	Distribuição	Geração	Serviço	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 2020
RECEITA LÍQUIDA	11.764.700	1.131.064	4.496	1.023.619	-	(850.411)	13.073.468
DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS	(10.969.006)	(156.794)	(6.771)	(965.559)	(16.257)	850.411	(11.263.976)
Equivalência patrimonial	-	(324)	(10.226)	-	688.595	(706.277)	(28.232)
RESULTADO FINANCEIRO	(398.850)	(341.819)	2.183	3.000	1.826	-	(733.660)
Receita financeira	748.230	347.704	2.429	3.315	2.162	(7.172)	1.096.668
Despesa financeira	(1.147.080)	(689.523)	(246)	(315)	(336)	7.172	(1.830.328)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	396.844	632.127	(10.318)	61.060	674.164	(706.277)	1.047.600
Contribuição social	(35.948)	(55.768)	(79)	(6.132)	-	-	(97.927)
Imposto de renda	(86.048)	(154.542)	(187)	(16.974)	-	-	(257.751)
RESULTADO LÍQUIDO	274.848	421.817	(10.584)	37.954	674.164	(706.277)	691.922

2019	Distribuição	Geração	Serviço	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 2019
RECEITA LÍQUIDA	11.912.106	1.098.023	6.158	1.122.462	74	(749.256)	13.389.567
DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS	(10.896.387)	(612.994)	(23.042)	(1.248.321)	(32.378)	749.256	(12.063.866)
Equivalência patrimonial	-	4.667	(51.204)	-	1.394.537	(1.386.367)	(38.367)
RESULTADO FINANCEIRO	743.853	(75.345)	3.090	28.273	1.743	-	701.614
Receita financeira	1.767.384	97.890	3.443	29.846	2.836	-	1.901.399
Despesa financeira	(1.023.531)	(173.235)	(353)	(1.573)	(1.093)	-	(1.199.785)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	1.759.572	414.351	(64.998)	(97.586)	1.363.976	(1.386.367)	1.988.948
Contribuição social	(160.452)	(23.684)	(104)	8.780	(1)	-	(175.461)
Imposto de renda	(445.762)	(64.058)	(261)	24.398	(1)	-	(485.684)
RESULTADO LÍQUIDO	1.153.358	326.609	(65.363)	(64.408)	1.363.974	(1.386.367)	1.327.803





## 6. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA

Em 18 de dezembro de 2020, foi aprovada a concessão de período de exclusividade à Brasal Energia S.A. ("Brasal") visando à potencial operação para a alienação da totalidade da participação de 51% das controladas em conjunto Guanhões Energia e Lightger, pelos valores de R\$96.400 e R\$88.700, respectivamente. Em 24 de fevereiro de 2021, o período de exclusividade foi postergado por mais 30 dias.

Durante o período de exclusividade, a Companhia e a Brasal deverão negociar os termos e condições dos instrumentos aplicáveis, e, caso tais negociações sejam bem-sucedidas, a conclusão efetiva das transações dependerão ainda do cumprimento de condições precedentes usuais em transações dessa natureza, tais como a obtenção de anuência de autoridades regulatórias e concorrenciais e de terceiros.

Conforme preconiza o CPC 31/ IFRS 5, a Companhia passou a tratar contabilmente esse bloco de ativos como "ativos não circulantes mantidos para venda".

O CPC 31 exige que os ativos que forem classificados como mantidos para venda sejam mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. No caso da alienação da participação na controlada indireta Guanhões Energia, o valor justo dos ativos líquidos das despesas de venda, é inferior ao valor contábil em R\$42.602 e foram reconhecidos como despesa no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, na rubrica de outras despesas. Enquanto para a Lightger nenhum registro adicional se fez necessário, visto que o valor contábil já se encontra a menor quando comparado ao valor justo líquido das despesas de venda.

### 6.1 Ativos classificados como mantidos para venda

Ativos classificados como mantidos para venda	31.12.2020	
	Controladora	Consolidado
Lightger	53.919	53.919
Guanhões Energia	-	93.500
<b>Total</b>	<b>53.919</b>	<b>147.419</b>

### 6.2 Balanço patrimonial das controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2020

	31.12.2020	
	Lightger	Guanhões
<b>ATIVO</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	80.173	5.939
Outros	23.335	7.361
<b>Circulante</b>	<b>103.508</b>	<b>13.300</b>
<b>Não circulante</b>	<b>128.937</b>	<b>404.588</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>232.445</b>	<b>417.888</b>
<b>PASSIVO</b>		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8.579	12.674
Outros	63.506	13.990
<b>Circulante</b>	<b>72.085</b>	<b>26.664</b>
Empréstimos, financiamentos e debêntures	54.613	114.835
Outros	23	9.522
<b>Não circulante</b>	<b>54.636</b>	<b>124.357</b>
Patrimônio líquido	105.724	266.867
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>232.445</b>	<b>417.888</b>



### 6.3 Demonstração do resultado das controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2020

2020	Lightger	Guanhães
<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO</b>		
Receita líquida de vendas	51.938	49.008
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>51.938</b>	<b>49.008</b>
Despesas gerais e administrativas	(10.375)	(37.452)
Resultado financeiro líquido	(14.172)	(9.874)
<b>LUCRO ANTES DO IR E CSLL</b>	<b>27.391</b>	<b>1.682</b>
Imposto de renda e contribuição social	(2.430)	(1.567)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>24.961</b>	<b>115</b>

### 7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Caixa e bancos	103	93	38.562	52.453
Aplicações Financeiras de liquidez imediata (CDB)	7.642	71.438	614.638	943.885
<b>TOTAL</b>	<b>7.745</b>	<b>71.531</b>	<b>653.200</b>	<b>996.338</b>

As aplicações financeiras de liquidez imediata são pós-fixadas e correspondem a operações realizadas com instituições que atuam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, garantia de recompra diária pela instituição financeira, a uma taxa previamente estabelecida pelas partes e remuneração, em sua maioria, pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com perda insignificante de valor em caso de resgate antecipado.

A remuneração média das aplicações no consolidado é de 82,8% do CDI em 31 de dezembro de 2020 (93,7% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 35.

### 8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	70.781	8.716	1.934.466	361.329
Fundo de investimento (não exclusivos)	-	-	502.010	320.361
<b>TOTAL</b>	<b>70.781</b>	<b>8.716</b>	<b>2.436.476</b>	<b>681.690</b>

Os títulos e valores mobiliários são representados por: (i) garantias oferecidas para participação em leilões de energia; (ii) valores provenientes de venda de ativos que ficam retidos para reinvestimentos na rede elétrica; (iii) fundos de investimentos não exclusivos; e (iv) aplicações que têm seus vencimentos superiores a três meses da data de aplicação, com perda de valor em caso de resgate antecipado. A remuneração média dessas aplicações é de 107,9% do CDI em 31 de dezembro de 2020 (101,7% do CDI em 31 de dezembro de 2019).



**9. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS, PERMISSONÁRIAS E CLIENTES**

	Consolidado					
	31.12.2020			31.12.2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Fornecimento faturado	3.725.175	-	3.725.175	2.984.771	-	2.984.771
Fornecimento não faturado	674.821	-	674.821	542.775	-	542.775
Parcelamento de débitos	515.805	996.667	1.512.472	333.837	1.089.981	1.423.818
Comercialização de energia	956.126	-	956.126	705.789	-	705.789
Suprimento e encargos de uso da rede elétrica	25.956	-	25.956	31.119	-	31.119
Outras contas a receber	8.169	16.947	25.116	9.812	23.059	32.871
	<b>5.906.052</b>	<b>1.013.614</b>	<b>6.919.666</b>	<b>4.608.103</b>	<b>1.113.040</b>	<b>5.721.143</b>
(-) Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	(2.648.925)	-	(2.648.925)	(2.071.504)	-	(2.071.504)
<b>TOTAL</b>	<b>3.257.127</b>	<b>1.013.614</b>	<b>4.270.741</b>	<b>2.536.599</b>	<b>1.113.040</b>	<b>3.649.639</b>

Incluem o fornecimento e suprimento da energia elétrica, faturado e a faturar, comercialização de energia, acréscimos moratórios, juros oriundos de atraso no pagamento, encargos de uso da rede elétrica e energia comercializada a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Em 31 de dezembro de 2020, a controlada Light Energia possui um saldo a receber de R\$832.021 (R\$574.567 em 31 de dezembro de 2019) na rubrica comercialização de energia, referente a inadimplência da liquidação da CCEE decorrente do ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE provocado pelo GSF menor que 1.

Os saldos vencidos e a vencer estão distribuídos da seguinte forma:

CONSOLIDADO	Saldos a vencer	Saldos vencidos				Total	PECLD	31.12.2020
		Até 90 dias	De 91 e 180 dias	De 181 e 360 dias	Mais de 360 dias			
Residencial	384.708	299.917	111.752	227.239	1.314.908	2.338.524	(1.449.486)	889.038
Industrial	16.353	13.050	3.873	10.795	79.820	123.891	(89.183)	34.708
Comercial	217.239	91.741	32.600	63.980	348.514	754.074	(398.883)	355.191
Rural	1.342	826	202	292	2.472	5.134	(2.538)	2.596
Poder público	40.044	58.291	28.811	38.292	94.104	259.542	(105.411)	154.131
Iluminação pública	43.481	32.471	11.733	38.998	89.649	216.332	(96.384)	119.948
Serviço público	8.557	12.092	465	1.021	5.543	27.678	(5.369)	22.309
Fornecimento não faturado	571.364	-	-	-	-	571.364	(8.670)	562.694
<b>SUBTOTAL - CONSUMIDORES</b>	<b>1.283.088</b>	<b>508.388</b>	<b>189.436</b>	<b>380.617</b>	<b>1.935.010</b>	<b>4.296.539</b>	<b>(2.155.924)</b>	<b>2.140.615</b>
Comercialização de energia	956.126	-	-	-	-	956.126	(784)	955.342
Suprimento e encargos de uso da rede elétrica	25.956	-	-	-	-	25.956	(159)	25.797
Encargos de uso da rede elétrica - não faturado	103.457	-	-	-	-	103.457	-	103.457
Outras contas a receber	25.116	-	-	-	-	25.116	-	25.116
	<b>1.110.655</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.110.655</b>	<b>(943)</b>	<b>1.109.712</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.393.743</b>	<b>508.388</b>	<b>189.436</b>	<b>380.617</b>	<b>1.935.010</b>	<b>5.407.194</b>	<b>(2.156.867)</b>	<b>3.250.327</b>



CONSOLIDADO	Saldos a vencer	Saldos vencidos				Total	PECLD	31.12.2019
		Até 90 dias	De 91 e 180 dias	De 181 e 360 dias	Mais de 360 dias			
Residencial	349.976	288.127	73.160	177.810	746.254	1.635.327	(902.907)	732.420
Industrial	28.957	12.314	3.484	5.509	74.192	124.456	(79.197)	45.259
Comercial	291.870	76.973	15.575	32.803	313.699	730.920	(340.611)	390.309
Rural	1.161	818	117	464	1.970	4.530	(2.134)	2.396
Poder público	90.955	68.344	23.344	33.736	77.040	293.419	(86.179)	207.240
Iluminação pública	60.216	28.828	17.671	40.112	30.206	177.033	(41.606)	135.427
Serviço público	10.325	2.969	199	460	5.133	19.086	(5.106)	13.980
Fornecimento não faturado	430.430	-	-	-	-	430.430	(7.660)	422.770
<b>SUBTOTAL - CONSUMIDORES</b>	<b>1.263.890</b>	<b>478.373</b>	<b>133.550</b>	<b>290.894</b>	<b>1.248.494</b>	<b>3.415.201</b>	<b>(1.465.400)</b>	<b>1.949.801</b>
Comercialização de energia	705.789	-	-	-	-	705.789	(784)	705.005
Suprimento e encargos de uso da rede elétrica	31.119	-	-	-	-	31.119	-	31.119
Encargos de uso da rede elétrica - não faturado	112.345	-	-	-	-	112.345	(660)	111.685
Outras contas a receber	32.871	-	-	-	-	32.871	-	32.871
	<b>882.124</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>882.124</b>	<b>(1.444)</b>	<b>880.680</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.146.014</b>	<b>478.373</b>	<b>133.550</b>	<b>290.894</b>	<b>1.248.494</b>	<b>4.297.325</b>	<b>(1.466.844)</b>	<b>2.830.481</b>

## 9.1 Parcelamento de débitos

A Companhia possui saldos de consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes parcelados decorrentes de programas de negociação realizados.

Classe de consumidor	31.12.2020			31.12.2019		
	Total	PECLD	Total líquido	Total	PECLD	Total líquido
Residencial	1.024.650	(411.259)	613.391	1.003.623	(561.469)	442.154
Industrial	19.760	(813)	18.947	15.002	(794)	14.208
Comercial	184.064	(22.722)	161.342	124.116	(22.677)	101.439
Rural	1.934	(146)	1.788	1.446	(147)	1.299
Poder público	98.266	(56.703)	41.563	123.646	(18.364)	105.282
Iluminação pública	9.819	(154)	9.665	10.177	(159)	10.018
Serviço público	173.979	(261)	173.718	145.808	(1.050)	144.758
<b>TOTAL</b>	<b>1.512.472</b>	<b>(492.058)</b>	<b>1.020.414</b>	<b>1.423.818</b>	<b>(604.660)</b>	<b>819.158</b>

Em 31 de dezembro de 2020, a controlada Light SESA possui (i) acordo de parcelamento com um grande cliente da classe de serviço público, cujo montante atualizado é de R\$156.048 (R\$143.157 em 31 de dezembro de 2019) e encontra-se classificado no saldo de parcelamento de serviço público. Esse montante será recebido em 41 parcelas e com o último recebimento previsto para maio de 2024; e (ii) contrato de confissão de dívida com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, cujo montante atualizado é de R\$63.934 (R\$92.177 em 31 de dezembro de 2019) e encontra-se classificado no saldo de parcelamento de poder público.



## 9.2 Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

Seguem abaixo as movimentações da PECLD de consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

SALDO EM 31.12.2018	(1.366.834)
Adições (Nota 33) <sup>(1)</sup>	(812.681)
Baixas	108.011
SALDO EM 31.12.2019	(2.071.504)
Adições (Nota 33) <sup>(2)</sup>	(618.670)
Baixas	41.249
SALDO EM 31.12.2020	(2.648.925)

<sup>(1)</sup> No final do ano de 2019, a Administração realizou uma reavaliação de todo o saldo em aberto das contas a receber tendo em vista a expectativa do recebimento futuro, já alinhada ao novo plano de combate à perda de energia, com base no histórico recente de recebimento dos saldos parcelados, e efetuou uma provisão adicional para refletir a perda esperada para créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2019.

<sup>(2)</sup> A constituição de perdas esperadas está agravada pelo cenário da COVID-19, em que os cortes de energia elétrica pelas concessionárias ficaram suspensos pelo regulador para clientes residenciais e de serviços até agosto de 2020. Além da base histórica como métrica para a mensuração das perdas esperadas, condições futuras relevantes de inadimplência também são analisadas pela Companhia para cálculo final das perdas esperadas.

As baixas de recebíveis para perda são efetuadas de acordo com a Lei n° 9.430/1997 e Lei n° 13.097/2015. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram realizadas baixas no montante de R\$41.249 (R\$108.011 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019). As baixas foram realizadas contra a provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa já constituída, não gerando, assim, impacto no resultado do exercício.

A exposição da Companhia a riscos de crédito relacionados a consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes é divulgada na nota explicativa 35.



**10. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR**

	Consolidado					
	31.12.2020			31.12.2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a compensar <sup>(a)</sup>	42.033	51.925	93.958	59.189	53.892	113.081
PIS e COFINS a compensar (Nota 10.1) <sup>(b)</sup>	586.001	4.368.093	4.954.094	1.647	6.203.145	6.204.792
INSS	11.226	-	11.226	564	-	564
Outros	16.457	-	16.457	19.504	-	19.504
<b>TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR</b>	<b>655.717</b>	<b>4.420.018</b>	<b>5.075.735</b>	<b>80.904</b>	<b>6.257.037</b>	<b>6.337.941</b>
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	137.047	-	137.047	135.124	-	135.124
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR</b>	<b>137.047</b>	<b>-</b>	<b>137.047</b>	<b>135.124</b>	<b>-</b>	<b>135.124</b>
<b>TOTAL</b>	<b>792.764</b>	<b>4.420.018</b>	<b>5.212.782</b>	<b>216.028</b>	<b>6.257.037</b>	<b>6.473.065</b>

<sup>(a)</sup> Substancialmente representados por créditos de ICMS decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e intangível, os quais podem ser compensados em até 48 meses.

<sup>(b)</sup> Em 31 de dezembro de 2020, o saldo apresentado encontra-se líquido dos impostos apurados em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$238.928.

**10.1 Créditos de PIS e COFINS após a exclusão do ICMS na base de cálculo**

Em 18 de fevereiro de 2008, a controlada Light SESA impetrou o Mandado de Segurança nº 0012490-07.2008.4.02.5101 no tocante ao reconhecimento do seu direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Em 07 de agosto de 2019, transitou em julgado, no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, o processo judicial da ação movida pela Companhia com decisão favorável à autora, reconhecendo o direito de excluir o ICMS pago da base de cálculo do PIS e COFINS, com efeito retroativo a janeiro de 2002, devidamente atualizados pela Taxa SELIC.

Baseada na opinião dos assessores legais, a Administração da Companhia entende que parcela dos créditos a serem recebidos pela controlada Light SESA podem ser objeto de restituição aos consumidores da sua área de concessão. Neste caso, consideramos que o período máximo aplicável para cálculo de tal devolução será de 10 anos. Sendo assim, a controlada Light SESA constituiu um passivo correspondente aos créditos fiscais que deverão ser repassados aos consumidores que compreende o período dos últimos 10 anos, ou seja, de setembro de 2009 a agosto de 2019, líquido do PIS/COFINS incidente sobre a sua receita financeira de atualização. O montante representado pela diferença do total do crédito fiscal registrado pela controlada Light SESA e respectiva obrigação reconhecida pelo prazo supracitado, foi avaliado pela Administração como sendo de perda possível, motivo pelo qual não foi provisionado nas demonstrações financeiras. Cabe ressaltar, que em 31 de dezembro de 2020 a Companhia registrou no passivo circulante o montante que se espera realizar nos próximos 12 meses como redução da tarifa do consumidor por meio do reajuste tarifário que entrou em vigor no dia 15 de março de 2021 (vide Nota 39.5). O valor homologado no reajuste tarifário se equivale ao repasse dos créditos tributários provisionados que tiveram efetivo aproveitamento de caixa até janeiro de 2021.

Em 09 abril de 2020, a Receita Federal do Brasil ("RFB") deferiu o pedido de habilitação dos créditos fiscais oriundos da exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS, o que motivou a reversão do IRPJ e CSLL diferidos, que foram oferecidos à tributação pelo IRPJ e pela CSLL correntes,



bem como a reclassificação para o ativo circulante do montante estimado de créditos a serem recuperados nos próximos 12 meses. O início da compensação destes créditos ocorreu a partir de 30 de abril de 2020. Em 31 de dezembro de 2020 os créditos compensados somaram o montante de R\$1.110.796. Desse montante, R\$703.630 se referiam aos tributos federais incidentes sobre a habilitação dos referidos créditos fiscais.

A Companhia adota os procedimentos de recuperação destes créditos de acordo com as previsões legais estabelecidas pela RFB. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e será efetuado conforme mecanismos e critérios a serem definidos pela ANEEL. Em 09 de fevereiro de 2021, a ANEEL abriu a Consulta Pública nº 5/2021 com a finalidade de colher subsídios e informações para regulamentar o tratamento a ser dado para a devolução aos consumidores dos valores auferidos pelas distribuidoras de energia elétrica.

Esses créditos são atualizados pela Selic até a sua compensação, sendo o efeito líquido no resultado financeiro no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 de R\$29.171 (R\$1.461.190 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019), conforme nota explicativa 34.

Segue abaixo a apresentação dos efeitos contábeis relativos ao reconhecimento dos créditos fiscais decorrentes da exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS, incluindo sua atualização pela SELIC, e dos valores a serem restituídos aos consumidores reconhecidos nas demonstrações financeiras de 2020 e 2019:

Efeitos no balanço patrimonial	31.12.2020	31.12.2019
Créditos de PIS e COFINS sobre o ICMS	5.197.228	6.203.145
Valores a serem restituídos a consumidores	(3.677.853)	(3.605.664)
Impostos, taxas e contribuições	-	(118.025)
IR/CS	-	(843.015)
<b>SALDO LÍQUIDO</b>	<b>1.519.375</b>	<b>1.636.441</b>

Efeitos no resultado dos exercícios	2020	2019
Recuperação de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS (Nota 32)	-	1.086.462
Receita financeira (Nota 34)	29.171	1.461.190
PIS e Cofins sobre receita financeira	(1.356)	(68.196)
Imposto de renda e contribuição social	(9.457)	(843.015)
<b>RESULTADO</b>	<b>18.358</b>	<b>1.636.441</b>



**11. TRIBUTOS DIFERIDOS**

	Consolidado					
	31.12.2020			31.12.2019		
	Ativo diferido	Passivo diferido	Líquido diferido	Ativo diferido	Passivo diferido	Líquido diferido
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	913.158	-	913.158	716.835	-	716.835
Provisão para PLR	13.253	-	13.253	11.206	-	11.206
Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	220.161	-	220.161	184.688	-	184.688
Benefício Pós-Emprego - CVM 695/12 (Nota 25)	1.811	-	1.811	-	-	-
Prejuízos fiscais	96.103	-	96.103	238.349	-	238.349
Base negativa de contribuição social	37.624	-	37.624	88.834	-	88.834
Outros	19.743	-	19.743	12.109	-	12.109
Crédito de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS <sup>(a)</sup>	-	-	-	1.282.996	(2.126.011)	(843.015)
Instrumentos financeiros derivativos swaps	-	(379.611)	(379.611)	11.756	(126.770)	(115.014)
Remuneração do ativo financeiro da concessão	-	(576.247)	(576.247)	-	(493.671)	(493.671)
Custo atribuído Light Energia	-	(156.813)	(156.813)	-	(164.874)	(164.874)
Repactuação do GSF na Light Energia	-	(147.502)	(147.502)	-	-	-
<b>ATIVO (PASSIVO) TRIBUTÁRIO DIFERIDO, BRUTO</b>	<b>1.301.853</b>	<b>(1.260.173)</b>	<b>41.680</b>	<b>2.546.773</b>	<b>(2.911.326)</b>	<b>(364.553)</b>
Apresentação pelo líquido	(851.884)	851.884	-	(2.510.842)	2.510.842	-
<b>ATIVO (PASSIVO) TRIBUTÁRIO DIFERIDO, LÍQUIDO</b>	<b>449.969</b>	<b>(408.289)</b>	<b>41.680</b>	<b>35.931</b>	<b>(400.484)</b>	<b>(364.553)</b>

<sup>(a)</sup> Efeito do reconhecimento dos créditos fiscais do PIS e COFINS. Em 09 abril de 2020, a Receita Federal homologou o pedido de compensação dos créditos fiscais oriundos da exclusão do ICMS nas bases de PIS e da COFINS, o que motivou a reversão dos valores das bases de IRPJ e CSLL diferidos, e assim, oferecidos ao lucro real e base de cálculo da CSLL correntes, conforme nota explicativa 10.1.

Segue abaixo a movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

	Saldo em 31.12.2018	Reconhecido no Resultado	Reconhecido no Patrimônio Líquido	Adesão ao PERI Lei nº 13.496	Saldo em 31.12.2019	Reconhecido no Resultado	Reconhecido no Patrimônio Líquido	Saldo em 31.12.2020
<b>IR E CSLL DIFERIDOS - ATIVO</b>								
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	464.724	252.111	-	-	716.835	196.323	-	913.158
Provisão para PLR	10.279	927	-	-	11.206	2.047	-	13.253
Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	161.923	22.765	-	-	184.688	35.473	-	220.161
Benefício Pós-Emprego - CVM 695/12	-	-	-	-	-	-	1.811	1.811
Prejuízos fiscais	193.891	41.518	-	2.940	238.349	(142.246)	-	96.103
Base negativa de contribuição social	72.827	14.948	-	1.059	88.834	(51.210)	-	37.624
Outros	18.857	(6.748)	-	-	12.109	7.634	-	19.743
Créditos de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS	-	1.282.996	-	-	1.282.996	(1.282.996)	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	37.966	(26.210)	-	-	11.756	(11.756)	-	-
<b>TOTAL DO IR E CSLL DIFERIDOS - ATIVO</b>	<b>960.467</b>	<b>1.582.307</b>	<b>-</b>	<b>3.999</b>	<b>2.546.773</b>	<b>(1.246.731)</b>	<b>1.811</b>	<b>1.301.853</b>
<b>IR E CSLL DIFERIDOS - PASSIVO</b>								
Crédito de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS	-	(2.126.011)	-	-	(2.126.011)	2.126.011	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	(149.382)	22.612	-	-	(126.770)	(252.841)	-	(379.611)
Remuneração do ativo financeiro da concessão	(441.560)	(52.111)	-	-	(493.671)	(82.576)	-	(576.247)
Custo atribuído Light Energia	(173.146)	8.251	21	-	(164.874)	8.054	7	(156.813)
Repactuação do GSF na Light Energia	-	-	-	-	-	(147.502)	-	(147.502)
<b>TOTAL DO IR E CSLL DIFERIDOS - PASSIVO</b>	<b>(764.088)</b>	<b>(2.147.259)</b>	<b>21</b>	<b>-</b>	<b>(2.911.326)</b>	<b>1.651.146</b>	<b>7</b>	<b>(1.260.173)</b>





Para fundamentar os créditos fiscais diferidos registrados, a Companhia atualizou, já considerando as realizações até 31 de dezembro de 2020, o estudo técnico de viabilidade de realização fiscal. O estudo indica a recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados em 31 de dezembro de 2020 em até cinco anos, conforme cronograma anual de realização a seguir:

2021	2022	2023	2024	2025	Total
302.733	308.753	239.261	242.817	208.289	1.301.853

### 11.1 Conciliação dos tributos no resultado

Conciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para imposto de renda e contribuição social:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	691.922	1.327.803	1.047.600	1.988.948
Alíquota nominal de imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL ÀS ALIQUOTAS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE</b>	<b>(235.253)</b>	<b>(451.453)</b>	<b>(356.184)</b>	<b>(676.242)</b>
Equivalência patrimonial	240.134	461.658	(9.599)	(13.045)
Créditos fiscais diferidos não reconhecidos CVM nº 371/02 - Light S.A.	(6.228)	(8.184)	(6.228)	(8.184)
Incentivos fiscais <sup>(a)</sup>	-	-	13.831	1.365
Outros efeitos de imposto de renda e contribuição social sobre as adições e exclusões permanentes	1.347	(2.021)	2.502	34.961
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(355.678)</b>	<b>(661.145)</b>
IRPJ e CSLL corrente no resultado	-	-	(760.093)	(96.193)
IRPJ e CSLL diferido no resultado	-	-	404.415	(564.952)

<sup>(a)</sup> Refere-se a Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313/91) e Programa de Alimentação ao Trabalhados (PAT – Lei 6.321/76), que ambos isoladamente possibilitam a aplicação de até 4% do imposto de renda devido.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui saldo de crédito sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social acumulados não reconhecidos, no montante de R\$170.210 (R\$151.961 em 31 de dezembro de 2019), tendo em vista as incertezas na sua realização.



**12. OUTROS CRÉDITOS**

	Consolidado					
	31.12.2020			31.12.2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Adiantamento a fornecedores	6.390	-	6.390	3.516	-	3.516
Contribuição iluminação pública	142.238	-	142.238	100.141	-	100.141
Dispêndios a reembolsar	14.460	-	14.460	27.460	-	27.460
Desativações e alienações em curso	83.076	-	83.076	79.810	-	79.810
Subvenções governamentais <sup>(a)</sup>	50.473	-	50.473	43.418	-	43.418
Restituição de valores cobrados - Acordo Furnas	40.000	120.000	160.000	-	-	-
Outros	2.763	-	2.763	5.196	-	5.196
<b>TOTAL</b>	<b>339.400</b>	<b>120.000</b>	<b>459.400</b>	<b>259.541</b>	<b>-</b>	<b>259.541</b>

<sup>(a)</sup> Inclui subvenção de baixa renda e subvenção CDE.

Restituição de valores cobrados pelo fornecimento de energia elétrica – Acordo com Furnas Centrais Elétricas S.A. (“Furnas”)

Em 22 de dezembro de 2020, a controlada Light SESA celebrou acordo para encerrar a demanda judicial indenizatória contra Furnas Centrais Elétricas S.A. (“Furnas”) que discutia a restituição de valores cobrados pelo fornecimento de energia elétrica no ano de 1986, quando vigorava o congelamento de preços do Plano Cruzado. Os Decretos-lei 2.283 e 2.284, respectivamente emitidos em fevereiro e março de 1986, foram explícitos acerca do estabelecimento de travas de preços, contudo Furnas majorou os valores das tarifas de suprimentos para a controlada Light SESA.

No acordo firmado, a controlada Light SESA aceitou receber R\$496.000 da seguinte forma: (i) R\$336.000, em parcela única, recebida em 28 de dezembro de 2020; (ii) R\$40.000, em parcela única, com vencimento em 05 de dezembro de 2021 e; (iii) R\$120.000, em parcela única, vencendo em 18 de março de 2022.

Para a parcela de R\$120.000, Furnas listou uma série de 22 ativos que poderão ser dados como parte do pagamento, sujeitos, todavia à aprovação da ANEEL, e se forem homologados passarão a integrar a base regulatória da controlada Light SESA. Neste caso, serão monetizados por meio do emprego em suas atividades operacionais.



### 13. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DO SETOR

A rubrica representa os saldos a receber e/ou a restituir relativos a ativos e passivos financeiros do setor incorridos e ainda não realizados pela tarifa da distribuidora de energia (Light SESA).

Segue abaixo a composição do saldo de ativos e passivos financeiros do setor em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

Consolidado								
31.12.2020								
Circulante				Não circulante		Total		
Valores homologados (a)		Próximos reajustes		Próximos reajustes				
Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	64.884	-	17.075	-	81.959	-
Custo de aquisição de energia	-	-	-	(141.391)	-	(37.208)	-	(178.599)
Encargo do Serviço do Sistema - ESS	-	-	151.035	-	39.746	-	190.781	-
PROINFA	-	-	3.750	-	987	-	4.737	-
Transporte de energia elétrica - Itaipu	-	-	-	(2.595)	-	(684)	-	(3.279)
Transporte de energia pela rede básica	-	-	22.969	-	6.045	-	29.014	-
<b>Itens da Parcela A</b>	-	-	<b>242.638</b>	<b>(143.986)</b>	<b>63.853</b>	<b>(37.892)</b>	<b>306.491</b>	<b>(181.878)</b>
Outros itens financeiros	-	-	-	(237.503)	-	(62.501)	-	(300.004)
Sobrecontratação de energia e exposição involuntária	-	-	112.840	-	29.694	-	142.534	-
Neutralidade da Parcela A	-	-	109.902	-	28.922	-	138.824	-
Devoluções tarifárias	-	-	-	(25.530)	-	(6.718)	-	(32.248)
<b>Itens financeiros</b>	-	-	<b>222.742</b>	<b>(263.033)</b>	<b>58.616</b>	<b>(69.219)</b>	<b>281.358</b>	<b>(332.252)</b>
<b>Ativos (passivos) financeiros do setor, bruto</b>	-	-	<b>465.380</b>	<b>(407.019)</b>	<b>122.469</b>	<b>(107.111)</b>	<b>587.849</b>	<b>(514.130)</b>
Apresentação pelo líquido	-	-	(407.019)	407.019	(107.111)	107.111	(514.130)	514.130
<b>Ativos financeiros do setor, líquido</b>	-	-	<b>58.361</b>	-	<b>15.358</b>	-	<b>73.719</b>	-

(a) Em 31 de dezembro de 2020, os saldos homologados encontram-se zerados por conta do recebimento da Conta-Covid, conforme descrito no item 13.2.

Consolidado								
31.12.2019								
Circulante				Não circulante		Total		
Valores homologados		Próximos reajustes		Próximos reajustes				
Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	26.551	-	6.211	-	1.634	-	34.396	-
Custo de aquisição de energia	220.815	-	168.203	(128.999)	44.264	(33.947)	433.282	(162.946)
Encargo do Serviço do Sistema - ESS	-	(96.238)	-	(59.839)	-	(15.747)	-	(171.824)
PROINFA	1.489	-	-	-	-	-	1.489	-
Transporte de energia elétrica - Itaipu	5.587	-	12.688	-	3.339	-	21.614	-
Transporte de energia pela rede básica	-	(1.552)	52.678	-	13.863	-	66.541	(1.552)
<b>Itens da Parcela A</b>	<b>254.442</b>	<b>(97.790)</b>	<b>239.780</b>	<b>(188.838)</b>	<b>63.100</b>	<b>(49.694)</b>	<b>557.322</b>	<b>(336.322)</b>
Outros itens financeiros	-	(30.535)	48.079	(11.258)	12.653	(2.963)	60.732	(44.756)
Sobrecontratação de energia e exposição involuntária	-	-	299.200	-	78.736	-	377.936	-
Neutralidade da Parcela A	-	-	64.272	-	16.914	-	81.186	-
Devoluções tarifárias	-	(4.146)	-	(23.659)	-	(6.226)	-	(34.031)
<b>Itens financeiros</b>	-	<b>(34.681)</b>	<b>411.551</b>	<b>(34.917)</b>	<b>108.303</b>	<b>(9.189)</b>	<b>519.854</b>	<b>(78.787)</b>
<b>Ativos (passivos) financeiros do setor, bruto</b>	<b>254.442</b>	<b>(132.471)</b>	<b>651.331</b>	<b>(223.755)</b>	<b>171.403</b>	<b>(58.883)</b>	<b>1.077.176</b>	<b>(415.109)</b>
Apresentação pelo líquido	(132.471)	132.471	(223.755)	223.755	(58.883)	58.883	(415.109)	415.109
<b>Ativos financeiros do setor, líquido</b>	<b>121.971</b>	-	<b>427.576</b>	-	<b>112.520</b>	-	<b>662.067</b>	-



Segue abaixo a movimentação dos saldos de ativos e passivos financeiros do setor nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

SALDO EM 31.12.2018	710.036
Constituição <sup>(a)</sup>	338.693
Amortização <sup>(a)</sup>	(314.615)
Recebimento de recursos de CCRBT <sup>(a)</sup>	(92.963)
Atualização Selic (Nota 34)	20.916
<b>SALDO EM 31.12.2019</b>	<b>662.067</b>
Constituição <sup>(a)</sup>	1.208.271
Amortização <sup>(a)</sup>	(456.782)
Recebimento de recursos de CCRBT <sup>(a)</sup>	(38.643)
Recebimento Conta-Covid	(1.326.043)
Atualização Selic (Nota 34)	24.849
<b>SALDO EM 31.12.2020</b>	<b>73.719</b>

<sup>(a)</sup> Saldos reconhecidos no resultado em receita líquida, na rubrica "ativos e passivos financeiros do setor" (vide nota explicativa 32), que incluíram os recursos da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT).

Segue abaixo a movimentação do saldo de ativos e passivos financeiros por ciclo tarifário:

	31.12.2020			31.12.2019		
	Homologado pela ANEEL no reajuste de 10.03.2020	Valores que serão homologados nos próximos reajustes tarifários	Total	Homologado pela ANEEL no reajuste de 15.03.2019	Valores que serão homologados nos próximos reajustes tarifários	Total
Saldo homologado pela ANEEL	512.386	-	512.386	435.996	-	435.996
Ativos e passivos financeiros do setor (amortização/constituição)	(512.386)	105.967	(406.419)	(309.879)	569.981	260.102
Devoluções tarifárias <sup>(a)</sup>	-	(32.248)	(32.248)	(4.146)	(29.885)	(34.031)
<b>SALDO</b>	-	<b>73.719</b>	<b>73.719</b>	<b>121.971</b>	<b>540.096</b>	<b>662.067</b>

<sup>(a)</sup> Refere-se a ultrapassagem de demanda e excedente de reativos a serem faturados para os consumidores e repassados pela tarifa diretamente através da Parcela B.

### 13.1 Reajuste tarifário 2020

Em 10 de março de 2020 foi aprovado pela ANEEL o processo de reajuste das tarifas da controlada Light SESA. O resultado, homologado através da Resolução Homologatória 2.667, de 10 de março de 2020, representa um reajuste tarifário médio para o consumidor de 6,21%, e engloba todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural e outras). O índice de reajuste é constituído de dois componentes: (i) estrutural, que passa a integrar a tarifa, de 2,11%, compreendido pelos custos não gerenciáveis (Parcela A) e gerenciáveis (Parcela B); e (ii) financeiro, aplicado exclusivamente aos próximos 12 meses, e retirado da bolha financeira do processo anterior, que somam 4,11%. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 15 de março de 2020.



### 13.2 Adesão ao mecanismo de compensação financeira nos termos definidos pela Resolução Normativa ANEEL nº 885/2020 (“Conta-Covid”)

Em 03 de julho de 2020, considerando os efeitos da pandemia da COVID-19 e as medidas propostas pelo Poder Concedente e a ANEEL, a Companhia aderiu ao mecanismo de compensação financeira nos termos definidos pela Conta-Covid, que regulamentou as disposições estabelecidas no Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020 e na Medida Provisória nº 950, de 08 de abril de 2020. A Companhia declarou os recursos financeiros requeridos da Conta-Covid, no valor total de R\$1.326.043.

Em 24 de julho de 2020, a ANEEL publicou o despacho nº 2.177 onde fixou os valores dos recursos da Conta-Covid a serem repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, com o objetivo de cobrir déficits tarifários ou antecipar receitas (total ou parcialmente), compensando os efeitos financeiros da pandemia. A Companhia recebeu o montante total de R\$1.326.043 ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O montante recebido pela controlada Light SESA será revertido como componente financeiro negativo até o processo tarifário de 2022, devidamente atualizado pela taxa Selic e assegurada a neutralidade, conforme determinado no § 9º do art. 5º da Resolução Normativa nº 885, de 2020.

Por sua vez, por meio do Despacho nº 181, de 26 de janeiro de 2021, a ANEEL homologou os valores das quotas mensais do novo encargo CDE Conta-Covid para amortização da operação de crédito contratada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) na gestão da Conta-Covid, nos termos da Resolução Normativa nº 885, de 2020. O encargo será incluído na tarifa e recolhido pelas concessionárias a partir dos processos tarifários de 2021 e permanecerá nas tarifas por 48 meses (de 2021 a 2025).



#### 14. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Representa os valores a serem recebidos ao final da concessão do poder concedente, ou para quem este delegar, a título de indenizações pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão da controlada Light SESA.

O valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, está registrado com base no Valor Novo de Reposição (VNR).

Movimentação dos saldos, referentes ao ativo indenizável ao final da concessão, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

	Consolidado		
	Ativo financeiro bruto	Obrigações especiais	Ativo financeiro líquido
<b>SALDO EM 31.12.2018</b>	<b>5.311.351</b>	<b>(1.039.490)</b>	<b>4.271.861</b>
Adições <sup>(a)</sup>	363.540	(13.576)	349.964
Valor justo - atualização VNR (Nota 32)	195.197	(41.930)	153.267
Baixas	(26.798)	-	(26.798)
Reclassificações	81.365	(81.365)	-
<b>SALDO EM 31.12.2019</b>	<b>5.924.655</b>	<b>(1.176.361)</b>	<b>4.748.294</b>
Adições <sup>(a)</sup>	228.340	(8.072)	220.268
Valor justo - atualização VNR (Nota 32)	302.693	(59.821)	242.872
Baixas	(14.121)	-	(14.121)
<b>SALDO EM 31.12.2020</b>	<b>6.441.567</b>	<b>(1.244.254)</b>	<b>5.197.313</b>

<sup>(a)</sup> Transferência proveniente da bifurcação dos ativos quando da entrada em serviço, conforme IFRIC 12 (ICPC 01) (vide notas explicativas 15 e 18).

#### 15. ATIVO DE CONTRATO

	Consolidado		
	Direito de uso da concessão	Obrigações especiais - direito de uso da concessão	Total
<b>SALDO EM 31.12.2018</b>	<b>401.679</b>	<b>(71.439)</b>	<b>330.240</b>
Adições	756.515	(11.185)	745.330
Transferências para intangível (Nota 18)	(575.848)	18.491	(557.357)
Transferências para estoque	(21.260)	-	(21.260)
<b>SALDO EM 31.12.2019</b>	<b>561.086</b>	<b>(64.133)</b>	<b>496.953</b>
Adições	801.079	(8.317)	792.762
Transferências para intangível (Nota 18)	(316.765)	10.418	(306.347)
<b>SALDO EM 31.12.2020</b>	<b>1.045.400</b>	<b>(62.032)</b>	<b>983.368</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi incorporado ao ativo de contrato, a título de capitalização de juros, o montante de R\$40.259 (R\$28.460 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019), cuja taxa média de capitalização foi de 7,8% ao ano.



**16. INVESTIMENTOS**

	% de Participações	Controladora		Consolidado	
		31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Avaliados por equivalência patrimonial					
Light SESA	100,0%	5.637.546	5.157.566	-	-
Light Energia	100,0%	735.608	502.863	-	-
Guanhães Energia <sup>(b)</sup> (d)	51,0%	-	-	-	136.426
Lightcom	100,0%	94.445	56.492	-	-
Light Soluções	100,0%	1.253	1.287	-	-
Lightger <sup>(b)</sup> (d)	51,0%	-	48.384	-	48.384
Light Conecta	100,0%	49.020	59.604	-	-
UHE Itaipara <sup>(a)</sup>	51,0%	-	-	(30.823)	(21.835)
Axxiom <sup>(b)</sup>	51,0%	4.617	13.526	4.617	13.526
Amazônia Energia <sup>(b)</sup>	25,5%	330.364	351.818	330.364	351.818
Instituto Light	100,0%	8	-	-	-
<b>SUBTOTAL</b>		<b>6.852.861</b>	<b>6.191.540</b>	<b>304.158</b>	<b>528.319</b>
Outros investimentos permanentes <sup>(c)</sup>		-	-	31.260	29.190
<b>SUBTOTAL</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>31.260</b>	<b>29.190</b>
Total de participações societárias a descoberto		-	-	30.823	21.835
<b>TOTAL DOS INVESTIMENTOS</b>		<b>6.852.861</b>	<b>6.191.540</b>	<b>366.241</b>	<b>579.344</b>

<sup>(a)</sup> Empresa em fase pré-operacional.

<sup>(b)</sup> Refere-se ao investimento apurado a partir do patrimônio líquido para fins de equivalência patrimonial.

<sup>(c)</sup> Inclui investimentos em participações societárias avaliadas pelo valor de mercado, detidos pela controlada Light SESA.

<sup>(d)</sup> Refere-se aos investimentos classificados como ativos mantidos para venda conforme nota explicativa 6.

As principais informações sobre as controladas e controladas em conjunto estão apresentadas abaixo:

	%	Forma de avaliação	31.12.2020				
			Total do ativo	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Dividendos a receber
Light SESA	100,0	Consolidado	21.349.354	4.146.365	5.637.546	274.848	(65.276)
Light Energia	100,0	Consolidado	4.369.764	77.422	735.608	421.817	(189.059)
Guanhães Energia	51,0	Equivalência patrimonial	417.888	548.626	266.867	115	-
Lightcom	100,0	Consolidado	251.711	120.000	94.445	37.954	-
Light Soluções	100,0	Consolidado	1.872	3.500	1.253	(34)	(498)
Lightger	51,0	Equivalência patrimonial	232.445	79.232	105.724	24.961	-
Light Conecta	100,0	Consolidado	83.634	139.397	49.020	(10.584)	-
UHE Itaipara	51,0	Equivalência patrimonial	13.078	71.708	(60.438)	(18.356)	-
Axxiom	51,0	Equivalência patrimonial	40.586	65.165	9.054	(3.245)	-
Amazônia Energia	25,5	Equivalência patrimonial	1.296.201	1.322.698	1.295.544	(84.334)	-
Instituto Light	100,0	Consolidado	8	350	8	-	-

	%	Forma de avaliação	Participação patrimônio líquido		Dividendos recebidos		Resultado de equivalência patrimonial	
			31.12.2020	31.12.2019	2020	2019	2020	2019
			Light SESA	100,0	Consolidado	5.637.546	5.157.566	-
Light Energia	100,0	Consolidado	735.608	502.863	-	-	421.817	326.609
Guanhães Energia	51,0	Equivalência patrimonial	-	136.426	-	-	59	(610)
Lightcom	100,0	Consolidado	94.445	56.492	-	-	37.954	(64.408)
Light Soluções	100,0	Consolidado	1.253	1.287	-	-	(34)	(549)
Lightger	51,0	Equivalência patrimonial	-	48.384	(7.194)	(3.113)	12.730	7.574
Light Conecta	100,0	Consolidado	49.020	59.604	-	-	(10.584)	(65.363)
UHE Itaipara	51,0	Equivalência patrimonial	(30.823)	(21.835)	-	-	(9.361)	(51.204)
Axxiom	51,0	Equivalência patrimonial	4.617	13.526	-	-	(1.655)	(4.583)
Amazônia Energia	25,5	Equivalência patrimonial	330.364	351.818	-	-	(21.505)	5.167
Instituto Light	100,0	Consolidado	8	-	-	-	-	-



Movimentação dos investimentos nas controladas e controladas em conjunto (equivalência patrimonial) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

	Controladora									31.12.2020
	31.12.2019	Aumento de capital	Dividendos	Baixa de custo atribuído	Resultado abrangente <sup>(2)</sup>	Transferência de dividendos para reserva especial <sup>(1)</sup>	Transferência para ativos mantidos para venda	Equivalência patrimonial		
								Outros	Resultado	
Light SESA	5.157.566	-	(65.276)	-	(3.516)	273.923	-	1	274.848	5.637.546
Light Energia	502.863	-	(189.059)	(14)	-	-	-	1	421.817	735.608
Lightcom	56.492	-	-	-	-	-	-	(1)	37.954	94.445
Light Soluções	1.287	-	-	-	-	-	-	-	(34)	1.253
Lightger	48.384	-	(7.194)	-	-	-	(53.919)	(1)	12.730	-
Light Conecta	59.604	-	-	-	-	-	-	-	(10.584)	49.020
Axxiom	13.526	-	-	-	-	-	-	(7.254)	(1.655)	4.617
Amazônia Energia	351.818	51	-	-	-	-	-	-	(21.505)	330.364
Instituto Light	-	50	-	-	-	-	-	(42)	-	8
<b>TOTAL</b>	<b>6.191.540</b>	<b>101</b>	<b>(261.529)</b>	<b>(14)</b>	<b>(3.516)</b>	<b>273.923</b>	<b>(53.919)</b>	<b>(7.296)</b>	<b>713.571</b>	<b>6.852.861</b>

(1) Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da controlada Light SESA, realizada em 28 de abril de 2020, foi aprovada a não distribuição dos dividendos mínimos obrigatória de 2019 em decorrência das incertezas da COVID-19 e da situação financeira da controlada Light SESA mediante a criação da reserva especial.

(2) O resultado abrangente é referente ao registro da perda de passivo atuarial.

	Controladora							31.12.2019
	31.12.2018	Aumento de capital	Dividendos	Baixa de custo atribuído	Provisão para perda	Equivalência patrimonial		
						Outros	Resultado	
Light SESA	2.446.130	1.832.000	(273.923)	-	-	1	1.153.358	5.157.566
Light Energia	276.294	-	(100.000)	(40)	-	-	326.609	502.863
Lightcom	98.559	115.500	(93.159)	-	-	-	(64.408)	56.492
Light Soluções	1.286	550	-	-	-	-	(549)	1.287
Lightger	43.913	-	(3.113)	-	-	10	7.574	48.384
Light Conecta	101.803	23.164	-	-	-	-	(65.363)	59.604
Axxiom	8.641	9.468	-	-	-	-	(4.583)	13.526
Amazônia Energia	346.607	44	-	-	-	-	5.167	351.818
Energia Olímpica	1.201	-	-	-	(1.201)	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>3.324.434</b>	<b>1.980.726</b>	<b>(470.195)</b>	<b>(40)</b>	<b>(1.201)</b>	<b>11</b>	<b>1.357.805</b>	<b>6.191.540</b>

	Consolidado							31.12.2020
	31.12.2019	Aumento de capital	Dividendos	Provisão para perda na venda de participação	Transferência para mantidos para venda	Equivalência patrimonial		
						Outros	Resultado	
Light Energia	-	-	-	-	-	-	-	-
Guanhães Energia	136.426	-	-	(42.602)	(93.500)	(383)	59	-
Lightger	48.384	-	(7.194)	-	(53.919)	(1)	12.730	-
Axxiom	13.526	-	-	-	-	(7.254)	(1.655)	4.617
Amazônia Energia	351.818	51	-	-	-	-	(21.505)	330.364
Light Conecta	-	-	-	-	-	-	-	-
UHE Itaocara	(21.835)	1.237	-	-	-	(864)	(9.361)	(30.823)
<b>TOTAL</b>	<b>528.319</b>	<b>1.288</b>	<b>(7.194)</b>	<b>(42.602)</b>	<b>(147.419)</b>	<b>(8.502)</b>	<b>(19.732)</b>	<b>304.158</b>

	Consolidado							31.12.2019
	31.12.2018	Aumento de capital	Dividendos	Provisão para perda	Equivalência patrimonial			
					Outros	Resultado		
Light Energia	-	-	-	-	-	-	-	-
Guanhães Energia	111.188	20.572	-	-	5.276	(610)	136.426	
Lightger	43.913	-	(3.113)	-	10	7.574	48.384	
Axxiom	8.641	9.468	-	-	-	(4.583)	13.526	
Amazônia Energia	346.607	44	-	-	-	5.167	351.818	
Energia Olímpica	1.201	-	-	(1.201)	-	-	-	
Light Conecta	-	-	-	-	-	-	-	
UHE Itaocara	5.340	24.029	-	-	865	(52.069)	(21.835)	
<b>TOTAL</b>	<b>516.890</b>	<b>54.113</b>	<b>(3.113)</b>	<b>(1.201)</b>	<b>6.151</b>	<b>(44.521)</b>	<b>528.319</b>	





Abaixo, os saldos integrais patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019, e o resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 das principais controladas em conjunto que foram registrados pelo método de equivalência patrimonial:

31.12.2020	Axxiom	Amazônia	Lightger	Guanhães	UHE Itacara
<b>ATIVO</b>					
Caixa e equivalente de caixa	2.937	101	80.173	5.939	2.465
Outros	16.944	15	23.335	7.361	184
<b>Circulante</b>	<b>19.881</b>	<b>116</b>	<b>103.508</b>	<b>13.300</b>	<b>2.649</b>
Não circulante	20.705	1.296.085	128.937	404.588	10.429
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>40.586</b>	<b>1.296.201</b>	<b>232.445</b>	<b>417.888</b>	<b>13.078</b>
<b>PASSIVO</b>					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	7.210	-	8.579	12.674	-
Outros	17.575	557	63.506	13.990	73.516
<b>Circulante</b>	<b>24.785</b>	<b>557</b>	<b>72.085</b>	<b>26.664</b>	<b>73.516</b>
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.422	-	54.613	114.835	-
Outros	5.325	100	23	9.522	-
<b>Não circulante</b>	<b>6.747</b>	<b>100</b>	<b>54.636</b>	<b>124.357</b>	<b>-</b>
Patrimônio líquido	9.054	1.295.544	105.724	266.867	(60.438)
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>40.586</b>	<b>1.296.201</b>	<b>232.445</b>	<b>417.888</b>	<b>13.078</b>

2020	Axxiom	Amazônia	Lightger	Guanhães	UHE Itacara
<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO</b>					
Receita líquida de vendas	40.966	-	51.938	49.008	-
Custos das vendas	(38.472)	-	-	-	-
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>2.494</b>	<b>-</b>	<b>51.938</b>	<b>49.008</b>	<b>-</b>
Despesas gerais e administrativas	(4.889)	(169)	(10.375)	(37.452)	(12.990)
Outras despesas	-	(101)	-	-	(5.366)
Resultado financeiro líquido	(815)	(84.064)	(14.172)	(9.874)	-
<b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IR E CSLL</b>	<b>(3.210)</b>	<b>(84.334)</b>	<b>27.391</b>	<b>1.682</b>	<b>(18.356)</b>
Imposto de renda e contribuição social	(35)	-	(2.430)	(1.567)	-
<b>LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO</b>	<b>(3.245)</b>	<b>(84.334)</b>	<b>24.961</b>	<b>115</b>	<b>(18.356)</b>



31.12.2019	Axxiom	Amazônia	Lightger	Guanhães	Energia Olímpica	UHE Itaocara
<b>ATIVO</b>						
Caixa e equivalente de caixa	6.509	67	69.419	4.542	2.183	2.657
Outros	27.407	15	17.340	6.259	79	1.821
<b>Circulante</b>	<b>33.916</b>	<b>82</b>	<b>86.759</b>	<b>10.801</b>	<b>2.262</b>	<b>4.478</b>
Não circulante	25.781	1.380.149	124.500	419.490	3.289	18.998
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>59.697</b>	<b>1.380.231</b>	<b>211.259</b>	<b>430.291</b>	<b>5.551</b>	<b>23.476</b>
<b>PASSIVO</b>						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	7.987	-	8.619	11.763	-	-
Outros	20.334	553	44.755	15.630	3.154	56.294
<b>Circulante</b>	<b>28.321</b>	<b>553</b>	<b>53.374</b>	<b>27.393</b>	<b>3.154</b>	<b>56.294</b>
Empréstimos, financiamentos e debêntures	120	-	63.015	117.243	-	-
Outros	4.734	-	-	18.152	-	9.996
<b>Não circulante</b>	<b>4.854</b>	<b>-</b>	<b>63.015</b>	<b>135.395</b>	<b>-</b>	<b>9.996</b>
Patrimônio líquido	26.522	1.379.678	94.870	267.503	2.397	(42.814)
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>59.697</b>	<b>1.380.231</b>	<b>211.259</b>	<b>430.291</b>	<b>5.551</b>	<b>23.476</b>

2019	Axxiom	Amazônia	Lightger	Guanhães	UHE Itaocara
<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO</b>					
Receita líquida de vendas	53.405	-	49.979	52.911	-
Custos das vendas	(54.773)	-	-	-	-
<b>LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO</b>	<b>(1.368)</b>	<b>-</b>	<b>49.979</b>	<b>52.911</b>	<b>-</b>
Despesas gerais e administrativas	(8.136)	(215)	(28.758)	(43.614)	(102.096)
Outras despesas	(2.693)	-	-	-	-
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(1.395)</b>	<b>20.478</b>	<b>(3.429)</b>	<b>(8.789)</b>	<b>-</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IR E CSLL</b>	<b>(13.592)</b>	<b>20.263</b>	<b>17.792</b>	<b>508</b>	<b>(102.096)</b>
Imposto de renda e contribuição social	4.606	-	(2.942)	(1.704)	-
<b>LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO</b>	<b>(8.986)</b>	<b>20.263</b>	<b>14.850</b>	<b>(1.196)</b>	<b>(102.096)</b>



## 16.1 Amazônia Energia

Riscos relacionados a leis e regulamentos na investida indireta Norte Energia S.A.

Desde 2014, o Ministério Público Federal vem investigando irregularidades envolvendo empreiteiros, fornecedores e empresas estatais e apontou um amplo esquema de pagamentos indevidos. Neste contexto, o Ministério Público Federal iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo alguns dos empreiteiros e fornecedores da Eletrobras, bem como alguns empreiteiros e fornecedores de alguns dos investimentos da Eletrobras envolvidos na construção de usinas de geração, dentre estes a Norte Energia, responsável pela construção da UHE Belo Monte.

O Grupo Eletrobras, que detém 49,98% do capital social da Norte Energia, contratou escritório de advocacia especializado em investigação corporativa para apurar eventuais irregularidades em empreendimentos nos quais as Empresas do Grupo Eletrobras participam de forma corporativa ou minoritária.

Os relatórios finais da investigação interna independente incluem certos achados com impactos estimados nas demonstrações financeiras da Norte Energia. Foi concluído que o montante atribuído a eventuais superfaturamentos provenientes de subornos e/ou de licitações fraudulentas e atividades consideradas de natureza ilícita, foi de R\$183.000 na Norte Energia, gerando um efeito de R\$4.559 na Companhia. O impacto foi integralmente reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

## 16.2 Guanhães Energia

Investigações conduzidas por autoridades públicas sobre a aquisição ocorrida na controlada em conjunto indireta Guanhães Energia

Em 04 de setembro de 2018 e em 23 de outubro de 2018, a Companhia recebeu ofícios da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais solicitando informações sobre a aquisição ocorrida em 2012 da participação de 51% do capital da controlada em conjunto Guanhães Energia, anteriormente detida pela Investminas Participações S.A. ("Investminas"). As informações solicitadas incluem a taxa de retorno, investimentos realizados e comprovantes de pagamentos, entre outros. Conforme Comunicado ao Mercado, divulgado em 20 de outubro de 2015, a Companhia informou, no âmbito de notícia veiculada na imprensa sobre a aquisição de participação na Guanhães Energia, que não tem conhecimento de pagamentos a intermediários, sendo que interagiu diretamente com a Investminas Participações S.A. ("Investminas") e Cemig GT, reconhecendo apenas o pagamento realizado à Investminas como vendedora da participação acionária de 51% na Guanhães Energia. A Companhia respondeu aos referidos ofícios tempestivamente e reitera desconhecimento de qualquer irregularidade no processo de aquisição da participação na Guanhães Energia.



### 16.3 Acordo para venda de participações de controladas em conjunto

Conforme divulgado na nota explicativa 6, em 18 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração aprovou a concessão de período de exclusividade à Brasal Energia S.A. visando à potencial operação para a alienação da totalidade da participação de 51% das controladas em conjunto Guanhães Energia S.A. e Lightger S.A.

### 17. IMOBILIZADO

	Consolidado				
	31.12.2020				31.12.2019
	Taxa média anual (%)	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Geração	3,45	2.950.472	(1.935.340)	1.015.132	1.068.768
Transmissão	4,02	58.346	(38.263)	20.083	14.472
Distribuição	4,69	21.251	(20.626)	625	670
Administração	7,96	487.981	(319.623)	168.358	176.631
Comercialização	7,96	19.132	(11.470)	7.662	8.283
<b>EM SERVIÇO</b>		<b>3.537.182</b>	<b>(2.325.322)</b>	<b>1.211.860</b>	<b>1.268.824</b>
Geração		334.455	-	334.455	248.414
Administração		108.900	-	108.900	69.717
<b>EM CURSO</b>		<b>443.355</b>	<b>-</b>	<b>443.355</b>	<b>318.131</b>
<b>TOTAL</b>		<b>3.980.537</b>	<b>(2.325.322)</b>	<b>1.655.215</b>	<b>1.586.955</b>



Segue abaixo a mutação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

	Consolidado				
	Saldos em 31.12.2019	Adições	Baixas	Transferências para serviço	Saldos em 31.12.2020
<b>IMOBILIZADO EM SERVIÇO</b>					
Custo					
Terrenos	104.954	-	-	-	104.954
Reservatório, barragens e adutoras	1.340.729	-	-	-	1.340.729
Edificações, obras civis e benfeitorias	303.747	-	-	260	304.007
Máquinas e equipamentos	1.658.145	-	(1.227)	26.045	1.682.963
Veículos	14.279	-	(51)	-	14.228
Móveis e utensílios	95.426	-	-	217	95.643
Obrigações especiais	(3.096)	-	-	(2.246)	(5.342)
<b>TOTAL DO IMOBILIZADO EM SERVIÇO - CUSTO</b>	<b>3.514.184</b>	<b>-</b>	<b>(1.278)</b>	<b>24.276</b>	<b>3.537.182</b>
<b>(-) Depreciação</b>					
Reservatório, barragens e adutoras	(926.891)	(18.094)	-	-	(944.985)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(198.237)	(5.614)	-	-	(203.851)
Máquinas e equipamentos	(1.022.722)	(55.815)	1.172	-	(1.077.365)
Veículos	(13.484)	(479)	51	-	(13.912)
Móveis e utensílios	(84.359)	(1.270)	-	-	(85.629)
Obrigações especiais	333	87	-	-	420
<b>TOTAL DO IMOBILIZADO EM SERVIÇO - DEPRECIÇÃO</b>	<b>(2.245.360)</b>	<b>(81.185)</b>	<b>1.223</b>	<b>-</b>	<b>(2.325.322)</b>
<b>TOTAL DO IMOBILIZADO EM SERVIÇO</b>	<b>1.268.824</b>	<b>(81.185)</b>	<b>(55)</b>	<b>24.276</b>	<b>1.211.860</b>
<b>IMOBILIZADO EM CURSO</b>					
Terreno	452	102	(102)	(102)	350
Reservatório, barragens e adutoras	14.905	42.621	(186)	(217)	57.123
Edificações, obras civis e benfeitorias	47.352	15.809	(449)	(1.937)	60.775
Máquinas e equipamentos	198.447	98.704	(5.075)	(23.945)	268.131
Veículos	20	30	(20)	-	30
Móveis e utensílios	421	24	-	(321)	124
Estudos e projetos	56.534	292	(4)	-	56.822
Obrigações especiais	-	(2.246)	-	2.246	-
<b>TOTAL DO IMOBILIZADO EM CURSO</b>	<b>318.131</b>	<b>155.336</b>	<b>(5.836)</b>	<b>(24.276)</b>	<b>443.355</b>
<b>TOTAL DO IMOBILIZADO</b>	<b>1.586.955</b>	<b>74.151</b>	<b>(5.891)</b>	<b>-</b>	<b>1.655.215</b>



	Consolidado				Saldos em 31.12.2019
	Saldos em 31.12.2018	Adições	Baixas	Transferências para Serviço	
<b>IMOBILIZADO EM SERVIÇO</b>					
Custo					
Terrenos	104.954	-	-	-	104.954
Reservatório, barragens e adutoras	1.311.338	-	-	29.391	1.340.729
Edificações, obras civis e benfeitorias	300.865	-	(46)	2.928	303.747
Máquinas e equipamentos	1.567.702	-	(1.065)	91.508	1.658.145
Veículos	14.263	-	-	16	14.279
Móveis e utensílios	97.281	-	(1.961)	106	95.426
Obrigações especiais	(3.096)	-	-	-	(3.096)
<b>TOTAL DO IMOBILIZADO EM SERVIÇO - CUSTO</b>	<b>3.393.307</b>	<b>-</b>	<b>(3.072)</b>	<b>123.949</b>	<b>3.514.184</b>
<b>(-) Depreciação</b>					
Reservatório, barragens e adutoras	(908.876)	(18.015)	-	-	(926.891)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(192.261)	(6.022)	46	-	(198.237)
Máquinas e equipamentos	(968.450)	(55.262)	990	-	(1.022.722)
Veículos	(12.978)	(506)	-	-	(13.484)
Móveis e utensílios	(84.977)	(1.343)	1.961	-	(84.359)
Obrigações especiais	246	87	-	-	333
<b>TOTAL DO IMOBILIZADO EM SERVIÇO - DEPRECIAÇÃO</b>	<b>(2.167.296)</b>	<b>(81.061)</b>	<b>2.997</b>	<b>-</b>	<b>(2.245.360)</b>
<b>TOTAL DO IMOBILIZADO EM SERVIÇO</b>	<b>1.226.011</b>	<b>(81.061)</b>	<b>(75)</b>	<b>123.949</b>	<b>1.268.824</b>
<b>IMOBILIZADO EM CURSO</b>					
Terreno	452	-	-	-	452
Reservatório, barragens e adutoras	29.114	3.555	-	(17.764)	14.905
Edificações, obras civis e benfeitorias	39.831	9.981	(328)	(2.132)	47.352
Máquinas e equipamentos	207.985	94.499	-	(104.037)	198.447
Veículos	36	-	-	(16)	20
Móveis e utensílios	406	20	(5)	-	421
Estudos e projetos	56.646	(112)	-	-	56.534
<b>TOTAL DO IMOBILIZADO EM CURSO</b>	<b>334.470</b>	<b>107.943</b>	<b>(333)</b>	<b>(123.949)</b>	<b>318.131</b>
<b>TOTAL DO IMOBILIZADO</b>	<b>1.560.481</b>	<b>26.882</b>	<b>(408)</b>	<b>-</b>	<b>1.586.955</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi incorporado ao ativo imobilizado, a título de capitalização de juros, o montante de R\$745 (R\$1.740 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019), cuja taxa média de capitalização foi de 7,8% ao ano.

### 17.1 Taxas anuais de depreciação:

As principais taxas anuais de depreciação, com base na estimativa da vida útil dos bens, são as seguintes:

GERAÇÃO	%	COMERCIALIZAÇÃO	%	ADMINISTRAÇÃO	%	TRANSMISSÃO	%
Barramento	2,50	Edificações	3,33	Edificações	3,33	Condutor do sistema	2,70
Disjuntor	3,03	Equipamento geral	6,25	Equipamento geral	6,25	Equipamento geral	6,25
Edificações	2,00	Veículos	14,29	Veículos	14,29	Estrutura do sistema	3,13
Equipamentos da tomada d'água	3,70					Religadores	4,00
Estrutura da tomada d'água	2,86						
Gerador	3,33						
Grupo motor - gerador	5,88						
Reserva, barragens e adutoras	2,00						
Sistema de comunicação local	6,67						
Turbina hidráulica	2,50						

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável para os ativos imobilizados em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

Para os ativos imobilizados que não possuem garantia de indenização, os itens são depreciados pelo método linear respeitando a vida útil do bem.



**18. INTANGÍVEL**

	Consolidado			
	31.12.2020			31.12.2019
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Direito de uso da concessão	7.841.097	(5.594.327)	2.246.770	2.599.571
Outros <sup>(a)</sup>	937.323	(877.759)	59.564	119.048
<b>EM SERVIÇO</b>	<b>8.778.420</b>	<b>(6.472.086)</b>	<b>2.306.334</b>	<b>2.718.619</b>
Extensão da concessão - Lei 14.052/2020	433.829	-	433.829	-
Outros <sup>(a)</sup>	158.425	-	158.425	118.296
<b>EM CURSO</b>	<b>592.254</b>	<b>-</b>	<b>592.254</b>	<b>118.296</b>
<b>TOTAL INTANGÍVEL</b>	<b>9.370.674</b>	<b>(6.472.086)</b>	<b>2.898.588</b>	<b>2.836.915</b>

<sup>(a)</sup> Inclui basicamente softwares e licenças

Segue abaixo a mutação do intangível nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

	Consolidado					Saldos em 31.12.2020
	Saldos em 31.12.2019	Adições	Baixas	Transferências entre contas <sup>(a)</sup>	Transferência do ativo de contrato	
<b>EM SERVIÇO</b>						
Direito de uso da concessão	8.450.586	-	(48.995)	(229.764)	316.765	8.488.592
Obrigações especiais - direito de uso da concessão	(645.149)	-	-	8.072	(10.418)	(647.495)
	7.805.437	-	(48.995)	(221.692)	306.347	7.841.097
Outros	1.008.356	-	(721)	18.724	-	1.026.359
Obrigações especiais - outros	(82.486)	-	-	(6.550)	-	(89.036)
	925.870	-	(721)	12.174	-	937.323
<b>TOTAL DO INTANGÍVEL EM SERVIÇO - CUSTO</b>	<b>8.731.307</b>	<b>-</b>	<b>(49.716)</b>	<b>(209.518)</b>	<b>306.347</b>	<b>8.778.420</b>
<b>(-) Amortização</b>						
Direito de uso da concessão	(5.465.497)	(480.064)	32.147	-	-	(5.913.414)
Obrigações especiais - direito de uso da concessão	259.631	59.456	-	-	-	319.087
	(5.205.866)	(420.608)	32.147	-	-	(5.594.327)
Outros	(824.026)	(74.856)	721	-	-	(898.161)
Obrigações especiais - outros	17.204	3.198	-	-	-	20.402
	(806.822)	(71.658)	721	-	-	(877.759)
<b>TOTAL DO INTANGÍVEL EM SERVIÇO - AMORTIZAÇÃO</b>	<b>(6.012.688)</b>	<b>(492.266)</b>	<b>32.868</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(6.472.086)</b>
<b>TOTAL DO INTANGÍVEL EM SERVIÇO</b>	<b>2.718.619</b>	<b>(492.266)</b>	<b>(16.848)</b>	<b>(209.518)</b>	<b>306.347</b>	<b>2.306.334</b>
<b>EM CURSO</b>						
Extensão da concessão	-	433.829	-	-	-	433.829
Outros	118.296	57.429	-	(17.300)	-	158.425
Obrigações especiais - outros	-	(6.550)	-	6.550	-	-
	118.296	484.708	-	(10.750)	-	592.254
<b>TOTAL DO INTANGÍVEL EM CURSO</b>	<b>118.296</b>	<b>484.708</b>	<b>-</b>	<b>(10.750)</b>	<b>-</b>	<b>592.254</b>
<b>TOTAL DO INTANGÍVEL</b>	<b>2.836.915</b>	<b>(7.558)</b>	<b>(16.848)</b>	<b>(220.268)</b>	<b>306.347</b>	<b>2.898.588</b>

<sup>(a)</sup> Transferência para o ativo financeiro da concessão proveniente da bifurcação dos ativos quando da entrada em serviço, conforme IFRIC 12 / ICPC 01 e transferência do ativo financeiro da concessão referente às obrigações especiais, vide nota explicativa 14.



	Consolidado					Saldos em 31.12.2019
	Saldos em 31.12.2018	Adições	Baixas	Transferências entre contas <sup>(a)</sup>	Transferências do ativo de contrato	
<b>EM SERVIÇO</b>						
Direito de uso da concessão	8.383.402	-	(144.570)	(364.094)	575.848	8.450.586
Obrigações especiais - Direito de uso da concessão	(640.234)	-	-	13.576	(18.491)	(645.149)
	7.743.168	-	(144.570)	(350.518)	557.357	7.805.437
Outros	979.902	-	-	28.454	-	1.008.356
Obrigações especiais - Outros	(82.486)	-	-	-	-	(82.486)
	897.416	-	-	28.454	-	925.870
<b>TOTAL DO INTANGÍVEL EM SERVIÇO - CUSTO</b>	<b>8.640.584</b>	<b>-</b>	<b>(144.570)</b>	<b>(322.064)</b>	<b>557.357</b>	<b>8.731.307</b>
<b>(-) Amortização</b>						
Direito de uso da concessão	(5.111.873)	(463.651)	110.027	-	-	(5.465.497)
Obrigações especiais - Direito de uso da concessão	200.731	58.900	-	-	-	259.631
	(4.911.142)	(404.751)	110.027	-	-	(5.205.866)
Outros	(739.434)	(84.592)	-	-	-	(824.026)
Obrigações especiais - Outros	14.037	3.167	-	-	-	17.204
	(725.397)	(81.425)	-	-	-	(806.822)
<b>TOTAL DO INTANGÍVEL EM SERVIÇO - AMORTIZAÇÃO</b>	<b>(5.636.539)</b>	<b>(486.176)</b>	<b>110.027</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(6.012.688)</b>
<b>TOTAL DO INTANGÍVEL EM SERVIÇO</b>	<b>3.004.045</b>	<b>(486.176)</b>	<b>(34.543)</b>	<b>(322.064)</b>	<b>557.357</b>	<b>2.718.619</b>
<b>EM CURSO</b>						
Outros	92.423	53.785	(12)	(27.900)	-	118.296
	92.423	53.785	(12)	(27.900)	-	118.296
<b>TOTAL DO INTANGÍVEL EM CURSO</b>	<b>92.423</b>	<b>53.785</b>	<b>(12)</b>	<b>(27.900)</b>	<b>-</b>	<b>118.296</b>
<b>TOTAL DO INTANGÍVEL</b>	<b>3.096.468</b>	<b>(432.391)</b>	<b>(34.555)</b>	<b>(349.964)</b>	<b>557.357</b>	<b>2.836.915</b>

<sup>(a)</sup> Transferência para o ativo financeiro da concessão proveniente da bifurcação dos ativos quando da entrada em serviço, conforme IFRIC 12 / ICPC 01, vide nota explicativa 14.





## 18.1 Repactuação do GSF na controlada Light Energia

Em 08 de setembro de 2020, foi sancionada a Lei nº 14.052/2020 (“Lei 14.052”), que aprovou as novas condições para a repactuação do risco hidrológico assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). A referida Lei foi regulamentada pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 895 em 1º de dezembro de 2020 (“RN 895”), estabelecendo a metodologia de cálculo das compensações a serem pagas aos geradores hidrelétricos participantes do MRE.

A Lei 14.052 e a regulamentação da ANEEL reconheceram como indevidos o deslocamento hidrelétrico provocado pela geração potencial de energia elétrica dos empreendimentos estruturantes (antecipação da garantia física), restrição ao escoamento de energia por atraso nas obras de transmissão e a geração térmica fora da ordem de mérito (GFOM).

Como resultado da aprovação da nova regulamentação, em Reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de dezembro de 2020, foi aprovada a adesão à repactuação do GSF nos termos estabelecidos pela Lei 14.052/20, regulada pela RN 895, onde, dentre outras, a União exige a liquidação dos saldos de GSF a pagar, a desistência em caráter irrevogável das ações judiciais e, como compensação, será concedida a extensão do prazo de concessão das outorgas pelo período suficiente para a recuperação dos valores compensatórios.

A regulamentação homologada pela ANEEL determinou que a CCEE efetue o cálculo do montante financeiro da compensação em até 90 dias da data da resolução. Os montantes financeiros nos períodos em que a usina hidrelétrica esteve protegida por decisão judicial serão atualizados pelo IPCA, bem como pela taxa de capitalização (Ke) de 9,63% a.a., até o último mês contabilizado pela CCEE de acordo com as regras de comercialização. Nesse mesmo prazo de 90 dias, caberá à CCEE calcular para cada usina participante do MRE os prazos de extensão de outorga nos termos estabelecidos pela Lei 14.052/20.

Como consequência, a Companhia registrou um ativo intangível no montante de R\$433.829 em contrapartida a recuperação de custos de energia elétrica, que equivale a um prazo de extensão de aproximadamente dois anos em seu prazo de concessão, o qual será amortizado pelo método linear até o final do prazo de concessão, ajustado com a extensão a partir da repactuação, cuja efetivação ocorrerá após a homologação da ANEEL. Esse montante representa o valor justo dos valores de ressarcimento que a Companhia tem o direito a receber em 31 de dezembro de 2020, utilizando como base os cálculos efetuados pela CCEE e os parâmetros de atualização dispostos acima. Esses valores estão consistentes com os montantes divulgados pela CCEE no dia 02 de março de 2021.



**19. FORNECEDORES**

	Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019
Comercialização no mercado de curto prazo	2.174.801	1.441.999
Encargos de uso da rede elétrica	130.308	83.502
Energia livre - ressarcimento às geradoras <sup>(a)</sup>	114.121	111.058
Leilões de energia	369.361	336.965
Itaipu binacional	265.699	202.034
UTE Norte Fluminense	192.982	150.163
Materiais e serviços	192.495	220.624
<b>TOTAL</b>	<b>3.439.767</b>	<b>2.546.345</b>

<sup>(a)</sup> A energia livre refere-se a valores a pagar as geradoras de energia elétrica referente às perdas ocorridas no período de racionamento de energia entre junho de 2001 a fevereiro de 2002. A Companhia possui Mandados de Segurança contra os despachos SFF/ANEEL nº 2.517/2010 e SFF/ANEEL nº 1.068/2010, e o montante vem sendo atualizado mensalmente pela SELIC.

**Ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE provocado pelo GSF menor que 1**

Em 31 de dezembro de 2020, a controlada Light Energia possuía um saldo em aberto de R\$1.786.700 (R\$1.231.174 em 31 de dezembro de 2019) na rubrica “comercialização no mercado de curto prazo” referente a liquidação da CCEE decorrente do ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE provocado pelo GSF menor que 1 (vide nota explicativa 35). Conforme mencionado na nota explicativa 9, a Companhia apresenta um saldo a receber de R\$832.021 (R\$574.567 em 31 de dezembro de 2019), resultando em um passivo líquido, em 31 de dezembro de 2020, de R\$954.679 (passivo líquido de R\$656.607, em 31 de dezembro de 2019).

**20. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR**

	Consolidado					
	31.12.2020			31.12.2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a pagar <sup>(a)</sup>	121.554	120.374	241.928	91.778	131.297	223.075
Parcelamento - Lei 11.941/09	23.741	71.399	95.140	23.897	99.163	123.060
PIS e COFINS a pagar	10.754	-	10.754	44.096	118.025	162.121
INSS	390	-	390	400	-	400
Outros	10.486	-	10.486	12.168	-	12.168
<b>TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR</b>	<b>166.925</b>	<b>191.773</b>	<b>358.698</b>	<b>172.339</b>	<b>348.485</b>	<b>520.824</b>
IRRF a pagar	1.533	-	1.533	1.000	-	1.000
Provisão de IRPJ / CSLL	285	-	285	37.108	-	37.108
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A PAGAR</b>	<b>1.818</b>	<b>-</b>	<b>1.818</b>	<b>38.108</b>	<b>-</b>	<b>38.108</b>
<b>TOTAL</b>	<b>168.743</b>	<b>191.773</b>	<b>360.516</b>	<b>210.447</b>	<b>348.485</b>	<b>558.932</b>

<sup>(a)</sup> O ICMS a pagar, registrado no passivo não circulante, é decorrente de faturas parceladas.



**21. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

Financiador	Controlada	Consolidado						
		Circulante			Não circulante		Total	Total
		Principal	Encargos	Total	Principal	Total	31.12.2020	31.12.2019
TN - Par Bond	Light SESA	-	2.612	2.612	202.253	202.253	204.865	158.899
TN - Caução - Par Bond	Light SESA	-	-	-	(194.568)	(194.568)	(194.568)	(143.195)
TN - Discount Bond	Light SESA	-	683	683	141.126	141.126	141.809	110.327
TN - Caução - Discount Bond	Light SESA	-	-	-	(135.265)	(135.265)	(135.265)	(99.959)
4131 Citibank 2019	Light SESA	415.736	351	416.087	-	-	416.087	363.619
Bonds	Light SESA	-	15.510	15.510	1.351.142	1.351.142	1.366.652	1.060.012
4131 Citibank 2019	Light Energia	415.736	321	416.057	-	-	416.057	323.163
Bonds	Light Energia	-	7.755	7.755	675.571	675.571	683.326	530.006
<b>Subtotal - Moeda estrangeira</b>		<b>831.472</b>	<b>27.232</b>	<b>858.704</b>	<b>2.040.259</b>	<b>2.040.259</b>	<b>2.898.963</b>	<b>2.302.872</b>
<b>Custo de captação</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(13.521)</b>	<b>(13.521)</b>	<b>(13.521)</b>	<b>(19.117)</b>
<b>Custos - Moeda estrangeira</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(13.521)</b>	<b>(13.521)</b>	<b>(13.521)</b>	<b>(19.117)</b>
<b>MOEDA ESTRANGEIRA - TOTAL</b>		<b>831.472</b>	<b>27.232</b>	<b>858.704</b>	<b>2.026.738</b>	<b>2.026.738</b>	<b>2.885.442</b>	<b>2.283.755</b>
CCB - IBM 2017	Light SESA	-	-	-	-	-	-	4.091
CCB - IBM 2019	Light SESA	416	-	416	-	-	416	1.373
Leasing IBM	Light SESA	-	-	-	-	-	-	49
BNDES - Capex 2013/14 Sub A	Light SESA	8.309	26	8.335	-	-	8.335	41.684
BNDES - Capex 2013/14 Sub B	Light SESA	5.661	7	5.668	-	-	5.668	27.574
BNDES - Capex 2013/14 Sub C	Light SESA	13.936	131	14.067	37.163	37.163	51.230	65.192
BNDES - Capex 2013/14 Sub D	Light SESA	170	1	171	-	-	171	853
BNDES - Capex 2013/14 Sub E	Light SESA	116	-	116	-	-	116	566
BNDES - Capex 2017/18	Light SESA	42.104	1.791	43.895	182.446	182.446	226.341	268.065
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub A	Light SESA	-	-	-	-	-	-	4.163
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub B	Light SESA	-	-	-	-	-	-	4.164
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub C	Light SESA	-	-	-	-	-	-	3.206
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub D	Light SESA	2.419	8	2.427	-	-	2.427	4.854
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub E	Light SESA	2.432	8	2.440	-	-	2.440	4.882
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub F	Light SESA	1.874	7	1.881	-	-	1.881	3.761
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub G	Light SESA	1.607	7	1.614	3.214	3.214	4.828	6.437
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub H	Light SESA	447	1	448	-	-	448	896
FINEP - Inovação e Pesquisa	Light SESA	23.193	57	23.250	9.664	9.664	32.914	56.147
Nota Promissória - 5ª NP	Light SESA	100.000	8.212	108.212	100.000	100.000	208.212	300.198
FIDC 2018 Série A	Light SESA	189.397	1.003	190.400	557.269	557.269	747.669	921.418
FIDC 2018 Série B	Light SESA	88.251	755	89.006	220.629	220.629	309.635	381.625
CCB Santander Lajes	Light Energia	5.000	35	5.035	13.750	13.750	18.785	-
BNDES - Projeto Lajes - SUB A	Light Energia	-	-	-	-	-	-	11.470
BNDES - Projeto Lajes - SUB B	Light Energia	-	-	-	-	-	-	12.118
BNDES Conecta	Light Conecta	139	1	140	255	255	395	1.072
Fianças bancárias diversas	Light SESA	-	60	60	-	-	60	57
Cotas Subordinadas FIDC	Light SESA	-	-	-	(38.046)	(38.046)	(38.046)	(35.104)
Retenção FIDC	Light SESA	(26.668)	-	(26.668)	-	-	(26.668)	(31.758)
<b>Subtotal - Moeda nacional</b>		<b>458.803</b>	<b>12.110</b>	<b>470.913</b>	<b>1.086.344</b>	<b>1.086.344</b>	<b>1.557.257</b>	<b>2.059.053</b>
<b>Custo de captação</b>		<b>(9.591)</b>	<b>-</b>	<b>(9.591)</b>	<b>(22.379)</b>	<b>(22.379)</b>	<b>(31.970)</b>	<b>(35,583)</b>
<b>Custos - Moeda nacional</b>		<b>(9,591)</b>	<b>-</b>	<b>(9,591)</b>	<b>(22,379)</b>	<b>(22,379)</b>	<b>(31,970)</b>	<b>(35,583)</b>
<b>MOEDA NACIONAL - TOTAL</b>		<b>449,212</b>	<b>12,110</b>	<b>461,322</b>	<b>1,063,965</b>	<b>1,063,965</b>	<b>1,525,287</b>	<b>2,023,470</b>
<b>TOTAL</b>		<b>1.280.684</b>	<b>39.342</b>	<b>1.320.026</b>	<b>3.090.703</b>	<b>3.090.703</b>	<b>4.410.729</b>	<b>4.307.225</b>



Segue quadro abaixo com condições contratuais dos empréstimos e financiamentos existentes em 2020:

Financiador	Controlada	Data de assinatura	Moeda	Taxa de juros a.a. <sup>(a)</sup>	Taxa efetiva <sup>(a)</sup>	Amortização do principal		
						Forma de pagamento	Início	Término
TN - Par Bond	Light SESA	29.04.1996	US\$	USD + 6,00%	6,77%	Única	Abr/2024	Abr/2024
TN - Caução - Par Bond	Light SESA	29.04.1996	US\$	US Treasury	-	Única	Abr/2024	Abr/2024
TN - Discount Bond	Light SESA	29.04.1996	US\$	Libor 6M + 0,8125%	1,07%	Única	Abr/2024	Abr/2024
TN - Caução - Discount Bond	Light SESA	29.04.1996	US\$	US Treasury	-	Única	Abr/2024	Abr/2024
4131 Citibank 2019	Light SESA	05.09.2019	US\$	CDI + 1,50%	4,29%	Anual	Mar/2020	Set/2021
Bonds	Light SESA	03.05.2018	US\$	142,79% do CDI	3,93%	Única	Mai/2023	Mai/2023
4131 Citibank 2019	Light Energia	04.09.2019	US\$	CDI + 1,30%	4,09%	Única	Set/2021	Set/2021
Bonds	Light Energia	03.05.2018	US\$	143,01% do CDI	3,93%	Única	Mai/2023	Mai/2023
CCB - IBM 2017 <sup>(b)</sup> <sup>(c)</sup>	Light SESA	10.01.2017	R\$	CDI + 3,84%	N/A	Trimestral	Jan/2017	Mai/2020
CCB - IBM 2019	Light SESA	09.05.2019	R\$	CDI	2,75%	Mensal	Mai/2019	Mai/2021
Leasing IBM <sup>(c)</sup>	Light SESA	10.11.2016	R\$	CDI	N/A	Mensal	Fev/2017	Fev/2020
BNDES - Capex 2013/14 Sub A <sup>(c)</sup>	Light SESA	28.11.2014	R\$	TJLP + 2,78%	7,33%	Mensal	Abr/2015	Mar/2021
BNDES - Capex 2013/14 Sub B <sup>(c)</sup>	Light SESA	28.11.2014	R\$	SELIC + 2,78%	5,61%	Mensal	Mar/2015	Mar/2021
BNDES - Capex 2013/14 Sub C <sup>(c)</sup>	Light SESA	28.11.2014	R\$	6,00%	6,00%	Mensal	Abr/2015	Ago/2024
BNDES - Capex 2013/14 Sub D	Light SESA	28.11.2014	R\$	TJLP + 2,78%	7,33%	Mensal	Abr/2015	Mar/2021
BNDES - Capex 2013/14 Sub E	Light SESA	28.11.2014	R\$	SELIC + 2,78%	5,61%	Mensal	Abr/2015	Mar/2021
BNDES - Capex 2017/18	Light SESA	28.12.2018	R\$	IPCA + 6,14%	10,93%	Mensal	Jun/2019	Abr/2026
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub A	Light SESA	16.12.2013	R\$	TJLP + 2,58%	7,13%	Mensal	Jan/2015	Dez/2020
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub B	Light SESA	16.12.2013	R\$	TJLP + 3,58%	8,13%	Mensal	Jan/2015	Dez/2020
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub C	Light SESA	16.12.2013	R\$	SELIC + 2,58%	5,40%	Mensal	Jan/2015	Dez/2020
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub D	Light SESA	16.12.2013	R\$	TJLP + 2,58%	7,13%	Mensal	Jan/2016	Dez/2021
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub E	Light SESA	16.12.2013	R\$	TJLP + 3,58%	8,13%	Mensal	Jan/2016	Dez/2021
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub F	Light SESA	16.12.2013	R\$	SELIC + 2,58%	5,40%	Mensal	Jan/2016	Dez/2021
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub G	Light SESA	16.12.2013	R\$	3,50%	3,50%	Mensal	Jan/2016	Dez/2023
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub H	Light SESA	16.12.2013	R\$	TJLP	4,55%	Mensal	Jan/2019	Dez/2021
FINEP - Inovação e Pesquisa	Light SESA	16.04.2014	R\$	4,00%	4,00%	Mensal	Mai/2016	Mai/2022
Nota Promissória - 5ª NP	Light SESA	27.12.2019	R\$	CDI + 1,25%	4,03%	Anual	Dez/2020	Mai/2022
FIDC 2018 Série A	Light SESA	04.04.2018	R\$	CDI + 1,20%	3,98%	Mensal	Jul/2019	Jun/2024
FIDC 2018 Série B	Light SESA	04.04.2018	R\$	IPCA + 5,75%	10,53%	Mensal	Jul/2019	Jun/2024
CCB Santander Lajes	Light Energia	30.09.2020	R\$	CDI + 2,40%	5,22%	Mensal	Out/2020	Set/2024
BNDES - Projeto Lajes - SUB A <sup>(c)</sup>	Light Energia	28.09.2016	R\$	TJLP + 2,95%	N/A	Mensal	Fev/2017	Jan/2026
BNDES - Projeto Lajes - SUB B <sup>(c)</sup>	Light Energia	28.09.2016	R\$	TJLP + 2,95%	N/A	Mensal	Abr/2017	Jan/2026
BNDES Conecta <sup>(b)</sup>	Light Conecta	10.10.2018	R\$	TJLP + 0,53%	5,08%	Mensal	Out/2018	Out/2023

<sup>(a)</sup> Para as dívidas em moeda estrangeira foram considerados os custos em reais, conforme seus respectivos contratos de *swap*.

<sup>(b)</sup> Para essas dívidas foi considerado o custo médio das *tranches* de cada operação.

<sup>(c)</sup> Liquidados ao longo do exercício de 2020.

Além das cauções dos contratos em moeda estrangeira celebrado com o Tesouro Nacional (TN), os empréstimos estão garantidos por (i) avais da Light S.A.; e (ii) recebíveis da controlada Light SESA, no montante de R\$303.886 (R\$436.296 em 31 de dezembro de 2019), dados em garantia para as operações junto ao BNDES. Ainda, foram cedidos direitos creditórios, presentes e futuros, da controlada Light SESA, sendo disponibilizado anualmente o limite máximo de R\$796.320, para constituição do FIDC.

Em 31 de dezembro de 2020, os empréstimos e financiamentos, líquidos do *swap*, tem avais, fianças ou garantias corporativas da Light S.A, emitidas em favor de suas controladas ou controladas em conjunto, no montante de R\$2.329.809 (R\$4.202.864 em 31 de dezembro de 2019).



As parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos consolidados, classificadas no passivo não circulante e sem o custo de captação e os custos com *fees* de *covenants* (*waivers*), têm os seguintes vencimentos:

	Consolidado					
	31.12.2020			31.12.2019		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
2021	-	-	-	480.534	644.912	1.125.446
2022	468.356	-	468.356	463.586	-	463.586
2023	378.687	2.026.713	2.405.400	373.918	1.571.974	1.945.892
2024	183.163	13.546	196.709	184.403	23.179	207.582
2025	42.103	-	42.103	45.968	-	45.968
2026	14.035	-	14.035	14.356	-	14.356
<b>TOTAL</b>	<b>1.086.344</b>	<b>2.040.259</b>	<b>3.126.603</b>	<b>1.562.765</b>	<b>2.240.065</b>	<b>3.802.830</b>

A variação percentual das principais moedas estrangeiras e os percentuais dos principais indicadores, base de atualização dos empréstimos, financiamentos e debêntures, teve o seguinte comportamento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

	31.12.2020	31.12.2019
Varição do exercício		
USD - Dólar Americano	28,9%	4,0%
Acumulado do exercício		
IGP-M	23,1%	7,3%
IPCA	4,5%	4,3%
SELIC	2,8%	5,9%
CDI	2,8%	5,9%
TJLP	4,6%	5,6%

Seguem abaixo as movimentações dos empréstimos e financiamentos consolidados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

	Consolidado		
	Principal	Encargos	Total
<b>SALDO EM 31.12.2018</b>	<b>5.560.790</b>	<b>62.180</b>	<b>5.622.970</b>
Captações	926.535	-	926.535
Varição monetária e cambial	107.088	-	107.088
Encargos financeiros provisionados	-	366.473	366.473
Encargos financeiros pagos	-	(411.600)	(411.600)
Amortização do principal	(2.314.249)	-	(2.314.249)
Custo de captação	(5.435)	-	(5.435)
Amortização do custo de captação	27.385	-	27.385
Cotas Subordinadas e Retenção – FIDC	(22.565)	-	(22.565)
Encargos capitalizados no ativo de contrato e imobilizado	-	10.623	10.623
<b>SALDO EM 31.12.2019</b>	<b>4.279.549</b>	<b>27.676</b>	<b>4.307.225</b>
Captações	20.000	-	20.000
Varição monetária e cambial	652.317	-	652.317
Encargos financeiros provisionados	-	281.634	281.634
Encargos financeiros pagos	-	(284.149)	(284.149)
Amortização do principal	(591.835)	-	(591.835)
Custo de captação	(5.811)	-	(5.811)
Amortização do custo de captação	15.020	-	15.020
Cotas Subordinadas e Retenção – FIDC	2.147	-	2.147
Encargos capitalizados no ativo de contrato e imobilizado	-	14.181	14.181
<b>SALDO EM 31.12.2020</b>	<b>4.371.387</b>	<b>39.342</b>	<b>4.410.729</b>



O montante total do principal está apresentado líquido dos custos com a captação dos empréstimos e custos com *fees* de *covenants* (*waivers*). Estes custos estão detalhados no quadro abaixo:

Financiador	Controlada	Custo Total	Movimentação dos custos						
			Saldo a amortizar em 31.12.2018	Custo	Amortização do custo	Saldo a amortizar em 31.12.2019	Custo	Amortização do custo	Saldo a amortizar em 31.12.2020
BNDES - Capex	Light SESA	5.435	-	5.435	(632)	4.803	-	(758)	4.045
4131 Citibank 2014	Light SESA	4.452	398	-	(398)	-	-	-	-
Nota Promissória - 4ª NP	Light SESA	4.427	340	-	(340)	-	-	-	-
Nota Promissória - 5ª NP	Light SESA	5.811	-	-	-	5.811	(1.826)	-	3.985
Conta Garantida - CEF 2015	Light SESA	1.000	706	-	(706)	-	-	-	-
FIDC 2018	Light SESA	41.032	37.620	-	(6.840)	30.780	-	(6.841)	23.939
<i>Bonds</i>	Light SESA	27.846	24.687	-	(11.978)	12.709	-	(3.720)	8.989
Nota Promissória - 3ª NP	Light Energia	2.887	175	-	(175)	-	-	-	-
Nota Promissória - 4ª NP	Light Energia	1.107	277	-	(277)	-	-	-	-
<i>Bonds</i>	Light Energia	14.037	12.447	-	(6.039)	6.408	-	(1.875)	4.533
<b>TOTAL</b>		<b>108.034</b>	<b>76.650</b>	<b>5.435</b>	<b>(27.385)</b>	<b>54.700</b>	<b>5.811</b>	<b>(15.020)</b>	<b>45.491</b>

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez relacionados a empréstimos e financiamentos é divulgada na nota explicativa 35.

#### *Covenants*

A Companhia possui cláusulas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas em determinados contratos de empréstimos e financiamentos, inclusive vencimento cruzado (*cross default*). O vencimento antecipado só ocorre quando do não atendimento a pelo menos um dos indicadores financeiros em dois trimestres consecutivos ou quatro trimestres intercalados e quando do não cumprimento de determinados *covenants* não financeiros. Os empréstimos com o Citibank, Santander, BNDES e a 5ª Nota Promissória preveem a manutenção de indicadores de dívida líquida/EBITDA e cobertura de juros (*covenants*). Já os *Bonds* possuem cláusulas restritivas por incorrência de dívida (*covenants*). Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia atendeu aos indicadores requeridos contratualmente.



**22. DEBÊNTURES**

Consolidado								
Emissão	Controlada	Circulante			Não circulante		Total	Total
		Principal	Encargos	Total	Principal	Total	31.12.2020	31.12.2019
Debêntures 8ª Emissão	Light SESA	39.151	513	39.664	195.849	195.849	235.513	275.310
Debêntures 9ª Emissão Série A	Light SESA	250.000	962	250.962	-	-	250.962	503.554
Debêntures 9ª Emissão Série B	Light SESA	222.822	4.754	227.576	445.673	445.673	673.249	858.341
Debêntures 10ª Emissão	Light SESA	-	-	-	-	-	-	251.852
Debêntures 12ª Emissão Série 3	Light SESA	-	-	-	-	-	-	60.601
Debêntures 13ª Emissão	Light SESA	-	8.268	8.268	518.868	518.868	527.136	504.289
Debêntures 15ª Emissão Série 1	Light SESA	-	8.338	8.338	584.994	584.994	593.332	567.618
Debêntures 15ª Emissão Série 2	Light SESA	80.000	1.372	81.372	80.000	80.000	161.372	162.362
Debêntures 16ª Emissão Série 1	Light SESA	-	776	776	132.500	132.500	133.276	134.092
Debêntures 16ª Emissão Série 2	Light SESA	-	2.788	2.788	422.950	422.950	425.738	428.344
Debêntures 16ª Emissão Série 3	Light SESA	-	425	425	62.500	62.500	62.925	63.310
Debêntures 17ª Emissão Série 1	Light SESA	-	3.560	3.560	500.400	500.400	503.960	502.397
Debêntures 17ª Emissão Série 2	Light SESA	-	382	382	50.000	50.000	50.382	50.207
Debêntures 17ª Emissão Série 4	Light SESA	-	1.699	1.699	157.015	157.015	158.714	150.699
Debêntures 18ª Emissão	Light SESA	400.000	3.686	403.686	-	-	403.686	-
Debêntures 19ª Emissão	Light SESA	-	12.518	12.518	516.709	516.709	529.227	-
Debêntures 20ª Emissão	Light SESA	-	10.182	10.182	617.979	617.979	628.161	-
Debêntures 3ª Emissão	Light Energia	2.499	33	2.532	12.501	12.501	15.033	17.573
<b>Subtotal - Debêntures</b>		<b>994.472</b>	<b>60.256</b>	<b>1.054.728</b>	<b>4.297.938</b>	<b>4.297.938</b>	<b>5.352.666</b>	<b>4.530.549</b>
Custo de captação		(21.570)	-	(21.570)	(52.001)	(52.001)	(73.571)	(60.119)
Custo fee de covenants		(2.629)	-	(2.629)	(3.226)	(3.226)	(5.855)	(11.115)
<b>Custos - Debêntures</b>		<b>(24.199)</b>	<b>-</b>	<b>(24.199)</b>	<b>(55.227)</b>	<b>(55.227)</b>	<b>(79.426)</b>	<b>(71.234)</b>
<b>TOTAL</b>		<b>970.273</b>	<b>60.256</b>	<b>1.030.529</b>	<b>4.242.711</b>	<b>4.242.711</b>	<b>5.273.240</b>	<b>4.459.315</b>

Segue abaixo quadro com as condições contratuais das debêntures consolidadas existentes em 2020:

Emissão	Controlada	Data de assinatura	Moeda	Taxa de juros a.a	Taxa efetiva	Amortização do principal		
						Forma de pagamento	Início	Término
Debêntures 8ª Emissão	Light SESA	24.08.2012	R\$	CDI + 1,18%	3,96%	Anual	Jun/2015	Jun/2026
Debêntures 9ª Emissão Série A	Light SESA	15.06.2013	R\$	CDI + 1,15%	3,93%	Anual	Mar/2018	Mai/2021
Debêntures 9ª Emissão Série B	Light SESA	15.06.2013	R\$	IPCA + 5,74%	10,52%	Anual	Mai/2020	Mai/2023
Debêntures 10ª Emissão	Light SESA	30.04.2014	R\$	115% CDI	N/A	Anual	Mai/2018	Mai/2020
Debêntures 12ª Emissão Série 3	Light SESA	07.07.2017	R\$	IPCA + 9,09%	N/A	Única	Jul/2020	Jul/2020
Debêntures 13ª Emissão	Light SESA	01.11.2017	R\$	IPCA + 7,44%	12,29%	Única	Out/2022	Out/2022
Debêntures 15ª Emissão Série 1	Light SESA	12.09.2018	R\$	IPCA + 6,83%	11,66%	Anual	Out/2024	Out/2025
Debêntures 15ª Emissão Série 2	Light SESA	12.09.2018	R\$	CDI + 2,20%	5,01%	Anual	Out/2021	Out/2022
Debêntures 16ª Emissão Série 1	Light SESA	26.04.2019	R\$	CDI + 0,90%	3,67%	Única	Abr/2022	Abr/2022
Debêntures 16ª Emissão Série 2	Light SESA	26.04.2019	R\$	CDI + 1,25%	4,03%	Anual	Abr/2023	Abr/2024
Debêntures 16ª Emissão Série 3	Light SESA	26.04.2019	R\$	CDI + 1,35%	4,14%	Única	Abr/2025	Abr/2025
Debêntures 17ª Emissão Série 1	Light SESA	11.10.2019	R\$	CDI + 1,50%	4,29%	Única	Out/2022	Out/2022
Debêntures 17ª Emissão Série 2	Light SESA	11.10.2019	R\$	CDI + 1,75%	4,55%	Anual	Out/2023	Out/2024
Debêntures 17ª Emissão Série 4	Light SESA	11.10.2019	R\$	IPCA + 5,25%	10,00%	Anual	Out/2025	Out/2026
Debêntures 18ª Emissão	Light SESA	09.04.2020	R\$	CDI + 2,51%	5,33%	Única	Abr/2021	Abr/2021
Debêntures 19ª Emissão	Light SESA	15.07.2020	R\$	IPCA + 5,8%	10,58%	Única	Jul/2025	Jul/2025
Debêntures 20ª Emissão	Light SESA	14.08.2020	R\$	IPCA + 5,0867%	9,83%	Única	Ago/2025	Ago/2025
Debêntures 3ª Emissão	Light Energia	24.08.2012	R\$	CDI + 1,18%	3,96%	Anual	Jun/2015	Jun/2026



As principais operações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram:

- Em 15 de abril de 2020, ocorreu a 18ª emissão de debêntures da controlada Light SESA em série única, no montante de R\$400.000, com vencimento em um ano em parcela única e remuneração de CDI + 2,51% a.a. Os recursos obtidos foram destinados ao reforço do capital de giro da Companhia, dentro da gestão ordinária de seus negócios.
- Em 16 de abril de 2020, a controlada Light SESA realizou a recompra das debêntures referente a 10ª emissão no valor de aproximadamente R\$150.000 de principal mais juros devidos. Em 11 de maio a controlada Light SESA quitou o saldo remanescente da mesma operação no valor cerca de R\$100.000 de principal mais juros devidos.
- Em 29 de julho de 2020, foi realizada a 19ª emissão de debêntures da controlada Light SESA em série única no montante de R\$500.000 com vencimento em julho de 2025 em parcela única e remuneração de IPCA + 5,8% a.a. Os recursos obtidos foram integralmente destinados para investimentos relacionados à implementação, expansão, renovação ou melhoria de infraestrutura de distribuição de energia elétrica.
- Em 01 de setembro de 2020, foi realizada a 20ª emissão de debêntures da controlada Light SESA em série única no montante de R\$600.000 com vencimento em agosto de 2025 em parcela única e remuneração de IPCA + 5,0867% a.a. Os recursos obtidos foram integralmente destinados para investimentos relacionados à implementação, expansão, renovação ou melhoria de infraestrutura de distribuição de energia elétrica.

Em 31 de dezembro de 2020, as debêntures da Light S.A tem avais, fianças ou garantias corporativas, emitidas em favor de suas controladas ou controladas em conjunto, no montante de R\$5.352.669 (R\$4.530.549 em 31 de dezembro de 2019).

As parcelas relativas ao principal das debêntures consolidados, classificadas no passivo não circulante e sem o custo de emissão e os custos com *fees de covenants (waivers)*, têm os seguintes vencimentos:

	Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019
2021	-	584.814
2022	1.496.254	1.464.094
2023	501.011	491.340
2024	570.622	557.945
2025	1.609.843	459.075
2026	120.208	116.805
<b>TOTAL</b>	<b>4.297.938</b>	<b>3.674.073</b>





Seguem abaixo as movimentações das debêntures consolidadas ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

	Consolidado		
	Principal	Encargos	Total
<b>SALDO EM 31.12.2018</b>	<b>4.356.101</b>	<b>49.390</b>	<b>4.405.491</b>
Debêntures emitidas	1.317.950	-	1.317.950
Variação monetária	69.707	-	69.707
Encargos financeiros provisionados	-	272.663	272.663
Encargos financeiros pagos	-	(298.229)	(298.229)
Amortização do principal	(1.337.124)	-	(1.337.124)
Custo de emissão	(15.778)	-	(15.778)
Amortização custo de emissão	25.058	-	25.058
Encargos capitalizados no ativo de contrato e imobilizado	-	19.577	19.577
<b>SALDO EM 31.12.2019</b>	<b>4.415.914</b>	<b>43.401</b>	<b>4.459.315</b>
Debêntures emitidas	1.500.000	-	1.500.000
Variação monetária	121.319	-	121.319
Encargos financeiros provisionados	-	222.546	222.546
Encargos financeiros pagos	-	(232.514)	(232.514)
Amortização do principal	(816.057)	-	(816.057)
Custo de emissão	(32.352)	-	(32.352)
Amortização custo de emissão	24.160	-	24.160
Encargos capitalizados no ativo de contrato e imobilizado	-	26.823	26.823
<b>SALDO EM 31.12.2020</b>	<b>5.212.984</b>	<b>60.256</b>	<b>5.273.240</b>

O montante total do principal está apresentado líquido dos custos com a emissão das debêntures e custos com *fees de covenants (waivers)*. Estes custos estão detalhados no quadro abaixo:

Emissão	Controlada	Custo Total	Movimentação dos custos						
			Saldo a amortizar em 31.12.2018	Custo	Amortização do custo	Saldo a amortizar em 31.12.2019	Custo	Amortização do custo	Saldo a amortizar em 31.12.2020
Debêntures 8ª Emissão	Light SESA	5.135	2.418	1.487	(455)	3.450	187	(718)	2.919
Debêntures 9ª Emissão A	Light SESA	14.089	7.863	-	(3.205)	4.658	-	(3.205)	1.453
Debêntures 9ª Emissão B	Light SESA	9.992	6.583	-	(1.480)	5.103	-	(1.481)	3.622
Debêntures 10ª Emissão	Light SESA	12.448	5.867	-	(3.246)	2.621	-	(2.621)	-
Debêntures 12ª Emissão	Light SESA	5.888	2.273	-	(1.436)	837	-	(837)	-
Debêntures 13ª Emissão	Light SESA	23.653	15.546	-	(4.055)	11.491	-	(4.055)	7.436
Debêntures 14ª Emissão	Light SESA	5.626	4.267	-	(4.267)	-	-	-	-
Debêntures 15ª Emissão	Light SESA	37.700	34.066	2.804	(5.063)	31.807	-	(4.924)	26.883
Debêntures 16ª Emissão	Light SESA	3.366	-	3.366	(336)	3.030	-	(568)	2.462
Debêntures 17ª Emissão	Light SESA	8.070	-	8.070	-	8.070	-	(2.408)	5.662
Debêntures 18ª Emissão	Light SESA	3.714	-	-	-	-	3.714	(1.857)	1.857
Debêntures 19ª Emissão	Light SESA	14.949	-	-	-	-	14.950	(773)	14.177
Debêntures 20ª Emissão	Light SESA	13.501	-	-	-	-	13.501	(687)	12.814
Debêntures 2ª Emissão	Light Energia	7.866	739	-	(739)	-	-	-	-
Debêntures 3ª Emissão	Light Energia	403	140	51	(24)	167	-	(26)	141
Debêntures 6ª Emissão	Light Energia	1.640	752	-	(752)	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>		<b>168.040</b>	<b>80.514</b>	<b>15.778</b>	<b>(25.058)</b>	<b>71.234</b>	<b>32.352</b>	<b>(24.160)</b>	<b>79.426</b>

As debêntures da Companhia não são objeto de repactuação programada. A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e liquidez relacionados a debêntures é divulgada na nota explicativa 35.



### Covenants

A Companhia possui cláusulas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas em determinados contratos de debêntures, inclusive vencimento cruzado (*cross default*). O vencimento antecipado só ocorre quando do não atendimento a pelo menos um indicador financeiro em dois trimestres consecutivos ou quatro trimestres intercalados e quando do não cumprimento de determinados *covenants* não financeiros. Todas as emissões de debêntures preveem a manutenção de indicadores de dívida líquida/EBITDA e cobertura de juros (*covenants*). Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia atendeu aos indicadores requeridos conforme os termos das escrituras de emissões das debêntures.

### 23. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS

A Companhia possui processos judiciais e administrativos de natureza fiscal, trabalhista, cível e regulatória em diversas instâncias processuais. A Administração reavalia periodicamente os riscos de contingências relacionados a esses processos e, baseada na opinião de seus assessores legais, constitui provisão para os riscos cujas chances de um desfecho desfavorável são consideradas prováveis e cujos valores são quantificáveis.

Segue abaixo o saldo das provisões, que compreendem as provisões para riscos e as provisões para honorários de êxito:

TOTAL PROVISÕES	Consolidado					
	31.12.2020			31.12.2019		
	Provisão	Honorários de êxito	Total	Provisão	Honorários de êxito	Total
Trabalhistas	99.072	383	99.455	120.914	428	121.342
Cíveis	208.524	84.933	293.457	198.658	91.650	290.308
Fiscais	172.012	30.890	202.902	55.783	28.643	84.426
Regulatórias	50.719	500	51.219	47.124	-	47.124
Outros	500	-	500	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>530.827</b>	<b>116.706</b>	<b>647.533</b>	<b>422.479</b>	<b>120.721</b>	<b>543.200</b>



### 23.1 Provisões para riscos

As provisões para riscos, bem como as movimentações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, estão compostas da seguinte forma:

PROVISÕES PARA PERDAS PROVÁVEIS	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Outros	Total
SALDO EM 31.12.2018	143.789	165.360	53.411	8.957	-	371.517
Adições	5.004	267.188	3.109	66.880	-	342.181
Atualizações	-	6.751	2.637	6.040	-	15.428
Baixas por pagamentos	(12.135)	(230.904)	-	(33.493)	-	(276.532)
Baixas por reversões	(15.744)	(9.737)	(3.374)	(1.260)	-	(30.115)
SALDO EM 31.12.2019	120.914	198.658	55.783	47.124	-	422.479
Adições	26.828	206.758	82.324	13.584	500	329.994
Atualizações	-	6.173	39.672	2.898	-	48.743
Baixas por pagamentos	(6.336)	(199.229)	(5.748)	(12.887)	-	(224.200)
Baixas por reversões	(42.334)	(3.836)	(19)	-	-	(46.189)
SALDO EM 31.12.2020	99.072	208.524	172.012	50.719	500	530.827
Depósitos judiciais em 31.12.2020	14.711	5.276	28.313	-	-	48.300

Em 31 de dezembro de 2020, está registrado em depósitos vinculados a litígios o total de R\$242.132 (R\$272.853 em 31 de dezembro de 2019), dos quais R\$48.300 (R\$30.553 em 31 de dezembro de 2019) referem-se às causas com provisão constituída. Os demais depósitos referem-se a processos cujas probabilidades de perda são possíveis ou remotas. Segue abaixo o saldo dos depósitos judiciais:

Consolidado	31.12.2020	31.12.2019
Trabalhistas	59.842	63.406
Cíveis	111.968	122.115
Fiscais	70.322	87.332
TOTAL	242.132	272.853

Segue abaixo detalhamento das provisões para riscos:

#### 23.1.1 Provisões trabalhistas

Consolidado	Valor provisionado (perda provável)	
	31.12.2020	31.12.2019
Funcionários próprios	53.044	45.023
Funcionários terceirizados	46.028	75.891
TOTAL	99.072	120.914

A provisão para os riscos trabalhistas é feita com base na avaliação dos respectivos advogados patronos, avaliando o risco de perda no decorrer do processo. O valor de provisão referente a empregados próprios oscila em razão do vínculo direto com a Companhia e seus consequentes direitos. No que se refere aos terceirizados, o risco envolve em sua maioria a responsabilidade subsidiária, o que significa que a Companhia só arcará com o pagamento no caso da ausência deste por parte da real empregadora, a empresa terceirizada.



## 23.1.2 Provisões cíveis

Consolidado	Valor provisionado (perda provável)	
	31.12.2020	31.12.2019
Ações Cíveis <sup>(a)</sup>	169.681	144.782
Juizado Especial Cível <sup>(b)</sup>	27.031	31.883
Plano Cruzado <sup>(c)</sup>	11.812	21.993
<b>TOTAL</b>	<b>208.524</b>	<b>198.658</b>

- (a) A provisão para as Ações Cíveis engloba processos quantificáveis, nos quais a Companhia e suas controladas são réis, e que possuem prognóstico de perda provável na avaliação dos respectivos advogados patronos. Grande parte das causas é relacionada a pleitos de danos materiais e morais pela postura ostensiva da empresa no combate às irregularidades na rede, além de questionamentos de valores pagos por consumidores. Dentre os valores provisionados destaca-se a ação indenizatória proposta pela Companhia Siderúrgica Nacional (“CSN”) no último trimestre de 1995, onde a CSN ajuizou a ação 0129629-98.1995.8.19.0001 pleiteando, indenização por danos eventualmente sofridos e lucros cessantes, em razão de oscilações e interrupções no fornecimento de energia elétrica. A ação encontra-se em fase de liquidação de sentença onde a CSN pleiteia o valor atualizado de R\$679.708, valor este impugnado pela Light, em razão de diversos fundamentos, com destaque para (i) o fato da produção da CSN à época ter sido considerada 24 horas por dia 365 dias por ano, não considerando a ociosidade reconhecida do setor; (ii) a CSN não comprovar nos autos os lucros cessantes; (iii) o perito, designado no processo, utilizar premissas de lucro bruto em vez de lucro líquido. A Light contratou parecer de jurista renomado para elucidar seus pontos, de modo que entende que a exposição do risco para a Companhia é de R\$84.697 (R\$79.148 em 31 de dezembro de 2019).
- (b) As ações de Juizado Especial Cível referem-se, em grande parte, a discussões quanto a relações de consumo, tais como cobrança indevida, corte indevido, corte por inadimplência, problemas na rede, irregularidades diversas, reclamação de conta, reclamação de medidor e problemas na transferência de titularidade. Há um limite de 40 salários mínimos para as causas em trâmite perante o Juizado Especial Cível. O provisionamento é feito a partir da separação dos sete principais motivos ofensores para a Companhia, que representam aproximadamente 90,4% do total do estoque de processos.
- (c) São ações movidas contra a controlada Light SESA relativas ao aumento da tarifa de energia elétrica aprovado pelas Portarias n.º 38, de 27 de fevereiro de 1986 e n.º 45, de 04 de março de 1986, publicadas pelo extinto DNAEE - Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, que contrariavam o Decreto-lei n.º 2.283/86 (decreto do Plano Cruzado), o qual previa que todos os preços ficariam congelados. Os autores dessas ações buscam a restituição dos valores supostamente pagos a maior nas faturas de energia elétrica quando da majoração das tarifas da controlada Light SESA no período em que houve o congelamento dos preços.



## 23.1.3 Provisões fiscais

Consolidado	Valor provisionado (perda provável)	
	31.12.2020	31.12.2019
ICMS - Créditos homologados <sup>(a)</sup>	46.232	46.232
ICMS - Ativo fixo <sup>(b)</sup>	92.179	-
Outros	33.601	9.551
<b>TOTAL</b>	<b>172.012</b>	<b>55.783</b>

- (a) A controlada Light SESA provisionou o montante de R\$46.232, relativo a parte do valor autuado em processo por meio do qual o Estado do Rio de Janeiro pretende cobrar ICMS decorrente da utilização supostamente indevida de créditos do imposto, adquiridos pela Light SESA de terceiros, e que haviam sido previamente homologados pela Secretaria Estadual de Fazenda. O débito remonta atualmente a R\$614.338 (R\$609.629 em 31 de dezembro de 2019). Após reavaliação, os assessores jurídicos internos e externos classificaram o valor de R\$42.029, relativo ao principal (imposto), assim como o valor a ele proporcional, relativo aos honorários advocatícios da Procuradoria, no montante de R\$4.203, como sendo perda provável e, todo o restante do valor autuado, relativo a juros, correção monetária e honorários advocatícios proporcionais, como perda remota. O processo administrativo encerrou-se em junho de 2015, com decisão desfavorável à controlada Light SESA, que por sua vez impetrou Mandado de Segurança com vistas a afastar a inscrição de parte do débito em Dívida Ativa do Estado relativa aos juros e correção monetária. A liminar foi deferida, mas posteriormente foi cassada por decisão proferida em sede de Agravo de Instrumento interposto pelo Estado do Rio de Janeiro. Foi ajuizada a Execução Fiscal, tendo a controlada Light SESA apresentado apólice de seguro garantia e, na sequência, foram opostos Embargos à Execução Fiscal. Foi proferida sentença nos autos dos Embargos à Execução Fiscal reconhecendo que devem ser expurgados os encargos moratórios (correção monetária e juros de mora) da Nota de Lançamento lavrada contra a controlada Light SESA. Aguarda-se o julgamento dos Recursos de Apelação interpostos por ambas as partes.
- (b) A controlada Light SESA provisionou o montante de R\$70.525, que atualizados em 31 de dezembro de 2020 somam R\$92.179, referente à discussão relacionada à Lei n° 3.188/99, que, entre outras disposições, em seu artigo 2°, limitou o direito dos contribuintes do ICMS de utilizarem os créditos gerados na aquisição de bens destinados a integrar o ativo fixo. A controlada Light SESA decidiu pelo provisionamento em razão da decisão do STF, que negou provimento ao Recurso Extraordinário. A controlada Light SESA tem a intenção de aderir ao programa de anistia fiscal do Estado do Rio de Janeiro, criado pela Lei Complementar n° 189/2020, para efetuar o pagamento do débito à vista, com a redução de juros e multa.



### 23.1.4 Provisões regulatórias

Nesse tópico, a Companhia descreve as principais contingências regulatórias decorrentes de discussões administrativas com a ANEEL:

- A controlada Light SESA foi autuada pela ANEEL (Auto de Infração nº 01/2019-SFE/ANEEL) em decorrência de fiscalização ocorrida em setembro de 2017, relacionada à qualidade do atendimento comercial para a prestação de serviço adequado, conforme parâmetros estabelecidos na Resolução Normativa nº 414/2010. Foi aplicada multa no valor de R\$52.113, a qual foi reduzida para o montante de R\$47.242, por meio do despacho nº 2.909/2020. Atualmente, aguarda-se a decisão final da Diretoria Colegiada da ANEEL. O montante considerado como perda provável em 31 de dezembro de 2020 é de R\$45.118 (R\$43.907 em 31 de dezembro de 2019).
- A controlada Light SESA foi autuada pela ANEEL (Auto de Infração nº 026/2020-SFE/ANEEL) em decorrência de fiscalização ocorrida em fevereiro de 2020, relacionada aos indicadores de continuidade dos conjuntos de unidades consumidoras, estabelecidos no art. 1º da REA 6.236/2017 e em seu Contrato de Concessão. Foi aplicada multa no valor de R\$21.794, a qual foi reduzida para o montante de R\$16.659, por meio do ofício nº 306/2020 da SFE/ANEEL. Atualmente, aguarda-se decisão final da Diretoria Colegiada da ANEEL. O montante atualizado da provisão em 31 de dezembro de 2020 é de R\$5.120.

### 23.2 Provisões de honorários de êxito

A Administração reavalia periodicamente os processos que possuem honorários de êxito previstos para os assessores jurídicos e, baseada na opinião de seus assessores legais, para o prognóstico de resolução dos processos, constitui provisão para os compromissos de honorários de êxito das causas com prognósticos de perdas possíveis, remotas e excepcionalmente prognóstico provável.

Segue abaixo quadro com a posição e a movimentação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

PROVISÕES PARA HONORÁRIOS DE ÊXITO	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Total
SALDO EM 31.12.2018	574	74.766	29.387	-	104.727
Adições	168	52.922	3.611	-	56.701
Atualizações	-	1.473	898	-	2.371
Baixas por pagamentos	(61)	(26.921)	(1.593)	-	(28.575)
Baixas por reversões	(253)	(10.590)	(3.660)	-	(14.503)
SALDO EM 31.12.2019	428	91.650	28.643	-	120.721
Adições	48	46.164	2.874	500	49.586
Atualizações	-	3.170	2.857	-	6.027
Baixas por pagamentos	(64)	(16.478)	(2.476)	-	(19.018)
Baixas por reversões	(29)	(39.573)	(1.008)	-	(40.610)
SALDO EM 31.12.2020	383	84.933	30.890	500	116.706



## 24. CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui processos judiciais, nos quais a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, acredita que os riscos de perda são possíveis, e por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. As principais contingências com probabilidade de perda possível estão compostas da seguinte forma:

	Consolidado			
	31.12.2020		31.12.2019	
	Saldo	Quantidade de processos <sup>(a)</sup>	Saldo	Quantidade de processos <sup>(a)</sup>
Cíveis	785.414	44.615	763.787	51.605
Trabalhistas	300.529	1.171	331.163	841
Fiscais	8.258.185	775	6.255.377	738
<b>TOTAL</b>	<b>9.344.128</b>	<b>46.561</b>	<b>7.350.327</b>	<b>53.184</b>

<sup>(a)</sup> Não auditado pelos auditores independentes

Estão destacados a seguir os principais motivos das discussões judiciais:

### 24.1 Cíveis

- Irregularidades - O Grupo Light possui diversas ações cíveis onde se discutem irregularidades, substancialmente, decorrentes de perdas comerciais (não técnicas) ocorridas em razão de alteração de medidores, furto de equipamentos, ligações irregulares e ligações clandestinas. As discussões, em sua grande maioria, pautam-se na comprovação da irregularidade e nos valores cobrados pela concessionária em razão da constatação da mesma. Em 31 de dezembro de 2020, o montante referente às ações é de R\$184.385 (R\$228.103 em 31 de dezembro de 2019).
- Faturas - Diversas discussões judiciais tramitam atualmente onde se discutem os valores cobrados pelo Grupo Light para a prestação do serviço, como valores de demanda, valores de consumo, encargos financeiros, taxas, seguros, entre outros. Em 31 de dezembro de 2020, o montante para estas ações é de R\$76.333 (R\$94.575 em 31 de dezembro de 2019).
- Acidentes - A controlada Light SESA figura como ré em ações propostas por vítimas e/ou por sucessores de vítimas de acidentes envolvendo a sua rede de eletricidade e/ou a prestação do serviço, pelas mais diversas causas. Em 31 de dezembro de 2020, o montante referente às ações é de R\$34.466 (R\$23.770 em 31 de dezembro de 2019).



- Interrupção e suspensão - O Grupo Light figura como ré em ações cíveis discutindo a interrupção do serviço, quer seja motivada por caso fortuito ou de força maior, quer seja para fins de intervenção no sistema elétrico, entre outros motivos e, também, suspensão do serviço, quer seja por inadimplência, impedimento de acesso ou substituição do medidor, entre outros fatos ensejadores. Em 31 de dezembro de 2020, o montante referente às ações é de R\$31.408 (R\$33.320 em 31 de dezembro de 2019).
- Equipamentos e redes - O Grupo Light possui discussões judiciais em razão dos medidores eletrônicos por ela utilizados para aferir o consumo de energia. As discussões versam sobre os mais diversos temas, como funcionalidade dos medidores, aprovação pelo órgão metrológico, entre outros e, também, discussões acerca de sua rede, em razão de extensão, remoção ou ainda participação financeira do cliente para instalação da rede. Em 31 de dezembro de 2020, o montante referente às ações é de R\$18.787 (R\$9.258 em 31 de dezembro de 2019).
- No último trimestre de 2011, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) ajuizou a ação 0477418-58.2011.8.19.0001 pleiteando, aproximadamente, R\$100.000 a título de indenização em razão de interrupções ocorridas na sua Unidade Consumidora de Volta Redonda. Destaca-se que, do valor histórico total requerido, R\$88.700 são relativos somente à interrupção ocorrida em 10 de novembro de 2009, que atingiu 40% do território brasileiro e mais de 90% do território paraguaio, o que, por si só, demonstra que suas causas fogem ao âmbito de atuação da Light SESA, como distribuidora de energia elétrica. Ademais, o relatório do ONS concluiu que a origem e causa da referida interrupção foi de responsabilidade de Furnas. Atualmente a ação encontra-se em fase de perícia, com laudo, em linhas gerais, favorável aos interesses da Companhia. Em 31 de dezembro de 2020, a exposição do risco é de R\$94.600 (R\$84.038 em 31 de dezembro de 2019).
- A controlada Light SESA também litiga em ação rescisória 0002731-81.2011.8.19.0000 movida pela CSN, através da qual a siderúrgica visa desconstituir o acórdão proferido nos autos da ação de repetição de indébito nº 1995.001.073862-2, cuja discussão era acerca da legalidade das Portarias nºs 38, de 27 de fevereiro de 1986, e 45, de 04 de março de 1986, editadas pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, que promoveram o reajuste de tarifas de energia elétrica de determinada classe de unidade consumidora, em que a Companhia saiu vencedora. O processo está aguardando julgamento de recurso da controlada Light SESA em trâmite no Superior Tribunal de Justiça. Em 31 de dezembro de 2020, a exposição do risco é de R\$269.436 (R\$235.994 em 31 de dezembro de 2019).





- No último trimestre de 2015, a controlada Light SESA ajuizou ação em face a ANEEL, processo 0067839-37.2015.4.01.3400, visando a anulação dos Despachos números 1.839/2015 e 3.641/2015, ambos proferidos pelo Diretor-Geral da ANEEL. Controvérsia entre a ANEEL e a controlada Light SESA acerca do cálculo dos valores repassados via Conta de Compensação de Variação de Valores dos Itens da "Parcela A" - CVA, relativos à energia comprada pela controlada Light SESA da Usina Termelétrica Norte Fluminense, quando do reajuste tarifário de 2011. A ANEEL entendeu que teria ocorrido repasse a maior de CVA à controlada Light SESA nos anos de 2006, 2007 e 2008, cabendo restituição retroativa aos consumidores de valores supostamente pagos em excesso. Foi proferida sentença julgando procedente o pedido da controlada Light SESA, para (i) declarar a ilegalidade do recálculo retroativo das tarifas praticadas nos anos 2006, 2007 e 2008, pela ausência de equívocos no repasse tarifário da CVA relativo à UTE Norte Fluminense; e (ii) determinar a devolução imediata à controlada Light SESA do montante equivalente ao componente financeiro negativo já aplicado às tarifas dos seus consumidores desde novembro de 2015, devidamente atualizado. Aguarda-se o julgamento do recurso no TRF. Em 31 de dezembro de 2020, a exposição do risco é de R\$37.223 (R\$37.223 em 31 de dezembro de 2019).
- Duas ações cíveis envolvendo o Mecanismo de Realocação de Energia - MRE provocado pelo *Generation Scaling Factor* - GSF. A ação ordinária, movida em conjunto pelas controladas Light Energia e Lightger e pela empresa Aliança Geração de Energia S.A, processo nº 38848-51.2015.4.013400, com o objetivo de questionar a exposição financeira decorrente do ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE provocado pelo GSF menor que 1. Na referida demanda, foi antecipado os efeitos da tutela, determinando à Agência que, até decisão final, abstenha-se de proceder o ajuste do MRE, caso a geração total do MRE seja inferior à garantia física. Foi prolatada sentença favorável na ação sobre o GSF, para limitação do risco hidrológico em 95%, tendo a ANEEL recorrido da referida decisão. O valor do GSF relativo à Light Energia vem sendo devidamente provisionados na rubrica de fornecedores e/ou clientes, em contrapartida ao resultado, embora os pagamentos não estejam sendo realizados em função dos efeitos da referida liminar.

Inobstante a decisão acima, foi necessário, também, o ajuizamento de um Mandado de Segurança, processo nº 1005338-30.2015.4.01.3400, com o objetivo de proteger as controladas Light Energia e Lightger dos efeitos das decisões judiciais que limitam o Fator GSF dos demais agentes. Neste caso foi deferida liminar para que tanto a controlada Light Energia quanto a controlada Lightger não precisassem efetuar o rateio do GSF dos demais agentes.

O Mandado de Segurança foi extinto sem julgamento de mérito, tendo o juízo entendido que a ANEEL não poderia figurar como autoridade coatora. Em razão desta decisão, a Companhia ajuizou nova ação ordinária, processo nº 0032638-47.2016.4.01.3400, com pedido de antecipação de tutela, visando se proteger dos efeitos das liminares dos demais agentes. A tutela antecipada foi deferida de maneira que a Light não poderá sofrer os ônus financeiros de quaisquer decisões judiciais obtidas por outros agentes, já proferidas ou que venham a ser proferidas no curso da ação, independentemente da competência a que se refiram, relativas aos efeitos dos atuais valores de GSF sobre geradores hidrelétricos. Foi prolatada sentença julgando improcedentes os pedidos, tornando sem efeito a decisão que antecipou os efeitos da tutela. Atualmente, aguarda-se o julgamento do recurso de apelação interposto pelas autoras. O prognóstico de perda das referidas ações é possível.



Conforme mencionado na nota explicativa 18.1, a Companhia irá aderir à repactuação do GSF nos termos estabelecidos pela Lei 14.052/20 e consequentemente seguirá com todos os requisitos da referida Lei.

## 24.2 Fiscais

- ICMS perdas comerciais – A controlada Light SESA possui duas autuações fiscais, duas ações Anulatórias, um Mandado de Segurança e uma Execução Fiscal que discutem a cobrança de ICMS, FECP e multa por não recolher o referido tributo diferido em operações anteriores à distribuição de energia elétrica, em razão da ocorrência de perdas comerciais. No primeiro processo administrativo, após a apresentação de impugnação pela controlada Light SESA, a Junta de Revisão Fiscal converteu o julgamento em diligência. Em resposta à diligência, a Fiscalização retificou o Auto de Infração, tendo recalculado os percentuais de incorporação de perdas não técnicas na tarifa em base mensal, restando autuado apenas o ICMS devido pelas perdas não incorporadas à tarifa da distribuidora. Aguarda-se apreciação da Impugnação. A segunda autuação fiscal também aguarda julgamento da Impugnação. A controlada Light SESA obteve sentença favorável no mandado de segurança e nas duas ações anulatórias, que se encontram em fase de recurso. Em 31 de dezembro de 2020, o montante dessa discussão é de R\$761.579 (R\$721.797 em 31 de dezembro de 2019).
- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - perdas comerciais – A controlada Light SESA possui quatro autuações fiscais cobrando IRPJ e CSLL em razão da não adição dos valores de perdas não técnicas ao seu resultado, para fins de apuração do lucro real, sendo que: (i) a primeira autuação foi julgada procedente em parte em decisão de 1ª instância administrativa e o CARF julgou improcedente, por voto de qualidade, o Recurso Voluntário da controlada Light SESA. No momento, aguarda-se o julgamento do recurso da controlada Light SESA; (ii) a segunda autuação foi julgada improcedente em decisão de 1ª instância administrativa e foi objeto de Recurso Voluntário; (iii) a terceira e a quarta autuações, recebidas em outubro e novembro de 2020, respetivamente, aguardam julgamento das impugnações.

A Companhia também possui três outras autuações cobrando PIS e COFINS pela não realização do estorno dos créditos destas contribuições referentes aos valores de perdas não técnicas, sendo que (i) uma das autuações foi julgada improcedente em decisão de 1ª instância administrativa e aguarda julgamento de recurso de ofício; (ii) as outras duas autuações, recebidas em outubro e novembro de 2020, respetivamente, aguardam julgamento das impugnações. Em 31 de dezembro de 2020, o montante dessas discussões, atualmente quantificável, é de R\$5.142.166 (R\$3.018.154 em 31 de dezembro de 2019).



- LIR/LOI - IRPJ/CSLL - A controlada Light SESA possuía Mandado de Segurança em que se discutia a forma de tributação dos lucros das subsidiárias LIR e LOI no exterior, mais especificamente defendia que o IRPJ e CSLL deveriam incidir apenas sobre os lucros e não sobre os resultados positivos de equivalência patrimonial. Para se valer dos benefícios do programa REFIS, a controlada Light SESA desistiu integralmente do Mandado de Segurança e alterou o procedimento para passar a tributar os resultados pelo método de equivalência patrimonial. O Fisco discordou de tal procedimento e autuou a controlada Light SESA quanto aos exercícios de 2004 a 2008, passando a exigir a tributação apenas sobre os lucros. Para o exercício de 2004, foi ajuizada Execução Fiscal, que aguarda o julgamento do recurso da controlada Light SESA. Para o exercício de 2005, houve o encerramento da esfera administrativa desfavoravelmente à controlada Light SESA, que impetrou Mandado de Segurança visando anular o acórdão proferido pelo CARF e obteve liminar para suspender a exigibilidade do débito. Já para os exercícios de 2006 a 2008, houve o encerramento favorável na esfera administrativa para a controlada Light SESA. Em abril de 2014, a controlada Light SESA foi autuada com relação ao exercício de 2009, e aguarda o julgamento do seu recurso especial. Em 31 de dezembro de 2020, o montante dessa discussão é de R\$446.269 (R\$440.322 em 31 de dezembro de 2019).
- IN 86 – A controlada Light SESA foi autuada para a cobrança de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória, relacionada à entrega dos arquivos eletrônicos, no formato previsto na IN nº 86/2001, referentes aos anos-calendário de 2003 a 2005. O Processo Administrativo encerrou-se em julho de 2015, com decisão desfavorável à controlada Light SESA, que impetrou Mandado de Segurança. Proferida sentença julgando procedente o pleito da controlada Light SESA, que foi mantida em sede de recurso de apelação da União. Em 31 de dezembro de 2020, o montante dessa discussão é de R\$465.510 (R\$460.817 em 31 de dezembro de 2019).
- ICMS sobre subvenções do programa federal denominado “Baixa Renda” - A controlada Light SESA possui três ações anulatórias, vinculadas à execuções fiscais, com o objetivo de discutir a incidência de ICMS sobre os valores pagos pela União Federal à controlada Light SESA a título de subvenção econômica, direcionada aos consumidores de energia da subclasse baixa renda. Atualmente, a controlada Light SESA não possui decisão favorável nessas ações anulatórias, sendo que, em duas ações aguarda-se o julgamento do seu Recurso de Apelação e em uma ação aguarda-se julgamento dos agravos apresentados pela controlada Light SESA em face das decisões que inadmitiram o Recurso Especial e o Recurso Extraordinário. Adicionalmente, a controlada Light SESA possui uma discussão administrativa, que possui decisão desfavorável de 1ª e 2ª instâncias (no CARF, o acórdão foi desfavorável em razão do voto de qualidade). Aguarda-se o julgamento do Recurso ao Pleno apresentado pela controlada Light SESA. Em 31 de dezembro de 2020, o montante dessa discussão é de R\$314.212 (R\$309.145 em 31 de dezembro de 2019).



- Despachos decisórios (55 processos) – 54 despachos decisórios proferidos pela Receita Federal em face da controlada Light SESA e 1 despacho decisório em face da Light S.A. para negar homologação a diversos pedidos de compensação realizados pela controlada Light SESA, para a utilização de créditos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL à alegação de que tais créditos seriam indevidos ou insuficientes para abarcar os débitos contra aos quais foram opostos. A controlada Light SESA e a controladora apresentaram manifestações de inconformidade em face aos aludidos Despachos Decisórios. Dois casos foram encerrados favoravelmente à controlada Light SESA. Em 31 de dezembro de 2020, o montante dessas discussões é de R\$213.118 (R\$329.087 em 31 de dezembro de 2019).
- Não homologação de compensações – A controlada Light SESA discute judicialmente a cobrança de supostos débitos de PIS e COFINS, decorrentes da glosa de créditos de mesma natureza realizada pela Receita Federal em 22 Processos Administrativos, decorrentes de compensações realizadas referentes aos períodos de março e abril de 2005, janeiro, fevereiro, março, maio, junho, julho, agosto e setembro de 2006 e janeiro e fevereiro de 2007. A controlada Light SESA aguarda o julgamento dos Embargos à Execução apresentados. Em 31 de dezembro de 2020, o montante dessas discussões é de R\$58.979 (R\$58.206 em 31 de dezembro de 2019).
- TFGE - Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização Ambiental das Atividades de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica de Origem Hidráulica, Térmica e Termo Nuclear. A referida taxa foi instituída pela Lei 7.184/15 do Estado do Rio de Janeiro. A controlada Light Energia, então, impetrou Mandado de Segurança preventivo para não ter que recolher esta taxa. Proferida sentença favorável, que foi objeto de recurso de apelação por parte do Estado do Rio de Janeiro. Em 31 de dezembro de 2020, o montante dessa discussão é de R\$74.710 (R\$59.000 em 31 de dezembro de 2019).
- Não homologação de compensações - CVA - (30 Processos Administrativos) - Não homologação pela Receita Federal de compensações realizadas pela controlada Light SESA com créditos advindos de pagamento indevido ou a maior de PIS e COFINS, notadamente em razão da alteração do momento da tributação do PIS e da COFINS sobre a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA. Apresentadas manifestações de inconformidade ainda pendentes de julgamento. Em 31 de dezembro de 2020, o montante dessas discussões é de R\$273.687 (R\$272.543 em 31 de dezembro de 2019).
- Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal do Estado do Rio de Janeiro (“FEEF”) – A controlada Light SESA foi autuada em razão da ausência de recolhimento, ao Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal do Estado do Rio de Janeiro (“FEEF”), do ICMS correspondente a 10% (dez por cento) dos benefícios fiscais destinados a terceiros, relativamente ao período de dezembro de 2016 a junho de 2017. Apresentada Impugnação, ainda pendente de julgamento. A tese está sendo discutida pela controlada Light SESA por meio de Mandado de Segurança Em 31 de dezembro de 2020, o montante dessa discussão é de R\$45.637 (R\$44.476 em 31 de dezembro de 2019).



### 24.3 Trabalhistas

- Principais pedidos: Os principais pedidos objeto das ações trabalhistas envolvem as seguintes matérias: equiparação salarial e reflexos, horas extras e reflexos, acidente de trabalho, diferença de adicional de periculosidade e dano moral, cujos montantes envolvidos totalizam R\$149.583 (R\$139.534 em 31 de dezembro de 2019).
- Ação Civil Pública Cadastro de Terceiros ("ACP") - 0100742-05.2018.5.01.0081: O Ministério Público do Trabalho alega a existência de suposta restrição na controlada Light SESA que impediria a contratação de ex-empregados terceirizados, desqualificados no passado, e por isso requer pagamento de danos morais, bem como, obrigação de não fazer para que a controlada Light SESA se abstenha de praticar tal ato. Aguardando realização de audiência. Em 31 de dezembro de 2020, o montante referente a esta ACP é de R\$52.366 (R\$52.366 em 31 de dezembro de 2019).

## 25. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

---

As empresas do Grupo Light são patrocinadoras instituidoras da Fundação de Seguridade Social Braslight (Braslight), entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, cuja finalidade é garantir renda de aposentadoria aos empregados do Grupo Light vinculados à Fundação e de pensão aos seus dependentes.

A Braslight foi instituída em abril de 1974 e possui quatro planos - A, B, C e D - implantados em 1975, 1984, 1998 e 2010, respectivamente, tendo o plano C recebido migração de aproximadamente 96% dos participantes ativos dos planos A e B.

Atualmente estão em vigor os Planos A e B do tipo Benefício Definido, C do tipo Benefício Misto e D do tipo Contribuição Definida.

### 25.1 Descrição dos planos

Plano A/B - os benefícios são do tipo "benefício definido" e correspondem à diferença entre um percentual, variável de 80% a 100%, do maior valor entre a média dos últimos 12 e dos últimos 36 salários, atualizados para a data de início do benefício, e o valor do benefício concedido pelo INSS.

Plano C - os benefícios programáveis, durante a fase de capitalização, são do tipo "contribuição definida", sem vinculação com o INSS, e os benefícios de risco (auxílio doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte de participante ativo, inválido e em auxílio doença), bem como os de renda continuada, estes uma vez concedidos, são do tipo "benefício definido". As duas parcelas têm seus patrimônios apurados em quotas.

Ao participante que migrou do Plano A/B para o Plano C foi concedido um benefício saldado de renda vitalícia, com reversão em pensão, proporcional ao tempo de contribuição à Braslight na ocasião de migração, contado de sua última inscrição na Fundação, diferido para recebimento após o mesmo ter completado um conjunto de condições de habilitação. Esta parcela é denominada Subplano de Benefício Definido Saldado do Plano C.



Plano D - aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social - PREVIC/MPS, em 22 de março de 2010, e teve sua primeira contribuição no mês de abril de 2010. Neste plano, os benefícios são do tipo "contribuição definida" antes e após a sua concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi pago pela Companhia, referente à parcela do plano de contribuição definida, o montante de R\$4.529 (R\$3.853 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019).

## 25.2 Avaliação atuarial

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12, a contabilização dos passivos oriundos de benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para atendimento a essa exigência a Companhia e suas controladas contrataram atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, sendo a última efetuada para a data-base de 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconheceu na rubrica de outros resultados abrangentes o montante de R\$3.516 (reconhecido líquido de impostos no montante de R\$1.811) em decorrência da variação da taxa de desconto para o plano AB.

As informações atuariais consolidadas são conforme abaixo:

	Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019
Valor presente das obrigações atuariais	(3.588.295)	(3.583.281)
Valor justo dos ativos do plano	3.624.693	3.603.165
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo	(41.725)	(19.884)
<b>PASSIVO LÍQUIDO</b>	<b>(5.327)</b>	<b>-</b>
Passivo líquido, CVM nº 695/12	(5.327)	-

As mudanças no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

	Consolidado
<b>SALDO EM 31.12.2018</b>	<b>3.190.913</b>
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	273.195
Ganhos atuariais nos ativos do plano	419.425
Contribuições da patrocinadora	473
Contribuições dos participantes	22
Benefícios pagos pelo plano/Companhia	(280.863)
<b>SALDO EM 31.12.2019</b>	<b>3.603.165</b>
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	237.633
Expurgo de saldo de empresa alienada	(4.295)
Ganhos atuariais nos ativos do plano	78.681
Contribuições da patrocinadora	384
Contribuições dos participantes	16
Benefícios pagos pelo plano/Companhia	(290.596)
<b>SALDO EM 31.12.2020</b>	<b>3.624.693</b>



As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	Consolidado
<b>SALDO EM 31.12.2018</b>	<b>3.134.375</b>
Custo do serviço corrente	(79)
Juros sobre a obrigação atuarial	268.111
Contribuições de participantes	22
Perda atuariais reconhecidas	461.715
Benefícios pagos	(280.863)
<b>SALDO EM 31.12.2019</b>	<b>3.583.281</b>
Custo do serviço corrente	(144)
Expurgo de saldo de empresa alienada	(4.272)
Juros sobre a obrigação atuarial	235.943
Contribuições de participantes	16
Perda atuariais reconhecidas	64.067
Benefícios pagos	(290.596)
<b>SALDO EM 31.12.2020</b>	<b>3.588.295</b>

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado, nos grupos de custos e despesas operacionais e resultado financeiro, são como segue:

	Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019
Custo do serviço corrente	(144)	(79)
Juros sobre as obrigações atuariais	235.943	268.111
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	(237.338)	(273.195)
Ajuste de atualização de dívida Braslight	1.539	5.163
<b>CUSTO ESPERADO ESTIMADO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

A estimativa do atuário externo para a despesa a ser reconhecida para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

	2021
Custo do serviço corrente	(357)
Juros sobre as obrigações atuariais	222.610
Juros sobre passivo oneroso	2.788
Rendimento esperado dos ativos do plano	(225.115)
	<b>(74)</b>



As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

	Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019
Renda fixa	75,97%	74,97%
Renda variável	17,93%	18,06%
Investimentos estruturados	2,13%	2,26%
Imóveis	2,76%	3,31%
Empréstimos e financiamentos	1,38%	1,58%
Outros realizáveis	0,03%	0,05%
Provisões contingências	-0,20%	-0,23%
	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

O resultado real sobre os ativos dos planos foi um ganho de R\$78.681 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (ganho de R\$419.425 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019).

A Braslight realiza periodicamente estudos de *Asset Liability Management* (ALM) dos planos de benefícios no intuito de reavaliar a estratégia de alocação dos investimentos frente às obrigações atuariais, com vistas a se proteger das alterações nos preços dos instrumentos financeiros, bem como evitar o descasamento dos fluxos de ativos e passivos, de forma que os recursos estejam disponíveis na data de pagamento dos benefícios e demais obrigações dos planos.

### 25.3 Premissas atuariais

	31.12.2020	31.12.2019
Taxa de juros nominal (desconto) a valor presente do passivo atuarial	6,18% (A/B) e 6,68% (C)	6,66% (A/B) e 7,03% (C)
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	6,18% (A/B) e 6,68% (C)	6,66% (A/B) e 7,03% (C)
Taxa anual de inflação	3,20%	3,60%
Taxa de crescimento salarial nominal	5,78%	6,19%
Índice de reajuste nominal de benefícios concedidos de prestação continuada	3,20%	3,60%
Fator de capacidade	100,00%	98,00%
Taxa rotativa	Nula	Nula
Tábua geral de mortalidade <sup>(a)</sup>	AT - 83/ BR (A/B) e EMS 2010 (C)	AT - 83/ BR (A/B) e EMS 2010 (C)
Tábua de entrada em invalidez (planos A/B)	LIGHT - Fraca*1,20	LIGHT - Fraca*1,30
Tábua de entrada em invalidez (plano C salgado)	LIGHT - Fraca*1,20	LIGHT - Fraca*1,30
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 Masculina	AT-49 Masculina
Participantes ativos	1.159	1.396
Participantes aposentados e pensionistas	5.455	5.501

<sup>(a)</sup> Tábua sem agravamento





## 25.4 Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são a taxa de desconto e a tábua de mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido.

Abaixo estão demonstrados os efeitos na obrigação de benefício definido caso a taxa de desconto fosse 1,00% mais baixa e caso a tábua de mortalidade fosse alterada para a tábua seguinte mais restritiva:

Taxa de desconto nominal (a.a.)	Premissa laudo	Redução de taxa de desconto	Impacto na obrigação do plano
Plano A/B	6,18%	-1,00%	137.624
Plano C	6,68%	-1,00%	239.145

Tabua de mortalidade	Premissa laudo	Alteração de tábua	Impacto na obrigação do plano
Plano A/B	AT-83	AT-2000	28.041
Plano C	EMS 2010	EMS 2010 Segregada por sexo Desagravada em 2 anos	102.500



**26. OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO E ATIVO DE DIREITO DE USO**

Consolidado						
OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO	31.12.2020			31.12.2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Terrenos e imóveis	1.200	1.446	2.646	1.262	2.008	3.270
Máquinas e equipamentos	644	1.403	2.047	935	332	1.267
Veículos	45.384	55.850	101.234	29.349	45.470	74.819
<b>TOTAL</b>	<b>47.228</b>	<b>58.699</b>	<b>105.927</b>	<b>31.546</b>	<b>47.810</b>	<b>79.356</b>

**26.1 Movimentação dos ativos de direito de uso e das obrigações por arrendamento**

Consolidado				
ATIVO DE DIREITO DE USO	Terrenos e imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Em 01 de janeiro de 2019 (adoção inicial)	2.601	2.215	71.811	76.627
Adições de arrendamentos	2.017	-	97.004	99.021
Remensurações	90	-	-	90
Depreciação	(1.513)	(1.001)	(30.575)	(33.089)
Baixa de arrendamentos	(34)	-	(65.894)	(65.928)
<b>SALDO EM 31.12.2019</b>	<b>3.161</b>	<b>1.214</b>	<b>72.346</b>	<b>76.721</b>
Adições de arrendamentos	380	1.731	64.474	66.585
Remensurações	333	38	3.434	3.805
Depreciação	(1.377)	(971)	(37.920)	(40.268)
Baixa de arrendamentos	(7)	-	(5.119)	(5.126)
<b>SALDO EM 31.12.2020</b>	<b>2.490</b>	<b>2.012</b>	<b>97.215</b>	<b>101.717</b>

Consolidado				
OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO	Terrenos e imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Em 01 de janeiro de 2019 (adoção inicial)	2.601	2.215	71.811	76.627
Adições de arrendamentos	2.017	-	97.004	99.021
Remensurações	90	-	-	90
Pagamento da parcela	(1.697)	(1.104)	(34.824)	(37.625)
Despesa de juros	293	156	7.171	7.620
Baixa de arrendamentos	(34)	-	(66.343)	(66.377)
<b>SALDO EM 31.12.2019</b>	<b>3.270</b>	<b>1.267</b>	<b>74.819</b>	<b>79.356</b>
Adições de arrendamentos	380	1.731	64.474	66.585
Remensurações	333	38	3.434	3.805
Pagamento da parcela	(1.586)	(1.076)	(43.318)	(45.980)
Despesa de juros	256	87	6.944	7.287
Baixa de arrendamentos	(7)	-	(5.119)	(5.126)
<b>SALDO EM 31.12.2020</b>	<b>2.646</b>	<b>2.047</b>	<b>101.234</b>	<b>105.927</b>

**26.2 Cronograma de vencimento das obrigações por arrendamento**

OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO	31.12.2020
2021	47.228
2022	23.860
2023	19.732
2024	14.752
Após 2024	355
<b>TOTAL</b>	<b>105.927</b>



A Companhia, em conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2). Essa vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro.

Para atender à orientação das áreas técnicas da CVM, previstas no Ofício-Circular CVM SNC/SEP 02/2019, a Companhia apresenta abaixo os efeitos estimados considerando a inflação futura projetada.

		CONSOLIDADO
<b>ATIVO DE DIREITO DE USO</b>		
Conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16 (fluxo real)		101.717
Com efeito da Inflação (fluxo nominal)		109.781
<b>OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO</b>		
Conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16 (fluxo real)		105.927
Com efeito da Inflação (fluxo nominal)		113.989

## 27. OUTROS DÉBITOS

	Consolidado					
	31.12.2020			31.12.2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	2.789	-	2.789	2.317	-	2.317
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	5.550	-	5.550	4.607	-	4.607
Programa de Eficiência Energética - PEE	179.467	-	179.467	187.149	-	187.149
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	86.676	-	86.676	81.656	-	81.656
Quota de reserva global de reversão - RGR	997	-	997	1.147	-	1.147
Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT	-	-	-	1.077	-	1.077
Encargos regulatórios	275.479	-	275.479	277.953	-	277.953
Adiantamento de clientes	58.975	-	58.975	73.757	-	73.757
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	3.467	-	3.467	2.974	-	2.974
Taxa de iluminação pública	187.678	-	187.678	140.171	-	140.171
Reserva para reversão	-	46.622	46.622	-	54.393	54.393
Restituições consumidores	78.640	-	78.640	74.568	-	74.568
Provisão para demissão voluntária	-	-	-	20.764	-	20.764
Honorários de sucumbência – Acordo com Furnas	36.459	-	36.459	-	-	-
Outros	18.481	3	18.484	9.934	-	9.934
Outros	383.700	46.625	430.325	322.168	54.393	376.561
<b>TOTAL</b>	<b>659.179</b>	<b>46.625</b>	<b>705.804</b>	<b>600.121</b>	<b>54.393</b>	<b>654.514</b>



## 28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Segue abaixo um resumo das transações com partes relacionadas ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

### 28.1 Ativos e receitas

Consolidado								
Grupo do balanço, características do contrato e vínculo	Valor original	Período de vigência	Condições contratuais	Condições de rescisão ou término	Ativo		Receita	
					31.12.2020	31.12.2019	2020	2019
Cliente - Cobrança do encargo de uso de sistema de distribuição da controlada Light SESA com a CEMIG	N/A <sup>(a)</sup>	A partir de nov/2003. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	90	93	1.821	997
Cliente - Cobrança do encargo de uso da rede básica da controlada Light SESA com a controlada em conjunto Lightger	N/A <sup>(a)</sup>	A partir de dez/2010. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	-	31	387	374
Cliente - Cobrança do encargo de uso da rede básica da controlada Light Energia com a CEMIG	N/A <sup>(a)</sup>	A partir de dez/2002	Preço praticado no mercado regulado	N/A	-	14	165	189
Cliente - Cobrança referente a prestação de serviços da controlada Light Energia com a controlada em conjunto Lightger	4.325	dez/2012 a jun/2020	Termos e condições acordados entre as partes	N/A	-	86	403	1.156
Outros créditos - Adiantamento a fornecedores de faturas de energia e indenização operacional em função das alterações promovidas nas condições comerciais da controlada Lightcom com a Renova	N/A	N/A	Termos e condições acordados entre as partes	N/A	-	-	-	59.711
Cliente - Cessão de direitos e obrigações entre a controlada Lightcom e CEMIG	N/A	mar/2019 a dez/2019	Termos e condições acordados entre as partes	N/A	-	-	-	5.517
Cliente - Compromisso de venda de energia elétrica entre CEMIG e a controlada Lightcom	N/A	mar/2019 a dez/2019	Termos e condições acordados entre as partes	N/A	-	772	-	7.863

<sup>(a)</sup> Os contratos de encargo de uso de sistema de distribuição e encargo de uso da rede básica são faturados de acordo com a demanda de energia circulada na rede.

### 28.2 Passivos e despesas

Consolidado								
Grupo do balanço, características do contrato e vínculo	Valor original	Período de vigência	Condições contratuais	Condições de rescisão ou término	Passivo		Despesa	
					31.12.2020	31.12.2019	2020	2019
Fornecedor - Compromisso de compra de energia elétrica da controlada Light SESA com a CEMIG	275.238	jan/2010 a dez/2039	Preço praticado no mercado regulado	30% do saldo remanescente	2.873	4.475	(48.511)	(48.361)
Fornecedor - Compromisso com encargos de uso da rede básica da controlada Light SESA com a CEMIG	N/A <sup>(a)</sup>	A partir de dez/2002. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	2.325	1.426	(21.716)	(16.511)
Fornecedor - Compromisso de compra de energia elétrica da controlada Light Energia com a controlada em conjunto Lightger	217.213	dez/2010 a jun/2028	Termos e condições acordados entre as partes	N/A	2.240	2.100	(23.218)	(21.590)
Outros débitos - Compromisso com serviços de consultoria da controlada Light SESA com a controlada em conjunto Axiom	N/A <sup>(b)</sup>	A partir de dez/2010. Vencimento indeterminado	IGP-M	N/A	1.441	1.698	(14.389)	(15.612)
Plano Previdenciário - Compromisso da controlada Light SESA com a Fundação de Seguridade Social Braslight - Patrocinadora da Fundação	N/A	A partir de dez/2020. Vencimento indeterminado	N/A	N/A	5.327	-	-	-
Fornecedor - Compromisso de compra de energia elétrica entre CEMIG e a controlada Lightcom	N/A	mar/2019 a dez/2019	Termos e condições acordados entre as partes	N/A	-	912	-	(35.793)

<sup>(a)</sup> Os contratos de encargo de uso de sistema de distribuição e encargo de uso da rede básica são faturados de acordo com a demanda de energia circulada na rede.

<sup>(b)</sup> O contrato de serviço é faturado de acordo com a necessidade de horas despendidas no serviço contratado.



Conforme mencionado nas notas explicativas 21 e 22 a Companhia é avalista dos empréstimos de suas controladas. Além disso, quando necessário, poderão existir mútuos entre a Companhia e suas controladas, contudo não foram realizadas transações desta natureza nos exercícios de 2020 e 2019. As transações com partes relacionadas foram efetuadas de acordo com os contratos entres as partes.

### 28.3 Remuneração dos administradores

Os montantes apresentados a seguir referem-se à remuneração da Diretoria, do Conselho de Administração, e do Conselho Fiscal, reconhecidos pelo regime de competência, relativo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Honorários e benefícios de curto prazo	1.362	1.430	11.453	10.413
Bônus	536	523	5.284	5.229
Encargos Sociais	274	383	2.300	3.053
Benefícios pós-emprego	34	50	433	553
Benefícios assistenciais	59	63	1.236	1.199
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	38	245	377	2.453
Remuneração baseada em ações	3.821	2.626	3.821	2.626
<b>TOTAL</b>	<b>6.124</b>	<b>5.320</b>	<b>24.904</b>	<b>25.526</b>

Adicionalmente, a Companhia possui um programa de remuneração baseado em ações destinado aos seus administradores e empregados, conforme descrito na nota explicativa 31.



## 29. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 29.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o capital social da Light S.A. está representado por 303.934.060 (trezentos e três milhões, novecentos e trinta e quatro mil e sessenta) ações ordinárias escriturais e sem valor nominal, sendo o seu capital social de R\$4.100.822, sendo reduzido por gastos com emissão de ações no montante de R\$49.537, totalizando o montante de R\$4.051.285, conforme a seguir:

ACIONISTAS	31.12.2020		31.12.2019	
	Quantidade de ações (unidades)	% Participação	Quantidade de ações (unidades)	% Participação
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	68.621.264	22,58	68.621.263	22,58
Samambaia Master Fundo de Investimento em Ações Investimento no Exterior - BDR Nível 1	53.266.310	17,53	-	-
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	-	-	19.083.308	6,28
Santander PB Fundo de Investimentos em Ações 1	30.602.520	10,07	-	-
Atmos Capital Gestão de Recursos Ltda. Mercado	17.095.597	5,62	-	-
	134.348.369	44,20	216.229.489	71,14
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>303.934.060</b>	<b>100,00</b>	<b>303.934.060</b>	<b>100,00</b>

A Light S.A. é uma Companhia Aberta de controle pulverizado (*"full Corporation"*), sem acordo de acionistas.

A Light S.A. está autorizada a aumentar o seu capital, mediante deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária, até o limite de 408.934.060 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

#### 29.1.1 Alteração da composição acionária

Em 15 de janeiro de 2020, o BNDESPAR comunicou que, entre os dias 26 de dezembro de 2019 e 15 de janeiro de 2020, alienou a totalidade das ações ordinárias que detinha no capital social da Companhia e, portanto, deixou de ser acionista.

Em 16 de janeiro de 2020, o fundo Samambaia Master fundo de investimento em Ações Investimento no Exterior - BDR Nível 1 (*"FIA Samambaia"*) comunicou que passou a deter 22.730.000 (vinte e dois milhões e setecentos e trinta) ações ordinárias, representativas de 7,48% do capital social da Companhia e, em 27 de janeiro de 2020, informou que aumentou sua participação para 10,17%.

Em 17 de abril de 2020, o fundo comunicou que passou a deter 45.621.300 (quarenta e cinco milhões, seiscentos e vinte e um mil e trezentas) ações ordinárias, representativas de 15,01% do capital social da Companhia e, em 09 de junho de 2020, informou que aumentou sua participação para 20,01%.



Em 22 de outubro de 2020, o fundo Samambaia Master fundo de investimento em Ações Investimento no Exterior - BDR Nível 1 ("FIA Samambaia") comunicou que, em razão da alienação de ações, passou a deter 53.266.310 (cinquenta e três milhões, duzentas e sessenta e seis mil e trezentas e dez) ações ordinárias, representativas de 17,53% do capital social da Companhia.

Ademais, na mesma data, Carlos Alberto da Veiga Sicupira comunicou que, foi concluído o registro da operação privada, na qual adquiriu, diretamente, 15.200.000 (quinze milhões e duzentas mil) ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de 5,00% do seu capital social. Adicionalmente, informou que possui indiretamente, por meio de veículos financeiros, 14.898.855 ações ordinárias e derivativos de liquidação exclusivamente financeira referenciados em ações da Companhia, perfazendo o total de 30.098.855 ações, representativas de 9,90% do capital social.

Em 28 de outubro de 2020, a Atmos Capital Gestão de Recursos Ltda. ("Atmos Capital"), informou que passou a deter, direta e indiretamente, 17.095.597 ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente 5,62% do capital social da Companhia.

Em 04 de novembro de 2020, Carlos Alberto da Veiga Sicupira comunicou que, transferiu a totalidade das 15.200.000 (quinze milhões e duzentas mil) ações ordinárias de emissão da Companhia detidas diretamente por ele, representativas de 5,00% do seu capital social. Adicionalmente, informou que possui indiretamente, por meio de veículos financeiros, 30.602.520 (trinta milhões, seiscentas e duas mil e quinhentas e vinte) ações ordinárias e derivativos de liquidação exclusivamente financeira referenciados em ações da Companhia, representativas de 10,07% do capital social.

Também em 04 de novembro de 2020, o Santander PB Fundo de Investimentos em Ações 1 ("Santander PB FIA 1") informou que adquiriu 19.088.600 ações ordinárias de emissão da Companhia, e que, com essa aquisição, o Fundo passou a deter, aproximadamente 10,07% do capital social da Companhia.

## 29.2 Reservas

### 29.2.1 Reservas de capital

A Companhia oferece a seus administradores e a alguns colaboradores indicados pelo Conselho de Administração plano de opção de compra de ações da Companhia. As opções são precificadas pelo valor justo na data de concessão das outorgas, ajustadas a valor presente, e são reconhecidas de forma linear no resultado pelo prazo de concessão da opção em contrapartida ao patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$9.434 é decorrente de opções outorgadas referente ao plano de opções.



## 29.2.2 Reservas de lucro

### Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória e foi constituída à base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até os limites estabelecidos por Lei.

### Reserva de retenção de lucros

Constituída com o lucro líquido remanescente após as destinações com base em orçamento de capital aprovado pelo Conselho de Administração e pelas Assembleias Gerais Ordinárias.

### Reserva especial

Conforme artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório não será obrigatório no exercício social em que a Administração informar à Assembleia geral ordinária ser o pagamento de dividendos incompatível com a situação financeira da Companhia.

Os lucros que deixarem de ser distribuídos serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que o permitir a situação financeira da companhia.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 28 de abril de 2020, foi aprovada a criação da reserva especial com o montante referente aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2019, no montante de R\$315.353.

## 29.3 Ajuste de avaliação patrimonial

São reconhecidos os efeitos do ajuste a valor justo do ativo imobilizado da controlada Light Energia registrado na data de transição da adoção da IFRS em 1º de janeiro de 2009, líquidos de efeitos de impostos diretos, a uma alíquota de 34%. À medida que os itens forem realizados, os valores registrados nessa conta serão transferidos para a conta de lucros ou prejuízos acumulados.

## 29.4 Outros resultados abrangentes

São reconhecidos a equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de controladas em conjunto e ganhos ou perdas atuariais decorrentes de alterações de premissas atuariais, como tábua de mortalidade, taxa de desconto das obrigações e também pelas variações no rendimento dos investimentos dos planos de benefício pós-emprego categorizado como de benefícios definidos. Os montantes apresentados estão líquidos de impostos diretos, quando aplicável, a uma alíquota de 34%. As variações em outros resultados abrangentes relacionadas a ganhos ou perdas atuariais não são reclassificadas para o resultado em períodos subsequentes.





## 29.5 Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Os dividendos propostos originalmente no encerramento de cada um dos exercícios foram calculados como se segue:

CÁLCULO DOS DIVIDENDOS PROPOSTOS	2020	2019
Lucro líquido do exercício	691.922	1.327.803
Constituição de reserva legal (5%)	(34.596)	(66.390)
<b>BASE DE CÁLCULO DOS DIVIDENDOS</b>	<b>657.326</b>	<b>1.261.413</b>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(164.332)	(315.353)
Realização de ajuste avaliação patrimonial	15.633	16.018
<b>LUCROS RETIDOS</b>	<b>508.627</b>	<b>962.078</b>

## 29.6 Resultado por ação

A tabela a seguir concilia o resultado líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, com os montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	691.922	1.327.803
Média ponderada do número de ações ordinárias	303.934.060	245.600.727
<b>LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÕES ORDINÁRIAS EM REAIS</b>	<b>2,2766</b>	<b>5,4063</b>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 não existiam diferenças entre o resultado por ação básico e diluído, uma vez que a Companhia não possuía nenhum instrumento com potencial dilutivo.

## 30. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

O programa de participação nos lucros e resultados, implantado em 1997, é corporativo e está atrelado principalmente ao resultado de lucro líquido e EBITDA consolidado da Companhia. O pagamento é composto por duas partes, sendo uma fixa e outra variável. O Programa vem evoluindo ao longo dos anos de forma a propiciar um maior engajamento dos empregados na melhoria dos resultados operacionais da Companhia e suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo provisionado de participação nos lucros ou resultados da Companhia, na rubrica de obrigações trabalhistas, é de R\$39.610 (R\$33.928 em 31 de dezembro de 2019), com pagamento previsto para o mês de abril de 2021.



### 31. PLANO DE OUTORGA DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

---

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 04 de julho de 2019, foi aprovado o plano de opção de compra de ações da Companhia, destinado aos administradores e empregados da Companhia e de suas controladas. O Plano tem o objetivo de reforçar a retenção dos executivos, alinhar os interesses dos acionistas aos das pessoas elegíveis e criar valor para o negócio de forma sustentável e de longo prazo.

O número total de ações que poderão ser adquiridas ou subscritas no âmbito do Plano de opção não excederá 2,1% das ações representativas do capital social total da Companhia (incluídas as ações a serem emitidas em decorrência do exercício de opções com base no Plano de Opção) na data de aprovação do Plano de opção.

Uma vez exercida a opção pelos interessados, as referidas ações serão objeto de emissão através de aumento do capital da Companhia. As Opções se tornarão exercíveis na medida em que os respectivos beneficiários permanecerem vinculados como administrador ou empregado da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle, pelo período compreendido entre a data de outorga e as datas especificadas abaixo, conforme segue:

- (a) 25% (vinte e cinco por cento) das Opções poderão ser exercidas, no todo ou em parte, após o 1º aniversário da data de outorga;
- (b) 25% (vinte e cinco por cento) das Opções poderão ser exercidas, no todo ou em parte, após o 2º aniversário da data de outorga;
- (c) 25% (vinte e cinco por cento) das Opções poderão ser exercidas, no todo ou em parte, após o 3º aniversário da data de outorga; e
- (d) 25% (vinte e cinco por cento) das Opções poderão ser exercidas, no todo ou em parte, após o 4º aniversário da data de outorga.

As Opções não exercidas após o 1º aniversário da data de outorga poderão ser exercidas nos períodos subsequentes e assim sucessivamente para as Opções não exercidas após os demais aniversários até o prazo máximo de vigência das opções, que será de 5 (cinco) anos a partir da data de outorga.



### 31.1 Preço de exercício das opções

O preço de exercício das Opções outorgadas nos termos do Plano é de R\$20,54, correspondente à média da cotação das ações da Companhia na B3 S.A., ponderada pelo volume de negociação, nos sessenta pregões anteriores a criação do plano.

O preço de exercício será reduzido pelo valor dos dividendos, juros sobre o capital próprio e outros proventos distribuídos pela Companhia aos acionistas ou quaisquer outros valores por ação colocados à disposição dos acionistas pela Companhia, inclusive em função de redução de capital social sem o cancelamento de ações ou qualquer outra operação societária que implique alocação de recursos aos acionistas ou redução do valor da ações, sempre considerado o período compreendido entre a data de outorga e a data do exercício das opções.

### 31.2 Beneficiários

Durante o prazo de um ano contado da data de exercício das Opções, os beneficiários não poderão vender, ceder ou, de qualquer forma, alienar as ações da Companhia originalmente adquiridas ou inscritas ao amparo do Plano, bem como aquelas que venham a ser por eles adquiridas em virtude de bonificações, desdobramentos, subscrições ou qualquer outra forma de aquisição e direitos de subscrição de ações ou quaisquer outros valores mobiliários de emissão da Companhia conversíveis em ações ou que outorguem direito à subscrição de ações ("Lock-Up").

Até 31 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração outorgou 4.282.632 (quatro milhões, duzentos e oitenta e duas mil, seiscentos e trinta e duas) Opções aos beneficiários. Adicionalmente, a Companhia ainda emitiu 454.568 outorgas de *Phanton Options*.

### 31.3 Impactos contábeis

As opções são reconhecidas pelo valor justo, a débito na demonstração do resultado, na rubrica de despesas de pessoal e a crédito no patrimônio líquido, na rubrica de reserva de capital. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi registrado o montante de R\$6.255 (R\$3.179 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019).



**32. RECEITA LÍQUIDA**

	Consolidado	
	2020	2019
Fornecimento, suprimento, receita de uso da rede (Nota 32.1)	17.644.526	18.723.813
(-) Multa por violação de padrão de indicador de continuidade	(26.358)	(38.879)
Mecanismo de venda excedente (MVE)	20.722	-
Arrendamentos, aluguéis e outras	89.522	80.680
Receita de construção	787.778	726.368
Renda de prestação de serviço	12.098	34.984
Subvenção CDE	256.139	269.645
Serviço taxado	3.880	6.464
Valor justo do ativo financeiro da concessão (Nota 14)	242.872	153.267
Recuperação de créditos de PIS e COFINS sobre ICMS (Nota 10.1)	-	1.086.462
Reconhecimento do acordo com Furnas	459.541	-
Receita não faturada - Aportes da CCRBT (Nota 13)	38.643	92.963
Ativos e passivos financeiros do setor (Nota 13)	712.846	(68.885)
<b>RECEITA BRUTA</b>	<b>20.242.209</b>	<b>21.066.882</b>
ICMS	(4.236.636)	(4.415.730)
PIS e COFINS	(1.426.974)	(1.605.923)
Outros	(4.921)	(4.476)
<b>IMPOSTOS SOBRE RECEITA</b>	<b>(5.668.531)</b>	<b>(6.026.129)</b>
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(1.303.788)	(1.448.599)
Reserva Global de Reversão - RGR	(12.865)	(13.613)
Empresa de Pesquisa Energética -EPE	(12.407)	(12.059)
Fundo Nacional de Desenvolvimento - FNDCT	(24.814)	(24.123)
Eficiência Energética - PEE	(46.948)	(49.531)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(24.814)	(24.123)
Outros encargos - PROINFA	(41.392)	(47.919)
Outros encargos	(33.182)	(31.219)
<b>ENCARGOS DO CONSUMIDOR</b>	<b>(1.500.210)</b>	<b>(1.651.186)</b>
<b>TOTAL DAS DEDUÇÕES</b>	<b>(7.168.741)</b>	<b>(7.677.315)</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>13.073.468</b>	<b>13.389.567</b>

**Reconhecimento do Acordo entre a controlada Light SESA e Furnas**

Em 22 de dezembro de 2020, em virtude da celebração do acordo com Furnas, decorrente de uma causa estritamente vinculada à operação da controlada Light SESA, qual seja a cobrança indevida praticada por Furnas no de 1986 a respeito das tarifas de repasses enquanto vigia o congelamento de preços do Plano Cruzado, conforme nota explicativa 12, a controlada Light SESA reconheceu uma receita de R\$496.000 subtraídos os honorários de sucumbência no montante de R\$36.459, conforme nota explicativa 27.

**Recuperação de créditos de PIS e COFINS sobre ICMS**

Em virtude da decisão favorável referente ao processo judicial que reconheceu o direito de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia contabilizou uma receita de R\$1.086.462 referente aos valores dos créditos a serem restituídos de janeiro de 2002 a agosto de 2009, conforme nota explicativa 10.



### 32.1 Fornecimento, suprimento de energia elétrica e receita de uso da rede

	Consolidado					
	N° de contas faturadas (a) (b) (c)		GWh (a)		R\$	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Residencial	3.974.916	4.059.333	8.339	8.414	5.653.851	5.589.932
Industrial	9.152	9.959	477	569	292.155	355.701
Comércio, serviços e outras	320.887	329.735	4.587	5.496	2.960.811	3.571.637
Rural	8.816	8.799	54	55	10.000	9.524
Poder público	12.392	12.062	1.278	1.483	737.625	900.371
Iluminação pública	746	756	764	825	290.878	313.578
Serviço público	1.775	1.722	975	1.028	414.160	448.392
Consumo próprio	449	452	146	116	-	-
Receita de uso da rede	1.224	975	9.083	9.672	1.430.404	1.386.114
<b>FORNECIMENTO FATURADO</b>	<b>4.330.357</b>	<b>4.423.793</b>	<b>25.703</b>	<b>27.658</b>	<b>11.789.884</b>	<b>12.575.249</b>
ICMS	-	-	-	-	4.226.539	4.406.039
Fornecimento não faturado (líquido de ICMS)	-	-	-	-	131.827	88.166
<b>TOTAL FORNECIMENTO</b>	<b>4.330.357</b>	<b>4.423.793</b>	<b>25.703</b>	<b>27.658</b>	<b>16.148.250</b>	<b>17.069.454</b>
Comercialização de energia/outros	-	-	4.541	4.757	1.116.670	1.338.082
ICMS	-	-	-	-	10.097	9.690
Energia de curto prazo	-	-	337	1.478	369.509	306.587
<b>TOTAL SUPRIMENTO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.878</b>	<b>6.235</b>	<b>1.496.276</b>	<b>1.654.359</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4.330.357</b>	<b>4.423.793</b>	<b>30.581</b>	<b>33.893</b>	<b>17.644.526</b>	<b>18.723.813</b>

(a) Não auditado pelos auditores independentes

(b) Número de contas faturadas em dezembro, com e sem consumo

(c) Informações relativas a controlada Light SESA

### 33. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

CUSTOS E DESPESAS	Consolidado					
	Custos com energia		Custos de operação		Despesas gerais e administrativas	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Pessoal e administradores	-	-	(292.102)	(298.958)	(132.415)	(130.861)
Materiais	-	-	(28.231)	(20.787)	(747)	(1.910)
Serviços de terceiros	-	-	(276.076)	(334.290)	(201.518)	(206.533)
Energia elétrica comprada para revenda (nota 33.1)	(7.995.275)	(8.211.044)	-	-	-	-
Depreciação e amortização	-	-	(565.701)	(562.188)	(25.208)	(24.999)
Provisão esperada para crédito de liquidação duvidosa (PECLD) (a)	-	-	-	-	(618.670)	(1.127.169)
Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, depósitos judiciais e PDV	-	-	-	-	(293.425)	(412.641)
Custo de construção	-	-	(787.778)	(726.368)	-	-
Multas financeiras de clientes e fornecedores	-	-	107.248	121.235	-	-
Outras despesas e custos operacionais	-	-	(40.273)	(10.783)	(19.521)	(67.783)
<b>TOTAL</b>	<b>(7.995.275)</b>	<b>(8.211.044)</b>	<b>(1.882.913)</b>	<b>(1.832.139)</b>	<b>(1.291.504)</b>	<b>(1.971.896)</b>

(a) Durante o exercício de 2019, foi realizada uma provisão esperada para crédito de liquidação duvidosa na controlada Lightcom no montante de R\$277.654 tendo em vista a recuperação judicial da Renova Energia e a incerteza do recebimento dos créditos que a controlada Lightcom detinha. Ademais, foi realizada provisão esperada para crédito de liquidação duvidosa na controlada Light SESA no montante de R\$36.834 referente a serviços prestados.



### 33.1 Energia elétrica comprada para revenda

	Consolidado			
	GWh <sup>(a)</sup>		R\$	
	2020	2019	2020	2019
Energia comprada para revenda				
Mercado de curto prazo CCEE	(2.337)	(942)	(633.126)	(1.472.549)
Itaipu – Binacional	4.617	4.610	(1.575.936)	(1.163.939)
UTE Norte Fluminense	6.368	6.352	(2.681.097)	(2.438.378)
Leilão de energia	12.313	10.543	(2.450.221)	(2.670.587)
Cotas de garantia física	6.211	6.384	(678.496)	(655.853)
Cota de nucleares	864	866	(239.857)	(219.232)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos uso da rede básica e ONS	-	-	(1.121.947)	(822.409)
Encargos de conexão - Transmissão	-	-	(72.700)	(70.968)
Encargos uso da rede distribuição - CUSD	-	-	(3.990)	(3.030)
Transporte de energia – Itaipu	-	-	(134.925)	(117.681)
PROINFA	436	459	(133.479)	(171.072)
Crédito de PIS/COFINS sobre compra	-	-	904.382	839.629
ICMS sobre compra <sup>(b)</sup>	-	-	826.117	755.025
<b>TOTAL</b>	<b>28.472</b>	<b>28.272</b>	<b>(7.995.275)</b>	<b>(8.211.044)</b>

<sup>(a)</sup> Não auditado pelos auditores independentes

<sup>(b)</sup> Crédito proveniente do Decreto nº 46.207, no qual o Estado do Rio de Janeiro revogou o diferimento tributário do ICMS sobre compras de máquinas, equipamentos, materiais e gás natural.

### 34. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado	
	2020	2019
<b>RECEITA</b>		
Acréscimo moratório sobre venda de energia	83.585	80.379
Rendimento sobre equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	47.694	80.298
Operações de <i>swap</i>	887.405	205.559
Atualização de depósitos judiciais	4.519	9.624
Atualização de ativos e passivos financeiros do setor (nota 13)	24.849	20.916
Atualização dos créditos de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo (nota 11)	29.171	1.461.190
Outras receitas financeiras	19.445	43.433
<b>TOTAL DAS RECEITAS FINANCEIRAS</b>	<b>1.096.668</b>	<b>1.901.399</b>
<b>DESPESA</b>		
Atualização monetária das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	(54.770)	(17.799)
Despesas com passivos tributários	(8.191)	(12.047)
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(543.360)	(691.579)
Variação cambial e monetária	(773.636)	(176.795)
Variação cambial sobre faturas de energia	(35.279)	596
Atualização monetária sobre o GSF	(359.605)	(39.472)
PIS e COFINS sobre receita financeira	(11.250)	(80.071)
Outras despesas financeiras	(44.237)	(182.618)
<b>TOTAL DAS DESPESAS FINANCEIRAS</b>	<b>(1.830.328)</b>	<b>(1.199.785)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(733.660)</b>	<b>701.614</b>



## 35. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

### 35.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

O quadro abaixo apresenta os valores contábeis e valores justos dos principais ativos e passivos financeiros da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

	Níveis	Controladora			
		31.12.2020		31.12.2019	
		Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo
<b>ATIVOS FINANCEIROS (CIRCULANTE/NÃO CIRCULANTE)</b>					
<b>MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO</b>					
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos (Nota 07)	2	103	103	93	93
Serviços prestados a receber	2	829	829	30	30
Depósitos vinculados a litígios	2	684	684	654	654
Outros créditos	2	755	755	2.272	2.272
<b>MENSURADO A VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO</b>					
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações Financeiras de liquidez imediata (Nota 07)	2	7.642	7.642	71.438	71.438
Titulos e valores mobiliários (Nota 08)	2	70.781	70.781	8.716	8.716
<b>TOTAL</b>		<b>80.794</b>	<b>80.794</b>	<b>83.203</b>	<b>83.203</b>
<b>PASSIVO FINANCEIROS (CIRCULANTE)</b>					
<b>MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO</b>					
Fornecedores	2	136	136	1.017	1.017
Outros débitos	2	386	386	527	527
<b>TOTAL</b>		<b>522</b>	<b>522</b>	<b>1.544</b>	<b>1.544</b>



	Níveis	Consolidado			
		31.12.2020		31.12.2019	
		Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo
<b>ATIVOS FINANCEIROS (CIRCULANTES/NÃO CIRCULANTES)</b>					
<b>MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO</b>					
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos (Nota 07)	2	38.562	38.562	52.453	52.453
Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes (Nota 09)	2	4.270.741	4.270.741	3.649.639	3.649.639
Serviços prestados a receber	2	45.017	45.017	31.349	31.349
Depósitos vinculados a litígios	2	242.132	242.132	272.853	272.853
Ativos financeiros do setor (Nota 13)	3	73.719	73.719	662.067	662.067
Outros créditos (Nota 12)	2	459.400	459.400	259.541	259.541
<b>MENSURADO A VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO</b>					
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata (Nota 07)	2	614.638	614.638	943.885	943.885
Títulos e valores mobiliários (Nota 08)	2	2.436.476	2.436.476	681.690	681.690
Ativo financeiro da concessão (Nota 14)	3	5.197.313	5.197.313	4.748.294	4.748.294
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	2	1.116.503	1.116.503	372.854	372.854
<b>TOTAL</b>		<b>14.494.501</b>	<b>14.494.501</b>	<b>11.674.625</b>	<b>11.674.625</b>
<b>PASSIVO FINANCEIROS (CIRCULANTES/NÃO CIRCULANTES)</b>					
<b>MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO</b>					
Fornecedores (Nota 19)	2	3.439.767	3.439.767	2.546.345	2.546.345
Empréstimos e financiamentos (Nota 21)	2	4.410.729	3.548.796	4.307.225	3.876.866
Debêntures (Nota 22)	2	5.273.240	5.359.474	4.459.315	3.851.055
Obrigações por arrendamento mercantil (Nota 26)	2	105.927	105.927	79.356	79.356
Outros débitos (Nota 27)	2	705.804	705.804	654.514	654.514
<b>MENSURADO A VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO</b>					
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	2	-	-	34.575	34.575
<b>TOTAL</b>		<b>13.935.467</b>	<b>13.159.768</b>	<b>12.081.330</b>	<b>11.042.711</b>

## Métodos e técnicas de avaliação

É importante ressaltar que o valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado pela Administração para produzir a estimativa do valor justo mais adequada.

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Em relação ao ativo financeiro da concessão, classificado como valor justo por meio do resultado, a inclusão no nível 3 se deve ao fato dos fatores relevantes para avaliação a valor justo não serem publicamente observáveis. A movimentação entre os períodos e os respectivos ganhos ou perdas no resultado do período estão evidenciados, assim como as premissas, na nota explicativa 13.





## 35.2 Gerenciamento de riscos e objetivos alcançados

### 35.2.1 Risco de mercado

No curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados a variações cambiais e taxas de juros. Segue abaixo o quadro com a abertura da dívida por moeda e indexador (não inclui encargos financeiros):

	Consolidado			
	31.12.2020		31.12.2019	
	R\$	R\$	R\$	%
USD	2.858.210	29,8	2.261.255	26,0
<b>TOTAL - MOEDA ESTRANGEIRA</b>	<b>2.858.210</b>	<b>29,8</b>	<b>2.261.255</b>	<b>26,0</b>
CDI	3.025.723	31,6	3.456.349	39,7
IPCA	3.597.490	37,6	2.764.480	31,8
TJLP	14.171	0,1	85.867	1,0
Outros	88.777	0,9	127.512	1,5
<b>TOTAL - MOEDA NACIONAL</b>	<b>6.726.161</b>	<b>70,2</b>	<b>6.434.208</b>	<b>74,0</b>
<b>TOTAL</b>	<b>9.584.371</b>	<b>100,0</b>	<b>8.695.463</b>	<b>100,0</b>

Para o montante da dívida em moeda estrangeira, foram contratados instrumentos de derivativos financeiros, na modalidade de *swap*, de acordo com a política para utilização de instrumentos derivativos aprovada pelo Conselho de Administração. Dessa forma, considerando os swaps, a exposição cambial da Companhia relacionada à dívida, em 31 de dezembro de 2020, é de 0,2% do total da dívida em moeda estrangeira (0,31% em 31 de dezembro de 2019).



### 35.2.2 Risco de taxa de câmbio

Para a parte dos empréstimos e financiamentos denominada em moeda estrangeira, a Companhia se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap”) para proteção do serviço associado a tais dívidas (principal mais juros e comissões) a vencer em até 24 meses. As captações realizadas através da Resolução BACEN 4.131 no contrato celebrado com o Citibank e a emissão dos *Bonds* no Mercado Internacional, já foram contratadas com *swap* para todo o prazo da dívida, devidamente pré-aprovadas pelo Conselho de Administração.

Segue abaixo o quadro com a composição das operações de derivativos existentes em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

Instituição	Controlada	Moeda	Light Recebe	Light Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor	Valor	Swap	Swap valor	Valor Justo
							Nocional (R\$)	Nocional (US\$)	(accrual) (R\$)	justo (contábil) (R\$)	x Accrual (R\$)
							31.12.2020	31.12.2020	31.12.2020	31.12.2020	31.12.2020
Citibank	Light SESA	US\$	US\$+Libor3M+1,02%	CDI+1,50%	05.09.2019	08.09.2021	415.736	80.000	(81.552)	(78.204)	3.348
Bradesco ( <i>Bond</i> )	Light SESA	US\$	US\$+7,25 % a.a.	143,10% CDI	03.05.2018	03.05.2023	519.670	100.000	(104.400)	(236.151)	(131.751)
Bradesco ( <i>Bond</i> )	Light SESA	US\$	US\$+7,25 % a.a.	142,48% CDI	03.05.2018	03.05.2023	831.472	160.000	(347.999)	(378.199)	(30.200)
Santander ( <i>Bond</i> )	Light SESA	US\$	US\$+1,27940 % a.a.	18,62% CDI	03.05.2018	03.05.2023	86.433	16.632	(2.256)	(25.750)	(23.494)
Citibank	Light Energia	US\$	US\$+Libor3M+0,91%	CDI+1,30%	05.09.2019	08.09.2021	415.736	80.000	(81.566)	(78.290)	3.276
Itaú ( <i>Bond</i> )	Light Energia	US\$	US\$+7,25 % a.a.	143,10% CDI	03.05.2018	03.05.2023	519.670	100.000	(175.959)	(236.151)	(60.192)
BBM ( <i>Bond</i> )	Light Energia	US\$	US\$+7,25 % a.a.	142,75% CDI	03.05.2018	03.05.2023	155.901	30.000	(52.789)	(70.883)	(18.094)
Santander ( <i>Bond</i> )	Light Energia	US\$	US\$+1,27940 % a.a.	18,62% CDI	03.05.2018	03.05.2023	43.216	8.316	(1.128)	(12.875)	(11.747)
<b>TOTAL</b>							<b>2.987.834</b>	<b>574.948</b>	<b>(847.649)</b>	<b>(1.116.503)</b>	<b>(268.854)</b>

Instituição	Controlada	Moeda	Light Recebe	Light Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor	Valor	Swap	Swap valor	Valor Justo
							Nocional (R\$)	Nocional (US\$)	(accrual) (R\$)	justo (contábil) (R\$)	x Accrual (R\$)
							31.12.2019	31.12.2019	31.12.2019	31.12.2019	31.12.2019
Citibank	Light SESA	US\$	US\$+Libor3M+1,02%	CDI+1,50%	05.09.2019	08.09.2021	362.763	90.000	13.410	18.322	4.912
Bradesco ( <i>Bond</i> )	Light SESA	US\$	US\$+7,25 % a.a.	143,10% CDI	03.05.2018	03.05.2023	403.070	100.000	(33.545)	(89.835)	(56.290)
Bradesco ( <i>Bond</i> )	Light SESA	US\$	US\$+7,25 % a.a.	142,48% CDI	03.05.2018	03.05.2023	644.912	160.000	(112.038)	(144.381)	(32.343)
Santander ( <i>Bond</i> )	Light SESA	US\$	US\$+1,27940 % a.a.	18,62% CDI	03.05.2018	03.05.2023	67.039	16.632	(884)	(14.523)	(13.639)
Citibank	Light Energia	US\$	US\$+Libor3M+0,91%	CDI+1,30%	05.09.2019	08.09.2021	322.456	80.000	11.901	16.253	4.352
Itaú ( <i>Bond</i> )	Light Energia	US\$	US\$+7,25 % a.a.	143,10% CDI	03.05.2018	03.05.2023	403.070	100.000	(55.908)	(89.835)	(33.927)
BBM ( <i>Bond</i> )	Light Energia	US\$	US\$+7,25 % a.a.	142,75% CDI	03.05.2018	03.05.2023	120.921	30.000	(16.775)	(27.019)	(10.244)
Santander ( <i>Bond</i> )	Light Energia	US\$	US\$+1,27940 % a.a.	18,62% CDI	03.05.2018	03.05.2023	33.520	8.316	(442)	(7.261)	(6.819)
<b>TOTAL</b>							<b>2.357.751</b>	<b>584.948</b>	<b>(194.281)</b>	<b>(338.279)</b>	<b>(143.998)</b>

O valor contabilizado encontra-se mensurado pelo seu valor justo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019. Todas as operações com instrumentos financeiros derivativos encontram-se registradas em câmaras de liquidação e custódia e não existe nenhuma margem depositada em garantia. As operações não possuem custo inicial.

A diferença entre o valor na curva (*accrual*) e o valor a mercado se dá pela distinta metodologia de cálculo, pois enquanto o saldo de *swap* na curva é calculado pelo valor do principal mais juros e câmbio atualizados até 31 de dezembro de 2020, o saldo do *swap* a mercado é calculado considerando a curva futura dos indicadores descontada pelo cupom cambial.

Em atendimento às práticas contábeis brasileiras e ao IFRS, o valor dos instrumentos de derivativos é registrado a valor justo, que se aproxima aos valores de mercado.



A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de câmbio, demonstrando os possíveis impactos no resultado financeiro da Companhia. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos saldos patrimoniais estivesse em aberto durante todo o período.

A metodologia utilizada para o “cenário provável” considerou a melhor estimativa da taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2021. Vale lembrar que, por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida em 31 de dezembro de 2020. É importante salientar que o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia, bem como o comportamento dos saldos de dívida e derivativos respeitará seus respectivos contratos.

Análise de sensibilidade da taxa de câmbio, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções da B3 e BNDES em 31 de dezembro de 2020.

OPERAÇÃO	Controlada	Risco	Dívida - US\$ Mil	R\$		
				Cenário provável (I)	Cenário (II) + 25%	Cenário (III) + 50%
<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>				(37.867)	(772.076)	(1.506.282)
TN - Par Bond	Light SESA	US\$	39.422	(2.676)	(54.561)	(106.447)
TN - Caução - Par Bond	Light SESA	US\$	(37.441)	2.542	51.819	101.096
TN - Discount Bond	Light SESA	US\$	27.288	(1.852)	(37.768)	(73.683)
TN - Caução - Discount Bond	Light SESA	US\$	(26.029)	1.767	36.025	70.283
4131 Citibank 2019	Light SESA	US\$	80.068	(5.435)	(110.816)	(216.196)
<i>Bonds</i>	Light SESA	US\$	262.985	(17.852)	(363.978)	(710.103)
4131 Citibank 2019	Light Energia	US\$	80.062	(5.435)	(110.808)	(216.180)
<i>Bonds</i>	Light Energia	US\$	131.492	(8.926)	(181.989)	(355.052)
<b>DERIVATIVOS</b>				37.648	767.589	1.497.532
<i>Swaps de moeda (ponta ativa)</i>	Light SESA	US\$	(343.052)	23.287	474.793	926.300
<i>Swaps de moeda (ponta ativa)</i>	Light Energia	US\$	(211.554)	14.361	292.796	571.232
<b>TOTAL DE PERDA</b>				(219)	(4.487)	(8.750)
Referência para Ativos e Passivos Financeiros					+25%	+50%
Cotação R\$/US\$ (em 31.12.2021)				5,26	6,58	7,90



### 35.2.3 Risco de taxa de juros

Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros não só sobre a despesa financeira associada aos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia, como também sobre as receitas financeiras oriundas de suas aplicações financeiras. A política para utilização de derivativos aprovada pelo Conselho de Administração não compreende a contratação de instrumentos contra esse risco. No entanto, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de forma a avaliar a eventual necessidade de contratar derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas, sendo que, para estes casos, é solicitada aprovação prévia ao Conselho de Administração.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas não possuíam contratos de *swap* de juros em aberto.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de juros, demonstrando os possíveis impactos no resultado antes dos impostos. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos saldos patrimoniais estivesse em aberto durante todo o período.

A metodologia utilizada para o “cenário provável” considerou a melhor estimativa da taxa de juros em 31 de dezembro de 2021. Vale lembrar que por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida e das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2020. É importante salientar que o comportamento dos saldos de dívida e derivativos respeitará seus respectivos contratos, bem como o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia.

Análise de sensibilidade das taxas de juros, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções da B3 e BNDES em 31 de dezembro de 2020.

OPERAÇÃO	Controlada	R\$		
		Cenário provável (I)	Cenário (II) + 25%	Cenário (III) + 50%
<b>ATIVOS FINANCEIROS</b>		17.254	(5.186)	(27.627)
Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários <sup>(a)</sup>		17.254	(5.186)	(27.627)
<b>PASSIVOS FINANCEIROS POR RISCOS</b>		(2.241)	(69.558)	(136.876)
Libor6M	Light SESA	(25)	(123)	(221)
Libor3M	Light SESA	(37)	(287)	(538)
CDI	Light SESA	(3.555)	(26.662)	(49.769)
IPCA	Light SESA	1.459	(41.689)	(84.836)
TJLP	Light SESA	-	(158)	(316)
SELIC	Light SESA	(9)	(65)	(121)
CDI	Light Energia	(38)	(284)	(530)
Libor 3M	Light Energia	(36)	(286)	(536)
TJLP	Light Conecta	-	(4)	(9)
<b>DERIVATIVOS</b>		(2.896)	(21.719)	(40.542)
Swaps de moedas (ponta passiva) <sup>(a)</sup>		(2.896)	(21.719)	(40.542)
<b>TOTAL DE GANHO (PERDA)</b>		12.117	(96.463)	(205.045)
Referência para ATIVOS FINANCEIROS			-25%	-50%
CDI (% em 31.12.2021)		2,86%	2,15%	1,43%
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS			+25%	+50%
CDI (% em 31.12.2021)		2,86%	3,58%	4,29%
TJLP (% em 31.12.2021)		4,55%	5,69%	6,83%
IPCA (% em 31.12.2021)		4,48%	5,60%	6,72%
Selic (% em 31.12.2021)		2,86%	3,58%	4,29%
Libor3M (% em 31.12.2021)		0,24%	0,30%	0,36%
Libor6M (% em 31.12.2021)		0,27%	0,34%	0,41%

<sup>(a)</sup> Inclui as controladas do grupo Light



#### 35.2.4 Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência dos seus consumidores ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia utiliza de todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de clientes inadimplentes em empresas de proteção ao crédito e cobrança judicial. O risco de crédito das contas a receber encontra-se pulverizado considerando a base de clientes da Companhia. Uma análise de redução ao valor recuperável é efetuada a cada data de reporte usando uma matriz de provisão para avaliar as perdas de crédito esperadas. A exposição máxima ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2020 é o valor contábil de cada classe de ativos financeiros divulgada na Nota 9. O Grupo não possui ou mantém ativos que tenham sido dados em garantia por terceiros.

No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. A Companhia possui uma política de não manter a carteira concentrada em uma determinada instituição financeira. Desta forma, a política tem como princípio controlar a concentração da carteira através de limites impostos aos Grupos e acompanhar as instituições financeiras através do seu patrimônio líquido e de seus *ratings*.

Por meio de sua política a Companhia poderá aplicar os recursos em produtos de renda fixa, pós-fixados indexados ao CDI e Títulos públicos pós-fixados.

#### 35.2.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os recursos captados são apresentadas nas notas explicativas 21 e 22.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial, do mercado financeiro e de empresas ligadas, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do acompanhamento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros e de seus limites de indicadores financeiros e cláusulas restritivas (*covenants*).



As notas de crédito (*rating*) atribuídas à Companhia pelas agências de classificação de risco são como seguem:

Ratings	Nacional	Internacional	Data de publicação
Fitch	AA-	BB-	21.01.2021
S&P	AA+	-	15.07.2019
Moody's	A2.br	Ba3	30.09.2020

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa no curto prazo, que são recuperáveis dentro do arcabouço regulatório vigente, e pode impactar em aumentos tarifários futuros. Com a cobrança das bandeiras tarifárias, a Companhia diminui, em parte, uma maior exposição da variação do custo de compra de energia, reduzindo assim, o risco de liquidez.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais, as quais incluem juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, são apresentadas conforme quadro abaixo:

Consolidado				
Instrumentos a taxas de juros:	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Total
Pós Fixadas				
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	(119.629)	(2.597.257)	(7.280.762)	(9.997.648)
Pré-Fixadas				
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	(10.749)	(47.404)	(106.233)	(164.386)
Fornecedores	(3.439.767)	-	-	(3.439.767)
Swap	(52.521)	(157.564)	(906.419)	(1.116.504)
<b>TOTAL</b>	<b>(3.622.666)</b>	<b>(2.802.225)</b>	<b>(8.293.414)</b>	<b>(14.718.305)</b>



### 35.2.6 Risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia

A venda ou compra de energia no mercado de curto prazo (“MCP”) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da controlada Light SESA é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica. O limite regulatório para o repasse integral aos consumidores da exposição ao MCP, valorada pela diferença entre o preço médio de compra de energia da distribuidora e o preço de liquidação de diferenças (PLD) é 105% da energia requerida regulatória da distribuidora. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também, podem ser repassadas integralmente aos consumidores.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Porém os modelos utilizados norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a necessidade de ajustes sobre as previsões.

Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão da necessidade de aquisição de energia com antecedência de até sete anos em relação ao início do suprimento da energia elétrica adquirida e à expectativa de preços futuros. O não atendimento a 100% do mercado poderá ensejar a aplicação de penalidades por insuficiência de contratação, além de não repasse dos custos integrais de compra de energia no Mercado de Curto Prazo às tarifas. As penalidades decorrentes do não atendimento à totalidade do mercado de energia elétrica dos agentes de distribuição não serão aplicáveis na hipótese de exposição contratual involuntária reconhecida pela ANEEL.

Adicionalmente, a ANEEL não repassará os custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, caso o nível de contratação seja superior a cento e cinco por cento (105%) do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição.

Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação (exposição), há instrumentos previstos na regulamentação tais como (i) leilões de ajuste, (ii) MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits) de energia nova e existente, (iii) acordos bilaterais de redução contratual, (iv) venda de energia temporária, (v) opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a migração de clientes ao mercado livre, acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004 e outras variações de mercado, (vi) Mecanismo de Venda de Excedentes e (vii) o reconhecimento de sobrecontratação ou exposição involuntária.



Conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 453, de 18 de outubro de 2011, a eventual exposição ou sobrecontratação involuntária à qual as Distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada às respectivas tarifas. Este repasse deverá ser concedido, desde que os agentes de distribuição utilizem de todos os mecanismos previstos na regulamentação para atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado de energia elétrica.

A diferença não repassada à tarifa do consumidor é absorvida pela concessionária podendo resultar em risco ou oportunidade, dependendo do cenário de preços de energia ao longo do ano.

A controlada Light SESA encerrou o ano de 2016 com um nível de contratação de 106,2%. Conforme regulamentação vigente, o montante de energia que exceder o limite regulatório de 105% e que não seja caracterizado como involuntário é liquidado no mercado de Curto Prazo (mercado SPOT) e as diferenças em relação ao preço médio dos contratos afetam o resultado econômico da distribuidora. Em consequência, não obstante o fato de haver processo na ANEEL para caracterização integral da sobrecontratação da controlada Light SESA em 2016 como involuntária, a Companhia não reconheceu como ativo financeiro do setor, em 31 de dezembro de 2016, o montante de R\$29.500 referente a este possível repasse à tarifa. O valor atualizado, em 31 de dezembro de 2020, é de R\$38.207.

Em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2018, a controlada Light SESA também terminou o ano sobrecontratada, atingindo os percentuais de 106,2% e de 105,1%, respectivamente. No entanto, como o preço SPOT em 2017 e em 2018 ficou acima do preço médio dos contratos da controlada Light SESA, não ocorreu perda econômica.

Em 27 de agosto de 2020, as Superintendências da ANEEL de Gestão Tarifária (SGT) e de Regulação Econômica e Estudos do Mercado (SEM) emitiram o Despacho nº 2.508/2020-SRM-SGT/ANEEL, fundamentado na Nota Técnica nº 97/2020, em que se analisam os critérios empregados no cálculo dos montantes de exposição e sobrecontratação involuntárias das distribuidoras de energia elétrica no biênio 2016/2017.

Considerando a discordância quando às conclusões das áreas técnicas, as quais violaram a legislação vigente, em 10 de setembro de 2020, a controlada Light SESA protocolou pedido de efeito suspensivo em face do Despacho nº 2.508/2020, por entender que os valores apresentados à controlada Light SESA, bem como os critérios empregados pela ANEEL para realização dos cálculos foram equivocados e merecem revisão. De forma semelhante e concomitantemente, a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica ("ABRADEE"), associação da qual a controlada Light SESA faz parte, também interpôs recurso ao ato da ANEEL, restringindo-o ao argumento de a nova interpretação dada pela ANEEL quanto ao princípio do máximo esforço.

Em 13 de outubro de 2020, o Diretor-Geral da ANEEL editou os Despachos nº 2.934 e nº 2.936, negando meramente o pedido de efeito suspensivo solicitado pela ABRADEE e pela controlada Light SESA, respectivamente, com a fundamentação que os quesitos do perigo da demora e dano de difícil reparação não foram cumpridos para concessão do efeito suspensivo.





A administração da Companhia espera que a conclusão desse processo seja favorável e por conta disso entende que nenhum efeito contábil relacionado com o Despacho nº 2.508 deve ser reconhecido nesse exercício e que continuará realizando todos os esforços junto a ANEEL para que, no reajuste do ano de 2021, sejam repassados os montantes financeiros de direito desta distribuidora.

### 35.2.7 Riscos socioambientais

Os riscos socioambientais estão relacionados às questões ambientais, à segurança da força de trabalho e da população, a questões relacionadas aos empregados, a impactos na sociedade e à gestão de fornecedores.

Para mitigar o risco de multas, embargos de empreendimentos, acidentes, ações judiciais e danos à imagem da Companhia, desde 2001 a Companhia possui o Sistema de Gestão Ambiental (SGA), baseado na ISO 14001, que avalia e monitora os aspectos e impactos de seu parque operacional para que a legislação ambiental vigente seja cumprida e os padrões de qualidade ambiental mantidos. Além da certificação na ISO 14001, as usinas hidrelétricas da Companhia possuem certificação nas normas de segurança e saúde ocupacional da OHSAS 18001 e na ISO 9001 de qualidade, formando um Sistema de Gestão Integrado (SGI).

Quanto ao risco de acidentes com a força de trabalho e com a população, relacionado à operação e manutenção de redes de distribuição de energia e de unidades de geração, a Companhia continua investindo prioritariamente na promoção da saúde e na prevenção de acidentes por meio da aplicação de recursos na melhoria de processos e procedimentos, na capacitação e sensibilização de toda a sua força de trabalho. Além disso, são realizadas campanhas de comunicação relacionadas aos riscos da rede elétrica para a população e à importância de se adotar medidas pessoais de segurança.

No que se refere aos benefícios oferecidos pela empresa a seus empregados, além dos planos de previdência privada, administrados pela Braslight, o pacote de benefícios engloba, principalmente, assistência médica e odontológica extensivo aos dependentes, auxílio alimentação/refeição, auxílio alimentação natalino, auxílio-creche, complementação do benefício auxílio doença, auxílio psicopedagógico (para filhos de empregados com necessidade de tratamento neuropsíquico), assistência social e psicológica, seguro de vida e bolsa de estudo de ensino médio técnico do Colégio 1º de Maio, para empregados e seus dependentes.



Frente ao recrudescimento de problemas relacionados à violência na cidade do Rio de Janeiro, a Companhia é impedida de atuar em muitas comunidades, o que impacta diretamente a qualidade do fornecimento de energia. Para mitigar esse problema, a estratégia da Light para chegar até esses clientes, garantindo a segurança de sua equipe, foi o relacionamento com escolas públicas, unidade de saúde e Centros de Referência de Assistência Social ("CRAS"). Por meio da intensificação dos diálogos com esses agentes, a Light pôde conscientizar e disseminar informações sobre consumo consciente da energia, prejuízos causados pelo furto e a Tarifa Social de Energia Elétrica. Outra estratégia que trouxe bons resultados foram os diálogos com líderes de associações de moradores, alunos e professores, clínicas da família e ONGs que já atuam com projetos sociais e culturais nessas comunidades. Excepcionalmente em 2020, como consequência da pandemia da COVID-19, as ações nas escolas foram paralisadas e as ações nas comunidades foram reduzidas. Contudo, a Companhia manteve parceria com os CRAS para ações de sensibilização e cadastramento na Tarifa Social sempre respeitando os protocolos de saúde estabelecidos pelos órgãos públicos competentes.

Para garantir que os fornecedores da Companhia estejam alinhados com as diretrizes relacionadas aos direitos humanos, práticas trabalhistas e redução de impactos na sociedade, inclusive ambientais, adotadas pela Companhia, são estabelecidos critérios de seleção e gestão de fornecedores, que contemplam o cumprimento do estabelecido no Acordo de Responsabilidade Social e no Código de Ética e Conduta Empresarial da Companhia.

#### 35.2.8 Riscos de continuidade da concessão

A Companhia e suas controladas conduzem suas atividades de geração e distribuição de energia elétrica de acordo com contratos de concessão e a legislação do setor elétrico, incluindo todas as resoluções emitidas pela ANEEL.

O quinto aditivo ao contrato de concessão da controlada Light SESA, celebrado em março de 2017 possui cláusulas que condicionam a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da controlada Light SESA, de novos critérios de eficiência com relação à qualidade da prestação do serviço e à sustentabilidade econômico-financeira da referida companhia.

Os critérios de eficiência com relação (i) à qualidade do serviço prestado são mensurados por indicadores que consideram a frequência e a duração média das interrupções do serviço de distribuição de energia, e os limites globais anuais definidos no referido aditivo; e (ii) à gestão econômica e financeira são mensurados por indicadores que consideram o nível de endividamento da companhia e limites os quais estão definidos no referido termo aditivo.

O inadimplemento do critério de qualidade da prestação do serviço será verificado nos casos em que houver o não atendimento dos indicadores por:

- (a) dois anos consecutivos no período entre 2018 e 2021 para o indicador de qualidade do serviço prestado;
- (b) dois anos consecutivos no período entre 2018 e 2019 para o indicador de gestão econômico-financeira;
- (c) especificamente no ano de 2022 para o indicador de qualidade do serviço prestado;
- (d) especificamente no ano de 2020 para o indicador de gestão econômico-financeira;
- (e) por três anos consecutivos a partir de 2021 para o indicador de gestão econômico-financeira; ou
- (f) por três anos consecutivos a partir de 2023 para o indicador de qualidade do serviço prestado.



O descumprimento em função dos itens (a), (b), (c) e (d) acima, implica na instauração de processo administrativo para extinção da concessão, enquanto que o descumprimento em função dos itens (e) e (f), acarreta na abertura de processo de caducidade, no qual se procederá com a apuração da inadimplência da concessionária.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a controlada Light SESA atendeu aos indicadores de qualidade do serviço prestado. Contudo, conforme notificação de 25 de junho de 2019, ANEEL informou a controlada Light SESA sobre o não atendimento aos indicadores econômico-financeiros. A controlada Light SESA divergiu da interpretação da área técnica da ANEEL, visto que foi realizado um aumento de capital nesta controlada, no ano de 2019, em montante superior ao necessário e para o cumprimento do referido indicador, conforme previsto no Quinto Aditivo ao Contrato de Concessão. Em 26 de janeiro de 2021, por meio do Despacho nº173/2021, a ANEEL reconheceu o cumprimento dos indicadores econômico-financeiros.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia atendeu aos critérios de qualidade do serviço prestado e de sustentabilidade econômico-financeira.

Em virtude da pandemia da COVID-19, em 21 de dezembro de 2020, a Diretoria Colegiada da ANEEL decidiu, de forma unânime, pelo provimento da Medida Cautelar apresentada pela controlada Light SESA de modo a afastar as consequências decorrentes de eventual descumprimento do indicador econômico-financeiro previsto para o ano de 2020, nos termos do Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 001/1996.

O reconhecimento da ANEEL decorreu da verificação de que as definições quanto à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, sob discussão no âmbito da Consulta Pública nº 035/2020, são correlacionadas ao cumprimento das cláusulas econômico-financeiras dos contratos de concessão da distribuição.

Desta forma, a ANEEL concedeu o provimento cautelar até a data de conclusão da referida Consulta Pública, ocasião em que restarão definidas as métricas para o reequilíbrio econômico-financeiro das distribuidoras e, conseqüentemente, permitirão que a ANEEL verifique o cumprimento do indicador econômico-financeiro dos contratos de concessão.



### 35.3 Gestão do capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A dívida líquida da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido é apresentada a seguir:

	Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019
Divida de financiamentos, empréstimos e debêntures	9.683.969	8.766.540
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	(1.116.503)	(338.279)
Divida bruta	8.567.466	8.428.261
(-) Caixa e equivalentes de caixa e TVM	3.089.676	1.678.028
Divida líquida (A)	5.477.790	6.750.233
Patrimônio líquido (B)	7.076.212	6.230.544
Percentual de capital de terceiros - % (A÷ (B+A))	44%	52%

## 36. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo Light possuía seguros com cobertura abrangendo seus principais ativos, dentre os quais podemos citar:

Seguro de riscos operacionais - cobre os danos causados às Usinas Hidroelétricas e Termoelétricas, incluindo, mas não limitada a todo seu maquinário, turbinas a vapor, turbinas a gás, geradores, caldeiras, transformadores, canais, túneis, barragens, vertedouros, obras civis, escritórios e depósitos. Todos os ativos estão segurados na modalidade de Riscos Operacionais, com cobertura "All Risks", incluindo-se linhas de transmissão e distribuição até 1.000 pés do local de geração.

Seguro de responsabilidade civil de administradores e diretores (D&O) - tem por objetivo proteger os Executivos por perdas e danos resultantes do exercício das suas funções inerentes ao cargo ou posição como Conselheiros, Diretores e Administradores da Sociedade.

Seguro de responsabilidade civil e geral - objetiva o pagamento de indenização caso a Companhia venha a ser responsabilizada civilmente por meio de sentença transitada em julgado ou acordo autorizado pela seguradora, relativas a reparações por danos materiais e corporais involuntários, causados a terceiros e também aqueles relacionados à poluição, contaminação, vazamentos súbitos e ou acidentais.



Seguro garantia financeira - Comercialização de Energia e Judicial, Seguro Patrimonial - Compreensivo Empresarial (Imóveis Alugados), Seguro de Transporte Internacional - Importação, Seguro Viagem Corporativo e Seguro de Pessoas.

A composição dos principais seguros considerada pela Administração é resumida conforme a seguir:

RISCOS	Data de Vigência		Importância Segurada	Prêmio Líquido
	De	Até		
Directors & Officers (D&O)	10.08.2020	10.08.2021	40.350	210
Responsabilidade civil e geral	31.10.2020	31.10.2021	20.000	650
Riscos operacionais <sup>(a)</sup>	31.10.2020	31.10.2021	7.591.286	4.351

<sup>(a)</sup> Limite Máximo de Responsabilidade (LMR) de R\$300.000 - Indenização

<sup>(a)</sup> Valor total em risco de R\$7.591.286

Os seguros da Companhia não fazem parte do escopo de auditoria dos nossos auditores independentes.

### 37. COMPROMISSOS CONTRATUAIS

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas possuem os seguintes compromissos contratuais relevantes não reconhecidos nas demonstrações contábeis:

#### 37.1 Contratos de venda de energia elétrica gerada

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía compromissos de venda de energia com posição em MW médio, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Ano	Energia convencional contratada Total (MW médio) <sup>(a)</sup>	Energia incentivada contratada Total (MW médio) <sup>(a)</sup>
2021	422,64	24,95
2022	449,64	8,00
2023	449,64	8,00
2024	449,64	8,00
2025	449,64	8,00
2026	449,64	8,00

<sup>(a)</sup> Não auditado pelos auditores independentes



### 37.2 Contratos de compra de energia elétrica

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía compromissos de compra de energia, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Ano	Mw médio Contrato bilateral <sup>(a)</sup>	Mw médio Itaipu <sup>(a)</sup>	Mw médio PROINFA <sup>(a)</sup>	Mw médio Leilões de Energia <sup>(a)</sup>	Mw médio Total Contratos <sup>(a)</sup>
2021	725	515	47	2.038	3.325
2022	725	515	47	2.130	3.417
2023	725	507	47	2.183	3.462
2024	679	500	47	2.336	3.562
2025	-	500	47	2.336	2.883
2026	-	500	47	2.336	2.883
2027	-	500	47	2.336	2.883
2028	-	500	47	2.336	2.883
2029	-	500	47	2.336	2.883
2030	-	500	47	2.336	2.883

<sup>(a)</sup> Não auditado pelos auditores independentes

### 38. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Companhia e suas controladas realizaram atividades de investimento e financiamento que não envolveram caixa, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	2020	2019
Aquisição de ativo intangível em contrapartida a fornecedor	11.450	45.274
Repactuação do GSF na Light Energia - Lei 14.052/2020	433.829	-
Receitas relativas à construção de ativos próprios (DVA)	885.064	793.332



### 39. EVENTOS SUBSEQUENTES

#### 39.1 Oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias ("Follow-on")

Em 22 de janeiro de 2021, encerrou-se a oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações") realizada em conformidade com os procedimentos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários

No âmbito da Oferta Pública, foram colocadas (i) 68.621.264 de novas ações de emissão da Companhia ("Oferta primária"), com o consequente aumento do capital social da Companhia no montante de R\$1.372.425, e (ii) 68.621.264 de ações de emissão da Companhia e de titularidade da CEMIG ("Oferta secundária"), ao preço por ação de R\$20,00.

Em razão do aumento do capital social da Companhia no âmbito da oferta restrita, o novo capital social da Companhia passará a ser de R\$5.473.247, dividido em 372.555.324 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Com o encerramento da oferta pública, a posição acionária da Companhia passou a ser:

ACIONISTAS	% Participação
Samambaia Master Fundo de Investimento em Ações Investimento no Exterior - BDR Nivel 1	20,01
Santander PB Fundo de Investimentos em Ações 1	10,16
Atmos Capital Gestão de Recursos Ltda.	6,26
Mercado	63,57
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>100,0</b>

#### 39.2 Aporte de capital na controlada Light SESA

Em 25 de janeiro de 2021, a Companhia aportou o montante de R\$1.340.000 na controlada Light SESA por meio da subscrição e integralização de 96.297.089.456 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal.

#### 39.3 Emissão de debêntures

Em 12 de fevereiro de 2020, ocorreu a liquidação da 21ª emissão de debêntures da controlada Light SESA no valor de R\$360.000. A operação tem o custo de CDI + 2,60% a.a. e vencimento em janeiro de 2025. Os recursos decorrentes desta debênture foram integralmente utilizados na realização da aquisição facultativa de debêntures da 2ª série da 9ª emissão da controlada Light SESA, cuja remuneração era de IPC-A + 5,74% a.a., bem como nos encargos relacionados.



#### 39.4 Amortização antecipada das dívidas com o BNDES

Em 26 de fevereiro de 2021, a controlada Light SESA efetuou a amortização antecipada da totalidade do saldo devedor dos contratos de financiamento celebrados com o BNDES no montante total de R\$300.555, com custo médio de IPCA + 5,11% a.a.

#### 39.5 Reajuste tarifário

Em 09 de março de 2021 foi aprovado pela ANEEL o processo de reajuste das tarifas da controlada Light SESA. O resultado, homologado através da Resolução Homologatória 2.835/2021, representa um reajuste tarifário médio para o consumidor de 6,75%, e engloba todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural e outras). O índice de reajuste é constituído de dois componentes: (i) estrutural, que passa a integrar a tarifa, de 18,39%, compreendido pelos custos não gerenciáveis (Parcela A) e gerenciáveis (Parcela B); e (ii) componente financeiro negativo que somam 11,64%, aplicado exclusivamente aos próximos 12 meses, onde, dentre outros, foi considerado a devolução integral dos recursos recebidos da Conta-Covid, bem como início do processo de devolução dos valores oriundos de créditos tributários referentes ao trânsito em julgado da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 15 de março de 2021.





**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Carlos da Costa Parcias Júnior  
Carlos Marcio Ferreira  
Carlos Alberto da Cruz  
David Zylbersztajn  
Firmino Ferreira Sampaio Neto  
Hélio Paulo Ferraz  
Patrícia Gracindo Marques de Assis Bentes  
Yuiti Matsuo Lopes  
Ricardo Reisen de Pinho

**CONSELHO FISCAL****EFETIVOS**

Julia Figueiredo Goytacaz Sant'Anna  
Marcelo Souza Monteiro  
Domenica Eisentein Noronha

**SUPLENTES**

João Alan Haddad  
Michele da Silva Gonsales  
Maurício Rocha Alves de Carvalho

**DIRETORIA EXECUTIVA**

Raimundo Nonato Alencar de Castro  
Diretor Presidente

Roberto Caixeta Barroso  
Diretor e Diretor de Relações com Investidores

Déborah Meirelles Rosa Brasil  
Diretora

Daniel Campos Negreiros  
Diretor

Alessandra Genu Dutra Amaral  
Diretora

Carla Ferreira Medrado  
Diretora

Thiago Freire Guth  
Diretor

Gisomar Francisco de Bittencourt Marinho  
Diretor

**SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLADORIA**

Eduardo Righi Reis  
Superintendente de Controladoria  
CPF 044.566.946-29

Simone da Silva Cerutti de Azevedo  
Contadora - Gerente de Contabilidade  
CPF 094.894.347-52  
CRC-RJ 103826/O-9



BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	1
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	3
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	4
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA E CONSOLIDADO.....	5
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	6
DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS.....	7
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	8
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	12
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	15
4. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO.....	27
5. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA.....	28
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	30
7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	30
8. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS, PERMISSONÁRIAS E CLIENTES.....	31
9. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR.....	34
10. TRIBUTOS DIFERIDOS.....	37
11. OUTROS CRÉDITOS.....	38
12. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DO SETOR.....	40
13. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO.....	42
14. ATIVO DE CONTRATO.....	42
15. INVESTIMENTOS.....	42
16. IMOBILIZADO.....	47
17. INTANGÍVEL.....	48
18. FORNECEDORES.....	49
19. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR.....	50
20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	51
21. DEBÊNTURES.....	56
22. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS.....	60
23. CONTINGÊNCIAS.....	64
24. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO.....	69
25. OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO E ATIVO DE DIREITO DE USO.....	73
26. ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	74
27. OUTROS DÉBITOS.....	75
28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	75
29. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	77
30. PLANO DE PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES.....	80
31. RECEITA LÍQUIDA.....	82
32. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	83
33. RESULTADO FINANCEIRO.....	84
34. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS.....	84
35. SEGUROS.....	95
36. COMPROMISSOS CONTRATUAIS.....	96
37. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA.....	97
38. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	97



LIGHT S.A.  
 BALANÇOS PATRIMONIAIS  
 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020  
 (Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e equivalentes de caixa	6	9	7.745	396.777	653.200
Títulos e valores mobiliários	7	62.647	70.781	3.208.196	2.436.476
Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes	8	-	-	2.424.681	3.257.127
Estoques		-	-	65.659	62.393
Tributos e contribuições a recuperar	9	1.719	934	1.262.787	792.764
Ativos financeiros do setor	12	-	-	1.171.882	58.361
Despesas pagas antecipadamente		353	363	28.844	25.073
Dividendos a receber	15	517.838	254.833	-	-
Serviços prestados a receber		1.474	829	17.316	45.017
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	34	-	-	-	156.494
Outros créditos	11	15.941	755	612.941	339.400
		599.981	336.240	9.189.083	7.826.305
Ativos classificados como mantidos para venda	5	41.446	53.919	134.946	147.419
<b>TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>641.427</b>	<b>390.159</b>	<b>9.324.029</b>	<b>7.973.724</b>
Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes	8	-	-	1.220.687	1.013.614
Tributos e contribuições a recuperar	9	-	-	3.674.704	4.420.018
Tributos diferidos	10	-	-	895.715	449.969
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	34	-	-	190.409	960.009
Depósitos vinculados a litígios	22	878	684	221.572	242.132
Ativos financeiros do setor	12	-	-	308.390	15.358
Ativo financeiro da concessão	13	-	-	6.821.988	5.197.313
Outros créditos	11	-	-	1.121	120.000
Ativo de contrato	14	-	-	558.254	983.368
Investimentos	15	8.191.828	6.852.861	357.761	366.241
Imobilizado	16	-	-	1.809.881	1.655.215
Intangível	17	-	-	2.833.555	2.898.588
Ativo de direito de uso	25	-	-	59.806	101.717
<b>TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>8.192.706</b>	<b>6.853.545</b>	<b>18.953.843</b>	<b>18.423.542</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>8.834.133</b>	<b>7.243.704</b>	<b>28.277.872</b>	<b>26.397.266</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



LIGHT S.A.  
 BALANÇOS PATRIMONIAIS  
 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020  
 (Em milhares de reais)

PASSIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores	18	358	136	2.154.037	3.439.767
Tributos e contribuições a pagar	19	288	304	383.600	168.743
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	403.230	1.320.026
Debêntures	21	-	-	1.530.433	1.030.529
Passivos financeiros do setor	12	-	-	276.353	-
Dividendos a pagar	29	94.512	164.332	94.512	164.332
Obrigações trabalhistas		3.093	1.469	104.492	90.914
Valores a serem restituídos a consumidores	9	-	-	831.250	296.239
Obrigações por arrendamento	25	-	-	25.108	47.228
Encargos regulatórios	26	-	-	313.778	275.479
Outros débitos	27	1.900	386	571.934	383.700
<b>TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>100.151</b>	<b>166.627</b>	<b>6.688.727</b>	<b>7.216.957</b>
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	4.005.790	3.090.703
Debêntures	21	-	-	5.204.873	4.242.711
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	34	-	-	3.975	-
Tributos e contribuições a pagar	19	-	-	199.605	191.773
Tributos diferidos	10	-	-	275.264	408.289
Participações societárias a descoberto	15	-	-	21.614	30.823
Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	22	881	865	502.103	647.533
Benefícios pós-emprego	24	-	-	-	5.327
Obrigações por arrendamento	25	-	-	38.163	58.699
Valores a serem restituídos a consumidores	9	-	-	2.564.550	3.381.614
Outros débitos	27	-	-	40.107	46.625
<b>TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>881</b>	<b>865</b>	<b>12.856.044</b>	<b>12.104.097</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital social	29	5.392.197	4.051.285	5.392.197	4.051.285
Reserva de capital		18.462	9.434	18.462	9.434
Reservas de lucros		3.134.858	2.816.100	3.134.858	2.816.100
Ajustes de avaliação patrimonial		289.077	304.402	289.077	304.402
Outros resultados abrangentes		(101.493)	(105.009)	(101.493)	(105.009)
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>8.733.101</b>	<b>7.076.212</b>	<b>8.733.101</b>	<b>7.076.212</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>8.834.133</b>	<b>7.243.704</b>	<b>28.277.872</b>	<b>26.397.266</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**LIGHT S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020**  
 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

Demonstrações de Resultados	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
RECEITA LÍQUIDA	31	-	-	14.897.920	13.073.468
CUSTO TOTAL	32	-	-	(12.476.958)	(9.878.188)
Custos com energia elétrica	32.1	-	-	(10.427.435)	(7.995.275)
Custos de operação	32	-	-	(2.049.523)	(1.882.913)
LUCRO BRUTO		-	-	2.420.962	3.195.280
Despesas gerais e administrativas	32	(21.804)	(15.791)	(1.190.023)	(1.291.504)
Outras receitas (despesas), líquidas		15.878	(390)	(40.014)	(94.284)
Resultado de equivalência patrimonial	15	402.969	706.277	(47.624)	(28.232)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		397.043	690.096	1.143.301	1.781.260
RESULTADO FINANCEIRO	33	2.769	1.826	(1.330.190)	(733.660)
Receita financeira		3.672	2.162	382.409	1.096.668
Despesa financeira		(903)	(336)	(1.712.599)	(1.830.328)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IR E CSLL		399.812	691.922	(186.889)	1.047.600
Imposto de renda e contribuição social correntes	10	(1.867)	-	4.252	(760.093)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	-	580.582	404.415
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		397.945	691.922	397.945	691.922
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (R\$ / Ação)	29.7	1,08	2,28	1,08	2,28

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



LIGHT S.A.  
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020  
(Em milhares de reais)

Demonstrações de Resultados Abrangentes	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício	397.945	691.922	397.945	691.922
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado em períodos subsequentes	-	-	-	-
Ganho (Perda) sobre passivos atuariais, líquido dos efeitos fiscais	3.516	(3.516)	3.516	(3.516)
<b>RESULTADO ABRANGENTE TOTAL</b>	<b>401.461</b>	<b>688.406</b>	<b>401.461</b>	<b>688.406</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.





## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021

Light S.A. CNPJ 03.378.521/0001-75  
Companhia de Capital Aberto

LIGT  
B3 LISTED NM  
ISEB3

LIGHT S.A.  
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA E CONSOLIDADO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020  
(Em milhares de reais)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	Notas	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS			AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
				RESERVA LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS	RESERVA ESPECIAL				
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019</b>		4.051.285	3.179	342.526	1.614.998	-	320.049	(101.493)	-	6.230.544
Opções de ações outorgadas (stock options)	30	-	6.255	-	-	-	-	-	-	6.255
Dividendos não distribuídos	29.2.2	-	-	-	-	315.353	-	-	-	315.353
Lucro líquido do exercício	29.5	-	-	-	-	-	-	-	691.922	691.922
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado em períodos subsequentes										
Perda de passivo atuarial, líquido dos efeitos fiscais	24	-	-	-	-	-	-	(3.516)	-	(3.516)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos		-	-	-	-	-	(15.647)	-	15.633	(14)
Destinação do resultado do exercício:										
Constituição da reserva legal	29.5	-	-	34.596	-	-	-	-	(34.596)	-
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (R\$0,5407 / ação)	29.5	-	-	-	-	-	-	-	(164.332)	(164.332)
Constituição da reserva de retenção de lucros	29.5	-	-	-	508.627	-	-	-	(508.627)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020</b>		4.051.285	9.434	377.122	2.123.625	315.353	304.402	(105.009)	-	7.076.212
Aumento de capital com emissão de ações	29	1.372.425	-	-	-	-	-	-	-	1.372.425
(-) Gastos com emissão de ações		(31.513)	-	-	-	-	-	-	-	(31.513)
Opções de ações outorgadas (stock options)	30	-	9.028	-	-	-	-	-	-	9.028
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	397.945	397.945
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado em períodos subsequentes										
Ganho de passivo atuarial, líquido dos efeitos fiscais	24	-	-	-	-	-	-	3.516	-	3.516
Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos		-	-	-	-	-	(15.325)	-	15.325	-
Destinação do resultado do exercício:										
Constituição da reserva legal	29.5	-	-	19.897	-	-	-	-	(19.897)	-
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (R\$0,2628 / ação)	29.5	-	-	-	-	-	-	-	(94.512)	(94.512)
Constituição da reserva de retenção de lucros	29.5	-	-	-	298.861	-	-	-	(298.861)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>		5.392.197	18.462	397.019	2.422.486	315.353	289.077	(101.493)	-	8.733.101

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



LIGHT S.A.  
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020  
(Em milhares de reais)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais		171.062	(2.052)	(42.045)	2.333.644
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		399.812	691.922	(186.889)	1.047.600
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	8/32	-	-	597.354	618.670
Depreciação e amortização	32	-	-	678.110	590.909
Perda (ganho) na venda ou baixa de intangível, imobilizado, investimento e arrendamento		-	-	(47.220)	36.846
Perdas cambiais e monetárias de atividades financeiras	33	-	-	743.095	773.636
Provisão e atualização financeira para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios e baixas e atualização financeira de depósitos vinculados a litígios		16	13	246.297	374.916
Ajuste a valor presente e antecipações de recebíveis		131	-	(1.291)	(825)
Despesa de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures e amortização dos custos	33	-	-	698.410	543.360
Juros sobre obrigações de arrendamento	25	-	-	6.013	7.287
Variação swap	33	-	-	(59.548)	(887.405)
Resultado de equivalência patrimonial	15	(402.969)	(706.277)	47.624	28.232
Atualização financeira dos créditos de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS		-	-	(14.219)	(27.815)
Opções de ações outorgadas (stock options)	30	9.028	6.255	9.028	6.255
Ganho em investimentos avaliados pelo custo		-	-	(3.161)	(2.574)
Perda na alienação da totalidade da participação em controladas em conjunto	15	-	-	-	42.602
Repactuação do GSF na controlada Light Energia	17	-	-	-	(433.829)
Valor justo do ativo financeiro da concessão	13/31	-	-	(574.231)	(242.872)
Constituição e atualização de ativos e passivos financeiros do setor		-	-	(1.265.115)	(1.233.120)
Variações nos ativos e passivos		165.044	6.035	(916.302)	1.091.771
Titulos e valores mobiliários		(2.710)	(432)	(109.039)	(17.660)
Consumidores, concessionárias e permissionárias		-	-	29.441	(1.238.947)
Dividendos recebidos		183.203	7.194	12.473	7.194
Tributos, contribuições e impostos, líquido		(372)	(95)	667.367	452.586
Ativos e passivos financeiros do setor		-	-	(239.281)	1.821.468
Estoques		-	-	(3.266)	(2.384)
Serviços prestados a receber		(645)	(799)	27.701	(13.668)
Despesas pagas antecipadamente		10	(222)	(3.771)	(1.823)
Depósitos vinculados a litígios		(194)	(30)	2.341	3.356
Outros créditos		(15.317)	1.519	(154.787)	(199.860)
Fornecedores		222	(881)	(1.309.399)	927.246
Obrigações trabalhistas		1.624	(78)	13.578	4.488
Pagamento das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios		-	-	(373.508)	(243.218)
Encargos regulatórios		-	-	38.299	(2.474)
Outros débitos		1.519	(141)	181.716	53.764
Instrumentos financeiros derivativos swaps		-	-	989.617	109.181
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	20/21	-	-	(627.011)	(516.663)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.296)	-	(58.773)	(50.815)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento		(1.355.378)	(61.734)	(1.957.518)	(2.706.894)
Aquisições de bens do ativo imobilizado		-	-	(219.601)	(131.274)
Aquisições de bens do ativo intangível e do ativo de contrato		-	-	(1.029.744)	(837.206)
Aumento de capital nas investidas	15	(1.366.222)	(101)	(45.492)	(1.288)
Resgate de aplicações financeiras		164.009	11.396	14.392.750	1.619.922
Aplicações financeiras		(153.165)	(73.029)	(15.055.431)	(3.357.048)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		1.176.580	-	1.743.140	30.112
Recebimento pela emissão de ações		1.340.912	-	1.340.912	-
Dividendos pagos		(164.332)	-	(164.332)	-
Pagamento de obrigações por arrendamento	25	-	-	(53.838)	(45.980)
Captação, líquida dos custos de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures e das cotas subordinadas – FDIC	20/21	-	-	5.448.589	1.483.984
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	20/21	-	-	(4.828.191)	(1.407.892)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		(7.736)	(63.786)	(256.423)	(343.138)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		7.745	71.531	653.200	996.338
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		9	7.745	396.777	653.200

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.





LIGHT S.A.  
DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020  
(Em milhares de reais)

Demonstrações dos Valores Adicionados	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receitas		-	-	22.879.448	19.720.825
Venda de mercadorias, produtos e serviços		-	-	22.327.004	19.454.431
Receitas referentes à construção de ativos próprios		-	-	1.149.798	885.064
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	32	-	-	(597.354)	(618.670)
Insumos adquiridos de terceiros		11.647	(4.484)	(11.929.683)	(9.501.022)
Custo dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	32.1	-	-	(10.427.435)	(7.995.275)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		11.647	(4.484)	(1.502.248)	(1.505.747)
Valor adicionado bruto		11.647	(4.484)	10.949.765	10.219.803
Retenções		-	-	(678.110)	(590.909)
Depreciação e amortização	32	-	-	(678.110)	(590.909)
Valor adicionado líquido produzido		11.647	(4.484)	10.271.655	9.628.894
Valor adicionado recebido em transferência		406.641	708.439	334.785	1.068.436
Resultado de equivalência patrimonial	15	402.969	706.277	(47.624)	(28.232)
Receitas financeiras	33	3.672	2.162	382.409	1.096.668
Valor adicionado total a distribuir		418.288	703.955	10.606.440	10.697.330
Distribuição do valor adicionado		418.288	703.955	10.606.440	10.697.330
Pessoal		15.601	10.774	442.287	432.879
Remuneração direta		15.064	10.260	301.755	280.756
Benefícios		342	339	109.939	109.217
FGTS		195	175	29.511	32.683
Outros		-	-	1.082	10.223
Impostos, taxas e contribuições		2.930	715	7.929.786	7.622.380
Federais		2.884	713	2.962.856	3.369.032
Estaduais		-	-	4.953.323	4.236.673
Municipais		46	2	13.607	16.675
Remuneração de capitais de terceiros		1.812	544	1.836.422	1.950.149
Juros		685	219	1.715.715	1.859.529
Aluguéis		1.127	325	120.707	90.620
Remuneração de capitais próprios		397.945	691.922	397.945	691.922
Dividendos	29	94.512	164.332	94.512	164.332
Lucros retidos	29	303.433	527.590	303.433	527.590



LIGHT S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020  
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

---

A Light S.A. ("Light" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ - Brasil. A Light tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista, e a exploração, direta ou indiretamente, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como de outros serviços correlatos.

A Companhia é listada na "B3" (Brasil, Bolsa, Balcão) no segmento do Novo Mercado ("NM"), sob a sigla LIGT3 e no mercado de balcão americano (Over-the-Counter - OTC), sob a sigla LGSXY.

As controladas, controladas em conjunto e coligadas da Light compõem o Grupo Light ("Grupo Light" ou "Grupo"). As informações sobre as operações do Grupo são apresentadas na Nota 2.4, ao passo que as informações sobre operações entre partes relacionadas são apresentadas na Nota 28.

A Light S.A. é uma Companhia Aberta sem acionista controlador ("*full Corporation*") e sem acordo de acionistas.

### 1.1 Impactos da COVID-19

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde ("OMS") declarou o surto da COVID-19 como uma pandemia. As incertezas geradas pela disseminação da COVID-19 com suas variantes, provocaram interferências nas atividades econômicas, causando incertezas e impactos nas atividades do Setor Elétrico, em especial o segmento de Distribuição de energia durante os exercícios de 2020 e 2021.

A Companhia e suas controladas tem realizado esforços para minimizar os impactos decorrentes da pandemia nas operações e na sociedade, além de adotar algumas medidas de proteção à saúde, bem-estar e segurança dos seus colaboradores.

Em 26 de março de 2021, foi editada a Resolução ANEEL nº 928/2021, que suspendeu o corte de energia, até 30 de junho de 2021, por inadimplência das unidades consumidoras com aparelhos vitais à preservação da vida, dos consumidores de baixa renda, dos locais em que não haja postos de arrecadação em funcionamento e dos que estejam com suspensão da fatura impressa sem anuência prévia. Em 15 de junho de 2021, foi editada a Resolução ANEEL nº 936/2021 que prorrogou o período de vigência da Resolução ANEEL nº 928/2021 até 30 de setembro de 2021. Tendo em vista que não houve nova prorrogação do período de vigência da Resolução ANEEL nº 928/2021, a partir de 01 de outubro de 2021 foram retomadas as possibilidades de corte dessas unidades consumidoras.



Em 05 de abril de 2021, por meio do Despacho nº 939/2021, a ANEEL homologou o prazo de recolhimento e os valores das quotas mensais da CDE Conta-Covid, devidas pelas concessionárias e permissionárias de distribuição, para a amortização da operação de crédito contratada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") na gestão da Conta-Covid. O valor homologado referente à controlada Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Light SESA") foi de R\$523.787 divididos em 12 meses.

Em 23 de novembro de 2021, a Diretoria colegiada da ANEEL aprovou o resultado da 3ª Fase da Consulta Pública nº 035/2020, culminando na publicação da Resolução Normativa nº 952/2021. A referida Resolução, dispõe sobre a metodologia para avaliação e critérios de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro relacionado à queda do mercado e aumento da inadimplência provocados pela pandemia às distribuidoras de energia elétrica, cabendo à cada concessionária individualmente formular o requerimento junto à ANEEL.

#### Impacto nas Demonstrações Financeiras

Para o exercício de 2021, a Diretoria da Companhia avaliou o impacto da COVID-19 nos negócios do Grupo Light. Foram analisados temas como (i) desempenho da demanda e consumo de energia; (ii) impacto nos indicadores de perdas, arrecadação e inadimplência; (iii) variação dos indicadores macroeconômicos; (iv) acesso ao mercado de capitais, fluxo de caixa de curto e médio prazo; (v) redução no valor recuperável de ativos não financeiros; (vi) impactos nos *covenants* financeiros; e (vii) avaliação das premissas e incertezas de estimativas associadas à mensuração de ativos e passivos. A Diretoria não verificou variações significativas no resultado das empresas do Grupo em decorrência direta dos efeitos da pandemia em curso da COVID-19 que pudessem comprometer a capacidade operacional e a implantação de seus projetos.



## 1.2 Entidades do Grupo

A Companhia possui participação societária nas seguintes controladas e controladas em conjunto cujos objetivos principais são distribuição, geração e comercialização de energia elétrica:

Sociedade	Natureza jurídica	Atividade	Localidade
<b>CONTROLADAS</b>			
Light Serviços de Eletricidade S.A.	Capital aberto	Distribuição de energia elétrica, com área de concessão abrangendo 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro, incluindo a capital.	Rio de Janeiro
Light Energia S.A.	Capital aberto	Estudar, planejar, construir, operar e explorar sistemas de geração e transmissão, comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos ou autorizados.	Rio de Janeiro
Central Eólica Fontainha Ltda.	Capital fechado	Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada no Estado do Ceará com potência nominal de 16 MW <sup>(a)</sup> . Empresa encerrada em janeiro de 2022.	Ceará
Central Eólica São Judas Tadeu Ltda.	Capital fechado	Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada no Estado do Ceará com potência nominal de 18 MW <sup>(a)</sup> . Empresa encerrada em janeiro de 2022.	Ceará
Lajes Energia S.A.	Capital fechado	Análise da viabilidade técnica e econômica, a elaboração do projeto, a implantação, operação, manutenção e exploração comercial da PCH Lajes, com potência nominal de 17 MW <sup>(a)</sup> . Em 08 de julho de 2014, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 4.734/14 que transferiu a concessão da PCH Lajes da Light Energia para a Lajes Energia.	Rio de Janeiro
Light Com Comercializadora de Energia S.A. ("Lightcom")	Capital fechado	Compra, venda, importação, exportação de energia e a prestação de serviços de consultoria no setor de energia.	São Paulo
Light Soluções em Eletricidade S.A.	Limitada	Prestação de serviços aos clientes de baixa tensão contemplando montagem, reforma e manutenção de instalações em geral.	Rio de Janeiro
Instituto Light	Pessoa Jurídica	Participar em projetos sociais e culturais, com interesse no desenvolvimento econômico e social das cidades, reafirmando a vocação da Companhia como empresa cidadã.	Rio de Janeiro
Light Conecta Ltda.	Capital fechado	Realização de projeto, construção, instalação, operação e exploração de usinas de geração de energia elétrica, bem como, a realização de compra, venda, importação, exportação de energia elétrica, térmica, gases e utilidades industriais, prestação de serviços de consultoria no setor de energia, locação de bens móveis e imóveis, além de aquisição e comercialização de mercadorias vinculadas à atividade e realização de estudos, projetos, implementação, operação e manutenção de obras, construções e instalações, de qualquer natureza ou especialidade.	Rio de Janeiro
Consórcio UHE Itaocara	Capital fechado	Constituído para a exploração da Usina Hidrelétrica de Itaocara, controlada em conjunto pela Light Conecta (51%) e pela Cemig GT (49%). Em 30 de abril de 2015, o Consórcio UHE Itaocara sagrou-se vencedor no Leilão A-5 realizado pela ANEEL, relacionado à concessão da Usina Hidrelétrica de Itaocara.	Rio de Janeiro
<b>CONTROLADAS EM CONJUNTO</b>			
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	Capital fechado	Controlada em conjunto pela Light Conecta (51%) e pela Cemig GT (49%), foi constituída para construir a UHE Itaocara e tem como objeto a concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica Itaocara I, conforme contrato de concessão nº01/2015 celebrado com a União. O Projeto Itaocara não será desenvolvido e a UHE Itaocara S.A. rescindiu a totalidade dos seus contratos de venda de energia (CCEARs) e está buscando com a ANEEL uma solução equilibrada para a devolução da concessão.	Rio de Janeiro
Axxiom Soluções Tecnológicas ("Axxiom")	Capital fechado	Oferta de soluções de tecnologia e sistemas para gestão operacional de concessionárias de serviços públicos, incluindo empresas de energia elétrica, gás, água, esgoto e demais empresas de utilidades. Controlada em conjunto pela Light S.A. (51%) e pela CEMIG (49%).	Minas Gerais
Amazônia Energia S.A. ("Amazônia Energia")	Capital fechado	Participar e administrar o capital social da Norte Energia S.A. ("NESA"), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará. Controlada em conjunto pela Light S.A. (25,5%) e pela Cemig GT (74,5%), a participação da Amazônia Energia na NESA é de 9,8% do capital. Em 26 de agosto de 2010, a NESA assinou Contrato de Concessão nº 001/10 com a União através do MME - Ministério de Minas e Energia, para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos a partir da assinatura do referido contrato. Ainda de acordo com o referido contrato, 70% da energia assegurada da usina será destinada ao mercado regulado, 10% para os autoprodutores e 20% destinada ao mercado livre (ACL).	Brasília
<b>CONTROLADAS EM CONJUNTO MANTIDAS PARA VENDA</b>			
Lightger S.A.	Capital fechado	Participação em leilões de concessões, autorizações e permissões em novas usinas. A Lightger construiu e opera a PCH Paracambi. Controlada em conjunto pela Light S.A. (51%) e pela Cemig GT (49%), a Lightger tem capacidade instalada de 25,7 MW <sup>(a)</sup> e 19,5 MW <sup>(a)</sup> de garantia física.	Minas Gerais
Guanhães Energia S.A.	Capital fechado	Criada com a finalidade de implantar e explorar quatro Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), situadas no estado de Minas Gerais, que totalizam 44 MW <sup>(a)</sup> de Potência Instalada. Controlada em conjunto pela Light Energia (51%) e pela Cemig Geração e Transmissão S.A. - ("Cemig GT") (49%).	Minas Gerais

<sup>(a)</sup> Não auditado pelos auditores independentes



### 1.3 Concessões do Grupo Light

Segue abaixo o resumo das concessões do Grupo Light vigentes em 31 de dezembro de 2021:

Concessões	Contrato de concessão	Data de vencimento
Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Light SESA")	Junho de 1996	Junho de 2026
Light Energia S.A. ("Light Energia")	Junho de 1996	Entre março e julho de 2028 <sup>(a)</sup>
Lajes Energia S.A. ("Lajes Energia")	Julho de 2014	Maio de 2026

<sup>(a)</sup> Vencimentos distintos das usinas de Pereira Passos, Nilo Peçanha, Ilha dos Pombos, Santa Branca e Fontes Nova.

A controlada Light SESA, por ser uma concessionária de distribuição de energia elétrica e não controlar os ativos subjacentes, aplica o IFRIC 12/ICPC 01 e utiliza o modelo bifurcado em virtude das empresas do segmento serem remuneradas: (i) pelo Poder Concedente, no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão (ativo financeiro da concessão); e (ii) pelos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica (ativo intangível).

Para as controladas Light Energia e Lajes Energia, não é aplicado o IFRIC 12/ICPC 01, pois as mesmas não aplicam tarifas definidas pelo Poder Concedente, conforme exigido na norma.



## 2. BASE DE PREPARAÇÃO

---

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Diretoria na sua gestão.

Em 24 de março de 2022, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

### 2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros (Nota 34) e ativos mantidos para venda (Nota 5), mensurados pelos seus valores justos e pelos seus valores justos menos despesas com vendas, de acordo com as normas aplicáveis, respectivamente.

### 2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.



## 2.4 Consolidação do Grupo Light

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo incluem:

Sociedades controladas	Atividade	31.12.2021 e 31.12.2020		
		Forma de avaliação	Participação direta (%)	Participação indireta (%)
Light SESA	Distribuição	Consolidação	100,0	-
Light Energia	Geração hidráulica	Consolidação	100,0	-
Fontainha	Geração eólica	Consolidação	-	100,0
São Judas Tadeu	Geração eólica	Consolidação	-	100,0
Lajes Energia	Geração hidráulica	Consolidação	-	100,0
Lightcom	Comercialização	Consolidação	100,0	-
Light Soluções	Serviços	Consolidação	100,0	-
Instituto Light	Outros	Consolidação	100,0	-
Light Conecta	Serviços	Consolidação	100,0	-
Consórcio UHE Itaocara	Geração hidráulica	Consolidação	-	51,0



## 2.5 Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, requer que a Diretoria faça julgamentos, adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas são revisadas continuamente e os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os ajustes oriundos dessas revisões são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

Notas	Estimativa e julgamentos significativos
5	Ativos classificados como mantidos para venda
8	Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)
9	Realização dos créditos de PIS e COFINS sobre ICMS e valores a serem restituídos a consumidores
10	Recuperação do imposto e renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias
12	Ativos e passivos financeiros do setor
13	Ativo financeiro da concessão
22	Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios
23	Contingências
24	Benefícios pós-emprego
30	Pagamento baseado em ações
31.1	Fornecimento não faturado
32.1	Provisão para compra de energia elétrica
34	Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros





### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

---

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas estão descritas a seguir:

#### 3.1 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

O Grupo classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias:

##### Valor justo por meio do resultado

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição. São mensurados pelo valor novo de reposição ("VNR"), equivalentes ao valor justo na data das demonstrações financeiras. A controlada Light SESA reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando existe um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder público concedente, ou sob a direção da concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestados.

Nesta categoria encontram-se também os certificados de depósito bancário (CDB), as cotas de fundos de investimento e os instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos financeiros derivativos (operações de *swap*) são instrumentos mantidos para regular as exposições de riscos de variação de moeda estrangeira, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

##### Custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas dos passivos financeiros são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Encontram-se nesta categoria o numerário disponível, os valores a receber com consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes, serviços prestados a receber, depósitos vinculados a litígios, ativos e passivos financeiros do setor, valores a receber de partes relacionadas, outros créditos, fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures, obrigações por arrendamento mercantil e outros débitos.



## Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e
- O Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

### 3.2 Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. O Grupo não adota a contabilidade de hedge (*hedge accounting*) e designa seus derivativos como:



### Hedge do valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido.

Para hedges de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do hedge, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto.

Se o item objeto de hedge for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado.

### 3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são pós-fixadas e correspondem a operações realizadas com instituições que atuam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, garantia de recompra diária pela instituição financeira, a uma taxa previamente estabelecida pelas partes e remuneração, em sua maioria, pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com perda insignificante de valor em caso de resgate antecipado.



### 3.4 Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes

Incluem o fornecimento e suprimento da energia elétrica, faturado e a faturar, comercialização de energia, acréscimos moratórios, juros oriundos de atraso no pagamento, encargos de uso da rede elétrica e energia comercializada a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

O Grupo utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para as contas a receber. A matriz de provisão baseia-se na experiência real de perda de crédito, considerando o histórico de inadimplência dos últimos três anos e segregado em faturamento regular, parcelamentos e faturas oriundas de recuperação de energia, por classe de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público). O Grupo revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Além disso, quando aplicável, para o segmento de poder público, iluminação pública e serviço público são consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo critério julgamental que reporte a expectativa de perda esperada para esses clientes.

### 3.5 Estoques

Os estoques estão registrados ao custo médio de aquisição. Quando aplicável, o saldo será deduzido de provisões para perdas. Os materiais em estoque são classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo).

### 3.6 Ativos e passivos financeiros do setor

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados (Parcela A e outros componentes financeiros) que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

Esses valores serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção da concessão.



### 3.7 Ativos não circulantes mantidos para venda

A Companhia e suas controladas classificam um ativo não circulante como mantido para venda quando o seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Esses ativos são mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de venda são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídos as financeiras e os tributos sobre o lucro.

Ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente como itens circulantes no balanço patrimonial. Os dividendos recebidos de empreendimentos controlados em conjunto classificados como mantidos para venda são reconhecidos no resultado, tendo em vista a interrupção da mensuração pelo método da equivalência patrimonial.

### 3.8 Investimentos

A Companhia detém investimentos em empresas controladas e controladas em conjunto. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e são, inicialmente, reconhecidos pelo custo de aquisição, sendo este mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

Anualmente, a Companhia avalia se há evidência objetiva de que o investimento sofreu perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), sendo que esta perda é o resultado da diferença entre o valor recuperável do investimento e o seu valor contábil.



### 3.9 Ativo financeiro da concessão

A controlada Light SESA reconhece um ativo financeiro decorrente do contrato de concessão quando possui um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente ou da parte por ele indicada ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Tais ativos financeiros correspondem à parcela dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão e são avaliados com base no Valor Novo de Reposição (VNR), equivalente ao valor justo, acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") e tendo como referência os valores homologados pela ANEEL da base de remuneração de ativos nos processos de revisão tarifária.

### 3.10 Ativo de contrato

Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores ou receber uma indenização ao final da concessão para os ativos ainda não amortizados. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

### 3.11 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo de aquisição ou formação, incluindo custo atribuído, encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada e de perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

A depreciação é calculada pelo método linear, em contrapartida ao resultado do exercício, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Para os ativos imobilizados que não possuem garantia de indenização, como no caso dos ativos da Lajes Energia, os itens são depreciados pelo método linear até o limite da concessão ou depreciados pela vida útil do bem, dos dois, o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na Nota 16.

Eventuais ajustes nos métodos de depreciação, nas vidas úteis ou nos valores residuais são reconhecidos e ajustados de forma prospectiva.



### 3.12 Ativo intangível

Para os ativos intangíveis de distribuição de energia elétrica, a parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão, usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Os ativos intangíveis compreendem, principalmente, os softwares adquiridos de terceiros e os ativos referentes aos contratos de concessão. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangíveis, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na demonstração de resultado.

### 3.13 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Diretoria revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

### 3.14 Arrendamentos

O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento e aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração, exceto para arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor individual.

#### 3.14.1 Ativos de direito de uso

O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento mensurados pelo valor presente. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.



### 3.14.2 Passivos de arrendamento

Os passivos de arrendamentos são inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo dos contratos. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas.

### 3.14.3 Estimativa da taxa incremental de arrendamentos

Os arrendamentos vigentes não possuem sua taxa de juros implícita prontamente identificável, motivo pelo qual a Companhia considera a taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos de arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao tomar empréstimos, por prazo semelhante, para obter os recursos necessários para a aquisição de ativos com valores similares ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Companhia calcula a taxa incremental usando dados observáveis, quando disponíveis.

## 3.15 Benefícios a empregados

### 3.15.1 Benefícios de longo prazo – pós emprego

A Companhia possui planos de contribuição definida e de benefício definido. Os planos de benefícios de longo prazo - pós emprego (previdência) são financiados por meio de contribuições de participantes e patrocinadora aos fundos de pensão, conforme determinado por cálculos atuariais periódicos.

As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesa com pessoal quando incorridas.

A obrigação líquida do Grupo quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente, para cada plano, através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferirão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o maior valor entre a dívida pactuada com a Fundação de Seguridade Social Braslight para amortização das obrigações atuariais e o valor presente da obrigação atuarial, calculada por meio de laudo atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano.

Anualmente é realizado um cálculo para avaliação atuarial dos planos existentes por atuário independente. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais (remensurações do valor líquido de passivo ou ativo de benefício definido) são reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes e não são transferidos para lucros ou prejuízos acumulados.





### 3.15.2 Benefícios de curto prazo a empregados

As obrigações de benefícios de curto prazo a empregados referem-se aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros, e é provisionada em conformidade com o acordo coletivo na rubrica de despesa com pessoal (Participação dos Empregados e Administradores) no resultado do exercício.

### 3.16 Plano de outorga de opção de compra de ações

A Companhia possui plano de remuneração baseado em ações que tem por objetivo permitir que as pessoas elegíveis, sujeito a determinadas condições, adquiram ações, com vista a estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos das pessoas elegíveis.

Poderão ser eleitos como participantes de opções nos termos do plano, os administradores e empregados da Companhia ou de outras sociedades sob o seu controle, desde que aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

Os efeitos do plano de remuneração baseado em ações são calculados com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais outorgados e reconhecidos no balanço patrimonial e na demonstração de resultados conforme as condições contratuais sejam atendidas.

### 3.17 Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras. A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao regime do lucro real de apuração dos tributos sobre o resultado.

#### 3.17.1 Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos vigentes.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

#### 3.17.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributáveis temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.



O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, seja no resultado, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pelo Grupo se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

A Companhia e suas controladas avaliam periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulação fiscal requer interpretação e estabelece provisões e/ou divulgações quando apropriado.

### 3.18 Provisões

#### 3.18.1 Geral

São reconhecidas quando o Grupo possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

#### 3.18.2 Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

O Grupo é parte em diversos processos judiciais e administrativos, logo, as provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos econômicos seja requerida para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e a opinião da Diretoria, quando aplicável. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.



### 3.19 Reconhecimento de receitas

As receitas do Grupo são reconhecidas quando uma obrigação de performance for satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado a essa obrigação de performance. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita proveniente de um contrato com cliente quando a expectativa de recebimento for provável, levando em consideração a intenção de pagamento do cliente.

#### 3.19.1 Receita de fornecimento de energia elétrica e receita de uso da rede

As receitas de venda de energia são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação, com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. A Companhia mensura e reconhece as receitas de fornecimento de energia para os consumidores finais de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela distribuidora.

A receita não faturada de fornecimento de energia elétrica corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada tomando como base ciclos de leitura. O efeito nas demonstrações financeiras da diferença entre a estimativa e o realizado é considerado imaterial.

A receita de operações venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos valor justo da contraprestação a receber no momento em que as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças (PLD).

As receitas de uso da rede de distribuição (TUSD) recebidas de outras concessionárias e consumidores livres são contabilizadas quando há o uso da rede de distribuição pelo cliente. A receita pela distribuição não faturada é contabilizada com base na receita auferida, porém, com faturas emitidas nos primeiros dias do mês posterior.

#### 3.19.2 Receita de serviços

As receitas de serviços são reconhecidas à medida que as obrigações de performances determinadas em contrato são transferidas ao cliente e a possibilidade do recebimento da contraprestação financeira for provável.

#### 3.19.3 Receita de construção

A receita de construção corresponde à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura, substanciada nos investimentos em ativos da concessão realizados pela Companhia no exercício. O reconhecimento dessa receita está diretamente relacionado aos gastos incorridos com a construção dos ativos da infraestrutura de concessão. Considerando que o modelo regulatório vigente não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, sendo assim a margem de construção adotada foi estabelecida como sendo igual a zero.



### 3.19.4 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras, juros sobre atraso no recebimento de cliente, atualização de ativos e passivos financeiros do setor e variações de *swaps*. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e debêntures, ajustes de desconto a valor presente e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

### 3.20 Ajuste a valor presente de ativos

Os itens sujeitos ao desconto a valor presente são referentes a contas a receber de consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes. O Grupo realizou cálculo do valor presente para os saldos com prazos de pagamento superiores a 180 dias. A taxa de desconto utilizada pela Diretoria para o desconto a valor presente para esses itens é de aproximadamente 10,0% a.a., semelhante ao custo médio de captação de recursos do Grupo nos últimos anos e ao encargo financeiro cobrado de seus clientes.

### 3.21 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC são os seguintes:

Revisão e normas impactadas	Descrição	Impactos contábeis
Alterações no CPC 06 (R2)/IFRS 16, CPC 11/IFRS 4, CPC 38/IAS 39, CPC 40 (R1) /IFRS 7 e CPC 48/IFRS 9: Reforma da Taxa de Juros de Referência.	As alterações aos Pronunciamentos CPC 38/IAS39 e CPC 48/IFRS 9 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco.	Sem impactos relevantes
Alterações no CPC 06 (R2)/IFRS 16: Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021.	As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2)/IFRS 16 sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.	Sem impactos relevantes



### 3.22 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas a seguir e todas são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Revisão e normas impactadas	Descrição	Impactos contábeis
IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de seguro	Norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação	Essa norma não se aplica ao Grupo
Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis	As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros	O Grupo avaliará os impactos
Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis	A alteração fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis.	O Grupo avaliará os impactos
Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante	Alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante	Não se espera impacto significativo

## 4. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 estão sendo apresentadas em relação aos negócios da Companhia, identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas, conforme apresentadas a seguir:

Balanco Patrimonial	Distribuição	Geração	Serviço	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 31.12.2021
Ativo circulante	7.798.320	1.162.257	13.217	296.871	643.478	(590.114)	9.324.029
Outros ativos não circulantes	13.861.576	62.166	16.434	11.578	892	-	13.952.646
Investimentos	34.124	-	-	-	8.191.828	(7.868.191)	357.761
Imobilizado	309.308	1.466.403	33.843	327	-	-	1.809.881
Intangível	2.455.860	375.710	1.378	607	-	-	2.833.555
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>	<b>24.459.188</b>	<b>3.066.536</b>	<b>64.872</b>	<b>309.383</b>	<b>8.836.198</b>	<b>(8.458.305)</b>	<b>28.277.872</b>
Passivo circulante	6.385.767	659.419	3.294	129.699	100.662	(590.114)	6.688.727
Passivo não circulante	10.906.594	1.926.285	21.730	554	881	-	12.856.044
Patrimônio líquido	7.166.827	480.832	39.848	179.130	8.734.655	(7.868.191)	8.733.101
<b>TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>24.459.188</b>	<b>3.066.536</b>	<b>64.872</b>	<b>309.383</b>	<b>8.836.198</b>	<b>(8.458.305)</b>	<b>28.277.872</b>

Balanco Patrimonial	Distribuição	Geração	Serviço	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 31.12.2020
Ativo circulante	5.450.204	2.268.126	25.182	223.081	391.927	(384.796)	7.973.724
Outros ativos não circulantes	13.133.051	325.289	16.962	27.507	689	-	13.503.498
Investimentos	31.258	-	-	-	6.852.861	(6.517.878)	366.241
Imobilizado	275.532	1.339.192	40.127	364	-	-	1.655.215
Intangível	2.459.309	437.157	1.363	759	-	-	2.898.588
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>	<b>21.349.354</b>	<b>4.369.764</b>	<b>83.634</b>	<b>251.711</b>	<b>7.245.477</b>	<b>(6.902.674)</b>	<b>26.397.266</b>
Passivo circulante	4.758.624	2.515.686	3.536	156.766	167.141	(384.796)	7.216.957
Passivo não circulante	10.953.184	1.118.470	31.078	500	865	-	12.104.097
Patrimônio líquido	5.637.546	735.608	49.020	94.445	7.077.471	(6.517.878)	7.076.212
<b>TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>21.349.354</b>	<b>4.369.764</b>	<b>83.634</b>	<b>251.711</b>	<b>7.245.477</b>	<b>(6.902.674)</b>	<b>26.397.266</b>



**Resultados por segmento:**

Demonstração do Resultado	Distribuição	Geração	Serviço	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 2021
RECEITA LÍQUIDA	13.625.646	853.492	58	1.314.234	-	(895.510)	14.897.920
DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS	(13.010.201)	(420.196)	(1.738)	(1.164.381)	(5.989)	895.510	(13.706.995)
Equivalência patrimonial	-	-	(33.912)	-	389.258	(402.970)	(47.624)
RESULTADO FINANCEIRO	(1.051.225)	(290.471)	2.920	5.813	2.773	-	(1.330.190)
Receita financeira	319.005	49.708	3.087	6.931	3.678	-	382.409
Despesa financeira	(1.370.230)	(340.179)	(167)	(1.118)	(905)	-	(1.712.599)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	(435.780)	142.825	(32.672)	155.666	386.042	(402.970)	(186.889)
Contribuição social	180.830	(10.721)	-	(14.024)	(502)	-	155.583
Imposto de renda	498.578	(29.142)	-	(38.820)	(1.365)	-	429.251
RESULTADO LÍQUIDO	243.628	102.962	(32.672)	102.822	384.175	(402.970)	397.945

Demonstração do Resultado	Distribuição	Geração	Serviço	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 2020
RECEITA LÍQUIDA	11.764.700	1.131.064	4.496	1.023.619	-	(850.411)	13.073.468
DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS	(10.969.006)	(156.794)	(6.771)	(965.559)	(16.257)	850.411	(11.263.976)
Equivalência patrimonial	-	(324)	(10.226)	-	688.595	(706.277)	(28.232)
RESULTADO FINANCEIRO	(398.850)	(341.819)	2.183	3.000	1.826	-	(733.660)
Receita financeira	748.230	347.704	2.429	3.315	2.162	(7.172)	1.096.668
Despesa financeira	(1.147.080)	(689.523)	(246)	(315)	(336)	7.172	(1.830.328)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	396.844	632.127	(10.318)	61.060	674.164	(706.277)	1.047.600
Contribuição social	(35.948)	(55.768)	(79)	(6.132)	-	-	(97.927)
Imposto de renda	(86.048)	(154.542)	(187)	(16.974)	-	-	(257.751)
RESULTADO LÍQUIDO	274.848	421.817	(10.584)	37.954	674.164	(706.277)	691.922

**5. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA**

Em 18 de dezembro de 2020, foi aprovada a concessão de período de exclusividade à Brasal Energia S.A. ("Brasal") visando à potencial operação para a alienação da totalidade da participação de 51% das controladas em conjunto Guanhães Energia S.A. ("Guanhães Energia") e Lightger S.A. ("Lightger"). A partir deste momento, a Companhia passou a tratar contabilmente esse bloco de ativos como "ativos não circulantes mantidos para venda".

Em 09 de dezembro de 2021, a Light S.A, em conjunto com sua controlada Light Energia, celebrou contrato de compra e venda com Brasal Energia S.A. ("Brasal"), para alienação a de participações societárias nas sociedades Lightger S.A e Guanhães Energia S.A ("Operação").

A operação consiste na venda para a Brasal da totalidade da participação de 51% das controladas em conjunto Guanhães Energia e Lightger, pelos valores de R\$97.904 e R\$108.511, respectivamente.



A consumação da transação e o pagamento do preço estão sujeitos ao cumprimento de condições precedentes usuais em transações dessa natureza, tais como a obtenção de anuência de autoridades regulatórias e concorrenciais e de terceiros. Em 03 de março de 2022, a ANEEL por meio do despacho nº 595/2022, concedeu anuência para as transações e definiu prazo de 120 dias para implementação da operação, a contar da data do despacho.

Os ativos que foram classificados como mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. No caso da alienação da participação na controlada indireta Guanhões Energia, o valor justo dos ativos líquidos das despesas de venda, é inferior ao valor contábil em R\$42.602 e foram reconhecidos como despesa no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, na rubrica de outras despesas. Enquanto para a Lightger nenhum registro adicional se fez necessário, visto que o valor contábil já se encontra a menor quando comparado ao valor justo líquido das despesas de venda.

### 5.1 Ativos classificados como mantidos para venda

Ativos classificados como mantidos para venda	31.12.2021		31.12.2020	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Lightger	41.446	41.446	53.919	53.919
Guanhões Energia	-	93.500	-	93.500
<b>Total</b>	<b>41.446</b>	<b>134.946</b>	<b>53.919</b>	<b>147.419</b>

### 5.2 Balanço patrimonial das controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2021

Balanço Patrimonial 31.12.2021	Lightger	Guanhões
Caixa e equivalentes de caixa	29.382	5.205
Outros	6.084	10.400
Circulante	35.466	15.605
Não circulante	119.645	391.787
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>155.111</b>	<b>407.392</b>
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8.573	13.144
Outros	2.802	28.111
Circulante	11.375	41.255
Empréstimos, financiamentos e debêntures	46.211	101.892
Outros	-	8.792
Não circulante	46.211	110.684
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>57.586</b>	<b>151.939</b>
Patrimônio líquido	97.525	255.453
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>155.111</b>	<b>407.392</b>

### 5.3 Demonstração do resultado das controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2021

Demonstração do Resultado 2021	Lightger	Guanhões
Receita líquida de vendas	54.232	51.536
Custos das vendas	(12.494)	(17.490)
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>41.738</b>	<b>34.046</b>
Despesas gerais e administrativas	(15.068)	(24.320)
Resultado financeiro líquido	(8.640)	(7.972)
<b>LUCRO ANTES DO IR E CSLL</b>	<b>18.030</b>	<b>1.754</b>
Imposto de renda e contribuição social	(2.554)	(1.660)
<b>LUCRO DO EXERCÍCIO</b>	<b>15.476</b>	<b>94</b>



## 6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalente de caixa	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e bancos	9	103	53.528	38.562
Aplicações financeiras de liquidez imediata (CDB)	-	7.642	343.249	614.638
<b>TOTAL</b>	<b>9</b>	<b>7.745</b>	<b>396.777</b>	<b>653.200</b>

A remuneração média das aplicações no consolidado é de 106,3% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (82,8% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota 34.

## 7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Títulos e valores mobiliários	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	62.647	70.781	3.049.564	1.934.466
Fundo de investimento (não exclusivos)	-	-	158.632	502.010
<b>TOTAL</b>	<b>62.647</b>	<b>70.781</b>	<b>3.208.196</b>	<b>2.436.476</b>

Os títulos e valores mobiliários são representados por: (i) garantias oferecidas para participação em leilões de energia; (ii) valores provenientes de venda de ativos que ficam retidos para reinvestimentos na rede elétrica; (iii) fundos de investimentos não exclusivos; e (iv) aplicações que têm seus vencimentos superiores a três meses da data de aplicação, com perda de valor em caso de resgate antecipado. A remuneração média dessas aplicações é de 101,9% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (107,9% do CDI em 31 de dezembro de 2020).





**8. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS, PERMISSONÁRIAS E CLIENTES**

Consumidores, concessionárias, permissonárias e clientes - Consolidado	31.12.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Fornecimento faturado	4.297.609	-	4.297.609	3.725.175	-	3.725.175
Fornecimento não faturado	635.102	-	635.102	674.821	-	674.821
Parcelamento de débitos	606.261	1.204.253	1.810.514	515.805	996.667	1.512.472
Comercialização de energia	141.697	-	141.697	956.126	-	956.126
Suprimento e encargos de uso da rede elétrica	25.369	-	25.369	25.956	-	25.956
Outras contas a receber	6.300	16.434	22.734	8.169	16.947	25.116
	5.712.338	1.220.687	6.933.025	5.906.052	1.013.614	6.919.666
(-) Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	(3.287.657)	-	(3.287.657)	(2.648.925)	-	(2.648.925)
<b>TOTAL</b>	<b>2.424.681</b>	<b>1.220.687</b>	<b>3.645.368</b>	<b>3.257.127</b>	<b>1.013.614</b>	<b>4.270.741</b>

Em 31 de dezembro de 2020, a controlada Light Energia possuía um saldo a receber de R\$832.021 na rubrica comercialização de energia, referente a inadimplência da liquidação da CCEE decorrente do ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE provocado pelo GSF menor que 1. No primeiro trimestre de 2021, a controlada Light Energia recebeu R\$335.739 referente ao montante em aberto com a CCEE. Em 06 de abril de 2021, foi liquidado pela controlada Light Energia, o saldo em aberto a pagar com a CCEE, conseqüentemente compensado pelo saldo a receber em aberto de R\$578.932 classificado na rubrica comercialização de energia, conforme descrito na Nota 18.

Os saldos vencidos e a vencer estão distribuídos da seguinte forma:

Classe de consumidores - Consolidado	Saldos a vencer	Saldos vencidos				Total	PECLD	31.12.2021
		Até 90 dias	De 91 e 180 dias	De 181 e 360 dias	Mais de 360 dias			
Residencial	535.270	232.055	126.575	647.560	1.319.246	2.860.706	(1.784.754)	1.079.950
Industrial	22.696	4.220	2.356	13.754	74.345	117.371	(82.860)	34.511
Comercial	307.815	53.870	27.786	131.482	347.249	868.202	(454.110)	414.092
Rural	2.204	595	214	810	2.471	6.294	(2.830)	3.464
Poder público	40.078	66.029	4.238	61.092	95.899	267.336	(146.660)	116.678
Iluminação pública	42.000	8.292	3.521	12.567	83.156	149.536	(97.678)	51.858
Serviço público	11.281	1.107	5.872	3.502	6.402	28.164	(8.317)	19.847
Fornecimento não faturado	499.077	-	-	-	-	499.077	(7.971)	491.106
<b>SUBTOTAL - CONSUMIDORES</b>	<b>1.460.421</b>	<b>366.168</b>	<b>170.562</b>	<b>870.767</b>	<b>1.928.768</b>	<b>4.796.686</b>	<b>(2.585.180)</b>	<b>2.211.506</b>
Comercialização de energia	141.697	-	-	-	-	141.697	(748)	140.949
Suprimento e encargos de uso da rede elétrica	25.369	-	-	-	-	25.369	(160)	25.209
Encargos de uso da rede elétrica - não faturado	136.025	-	-	-	-	136.025	-	136.025
Outras contas a receber	22.734	-	-	-	-	22.734	-	22.734
	325.825	-	-	-	-	325.825	(908)	324.917
<b>TOTAL</b>	<b>1.786.246</b>	<b>366.168</b>	<b>170.562</b>	<b>870.767</b>	<b>1.928.768</b>	<b>5.122.511</b>	<b>(2.586.088)</b>	<b>2.536.423</b>



Consolidado	Saldos a vencer	Saldos vencidos				Total	PECLD	31.12.2020
		Até 90 dias	De 91 e 180 dias	De 181 e 360 dias	Mais de 360 dias			
Residencial	384.708	299.917	111.752	227.239	1.314.908	2.338.524	(1.449.486)	889.038
Industrial	16.353	13.050	3.873	10.795	79.820	123.891	(89.183)	34.708
Comercial	217.239	91.741	32.600	63.980	348.514	754.074	(398.883)	355.191
Rural	1.342	826	202	292	2.472	5.134	(2.538)	2.596
Poder público	40.044	58.291	28.811	38.292	94.104	259.542	(105.411)	154.131
Iluminação pública	43.481	32.471	11.733	38.998	89.649	216.332	(96.384)	119.948
Serviço público	8.557	12.092	465	1.021	5.543	27.678	(5.369)	22.309
Fornecimento não faturado	571.364	-	-	-	-	571.364	(8.670)	562.694
<b>SUBTOTAL - CONSUMIDORES</b>	<b>1.283.088</b>	<b>508.388</b>	<b>189.436</b>	<b>380.617</b>	<b>1.935.010</b>	<b>4.296.539</b>	<b>(2.155.924)</b>	<b>2.140.615</b>
Comercialização de energia	956.126	-	-	-	-	956.126	(784)	955.342
Suprimento e encargos de uso da rede elétrica	25.956	-	-	-	-	25.956	(159)	25.797
Encargos de uso da rede elétrica - não faturado	103.457	-	-	-	-	103.457	-	103.457
Outras contas a receber	25.116	-	-	-	-	25.116	-	25.116
	1.110.655	-	-	-	-	1.110.655	(943)	1.109.712
<b>TOTAL</b>	<b>2.393.743</b>	<b>508.388</b>	<b>189.436</b>	<b>380.617</b>	<b>1.935.010</b>	<b>5.407.194</b>	<b>(2.156.867)</b>	<b>3.250.327</b>

## 8.1 Parcelamento de débitos

A Companhia possui saldos de consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes parcelados decorrentes de programas de negociação realizados.

Classe de consumidores	31.12.2021			31.12.2020		
	Total	PECLD	Total líquido	Total	PECLD	Total líquido
Residencial	1.218.443	(569.537)	648.906	1.024.650	(411.259)	613.391
Industrial	18.221	(7.996)	10.225	19.760	(813)	18.947
Comercial	193.863	(33.767)	160.096	184.064	(22.722)	161.342
Rural	2.203	(164)	2.039	1.934	(146)	1.788
Poder público	145.307	(51.180)	94.127	98.266	(56.703)	41.563
Iluminação pública	65.033	-	65.033	9.819	(154)	9.665
Serviço público	167.444	(38.925)	128.519	173.979	(261)	173.718
<b>TOTAL</b>	<b>1.810.514</b>	<b>(701.569)</b>	<b>1.108.945</b>	<b>1.512.472</b>	<b>(492.058)</b>	<b>1.020.414</b>

Em 07 de julho de 2018, a controlada Light SESA assinou um acordo de parcelamento com a SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A ("SuperVia"), cujo montante a receber era de R\$163.212. Em 25 de junho de 2019, a controlada Light SESA assinou um aditivo a esse acordo, onde foi incorporado ao saldo de parcelamento de débitos o montante de R\$48.149. O montante atualizado deste parcelamento em 31 de dezembro de 2021 é de R\$129.837 (R\$156.048 em 31 de dezembro de 2020). Em 11 de junho de 2021, a Justiça do Rio de Janeiro aceitou o pedido de processamento da recuperação judicial da SuperVia e conseqüentemente foi determinada a suspensão de todas as ações ou execuções contra a empresa. Em 07 de outubro de 2021, foi publicado o edital com a lista consolidada dos credores e plano de recuperação judicial (RJ) da SuperVia. A assembleia de credores está prevista para ser realizada em 27 de abril de 2022.



Em 31 de dezembro de 2021, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro possui um montante em aberto de R\$271.720 com a controlada Light SESA. Esse montante refere-se às faturas de energia elétrica do período entre agosto de 2018 a dezembro de 2021. Deste montante, (i) o total de R\$207.834 refere-se a faturas emitidas até dezembro de 2020, as quais estão sendo negociadas diretamente com a Secretaria de Fazenda, e um regulamento está sendo elaborado para definir as condições de parcelamento e leilão reverso, com previsão de publicação no Diário Oficial até abril de 2022; e (ii) o montante de R\$63.886 que se referem as faturas emitidas em 2021, a controlada Light SESA está em negociação junto à Prefeitura e com expectativa de regularização até abril de 2022.

## 8.2 Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

Seguem abaixo as movimentações da PECLD de consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

SALDO EM 31.12.2019	(2.071.504)
Adições (Nota 32)	(618.670)
Baixas	41.249
SALDO EM 31.12.2020	(2.648.925)
Adições (Nota 32)	(597.354)
Baixas	(41.378)
SALDO EM 31.12.2021	(3.287.657)

As baixas de recebíveis para perda são efetuadas de acordo com a Lei n° 9.430/1997 e Lei n° 13.097/2015. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram realizadas baixas no montante de R\$41.378 (R\$41.249 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020) contra a provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa já constituída, não gerando, assim, impacto no resultado do exercício.

A exposição da Companhia a riscos de crédito relacionados a consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes é divulgada na Nota 34.



## 9. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Tributos e contribuições a compensar - Consolidado	31.12.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a compensar <sup>(a)</sup>	45.318	62.603	107.921	42.033	51.925	93.958
PIS e COFINS a compensar (Nota 9.1) <sup>(b)</sup>	986.292	3.241.542	4.227.834	586.001	4.368.093	4.954.094
INSS	6.388	-	6.388	11.226	-	11.226
Outros	16.486	-	16.486	16.457	-	16.457
<b>TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR</b>	<b>1.054.484</b>	<b>3.304.145</b>	<b>4.358.629</b>	<b>655.717</b>	<b>4.420.018</b>	<b>5.075.735</b>
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	208.303	370.559	578.862	137.047	-	137.047
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR</b>	<b>208.303</b>	<b>370.559</b>	<b>578.862</b>	<b>137.047</b>	<b>-</b>	<b>137.047</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.262.787</b>	<b>3.674.704</b>	<b>4.937.491</b>	<b>792.764</b>	<b>4.420.018</b>	<b>5.212.782</b>

<sup>(a)</sup> Substancialmente representados por créditos de ICMS decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e intangível, os quais podem ser compensados em até 48 meses.

<sup>(b)</sup> Em 31 de dezembro de 2021, o saldo apresentado encontra-se líquido dos impostos a pagar apurados em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$52.745 (R\$238.928 em 31 de dezembro de 2020). Ademais, inclui o montante de R\$4.206 (R\$4.206 em 31 de dezembro de 2020) referente a PIS/COFINS diferidos de órgãos públicos.

### 9.1 Créditos de PIS e COFINS após a exclusão do ICMS na base de cálculo

Em 18 de fevereiro de 2008, a controlada Light SESA impetrou o Mandado de Segurança nº 0012490-07.2008.4.02.5101 no tocante ao reconhecimento do seu direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Em 07 de agosto de 2019, transitou em julgado, no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, o processo judicial da ação movida pela Companhia com decisão favorável à autora, reconhecendo o direito de excluir o ICMS pago da base de cálculo do PIS e COFINS, com efeito retroativo a janeiro de 2002, devidamente atualizados pela Taxa Selic.

Baseada na opinião dos assessores legais, a Diretoria da Companhia entende que parcela dos créditos a serem recebidos pela controlada Light SESA podem ser objeto de restituição aos consumidores da sua área de concessão. Neste caso, consideramos que o período máximo aplicável para cálculo de tal devolução será de 10 anos. Sendo assim, a controlada Light SESA constituiu um passivo correspondente aos créditos fiscais que deverão ser repassados aos consumidores que compreende o período dos últimos 10 anos, ou seja, de setembro de 2009 a agosto de 2019, líquido do PIS/COFINS incidente sobre a sua receita financeira de atualização. O montante representado pela diferença do total do crédito fiscal registrado pela controlada Light SESA e respectiva obrigação reconhecida pelo prazo supracitado, foi avaliado pela Diretoria como sendo de perda possível, motivo pelo qual não foi provisionado nas demonstrações financeiras. No reajuste tarifário que entrou em vigor em 15 de março de 2021 foi homologada a devolução de R\$374.196 e no reajuste tarifário que entrou em vigor em 15 de março de 2022 foi homologada a devolução de R\$1.050.000. Ambos os valores foram homologados como item financeiro e reduziram a tarifa do consumidor.



Em 09 abril de 2020, a Receita Federal do Brasil (“RFB”) deferiu o pedido de habilitação dos créditos fiscais oriundos da exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS, o que motivou a reversão do IRPJ e CSLL diferidos, que foram oferecidos à tributação pelo IRPJ e pela CSLL correntes, bem como a reclassificação para o ativo circulante do montante estimado de créditos a serem recuperados nos próximos 12 meses. O início da compensação destes créditos ocorreu a partir de 30 de abril de 2020. Os créditos totais compensados até 31 de dezembro de 2021, somaram o montante de R\$2.134.789 (R\$1.110.796 em 31 de dezembro de 2020). Desse montante, R\$703.630 se referiam aos tributos federais incidentes sobre a habilitação dos referidos créditos fiscais.

A Companhia adota os procedimentos de recuperação destes créditos de acordo com as previsões legais estabelecidas pela RFB. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e será efetuado conforme mecanismos e critérios a serem definidos pela ANEEL. Em 09 de fevereiro de 2021, a ANEEL abriu a Consulta Pública nº 5/2021 com a finalidade de colher subsídios e informações para regulamentar o tratamento a ser dado para a devolução aos consumidores dos valores auferidos pelas distribuidoras de energia elétrica.

Esses créditos são atualizados pela Selic até a sua compensação, sendo o efeito líquido no resultado financeiro no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 de R\$14.912 (R\$29.171 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020), conforme Nota 33.

Segue abaixo a apresentação dos efeitos contábeis relativos ao reconhecimento dos créditos fiscais decorrentes da exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS, incluindo sua atualização pela Selic, e dos valores a serem restituídos aos consumidores reconhecidos nas demonstrações financeiras de 2021 e 2020:

Efeitos no balanço patrimonial	31.12.2021	31.12.2020
Créditos de PIS e COFINS sobre o ICMS	4.284.785	5.197.228
Valores a serem restituídos a consumidores	(3.395.800)	(3.677.853)
<b>TOTAL</b>	<b>888.985</b>	<b>1.519.375</b>

Efeitos no resultado dos exercícios	2021	2020
Receita financeira (Nota 33)	14.912	29.171
PIS e COFINS sobre receita financeira	(693)	(1.356)
Imposto de renda e contribuição social	(4.834)	(9.457)
<b>TOTAL</b>	<b>9.385</b>	<b>18.358</b>



## 9.2 Não incidência do IRPJ/CSLL sobre atualização pela Selic dos indébitos tributários

Em 24 de setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal (“STF”), em julgamento de recurso extraordinário com repercussão geral, decidiu favoravelmente aos contribuintes sobre a não incidência do imposto de renda e contribuição social sobre a atualização da Selic nos casos de restituição de impostos pagos a maior (repetição de indébito), trazendo impactos relevantes, principalmente, para a tributação dos ganhos do ICMS na base do PIS e COFINS.

De forma geral, as entidades que possuíam ação questionando esta tese até a data de julgamento do STF já teriam direito a não tributar a atualização da Selic nos ganhos tributários. Entidades que não possuíam ação questionando o tema até o julgamento do STF, devem aguardar o resultado de eventual modulação dos efeitos da decisão.

A controlada Light SESA possui mandado de segurança, no qual discute o direito à repetição dos montantes de IRPJ e CSLL que incidiram sobre os valores correspondentes à Selic aplicada em seus indébitos tributários e depósitos judiciais, desde agosto de 2016, bem como pleiteia o afastamento definitivo dessa incidência tributária.

Com base na decisão do STF, a Companhia, conforme ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (equivalente à norma internacional IFRIC 23), reavaliou a expectativa de ganho do direito em relação aos indébitos tributários e reconheceu em 2021, como receita de IRPJ e CSLL corrente e diferido, o montante de R\$536.170 sendo (i) R\$365.170 à título de IRPJ e CSLL a recuperar referente aos períodos que a controlada Light SESA apurou lucro real, apresentados no ativo não circulante; e (ii) R\$171.761 pela recomposição do prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social referentes aos períodos em que a controlada Light SESA apurou base fiscal negativa para os períodos de cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação, aumentando o ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2021, o montante de IRPJ e CSLL a recuperar atualizados monetariamente é de R\$370.559.

Importante ressaltar, que o montante apurado pela Companhia levou em consideração as atualizações financeiras sobre os valores a serem restituídos aos consumidores, ou seja, a Companhia considerou em suas exclusões os mesmos efeitos os quais havia considerado quando do reconhecimento dos créditos sobre a exclusão do ICMS da base do PIS e da COFINS, ou seja, líquido do passivo a restituir.



**10. TRIBUTOS DIFERIDOS**

Tributos diferidos - Consolidado	31.12.2021			31.12.2020		
	Ativo diferido	Passivo diferido	Líquido diferido	Ativo diferido	Passivo diferido	Líquido diferido
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	1.130.327	-	1.130.327	913.158	-	913.158
Provisão para PLR	16.578	-	16.578	13.253	-	13.253
Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	170.715	-	170.715	220.161	-	220.161
Benefício Pós-Emprego - CVM 695/12 (Nota 24)	-	-	-	1.811	-	1.811
Prejuízos fiscais	289.922	-	289.922	96.103	-	96.103
Base negativa de contribuição social	107.399	-	107.399	37.624	-	37.624
Outros	16.863	-	16.863	19.743	-	19.743
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	1.352	(64.739)	(63.387)	-	(379.611)	(379.611)
Remuneração do ativo financeiro da concessão	-	(771.486)	(771.486)	-	(576.247)	(576.247)
Custo atribuído Light Energia	-	(148.918)	(148.918)	-	(156.813)	(156.813)
Repactuação do GSF na Light Energia	-	(127.562)	(127.562)	-	(147.502)	(147.502)
<b>ATIVO (PASSIVO) TRIBUTÁRIO DIFERIDO, BRUTO</b>	<b>1.733.156</b>	<b>(1.112.705)</b>	<b>620.451</b>	<b>1.301.853</b>	<b>(1.260.173)</b>	<b>41.680</b>
Apresentação pelo líquido	(837.441)	837.441	-	(851.884)	851.884	-
<b>ATIVO (PASSIVO) TRIBUTÁRIO DIFERIDO, LÍQUIDO</b>	<b>895.715</b>	<b>(275.264)</b>	<b>620.451</b>	<b>449.969</b>	<b>(408.289)</b>	<b>41.680</b>

Segue abaixo a movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Tributos diferidos - Consolidado	Saldo em 31.12.2019	Reconhecido no Resultado	Reconhecido no Patrimônio Líquido	Saldo em 31.12.2020	Reconhecido no Resultado	Reconhecido no Patrimônio Líquido	Saldo em 31.12.2021
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	716.835	196.323	-	913.158	217.169	-	1.130.327
Provisão para PLR	11.206	2.047	-	13.253	3.325	-	16.578
Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	184.688	35.473	-	220.161	(49.446)	-	170.715
Benefício Pós-Emprego - CVM 695/12 (Nota 24)	-	-	1.811	1.811	-	(1.811)	-
Prejuízos fiscais	238.349	(142.246)	-	96.103	193.819	-	289.922
Base negativa de contribuição social	88.834	(51.210)	-	37.624	69.775	-	107.399
Outros	12.109	7.634	-	19.743	(2.880)	-	16.863
Créditos de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS	1.282.996	(1.282.996)	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	11.756	(11.756)	-	-	1.352	-	1.352
<b>TOTAL DO IR E CSLL DIFERIDOS - ATIVO</b>	<b>2.546.773</b>	<b>(1.246.731)</b>	<b>1.811</b>	<b>1.301.853</b>	<b>433.114</b>	<b>(1.811)</b>	<b>1.733.156</b>
Crédito de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS	(2.126.011)	2.126.011	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	(126.770)	(252.841)	-	(379.611)	314.872	-	(64.739)
Remuneração do ativo financeiro da concessão	(493.671)	(82.576)	-	(576.247)	(195.239)	-	(771.486)
Custo atribuído Light Energia	(164.874)	8.054	7	(156.813)	7.895	-	(148.918)
Repactuação do GSF na Light Energia	-	(147.502)	-	(147.502)	19.940	-	(127.562)
<b>TOTAL DO IR E CSLL DIFERIDOS - PASSIVO</b>	<b>(2.911.326)</b>	<b>1.651.146</b>	<b>7</b>	<b>(1.260.173)</b>	<b>147.468</b>	<b>-</b>	<b>(1.112.705)</b>



Para fundamentar os créditos fiscais diferidos registrados, a Companhia atualizou, já considerando as realizações até 31 de dezembro de 2021, o estudo técnico de viabilidade de realização fiscal. O estudo indica a recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados em 31 de dezembro de 2021 em até seis anos, conforme cronograma anual de realização a seguir:

2022	2023	2024	2025	2026	Total
104.587	141.474	536.162	552.065	398.868	1.733.156

## 10.1 Conciliação dos tributos no resultado

Conciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para imposto de renda e contribuição social:

Conciliação dos tributos no resultado	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	399.812	691.922	(186.889)	1.047.600
Alíquota nominal de IRPJ e CSLL	34%	34%	34%	34%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL ÀS ALIQUOTAS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE	(135.936)	(235.253)	63.542	(356.184)
Equivalência patrimonial	137.009	240.134	(16.192)	(9.599)
Créditos fiscais diferidos não reconhecidos CVM nº 371/02	812	(6.228)	812	(6.228)
Incentivos fiscais <sup>(a)</sup>	2	-	2.960	13.831
Não incidência do IRPJ/CSLL sobre atualização pela Selic dos débitos tributários	-	-	508.304	-
Outros efeitos de IRPJ e CSLL sobre as adições e exclusões permanentes	(3.754)	1.347	25.408	2.502
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO</b>	<b>(1.867)</b>	<b>-</b>	<b>584.834</b>	<b>(355.678)</b>
IRPJ e CSLL corrente no resultado	(1.867)	-	4.252	(760.093)
IRPJ e CSLL diferido no resultado	-	-	580.582	404.415

<sup>(a)</sup> Refere-se a Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313/91) e Programa de Alimentação ao Trabalhados (PAT – Lei 6.321/76), que ambos isoladamente possibilitam a aplicação de até 4% do imposto de renda devido.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui saldo de crédito sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social acumulados não reconhecidos, no montante de R\$167.823 (R\$170.210 em 31 de dezembro de 2020), tendo em vista as incertezas na sua realização.

## 11. OUTROS CRÉDITOS

Outros Créditos - Consolidado	31.12.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Adiantamento a fornecedores	2.764	-	2.764	6.390	-	6.390
Contribuição iluminação pública	182.671	-	182.671	142.238	-	142.238
Dispêndios a reembolsar	31.905	-	31.905	14.460	-	14.460
Desativações e alienações em curso	26.874	-	26.874	83.076	-	83.076
Subvenção por redução de consumo	169.215	-	169.215	-	-	-
Subvenções governamentais <sup>(a)</sup>	61.464	-	61.464	50.473	-	50.473
Restituição de valores cobrados - Acordo Furnas	120.000	-	120.000	40.000	120.000	160.000
Outros	18.048	1.121	19.169	2.763	-	2.763
<b>TOTAL</b>	<b>612.941</b>	<b>1.121</b>	<b>614.062</b>	<b>339.400</b>	<b>120.000</b>	<b>459.400</b>

<sup>(a)</sup> Inclui subvenção de baixa renda e subvenção CDE.





Restituição de valores cobrados pelo fornecimento de energia elétrica – Acordo com Furnas Centrais Elétricas S.A. (“Furnas”)

Em 22 de dezembro de 2020, a controlada Light SESA celebrou acordo para encerrar a demanda judicial indenizatória contra Furnas Centrais Elétricas S.A. (“Furnas”) que discutia a restituição de valores cobrados pelo fornecimento de energia elétrica no ano de 1986.

No acordo firmado, a controlada Light SESA aceitou receber R\$496.000 da seguinte forma: (i) R\$336.000, em parcela única, recebida em 28 de dezembro de 2020; (ii) R\$40.000, em parcela única, com vencimento em 05 de dezembro de 2021; e (iii) R\$120.000, em parcela única.

Para a parcela de R\$120.000, Furnas listou uma série de 22 ativos que poderão ser dados como parte do pagamento, sujeitos, todavia à aprovação da ANEEL, e se forem homologados passarão a integrar a base regulatória da controlada Light SESA. Neste caso, serão monetizados por meio do emprego em suas atividades operacionais.

Subvenção por redução de consumo - Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica

Em 31 de dezembro de 2021, a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (“CREG”), emitiu a Resolução nº 2, que instituiu o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica, com o objetivo de estabelecer medidas emergenciais para o enfrentamento da atual situação de escassez hídrica.

A normativa estabeleceu que o programa deveria ser implementado mediante a concessão de bônus em fatura, no valor de R\$50,00 (cinquenta reais) para cada 100 (cem) kWh, em contrapartida da redução média verificada do consumo e, que os custos serão recuperados por meio do encargo destinado à cobertura dos Custos do Serviço do Sistema. Esse bônus vai ser concedido diretamente nas faturas de energia elétrica de cada consumidor, a partir do mês de janeiro de 2022, e em contrapartida a Companhia reconhecerá uma receita de subvenção governamental, em montante equivalente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o montante estimado de bônus por redução voluntária do consumo a serem repassados aos consumidores (Nota 27) foi de R\$169.215, tendo como contrapartida uma redução no resultado operacional. Por outro lado, o direito de ressarcimento pelo bônus concedido foi reconhecido no ativo circulante da rubrica “outros créditos” e, tendo como contrapartida a rubrica de receita para recompor o resultado operacional (vide Nota 31).



**12. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DO SETOR**

Ativos e passivos financeiros do setor - Consolidado	Circulante				Não circulante		Total em 31.12.2021	
	Valores homologados		Próximos reajustes		Próximos reajustes		Ativo	Passivo
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo		
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	14.963	-	4.510	-	1.187	-	20.660	-
Custo de aquisição de energia	-	(62.283)	742.582	-	195.416	-	937.998	(62.283)
Encargo do Serviço do Sistema - ESS/EER	9.509	-	681.877	-	179.441	-	870.827	-
PROINFA	925	-	-	-	-	-	925	-
Transporte de energia elétrica - Itaipu	4.521	-	2.201	-	580	-	7.302	-
Transporte de energia pela rede básica	99.155	-	27.207	-	7.160	-	133.522	-
Itens da Parcela A	129.073	(62.283)	1.458.377	-	383.784	-	1.971.234	(62.283)
Outros itens financeiros <sup>(a)</sup>	-	(245.667)	69.024	(197.469)	18.164	(51.966)	87.188	(495.102)
Sobrecontratação de energia e exposição involuntária	-	(48.629)	-	(85.892)	-	(22.603)	-	(157.124)
Neutralidade da Parcela A	-	(43.512)	-	(46.693)	-	(12.288)	-	(102.493)
Devoluções tarifárias	-	(5.335)	-	(25.465)	-	(6.701)	-	(37.501)
Itens financeiros	-	(343.143)	69.024	(355.519)	18.164	(93.558)	87.188	(792.220)
Ativos (passivos) financeiros do setor, bruto	129.073	(405.426)	1.527.401	(355.519)	401.948	(93.558)	2.058.422	(854.503)
Apresentação pelo líquido	(129.073)	129.073	(355.519)	355.519	(93.558)	93.558	(578.150)	578.150
Ativos (passivos) financeiros do setor, líquido	-	(276.353)	1.171.882	-	308.390	-	1.480.272	(276.353)

<sup>(a)</sup> Em 31 de dezembro de 2021, o componente financeiro negativo é composto basicamente pela devolução dos créditos do PIS/COFINS no montante de R\$73.763, bem como outros itens financeiros homologados.

Ativos e passivos financeiros do setor - Consolidado	Circulante				Não circulante		Total em 31.12.2020	
	Valores homologados <sup>(a)</sup>		Próximos reajustes		Próximos reajustes		Ativo	Passivo
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo		
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	64.884	-	17.075	-	81.959	-
Custo de aquisição de energia	-	-	-	(141.391)	-	(37.208)	-	(178.599)
Encargo do Serviço do Sistema - ESS	-	-	151.035	-	39.746	-	190.781	-
PROINFA	-	-	3.750	-	987	-	4.737	-
Transporte de energia elétrica - Itaipu	-	-	-	(2.595)	-	(684)	-	(3.279)
Transporte de energia pela rede básica	-	-	22.969	-	6.045	-	29.014	-
Itens da Parcela A	-	-	242.638	(143.986)	63.853	(37.892)	306.491	(181.878)
Outros itens financeiros	-	-	-	(237.503)	-	(62.501)	-	(300.004)
Sobrecontratação de energia e exposição involuntária	-	-	112.840	-	29.694	-	142.534	-
Neutralidade da Parcela A	-	-	109.902	-	28.922	-	138.824	-
Devoluções tarifárias	-	-	-	(25.530)	-	(6.718)	-	(32.248)
Itens financeiros	-	-	222.742	(263.033)	58.616	(69.219)	281.358	(332.252)
Ativos (passivos) financeiros do setor, bruto	-	-	465.380	(407.019)	122.469	(107.111)	587.849	(514.130)
Apresentação pelo líquido	-	-	(407.019)	407.019	(107.111)	107.111	(514.130)	514.130
Ativos financeiros do setor, líquido	-	-	58.361	-	15.358	-	73.719	-

<sup>(a)</sup> Em 31 de dezembro de 2020, os saldos homologados encontram-se zerados por conta do recebimento da Conta-Covid.



Segue abaixo a movimentação dos saldos de ativos e passivos financeiros do setor nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

SALDO EM 31.12.2019	662.067
Constituição <sup>(a)</sup>	1.208.271
Amortização <sup>(a)</sup>	(456.782)
Recebimento de recursos de CCRBT <sup>(a)</sup>	(38.643)
Recebimento Conta-Covid	(1.326.043)
Atualização Selic (Nota 33)	24.849
SALDO EM 31.12.2020	73.719
Constituição <sup>(a)</sup>	1.211.646
Amortização <sup>(a)</sup>	289.593
Recebimento de recursos de CCRBT <sup>(a)</sup>	(50.312)
Valores a serem restituídos a consumidores - Crédito de PIS/COFINS <sup>(b)</sup>	(374.196)
Atualização Selic (Nota 33)	53.469
SALDO EM 31.12.2021	1.203.919

<sup>(a)</sup> Saldos reconhecidos no resultado em receita líquida, na rubrica "ativos e passivos financeiros do setor" (vide Nota 33), que incluíram os recursos da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT).

<sup>(b)</sup> Valor reclassificado da rubrica valores a serem restituídos a consumidores (Nota 9).

Segue abaixo a movimentação do saldo de ativos e passivos financeiros por ciclo tarifário:

Ativos e passivos financeiros por ciclo tarifário - Consolidado	31.12.2021			31.12.2020		
	Homologado pela ANEEL no reajuste de 09.03.2021	Valores que serão homologados nos próximos reajustes tarifários	Total	Homologado pela ANEEL no reajuste de 10.03.2020	Valores que serão homologados nos próximos reajustes tarifários	Total
Saldo homologado pela ANEEL	(631.543)	-	(631.543)	512.386	-	512.386
Ativos e passivos financeiros do setor (amortização/constituição)	360.525	1.512.438	1.872.963	(512.386)	105.967	(406.419)
Devoluções tarifárias <sup>(a)</sup>	(5.335)	(32.166)	(37.501)	-	(32.248)	(32.248)
<b>TOTAL</b>	<b>(276.353)</b>	<b>1.480.272</b>	<b>1.203.919</b>	<b>-</b>	<b>73.719</b>	<b>73.719</b>

<sup>(a)</sup> Refere-se a ultrapassagem de demanda e excedente de reativos a serem faturados para os consumidores e repassados pela tarifa diretamente através da Parcela B.

## 12.1 Reajuste tarifário 2021

Em 09 de março de 2021, foi aprovado pela ANEEL o processo de reajuste das tarifas da controlada Light SESA. O resultado, homologado através da Resolução Homologatória nº 2.835/2021, representa um reajuste tarifário médio para o consumidor de 6,75%, e engloba todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural e outras). O índice de reajuste é constituído de dois componentes: (i) estrutural, que passa a integrar a tarifa, de 18,39%, compreendido pelos custos não gerenciáveis (Parcela A) e gerenciáveis (Parcela B); e (ii) componente financeiro negativo que somam 11,64%, aplicado exclusivamente aos próximos 12 meses, onde, dentre outros, foi considerado a devolução integral dos recursos recebidos da Conta-Covid, bem como início do processo de devolução dos valores oriundos de créditos tributários referentes ao trânsito em julgado da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 15 de março de 2021.



### 13. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Ativo indenizável ao final da concessão - Consolidado	Ativo financeiro bruto	Obrigações especiais	Ativo financeiro líquido
SALDO EM 31.12.2019	5.924.655	(1.176.361)	4.748.294
Adições <sup>(a)</sup>	228.340	(8.072)	220.268
Valor justo - atualização VNR (Nota 31)	302.693	(59.821)	242.872
Baixas	(14.121)	-	(14.121)
SALDO EM 31.12.2020	6.441.567	(1.244.254)	5.197.313
Adições <sup>(a)</sup>	1.131.895	(30.640)	1.101.255
Valor justo - atualização VNR (Nota 31)	701.008	(126.777)	574.231
Baixas	(50.811)	-	(50.811)
SALDO EM 31.12.2021	8.223.659	(1.401.671)	6.821.988

<sup>(a)</sup> Transferência proveniente da bifurcação dos ativos quando da entrada em serviço (vide notas explicativas 14 e 17).

### 14. ATIVO DE CONTRATO

Ativo de contrato – Consolidado	Direito de uso da concessão	Obrigações especiais - direito de uso da concessão	Total
SALDO EM 31.12.2019	561.086	(64.133)	496.953
Adições	801.079	(8.317)	792.762
Transferências para intangível (Nota 17)	(316.765)	10.418	(306.347)
SALDO EM 31.12.2020	1.045.400	(62.032)	983.368
Adições	969.028	(18.944)	950.084
Transferências para intangível (Nota 17)	(1.412.878)	37.680	(1.375.198)
SALDO EM 31.12.2021	601.550	(43.296)	558.254

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi incorporado ao ativo de contrato, a título de capitalização de juros, o montante de R\$17.656 (R\$40.259 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020), cuja taxa média de capitalização foi de 7,8% ao ano.

### 15. INVESTIMENTOS

Investimentos	% de Participações	Controladora		Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Avaliados por equivalência patrimonial					
Light SESA	100,0%	7.166.827	5.637.546	-	-
Light Energia	100,0%	480.832	735.608	-	-
Lightcom	100,0%	179.130	94.445	-	-
Light Soluções	100,0%	1.546	1.253	-	-
Light Conecta	100,0%	39.848	49.020	-	-
UHE Itaocara <sup>(a)</sup>	51,0%	-	-	(21.614)	(30.823)
Axxiom <sup>(b)</sup>	51,0%	4.451	4.617	4.451	4.617
Amazônia Energia <sup>(b)</sup>	25,5%	319.187	330.364	319.187	330.364
Instituto Light	100,0%	7	8	-	-
SUBTOTAL		8.191.828	6.852.861	302.024	304.158
Outros investimentos permanentes <sup>(c)</sup>		-	-	34.123	31.260
Total de participações societárias a descoberto		-	-	21.614	30.823
TOTAL		8.191.828	6.852.861	357.761	366.241

<sup>(a)</sup> A controlada em conjunto Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. apresentou patrimônio líquido negativo e, assim, após reduzir a zero o saldo contábil de sua participação, a Companhia reconheceu uma perda na extensão de suas obrigações contratuais assumidas junto à investida e os outros acionistas, que em 31 de dezembro de 2021 alcançou o montante de R\$21.614 (R\$30.823 em 31 de dezembro de 2020).

<sup>(b)</sup> Refere-se ao investimento apurado a partir do patrimônio líquido para fins de equivalência patrimonial.

<sup>(c)</sup> Inclui investimentos em participações societárias avaliadas pelo valor de mercado, detidos pela controlada Light SESA.



As principais informações sobre as controladas e controladas em conjunto estão apresentadas abaixo:

Investimentos em 31.12.2021	%	Forma de avaliação	Total do ativo	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Dividendos a receber
Light SESA	100,0%	Consolidado	24.459.188	5.486.365	7.166.827	243.628	(57.862)
Light Energia	100,0%	Consolidado	3.066.536	77.422	480.832	102.962	(441.341)
Lightcom	100,0%	Consolidado	309.383	120.000	179.130	102.822	(18.137)
Light Soluções	100,0%	Consolidado	2.166	3.850	1.546	(57)	(498)
Light Conecta	100,0%	Consolidado	64.872	162.897	39.848	(32.672)	-
UHE Itaocara	51,0%	Equivalência patrimonial	15.910	156.259	(42.380)	(66.495)	-
Axxiom	51,0%	Equivalência patrimonial	31.667	68.065	8.728	(4.925)	-
Amazônia Energia	25,5%	Equivalência patrimonial	1.253.900	1.322.698	1.251.711	(43.934)	-
Instituto Light	100,0%	Consolidado	7	350	8	(1)	-

Investimentos	%	Forma de avaliação	Participação patrimônio líquido		Dividendos recebidos		Resultado de equivalência patrimonial	
			31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Light SESA	100,0%	Consolidado	7.166.827	5.637.546	(65.276)	-	243.628	274.848
Light Energia	100,0%	Consolidado	480.832	735.608	(105.454)	-	102.962	421.817
Guanhães Energia	51,0%	Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	59
Lightcom	100,0%	Consolidado	179.130	94.445	-	-	102.822	37.954
Light Soluções	100,0%	Consolidado	1.546	1.253	-	-	(57)	(34)
Lightger	51,0%	Equivalência patrimonial	-	-	(12.473)	(7.194)	-	12.730
Light Conecta	100,0%	Consolidado	39.848	49.020	-	-	(32.672)	(10.584)
UHE Itaocara	51,0%	Equivalência patrimonial	(21.614)	(30.823)	-	-	(33.912)	(9.361)
Axxiom	51,0%	Equivalência patrimonial	4.451	4.617	-	-	(2.512)	(1.655)
Amazônia Energia	25,5%	Equivalência patrimonial	319.187	330.364	-	-	(11.202)	(21.505)
Instituto Light	100,0%	Consolidado	7	8	-	-	(1)	-

Movimentação dos investimentos nas controladas e controladas em conjunto (equivalência patrimonial) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Investimentos - Controladora	31.12.2020	Aumento de capital <sup>(a)</sup>	Dividendos	Resultado Abrangente	Equivalência patrimonial		31.12.2021
					Outros	Resultado	
Light SESA	5.637.546	1.340.000	(57.862)	3.516	(1)	243.628	7.166.827
Light Energia	735.608	-	(357.737)	-	(1)	102.962	480.832
Lightcom	94.445	-	(18.137)	-	-	102.822	179.130
Light Soluções	1.253	350	-	-	-	(57)	1.546
Light Conecta	49.020	23.500	-	-	-	(32.672)	39.848
Axxiom	4.617	2.346	-	-	-	(2.512)	4.451
Amazônia Energia	330.364	26	-	-	(1)	(11.202)	319.187
Instituto Light	8	-	-	-	-	(1)	7
<b>TOTAL</b>	<b>6.852.861</b>	<b>1.366.222</b>	<b>(433.736)</b>	<b>3.516</b>	<b>(3)</b>	<b>402.968</b>	<b>8.191.828</b>

<sup>(a)</sup> Em 25 de janeiro de 2021, a Companhia aportou o montante de R\$1.340.000 na controlada Light SESA por meio da subscrição e integralização de 96.297.089.456 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal.



Investimento Controladora	31.12.2019	Aumento de capital	Dividendos	Baixa de custo atribuído	Resultado abrangente <sup>(2)</sup>	Transferência de dividendos para reserva especial <sup>(1)</sup>	Transferência para ativos mantidos para venda	Equivalência patrimonial		31.12.2020
								Outros	Resultado	
Light SESA	5.157.566	-	(65.276)	-	(3.516)	273.923	-	1	274.848	5.637.546
Light Energia	502.863	-	(189.059)	(14)	-	-	-	1	421.817	735.608
Lightcom	56.492	-	-	-	-	-	-	(1)	37.954	94.445
Light Soluções	1.287	-	-	-	-	-	-	-	(34)	1.253
Lightger	48.384	-	(7.194)	-	-	-	(53.919)	(1)	12.730	-
Light Conecta	59.604	-	-	-	-	-	-	-	(10.584)	49.020
Axxiom	13.526	-	-	-	-	-	-	(7.254)	(1.655)	4.617
Amazônia Energia	351.818	51	-	-	-	-	-	-	(21.505)	330.364
Instituto Light	-	50	-	-	-	-	-	(42)	-	8
<b>TOTAL</b>	<b>6.191.540</b>	<b>101</b>	<b>(261.529)</b>	<b>(14)</b>	<b>(3.516)</b>	<b>273.923</b>	<b>(53.919)</b>	<b>(7.296)</b>	<b>713.571</b>	<b>6.852.861</b>

(1) Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da controlada Light SESA, realizada em 28 de abril de 2020, foi aprovada a não distribuição dos dividendos mínimos obrigatória de 2019 em decorrência das incertezas da COVID-19 e da situação financeira da controlada Light SESA mediante a criação da reserva especial.

(2) O resultado abrangente é referente ao registro da perda de passivo atuarial.

Investimentos Consolidado	31.12.2020	Aumento de capital	Equivalência patrimonial		31.12.2021
			Outros	Resultado	
Axxiom	4.617	2.346	-	(2.512)	4.451
Amazônia Energia	330.364	26	(1)	(11.202)	319.187
Light Conecta	-	-	-	-	-
UHE Itaocara	(30.823)	43.120	1	(33.912)	(21.614)
<b>TOTAL</b>	<b>304.158</b>	<b>45.492</b>	<b>-</b>	<b>(47.626)</b>	<b>302.024</b>

Investimentos Consolidado	31.12.2019	Aumento de capital	Dividendos	Provisão para perda na venda de participação	Transferência para mantidos para venda	Equivalência patrimonial		31.12.2020
						Outros	Resultado	
Light Energia	-	-	-	-	-	-	-	-
Guanhães Energia	136.426	-	-	(42.602)	(93.500)	(383)	59	-
Lightger	48.384	-	(7.194)	-	(53.919)	(1)	12.730	-
Axxiom	13.526	-	-	-	-	(7.254)	(1.655)	4.617
Amazônia Energia	351.818	51	-	-	-	-	(21.505)	330.364
Light Conecta	-	-	-	-	-	-	-	-
UHE Itaocara	(21.835)	1.237	-	-	-	(864)	(9.361)	(30.823)
<b>TOTAL</b>	<b>528.319</b>	<b>1.288</b>	<b>(7.194)</b>	<b>(42.602)</b>	<b>(147.419)</b>	<b>(8.502)</b>	<b>(19.732)</b>	<b>304.158</b>

Abaixo, os saldos integrais patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, e o resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 das principais controladas em conjunto que foram registrados pelo método de equivalência patrimonial:

Balanco Patrimonial 31.12.2021	Axxiom	Amazônia	UHE Itaocara
Caixa e equivalentes de caixa	356	101	4.513
Outros	12.507	-	105
Circulante	12.863	101	4.618
Não circulante	18.804	1.253.799	11.292
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>31.667</b>	<b>1.253.900</b>	<b>15.910</b>
Empréstimos, financiamentos e debêntures	6.997	-	-
Outros	13.880	2.090	58.291
Circulante	20.877	2.090	58.291
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	-
Outros	2.062	100	-
Não circulante	2.062	100	-
Patrimônio líquido	8.728	1.251.710	(42.381)
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>31.667</b>	<b>1.253.900</b>	<b>15.910</b>



Balanço Patrimonial 31.12.2020	Axxiom	Amazônia	UHE Itaocara
Caixa e equivalentes de caixa	2.937	101	2.465
Outros	16.944	15	184
Circulante	19.881	116	2.649
Não circulante	20.705	1.296.085	10.429
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>40.586</b>	<b>1.296.201</b>	<b>13.078</b>
Empréstimos, financiamentos e debêntures	7.210	-	-
Outros	17.575	557	73.516
Circulante	24.785	557	73.516
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.422	-	-
Outros	5.325	100	-
Não circulante	6.747	100	-
Patrimônio líquido	9.054	1.295.544	(60.438)
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>40.586</b>	<b>1.296.201</b>	<b>13.078</b>

Demonstração do Resultado 2021	Axxiom	Amazônia	UHE Itaocara
Receita líquida de vendas	28.021	-	-
Custos das vendas	(27.934)	-	-
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>87</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Despesas gerais e administrativas	(4.384)	(1.648)	(36.074)
Outras receitas	214	-	-
Resultado financeiro líquido	(759)	(42.286)	(30.421)
<b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IR E CSLL</b>	<b>(4.842)</b>	<b>(43.934)</b>	<b>(66.495)</b>
Imposto de renda e contribuição social	(83)	-	-
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(4.925)</b>	<b>(43.934)</b>	<b>(66.495)</b>

Demonstração do Resultado 2020	Axxiom	Amazônia	Lightger <sup>(a)</sup>	UHE Itaocara
Receita líquida de vendas	40.966	-	51.938	-
Custos das vendas	(38.472)	-	-	-
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>2.494</b>	<b>-</b>	<b>51.938</b>	<b>-</b>
Despesas gerais e administrativas	(4.889)	(169)	(10.375)	(12.990)
Outras despesas	-	(101)	-	(5.366)
Resultado financeiro líquido	(815)	(84.064)	(14.172)	-
<b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IR E CSLL</b>	<b>(3.210)</b>	<b>(84.334)</b>	<b>27.391</b>	<b>(18.356)</b>
Imposto de renda e contribuição social	(35)	-	(2.430)	-
<b>LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO</b>	<b>(3.245)</b>	<b>(84.334)</b>	<b>24.961</b>	<b>(18.356)</b>

<sup>(a)</sup> Refere-se aos investimentos classificados como ativos mantidos para venda conforme Nota 5.



### 15.1 Guanhães Energia

Investigações conduzidas por autoridades públicas sobre a aquisição ocorrida na controlada em conjunto indireta Guanhães Energia

Em 04 de setembro de 2018 e em 23 de outubro de 2018, a Companhia recebeu ofícios da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais solicitando informações sobre a aquisição ocorrida em 2012 da participação de 51% do capital da controlada em conjunto Guanhães Energia, anteriormente detido pela Investminas Participações S.A. ("Investminas"). As informações solicitadas incluem a taxa de retorno, investimentos realizados e comprovantes de pagamentos, entre outros. Conforme Comunicado ao Mercado, divulgado em 20 de outubro de 2015, a Companhia informou, no âmbito de notícia veiculada na imprensa sobre a aquisição de participação na Guanhães Energia, que não tem conhecimento de pagamentos a intermediários, sendo que interagiu diretamente com a Investminas Participações S.A. ("Investminas") e Cemig GT, reconhecendo apenas o pagamento realizado à Investminas como vendedora da participação acionária de 51% na Guanhães Energia. A Companhia respondeu aos referidos ofícios tempestivamente e reitera desconhecimento de qualquer irregularidade no processo de aquisição da participação na Guanhães Energia.

### 15.2 Acordo para venda de participações de controladas em conjunto

Em 09 de dezembro de 2021, a Light S.A, em conjunto com sua controlada Light Energia, celebrou contrato de compra e venda com Brasal Energia S.A. ("Brasal"), para alienação a de participações societárias nas sociedades Lightger S.A e Guanhães Energia S.A ("Operação"). Para maiores informações, consultar a divulgação da Nota 5.





**16. IMOBILIZADO**

Imobilizado - Consolidado	31.12.2021				31.12.2020
	Taxa média anual (%)	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Geração	3,45	2.983.003	(1.987.657)	995.346	1.015.132
Transmissão	4,02	58.346	(39.269)	19.077	20.083
Distribuição	4,69	21.231	(20.684)	547	625
Administração	7,96	543.780	(347.439)	196.341	168.358
Comercialização	7,96	10.247	(9.007)	1.240	7.662
		3.616.607	(2.404.056)	1.212.551	1.211.860
Obrigações especiais		(7.207)	595	(6.612)	(4.922)
<b>EM SERVIÇO</b>		3.609.400	(2.403.461)	1.205.939	1.206.938
Geração		487.144	-	487.144	334.455
Administração		116.798	-	116.798	108.900
<b>EM CURSO</b>		603.942	-	603.942	443.355
<b>TOTAL</b>		4.213.342	(2.403.461)	1.809.881	1.655.215

Segue abaixo a mutação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Imobilizado - Consolidado	Em serviço				Em curso			Total do Imobilizado
	Custo	Depreciação acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldo 31 de dezembro de 2019	3.517.280	(2.245.693)	(2.763)	1.268.824	318.131	-	318.131	1.586.955
Adições	-	-	-	-	161.026	(2.246)	158.780	158.780
Baixas	(1.278)	1.223	-	(55)	(5.836)	-	(5.836)	(5.891)
Depreciação	-	(81.272)	87	(81.185)	-	-	-	(81.185)
Transferências entre curso e serviço	26.442	-	(2.246)	24.196	(26.442)	2.246	(24.196)	-
Transferências do / (para o) intangível	80	-	-	80	(3.524)	-	(3.524)	(3.444)
Saldo 31 de dezembro de 2020	3.542.524	(2.325.742)	(4.922)	1.211.860	443.355	-	443.355	1.655.215
Adições	-	-	-	-	261.077	(1.865)	259.212	259.212
Baixas	(10.957)	4.379	-	(6.578)	(3.900)	-	(3.900)	(10.478)
Depreciação	-	(82.693)	175	(82.518)	-	-	-	(82.518)
Transferências entre curso e serviço	79.729	-	(1.865)	77.864	(79.729)	1.865	(77.864)	-
Transferências do / (para o) intangível	5.311	-	-	5.311	(16.861)	-	(16.861)	(11.550)
Saldo 31 de dezembro de 2021	3.616.607	(2.404.056)	(6.612)	1.205.939	603.942	-	603.942	1.809.881

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi incorporado ao ativo imobilizado, a título de capitalização de juros, o montante de R\$7.809 (R\$745 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020), cuja taxa média de capitalização foi de 7,8% ao ano.



### 16.1 Taxas anuais de depreciação:

As principais taxas anuais de depreciação, com base na estimativa da vida útil dos bens, são as seguintes:

GERAÇÃO	%	COMERCIALIZAÇÃO	%	ADMINISTRAÇÃO	%	TRANSMISSÃO	%
Barramento	2,50	Edificações	3,33	Edificações	3,33	Condutor do sistema	2,70
Disjuntor	3,03	Equipamento geral	6,25	Equipamento geral	6,25	Equipamento geral	6,25
Edificações	2,00	Veículos	14,29	Veículos	14,29	Estrutura do sistema	3,13
Equipamentos da tomada d'água	3,70					Religadores	4,00
Estrutura da tomada d'água	2,86						
Gerador	3,33						
Grupo motor – gerador	5,88						
Reserva, barragens e adutoras	2,00						
Sistema de comunicação local	6,67						
Turbina hidráulica	2,50						

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável para os ativos imobilizados em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

Para os ativos imobilizados que não possuem garantia de indenização, os itens são depreciados pelo método linear respeitando a vida útil do bem.

## 17. INTANGÍVEL

Intangível - Consolidado	31.12.2021			31.12.2020
	Custo Histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Direito de uso da concessão	8.549.801	(6.094.021)	2.455.780	2.575.178
Extensão da concessão	433.829	(58.647)	375.182	-
Outros <sup>(a)</sup>	1.162.010	(971.019)	190.991	128.198
	10.145.640	(7.123.687)	3.021.953	2.703.376
Obrigações especiais	(756.382)	403.295	(353.087)	(397.042)
EM SERVIÇO	9.389.258	(6.720.392)	2.668.866	2.306.334
Extensão da concessão	-	-	-	433.829
Outros <sup>(a)</sup>	164.689	-	164.689	158.425
EM CURSO	164.689	-	164.689	592.254
TOTAL	9.553.947	(6.720.392)	2.833.555	2.898.588

<sup>(a)</sup> Inclui, basicamente, softwares e licenças



Segue abaixo a mutação do intangível nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Intangível - Consolidado	Em serviço				Em curso			Total do Intangível
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldo 31 de dezembro de 2019	9.458.942	(6.289.523)	(450.799)	2.718.620	118.296	-	118.296	2.836.916
Adições	-	-	-	-	491.220	(6.550)	484.670	484.670
Baixas	(49.716)	32.868	-	(16.848)	-	-	-	(16.848)
Amortização	-	(554.920)	62.654	(492.266)	-	-	-	(492.266)
Transferências	17.184	-	(6.550)	10.634	(17.184)	6.550	(10.634)	-
Transferências do (para o) imobilizado	3.524	-	-	3.524	(80)	-	(80)	3.444
Transferências do ativo de contrato	316.765	-	(10.418)	306.347	-	-	-	306.347
Transferências para o ativo financeiro da concessão <sup>(a)</sup>	(228.340)	-	8.072	(220.268)	-	-	-	(220.268)
Reclassificação contas	(3.407)	-	-	(3.407)	-	-	-	(3.407)
Saldo 31 de dezembro de 2020	9.514.952	(6.811.575)	(397.041)	2.306.336	592.252	-	592.252	2.898.588
Adições	-	-	-	-	133.796	(12.811)	120.985	120.985
Baixas	(223.204)	331.713	-	108.509	-	-	-	108.509
Amortização	-	(643.825)	63.805	(580.020)	-	-	-	(580.020)
Transferências entre curso e serviço	555.821	-	(12.811)	543.010	(555.821)	12.811	(543.010)	-
Transferências do (para o) imobilizado	17.088	-	-	17.088	(5.538)	-	(5.538)	11.550
Transferências do ativo de contrato	1.412.878	-	(37.680)	1.375.198	-	-	-	1.375.198
Transferências para o ativo financeiro da concessão <sup>(a)</sup>	(1.131.895)	-	30.640	(1.101.255)	-	-	-	(1.101.255)
Saldo 31 de dezembro de 2021	10.145.640	(7.123.687)	(353.087)	2.668.866	164.689	-	164.689	2.833.555

<sup>(a)</sup> Transferência para o ativo financeiro da concessão proveniente da bifurcação dos ativos quando da entrada em serviço e transferência do ativo financeiro da concessão referente às obrigações especiais, vide Nota 13.

## Extensão da concessão referente à repactuação do risco hidrológico (GSF) na controlada Light Energia

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo registrou um ativo intangível no montante de R\$433.829 em contrapartida a recuperação de custos de energia elétrica, que equivale a extensão de aproximadamente dois anos em seu prazo de concessão relativos as usinas Fontes Nova, Nilo Peçanha, Pereira Passos, Santa Branca e Ilha dos Pombos, os quais estão sendo amortizados de forma linear a partir de 01 de janeiro de 2021 até o final do novo prazo de concessão homologado pela ANEEL através da Resolução Homologatória nº 2.919 de 03 de agosto de 2021.

## 18. FORNECEDORES

Fornecedores – Consolidado	31.12.2021	31.12.2020
Comercialização no mercado de curto prazo	253.022	2.174.801
Encargos de uso da rede elétrica	104.660	130.308
Energia livre - ressarcimento às geradoras <sup>(a)</sup>	119.169	114.121
Leilões de energia	563.475	369.361
Itaipu binacional	367.675	265.699
UTE Norte Fluminense	383.722	192.982
Materiais e serviços	362.314	192.495
<b>TOTAL</b>	<b>2.154.037</b>	<b>3.439.767</b>

<sup>(a)</sup> A energia livre refere-se a valores a pagar as geradoras de energia elétrica referente às perdas ocorridas no período de racionamento de energia entre junho de 2001 a fevereiro de 2002. A Companhia possui Mandados de Segurança contra os despachos SFF/ANEEL nº 2.517/2010 e SFF/ANEEL nº 1.068/2010, e o montante vem sendo atualizado mensalmente pela SELIC.



Liquidação referente à repactuação do risco hidrológico (GSF)

Em 31 de dezembro de 2020, a controlada Light Energia possuía um saldo em aberto de R\$1.786.700 na rubrica comercialização no mercado de curto prazo referente a liquidação da CCEE decorrente do ajuste do MRE provocado pelo GSF menor que 1. Conforme mencionado na Nota 8, a controlada Light Energia apresentava um saldo a receber de R\$832.021 em 31 de dezembro de 2020, resultando em um passivo líquido de R\$954.679. Em 06 de abril de 2021, foi liquidado o saldo em aberto com a CCEE mediante o pagamento de R\$1.339.288.

## 19. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR

Tributos e contribuições a pagar - Consolidado	31.12.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a pagar <sup>(a)</sup>	247.855	155.346	403.201	121.554	120.374	241.928
Parcelamento - Lei 11.941/09	23.295	44.259	67.554	23.741	71.399	95.140
PIS e COFINS a pagar	5.973	-	5.973	10.754	-	10.754
INSS	373	-	373	390	-	390
Outros	10.940	-	10.940	10.486	-	10.486
<b>TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR</b>	<b>288.436</b>	<b>199.605</b>	<b>488.041</b>	<b>166.925</b>	<b>191.773</b>	<b>358.698</b>
IRRF a pagar	796	-	796	1.533	-	1.533
Provisão de IRPJ e CSLL	94.368	-	94.368	285	-	285
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A PAGAR</b>	<b>95.164</b>	<b>-</b>	<b>95.164</b>	<b>1.818</b>	<b>-</b>	<b>1.818</b>
<b>TOTAL</b>	<b>383.600</b>	<b>199.605</b>	<b>583.205</b>	<b>168.743</b>	<b>191.773</b>	<b>360.516</b>

<sup>(a)</sup> O ICMS a pagar, registrado no passivo não circulante, é decorrente de faturas parceladas.



**20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

Financiador - Consolidado	Controlada	Circulante			Não circulante		Total	Total
		Principal	Encargos	Total	Principal	Total	31.12.2021	31.12.2020
TN - Par Bond	Light SESA	-	2.805	2.805	217.190	217.190	219.995	204.865
TN - Caução - Par Bond	Light SESA	-	-	-	(207.905)	(207.905)	(207.905)	(194.568)
TN - Discount Bond	Light SESA	-	409	409	151.548	151.548	151.957	141.809
TN - Caução - Discount Bond	Light SESA	-	-	-	(144.759)	(144.759)	(144.759)	(135.265)
4131 Citibank 2019	Light SESA	-	-	-	-	-	-	416.087
4131 Citibank 2021	Light SESA	-	9	9	223.220	223.220	223.229	-
Bonds 2018	Light SESA	-	-	-	-	-	-	1.366.652
Bonds 2021	Light SESA	-	3.527	3.527	2.232.200	2.232.200	2.235.727	-
4131 Citibank 2019	Light Energia	-	-	-	-	-	-	416.057
Bonds 2018	Light Energia	-	-	-	-	-	-	683.326
Bonds 2021	Light Energia	-	1.628	1.628	1.116.100	1.116.100	1.117.728	-
Subtotal - Moeda estrangeira		-	8.378	8.378	3.587.594	3.587.594	3.595.972	2.898.963
Custo de captação		-	-	-	(41.565)	(41.565)	(41.565)	(13.521)
Custos - Moeda estrangeira		-	-	-	(41.565)	(41.565)	(41.565)	(13.521)
MOEDA ESTRANGEIRA - TOTAL		-	8.378	8.378	3.546.029	3.546.029	3.554.407	2.885.442
CCB - IBM 2019	Light SESA	-	-	-	-	-	-	416
BNDES - Capex 2013/14 Sub A	Light SESA	-	-	-	-	-	-	8.335
BNDES - Capex 2013/14 Sub B	Light SESA	-	-	-	-	-	-	5.668
BNDES - Capex 2013/14 Sub C	Light SESA	-	-	-	-	-	-	51.230
BNDES - Capex 2013/14 Sub D	Light SESA	-	-	-	-	-	-	171
BNDES - Capex 2013/14 Sub E	Light SESA	-	-	-	-	-	-	116
BNDES - Capex 2017/18	Light SESA	-	-	-	-	-	-	226.341
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub D	Light SESA	-	-	-	-	-	-	2.427
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub E	Light SESA	-	-	-	-	-	-	2.440
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub F	Light SESA	-	-	-	-	-	-	1.881
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub G	Light SESA	-	-	-	-	-	-	4.828
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub H	Light SESA	-	-	-	-	-	-	448
FINEP - Inovação e Pesquisa	Light SESA	9.664	17	9.681	-	-	9.681	32.914
Nota Promissória - 5ª NP	Light SESA	100.000	10.065	110.065	-	-	110.065	208.212
FIDC 2018 Série A	Light SESA	207.655	2.646	210.301	349.613	349.613	559.914	747.669
FIDC 2018 Série B	Light SESA	97.726	651	98.377	146.592	146.592	244.969	309.635
CCB Santander Lajes	Lajes Energia	5.000	73	5.073	8.750	8.750	13.823	18.785
BNDES Conecta	Light Conecta	139	-	139	116	116	255	395
Fianças bancárias diversas	Light SESA	-	64	64	-	-	64	60
Cotas Subordinadas FIDC	Light SESA	-	-	-	(35.050)	(35.050)	(35.050)	(38.046)
Retenção FIDC	Light SESA	(30.016)	-	(30.016)	-	-	(30.016)	(26.668)
Subtotal - Moeda nacional		390.168	13.516	403.684	470.021	470.021	873.705	1.557.257
Custo de captação		(8.832)	-	(8.832)	(10.260)	(10.260)	(19.092)	(31.970)
Custos - Moeda nacional		(8.832)	-	(8.832)	(10.260)	(10.260)	(19.092)	(31.970)
MOEDA NACIONAL - TOTAL		381.336	13.516	394.852	459.761	459.761	854.613	1.525.287
TOTAL		381.336	21.894	403.230	4.005.790	4.005.790	4.409.020	4.410.729



Segue quadro abaixo com condições contratuais dos empréstimos e financiamentos existentes em 2021:

Financiador – Consolidado	Controlada	Data de assinatura	Moeda	Taxa de Juros a.a. <sup>(a)</sup>	Taxa efetiva <sup>(a)</sup>	Amortização do principal		
						Forma de pagamento	Início	Término
TN - Par Bond	Light SESA	29.04.1996	US\$	USD + 6,00%	7,16%	Única	Abr/2024	Abr/2024
TN - Caução - Par Bond	Light SESA	29.04.1996	US\$	US Treasury	-	Única	Abr/2024	Abr/2024
TN - Discount Bond	Light SESA	29.04.1996	US\$	Libor 6M + 0,8125%	1,15%	Única	Abr/2024	Abr/2024
TN - Caução - Discount Bond	Light SESA	29.04.1996	US\$	US Treasury	-	Única	Abr/2024	Abr/2024
4131 Citibank 2019 <sup>(b)</sup>	Light SESA	05.09.2019	US\$	CDI + 1,50%	N/A	Anual	Mar/2020	Set/2021
4131 Citibank 2021	Light SESA	03.05.2018	US\$	CDI + 1,85%	6,32%	Única	Mar/2025	Mar/2025
Bonds 2018 <sup>(b)</sup>	Light SESA	03.05.2018	US\$	142,79% do CDI	N/A	Única	Mai/2023	Mai/2023
Bonds 2021	Light SESA	18.06.2021	US\$	143,43% do CDI	6,30%	Única	Jun/2026	Jun/2026
4131 Citibank 2019	Light Energia	04.09.2019	US\$	CDI + 1,30%	N/A	Única	Set/2021	Set/2021
Bonds 2018 <sup>(b)</sup>	Light Energia	03.05.2018	US\$	143,01% do CDI	N/A	Única	Mai/2023	Mai/2023
Bonds 2021	Light Energia	18.06.2021	US\$	145,45% do CDI	6,39%	Única	Jun/2026	Jun/2026
CCB - IBM 2019 <sup>(b)</sup>	Light SESA	09.05.2019	R\$	CDI	N/A	Mensal	Mai/2019	Mai/2021
BNDES - Capex 2013/14 Sub A <sup>(b)</sup>	Light SESA	28.11.2014	R\$	TJLP + 2,78%	N/A	Mensal	Abr/2015	Mar/2021
BNDES - Capex 2013/14 Sub B <sup>(b)</sup>	Light SESA	28.11.2014	R\$	SELIC + 2,78%	N/A	Mensal	Mar/2015	Mar/2021
BNDES - Capex 2013/14 Sub C <sup>(b)</sup>	Light SESA	28.11.2014	R\$	6,00%	N/A	Mensal	Abr/2015	Ago/2024
BNDES - Capex 2013/14 Sub D <sup>(b)</sup>	Light SESA	28.11.2014	R\$	TJLP + 2,78%	N/A	Mensal	Abr/2015	Mar/2021
BNDES - Capex 2013/14 Sub E <sup>(b)</sup>	Light SESA	28.11.2014	R\$	SELIC + 2,78%	N/A	Mensal	Abr/2015	Mar/2021
BNDES - Capex 2017/18 <sup>(b)</sup>	Light SESA	28.12.2018	R\$	IPCA + 6,14%	N/A	Mensal	Jun/2019	Abr/2026
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub D <sup>(b)</sup>	Light SESA	16.12.2013	R\$	TJLP + 2,58%	N/A	Mensal	Jan/2016	Dez/2021
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub E <sup>(b)</sup>	Light SESA	16.12.2013	R\$	TJLP + 3,58%	N/A	Mensal	Jan/2016	Dez/2021
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub F <sup>(b)</sup>	Light SESA	16.12.2013	R\$	SELIC + 2,58%	N/A	Mensal	Jan/2016	Dez/2021
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub G <sup>(b)</sup>	Light SESA	16.12.2013	R\$	3,50%	N/A	Mensal	Jan/2016	Dez/2023
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub H <sup>(b)</sup>	Light SESA	16.12.2013	R\$	TJLP	N/A	Mensal	Jan/2019	Dez/2021
FINEP - Inovação e Pesquisa	Light SESA	16.04.2014	R\$	4,00%	4,00%	Mensal	Mai/2016	Mai/2022
Nota Promissória - 5 <sup>o</sup> NP	Light SESA	27.12.2019	R\$	CDI + 1,25%	5,69%	Anual	Dez/2020	Dez/2022
FIDC 2018 Série A	Light SESA	04.04.2018	R\$	CDI + 1,20%	5,64%	Mensal	Jul/2019	Jun/2024
FIDC 2018 Série B	Light SESA	04.04.2018	R\$	IPCA + 5,75%	16,39%	Mensal	Jul/2019	Jun/2024
CCB Santander Lajes	Lajes Energia	30.09.2020	R\$	CDI + 2,40%	6,90%	Mensal	Out/2020	Set/2024
BNDES Conecta	Light Conecta	10.10.2018	R\$	3,50%	3,50%	Mensal	Out/2018	Out/2023

<sup>(a)</sup> Para as dívidas em moeda estrangeira foram considerados os custos em reais, conforme seus respectivos contratos de swap.

<sup>(b)</sup> Liquidados ao longo do exercício de 2021.



As principais operações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram:

- Em 26 de fevereiro de 2021, a controlada Light SESA efetuou a amortização antecipada da totalidade do saldo devedor dos contratos de financiamento celebrados com o BNDES no montante total de R\$300.555, com custo médio de IPCA + 5,11% a.a.
- Em 18 de junho de 2021, foram internalizados os recursos captados através da oferta no mercado internacional de *notes units*, no valor total de R\$3.021.180 (USD 600 milhões), sendo R\$2.014.120 (USD 400 milhões) para a controlada Light SESA e R\$1.007.060 (USD 200 milhões) para a controlada Light Energia. As *notes units* têm vencimento em 18 de junho de 2026 e farão jus a juros remuneratórios semestrais de 4,375% ao ano. A Companhia contratou hedge para todo o fluxo da operação, na modalidade *full swap*, com custo médio de 144,10% do CDI. Os recursos obtidos com a emissão das *notes units* serão utilizados pelas controladas Light SESA e Light Energia para (i) pagamento de dívidas de curto e longo prazo e (ii) reforço de sua liquidez.
- Em 21 de julho de 2021, foi realizado o resgate antecipado de todas as 7.250% Notes Units com vencimento em 2023, bem como suas respectivas notes subjacentes em circulação no mercado internacional que contemplavam 7.250% notes sênior emitidas pela Light SESA e 7.250% notes sênior emitidas pela controlada Light Energia, ambas garantidas pela Light S.A. O montante pago foi de R\$2.030.804 (USD 390.000) de principal, sendo R\$1.364.090 (USD 260.000) da controlada da Light SESA e R\$675.714 (USD 130.000) da controlada Light Energia, mais juros e taxas. As respectivas operações de derivativos (NDFs) foram vencidas na mesma data.
- Em 08 de setembro de 2021, foram amortizados os empréstimos das controlada Light SESA e Light Energia junto ao Citibank, ambas no montante de R\$414.184 (USD 80.000). As respectivas operações de hedge foram liquidadas na mesma data.
- Em 30 de setembro de 2021, foi realizada a captação de R\$216.640 (USD 40.000) junto ao Citibank pela controlada Light SESA com vencimento bullet para março de 2025. A operação possui swap até o final da dívida ao custo de CDI + 1,85% a.a.
- Em 27 de dezembro de 2021, a controlada Light SESA quitou a segunda série da 5ª Nota Promissória no valor de R\$100.000 mais juros devidos. Restando a terceira e última série no mesmo valor com vencimento em 27 de dezembro de 2022 ao custo de CDI + 1,25% a.a.

Além das cauções dos contratos em moeda estrangeira celebrado com o Tesouro Nacional (TN), os empréstimos estão garantidos por avais da Light S.A. Ademais, foram cedidos direitos creditórios, presentes e futuros, da controlada Light SESA, sendo disponibilizado anualmente o limite máximo de R\$796.320, para constituição do FIDC.

Em 31 de dezembro de 2021, os empréstimos e financiamentos, líquidos do *swap*, tem avais, fianças ou garantias corporativas da Light S.A, emitidas em favor de suas controladas ou controladas em conjunto, no montante de R\$3.524.071 (R\$2.329.809 em 31 de dezembro de 2020).



As parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos consolidados, classificadas no passivo não circulante e sem o custo de captação e os custos com *fees* de *covenants* (*waivers*), têm os seguintes vencimentos:

Vencimentos	31.12.2021			31.12.2020		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
2022	-	-	-	468.356	-	468.356
2023	330.517	-	330.517	378.687	2.026.713	2.405.400
2024	139.504	16.074	155.578	183.163	13.546	196.709
2025	-	223.220	223.220	42.103	-	42.103
2026	-	3.348.300	3.348.300	14.035	-	14.035
<b>TOTAL</b>	<b>470.021</b>	<b>3.587.594</b>	<b>4.057.615</b>	<b>1.086.344</b>	<b>2.040.259</b>	<b>3.126.603</b>

A variação percentual das principais moedas estrangeiras e os percentuais dos principais indicadores, base de atualização dos empréstimos, financiamentos e debêntures, teve o seguinte comportamento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Moedas estrangeiras e indicadores	31.12.2021	31.12.2020
Variação do exercício		
USD - Dólar Americano	7,39%	28,9%
Acumulado do exercício		
IGP-M	17,79%	23,1%
IPCA	10,06%	4,5%
SELIC	4,39%	2,8%
CDI	4,39%	2,8%
TJLP	5,32%	4,6%

Seguem abaixo as movimentações dos empréstimos e financiamentos consolidados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Consolidado	Principal	Encargos	Total
<b>SALDO EM 31.12.2019</b>	<b>4.279.549</b>	<b>27.676</b>	<b>4.307.225</b>
Captações	20.000	-	20.000
Variação monetária e cambial	652.317	-	652.317
Encargos financeiros provisionados	-	281.634	281.634
Encargos financeiros pagos	-	(284.149)	(284.149)
Amortização do principal	(591.835)	-	(591.835)
Custo de captação	(5.811)	-	(5.811)
Amortização do custo de captação	15.020	-	15.020
Cotas Subordinadas e Retenção – FIDC	2.147	-	2.147
Encargos capitalizados no ativo de contrato e imobilizado	-	14.181	14.181
<b>SALDO EM 31.12.2020</b>	<b>4.371.387</b>	<b>39.342</b>	<b>4.410.729</b>
Captações	3.237.820	-	3.237.820
Variação monetária e cambial	373.111	-	373.111
Encargos financeiros provisionados	-	331.650	331.650
Encargos financeiros pagos	-	(350.718)	(350.718)
Amortização do principal	(3.579.675)	-	(3.579.675)
Custo de captação	(45.812)	-	(45.812)
Amortização do custo de captação	30.646	-	30.646
Cotas Subordinadas e Retenção – FIDC	(351)	-	(351)
Encargos capitalizados no ativo de contrato e imobilizado	-	1.620	1.620
<b>SALDO EM 31.12.2021</b>	<b>4.387.126</b>	<b>21.894</b>	<b>4.409.020</b>





O montante total do principal está apresentado líquido dos custos com a captação dos empréstimos e custos com *fees* de *covenants* (*waivers*). Estes custos estão detalhados no quadro abaixo:

Movimentação dos custos Consolidado	Controlada	Custo Total	Saldo a amortizar em 31.12.2019	Custo	Amortização do custo	Saldo a amortizar em 31.12.2020	Custo	Amortização do custo	Saldo a amortizar em 31.12.2021
BNDES - Capex	Light SESA	5.435	4.803	-	(758)	4.045	-	(4.045)	-
Nota Promissória - 5ª NP	Light SESA	5.811	-	5.811	(1.826)	3.985	-	(1.992)	1.993
FIDC 2018	Light SESA	41.032	30.780	-	(6.841)	23.939	-	(6.840)	17.099
<i>Bonds 2018</i>	Light SESA	27.846	12.709	-	(3.720)	8.989	-	(8.989)	-
<i>Bonds 2020</i>	Light SESA	30.565	-	-	-	-	30.565	(2.835)	27.730
<i>Bonds 2018</i>	Light Energia	15.264	6.408	-	(1.875)	4.533	-	(4.533)	-
<i>Bonds 2020</i>	Light Energia	15.247	-	-	-	-	15.247	(1.412)	13.835
<b>TOTAL</b>		<b>141.200</b>	<b>54.700</b>	<b>5.811</b>	<b>(15.020)</b>	<b>45.491</b>	<b>45.812</b>	<b>(30.646)</b>	<b>60.657</b>

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez relacionados a empréstimos e financiamentos é divulgada na Nota 34.

#### *Covenants*

A Companhia possui cláusulas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas em determinados contratos de empréstimos e financiamentos, inclusive vencimento cruzado (*cross default*). O vencimento antecipado só ocorre quando do não atendimento a pelo menos um dos indicadores financeiros em dois trimestres consecutivos ou quatro trimestres intercalados ou quando do não cumprimento de determinados *covenants* não financeiros. Os empréstimos com o Citibank, Santander, BNDES e a 5ª Nota Promissória preveem a manutenção de indicadores de dívida líquida/EBITDA e cobertura de juros (*covenants*). Já os *Bonds* possuem cláusulas restritivas por incorrência de dívida (*covenants*). Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia atendeu aos indicadores requeridos contratualmente.



**21. DEBÊNTURES**

Emissão - Consolidado	Controlada	Circulante			Não circulante		Total	Total
		Principal	Encargos	Total	Principal	Total	31.12.2021	31.12.2020
8ª Emissão	Light SESA	39.151	1.439	40.590	156.698	156.698	197.288	235.513
9ª Emissão Série A	Light SESA	-	-	-	-	-	-	250.962
9ª Emissão Série B	Light SESA	110.189	1.666	111.855	110.189	110.189	222.044	673.249
13ª Emissão	Light SESA	574.754	8.903	583.657	-	-	583.657	527.136
15ª Emissão Série 1	Light SESA	-	9.237	9.237	648.003	648.003	657.240	593.332
15ª Emissão Série 2	Light SESA	80.000	1.653	81.653	-	-	81.653	161.372
16ª Emissão Série 1	Light SESA	132.500	2.375	134.875	-	-	134.875	133.276
16ª Emissão Série 2	Light SESA	-	7.895	7.895	422.950	422.950	430.845	425.738
16ª Emissão Série 3	Light SESA	-	1.180	1.180	62.500	62.500	63.680	62.925
17ª Emissão Série 1	Light SESA	500.400	9.603	510.003	-	-	510.003	503.960
17ª Emissão Série 2	Light SESA	-	986	986	50.000	50.000	50.986	50.382
17ª Emissão Série 4	Light SESA	-	1.882	1.882	173.927	173.927	175.809	158.714
18ª Emissão	Light SESA	-	-	-	-	-	-	403.686
19ª Emissão	Light SESA	-	15.180	15.180	572.364	572.364	587.544	529.227
20ª Emissão	Light SESA	-	12.924	12.924	684.540	684.540	697.464	628.161
21ª Emissão	Light SESA	-	14.897	14.897	360.000	360.000	374.897	-
22ª Emissão	Light SESA	-	9.570	9.570	974.845	974.845	984.415	-
23ª Emissão Série 1	Light SESA	-	3.647	3.647	263.500	263.500	267.147	-
23ª Emissão Série 2	Light SESA	-	3.831	3.831	268.500	268.500	272.331	-
3ª Emissão	Light Energia	2.499	92	2.591	10.002	10.002	12.593	15.033
7ª Emissão	Light Energia	-	9.754	9.754	524.748	524.748	534.502	-
Subtotal - Debêntures		1.439.493	116.714	1.556.207	5.282.766	5.282.766	6.838.973	5.352.666
Custo de captação		(24.427)	-	(24.427)	(76.014)	(76.014)	(100.441)	(73.571)
Custo fee de covenants		(1.347)	-	(1.347)	(1.879)	(1.879)	(3.226)	(5.855)
Custos - Debêntures		(25.774)	-	(25.774)	(77.893)	(77.893)	(103.667)	(79.426)
<b>TOTAL</b>		<b>1.413.719</b>	<b>116.714</b>	<b>1.530.433</b>	<b>5.204.873</b>	<b>5.204.873</b>	<b>6.735.306</b>	<b>5.273.240</b>



Segue abaixo quadro com as condições contratuais das debêntures consolidadas existentes em 2021:

Emissão - Consolidado	Controlada	Data de assinatura	Moeda	Taxa de juros a.a. (a)	Taxa efetiva (a)	Amortização do principal		
						Forma de pagamento	Início	Término
8ª Emissão	Light SESA	24.08.2012	R\$	CDI + 1,18%	5,62%	Anual	Jun/2015	Jun/2026
9ª Emissão Série A (a)	Light SESA	15.06.2013	R\$	CDI + 1,15%	N/A	Anual	Mar/2018	Mai/2021
9ª Emissão Série B	Light SESA	15.06.2013	R\$	IPCA + 5,74%	16,38%	Anual	Mai/2020	Mai/2023
13ª Emissão	Light SESA	01.11.2017	R\$	IPCA + 7,44%	18,25%	Única	Out/2022	Out/2022
15ª Emissão Série 1	Light SESA	12.09.2018	R\$	IPCA + 6,83%	17,58%	Anual	Out/2024	Out/2025
15ª Emissão Série 2	Light SESA	12.09.2018	R\$	CDI + 2,20%	6,69%	Anual	Out/2021	Out/2022
16ª Emissão Série 1	Light SESA	26.04.2019	R\$	CDI + 0,90%	5,33%	Única	Abr/2022	Abr/2022
16ª Emissão Série 2	Light SESA	26.04.2019	R\$	CDI + 1,25%	5,69%	Anual	Abr/2023	Abr/2024
16ª Emissão Série 3	Light SESA	26.04.2019	R\$	CDI + 1,35%	5,80%	Única	Abr/2025	Abr/2025
17ª Emissão Série 1	Light SESA	11.10.2019	R\$	CDI + 1,50%	5,96%	Única	Out/2022	Out/2022
17ª Emissão Série 2	Light SESA	11.10.2019	R\$	CDI + 1,75%	6,22%	Anual	Out/2023	Out/2024
17ª Emissão Série 4	Light SESA	11.10.2019	R\$	IPCA + 5,25%	15,84%	Anual	Out/2025	Out/2026
18ª Emissão (a)	Light SESA	09.04.2020	R\$	CDI + 2,51%	N/A	Única	Abr/2021	Abr/2021
19ª Emissão	Light SESA	15.07.2020	R\$	IPCA + 5,8%	16,44%	Única	Jul/2025	Jul/2025
20ª Emissão	Light SESA	14.08.2020	R\$	IPCA + 5,0867%	15,66%	Única	Ago/2025	Ago/2025
21ª Emissão	Light SESA	09.02.2021	R\$	CDI + 2,60%	7,10%	Anual	Jan/2023	Jan/2025
22ª Emissão	Light SESA	05.04.2021	R\$	IPCA + 4,7543%	15,29%	Anual	Abr/2029	Abr/2031
23ª Emissão Série 1	Light SESA	15.10.2021	R\$	CDI + 1,65%	6,11%	Anual	Out/2024	Out/2026
23ª Emissão Série 2	Light SESA	15.10.2021	R\$	CDI + 1,95%	6,43%	Anual	Out/2027	Out/2028
3ª Emissão	Light Energia	24.08.2012	R\$	CDI + 1,18%	5,62%	Anual	Jun/2015	Jun/2026
7ª Emissão	Light Energia	05.08.2021	R\$	CDI + 1,20%	5,64%	Anual	Jul/2025	Jul/2028

As principais operações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram:

- Em 12 de fevereiro de 2021, ocorreu a liquidação da 21ª emissão de debêntures da controlada Light SESA no valor de R\$360.000. A operação tem o custo de CDI + 2,60% a.a. e vencimento em janeiro de 2025. Os recursos decorrentes desta debênture foram integralmente utilizados na realização da aquisição facultativa de debêntures da 2ª série da 9ª emissão da controlada Light SESA, cuja remuneração era de IPC-A + 5,74% a.a., bem como nos encargos relacionados.
- Em 15 de abril de 2021, foi quitada a 18ª emissão de debêntures da controlada Light SESA, no montante de R\$400.000 de principal.
- Em 17 de maio de 2021, foi quitada a 9ª emissão de debêntures da controlada Light SESA, 1ª série, no montante de R\$250.000 de principal.
- Em 15 de junho de 2021, foi realizada a 22ª emissão de debêntures (incentivada) da controlada Light SESA, em série única, no montante de R\$916.381, com vencimento em dez anos, amortizações a partir de 2029 e remuneração de IPCA + 4,7543% a.a.



- Em 11 de agosto de 2021, foi realizada a 7ª emissão de debêntures (incentivada) da controlada Light Energia, em duas séries no montante de R\$500.000, sendo a primeira no montante de R\$400.000 e a segunda no montante de R\$100.000. Ambas com vencimento em sete anos, amortizações a partir de 2025 e remunerações de IPCA + 4,85% a.a. A Companhia contratou hedge para todo o fluxo da operação, na modalidade *full swap*, com custo de CDI + 1,20% a.a.
- Em 10 de novembro de 2021, foi realizada a 23ª emissão de debêntures da controlada Light SESA em duas séries totalizando R\$532.000, sendo a primeira série no montante de R\$263.500 com vencimento em cinco anos, amortizações anuais a partir de 2024 e remuneração de CDI + 1,65% a.a. e a segunda série no montante de R\$268.500 com vencimento em 7 anos, amortizações anuais a partir de 2027 e remuneração de CDI + 1,95% a.a.

Em 31 de dezembro de 2021, a totalidade das debêntures emitidas pelas controladas da Companhia têm avais, fianças ou garantias corporativas da Light S.A.

As parcelas relativas ao principal das debêntures consolidados, classificadas no passivo não circulante e sem o custo de emissão e os custos com *fees de covenants (waivers)*, têm os seguintes vencimentos:

Vencimentos - Consolidado	31.12.2021	31.12.2020
2022	-	1.496.254
2023	508.352	501.011
2024	809.948	570.622
2025	2.111.064	1.609.843
2026	347.684	120.208
2027	265.437	-
Após 2027	1.240.281	-
<b>TOTAL</b>	<b>5.282.766</b>	<b>4.297.938</b>

Seguem abaixo as movimentações das debêntures consolidadas ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Consolidado	Principal	Encargos	Total
SALDO EM 31.12.2019	4.415.914	43.401	4.459.315
Debêntures emitidas	1.500.000	-	1.500.000
Varição monetária	121.319	-	121.319
Encargos financeiros provisionados	-	222.546	222.546
Encargos financeiros pagos	-	(232.514)	(232.514)
Amortização do principal	(816.057)	-	(816.057)
Custo de emissão	(32.352)	-	(32.352)
Amortização custo de emissão	24.160	-	24.160
Encargos capitalizados no ativo de contrato e imobilizado	-	26.823	26.823
<b>SALDO EM 31.12.2020</b>	<b>5.212.984</b>	<b>60.256</b>	<b>5.273.240</b>
Debêntures emitidas	2.308.381	-	2.308.381
Varição monetária e cambial	369.984	-	369.984
Encargos financeiros provisionados	-	308.906	308.906
Encargos financeiros pagos	-	(276.293)	(276.293)
Amortização do principal	(1.248.516)	-	(1.248.516)
Custo de emissão	(51.449)	-	(51.449)
Amortização do custo de emissão	27.208	-	27.208
Encargos capitalizados no ativo de contrato e imobilizado	-	23.845	23.845
<b>SALDO EM 31.12.2021</b>	<b>6.618.592</b>	<b>116.714</b>	<b>6.735.306</b>



O montante total do principal está apresentado líquido dos custos com a emissão das debêntures e custos com *fees de covenants (waivers)*. Estes custos estão detalhados no quadro abaixo:

Movimentação dos custos de emissão Consolidado	Controlada	Custo Total	Saldo a amortizar em 31.12.2019	Custo	Amortização do custo	Saldo a amortizar em 31.12.2020	Custo	Amortização do custo	Saldo a amortizar em 31.12.2021
8ª Emissão	Light SESA	5.135	3.450	187	(718)	2.919	-	(531)	2.388
9ª Emissão A	Light SESA	14.089	4.658	-	(3.205)	1.453	-	(1.453)	-
9ª Emissão B	Light SESA	9.992	5.103	-	(1.481)	3.622	-	(1.481)	2.141
10ª Emissão	Light SESA	12.448	2.621	-	(2.621)	-	-	-	-
12ª Emissão	Light SESA	5.888	837	-	(837)	-	-	-	-
13ª Emissão	Light SESA	23.653	11.491	-	(4.055)	7.436	-	(4.055)	3.381
14ª Emissão	Light SESA	5.626	-	-	-	-	-	-	-
15ª Emissão	Light SESA	37.700	31.807	-	(4.924)	26.883	-	(5.982)	20.901
16ª Emissão	Light SESA	3.366	3.030	-	(568)	2.462	-	(568)	1.894
17ª Emissão	Light SESA	8.070	8.070	-	(2.408)	5.662	-	(2.407)	3.255
18ª Emissão	Light SESA	3.714	-	3.714	(1.857)	1.857	-	(1.857)	-
19ª Emissão	Light SESA	14.949	-	14.950	(773)	14.177	-	(3.093)	11.084
20ª Emissão	Light SESA	13.501	-	13.501	(687)	12.814	-	(2.746)	10.068
21ª Emissão	Light SESA	3.775	-	-	-	-	3.775	(785)	2.990
22ª Emissão	Light SESA	33.576	-	-	-	-	33.576	(1.634)	31.942
23ª Emissão	Light SESA	2.338	-	-	-	-	2.338	(28)	2.310
2ª Emissão	Light Energia	7.866	-	-	-	-	-	-	-
3ª Emissão	Light Energia	403	167	-	(26)	141	-	(26)	115
7ª Emissão	Light Energia	11.760	-	-	-	-	11.760	(562)	11.198
<b>TOTAL</b>		<b>217.849</b>	<b>71.234</b>	<b>32.352</b>	<b>(24.160)</b>	<b>79.426</b>	<b>51.449</b>	<b>(27.208)</b>	<b>103.667</b>

As debêntures da Companhia não são objeto de repactuação programada. A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e liquidez relacionados a debêntures é divulgada na Nota 34.

### Covenants

A Companhia possui cláusulas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas em determinados contratos de debêntures, inclusive vencimento cruzado (*cross default*). O vencimento antecipado só ocorre quando do não atendimento a pelo menos um indicador financeiro em dois trimestres consecutivos ou quatro trimestres intercalados ou quando do não cumprimento de determinados *covenants* não financeiros. Todas as emissões de debêntures preveem a manutenção de indicadores de dívida líquida/EBITDA e cobertura de juros (*covenants*). Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia atendeu aos indicadores requeridos conforme os termos das escrituras de emissões das debêntures.



## 22. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS

Segue abaixo o saldo das provisões, que compreendem as provisões prováveis para riscos e as provisões para honorários de êxito:

Provisões Consolidado	31.12.2021			31.12.2020		
	Provisão	Honorários de êxito	Total	Provisão	Honorários de êxito	Total
Trabalhistas	92.658	428	93.086	99.072	383	99.455
Cíveis	179.258	72.044	251.302	208.524	84.933	293.457
Fiscais	76.474	27.724	104.198	172.012	30.890	202.902
Regulatórias	52.963	-	52.963	50.719	500	51.219
Outros	554	-	554	500	-	500
<b>TOTAL</b>	<b>401.907</b>	<b>100.196</b>	<b>502.103</b>	<b>530.827</b>	<b>116.706</b>	<b>647.533</b>

### 22.1 Provisões para riscos

As provisões para riscos, bem como as movimentações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, estão compostas da seguinte forma:

Provisões para perdas prováveis	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Outros	Total
SALDO EM 31.12.2019	120.914	198.658	55.783	47.124	-	422.479
Adições	26.828	206.758	82.324	13.584	500	329.994
Atualizações	-	6.173	39.672	2.898	-	48.743
Baixas por pagamentos	(6.336)	(199.229)	(5.748)	(12.887)	-	(224.200)
Baixas por reversões	(42.334)	(3.836)	(19)	-	-	(46.189)
SALDO EM 31.12.2020	99.072	208.524	172.012	50.719	500	530.827
Adições	11.579	206.438	-	-	-	218.017
Atualizações	-	8.923	931	2.244	54	12.152
Baixas por pagamentos	(11.226)	(240.400)	(89.484)	-	-	(341.110)
Baixas por reversões	(6.767)	(4.227)	(6.985)	-	-	(17.979)
SALDO EM 31.12.2021	92.658	179.258	76.474	52.963	554	401.907
Depósitos judiciais em 31.12.2021	15.215	4.035	26.144	-	-	45.394

Em 31 de dezembro de 2021, está registrado em depósitos vinculados a litígios o total de R\$221.572 (R\$242.132 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$45.394 (R\$48.300 em 31 de dezembro de 2020) referem-se às causas com provisão constituída. Os demais depósitos referem-se a processos cujas probabilidades de perda são possíveis ou remotas. Segue abaixo o saldo dos depósitos judiciais:

Consolidado	31.12.2021	31.12.2020
Trabalhistas	52.533	59.842
Cíveis	102.677	111.968
Fiscais	66.362	70.322
<b>TOTAL</b>	<b>221.572</b>	<b>242.132</b>



### 22.1.1 Provisões trabalhistas

Valor provisionado (perda provável)	31.12.2021	31.12.2020
Funcionários próprios	50.678	53.044
Funcionários terceirizados	41.980	46.028
<b>TOTAL</b>	<b>92.658</b>	<b>99.072</b>

A provisão para os riscos trabalhistas é feita com base na avaliação dos respectivos advogados patronos, avaliando o risco de perda no decorrer do processo. O valor de provisão referente a empregados próprios oscila em razão do vínculo direto com a Companhia e seus consequentes direitos. No que se refere aos terceirizados, o risco envolve em sua maioria a responsabilidade subsidiária, o que significa que a Companhia só arcará com o pagamento no caso da ausência deste por parte da real empregadora, a empresa terceirizada.

### 22.1.2 Provisões cíveis

Valor provisionado (perda provável)	31.12.2021	31.12.2020
Ações Cíveis <sup>(a)</sup>	142.054	169.681
Juizado Especial Cível <sup>(b)</sup>	28.558	27.031
Plano Cruzado <sup>(c)</sup>	8.646	11.812
<b>TOTAL</b>	<b>179.258</b>	<b>208.524</b>

- (a) A provisão para as Ações Cíveis engloba processos quantificáveis, nos quais a Companhia e suas controladas são réis, e que possuem prognóstico de perda provável na avaliação dos respectivos advogados patronos. Grande parte das causas é relacionada a pleitos de danos materiais e morais pela postura ostensiva da empresa no combate às irregularidades na rede, além de questionamentos de valores pagos por consumidores. Dentre os valores provisionados destaca-se a ação indenizatória proposta pela Companhia Siderúrgica Nacional ("CSN") no último trimestre de 1995, onde a CSN ajuizou a ação 0129629-98.1995.8.19.0001 pleiteando, indenização por danos eventualmente sofridos e lucros cessantes, em razão de oscilações e interrupções no fornecimento de energia elétrica. A ação encontra-se em fase de liquidação de sentença onde a CSN pleiteia o valor atualizado de R\$649.6811, valor este impugnado pela Light, em razão de diversos fundamentos, com destaque para (i) o fato da produção da CSN à época ter sido considerada 24 horas por dia 365 dias por ano, não considerando a ociosidade reconhecida do setor; (ii) a CSN não comprovar nos autos os lucros cessantes; (iii) o perito, designado no processo, utilizar premissas de lucro bruto em vez de lucro líquido. A Light contratou parecer de jurista renomado para elucidar seus pontos. Em janeiro de 2021, o laudo pericial contábil foi homologado, tendo a Companhia recorrido de tal decisão. Atualmente, aguarda-se o julgamento de tal recurso, de modo que entende que a exposição do risco provável para a controlada Light SESA em 31 de dezembro de 2021 é de R\$90.588 (R\$84.697 em 31 de dezembro de 2020).
- (b) As ações de Juizado Especial Cível referem-se, em grande parte, a discussões quanto a relações de consumo, tais como cobrança indevida, corte indevido, corte por inadimplência, problemas na rede, irregularidades diversas, reclamação de conta, reclamação de medidor e problemas na transferência de titularidade. Há um limite de 40 salários mínimos para as causas em trâmite perante o Juizado Especial Cível. O provisionamento é feito a partir da separação dos sete principais motivos ofensores para a Companhia, que representam aproximadamente 94,6% da quantidade total de processos provisionados.



- (c) São ações movidas contra a controlada Light SESA relativas ao aumento da tarifa de energia elétrica aprovado pelas Portarias n.º 38, de 27 de fevereiro de 1986 e n.º 45, de 04 de março de 1986, publicadas pelo extinto DNAEE - Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, que contrariavam o Decreto-lei n.º 2.283/86 (decreto do Plano Cruzado), o qual previa que todos os preços ficariam congelados. Os autores dessas ações buscam a restituição dos valores supostamente pagos a maior nas faturas de energia elétrica quando da majoração das tarifas da controlada Light SESA no período em que houve o congelamento dos preços.

### 22.1.3 Provisões fiscais

Valor provisionado (perda provável)	31.12.2021	31.12.2020
ICMS - Créditos homologados <sup>(a)</sup>	46.232	46.232
ICMS - Ativo fixo <sup>(b)</sup>	-	92.179
Outros	30.242	33.601
<b>TOTAL</b>	<b>76.474</b>	<b>172.012</b>

- (a) A controlada Light SESA provisionou o montante de R\$46.232, relativo a parte do valor auçado em processo por meio do qual o Estado do Rio de Janeiro pretende cobrar ICMS decorrente da utilização supostamente indevida de créditos do imposto, adquiridos pela Light SESA de terceiros, e que haviam sido previamente homologados pela Secretaria Estadual de Fazenda. O débito atualmente é de R\$630.330 (R\$614.338 em 31 de dezembro de 2020). Após reavaliação, os assessores jurídicos internos e externos classificaram o valor de R\$42.029, relativo ao principal (imposto), assim como o valor a ele proporcional, relativo aos honorários advocatícios da Procuradoria, no montante de R\$4.203, como sendo perda provável e, todo o restante do valor auçado, relativo a juros, correção monetária e honorários advocatícios proporcionais, como perda remota. O processo administrativo encerrou-se em junho de 2015, com decisão desfavorável à controlada Light SESA, que por sua vez impetrou Mandado de Segurança com vistas a afastar a inscrição de parte do débito em Dívida Ativa do Estado relativa aos juros e correção monetária. A liminar foi deferida, mas posteriormente foi cassada por decisão proferida em sede de Agravo de Instrumento interposto pelo Estado do Rio de Janeiro. Foi ajuizada a Execução Fiscal, tendo a controlada Light SESA apresentado apólice de seguro garantia e, na sequência, foram opostos Embargos à Execução Fiscal. Foi proferida sentença nos autos dos Embargos à Execução Fiscal reconhecendo que devem ser expurgados os encargos moratórios (correção monetária e juros de mora) da Nota de Lançamento lavrada contra a controlada Light SESA. A sentença foi confirmada pelo Tribunal de Justiça e, no momento, aguarda-se o julgamento dos embargos de declaração opostos por ambas as partes.
- (b) Em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$92.179 se referia à Lei n.º 3.188/99, que, entre outras disposições, em seu artigo 2º, limitou o direito dos contribuintes do ICMS de utilizarem os créditos gerados na aquisição de bens destinados a integrar o ativo fixo. Em 30 de abril de 2021, a controlada Light SESA quitou integralmente o débito através da adesão ao programa de anistia fiscal do Estado do Rio de Janeiro, criado pela Lei Complementar n.º 189/2020, efetuando o pagamento do débito à vista, com a redução de juros e multa.





#### 22.1.4 Provisões regulatórias

Nesse tópico, a Companhia descreve as principais contingências regulatórias decorrentes de discussões administrativas com a ANEEL:

- A controlada Light SESA foi autuada pela ANEEL (Auto de Infração nº 01/2019-SFE/ANEEL) em decorrência de fiscalização ocorrida em setembro de 2017, relacionada à qualidade do atendimento comercial para a prestação de serviço adequado, conforme parâmetros estabelecidos na Resolução Normativa nº 414/2010. Foi aplicada multa no valor de R\$52.113, a qual foi reduzida para o montante de R\$47.242, por meio do despacho nº 2.909/2019. Atualmente, aguarda-se a decisão final da Diretoria Colegiada da ANEEL. O montante considerado como perda provável em 31 de dezembro de 2021 é de R\$47.114 (R\$45.118 em 31 de dezembro de 2020).
- A controlada Light SESA foi autuada pela ANEEL (Auto de Infração nº 026/2020-SFE/ANEEL) em decorrência de fiscalização ocorrida em fevereiro de 2020, relacionada aos indicadores de continuidade dos conjuntos de unidades consumidoras, estabelecidos no art. 1º da REA 6.236/2017 e em seu Contrato de Concessão. Foi aplicada multa no valor de R\$21.794, a qual foi reduzida para o montante de R\$16.659, por meio do ofício nº 306/2020 da SFE/ANEEL. Atualmente, aguarda-se decisão final da Diretoria Colegiada da ANEEL. O montante atualizado da provisão em 31 de dezembro de 2021 é de R\$5.345 (R\$5.120 em 31 de dezembro de 2020).

#### 22.2 Provisões de honorários de êxito

A Diretoria reavalia periodicamente os processos que possuem honorários de êxito previstos para os assessores jurídicos e, baseada na opinião de seus assessores legais, para o prognóstico de resolução dos processos, constitui provisão para os compromissos de honorários de êxito das causas com prognósticos de perdas possíveis, remotas e excepcionalmente prognóstico provável.

Segue abaixo quadro com a posição e a movimentação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Provisões para honorários de êxito	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Total
SALDO EM 31.12.2019	428	91.650	28.643	-	120.721
Adições	48	46.164	2.874	500	49.586
Atualizações	-	3.170	2.857	-	6.027
Baixas por pagamentos	(64)	(16.478)	(2.476)	-	(19.018)
Baixas por reversões	(29)	(39.573)	(1.008)	-	(40.610)
SALDO EM 31.12.2020	383	84.933	30.890	500	116.706
Adições	159	16.432	2.253	-	18.844
Atualizações	32	6.345	3.757	-	10.134
Baixas por pagamentos	(68)	(30.937)	(893)	(500)	(32.398)
Baixas por reversões	(78)	(4.729)	(8.283)	-	(13.090)
SALDO EM 31.12.2021	428	72.044	27.724	-	100.196



## 23. CONTINGÊNCIAS

As principais contingências com probabilidade de perda possível estão compostas da seguinte forma:

Consolidado	31.12.2021		31.12.2020	
	Saldo	Quantidade de processos <sup>(a)</sup>	Saldo	Quantidade de processos <sup>(a)</sup>
Cíveis	1.360.342	42.510	785.414	44.615
Trabalhistas	364.894	1.273	300.529	1.171
Fiscais	8.740.113	840	8.258.185	775
<b>TOTAL</b>	<b>10.465.349</b>	<b>44.623</b>	<b>9.344.128</b>	<b>46.561</b>

<sup>(a)</sup> Não auditado pelos auditores independentes

### 23.1 Cíveis

A Controlada Light SESA possui diversas ações judiciais de natureza cível que têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) irregularidades decorrentes de perdas comerciais (não técnicas); (ii) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (iii) acidentes envolvendo a sua rede de eletricidade e/ou a prestação do serviço; (iv) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de falta momentânea de energia: A controlada Light SESA figura como ré em ações cíveis discutindo a interrupção do serviço, quer seja motivada por caso fortuito ou de força maior, quer seja para fins de intervenção no sistema elétrico, entre outros motivos e, também, suspensão do serviço, quer seja por inadimplência, impedimento de acesso ou substituição do medidor, entre outros fatos ensejadores. Dentre essas ações, foi adicionado o montante de R\$564.093 com risco de perda possível em decorrência da ação indenizatória proposta pela CSN (0129629-98.1995.8.19.0001), cuja ação encontra-se em fase de liquidação de sentença; e (v) discussões que versam sobre os mais diversos temas, como funcionalidade dos medidores. Em 31 de dezembro de 2021, o montante total referente às ações é de R\$812.955 (R\$345.378 em 31 de dezembro de 2020).

A controlada Light SESA possui uma ação (0477418-58.2011.8.19.0001) que foi ajuizada pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 30 de setembro de 2011, pleiteando aproximadamente R\$100.000 a título de indenização pelos alegados prejuízos materiais (danos emergentes e lucros cessantes), incorridos em razão de sete interrupções no fornecimento de energia elétrica ocorridas nos anos de 2009 a 2011 na sua Unidade Consumidora de Volta Redonda. Atualmente a ação encontra-se em fase de perícia, com laudo, em linhas gerais, favorável aos interesses da Companhia, tendo o perito se manifestado sobre os pedidos adicionais e impugnação da CSN de forma favorável à controlada Light SESA. Em 31 de dezembro de 2021, a exposição do risco é de R\$111.104 (R\$94.600 em 31 de dezembro de 2020).

A controlada Light SESA também litiga em ação rescisória (0002731-81.2011.8.19.0000) movida pela CSN, em que se discute reajuste tarifário durante o congelamento de preços adotado pelo Plano Cruzado. O processo está aguardando julgamento de recurso da controlada Light SESA em trâmite no Superior Tribunal de Justiça. Em 31 de dezembro de 2021, a exposição do risco é de R\$317.169 (R\$269.436 em 31 de dezembro de 2020).



No último trimestre de 2020, a Light S.A e as controladas Light Energia e Lightcom foram citadas para responder Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (IDPJ), processo 0035516-77.2020.8.26.0100, interposto por FLF - Fundo de Liquidação Financeira, visando a desconsideração da personalidade jurídica da Renova Energia S.A. para atingir o Grupo Light e Grupo Cemig para honrar com a dívida contraída pelo Grupo Renova junto ao FLF. A Companhia e as controladas Light Energia e Lightcom apresentaram contestação e em 14 de junho de 2021, foi proferida decisão julgando o IDPJ improcedente em relação à CEMIG, Light S.A. e controlada Lightcom, uma vez que não são acionistas do Grupo Renova. O Fundo Autor do Incidente recorreu da decisão que excluiu CEMIG, Light S.A e a controlada Lightcom, mas a decisão foi mantida em dezembro de 2021. Nos autos do IDPJ, o Fundo foi intimado para responder a petição em que a Light Energia impugna os quesitos apresentados. Em 31 de dezembro de 2021, a exposição do risco é de R\$42.723.

### 23.2 Fiscais

- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - perdas comerciais – A controlada Light SESA possui quatro autuações fiscais cobrando IRPJ e CSLL em razão da não adição dos valores de perdas não técnicas ao seu resultado, para fins de apuração do lucro real, sendo que: (i) a primeira autuação foi julgada procedente em parte em decisão de 1ª instância administrativa e o CARF julgou improcedente, por voto de qualidade, o Recurso Voluntário da controlada Light SESA. No momento, aguarda-se o julgamento do recurso da controlada Light SESA; e (ii) as outras três autuações foram julgadas procedentes em decisão de 1ª instância administrativa e foram objeto de Recurso Voluntário;

A controlada Light SESA também possui três outras autuações cobrando PIS e COFINS pela não realização do estorno dos créditos destas contribuições referentes aos valores de perdas não técnicas, sendo que (i) uma das autuações foi julgada improcedente em decisão de 1ª instância administrativa e aguarda julgamento de recurso de ofício; (ii) as outras duas autuações, recebidas em outubro e novembro de 2020, respetivamente, foram julgadas procedentes em decisão de 1ª instância e foram objeto de Recurso Voluntário.

Em 31 de dezembro de 2021, o montante dessas discussões é de R\$5.316.345 (R\$5.142.166 em 31 de dezembro de 2020).



- ICMS perdas comerciais – A controlada Light SESA possui três autuações fiscais, duas ações Anulatórias, um Mandado de Segurança e uma Execução Fiscal que discutem a cobrança de ICMS, FECP e multa por não recolher o referido tributo diferido em operações anteriores à distribuição de energia elétrica, em razão da ocorrência de perdas comerciais. No primeiro processo administrativo, após a apresentação de impugnação pela controlada Light SESA, a Junta de Revisão Fiscal converteu o julgamento em diligência. Em resposta à diligência, a Fiscalização retificou o Auto de Infração, tendo recalculado os percentuais de incorporação de perdas não técnicas na tarifa em base mensal, restando autuado apenas o ICMS devido pelas perdas não incorporadas à tarifa da distribuidora. Aguarda-se apreciação da Impugnação. A segunda autuação fiscal também aguarda julgamento da impugnação. A terceira autuação fiscal está com prazo em aberto para apresentação de impugnação. A controlada Light SESA obteve sentença favorável no mandado de segurança e nas duas ações anulatórias, que se encontram em fase de recurso. Em 31 de dezembro de 2021, o montante dessa discussão é de R\$952.562 (R\$761.579 em 31 de dezembro de 2020).
- ICMS sobre subvenções do programa federal denominado “Baixa Renda” - A controlada Light SESA possui três ações anulatórias, vinculadas às execuções fiscais, com o objetivo de discutir a incidência de ICMS sobre os valores pagos pela União Federal à controlada Light SESA a título de subvenção econômica, direcionada aos consumidores de energia da subclasse baixa renda. Atualmente, a controlada Light SESA não possui decisão de mérito favorável nessas ações anulatórias, sendo que, em uma ação aguarda-se o julgamento do seu Recurso de Apelação e na outra foi dado provimento ao Recurso de Apelação da controlada Light SESA para declarar a nulidade da autuação e em uma ação aguarda-se julgamento dos agravos apresentados pela controlada Light SESA em face das decisões que inadmitiram o Recurso Especial e o Recurso Extraordinário. Adicionalmente, a controlada Light SESA possui duas discussões administrativas. A primeira possui decisão desfavorável na esfera administrativa e aguarda-se a intimação da controlada Light SESA acerca do acórdão. A segunda autuação encontra-se aguardando julgamento da Impugnação. Em 31 de dezembro de 2021, o montante dessa discussão é de R\$367.190 (R\$314.212 em 31 de dezembro de 2020).
- IN 86 – A controlada Light SESA foi autuada para a cobrança de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória, relacionada à entrega dos arquivos eletrônicos, no formato previsto na IN nº 86/2001, referentes aos anos-calendário de 2003 a 2005. O Processo Administrativo encerrou-se em julho de 2015, com decisão desfavorável à controlada Light SESA, que impetrou Mandado de Segurança. Proferida sentença julgando procedente o pleito da controlada Light SESA, que foi mantida em sede de recurso de apelação da União. Aguarda-se julgamento dos embargos de declaração opostos pela União. Em 31 de dezembro de 2021, o montante dessa discussão é de R\$473.958 (R\$465.510 em 31 de dezembro de 2020).



- LIR/LOI - IRPJ/CSLL – A controlada Light SESA possuía Mandado de Segurança em que se discutia a forma de tributação dos lucros das subsidiárias LIR e LOI no exterior, mais especificamente defendia que o IRPJ e CSLL deveriam incidir apenas sobre os lucros e não sobre os resultados positivos de equivalência patrimonial. Para se valer dos benefícios do programa REFIS, a controlada Light SESA desistiu integralmente do Mandado de Segurança e alterou o procedimento para passar a tributar os resultados pelo método de equivalência patrimonial. O Fisco discordou de tal procedimento e autuou a controlada Light SESA quanto aos exercícios de 2004 a 2008, passando a exigir a tributação apenas sobre os lucros. Para o exercício de 2004, foi ajuizada Execução Fiscal, que aguarda o julgamento do recurso da controlada Light SESA. Para o exercício de 2005, houve o encerramento da esfera administrativa desfavoravelmente à controlada Light SESA, que impetrou Mandado de Segurança visando anular o acórdão proferido pelo CARF e obteve liminar para suspender a exigibilidade do débito. Já para os exercícios de 2006 a 2008, houve o encerramento favorável na esfera administrativa para a controlada Light SESA. Em abril de 2014, a controlada Light SESA foi autuada, com relação ao exercício de 2009, sobre a forma de tributação dos lucros das subsidiárias LIR e LOI no exterior. O processo aguarda o julgamento do seu recurso especial. Em 31 de dezembro de 2021, o montante dessa discussão é de R\$453.953 (R\$446.269 em 31 de dezembro de 2020).
- Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal do Estado do Rio de Janeiro (“FEEF”) – A controlada Light SESA foi autuada em razão da ausência de recolhimento, ao FEEF do ICMS correspondente a 10% dos benefícios fiscais destinados a terceiros, relativamente ao período de dezembro de 2016 a junho de 2017 e recebeu uma segunda autuação em relação ao período de julho de 2017 a julho de 2019. As duas autuações estão aguardando julgamento da impugnação. A tese está sendo discutida pela controlada Light SESA por meio de Mandado de Segurança. Em 31 de dezembro de 2021, o montante dessa discussão é de R\$119.337 (R\$45.637 em 31 de dezembro de 2020).
- Não homologação de compensações - CVA - (30 Processos Administrativos) - Não homologação pela Receita Federal de compensações realizadas pela controlada Light SESA com créditos advindos de pagamento indevido ou a maior de PIS e COFINS, notadamente em razão da alteração do momento da tributação do PIS e da COFINS sobre a CVA. Apresentadas manifestações de inconformidade ainda pendentes de julgamento. Em 31 de dezembro de 2021, o montante dessas discussões é de R\$281.150 (R\$273.687 em 31 de dezembro de 2020).
- Despachos decisórios (53 processos) – 52 despachos decisórios proferidos pela Receita Federal em face da controlada Light SESA e 1 despacho decisório em face da Light S.A. para negar homologação a diversos pedidos de compensação realizados pela controlada Light SESA, para a utilização de créditos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL à alegação de que tais créditos seriam devidos ou insuficientes para abarcar os débitos contra aos quais foram opostos. A controlada Light SESA e a controladora apresentaram manifestações de inconformidade em face aos aludidos Despachos Decisórios. Em dezembro de 2021, a controlada Light SESA obteve decisão favorável definitiva em um dos casos. Em 31 de dezembro de 2021, o montante dessas discussões é de R\$201.361 (R\$213.118 em 31 de dezembro de 2020).



- Não homologação de compensações – A controlada Light SESA discute judicialmente a cobrança de supostos débitos de PIS e COFINS, decorrentes da glosa de créditos de mesma natureza realizada pela Receita Federal em 22 Processos Administrativos, decorrentes de compensações realizadas referentes aos períodos de março e abril de 2005, janeiro, fevereiro, março, maio, junho, julho, agosto e setembro de 2006 e janeiro e fevereiro de 2007. A controlada Light SESA aguarda o julgamento dos Embargos à Execução apresentados. Em 31 de dezembro de 2021, o montante dessas discussões é de R\$59.966 (R\$58.979 em 31 de dezembro de 2020).
- TFGE - A referida taxa foi instituída pela Lei 7.184/15 do Estado do Rio de Janeiro. A controlada Light Energia impetrou Mandado de Segurança preventivo para não ter que recolher esta taxa. Em outubro de 2021, o processo transitou em julgado favoravelmente à Light Energia, não existindo, em 31 de dezembro de 2021, nenhum montante em discussão (R\$74.710 em 31 de dezembro de 2020).

### 23.3 Trabalhistas

Os principais pedidos objeto das ações trabalhistas envolvem as seguintes matérias: equiparação salarial, horas extras, acidente de trabalho, adicional de periculosidade, equiparação salarial e dano moral. Em 31 de dezembro de 2021, montantes envolvidos nestas discussões totalizam R\$189.269 (R\$149.583 em 31 de dezembro de 2020).

A controlada Light SESA também litiga na ação civil pública (0100742-05.2018.5.01.0081) onde o Ministério Público do Trabalho alega a existência de suposta restrição que impediria a contratação de ex-empregados terceirizados, desqualificados no passado, e por isso requer pagamento de danos morais, bem como, obrigação para que a controlada Light SESA se abstenha de praticar tal ato. O processo está aguardando realização de audiência. Em 31 de dezembro de 2021, o montante referente a essa discussão é de R\$52.366 (R\$52.366 em 31 de dezembro de 2020).



## 24. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

---

As empresas do Grupo Light são patrocinadoras instituidoras da Fundação de Seguridade Social Braslight (Braslight), entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, cuja finalidade é garantir renda de aposentadoria aos empregados do Grupo Light vinculados à Fundação e de pensão aos seus dependentes. A Companhia possui planos do tipo benefício definido e do tipo benefício misto e do tipo contribuição definida.

### 24.1 Descrição dos planos

O Grupo é patrocinador atualmente de três planos de benefícios previdenciários administrados pela Braslight que são denominados A/B, C e D, implementados respectivamente em 1975, 1997 e 2010, tendo o Plano C recebido migração, na época de sua constituição, de 96% dos participantes ativos do Plano A/B.

Benefício definido (Plano A/B) - correspondem à diferença entre um percentual, variável de 80% a 100%, do maior valor entre a média dos últimos 12 e dos últimos 36 salários, atualizados para a data de início do benefício, e o valor do benefício concedido pelo INSS.

Contribuição variável (Plano C) - os benefícios programáveis, durante a fase de capitalização, são do tipo "contribuição definida", sem vinculação com o INSS, e os benefícios de risco (auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte de participante ativo, inválido e em auxílio-doença), bem como os de renda continuada, estes uma vez concedidos, são do tipo "benefício definido". As duas parcelas têm seus patrimônios apurados em quotas e tratadas em conjunto denominadas Plano C Novo.

Ao participante que migrou do Plano A/B para o Plano C foi concedido um benefício saldado de renda vitalícia, com reversão em pensão, proporcional ao tempo de contribuição à Braslight na ocasião de migração, contado de sua última inscrição na Fundação, diferido para recebimento após o mesmo ter completado um conjunto de condições de habilitação. Esta parcela é denominada Subplano de Benefício Definido Saldado do Plano C.

Contribuição definida (Plano D) - Neste plano, os benefícios programados são do tipo "contribuição definida" antes e após a sua concessão e os benefícios não programados são do tipo "benefício definido", antes da concessão, e de "contribuição definida" após a concessão.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi pago pela Companhia, referente à parcela do plano de contribuição definida, o montante de R\$5.268 (R\$4.529 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).



## 24.2 Avaliação atuarial

A Companhia e suas controladas contrataram atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, sendo a última efetuada para a data-base de 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconheceu na rubrica de outros resultados abrangentes o montante de R\$3.516 (reconhecido líquido de impostos no montante de R\$1.811) em decorrência da variação da taxa de desconto para o plano AB. Ademais, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reverteu esse montante por conta do valor justo total dos ativos dos planos serem superiores as obrigações em 31 de dezembro de 2021.

As informações atuariais consolidadas são conforme abaixo:

Consolidado	31.12.2021	31.12.2020
Valor presente das obrigações atuariais	(3.155.558)	(3.588.295)
Valor justo dos ativos do plano	3.162.012	3.624.693
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo	(6.454)	(41.725)
<b>PASSIVO LÍQUIDO</b>	<b>-</b>	<b>(5.327)</b>

As mudanças no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

Valor justo dos ativos do plano	Consolidado
SALDO EM 31.12.2019	3.603.165
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	237.338
Expurgo de saldo de empresa alienada	(4.295)
Ganhos atuariais nos ativos do plano	78.681
Contribuições da patrocinadora	384
Contribuições dos participantes	16
Benefícios pagos pelo plano/Companhia	(290.596)
SALDO EM 31.12.2020	3.624.693
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	225.114
Perdas atuariais nos ativos do plano	(401.902)
Contribuições da patrocinadora	353
Contribuições dos participantes	126
Benefícios pagos pelo plano/Companhia	(286.372)
SALDO EM 31.12.2021	3.162.012

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

Valor presente da obrigação	Consolidado
SALDO EM 31.12.2019	3.583.281
Custo do serviço corrente	(144)
Expurgo de saldo de empresa alienada	(4.272)
Juros sobre a obrigação atuarial	235.943
Contribuições de participantes	16
Ganhos atuariais reconhecidas	64.067
Benefícios pagos	(290.596)
SALDO EM 31.12.2020	3.588.295
Custo do serviço corrente	(467)
Juros sobre a obrigação atuarial	222.610
Contribuições de participantes	126
Perdas atuariais reconhecidas	(368.634)
Benefícios pagos	(286.372)
SALDO EM 31.12.2021	3.155.558





Os valores reconhecidos na demonstração do resultado, nos grupos de custos e despesas operacionais e resultado financeiro, são como segue:

Consolidado	31.12.2021	31.12.2020
Custo do serviço corrente	(467)	(144)
Juros sobre as obrigações atuariais	222.610	235.943
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	(225.114)	(237.338)
Ajuste de atualização de dívida Braslight	2.971	1.539
<b>CUSTO ESPERADO ESTIMADO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

A estimativa do atuário externo para a despesa a ser reconhecida para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2022 é como segue:

Consolidado	2022
Custo do serviço corrente	426
Juros sobre as obrigações atuariais	267.786
Rendimento esperado dos ativos do plano	(267.812)
<b>Estimativa de despesa em 2022</b>	<b>400</b>

As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

Consolidado	31.12.2021	31.12.2020
Renda fixa	83,58%	75,97%
Renda variável	11,64%	17,93%
Investimentos estruturados	1,00%	2,13%
Imóveis	2,29%	2,76%
Empréstimos e financiamentos	1,67%	1,38%
Outros realizáveis	0,05%	0,03%
Provisões contingências	-0,23%	-0,20%
	100,00%	100,00%

O resultado real sobre os ativos dos planos foi uma perda de R\$401.902 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (ganho de R\$78.681 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

A Braslight realiza periodicamente estudos de *Asset Liability Management* (ALM) dos planos de benefícios no intuito de reavaliar a estratégia de alocação dos investimentos frente às obrigações atuariais, com vistas a se proteger das alterações nos preços dos instrumentos financeiros, bem como evitar o descasamento dos fluxos de ativos e passivos, de forma que os recursos estejam disponíveis na data de pagamento dos benefícios e demais obrigações dos planos.



### 24.3 Premissas atuariais

Consolidado	31.12.2021	31.12.2020
Taxa de juros nominal (desconto) a valor presente do passivo atuarial	8,83% (A/B) e 8,92% (C)	6,18% (A/B) e 6,68% (C)
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	8,83% (A/B) e 8,92% (C)	6,18% (A/B) e 6,68% (C)
Taxa anual de inflação	3,40%	3,20%
Taxa de crescimento salarial nominal	5,99%	5,78%
Índice de reajuste nominal de benefícios concedidos de prestação continuada	3,40%	3,20%
Fator de capacidade	100,00%	100,00%
Taxa rotativa	Nula	Nula
Tábua geral de mortalidade <sup>(a)</sup>	AT - 83/ BR (A/B) e EMS 2010 (C)	AT - 83/ BR (A/B) e EMS 2010 (C)
Tábua de entrada em invalidez (planos A/B)	LIGHT - Fraca*1,20	LIGHT - Fraca*1,20
Tábua de entrada em invalidez (plano C salgado)	LIGHT - Fraca*1,20	LIGHT - Fraca*1,20
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 Masculina	AT-49 Masculina
Participantes ativos	1.082	1.159
Participantes aposentados e pensionistas	5.376	5.455

<sup>(a)</sup> Tábua sem agravamento

### 24.4 Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são a taxa de desconto e a tábua de mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido.

Abaixo estão demonstrados os efeitos na obrigação de benefício definido caso a taxa de desconto fosse 1,00% mais baixa e caso a tábua de mortalidade fosse alterada para a tábua seguinte mais restritiva:

Taxa de desconto nominal (a.a.)	Premissa laudo	Redução de taxa de desconto	Impacto na obrigação do plano
Plano A/B	8,83%	-1,00%	188.974
Plano C	8,92%	-1,00%	329.580

Tabua de mortalidade	Premissa laudo	Alteração de tábua	Impacto na obrigação do plano
Plano A/B	AT-83	AT-2000	28.852
Plano C	EMS 2010	EMS 2010 Segregada por sexo Desagravada em 2 anos	115.461



**25. OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO E ATIVO DE DIREITO DE USO**

Obrigações por arrendamento - Consolidado	31.12.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Terrenos e imóveis	725	926	1.651	1.200	1.446	2.646
Máquinas e equipamentos	556	1.516	2.072	644	1.403	2.047
Veículos	23.827	35.721	59.548	45.384	55.850	101.234
<b>TOTAL</b>	<b>25.108</b>	<b>38.163</b>	<b>63.271</b>	<b>47.228</b>	<b>58.699</b>	<b>105.927</b>

**25.1 Movimentação dos ativos de direito de uso e das obrigações por arrendamento**

Ativo de direito de uso - Consolidado	Terrenos e imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
SALDO EM 31.12.2019	3.161	1.214	72.346	76.721
Adições de arrendamentos	380	1.731	64.474	66.585
Remensurações	333	38	3.434	3.805
Depreciação	(1.377)	(971)	(37.920)	(40.268)
Baixa de arrendamentos	(7)	-	(5.119)	(5.126)
<b>SALDO EM 31.12.2020</b>	<b>2.490</b>	<b>2.012</b>	<b>97.215</b>	<b>101.717</b>
Adições de arrendamentos	68	720	4.202	4.990
Remensurações	174	5	-	179
Depreciação	(1.216)	(742)	(45.122)	(47.080)
<b>SALDO EM 31.12.2021</b>	<b>1.516</b>	<b>1.995</b>	<b>56.295</b>	<b>59.806</b>

Obrigações por arrendamento - Consolidado	Terrenos e imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
SALDO EM 31.12.2019	3.270	1.267	74.819	79.356
Adições de arrendamentos	380	1.731	64.474	66.585
Remensurações	333	38	3.434	3.805
Pagamento da parcela	(1.586)	(1.076)	(43.318)	(45.980)
Despesa de juros	256	87	6.944	7.287
Baixa de arrendamentos	(7)	-	(5.119)	(5.126)
<b>SALDO EM 31.12.2020</b>	<b>2.646</b>	<b>2.047</b>	<b>101.234</b>	<b>105.927</b>
Adições de arrendamentos	68	720	4.202	4.990
Remensurações	174	5	-	179
Pagamento da parcela	(1.424)	(883)	(51.531)	(53.838)
Despesa de juros	187	183	5.643	6.013
<b>SALDO EM 31.12.2021</b>	<b>1.651</b>	<b>2.072</b>	<b>59.548</b>	<b>63.271</b>



## 25.2 Cronograma de vencimento das obrigações por arrendamento

Obrigações por arrendamento	31.12.2021	31.12.2020
2021	-	47.228
2022	25.108	23.860
2023	21.556	19.732
2024	16.267	14.752
2025	340	355
<b>Total</b>	<b>63.271</b>	<b>105.927</b>

Para a realização da mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, a Companhia utilizou a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados. Essa vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro.

A Companhia apresenta abaixo os efeitos estimados considerando a inflação futura projetada:

Consolidado	Efeitos estimados
<b>ATIVO DE DIREITO DE USO</b>	
Conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16 (fluxo real)	59.806
Com efeito da Inflação (fluxo nominal)	63.747
<b>OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO</b>	
Conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16 (fluxo real)	63.271
Com efeito da Inflação (fluxo nominal)	67.211

## 26. ENCARGOS REGULATÓRIOS

Encargos regulatórios - consolidado	31.12.2021	31.12.2020
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	2.485	2.789
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	4.970	5.550
Programa de Eficiência Energética – PEE	178.521	179.467
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	84.353	86.676
Quota recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE <sup>(a)</sup>	42.732	-
Quota de reserva global de reversão – RGR	717	997
<b>TOTAL</b>	<b>313.778</b>	<b>275.479</b>

<sup>(a)</sup> Refere-se ao recolhimento devido pela controlada Light SESA referente a CDE Conta-Covid, homologada pela ANEEL através do Despacho nº 939 de 5 de abril de 2021



## 27. OUTROS DÉBITOS

Outros Débitos – consolidado	31.12.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Adiantamento de clientes	55.026	-	55.026	58.975	-	58.975
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos ('CFURH')	3.343	-	3.343	3.467	-	3.467
Taxa de iluminação pública	234.285	-	234.285	187.678	-	187.678
Reserva para reversão	7.770	31.081	38.851	-	46.622	46.622
Restituições consumidores	88.141	-	88.141	78.640	-	78.640
Honorários de sucumbência – Acordo com Furnas	-	-	-	36.459	-	36.459
Subvenção por redução voluntária do consumo (Nota 11)	169.215	-	169.215	-	-	-
Outros	14.154	9.026	23.180	18.481	3	18.484
<b>TOTAL</b>	<b>571.934</b>	<b>40.107</b>	<b>612.041</b>	<b>383.700</b>	<b>46.625</b>	<b>430.325</b>

## 28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; (iii) prestação serviços de operação e manutenção; (iv) contratos de serviços administrativos.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia são apresentados abaixo:

### 28.1 Ativos e receitas

Grupo do balanço, características do contrato e vínculo	Valor original	Período de vigência	Condições contratuais	Condições de rescisão ou término	Ativo		Receita	
					31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Cliente - Cobrança do encargo de uso de sistema de distribuição da controlada Light SESA com a CEMIG <sup>(b)</sup>	N/A <sup>(a)</sup>	A partir de nov/2003. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	-	90	-	1.821
Cliente - Cobrança do encargo de uso da rede básica da controlada Light Energia com a CEMIG <sup>(b)</sup>	N/A <sup>(a)</sup>	A partir de dez/2002	Preço praticado no mercado regulado	N/A	-	-	-	165
Cliente - Cobrança do encargo de uso da rede básica da controlada Light SESA com a Lightger	N/A <sup>(a)</sup>	A partir de dez/2010. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	-	-	473	387
Cliente - Cobrança referente a prestação de serviços da controlada Light Energia com a Lightger	4.325	dez/2012 a jun/2020	Termos e condições acordados entre as partes	N/A	-	-	-	403

<sup>(a)</sup> Os contratos de encargo de uso de sistema de distribuição e encargo de uso da rede básica são faturados de acordo com a demanda de energia circulada na rede.

<sup>(b)</sup> Como resultado do follow-on concluído em 22 de janeiro de 2021, a CEMIG deixou de ser parte relacionada da Companhia (vide Nota 28.2).



## 28.2 Passivos e despesas

Grupo do balanço, características do contrato e vínculo	Valor original	Período de vigência	Condições contratuais	Condições de rescisão ou término	Passivo		Despesa	
					31.12.2021	31.12.2020	2021	2020
Fornecedor - Compromisso de compra de energia elétrica da controlada Light SESA com a CEMIG <sup>(c)</sup>	275.238	jan/2010 a dez/2039	Preço praticado no mercado regulado	30% do saldo remanescente	-	2.873	-	(48.511)
Fornecedor - Compromisso com encargos de uso da rede básica da controlada Light SESA com a CEMIG <sup>(c)</sup>	N/A <sup>(a)</sup>	A partir de dez/2002. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	-	2.325	-	(21.716)
Fornecedor - Compromisso de compra de energia elétrica da controlada Light Energia com a Lightger	217.213	dez/2010 a jun/2028	Termos e condições acordados entre as partes	N/A	-	2.240	(28.301)	(23.218)
Outros débitos - Compromisso com serviços de consultoria da controlada Light SESA com a controlada em conjunto Axiom	N/A <sup>(b)</sup>	A partir de dez/2010. Vencimento indeterminado	IGP-M	N/A <sup>(b)</sup>	1.501	1.441	(15.550)	(14.389)
Plano Previdenciário - Compromisso da controlada Light SESA com a Fundação de Seguridade Social Braslight - Patrocinadora da fundação	N/A	A partir de dez/2020. Vencimento indeterminado	N/A	N/A	-	5.327	-	-

<sup>(a)</sup> Os contratos de encargo de uso de sistema de distribuição e encargo de uso da rede básica são faturados de acordo com a demanda de energia circulada na rede.

<sup>(b)</sup> O contrato de serviço é faturado de acordo com a necessidade de horas despendidas no serviço contratado.

<sup>(c)</sup> Como resultado do follow-on concluído em 22 de janeiro de 2021, a CEMIG deixou de ser parte relacionada da Companhia (vide Nota 28.2).

Conforme mencionado nas Notas 20 e 21 a Companhia é avalista dos empréstimos de suas controladas. Além disso, quando necessário, poderão existir mútuos entre a Companhia e suas controladas, contudo não foram realizadas transações desta natureza nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

## 28.3 Remuneração dos administradores

Os montantes apresentados a seguir referem-se à remuneração da Diretoria, do Conselho de Administração, e do Conselho Fiscal, reconhecidos pelo regime de competência, relativo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Remuneração dos Administradores	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Honorários e benefícios de curto prazo	2.741	1.362	17.269	11.453
Bônus	1.123	536	11.338	5.284
Encargos Sociais	678	274	4.749	2.300
Benefícios pós-emprego	58	34	645	433
Benefícios assistenciais	73	59	1.146	1.236
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	10	38	98	377
Remuneração baseada em ações	8.562	3.821	8.562	3.821
<b>TOTAL</b>	<b>13.245</b>	<b>6.124</b>	<b>43.807</b>	<b>24.904</b>

Adicionalmente, a Companhia possui um programa de remuneração baseado em ações destinado aos seus administradores e empregados, conforme descrito na Nota 30.



## 29. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 29.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Light S.A. está representado por 372.555.324 (trezentos e setenta e dois milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e vinte e quatro) (303.934.060 em 31 de dezembro de 2020) ações ordinárias escriturais e sem valor nominal, sendo o seu capital social de R\$5.473.247, sendo reduzido por gastos com emissão de ações no montante de R\$81.050 (R\$49.537 em 31 de dezembro de 2020), totalizando o montante de R\$5.392.197, conforme a seguir:

Acionistas	31.12.2021		31.12.2020	
	Quantidade de ações (unidades)	% Participação	Quantidade de ações (unidades)	% Participação
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	-	-	68.621.264	22,58
Samambaia Master Fundo de Investimento em Ações Investimento no Exterior - BDR Nível 1	74.548.846	20,01	53.266.310	17,53
Santander PB Fundo de Investimentos em Ações 1	37.863.402	10,16	-	-
Atmos Capital Gestão de Recursos Ltda. <sup>(a)</sup>	-	-	30.602.520	10,07
Verde Asset Management S.A.	18.661.100	5,01	17.095.597	5,62
Mercado ( <i>free float</i> )	241.481.976	64,82	134.348.369	44,20
<b>TOTAL</b>	<b>372.555.324</b>	<b>100,00</b>	<b>303.934.060</b>	<b>100,00</b>

<sup>(a)</sup> Em 31 de dezembro de 2021, a Atmos Capital Gestão de Recursos Ltda. possuía quantidade de ações inferior a 5%, o que consequentemente suspende a obrigatoriedade de divulgação de participação.

A Light S.A. está autorizada a aumentar o seu capital, mediante deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária, até o limite de 408.934.060 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

#### 29.1.1 Oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias ("Follow-on")

Em 22 de janeiro de 2021, encerrou-se a oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações") realizada em conformidade com os procedimentos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários

No âmbito da Oferta Pública, foram colocadas (i) 68.621.264 de novas ações de emissão da Companhia ("Oferta primária"), com o consequente aumento do capital social da Companhia no montante de R\$1.372.425, e (ii) 68.621.264 de ações de emissão da Companhia e de titularidade da CEMIG ("Oferta secundária"), ao preço por ação de R\$20,00.



## 29.2 Reservas

### 29.2.1 Reservas de capital

A Companhia oferece a seus administradores e a alguns colaboradores indicados pelo Conselho de Administração plano de opção de compra de ações da Companhia. As opções são precificadas pelo valor justo na data de concessão das outorgas, ajustadas a valor presente, e são reconhecidas de forma linear no resultado pelo prazo de concessão da opção em contrapartida ao patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$18.462 (R\$9.434 em 31 de dezembro de 2020) é decorrente de opções outorgadas referente ao plano de opções.

### 29.2.2 Reservas de lucro

#### Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória e foi constituída à base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até os limites estabelecidos por Lei.

#### Reserva de retenção de lucros

Constituída com o lucro líquido remanescente após as destinações com base em orçamento de capital aprovado pelo Conselho de Administração e pelas Assembleias Gerais Ordinárias.

#### Reserva especial

Conforme artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório não será obrigatório no exercício social em que a Diretoria informar à Assembleia geral ordinária ser o pagamento de dividendos incompatível com a situação financeira da Companhia.

Os lucros que deixarem de ser distribuídos serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que o permitir a situação financeira da companhia.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 28 de abril de 2020, foi aprovada a criação da reserva especial com o montante referente aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2019, no montante de R\$315.353.

## 29.3 Ajuste de avaliação patrimonial

São reconhecidos os efeitos do ajuste a valor justo do ativo imobilizado da controlada Light Energia registrado na data de transição da adoção da IFRS em 1º de janeiro de 2009, líquidos de efeitos de impostos diretos, a uma alíquota de 34%. À medida que os itens forem realizados, os valores registrados nessa conta serão transferidos para a conta de lucros ou prejuízos acumulados.





#### 29.4 Outros resultados abrangentes

São reconhecidos os ganhos ou perdas atuariais decorrentes de alterações de premissas atuariais, como tábua de mortalidade, taxa de desconto das obrigações e também pelas variações no rendimento dos investimentos dos planos de benefício pós-emprego categorizado como de benefícios definidos. Os montantes apresentados estão líquidos de impostos diretos, quando aplicável, a uma alíquota de 34%. As variações em outros resultados abrangentes relacionadas a ganhos ou perdas atuariais não são reclassificadas para o resultado em períodos subsequentes.

#### 29.5 Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Os dividendos propostos originalmente no encerramento de cada um dos exercícios foram calculados como se segue:

Cálculo dos dividendos propostos	2021	2020
Lucro líquido do exercício	397.945	691.922
Constituição de reserva legal (5%)	(19.897)	(34.596)
Base de cálculo dos dividendos	378.048	657.326
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(94.512)	(164.332)
Realização de ajuste avaliação patrimonial	15.325	15.633
Lucros retidos	298.861	508.627

Em 29 de abril de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios à conta do lucro líquido do exercício de 2020, no valor de R\$164.332 (R\$0,54 por ação) que foram pagos em 27 de julho de 2021.

#### 29.6 Resultado por ação

A tabela a seguir concilia o resultado líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, com os montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

Resultado por ação	2021	2020
Lucro líquido do exercício	397.945	691.922
Média ponderada do número de ações ordinárias (em unidades)	366.836.885	303.934.060
Lucro básico e diluído por ações ordinárias em reais	1,0848	2,2766

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 não existiam diferenças entre o resultado por ação básico e diluído, uma vez que a Companhia não possuía nenhum instrumento com potencial dilutivo.



### 30. PLANO DE PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

---

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 04 de julho de 2019, foi aprovado o plano de opção de compra de ações da Companhia, destinado aos administradores e empregados da Companhia e de suas controladas. O plano tem o objetivo de reforçar a retenção dos executivos, alinhar os interesses dos acionistas aos das pessoas elegíveis e criar valor para o negócio de forma sustentável e de longo prazo.

O número total de ações que poderão ser adquiridas ou subscritas no âmbito do plano de opção não excederá 2,1% das ações representativas do capital social total da Companhia (incluídas as ações a serem emitidas em decorrência do exercício de opções com base no plano de opção) na data de aprovação do plano de opção.

Uma vez exercida a opção pelos interessados, as referidas ações serão objeto de emissão através de aumento do capital da Companhia. As Opções se tornarão exercíveis na medida em que os respectivos beneficiários permanecerem vinculados como administrador ou empregado da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle, pelo período compreendido entre a data de outorga e um prazo a partir de um ano após a concessão, conforme segue:

- (a) 25% (vinte e cinco por cento) das Opções poderão ser exercidas, no todo ou em parte, após o 1º aniversário da data de outorga;
- (b) 25% (vinte e cinco por cento) das Opções poderão ser exercidas, no todo ou em parte, após o 2º aniversário da data de outorga;
- (c) 25% (vinte e cinco por cento) das Opções poderão ser exercidas, no todo ou em parte, após o 3º aniversário da data de outorga; e
- (d) 25% (vinte e cinco por cento) das Opções poderão ser exercidas, no todo ou em parte, após o 4º aniversário da data de outorga.

As Opções não exercidas após o 1º aniversário da data de outorga poderão ser exercidas nos períodos subseqüentes e assim sucessivamente para as Opções não exercidas após os demais aniversários até o prazo máximo de vigência das opções, que será de 5 (cinco) anos a partir da data de outorga.



### 30.1 Preço de exercício das opções

O preço de exercício das opções outorgadas nos termos do plano é de R\$20,54, correspondente à média da cotação das ações da Companhia na B3 S.A., ponderada pelo volume de negociação, nos sessenta pregões anteriores a criação do plano.

O preço de exercício será reduzido pelo valor dos dividendos, juros sobre o capital próprio e outros proventos distribuídos pela Companhia aos acionistas ou quaisquer outros valores por ação colocados à disposição dos acionistas pela Companhia, inclusive em função de redução de capital social sem o cancelamento de ações ou qualquer outra operação societária que implique alocação de recursos aos acionistas ou redução do valor da ações, sempre considerado o período compreendido entre a data de outorga e a data do exercício das opções.

### 30.2 Beneficiários

Durante o prazo de um ano contado da data de exercício das Opções, os beneficiários não poderão vender, ceder ou, de qualquer forma, alienar as ações da Companhia originalmente adquiridas ou inscritas ao amparo do Plano, bem como aquelas que venham a ser por eles adquiridas em virtude de bonificações, desdobramentos, subscrições ou qualquer outra forma de aquisição e direitos de subscrição de ações ou quaisquer outros valores mobiliários de emissão da Companhia conversíveis em ações ou que outorguem direito à subscrição de ações (*"Lock-Up"*).

Até 31 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração outorgou 3.751.400 (três milhões, setecentos e cinquenta e um mil e quatrocentas) Opções aos beneficiários. Montante líquido das opções extintas por desligamento.

### 30.3 Impactos contábeis

As opções são reconhecidas pelo valor justo, a débito na demonstração do resultado, na rubrica de despesas de pessoal e a crédito no patrimônio líquido, na rubrica de reserva de capital. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi registrado o montante de R\$9.028 (R\$6.255 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).



**31. RECEITA LÍQUIDA**

Receita líquida - Consolidado	2021	2020
Fornecimento, suprimento, receita de uso da rede (Nota 31.1)	19.743.178	17.644.526
(-) Multa por violação de padrão de indicador de continuidade	(35.502)	(26.358)
(-) Bônus de redução voluntária do consumo	(169.215)	-
Mecanismo de venda excedente (MVE)	-	20.722
Arrendamentos, aluguéis e outras	78.495	89.522
Receita de construção	967.268	787.778
Renda de prestação de serviço	2.310	12.098
Subvenção CDE	457.289	256.139
Subvenção por redução voluntária do consumo	169.215	-
Serviço taxado	5.764	3.880
Valor justo do ativo financeiro da concessão (Nota 13)	574.231	242.872
Reconhecimento do acordo com Furnas	-	459.541
Receita não faturada - Aportes da CCRBT (Nota 12)	50.312	38.643
Ativos e passivos financeiros do setor (Nota 12)	1.450.927	712.846
<b>RECEITA BRUTA</b>	<b>23.294.272</b>	<b>20.242.209</b>
ICMS	(4.953.277)	(4.236.636)
PIS e COFINS	(1.648.973)	(1.426.974)
Outros	(4.260)	(4.921)
<b>IMPOSTOS SOBRE RECEITA</b>	<b>(6.606.510)</b>	<b>(5.668.531)</b>
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(1.550.272)	(1.303.788)
Reserva Global de Reversão – RGR	(10.284)	(12.865)
Empresa de Pesquisa Energética –EPE	(13.683)	(12.407)
Fundo Nacional de Desenvolvimento - FNDCT	(27.372)	(24.814)
Eficiência Energética – PEE	(64.312)	(46.948)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(27.372)	(24.814)
Outros encargos – PROINFA	(63.908)	(41.392)
Outros encargos	(32.639)	(33.182)
<b>IMPOSTOS SOBRE RECEITA</b>	<b>(1.789.842)</b>	<b>(1.500.210)</b>
<b>TOTAL DAS DEDUÇÕES</b>	<b>(8.396.352)</b>	<b>(7.168.741)</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>14.897.920</b>	<b>13.073.468</b>

**31.1 Fornecimento, suprimento de energia elétrica e receita de uso da rede**

Consolidado	Nº de clientes faturados <sup>(a)</sup> <sup>(b)</sup> <sup>(c)</sup>		GWh <sup>(a)</sup>		R\$	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Residencial	3.937.064	3.974.916	8.145	8.339	6.156.644	5.653.851
Industrial	8.600	9.152	413	477	312.815	292.155
Comércio, serviços e outras	315.770	320.887	4.205	4.587	3.273.361	2.960.811
Rural	9.815	8.816	45	54	9.648	10.000
Poder público	12.655	12.392	1.202	1.278	882.621	737.625
Iluminação pública	765	746	639	764	310.256	290.878
Serviço público	1.882	1.775	955	975	589.001	414.160
Consumo próprio	446	449	117	146	-	-
Receita de uso da rede	1.508	1.224	9.361	9.083	1.833.235	1.430.404
<b>FORNECIMENTO FATURADO</b>	<b>4.288.505</b>	<b>4.330.357</b>	<b>25.082</b>	<b>25.703</b>	<b>13.367.581</b>	<b>11.789.884</b>
ICMS	-	-	-	-	4.944.295	4.226.539
Fornecimento não faturado (líquido de ICMS)	-	-	-	-	(39.719)	131.827
<b>TOTAL FORNECIMENTO</b>	<b>4.288.505</b>	<b>4.330.357</b>	<b>25.082</b>	<b>25.703</b>	<b>18.272.157</b>	<b>16.148.250</b>
Comercialização de energia/outras	-	-	3.847	4.541	1.311.277	1.116.670
ICMS	-	-	-	-	8.982	10.097
Energia de curto prazo	-	-	902	337	150.762	369.509
<b>TOTAL SUPRIMENTO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.749</b>	<b>4.878</b>	<b>1.471.021</b>	<b>1.496.276</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4.288.505</b>	<b>4.330.357</b>	<b>29.831</b>	<b>30.581</b>	<b>19.743.178</b>	<b>17.644.526</b>

<sup>(a)</sup> Não auditado pelos auditores independentes

<sup>(b)</sup> Número de contas faturadas em dezembro, com e sem consumo

<sup>(c)</sup> Informações relativas a controlada Light SESA



**32. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

Custos e despesas – Consolidado	Custos com energia		Custos de operação		Despesas gerais e administrativas	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Pessoal e administradores	-	-	(269.029)	(292.102)	(152.307)	(132.415)
Materiais	-	-	(11.599)	(28.231)	(11.928)	(747)
Serviços de terceiros	-	-	(250.669)	(276.076)	(180.813)	(201.518)
Energia elétrica comprada para revenda (Nota 32.1)	(10.427.435)	(7.995.275)	-	-	-	-
Depreciação e amortização	-	-	(653.780)	(565.701)	(24.330)	(25.208)
Provisão esperada para crédito de liquidação duvidosa (PECLD)	-	-	-	-	(597.354)	(618.670)
Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, depósitos judiciais e PDV	-	-	-	-	(181.583)	(293.425)
Custo de construção	-	-	(967.268)	(787.778)	-	-
Multas financeiras de clientes e fornecedores	-	-	107.837	107.248	-	-
Outras despesas e custos operacionais	-	-	(5.015)	(40.273)	(41.708)	(19.521)
<b>TOTAL</b>	<b>(10.427.435)</b>	<b>(7.995.275)</b>	<b>(2.049.523)</b>	<b>(1.882.913)</b>	<b>(1.190.023)</b>	<b>(1.291.504)</b>

**32.1 Energia elétrica comprada para revenda**

Energia elétrica comprada para revenda - Consolidado	GWh <sup>(a)</sup>		R\$	
	2021	2020	2021	2020
Energia comprada para revenda				
Mercado de curto prazo CCEE	(2.694)	(2.337)	(1.405.937)	(633.126)
Itaipu – Binacional	4.523	4.617	(1.581.021)	(1.575.936)
UTE Norte Fluminense	6.351	6.368	(3.414.600)	(2.681.097)
Leilão de energia	9.910	12.313	(3.798.678)	(2.450.221)
Cotas de garantia física	5.938	6.211	(687.018)	(678.496)
Cota de nucleares	863	864	(198.718)	(239.857)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos uso da rede básica e ONS	-	-	(1.170.626)	(1.121.947)
Encargos de conexão - Transmissão	-	-	(96.416)	(72.700)
Encargos uso da rede distribuição - CUSD	-	-	(6.003)	(3.990)
Transporte de energia – Itaipu	-	-	(130.650)	(134.925)
PROINFA	407	436	(138.208)	(133.479)
Crédito de PIS/COFINS sobre compra	-	-	1.052.834	904.382
ICMS sobre compra	-	-	1.147.606	826.117
<b>TOTAL</b>	<b>25.298</b>	<b>28.472</b>	<b>(10.427.435)</b>	<b>(7.995.275)</b>

<sup>(a)</sup> Não auditado pelos auditores independentes



### 33. RESULTADO FINANCEIRO

Resultado financeiro - Consolidado	2021	2020
<b>RECEITA</b>		
Acréscimo moratório sobre venda de energia	55.489	83.585
Rendimento sobre equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	152.118	47.694
Operações de <i>swap</i>	59.548	887.405
Atualização de depósitos judiciais	7.613	4.519
Atualização de ativos e passivos financeiros do setor (Nota 12)	53.469	24.849
Atualização dos créditos de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo (Nota 9)	14.912	29.171
Outras receitas financeiras	39.260	19.445
<b>TOTAL DAS RECEITAS FINANCEIRAS</b>	<b>382.409</b>	<b>1.096.668</b>
<b>DESPESAS</b>		
Atualização monetária das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	(22.286)	(54.770)
Despesas com passivos tributários	(6.428)	(8.191)
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(698.410)	(543.360)
Variação cambial e monetária de empréstimos, financiamentos e debêntures	(743.095)	(773.636)
Variação cambial sobre faturas de energia	(17.097)	(35.279)
Atualização monetária sobre o GSF	(89.389)	(359.605)
PIS e COFINS sobre receita financeira	(17.299)	(11.250)
Outras despesas financeiras	(118.595)	(44.237)
<b>TOTAL DAS DESPESAS FINANCEIRAS</b>	<b>(1.712.599)</b>	<b>(1.830.328)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(1.330.190)</b>	<b>(733.660)</b>

### 34. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

#### 34.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

A Companhia mensura ao valor justo utilizando vários métodos que incluem abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.



O quadro abaixo apresenta os valores contábeis e valores justos dos principais ativos e passivos financeiros da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Controladora	Níveis	31.12.2021		31.12.2020	
		Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo
<b>ATIVOS FINANCEIROS (CIRCULANTE/NÃO CIRCULANTE)</b>					
<b>MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO</b>					
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos (Nota 6)	2	9	9	103	103
Serviços prestados a receber	2	1.474	1.474	829	829
Depósitos vinculados a litígios	2	878	878	684	684
Outros créditos	2	15.941	15.941	755	755
<b>MENSURADO A VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO</b>					
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações Financeiras de liquidez imediata (Nota 6)	2	-	-	7.642	7.642
Titulos e valores mobiliários (Nota 7)	2	62.647	62.647	70.781	70.781
<b>TOTAL</b>		<b>80.949</b>	<b>80.949</b>	<b>80.794</b>	<b>80.794</b>
<b>PASSIVO FINANCEIROS (CIRCULANTE)</b>					
<b>MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO</b>					
Fornecedores	2	358	358	136	136
Outros débitos	2	1.900	1.900	386	386
<b>TOTAL</b>		<b>2.258</b>	<b>2.258</b>	<b>522</b>	<b>522</b>

Consolidado	Níveis	31.12.2021		31.12.2020	
		Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo
<b>ATIVOS FINANCEIROS (CIRCULANTE/NÃO CIRCULANTE)</b>					
<b>MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO</b>					
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos (Nota 6)	2	53.528	53.528	38.562	38.562
Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes (Nota 8)	2	3.645.368	3.645.368	4.270.741	4.270.741
Serviços prestados a receber	2	17.316	17.316	45.017	45.017
Depósitos vinculados a litígios	2	221.572	221.572	242.132	242.132
Ativos financeiros do setor (Nota 12)	3	1.480.272	1.480.272	73.719	73.719
Outros créditos (Nota 11)	2	614.062	614.062	459.400	459.400
<b>MENSURADO A VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO</b>					
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações Financeiras de liquidez imediata (Nota 6)	2	343.249	343.249	614.638	614.638
Titulos e valores mobiliários (Nota 7)	2	3.208.196	3.208.196	2.436.476	2.436.476
Ativo financeiro da concessão (Nota 13)	3	6.821.988	6.821.988	5.197.313	5.197.313
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	2	190.409	190.409	1.116.503	1.116.503
<b>TOTAL</b>		<b>16.595.960</b>	<b>16.595.960</b>	<b>14.494.501</b>	<b>14.494.501</b>
<b>PASSIVO FINANCEIROS (CIRCULANTE/ NÃO CIRCULANTE)</b>					
<b>MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO</b>					
Fornecedores (Nota 18)	2	2.154.037	2.154.037	3.439.767	3.439.767
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	2	4.409.020	4.288.734	4.410.729	3.548.796
Debêntures (Nota 21)	2	6.735.306	6.435.889	5.273.240	5.359.474
Passivos financeiros do setor (Nota 12)	3	276.353	276.353	-	-
Obrigações por arrendamento mercantil (Nota 25)	2	63.271	63.271	105.927	105.927
Encargos regulatórios (Nota 26)	2	313.778	313.778	275.479	275.479
Outros débitos (Nota 27)	2	612.041	612.041	430.325	430.325
<b>MENSURADO A VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO</b>					
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	2	3.975	3.975	-	-
<b>TOTAL</b>		<b>14.567.781</b>	<b>14.148.078</b>	<b>13.935.467</b>	<b>13.159.768</b>



## 34.2 Gerenciamento de riscos e objetivos alcançados

### 34.2.1 Risco de mercado

No curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados a variações cambiais e taxas de juros. Segue abaixo o quadro com a abertura do principal da dívida por moeda e indexador (não inclui custos de captação e de emissão):

Moeda e indexador - Consolidado	31.12.2021		31.12.2020	
	R\$	%	R\$	%
USD	3.587.594	32,2	2.858.210	29,8
TOTAL - MOEDA ESTRANGEIRA	3.587.594	32,2	2.858.210	29,8
CDI	2.954.652	25,7	3.025.723	31,6
IPCA	4.617.877	42,0	3.597.490	37,6
TJLP	-	-	14.171	0,1
Outros	9.919	0,1	88.777	0,9
TOTAL - MOEDA NACIONAL	7.582.448	67,8	6.726.161	70,2
TOTAL	11.170.042	100,0	9.584.371	100,0

Para o montante da dívida em moeda estrangeira, foram contratados instrumentos de derivativos financeiros, na modalidade de *swap*, de acordo com a política para utilização de instrumentos derivativos aprovada pelo Conselho de Administração. Dessa forma, considerando os swaps, a exposição cambial da Companhia relacionada à dívida, em 31 de dezembro de 2021, é de 0,2% do total da dívida em moeda estrangeira (0,2% em 31 de dezembro de 2020).





### 34.2.2 Risco de taxa de câmbio

Para a parte dos empréstimos e financiamentos denominada em moeda estrangeira, a Companhia se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “*swap*”) para proteção do serviço associado a tais dívidas (principal mais juros e comissões) a vencer em até 24 meses. As captações realizadas através da Resolução BACEN 4.131 no contrato celebrado com o Citibank e a emissão dos *Bonds* no Mercado Internacional, já foram contratadas com *swap* para todo o prazo da dívida, devidamente pré-aprovadas pelo Conselho de Administração.

Segue abaixo o quadro com a composição das operações de derivativos existentes em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Instituição	Controlada	Moeda	Companhia recebe	Companhia paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nocial (R\$) 31.12.2021	Valor Nocial (US\$) 31.12.2021	Swap (accrual) (R\$) 31.12.2021	Swap valor justo (contábil) (R\$) 31.12.2021	Valor Justo x Accrual 31.12.2021
Citibank	Light SESA	US\$	US\$+Libor3M+1,18%	CDI+1,85%	31.12.2021	31.03.2025	223.220	40.000	(6.498)	(2.845)	3.653
Bradesco (Bond 2021)	Light SESA	US\$	US\$+4,3750 % a.a.	143,24% CDI	18.06.2021	18.06.2026	1.450.930	260.000	(137.337)	(84.877)	52.460
Santander (Bond 2021)	Light SESA	US\$	US\$+4,3750 % a.a.	143,24% CDI	18.06.2021	18.06.2026	279.025	50.000	(26.411)	(16.322)	10.089
M. Stanley (Bond 2021)	Light SESA	US\$	US\$+4,3750 % a.a.	144,40% CDI	18.06.2021	18.06.2026	279.025	50.000	(26.401)	(15.212)	11.189
XP (Bond 2021)	Light SESA	US\$	US\$+4,3750 % a.a.	143,65% CDI	18.06.2021	18.06.2026	223.220	40.000	(21.126)	(12.744)	8.382
Itaú (Bond 2021)	Light Energia	US\$	US\$+4,3750 % a.a.	146,10% do CDI	18.06.2021	18.06.2026	558.050	100.000	(52.772)	(27.166)	25.606
Citi (Bond 2021)	Light Energia	US\$	US\$+4,3750 % a.a.	144,10% do CDI	18.06.2021	18.06.2026	279.025	50.000	(26.403)	(17.075)	9.328
Santander (Bond 2021)	Light Energia	US\$	US\$+4,3750 % a.a.	145,49% do CDI	18.06.2021	18.06.2026	279.025	50.000	(26.391)	(14.168)	12.223
<b>TOTAL</b>							<b>3.571.520</b>	<b>640.000</b>	<b>(323.339)</b>	<b>(190.409)</b>	<b>132.930</b>

Instituição	Controlada	Moeda	Light Recebe	Light Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nocial (R\$) 31.12.2020	Valor Nocial (US\$) 31.12.2020	Swap (accrual) (R\$) 31.12.2020	Swap valor justo (contábil) (R\$) 31.12.2020	Valor Justo x Accrual 31.12.2020
Citibank	Light SESA	US\$	US\$+Libor3M+1,02%	CDI+1,50%	05.09.2019	08.09.2021	415.736	80.000	(81.552)	(78.204)	3.348
Bradesco (Bond)	Light SESA	US\$	US\$+7,25 % a.a.	143,10% CDI	03.05.2018	03.05.2023	519.670	100.000	(104.400)	(236.151)	(131.751)
Bradesco (Bond)	Light SESA	US\$	US\$+7,25 % a.a.	142,48% CDI	03.05.2018	03.05.2023	831.472	160.000	(347.999)	(378.199)	(30.200)
Santander (Bond)	Light SESA	US\$	US\$+1,27940 % a.a.	18,62% CDI	03.05.2018	03.05.2023	86.433	16.632	(2.256)	(25.750)	(23.494)
Citibank	Light Energia	US\$	US\$+Libor3M+0,91%	CDI+1,30%	05.09.2019	08.09.2021	415.736	80.000	(81.566)	(78.290)	3.276
Itaú (Bond)	Light Energia	US\$	US\$+7,25 % a.a.	143,10% CDI	03.05.2018	03.05.2023	519.670	100.000	(175.959)	(236.151)	(60.192)
BBM (Bond)	Light Energia	US\$	US\$+7,25 % a.a.	142,75% CDI	03.05.2018	03.05.2023	155.901	30.000	(52.789)	(70.883)	(18.094)
Santander (Bond)	Light Energia	US\$	US\$+1,27940 % a.a.	18,62% CDI	03.05.2018	03.05.2023	43.216	8.316	(1.128)	(12.875)	(11.747)
<b>TOTAL</b>							<b>2.987.834</b>	<b>574.948</b>	<b>(847.649)</b>	<b>(1.116.503)</b>	<b>(268.854)</b>

O valor contabilizado encontra-se mensurado pelo seu valor justo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020. Todas as operações com instrumentos financeiros derivativos encontram-se registradas em câmaras de liquidação e custódia e não existe nenhuma margem depositada em garantia. As operações não possuem custo inicial.

A diferença entre o valor na curva (*accrual*) e o valor a mercado se dá pela distinta metodologia de cálculo, pois enquanto o saldo de *swap* na curva é calculado pelo valor do principal mais juros e câmbio atualizados até 31 de dezembro de 2021, o saldo do *swap* a mercado é calculado considerando a curva futura dos indicadores descontada pelo cupom cambial.



Em atendimento às práticas contábeis brasileiras e ao IFRS, o valor dos instrumentos de derivativos é registrado a valor justo, que se aproxima aos valores de mercado.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de câmbio, demonstrando os possíveis impactos no resultado financeiro da Companhia. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos saldos patrimoniais estivesse em aberto durante todo o período.

A metodologia utilizada para o “cenário provável” considerou a melhor estimativa da taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2022. Vale lembrar que, por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida em 31 de dezembro de 2021. É importante salientar que o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia, bem como o comportamento dos saldos de dívida e derivativos respeitará seus respectivos contratos.

Análise de sensibilidade da taxa de câmbio, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções da B3 e BNDES em 31 de dezembro de 2021.

Operação	Controlada	Risco	Dívida - US\$ Mil	R\$		
				Cenário provável (I)	Cenário (II) + 25%	Cenário (III) + 50%
<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>				(383.305)	(1.378.121)	(2.372.942)
TN - <i>Par Bond</i>	Light SESA	US\$	39.422	(23.450)	(84.311)	(145.173)
TN - <i>Caução - Par Bond</i>	Light SESA	US\$	(37.256)	22.161	79.678	137.194
TN - <i>Discount Bond</i>	Light SESA	US\$	27.230	(16.198)	(58.236)	(100.275)
TN - <i>Caução - Discount Bond</i>	Light SESA	US\$	(25.940)	15.430	55.478	95.525
4131 Citibank 2021	Light SESA	US\$	40.002	(23.795)	(85.550)	(147.306)
<i>Bonds (2021)</i>	Light SESA	US\$	400.632	(238.312)	(856.821)	(1.475.331)
<i>Bonds (2021)</i>	Light Energia	US\$	200.292	(119.141)	(428.359)	(737.576)
<b>DERIVATIVOS</b>				381.247	1.370.731	2.360.213
<i>Swaps de moeda (ponta ativa)</i>	Light SESA	US\$	(440.633)	262.106	942.372	1.622.637
<i>Swaps de moeda (ponta ativa)</i>	Light Energia	US\$	(600.924)	119.141	428.359	737.576
<b>TOTAL</b>				(2.058)	(7.390)	(12.729)
Referência para Ativos e Passivos Financeiros					+25%	+50%
Cotação R\$/US\$ (em 31.12.2022)				6,18	7,72	9,26



### 34.2.3 Risco de taxa de juros

Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros não só sobre a despesa financeira associada aos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia, como também sobre as receitas financeiras oriundas de suas aplicações financeiras. A política para utilização de derivativos aprovada pelo Conselho de Administração não compreende a contratação de instrumentos contra esse risco. No entanto, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de forma a avaliar a eventual necessidade de contratar derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas, sendo que, para estes casos, é solicitada aprovação prévia ao Conselho de Administração.

Segue quadro abaixo com a posição das operações de swap de juros vigentes em 31 de dezembro de 2021:

Instituição	Controlada	Companhia recebe	Companhia paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nocial (R\$) 31.12.2021	Swap (accrual) (R\$) 31.12.2021	Swap valor justo (contábil) (R\$) 31.12.2021	Valor Justo x Accrual 31.12.2021
Itaú	Light Energia	IPCA + 4,85% a.a.	CDI + 1,20%	11.08.2021	17.07.2028	314.719	(11.371)	2.385	13.756
Bradesco	Light Energia	IPCA + 4,85% a.a.	CDI + 1,20%	11.08.2021	17.07.2028	209.813	(7.581)	1.590	9.171
TOTAL						524.532	(18.952)	3.975	22.927

O swap de juros contratado com os bancos Itaú e Bradesco na controlada Light Energia está associado ao vencimento da 7ª Emissão de debentures.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de juros, demonstrando os possíveis impactos no resultado antes dos impostos. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos saldos patrimoniais estivesse em aberto durante todo o período.

A metodologia utilizada para o “cenário provável” considerou a melhor estimativa da taxa de juros em 31 de dezembro de 2022. Vale lembrar que por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida e das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2021. É importante salientar que o comportamento dos saldos de dívida e derivativos respeitará seus respectivos contratos, bem como o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia.



Análise de sensibilidade das taxas de juros, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções da B3 e BNDES em 31 de dezembro de 2021.

Operação	Controlada	R\$		
		Cenário provável (I)	Cenário (II) + 25%	Cenário (III) + 50%
<b>ATIVOS FINANCEIROS</b>		270.852	163.262	55.673
Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários <sup>(a)</sup>		270.852	163.262	55.673
<b>PASSIVOS FINANCEIROS POR RISCOS</b>		638	(158.394)	(317.427)
Libor6M	Light SESA	(1.299)	(1.752)	(2.206)
Libor3M	Light SESA	(1.969)	(2.578)	(3.187)
CDI	Light SESA	(231.191)	(323.027)	(414.862)
IPCA	Light SESA	210.281	152.334	94.387
CDI	Light Energia	(2.005)	(2.801)	(3.598)
IPCA	Light Energia	26.821	19.430	12.039
<b>DERIVATIVOS</b>		(381.492)	(533.031)	(684.569)
Swaps de moedas (ponta passiva) <sup>(a)</sup>		(342.616)	(478.712)	(614.808)
Swaps de taxa (ponta passiva)	Light Energia	(38.876)	(54.319)	(69.761)
<b>TOTAL</b>		<b>(110.002)</b>	<b>(528.163)</b>	<b>(946.323)</b>
Referência para Ativos Financeiros			-25%	-50%
CDI (em 31.12.2022)		11,84%	8,88%	5,92%
Referência para Passivos financeiros			+25%	+50%
CDI (% em 31.12.2022)		11,84%	14,81%	17,77%
IPCA (% em 31.12.2022)		5,28%	6,59%	7,91%
Libor3M (% em 31.12.2022)		1,08%	1,35%	1,62%
Libor6M (% em 31.12.2022)		1,18%	1,48%	1,78%

<sup>(a)</sup> Inclui as controladas do grupo Light

#### 34.2.4 Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência dos seus consumidores ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia utiliza de todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de clientes inadimplentes em empresas de proteção ao crédito e cobrança judicial. O risco de crédito das contas a receber encontra-se pulverizado considerando a base de clientes da Companhia. Uma análise de redução ao valor recuperável é efetuada a cada data de reporte usando uma matriz de provisão para avaliar as perdas de crédito esperadas. A exposição máxima ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2021 é o valor contábil de cada classe de ativos financeiros divulgada na Nota 8. O Grupo não possui ou mantém ativos que tenham sido dados em garantia por terceiros.

No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. A Companhia possui uma política de não manter a carteira concentrada em uma determinada instituição financeira. Desta forma, a política tem como princípio controlar a concentração da carteira através de limites impostos aos Grupos e acompanhar as instituições financeiras através do seu patrimônio líquido e de seus *ratings*.

Por meio de sua política a Companhia poderá aplicar os recursos em produtos de renda fixa, pós-fixados indexados ao CDI e Títulos públicos pós-fixados.



### 34.2.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os recursos captados são apresentadas nas Notas 20 e 21.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial, do mercado financeiro e de empresas ligadas, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do acompanhamento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros e de seus limites de indicadores financeiros e cláusulas restritivas (*covenants*).

As notas de crédito (*rating*) atribuídas à Companhia pelas agências de classificação de risco são como seguem:

Ratings	Nacional	Internacional	Data de publicação
Fitch	AA-	BB-	21.01.2022
S&P	AA+	-	27.07.2021
Moody's	AA-.br	Ba3	23.02.2022

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, acarretar perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa no curto prazo, que são recuperáveis dentro do arcabouço regulatório vigente, e pode impactar em aumentos tarifários futuros. Com a cobrança das bandeiras tarifárias, a Companhia diminui, em parte, uma maior exposição da variação do custo de compra de energia, reduzindo assim, o risco de liquidez.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais, as quais incluem juros futuros, quando aplicáveis, até a data dos vencimentos contratuais, são apresentadas conforme quadro abaixo:

Instrumentos a taxas de juros:	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Pós Fixadas</b>					
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	(124.749)	(2.355.985)	(9.224.285)	(1.362.814)	(13.067.833)
<b>Pré-Fixadas</b>					
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	(5.912)	(19.399)	(391.967)	-	(417.278)
Fornecedores	(2.154.037)	-	-	-	(2.154.037)
Swap	4.643	13.930	(205.007)	-	(186.434)
<b>TOTAL</b>	<b>(2.280.055)</b>	<b>(2.361.454)</b>	<b>(9.821.259)</b>	<b>(1.362.814)</b>	<b>(15.825.582)</b>



#### 34.2.6 Risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia

A venda ou compra de energia no mercado de curto prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da controlada Light SESA é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica. O limite regulatório para o repasse integral aos consumidores da exposição ao MCP, valorada pela diferença entre o preço médio de compra de energia da distribuidora e o preço de liquidação de diferenças (PLD) é 105% da energia requerida regulatória da distribuidora. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também, podem ser repassadas integralmente aos consumidores.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

#### 34.2.7 Riscos socioambientais

Os riscos socioambientais estão relacionados aos aspectos ambientais, à segurança da força de trabalho e da população, às questões relacionadas aos empregados, aos fornecedores e aos impactos na sociedade como um todo. Nesse sentido, a Companhia atua de forma contínua para promover a melhoria da sua gestão ambiental e social, de forma a mitigar esses riscos, por meio de diversos compromissos:

- (i) Atender à legislação ambiental vigente e aos padrões de qualidade ambiental por meio do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), baseado na ISO 14001, que avalia e monitora os aspectos e impactos do parque operacional da Companhia, mitigando o risco de multas, embargos de empreendimentos, acidentes, ações judiciais e danos à imagem da Light;
- (ii) Nas usinas e nas estruturas associadas ao parque gerador de energia da Companhia, além da certificação na ISO 14001, atender às normas ISO 9001, de qualidade, e ISO 45001, de gestão de saúde e segurança ocupacional, formando um Sistema de Gestão Integrado (SGI);
- (iii) Investir na promoção da saúde e na prevenção de acidentes, aplicando recursos na melhoria de processos e procedimentos, capacitando e sensibilizando a força de trabalho, em paralelo a campanhas de comunicação relacionadas aos riscos da rede elétrica para a população e à importância da adoção de medidas pessoais de segurança;



- (iv) Oferecer benefícios para os empregados da Companhia que englobam planos de previdência privada, pela Braslight, assistência médica e odontológica extensivas a dependentes, auxílio alimentação e/ou refeição, auxílio natalino, auxílio-creche, complementação de auxílio doença, auxílio psicopedagógico para dependentes de empregados com necessidade de tratamentos neuropsíquicos, assistência social e psicológica, seguro de vida, auxílio funeral e bolsas de estudo de ensino médio técnico para empregados e dependentes;
- (v) Estreitar o relacionamento com as comunidades da área de concessão, por meio do Programa Comunidades, fortalecendo o vínculo empresa/cliente e regularizando o fornecimento de energia e arrecadação nessas áreas, além de incentivar o cadastramento de moradores na Tarifa Social; e
- (vi) Garantir o alinhamento dos fornecedores com as diretrizes de direitos humanos, práticas trabalhistas e redução de impactos socioambientais que são adotadas pela Companhia, estabelecendo critérios para a seleção e gestão desses fornecedores contemplando o cumprimento do Acordo de Responsabilidade Social e do Código de Ética e Conduta Empresarial da Companhia.

No que se refere à nossa cadeia de valor, para garantir que os fornecedores da Companhia estejam alinhados com as diretrizes relacionadas aos direitos humanos, práticas trabalhistas e redução de impactos na sociedade, inclusive ambientais, adotadas pela Companhia, são estabelecidos critérios de seleção e gestão de fornecedores, que contemplam o cumprimento do estabelecido no Acordo de Responsabilidade Social e no Código de Ética e Conduta Empresarial da Companhia.



#### 34.2.8 Riscos de continuidade da concessão

A Companhia e suas controladas conduzem suas atividades de geração e distribuição de energia elétrica de acordo com contratos de concessão e a legislação do setor elétrico, incluindo todas as resoluções emitidas pela ANEEL.

O quinto aditivo ao contrato de concessão da controlada Light SESA, celebrado em março de 2017 possui cláusulas que condicionam a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da controlada Light SESA, de novos critérios de eficiência com relação à qualidade da prestação do serviço e à sustentabilidade econômico-financeira da referida companhia.

Os critérios de eficiência com relação (i) à qualidade do serviço prestado são mensurados por indicadores que consideram a frequência e a duração média das interrupções do serviço de distribuição de energia, e os limites globais anuais definidos no referido aditivo; e (ii) à gestão econômica e financeira são mensurados por indicadores que consideram o nível de endividamento da companhia e limites os quais estão definidos no referido termo aditivo.

O inadimplemento do critério de qualidade da prestação do serviço será verificado nos casos em que houver o não atendimento dos indicadores por:

- (a) dois anos consecutivos no período entre 2018 e 2021 para o indicador de qualidade do serviço prestado;
- (b) dois anos consecutivos no período entre 2018 e 2019 para o indicador de gestão econômico-financeira;
- (c) especificamente no ano de 2022 para o indicador de qualidade do serviço prestado;
- (d) especificamente no ano de 2020 para o indicador de gestão econômico-financeira;
- (e) por dois anos consecutivos a partir de 2021 para o indicador de gestão econômico-financeira; ou
- (f) por três anos consecutivos a partir de 2023 para o indicador de qualidade do serviço prestado.

O descumprimento em função dos itens (a), (b), (c) e (d) acima, implica na instauração de processo administrativo para extinção da concessão, enquanto o descumprimento em função dos itens (e) e (f), acarreta a abertura de processo de caducidade, no qual se procederá com a apuração da inadimplência da concessionária.

Para o exercício findos em 2018, 2019 e 2020, a controlada Light SESA atendeu aos indicadores de qualidade do serviço prestado e de sustentabilidade econômico-financeira.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a controlada Light SESA atendeu aos indicadores de qualidade do serviço prestado e de sustentabilidade econômico-financeira, mas aguarda a homologação da ANEEL.





### 34.3 Gestão do capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A dívida líquida consolidada do Grupo em relação ao seu patrimônio líquido é apresentada a seguir:

Consolidado	31.12.2021	31.12.2020
Dívida de financiamentos, empréstimos e debêntures	11.144.326	9.683.969
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	(186.434)	(1.116.503)
Dívida bruta	10.957.892	8.567.466
(-) Caixa e equivalentes de caixa e TVM	3.604.973	3.089.676
Dívida líquida (A)	7.352.919	5.477.790
Patrimônio líquido (B)	8.733.101	7.076.212
Percentual de capital de terceiros - % (A÷ (B+A))	46%	44%

### 35. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo Light possuía seguros com cobertura abrangendo seus principais ativos, dentre os quais podemos citar:

Seguro de riscos operacionais - cobre os danos causados às Usinas Hidroelétricas e Termoelétricas, incluindo, mas não limitada a todo seu maquinário, turbinas a vapor, turbinas a gás, geradores, caldeiras, transformadores, canais, túneis, barragens, vertedouros, obras civis, escritórios e depósitos. Todos os ativos estão segurados na modalidade de Riscos Operacionais, com cobertura "All Risks", incluindo-se linhas de transmissão e distribuição até 1.000 pés do local de geração.

Seguro de responsabilidade civil de administradores e diretores (D&O) - tem por objetivo proteger os Executivos por perdas e danos resultantes do exercício das suas funções inerentes ao cargo ou posição como Conselheiros, Diretores e Administradores da Sociedade.

Seguro de responsabilidade civil e geral - objetiva o pagamento de indenização caso a Companhia venha a ser responsabilizada civilmente por meio de sentença transitada em julgado ou acordo autorizado pela seguradora, relativas a reparações por danos materiais e corporais involuntários, causados a terceiros e também aqueles relacionados à poluição, contaminação, vazamentos súbitos e ou acidentais.



A composição dos principais seguros considerada pela Diretoria é resumida conforme a seguir:

Riscos	Data de vigência		Importância assegurada	Limite máximo de garantia (LMG)
	De	Até		
Directors & Officers (D&O)	10.08.2021	10.08.2022	N/A	100.000
Responsabilidade civil e geral <sup>(a)</sup>	31.10.2021	02.01.2022	N/A	20.000
Riscos operacionais <sup>(a)</sup>				
Light SESA	31.10.2021	02.01.2022	3.887.044	300.000
Light Energia e Lajes Energia	31.10.2021	02.01.2022	5.863.433	300.000

<sup>(a)</sup> Os seguros foram renovados com vigência atual de 02.01.2022 até 02.01.2023, sem qualquer alteração na importância assegurada e LMG.

Os seguros da Companhia não fazem parte do escopo de auditoria dos nossos auditores independentes.

### 36. COMPROMISSOS CONTRATUAIS

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas possuem os seguintes compromissos contratuais relevantes não reconhecidos nas demonstrações contábeis:

#### 36.1 Contratos de venda de energia elétrica gerada

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía compromissos de venda de energia, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Ano	Energia convencional contratada (R\$ mil) <sup>(a)</sup>	Energia incentivada contratada (R\$ mil) <sup>(a)</sup>
2022	825.707	64.554
2023	855.630	46.574
2024	878.744	48.087
2025	631.536	49.530
2026	650.483	51.016
2027	669.997	52.547

<sup>(a)</sup> Não auditado pelos auditores independentes

#### 36.2 Contratos de compra de energia elétrica

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía compromissos de compra de energia, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Ano	Total de contratos em R\$ <sup>(a)</sup>
2022	7.403
2023	8.046
2024	7.508
2025	5.757
2026	5.426

<sup>(a)</sup> Não auditado pelos auditores independentes



### 37. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA

---

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia e suas controladas realizaram atividades de investimento e financiamento que não envolveram caixa, conforme demonstrado abaixo:

Consolidado	2021	2020
Aquisição de ativo intangível em contrapartida a fornecedor	35.119	11.450
Repactuação do GSF na Light Energia - Lei 14.052/2020	-	433.829

### 38. EVENTOS SUBSEQUENTES

---

#### Reajuste tarifário 2022

Em 15 de março de 2022, foi aprovado pela ANEEL o processo de reajuste das tarifas da controlada Light SESA. O resultado, homologado através da Resolução Homologatória nº 3.014/2022, representa um reajuste tarifário médio para o consumidor de 14,68%, e engloba todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural e outras). O índice de reajuste é constituído de dois componentes: (i) estrutural, que passa a integrar a tarifa, de 13,32%, compreendido pelos custos não gerenciáveis (Parcela A) e gerenciáveis (Parcela B); e (ii) componente financeiro negativo que somam 1,34%, aplicado exclusivamente aos próximos 12 meses, onde foi considerado a devolução dos valores oriundos de créditos tributários referentes ao trânsito em julgado da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS no montante de R\$1.050.000. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 15 de março de 2022.



**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Firmino Ferreira Sampaio Neto
Ana Amelia Campos Toni
Yuiti Matsuo Lopes
Abel Alves Rochinha
Helio Paulo Ferraz
Wilson Martins Poit
Carlos Vinicius de Sá Roriz
Lavinia Rocha de Hollanda
Vanessa Claro Lopes

**CONSELHO FISCAL**

EFETIVOS	SUPLENTES
Luiz Paulo de Amorim	Natalia Carneiro de Figueiredo
Sergio Xavier Fortes	(Vago)
Ary Waddington	Marcelo Souza Monteiro

**DIRETORIA EXECUTIVA**

Raimundo Nonato Alencar de Castro - Diretor Presidente
Gisomar Francisco de Bittencourt Marinho - Diretor e Diretor de Relações com Investidores
Déborah Meirelles Rosa Brasil - Diretora
Daniel Campos Negreiros - Diretor
Alessandra Genu Dutra Amaral - Diretora
Carla Ferreira Medrado - Diretora
Thiago Freire Guth - Diretor

**SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLADORIA**

Eduardo Fonseca Coelho	Simone da Silva Cerutti de Azevedo
Superintendente de Controladoria	Contadora - Gerente de Contabilidade
CPF 978 351 536-53	CPF 094.894.347-52
	CRC-RJ 103826/O-9



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS,  
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS,**

**PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**



<b>BALANÇOS PATRIMONIAIS</b> .....	<b>1</b>
<b>BALANÇOS PATRIMONIAIS</b> .....	<b>2</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS</b> .....	<b>3</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES</b> .....	<b>4</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA E CONSOLIDADO</b> .....	<b>5</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA</b> .....	<b>6</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS</b> .....	<b>7</b>
<b>1. CONTEXTO OPERACIONAL</b> .....	<b>8</b>
<b>2. BASE DE PREPARAÇÃO</b> .....	<b>15</b>
<b>3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS</b> .....	<b>17</b>
<b>4. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO</b> .....	<b>28</b>
<b>5. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA</b> .....	<b>29</b>
<b>6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b> .....	<b>30</b>
<b>7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS</b> .....	<b>30</b>
<b>8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES</b> .....	<b>31</b>
<b>9. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR</b> .....	<b>33</b>
<b>10. TRIBUTOS DIFERIDOS</b> .....	<b>35</b>
<b>11. OUTROS CRÉDITOS</b> .....	<b>37</b>
<b>12. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DO SETOR</b> .....	<b>38</b>
<b>13. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO</b> .....	<b>39</b>
<b>14. ATIVO DE CONTRATO</b> .....	<b>40</b>
<b>15. INVESTIMENTOS</b> .....	<b>41</b>
<b>16. IMOBILIZADO</b> .....	<b>43</b>
<b>17. INTANGÍVEL</b> .....	<b>44</b>
<b>18. FORNECEDORES</b> .....	<b>45</b>
<b>19. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR</b> .....	<b>46</b>
<b>20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS</b> .....	<b>46</b>
<b>21. DEBÊNTURES</b> .....	<b>50</b>
<b>22. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS</b> .....	<b>54</b>
<b>23. CONTINGÊNCIAS</b> .....	<b>59</b>
<b>24. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO</b> .....	<b>62</b>
<b>25. OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO E ATIVO DE DIREITO DE USO</b> .....	<b>68</b>
<b>26. ENCARGOS REGULATÓRIOS</b> .....	<b>69</b>
<b>27. OUTROS DÉBITOS</b> .....	<b>70</b>
<b>28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS</b> .....	<b>70</b>
<b>29. PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b> .....	<b>72</b>
<b>30. PLANO DE PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES</b> .....	<b>74</b>
<b>31. RECEITA LÍQUIDA</b> .....	<b>76</b>
<b>32. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b> .....	<b>77</b>
<b>33. RESULTADO FINANCEIRO</b> .....	<b>78</b>
<b>34. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS</b> .....	<b>79</b>
<b>35. SEGUROS</b> .....	<b>88</b>
<b>36. COMPROMISSOS CONTRATUAIS</b> .....	<b>89</b>
<b>37. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA</b> .....	<b>90</b>
<b>38. EVENTOS SUBSEQUENTES</b> .....	<b>90</b>



**LIGHT S.A.**  
**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021**  
**(Em milhares de reais)**

ATIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e equivalentes de caixa	6	2.693	9	43.886	396.777
Títulos e valores mobiliários	7	720.172	62.647	2.039.665	3.208.196
Contas a receber de clientes	8	-	-	1.005.527	2.424.681
Estoques		-	-	75.627	65.659
Tributos e contribuições a recuperar	9	30	1.719	782.502	1.262.787
Ativos financeiros do setor	12	-	-	157.860	1.171.882
Despesas pagas antecipadamente		250	353	23.309	28.844
Dividendos a receber	15	37.076	517.838	-	-
Serviços prestados a receber		-	1.474	34.241	17.316
Outros créditos	11	10.091	15.941	401.627	612.941
		<b>770.312</b>	<b>599.981</b>	<b>4.564.244</b>	<b>9.189.083</b>
Ativos classificados como mantidos para venda	5	208.648	41.446	208.648	134.946
<b>TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>978.960</b>	<b>641.427</b>	<b>4.772.892</b>	<b>9.324.029</b>
Contas a receber de clientes	8	-	-	1.416.644	1.220.687
Tributos e contribuições a recuperar	9	-	-	3.674.179	3.674.704
Tributos diferidos	10	-	-	859.455	895.715
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	34	-	-	13.611	190.409
Depósitos judiciais	22	663	878	221.491	221.572
Ativos financeiros do setor	12	-	-	41.542	308.390
Ativo financeiro da concessão	13	-	-	7.697.294	6.821.988
Outros créditos	11	-	-	160	1.121
Ativo de contrato	14	-	-	664.760	558.254
Investimentos	15	1.872.899	8.191.828	43.620	357.761
Imobilizado	16	-	-	2.003.637	1.809.881
Intangível	17	234	-	2.467.869	2.833.555
Ativo de direito de uso	25	-	-	228.949	59.806
<b>TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>1.873.796</b>	<b>8.192.706</b>	<b>19.333.211</b>	<b>18.953.843</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>2.852.756</b>	<b>8.834.133</b>	<b>24.106.103</b>	<b>28.277.872</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**LIGHT S.A.**  
**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021**  
**(Em milhares de reais)**

PASSIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Fornecedores	18	1.001	358	1.506.031	2.154.037
Tributos e contribuições a pagar	19	641	288	238.840	383.600
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	308.946	403.230
Debêntures	21	-	-	652.532	1.530.433
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	34	-	-	43.762	-
Passivos financeiros do setor	12	-	-	911.538	276.353
Dividendos a pagar	29	-	94.512	-	94.512
Obrigações trabalhistas		905	3.093	67.631	104.492
Valores a serem restituídos a consumidores	9	-	-	1.104.698	831.250
Obrigações por arrendamento	25	-	-	24.071	25.108
Encargos regulatórios	26	-	-	281.738	313.778
Outros débitos	27	4.522	1.900	504.679	571.934
<b>TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>7.069</b>	<b>100.151</b>	<b>5.644.466</b>	<b>6.688.727</b>
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	3.464.352	4.005.790
Debêntures	21	-	-	6.262.860	5.204.873
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	34	-	-	396.946	3.975
Tributos e contribuições a pagar	19	-	-	161.443	199.605
Tributos diferidos	10	-	-	190.064	275.264
Participações societárias a descoberto	15	-	-	-	21.614
Provisões para contingências	22	930	881	3.917.131	502.103
Benefícios pós-emprego	24	-	-	277.204	-
Obrigações por arrendamento	25	-	-	215.802	38.163
Valores a serem restituídos a consumidores	9	-	-	647.978	2.564.550
Outros débitos	27	-	-	83.100	40.107
<b>TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>930</b>	<b>881</b>	<b>15.616.880</b>	<b>12.856.044</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital social	29	5.392.197	5.392.197	5.392.197	5.392.197
Reserva de capital		16.637	18.462	16.637	18.462
Reservas de lucros		3.134.858	3.134.858	3.134.858	3.134.858
Ajustes de avaliação patrimonial		273.034	289.077	273.034	289.077
Outros resultados abrangentes		(314.597)	(101.493)	(314.597)	(101.493)
Prejuízos acumulados		(5.657.372)	-	(5.657.372)	-
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>2.844.757</b>	<b>8.733.101</b>	<b>2.844.757</b>	<b>8.733.101</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>2.852.756</b>	<b>8.834.133</b>	<b>24.106.103</b>	<b>28.277.872</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.





**LIGHT S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021**  
**(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)**

Demonstrações de Resultados	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
RECEITA LÍQUIDA	31	-	-	13.253.286	14.897.920
<b>CUSTO TOTAL</b>	<b>32</b>	-	-	<b>(11.271.467)</b>	<b>(12.476.958)</b>
Custos com energia elétrica	32.1	-	-	(8.991.642)	(10.427.435)
Custos de operação		-	-	(2.279.825)	(2.049.523)
<b>LUCRO BRUTO</b>		-	-	<b>1.981.819</b>	<b>2.420.962</b>
Despesas gerais e administrativas	32	(2.398)	(21.804)	(3.495.301)	(1.190.023)
Outras receitas (despesas), líquidas		(41.297)	15.878	(379.953)	(40.014)
Resultado de equivalência patrimonial	15	(5.637.458)	402.969	(16.976)	(47.624)
<b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS</b>		<b>(5.681.153)</b>	<b>397.043</b>	<b>(1.910.411)</b>	<b>1.143.301</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>33</b>	<b>29.492</b>	<b>2.769</b>	<b>(3.447.327)</b>	<b>(1.330.190)</b>
Receita financeira		40.493	3.672	639.326	382.409
Despesa financeira		(11.001)	(903)	(4.086.653)	(1.712.599)
<b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IR E CSLL</b>		<b>(5.651.661)</b>	<b>399.812</b>	<b>(5.357.738)</b>	<b>(186.889)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	10	(20.542)	(1.867)	(361.874)	4.252
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	-	47.409	580.582
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(5.672.203)</b>	<b>397.945</b>	<b>(5.672.203)</b>	<b>397.945</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (R\$ / Ação)</b>	<b>29.7</b>	<b>(15,46)</b>	<b>1,08</b>	<b>(15,46)</b>	<b>1,08</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**LIGHT S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021**  
**(Em milhares de reais)**

Demonstrações de Resultados Abrangentes	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2021	2021
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(5.672.203)	397.945	(5.672.203)	397.945
<b>Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado em períodos subsequentes</b>				
Ganho (Perda) sobre passivos atuariais, líquido dos efeitos fiscais	(213.104)	3.516	(213.104)	3.516
<b>RESULTADO ABRANGENTE TOTAL</b>	<b>(5.885.307)</b>	<b>401.461</b>	<b>(5.885.307)</b>	<b>401.461</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.





## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022

Light S.A. CNPJ 03.378.521/0001-75  
Companhia de Capital Aberto

LIGT  
B3 LISTED NM  
ISEB3

LIGHT S.A.  
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA E CONSOLIDADO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021  
(Em milhares de reais)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	Notas	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS			AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL
				RESERVA LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS	RESERVA ESPECIAL				
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020</b>		<b>4.051.285</b>	<b>9.434</b>	<b>377.122</b>	<b>2.123.625</b>	<b>315.353</b>	<b>304.402</b>	<b>(105.009)</b>	-	<b>7.076.212</b>
Aumento de capital com emissão de ações	29	1.372.425	-	-	-	-	-	-	-	1.372.425
(-) Gastos com emissão de ações		(31.513)	-	-	-	-	-	-	-	(31.513)
Opções de ações outorgadas (stock options)	30	-	9.028	-	-	-	-	-	-	9.028
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	397.945	397.945
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado em períodos subsequentes		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gainho de passivo atuarial, líquido dos efeitos fiscais	24	-	-	-	-	-	-	3.516	-	3.516
Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos		-	-	-	-	-	(15.325)	-	15.325	-
Destinação do resultado do exercício:		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal	29.5	-	-	19.897	-	-	-	-	(19.897)	-
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (R\$0,2628 / ação)	29.5	-	-	-	-	-	-	-	(94.512)	(94.512)
Constituição da reserva de retenção de lucros	29.5	-	-	-	298.861	-	-	-	(298.861)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>		<b>5.392.197</b>	<b>18.462</b>	<b>397.019</b>	<b>2.422.486</b>	<b>315.353</b>	<b>289.077</b>	<b>(101.493)</b>	-	<b>8.733.101</b>
Reversão de reserva especial		-	-	-	315.353	(315.353)	-	-	-	-
Opções de ações outorgadas (stock options)	30	-	(1.825)	-	-	-	-	-	-	(1.825)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	-	(5.672.203)	(5.672.203)
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado em períodos subsequentes		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Perda de passivo atuarial, líquido dos efeitos fiscais	24	-	-	-	-	-	-	(213.104)	-	(213.104)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos		-	-	-	-	-	(16.043)	-	14.831	(1.212)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>		<b>5.392.197</b>	<b>16.637</b>	<b>397.019</b>	<b>2.737.839</b>	-	<b>273.034</b>	<b>(314.597)</b>	<b>(5.657.372)</b>	<b>2.844.757</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**LIGHT S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021**  
**(Em milhares de reais)**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais</b>		<b>697.508</b>	<b>171.062</b>	<b>200.763</b>	<b>(42.045)</b>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(5.651.661)	399.812	(5.357.738)	(186.889)
<b>Ajustado por:</b>					
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	8/32	-	-	1.116.763	597.354
Depreciação e amortização	32	-	-	730.767	678.110
Perda (ganho) na venda ou baixa de intangível, imobilizado, investimento e arrendamento		-	-	103.582	(47.220)
Perdas cambiais e monetárias de atividades financeiras	33	-	-	16.260	743.095
Provisão e atualização financeira para contingências e baixas e atualização financeira de depósitos judiciais		415	16	1.048.750	246.297
Provisão e atualização financeira para contingências - crédito de PIS/COFINS sobre ICMS a devolver ao consumidor	9.1	-	-	2.742.784	-
Ajuste a valor presente e antecipações de recebíveis		8.176	131	19.422	(1.291)
Despesa de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures e amortização dos custos	33	-	-	931.808	698.410
Juros sobre obrigações de arrendamento	25	-	-	27.768	6.013
Variação swaps	33	-	-	1.046.437	(59.548)
Resultado de equivalência patrimonial	15	5.637.458	(402.969)	16.976	47.624
Atualização financeira dos créditos de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo		-	-	(76.608)	(14.219)
Opções de ações outorgadas (stock options)	30	(1.825)	9.028	(1.825)	9.028
Benefício pós emprego (plano de saúde)	24	-	-	63.193	-
Provisão para perda de investimento	15	94.453	-	102.168	-
Ganho em investimentos avaliados pelo custo		-	-	(9.791)	(3.161)
Ganho na alienação de participação em controladas em conjunto	15	(53.250)	-	(56.761)	-
Valor justo do ativo financeiro da concessão	13/31	-	-	(38.365)	(574.231)
Constituição e atualização de ativos e passivos financeiros do setor		-	-	360.830	(1.265.115)
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		<b>663.742</b>	<b>165.044</b>	<b>(2.585.657)</b>	<b>(916.302)</b>
Títulos e valores mobiliários		(34.707)	(2.710)	(288.089)	(109.039)
Contas a receber de clientes		-	-	110.401	29.441
Dividendos recebidos		716.773	183.203	-	12.473
Tributos, contribuições e impostos, líquido		(1.000)	(372)	394.346	667.367
Ativos e passivos financeiros do setor		-	-	(291.431)	(239.281)
Estoques		-	-	(9.968)	(3.266)
Serviços prestados a receber		1.474	(645)	(32.138)	27.701
Despesas pagas antecipadamente		103	10	5.535	(3.771)
Depósitos judiciais		(151)	(194)	(7.809)	2.341
Outros créditos		(2.326)	(15.317)	133.436	(154.787)
Fornecedores		643	222	(644.931)	(1.309.399)
Obrigações trabalhistas		(2.188)	1.624	(36.861)	13.578
Pagamento das provisões para contingências		-	-	(321.771)	(373.508)
Encargos regulatórios		-	-	(32.040)	38.299
Outros débitos		2.621	1.519	(76.541)	181.716
Instrumentos financeiros derivativos swaps		-	-	(432.906)	989.617
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	20/21	-	-	(876.074)	(627.011)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(17.500)	(2.296)	(178.816)	(58.773)
<b>Caixa líquido consumido pelas (aplicado nas) atividades de investimento</b>		<b>(600.312)</b>	<b>(1.355.378)</b>	<b>152.267</b>	<b>(1.957.518)</b>
Aquisições de bens do ativo imobilizado		-	-	(307.759)	(219.601)
Aquisições de bens do ativo intangível e do ativo de contrato		(234)	-	(1.162.533)	(1.029.744)
Recebimento pela venda de participações		94.696	-	191.707	-
Aumento de capital nas investidas	15	(71.956)	(1.366.222)	(25.768)	(45.492)
Resgate de aplicações financeiras		352.784	164.009	9.327.567	14.392.750
Aplicações financeiras		(975.602)	(153.165)	(7.870.947)	(15.055.431)
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento</b>		<b>(94.512)</b>	<b>1.176.580</b>	<b>(705.921)</b>	<b>1.743.140</b>
Recebimento pela emissão de ações		-	1.340.912	-	1.340.912
Dividendos pagos		(94.512)	(164.332)	(94.512)	(164.332)
Pagamento de obrigações por arrendamento	25	-	-	(54.846)	(53.838)
Captação, líquida dos custos de captação, de empréstimos, financiamentos e debêntures e das cotas subordinadas -FDIC	20/21	-	-	1.334.164	5.448.589
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	20/21	-	-	(1.890.727)	(4.828.191)
<b>Aumento (Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>2.684</b>	<b>(7.736)</b>	<b>(352.891)</b>	<b>(256.423)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		9	7.745	396.777	653.200
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		2.693	9	43.886	396.777

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**LIGHT S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021**  
 (Em milhares de reais)

Demonstrações dos Valores Adicionados	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
<b>Receitas</b>		-	-	<b>20.727.781</b>	<b>22.879.448</b>
Venda de mercadorias, produtos e serviços		-	-	20.429.662	22.327.004
Receitas referentes à construção de ativos próprios		-	-	1.414.882	1.149.798
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	32	-	-	(1.116.763)	(597.354)
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		<b>(45.440)</b>	<b>11.647</b>	<b>(12.844.512)</b>	<b>(11.929.683)</b>
Custo dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	32.1	-	-	(8.991.642)	(10.427.435)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(45.440)	11.647	(3.852.870)	(1.502.248)
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>(45.440)</b>	<b>11.647</b>	<b>7.883.269</b>	<b>10.949.765</b>
<b>Retenções</b>		-	-	<b>(730.767)</b>	<b>(678.110)</b>
Depreciação e amortização	32	-	-	(730.767)	(678.110)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>		<b>(45.440)</b>	<b>11.647</b>	<b>7.152.502</b>	<b>10.271.655</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		<b>(5.596.965)</b>	<b>406.641</b>	<b>622.350</b>	<b>334.785</b>
Resultado de equivalência patrimonial	15	(5.637.458)	402.969	(16.976)	(47.624)
Receitas financeiras	33	40.493	3.672	639.326	382.409
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		<b>(5.642.405)</b>	<b>418.288</b>	<b>7.774.852</b>	<b>10.606.440</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		<b>(5.642.405)</b>	<b>418.288</b>	<b>7.774.852</b>	<b>10.606.440</b>
<b>Pessoal</b>		<b>(3.547)</b>	<b>15.601</b>	<b>498.256</b>	<b>442.287</b>
Remuneração direta		(4.121)	15.064	354.317	301.755
Benefícios		397	342	106.232	109.939
FGTS		177	195	37.240	29.511
Outros		-	-	467	1.082
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		<b>23.387</b>	<b>2.930</b>	<b>8.768.694</b>	<b>7.929.786</b>
Federais		23.379	2.884	4.501.889	2.962.856
Estaduais		-	-	4.249.079	4.953.323
Municipais		8	46	17.726	13.607
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>		<b>9.958</b>	<b>1.812</b>	<b>4.180.105</b>	<b>1.836.422</b>
Juros		8.937	685	4.075.753	1.715.715
Aluguéis		1.021	1.127	104.352	120.707
<b>Remuneração de capitais próprios</b>		<b>(5.672.203)</b>	<b>397.945</b>	<b>(5.672.203)</b>	<b>397.945</b>
Dividendos	29	-	94.512	-	94.512
Lucros (Prejuízos) retidos	29	(5.672.203)	303.433	(5.672.203)	303.433



**LIGHT S.A.**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022**  
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

---

A Light S.A. (“Light” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ - Brasil. A Light tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista, e a exploração, direta ou indiretamente, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como de outros serviços correlatos.

A Companhia é listada na “B3” (Brasil, Bolsa, Balcão) no segmento do Novo Mercado (“NM”), sob a sigla LIGT3 e no mercado de balcão americano (Over-the-Counter - OTC), sob a sigla LGSXY.

As controladas, controladas em conjunto e coligadas da Light compõem o Grupo Light (“Grupo Light” ou “Grupo”). As informações sobre as operações do Grupo são apresentadas na Nota 2.4, ao passo que as informações sobre operações entre partes relacionadas são apresentadas na Nota 28.

A Light S.A. é uma Companhia Aberta sem acionista controlador (“full Corporation”) e sem acordo de acionistas.

### 1.1 Continuidade operacional

A Administração da Companhia está acompanhando atentamente as situações que envolvem o processo de renovação da concessão que afeta diretamente sua controlada Light SESA.

A Companhia apresentou no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 prejuízo líquido de R\$5.672.203 (lucro líquido de R\$397.945 em 31 de dezembro de 2021), geração de caixa operacional líquido de R\$ 200.763 (consumo de caixa operacional líquido de R\$42.045 em 31 de dezembro de 2021), capital circulante líquido negativo de R\$871.574 (capital circulante líquido positivo de R\$2.635.302 em 31 de dezembro de 2021) e possui R\$10.688.690 de empréstimos, financiamentos e debêntures (R\$11.144.326 em 31 de dezembro de 2021), sendo R\$961.478 registrados no curto prazo e R\$9.727.212 registrados no longo prazo.

A controlada Light SESA apresentou no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 prejuízo líquido de R\$5.816.335 (lucro líquido de R\$243.628 em 31 de dezembro de 2021), consumo de caixa operacional líquido de R\$119.754 (geração de caixa operacional líquido de R\$137.756 em 31 de dezembro de 2021), capital circulante líquido negativo de R\$2.443.501 (capital circulante líquido positivo de R\$1.412.551 em 31 de dezembro de 2021) e possui R\$9.078.623 de empréstimos, financiamentos e debêntures (R\$9.490.575 em 31 de dezembro de 2021), sendo R\$941.688 registrados no curto prazo e R\$8.136.935 registrados no longo prazo.



A Administração da Companhia entende que o Grupo Light e sua controlada Light SESA apresentam situação operacional e financeira complexa, com:

- (i) elevado nível de endividamento;
- (ii) geração de caixa operacional historicamente insuficiente para sozinho honrar os compromissos;
- (iii) elevado índice de perdas não técnicas (furto de energia) e inadimplência;
- (iv) dificuldade de atuação em Áreas de Severa Restrição Operacional.

Esta situação foi agravada pelo(a):

- (i) aumento das taxas de juros SELIC de 2.00% em janeiro de 2021 para 13.75% em agosto de 2022;
- (ii) efeito da determinação de devolução de cerca de R\$2.8 bilhões de créditos decorrentes da exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS, como explicitado em mais detalhes nas Notas Explicativas 1.2, 9.1 e 38.1;
- (iii) deterioração macroeconômica da área de concessão desde 2015 e mais recentemente agravada pela pandemia de COVID-19.

A Administração da Companhia informa que não possui linhas de créditos contratadas e disponíveis para utilização em 31 de dezembro de 2022, porém tem buscado alternativas para melhorar a estrutura de capital da Companhia.

A concessão da controlada Light SESA, a distribuidora de energia elétrica do Grupo, vencerá em junho de 2026. A Administração da Companhia entende que determinados cenários para o futuro do Grupo que dependem (i) da necessidade de processo formal de renovação da concessão e (ii) da necessidade de negociação dos termos e condições da nova concessão, que não estão sob controle da Administração do Grupo Light.

Adicionalmente, as notas de crédito (*rating*) atribuídas à Companhia e a controlada Light SESA pelas agências de classificação de risco são:

Ratings	Light S.A.			Light SESA		
	Nacional	Internacional	Data de Publicação	Nacional	Internacional	Data de Publicação
Fitch	CCC(bra)	CCC+	02.02.2023	CCC(bra)	CCC+	02.02.2023
S&P	-	-	-	brBB-	-	16.02.2023
Moody's	B.br	B3	07.02.2023/ 03.02.2023	B.br	B3	07.02.2023/ 03.02.2023

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Grupo Light possui em seus contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures cláusulas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas. O vencimento antecipado pode ocorrer, no caso de:

- (i) não atendimento a pelo menos um dos indicadores financeiros (“*covenants* financeiros”) em dois trimestres consecutivos ou quatro trimestres intercalados; ou
- (ii) não cumprimento de determinados *covenants* não financeiros, como por exemplo, cláusulas de atendimento de nível mínimo de classificação de crédito avaliado por agências de rating.



A Administração da Companhia realizou o cálculo de todos os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures e concluiu que estes indicadores foram atendidos para o trimestre findo em 31 de dezembro de 2022. Vale ressaltar que o Grupo Light cumpriu com indicadores financeiros dos últimos 3 trimestres, não ensejando o vencimento antecipado de forma imediata das dívidas.

Com relação ao *covenant* não financeiro relacionado a ratings do Grupo Light, a Administração da Companhia verificou que conforme item XXIX da cláusula 6.28 das escrituras da 8ª emissão de debêntures da controlada Light SESA e da 3ª emissão de debêntures da controlada Light Energia o “rebaixamento do rating da Emissão previsto na Cláusula 5.1., item V, para abaixo do conceito BBB-” enseja a convocação de assembleia geral de debenturistas pelo Agente Fiduciário, que pode declarar o vencimento antecipado, que por sua vez provocaria o vencimento antecipado dos outros contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures do Grupo Light automaticamente.

Adicionalmente, a controlada Light SESA possui em seu contrato de concessão de energia elétrica, entre outras obrigações, cláusulas que condicionam a continuidade da concessão ao cumprimento de critérios de sustentabilidade econômico-financeira da referida controlada. A Administração da Companhia ressalta que os indicadores de sustentabilidade econômico-financeira para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 ainda não foram mensurados de forma definitiva pela ANEEL, uma vez que estes são mensurados quando da emissão das demonstrações contábeis regulatórias, porém a análise preliminar indica um risco de descumprimento para o exercício de 2022. A Administração da Companhia entende que no caso deste risco se materializar, o descumprimento não implica o início, de forma imediata, do processo de caducidade da concessão da controlada Light SESA, mas requer monitoramento contínuo.

A distribuição de energia elétrica está sujeita a um conjunto de regulamentos entre os quais se destacam os de sustentabilidade operacional. Neste âmbito, cumpre destacar que a Light encerrou o ano de 2022 atendendo os indicadores regulados voltados à mensuração da continuidade e qualidade do serviço prestado. Em termos de continuidade, a companhia se apresenta entre as melhores do país em termos de duração (DEC) e frequência (FEC) de interrupções de energia e dentro do parâmetro regulatório. Em termos de atendimento comercial, destacam-se o indicador FER que mede a frequência equivalente de reclamações recebidas e tratadas pela empresa com um índice de 11,26, performance 13% melhor que o referencial regulatório e, ainda, o alcance do índice Satisfatório esperado pela ANEEL para o Plano de Resultados de Atendimento que reúne um conjunto de indicadores voltados ao atendimento ao cliente. (*Informações não auditadas pelos auditores independentes*).

Cabe ressaltar que também integram o Grupo Light a Light Energia, titular de concessão de geração de energia elétrica e a comercializadora Lightcom, sendo que apresentam geração de caixa operacional recorrente e historicamente pagam dividendos para a Companhia.

A Administração da Companhia entende que enquanto o processo de renovação da concessão não for concluído, e considerando a situação operacional e financeira complexa e agravada descrita acima, o cronograma contratual de pagamento das dívidas (vide notas explicativas 20 e 21), combinadas com as demais obrigações (qualidade do serviço, segurança, fornecedores, funcionários, impostos federais, estaduais e municipais, devolução de créditos de PIS/COFINS para consumidores entre outros), o Grupo Light envidará esforços contínuos para permitir a continuidade





operacional da Companhia, que incluem uma combinação de estratégias que compreendem principalmente (i) utilização de recursos próprios existentes em 31 de dezembro de 2022, (ii) utilização de recursos oriundos da venda de ativos, cuja venda possui elementos que não estão totalmente sob o controle da Administração do Grupo Light, (iii) utilização de recursos oriundos do fluxo de caixa operacional, cuja estabilidade é razoavelmente previsível pela existência de base sólida de clientes cativos, volume de energia relativamente previsível, tarifas estabelecidas pela ANEEL e concessão de distribuição de energia elétrica válida até Junho de 2026, (iv) obtenção de extensão de prazos de pagamento junto a fornecedores e credores, cuja extensão não está sob o controle da Administração do Grupo Light e pode implicar em custos financeiros adicionais em decorrência de multas, custos para obtenção de *waivers*, novos encargos financeiros ou na declaração de vencimentos antecipados, (v) utilização de recursos oriundos de captação junto a instituições financeiras ou mercado de capitais, cujo cenário apresenta restrições, tendo em vista que os recentes rebaixamentos dos ratings do Grupo Light pelas agências de ratings, e que podem implicar em elevados custos de captação de novas dívidas e até mesmo significar a indisposição dos credores em efetuar novos empréstimos e financiamentos para o Grupo Light, (vi) utilização de recursos oriundos de aumento de capital, cujo êxito não está sob o controle da Administração do Grupo Light, (vii) redução dos investimentos em infraestrutura que não implique em prejuízo na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica e indicadores de qualidade exigidos pelo contrato de concessão da Light SESA, (viii) atuação no âmbito regulatório para o reconhecimento adequado das perdas não-técnicas regulatórias e ajustes de redução de mercado, (ix) atuação no âmbito jurídico/legal para reversão da destinação integral dos créditos de PIS/COFINS, como os mandados de segurança já impetrados e a Ação Direta de Inconstitucionalidade pela ABRADÉE - Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica; e (x) renovação da concessão em bases sustentáveis.

Para ajudar e assessorar a Companhia a lograr as diversas estratégias mencionadas acima, a Administração contratou uma série de consultores, assessores legais, regulatórios e financeiros.

A Administração avaliou e concluiu que, apesar das incertezas descritas nesta seção 1.1, a Companhia possui condições de dar continuidade a suas operações para o período de 12 meses a partir da data da emissão dessas demonstrações financeiras. Com base nessa conclusão, essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas baseadas no princípio da continuidade operacional.

A Administração da Companhia perseguirá e envidará os melhores esforços nas diversas estratégias mencionadas acima. Porém, não há garantia de que a Companhia terá sucesso nas estratégias, visto que parte relevante dos elementos das estratégias não está sob o controle da Administração da Companhia, existindo, portanto, uma incerteza sobre seu sucesso. Os eventos e condições, anteriormente mencionados, individual ou coletivamente, indicam, no julgamento da Administração da Companhia, a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional do Grupo Light e da Light SESA, controlada da Companhia.

## 1.2 Promulgação da Lei nº 14.385 em 27 de junho de 2022

Em 27 de junho de 2022, foi promulgada a Lei nº 14.385/22, a qual altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para disciplinar o repasse de valores de tributos recolhidos a maior pelas



prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica. A nova Lei incluiu o art. 3º-B, na Lei nº 9.427/1996, para determinar a destinação integral em proveitos dos usuários afetados, dos créditos oriundos das ações em que as distribuidoras de energia elétrica obtiveram a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS.

A ANEEL estabeleceu os critérios para operacionalização da devolução dos créditos de PIS/COFINS levando em consideração, dentre outros aspectos, o valor total do crédito utilizado em compensação e a capacidade máxima de compensação desses créditos. A devolução dos créditos aos consumidores se dará por meio dos processos tarifários anuais.

Os Administradores da Companhia, baseados na opinião dos seus assessores legais externos, concluíram que há inconstitucionalidades na Lei. Desta forma, foram traçadas estratégias de atuação judicial que envolvem diversas etapas processuais, de medidas judiciais diferentes, que foram sucessivamente apresentadas perante o Poder Judiciário, respeitando-se uma ordem lógica-jurídica.

Como primeira medida, a Companhia ajuizou duas ações judiciais (5052102-70.2022.4.02.5101 e 1043306-50.2022.4.01.3400), ambas com o objetivo final – embora por razões distintas – de impedir a realização da referida Revisão Tarifária Extraordinária (RTE). Esse objetivo foi alcançado primeiramente nesta ação, por meio de acórdão favorável vigente no Agravo de Instrumento nº 1023960-31.2022.4.01.0000 interposto pela Light nos autos do referido Mandado de Segurança, impedindo que a Aneel delibere a Revisão Tarifária Extraordinária da Light objeto da Lei nº 14.385/2022 antes de realizada consulta pública. A decisão foi confirmada pela Presidência do Superior Tribunal de Justiça na SLS nº 3.414. Em cumprimento ao acórdão, a ANEEL realizou a consulta pública em novembro de 2022.

Em segunda medida, a Companhia impetrou um novo Mandado de Segurança nº 5062961-48.2022.4.02.5101, em trâmite perante a 30ª Vara Federal do Rio de Janeiro, com objetivo de evitar saída de recursos antes da efetiva homologação da compensação tributária pela Receita Federal do Brasil - RFB. Apesar de a liminar ter sido indeferida em 22 de agosto de 2022, pelo entendimento de ausência de *periculum in mora* uma vez estar vigente acórdão que suspendeu RTE, foi interposto o Agravo de Instrumento nº 5013111-02.2022.4.02.0000, em trâmite perante a 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, pendente de julgamento.

Como terceira medida, a Companhia impetrou novo Mandado de Segurança nº 5090279-06.2022.4.02.5101/RJ, em trâmite perante a 20ª Vara Federal do Rio de Janeiro, para que a ANEEL, antes de determinar repasse dos créditos aos consumidores, identifique os “usuários de serviços públicos afetados na respectiva área de concessão”, de forma que a destinação dos créditos em disputa observe a efetiva proporção em que cada usuário tenha sido “afetado” anteriormente pelo eventual recolhimento de tributo. A liminar foi indeferida em 30 de novembro de 2022 e o recurso de Agravo de Instrumento nº 5017168-63.2022.4.02.0000/RJ aguarda decisão.

Paralelamente, a Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica (ABRADEE) ajuizou a Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 7.324, perante o Supremo Tribunal Federal, a qual está sob relatoria do Ministro Alexandre de Moraes. Em 16 de dezembro de 2022, o Ministro Relator, “diante da relevância da matéria constitucional suscitada e de seu especial significado para



a ordem social e a segurança jurídica” adotou rito abreviado para célere decisão no processo, ainda pendente de julgamento.

A par desses acontecimentos jurídicos, a ANEEL em 13 de outubro de 2022, determinou o início de consulta pública em relação a RTE e em 13 de dezembro de 2022 efetivou a RTE da Companhia através da Resolução Homologatória nº 3.144.

Nesse contexto, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia decidiu provisionar os valores do crédito que poderá ser repassado aos consumidores, como medida de cautela, apesar do prognóstico de êxito estimado pelos assessores jurídicos externos para as ações judiciais ser *provável*.

A Administração da Companhia ressalta que seguirá adotando medidas judiciais necessárias para resguardar os direitos da Companhia.

O quadro a seguir apresenta os impactos ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, referentes à contabilização da devolução integral dos créditos referentes a exclusão do ICMS na base do PIS/COFINS no balanço patrimonial e na demonstração do resultado da Companhia:

Efeitos no balanço patrimonial	R\$ mil
Ativo diferido <sup>(a)</sup>	367.563
Provisão para contingências - crédito de PIS/COFINS sobre ICMS a devolver ao consumidor	(2.742.784)
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>(2.375.221)</b>

Efeitos no resultado do exercício	R\$ mil
Provisão para contingências – crédito de PIS/COFINS sobre ICMS a devolver ao consumidor	(1.081.068)
Atualização de provisão - Despesa financeira	(1.661.716)
Imposto de renda e contribuição social diferidos <sup>(a)</sup>	367.563
<b>RESULTADO</b>	<b>(2.375.221)</b>

<sup>(a)</sup> Como consequência do registro, a controlada Light SESA constituiu ativo diferido somente sobre a parcela da provisão para contingências no montante de R\$367.563, haja vista a atualização desse litígio não se tratar de parcela dedutível nas bases do IRPJ e CSLL. Todavia, a controlada Light SESA baixou o montante reconhecido após avaliação de recuperabilidade dos ativos diferidos e diante da expectativa de não realização do montante reconhecido, conforme descrito na Nota 10.

### 1.3 Entidades do Grupo

A Companhia possui participação societária nas seguintes controladas e controladas em conjunto cujos objetivos principais são distribuição, geração e comercialização de energia elétrica:

Sociedade	Natureza jurídica	Atividade	Localidade
<b>CONTROLADAS</b>			
Light Serviços de Eletricidade S.A.	Capital aberto	Distribuição de energia elétrica, com área de concessão abrangendo 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro, incluindo a capital.	Rio de Janeiro
Light Energia S.A.	Capital aberto	Estudar, planejar, construir, operar e explorar sistemas de geração e transmissão, comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos ou autorizados.	Rio de Janeiro
Lajes Energia S.A.	Capital fechado	Análise da viabilidade técnica e econômica, a elaboração do projeto, a implantação, operação, manutenção e exploração comercial da PCH Lajes, com potência nominal de 17 MW <sup>(a)</sup> . Em 08 de julho de 2014, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 4.734/14 que transferiu a concessão da PCH Lajes da Light Energia para a Lajes Energia.	Rio de Janeiro
Light Com Comercializadora de Energia S.A. (“Lightcom”)	Capital fechado	Compra, venda, importação, exportação de energia e a prestação de serviços de consultoria no setor de energia.	Rio de Janeiro
Light Soluções em Eletricidade Ltda.	Limitada	Prestação de serviços aos clientes de baixa tensão contemplando montagem, reforma e manutenção de instalações em geral.	Rio de Janeiro



Sociedade	Natureza jurídica	Atividade	Localidade
Instituto Light	Pessoa Jurídica	Participar em projetos sociais e culturais, com interesse no desenvolvimento econômico e social das cidades, reafirmando a vocação da Companhia como empresa cidadã.	Rio de Janeiro
Light Conecta Ltda.	Capital fechado	Realização de projeto, construção, instalação, operação e exploração de usinas de geração de energia elétrica, bem como, a realização de compra, venda, importação, exportação de energia elétrica, térmica, gases e utilidades industriais, prestação de serviços de consultoria no setor de energia, locação de bens móveis e imóveis, além de aquisição e comercialização de mercadorias vinculadas à atividade e realização de estudos, projetos, implementação, operação e manutenção de obras, construções e instalações, de qualquer natureza ou especialidade.	Rio de Janeiro
<b>CONSÓRCIO</b>			
Consórcio UHE Itaocara	Capital fechado	Constituído para a exploração da Usina Hidrelétrica de Itaocara, controlada em conjunto pela Light Conecta (51%) e pela Cemig GT (49%). Em 30 de abril de 2015, o Consórcio UHE Itaocara sagrou-se vencedor no Leilão A-5 realizado pela ANEEL, relacionado à concessão da Usina Hidrelétrica de Itaocara. Em 31 de dezembro de 2022, a Administração provisionou 100% desse investimento por não ter expectativa de recuperabilidade futura.	Rio de Janeiro



Sociedade	Natureza jurídica	Atividade	Localidade
<b>CONTROLADAS EM CONJUNTO</b>			
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	Capital fechado	Controlada em conjunto pela Light Conecta (51%) e pela Cemig GT (49%), foi constituída para construir a UHE Itaocara e tem como objeto a concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica Itaocara I, conforme contrato de concessão nº01/2015 celebrado com a União. O Projeto Itaocara não será desenvolvido e a UHE Itaocara S.A. rescindiu a totalidade dos seus contratos de venda de energia (CCEARs) e está buscando com a ANEEL uma solução equilibrada para a devolução da concessão.	Rio de Janeiro
Axxiom Soluções Tecnológicas ("Axxiom")	Capital fechado	Oferta de soluções de tecnologia e sistemas para gestão operacional de concessionárias de serviços públicos, incluindo empresas de energia elétrica, gás, água, esgoto e demais empresas de utilidades. Controlada em conjunto pela Light S.A. (51%) e pela CEMIG (49%).	Minas Gerais
Amazônia Energia S.A. ("Amazônia Energia")	Capital fechado	Participar e administrar o capital social da Norte Energia S.A. ("NESA"), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará. Controlada em conjunto pela Light S.A. (25,5%) e pela Cemig GT (74,5%), a participação da Amazônia Energia na NESA é de 9,8% do capital.	Brasília

<sup>(a)</sup> Não auditado pelos auditores independentes

## 1.4 Concessões do Grupo Light

Segue abaixo o resumo das concessões do Grupo Light vigentes em 31 de dezembro de 2022:

Concessões	Contrato de concessão	Data de vencimento
Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Light SESA")	Junho de 1996	Junho de 2026
Light Energia S.A. ("Light Energia")	Junho de 1996	Entre março e julho de 2028 <sup>(a)</sup>
Lajes Energia S.A. ("Lajes Energia")	Julho de 2014	Maio de 2026

<sup>(a)</sup> Vencimentos distintos das usinas de Pereira Passos, Nilo Peçanha, Ilha dos Pombos, Santa Branca e Fontes Nova.

A controlada Light SESA, por ser uma concessionária de distribuição de energia elétrica e não controlar os ativos subjacentes, aplica o IFRIC 12/ICPC 01 e utiliza o modelo bifurcado em virtude das empresas do segmento serem remuneradas: (i) pelo Poder Concedente, no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão (ativo financeiro da concessão); e (ii) pelos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica (ativo intangível).

Para as controladas Light Energia e Lajes Energia, não é aplicado o IFRIC 12/ICPC 01, pois as mesmas não aplicam tarifas definidas pelo Poder Concedente, conforme exigido na norma.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Diretoria na sua gestão.



Em 27 de março de 2023, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

## 2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros (Nota 34) e ativos mantidos para venda (Nota 5), mensurados pelos seus valores justos e pelos seus valores justos menos despesas com vendas, de acordo com as normas aplicáveis, respectivamente.

## 2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.

## 2.4 Consolidação do Grupo Light

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo incluem:

Sociedades controladas	Atividade	31.12.2022 e 31.12.2021		
		Forma de avaliação	Participação direta (%)	Participação indireta (%)
Light SESA	Distribuição	Consolidação	100,0	-
Light Energia	Geração hidráulica	Consolidação	100,0	-
Lajes Energia	Geração hidráulica	Consolidação	-	100,0
Lightcom	Comercialização	Consolidação	100,0	-
Light Soluções	Serviços	Consolidação	100,0	-
Instituto Light	Outros	Consolidação	100,0	-
Light Conecta	Serviços	Consolidação	100,0	-
Consórcio UHE Itaocara <sup>(a)</sup>	Geração hidráulica	Consolidação	-	51,0

<sup>(a)</sup> Em 31 de dezembro de 2022, a Administração provisionou como perda 100% desse investimento por não ter expectativa de recuperabilidade futura, conforme Nota 5.

## 2.5 Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, requer que a Diretoria faça julgamentos, adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas são revisadas continuamente e os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os ajustes oriundos dessas revisões são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.



As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

Notas	Estimativa e julgamentos significativos
5	Estimativa de valor justo de ativo não circulante mantido para venda
8	Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)
9	Realização dos créditos de PIS e COFINS sobre ICMS e valores a serem restituídos a consumidores
10	Recuperação do IRPJ e CSSL diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias
12	Ativos e passivos financeiros do setor
13	Ativo financeiro da concessão
22	Provisões para contingências
23	Contingências
24	Benefícios pós-emprego
30	Pagamento baseado em ações
31.1	Fornecimento não faturado
32.1	Provisão para compra de energia elétrica
34	Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas estão descritas a seguir:

#### 3.1 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo quando o Grupo for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos, inicialmente, pelo seu valor justo acrescidos dos custos incorridos para sua obtenção. Um ativo financeiro deve após o seu reconhecimento inicial ser mensurado pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou valor justo por meio do resultado.

#### Valor justo por meio do resultado

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição. São mensurados pelo valor novo de reposição (“VNR”), equivalentes ao valor justo na data das demonstrações financeiras. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação são reconhecidos no resultado.

Nesta categoria encontram-se também os certificados de depósito bancário (CDB), as cotas de fundos de investimento e os instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos financeiros derivativos (operações de *swap*) são instrumentos mantidos para regular as exposições de riscos de variação de moeda estrangeira, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.



### Custo amortizado

Os ativos financeiros são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo e estão sujeitos a *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas dos passivos financeiros são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Encontram-se nesta categoria o numerário disponível, os valores a receber com clientes, serviços prestados a receber, depósitos vinculados a litígios, ativos e passivos financeiros do setor, valores a receber de partes relacionadas, outros créditos, fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures, obrigações por arrendamento mercantil e outros débitos.

### Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e
- O Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

### 3.2 Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor





justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. O Grupo não adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designa seus derivativos como:

### **Hedge do valor justo**

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco protegido.

Para *hedges* de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do *hedge*, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto.

Se o item objeto de *hedge* for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado.

### **3.3 Caixa e equivalentes de caixa**

No balanço patrimonial, os saldos de caixa e bancos correspondem a saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são pós-fixadas e correspondem a operações realizadas com instituições que atuam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, garantia de recompra diária pela instituição financeira, a uma taxa previamente estabelecida pelas partes e remuneração, em sua maioria, pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com perda insignificante de valor em caso de resgate antecipado.

### **3.4 Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo fornecimento e o suprimento de energia elétrica, faturada e a faturar, comercialização de energia, acréscimos moratórios, juros oriundos de atraso no pagamento, encargos de uso da rede elétrica e energia comercializada a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).



As contas a receber de clientes são reconhecidas ao valor faturado e deduzidas das perdas esperada em créditos de liquidação duvidosa (PECLD). O Grupo utiliza uma matriz de provisão para calcular a PECLD para as contas a receber. A matriz de provisão considera um *aging list* de 12 meses segregado por classe de consumo e uma projeção de expectativa de recebimento para os próximos 36 meses, a partir de uma base estatística de expectativa de recebimentos, a qual proporciona uma melhor aderência a expectativa de recebimento efetivo dos montantes em aberto no contas a receber da Companhia. A aplicação da matriz está segregada em faturamento regular e parcelado e faturas oriundas da aplicação de Termos de Ocorrência de Inspeção ("TOI") geradas através da identificação de irregularidades na medição de consumo de determinado cliente, por classe de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público). O Grupo revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Além disso, quando aplicável, para o segmento de poder público, iluminação pública e serviço público são consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo critério julgamental que reporte a expectativa de perda esperada para esses clientes.

### 3.5 Estoques

Os estoques estão registrados ao custo médio de aquisição. Quando aplicável, o saldo será deduzido de provisões para perdas. Os materiais em estoque são classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo).

### 3.6 Ativos e passivos financeiros do setor

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados (Parcela A e outros componentes financeiros) que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

Esses valores serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção da concessão.

### 3.7 Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Esses ativos são mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de venda são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídos as financeiras e os tributos sobre o lucro.

Ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente como itens circulantes no balanço patrimonial. Os dividendos recebidos de empreendimentos controlados em conjunto classificados como mantidos para venda são reconhecidos no resultado, tendo em vista a interrupção da mensuração pelo método da equivalência patrimonial.



### 3.8 Investimentos

A Companhia detém investimentos em empresas controladas e controladas em conjunto. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e são, inicialmente, reconhecidos pelo custo de aquisição, sendo este mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

Anualmente, a Companhia avalia se há evidência objetiva de que o investimento sofreu perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), sendo que esta perda é o resultado da diferença entre o valor recuperável do investimento e o seu valor contábil.

### 3.9 Ativo financeiro da concessão

A controlada Light SESA reconhece um ativo financeiro decorrente do contrato de concessão quando possui um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente ou da parte por ele indicada ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Tais ativos financeiros correspondem à parcela dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão e são avaliados com base no Valor Novo de Reposição (VNR), equivalente ao valor justo, acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) e tendo como referência os valores homologados pela ANEEL da base de remuneração de ativos nos processos de revisão tarifária.

### 3.10 Ativo de contrato

Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores ou receber uma indenização ao final da concessão para os ativos ainda não amortizados. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

### 3.11 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo de aquisição ou formação, incluindo custo atribuído, encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada e de perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

A depreciação é calculada pelo método linear, em contrapartida ao resultado do exercício, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Para os ativos imobilizados que não possuem garantia de indenização, os itens são depreciados pelo método linear até o limite da concessão ou depreciados pela vida útil do bem, dos dois, o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na Nota 16.



Eventuais ajustes nos métodos de depreciação, nas vidas úteis ou nos valores residuais são reconhecidos e ajustados de forma prospectiva.

### 3.12 Intangível

Para os ativos intangíveis de distribuição de energia elétrica, a parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão, usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Os ativos intangíveis compreendem, principalmente, os softwares adquiridos de terceiros e os ativos referentes aos contratos de concessão. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangíveis, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na demonstração de resultado.

### 3.13 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

### 3.14 Arrendamentos

O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento e aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração, exceto para arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor individual.

#### 3.14.1 Ativos de direito de uso

O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento mensurados pelo valor presente. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

#### 3.14.2 Passivos de arrendamento

Os passivos de arrendamentos são inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo dos contratos. Após a data de início, o valor



do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas.

### 3.14.3 Estimativa da taxa incremental de arrendamentos

Os arrendamentos vigentes não possuem sua taxa de juros implícita prontamente identificável, motivo pelo qual a Companhia considera a taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos de arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao tomar empréstimos, por prazo semelhante, para obter os recursos necessários para a aquisição de ativos com valores similares ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Companhia calcula a taxa incremental usando dados observáveis, quando disponíveis.

## 3.15 Benefícios a empregados

### 3.15.1 Benefícios pós emprego

A Companhia e suas controladas possuem planos previdenciários para complementação de aposentadoria e pensão de contribuição definida e de benefício definido. Os planos são financiados por meio de contribuições de participantes e patrocinadora aos fundos de pensão, conforme determinado por cálculos atuariais periódicos.

As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesa com pessoal quando incorridas.

A obrigação líquida do Grupo quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente, para cada plano, através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferirão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o maior valor entre a dívida pactuada com a Fundação de Seguridade Social Braslight para amortização das obrigações atuariais e o valor presente da obrigação atuarial, calculada por meio de laudo atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano.

Anualmente é realizado um cálculo para avaliação atuarial dos planos existentes por atuário independente. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais (remensurações do valor líquido de passivo ou ativo de benefício definido) são reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes e não são transferidos para lucros ou prejuízos acumulados.

### 3.15.2 Benefícios de curto prazo a empregados

As obrigações de benefícios de curto prazo a empregados referem-se aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros, e é provisionada em conformidade com o acordo coletivo



na rubrica de despesa com pessoal (Participação dos Empregados e Administradores) no resultado do exercício.

### 3.15.3 Plano de assistência médica

A Companhia e suas controladas patrocinam, plano de assistência médica aos aposentados e desligados que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento a Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tenha direito enquanto empregado ativo.

Os ganhos e perdas atuariais que refletem mudanças no valor presente da obrigação resultantes de ajustes de diferenças atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes diretamente no patrimônio líquido.

### 3.16 Transações de pagamentos baseados em ações da Companhia

A Companhia possui plano de remuneração baseado em ações que tem por objetivo permitir que as pessoas elegíveis, sujeito a determinadas condições, adquiram ações, com vista a estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos das pessoas elegíveis.

Poderão ser eleitos como participantes de opções nos termos do plano, os administradores e empregados da Companhia ou de outras sociedades sob o seu controle, desde que aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

Os efeitos do plano de remuneração baseado em ações são calculados com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais outorgados e reconhecidos no balanço patrimonial e na demonstração de resultados conforme as condições contratuais sejam atendidas.

### 3.17 Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras.

#### 3.17.1 Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social corrente é apresentado líquido, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando o montante antecipadamente pago excede o total devido na data do relatório. São calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) de cada entidade tributável e às alíquotas aplicáveis segundo as legislações vigentes.



### 3.17.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos utilizando as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas Demonstrações Financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos somente na medida em que seja provável que exista lucro tributável, para o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais compensados.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado anualmente e baixado quando não for mais provável que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, seja no resultado, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido e são apresentados pelo resultado líquido no balanço, havendo o direito legal e a intenção de compensá-lo quando da apuração dos tributos correntes, relacionados às mesmas entidades e autoridades tributáveis.

### 3.18 Provisões

#### 3.18.1 Geral

Uma provisão é reconhecida quando o Grupo possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável.

#### 3.18.2 Provisões para contingência

O Grupo é parte em diversos processos judiciais e administrativos, logo, as provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos econômicos seja requerida para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e a opinião da Diretoria, quando aplicável. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### 3.19 Reconhecimento de receitas

As receitas do Grupo são reconhecidas quando uma obrigação de performance for satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado a essa obrigação de performance. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita proveniente de um contrato com cliente quando a expectativa de recebimento for provável, levando em consideração a intenção de pagamento do cliente.



### 3.19.1 Receita de fornecimento de energia elétrica e receita de uso da rede

As receitas de venda de energia são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação, com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. A Companhia mensura e reconhece as receitas de fornecimento de energia para os consumidores finais de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela distribuidora.

A receita não faturada de fornecimento de energia elétrica corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada tomando como base ciclos de leitura. O efeito nas demonstrações financeiras da diferença entre a estimativa e o realizado é considerado imaterial.

A receita de operações venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos valor justo da contraprestação a receber no momento em que as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças (PLD).

As receitas de uso da rede de distribuição (TUSD) recebidas de outras concessionárias e consumidores livres são contabilizadas quando há o uso da rede de distribuição pelo cliente. A receita pela distribuição não faturada é contabilizada com base na receita auferida, porém, com faturas emitidas nos primeiros dias do mês posterior.

### 3.19.2 Receita de serviços

As receitas de serviços são reconhecidas à medida que as obrigações de performances determinadas em contrato são transferidas ao cliente e a possibilidade do recebimento da contraprestação financeira for provável.

### 3.19.3 Receita de construção

A receita de construção corresponde à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura, substanciada nos investimentos em ativos da concessão realizados pela Companhia no exercício. O reconhecimento dessa receita está diretamente relacionado aos gastos incorridos com a construção dos ativos da infraestrutura de concessão. Considerando que o modelo regulatório vigente não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, sendo assim a margem de construção adotada foi estabelecida como sendo igual a zero.

### 3.19.4 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras, juros sobre atraso no recebimento de cliente, atualização de ativos e passivos financeiros do setor e variações de *swaps*. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e debêntures, ajustes de desconto a valor presente e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo





por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

### 3.20 Ajuste a valor presente de ativos

Os itens sujeitos ao desconto a valor presente são referentes a contas a receber de clientes. O Grupo realizou cálculo do valor presente para os saldos com prazos de pagamento superiores a 180 dias. A taxa de desconto utilizada pela Diretoria para o desconto a valor presente para esses itens é de aproximadamente 10,0% a.a., semelhante ao custo médio de captação de recursos do Grupo nos últimos anos e ao encargo financeiro cobrado de seus clientes.

### 3.21 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022 estão descritos abaixo e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas.

Revisão e normas impactadas	Descrição	Impactos contábeis
IFRS 3	Referência a estrutura conceitual	Sem impactos relevantes
IAS 37	Contrato oneroso	Sem impactos relevantes
IAS 16/CPC 27	Imobilizado	Sem impactos relevantes
IAS 2 CPC 16	Estoque	Sem impactos relevantes
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS's 2018-2020	Melhorias IFRS 1/CPC 37, IFRS 9/CPC 48, IFRS 16/CPC 06 (R2) e IAS 41/CPC 29	Sem impactos relevantes

### 3.22 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas em discussão no IASB, mas ainda não em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas a seguir e todas são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023. A Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

Revisão e normas impactadas	Descrição	Impactos contábeis
IFRS 17	Contratos de seguros	Essa norma não se aplica a Companhia
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	A Companhia avaliará os impactos
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis	Não se espera impacto significativo
Alterações ao IAS 1 e IFRS 2 – Declaração de Prática	Divulgação de políticas contábeis	A Companhia avalia os impactos
IAS 12/CPC 32	Imposto diferido relacionado a Ativos e Passivos resultantes de uma única transação	A Companhia avalia os impactos



#### 4. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 estão sendo apresentadas em relação aos negócios da Companhia, identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas, conforme apresentadas a seguir:

Balanco Patrimonial	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 31.12.2022
Ativo circulante	2.954.276	676.118	269.848	989.479	(116.829)	4.772.892
Outros ativos não circulantes	14.784.157	21.918	511	11.499	-	14.818.085
Investimentos	43.621	-	-	1.872.898	(1.872.899)	43.620
Imobilizado	325.827	1.677.456	290	64	-	2.003.637
Intangível	2.149.109	316.978	455	1.327	-	2.467.869
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>	<b>20.256.990</b>	<b>2.692.470</b>	<b>271.104</b>	<b>2.875.267</b>	<b>(1.989.728)</b>	<b>24.106.103</b>
Passivo circulante	5.397.772	243.620	111.790	8.113	(116.829)	5.644.466
Passivo não circulante	13.662.150	1.953.802	-	928	-	15.616.880
Patrimônio líquido	1.197.068	495.048	159.314	2.866.226	(1.872.899)	2.844.757
<b>TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>20.256.990</b>	<b>2.692.470</b>	<b>271.104</b>	<b>2.875.267</b>	<b>(1.989.728)</b>	<b>24.106.103</b>

Balanco Patrimonial	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 31.12.2021
Ativo circulante	7.798.320	1.162.257	296.871	656.695	(590.114)	9.324.029
Outros ativos não circulantes	13.861.576	62.166	11.578	17.326	-	13.952.646
Investimentos	34.124	-	-	8.191.828	(7.868.191)	357.761
Imobilizado	309.308	1.466.403	327	33.843	-	1.809.881
Intangível	2.455.860	375.710	607	1.378	-	2.833.555
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>	<b>24.459.188</b>	<b>3.066.536</b>	<b>309.383</b>	<b>8.901.070</b>	<b>(8.458.305)</b>	<b>28.277.872</b>
Passivo circulante	6.385.767	659.419	129.699	103.956	(590.114)	6.688.727
Passivo não circulante	10.906.594	1.926.285	554	22.611	-	12.856.044
Patrimônio líquido	7.166.827	480.832	179.130	8.774.503	(7.868.191)	8.733.101
<b>TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>24.459.188</b>	<b>3.066.536</b>	<b>309.383</b>	<b>8.901.070</b>	<b>(8.458.305)</b>	<b>28.277.872</b>

Resultados por segmento:

Demonstração do Resultado 2022	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	12.178.145	805.579	1.160.054	72	(890.564)	13.253.286
Despesas e custos operacionais	(14.612.418)	(290.563)	(1.050.614)	(83.690)	890.564	(15.146.721)
Equivalência patrimonial	-	-	-	(5.654.432)	5.637.456	(16.976)
<b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS</b>	<b>(2.434.273)</b>	<b>515.016</b>	<b>109.440</b>	<b>(5.738.050)</b>	<b>5.637.456</b>	<b>(1.910.411)</b>
Resultado financeiro	(3.199.337)	(302.828)	22.444	32.394	-	(3.447.327)
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS</b>	<b>(5.633.610)</b>	<b>212.188</b>	<b>131.884</b>	<b>(5.705.656)</b>	<b>5.637.456</b>	<b>(5.357.738)</b>
Imposto de renda e contribuição social	(182.725)	(65.877)	(44.811)	(21.052)	-	(314.465)
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>	<b>(5.816.335)</b>	<b>146.311</b>	<b>87.073</b>	<b>(5.726.708)</b>	<b>5.637.456</b>	<b>(5.672.203)</b>

Demonstração do Resultado 2021	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	13.625.646	853.492	1.314.234	58	(895.510)	14.897.920
Despesas e custos operacionais	(13.010.201)	(420.196)	(1.164.381)	(7.727)	895.510	(13.706.995)
Equivalência patrimonial	-	-	-	355.346	(402.970)	(47.624)
<b>LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS</b>	<b>615.445</b>	<b>433.296</b>	<b>149.853</b>	<b>347.677</b>	<b>(402.970)</b>	<b>1.143.301</b>
Resultado financeiro	(1.051.225)	(290.471)	5.813	5.693	-	(1.330.190)
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS</b>	<b>(435.780)</b>	<b>142.825</b>	<b>155.666</b>	<b>353.370</b>	<b>(402.970)</b>	<b>(186.889)</b>
Imposto de renda e contribuição social	679.408	(39.863)	(52.844)	(1.867)	-	584.834
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>	<b>243.628</b>	<b>102.962</b>	<b>102.822</b>	<b>351.503</b>	<b>(402.970)</b>	<b>397.945</b>



## 5. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA

Em conformidade com as normas vigentes, a Companhia mensura pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda os ativos classificados como mantido para venda.

Ativos classificados como mantidos para venda	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Lightger	-	41.446	-	41.446
Guanhães Energia	-	-	-	93.500
Amazônia Energia	208.648	-	208.648	-
<b>Total</b>	<b>208.648</b>	<b>41.446</b>	<b>208.648</b>	<b>134.946</b>

### Controladas em conjunto Guanhães Energia S.A. (“Guanhães Energia”) e Lightger S.A. (“Lightger”)

Em 18 de dezembro de 2020, foi aprovada a concessão de período de exclusividade à Brasal Energia S.A. (“Brasal”) visando à potencial operação para a alienação da totalidade da participação de 51% das controladas em conjunto Guanhães Energia e Lightger. A partir deste momento, a Companhia passou a tratar contabilmente esse bloco de ativos como “ativos não circulantes mantidos para venda”.

Em 09 de dezembro de 2021, a Light S.A, em conjunto com sua controlada Light Energia, celebrou contrato de compra e venda com Brasal. Em 23 de junho de 2022, a alienação das controladas em conjunto Guanhães Energia e Lightger S.A. foi concluída pelos valores de R\$97.011 e R\$103.743, respectivamente.

### Controlada em conjunto Amazônia Energia S.A. (“Amazônia Energia”)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia realizou estudos e negociações visando o desinvestimento na Amazônia Energia, que possui 9,8% de participação na da Norte Energia S.A. (“NESA”). Esse desinvestimento está alinhado com a estratégia de alienação de participações minoritárias da Companhia.

Assim, em conformidade com as políticas contábeis da Companhia descritas na Nota 3.7, a Administração reclassificou o investimento como um ativo não circulante mantido para venda mensurado ao seu valor justo, que resultou em um valor inferior ao valor contábil em R\$94.453. Desta forma, o saldo do investimento transferido da rubrica “Investimentos” para “Ativos não circulantes mantidos para venda” foi de R\$208.648.



**Balço patrimonial da controlada em conjunto Amazônia Energia S.A em 31 de dezembro de 2022**

Balço Patrimonial	Amazônia
Caixa e equivalentes de caixa	146
<b>Circulante</b>	<b>146</b>
Não circulante	1.190.554
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.190.700</b>
Outros	1.581
<b>Circulante</b>	<b>1.581</b>
Outros	489
<b>Não circulante</b>	<b>489</b>
Patrimônio líquido	1.188.630
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.190.700</b>

**Demonstração do resultado da controlada em conjunto Amazônia Energia S.A em 31 de dezembro de 2022**

Demonstração do Resultado	Amazônia
Despesas gerais e administrativas	(79)
Resultado financeiro líquido	(63.246)
<b>PREJUÍZO ANTES DO IR E CSLL</b>	<b>(63.325)</b>
Imposto de renda e contribuição social	-
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(63.325)</b>

**6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Caixa e equivalente de caixa	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e bancos	2.693	9	43.886	53.528
Aplicações financeiras de liquidez imediata (CDB)	-	-	-	343.249
<b>TOTAL</b>	<b>2.693</b>	<b>9</b>	<b>43.886</b>	<b>396.777</b>

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui aplicações financeiras de liquidez imediata. Em 31 de dezembro de 2021 a remuneração média das aplicações financeiras era de 106,3% do CDI.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota 34.

**7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Títulos e valores mobiliários	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	670.172	62.647	1.795.279	3.049.564
Fundo de investimento (não exclusivos)	50.000	-	244.386	158.632
<b>TOTAL</b>	<b>720.172</b>	<b>62.647</b>	<b>2.039.665</b>	<b>3.208.196</b>

Os títulos e valores mobiliários são representados por: (i) garantias oferecidas para participação em leilões de energia; (ii) valores provenientes de venda de ativos que ficam retidos para reinvestimentos na rede elétrica; (iii) fundos de investimentos não exclusivos; e (iv) aplicações que



têm seus vencimentos superiores a três meses da data de aplicação, com perda de valor em caso de resgate antecipado. A remuneração média dessas aplicações é de 102,6% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (101,9% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

## 8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Contas a receber de clientes - Consolidado	31.12.2022			31.12.2021		
	Recebíveis	PECLD	Total	Recebíveis	PECLD	Total
<b>Abertura por classe de consumo</b>						
Residencial	4.066.018	(3.274.771)	791.247	4.079.149	(2.354.291)	1.724.858
Industrial	133.536	(108.801)	24.735	135.592	(90.856)	44.736
Comercial	1.032.420	(676.590)	355.830	1.062.065	(487.877)	574.188
Rural	6.488	(5.064)	1.424	8.497	(2.994)	5.503
Poder público	357.466	(191.927)	165.539	412.643	(197.840)	214.803
Iluminação pública	193.955	(104.236)	89.719	214.569	(97.678)	116.891
Serviço público	174.014	(13.039)	160.975	195.608	(47.242)	148.366
<b>Fornecimento faturado e parcelamentos</b>	<b>5.963.897</b>	<b>(4.374.428)</b>	<b>1.589.469</b>	<b>6.108.123</b>	<b>(3.278.778)</b>	<b>2.829.345</b>
Fornecimento não faturado	681.430	(10.159)	671.271	635.102	(7.971)	627.131
Comercialização de energia	118.607	(1.006)	117.601	141.697	(748)	140.949
Suprimento e encargos de uso da rede elétrica	28.122	(1.283)	26.839	25.369	(160)	25.209
Outras contas a receber	16.991	-	16.991	22.734	-	22.734
<b>TOTAL</b>	<b>6.809.047</b>	<b>(4.386.876)</b>	<b>2.422.171</b>	<b>6.933.025</b>	<b>(3.287.657)</b>	<b>3.645.368</b>
Circulante			1.005.527			2.424.681
Não circulante			1.416.644			1.220.687

Conforme descrito na nota de provisão para contingências regulatórias nº 22.1.4, a controlada Light SESA recebeu um auto de infração em janeiro de 2019 com penalidades decorrentes de uma fiscalização ocorrida em setembro de 2017. A Companhia protocolou alguns recursos cuja conclusão ocorreu no quatro trimestre de 2022. A controlada Light SESA concluiu que todos os recursos sobre o tema foram exauridos, não havendo assim possibilidade para abertura de novas discussões. Em dezembro de 2022, para atender as determinações da ANEEL, a controlada Light SESA refletiu os impactos financeiros da determinação do órgão regulador na linha de fornecimento faturado residencial o montante negativo de R\$477.196 e na linha de PECLD residencial o montante positivo de R\$403.661.

### 8.1 Principais clientes parcelados

Em 07 de julho de 2018, a controlada Light SESA assinou um acordo de parcelamento com a SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A ("SuperVia"), cujo montante a receber era de R\$163.212. Em 25 de junho de 2019, a controlada Light SESA assinou um aditivo a esse acordo, onde foi incorporado ao saldo de parcelamento de débitos o montante de R\$48.149. O montante atualizado deste parcelamento em 31 de dezembro de 2022 é de R\$145.173 (R\$129.837 em 31 de dezembro de 2021). Em 11 de junho de 2021, a Justiça do Rio de Janeiro aceitou o pedido de processamento da recuperação judicial da SuperVia e conseqüentemente foi determinada a suspensão de todas as ações ou execuções contra a empresa. Em 07 de outubro de 2021, foi publicado o edital com a lista consolidada dos credores e plano de recuperação judicial (RJ) da SuperVia.



A assembleia de credores foi realizada em 31 de maio de 2022 e o Plano de Recuperação Judicial da Supervia foi homologado em 06 de junho de 2022. Algumas condições foram acordadas como: (i) faturas dos serviços prestados pela Companhia entre 09 de junho de 2022 e 09 de junho de 2024 vencerão em 45 dias após emissão; e (ii) dívida constituída até 07 de junho de 2021 será quitada em 48 parcelas a partir de janeiro de 2025. Logo, a Companhia registrou o montante de R\$12.155 a título de ajuste a valor presente da Supervia, e o montante líquido do parcelamento em 31 de dezembro de 2022 é de R\$133.018.

Em 31 de dezembro de 2022, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (“PCRJ”) possui um montante em aberto de R\$204.690 com a Light SESA. Esse montante refere-se às faturas de energia elétrica do período entre agosto de 2018 a dezembro de 2022. Deste montante, (i) o total de R\$188.191 refere-se a faturas emitidas até dezembro de 2020, as quais estão sendo negociadas diretamente com a Secretaria Municipal de Fazenda; (ii) o montante de R\$16.499, referente as faturas emitidas de janeiro de 2021 a novembro de 2022, está em negociação junto à PCRJ e a expectativa de regularização até o final do primeiro semestre de 2023.

## 8.2 Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

Seguem abaixo as movimentações da PECLD de clientes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

<b>SALDO EM 31.12.2020</b>	<b>(2.648.925)</b>
Adições (Nota 32)	(597.354)
Baixas	(41.378)
<b>SALDO EM 31.12.2021</b>	<b>(3.287.657)</b>
Adições	(1.101.550)
Reversão de baixas	2.331
<b>SALDO EM 31.12.2022</b>	<b>(4.386.876)</b>

No quarto trimestre de 2022, a Administração da Companhia iniciou um diagnóstico de toda a esteira de arrecadação que desencadeou um processo de revisão metodológica das provisões esperadas para crédito de liquidação duvidosa (PECLD). No entendimento da Administração, a metodologia foi aprimorada para que reflita melhor a mensuração da expectativa de recebimentos de seus clientes para o seu provável valor de realização e as características específicas de determinados grupos dentro do contas a receber.

A Companhia realizou uma análise técnica em conformidade com as normas contábeis vigentes, e concluiu que a estimativa proposta pela Companhia abrange de forma suficiente os critérios exigidos pela norma e que o aperfeiçoamento da metodologia se faz necessário visando representar de forma mais tempestiva a expectativa de recebimento efetivo dos seus clientes, também em conformidade com a norma.

Em decorrência dessa análise, foi reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$854.476. A Administração entende que esse incremento na PECLD reflete o melhor cenário da expectativa de perdas esperadas do seu contas a receber de clientes.

A exposição da Companhia a riscos de crédito relacionados a clientes é divulgada na Nota 34.



## 9. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Tributos e contribuições a compensar - Consolidado	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a compensar <sup>(a)</sup>	59.465	82.698	142.163	45.318	62.603	107.921
PIS e COFINS a compensar (Nota 9.1) <sup>(b)</sup>	471.628	3.180.898	3.652.526	986.292	3.241.542	4.227.834
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	228.520	410.583	639.103	208.303	370.559	578.862
INSS	6.023	-	6.023	6.388	-	6.388
Outros	16.866	-	16.866	16.486	-	16.486
<b>TOTAL</b>	<b>782.502</b>	<b>3.674.179</b>	<b>4.456.681</b>	<b>1.262.787</b>	<b>3.674.704</b>	<b>4.937.491</b>

<sup>(a)</sup> Substancialmente representados por créditos de ICMS decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e intangível, os quais podem ser compensados em até 48 meses.

<sup>(b)</sup> O saldo apresentado encontra-se líquido dos impostos a pagar apurados em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$36.062 (R\$52.745 em 31 de dezembro de 2021) e acrescido do montante R\$44.141 referente a cancelamento de faturas. Ademais, em 31 de dezembro de 2021, incluía o montante de R\$4.206 referente a PIS/COFINS diferidos de órgãos públicos

### 9.1 Créditos de PIS e COFINS após a exclusão do ICMS na base de cálculo

Em 18 de fevereiro de 2008, a controlada Light SESA impetrou o Mandado de Segurança nº 0012490-07.2008.4.02.5101 objetivando o reconhecimento do seu direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Em 07 de agosto de 2019, transitou em julgado, no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, a decisão, reconhecendo o direito da Companhia de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, com efeito retroativo a janeiro de 2002, devidamente atualizados pela Taxa Selic.

Em 09 abril de 2020, a Receita Federal do Brasil (“RFB”) deferiu o pedido de habilitação dos créditos fiscais oriundos da exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS, o que motivou a reversão do IRPJ e CSLL diferidos, que foram oferecidos à tributação pelo IRPJ e pela CSLL correntes, bem como a reclassificação para o ativo circulante do montante estimado de créditos a serem recuperados nos próximos 12 meses. O início da compensação destes créditos ocorreu a partir de 30 de abril de 2020. Os créditos totais compensados até 31 de dezembro de 2022, somaram o montante de R\$3.068.931 (R\$2.134.789 em 31 de dezembro de 2021). Desse montante, R\$703.630 se referiam aos tributos federais incidentes sobre a habilitação dos referidos créditos fiscais.

Em 27 de junho de 2022, foi aprovada a Lei nº 14.385/2022, que determinou “a destinação integral, em proveito dos usuários de serviços públicos afetados na respectiva área de concessão ou permissão, dos valores objeto de repetição de indébito” relacionados à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Além disso, a referida Lei dispõe que a Aneel será responsável por estabelecer os critérios para a devolução dos tributos, por meio de RTE.

Conforme descrito na nota 1.2, em novembro de 2022, a ANEEL realizou a Consulta Pública nº 047/2022 e em dezembro de 2022 a ANEEL deliberou a RTE da Companhia. Os Administradores da Companhia, baseados na opinião dos seus assessores legais externos, concluíram que há inconstitucionalidades na Lei, porém a Administração da Companhia decidiu provisionar o montante de R\$2.375.221 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 os valores do crédito que poderá ser repassado aos consumidores, como medida de cautela, apesar do prognóstico de êxito estimado pelos assessores jurídicos externos para as ações judiciais.



Nos reajustes tarifários que entraram em vigor em 15 de março de 2021 e 15 de março de 2022, foram homologadas as devoluções de R\$374.196 e R\$1.050.000, respectivamente. Em 13 de dezembro de 2022, através da RTE que editou a Resolução Homologatória nº 3.144, foi homologada a devolução de R\$796.656 no período compreendido entre 14 de dezembro de 2022 e 14 de março de 2023.

Segue abaixo a apresentação dos efeitos contábeis relativos ao reconhecimento da devolução integral dos créditos decorrentes da exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS, incluindo sua atualização pela Selic, e dos valores a serem restituídos aos consumidores reconhecidos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Efeitos no balanço patrimonial	31.12.2022	31.12.2021
Créditos de PIS e COFINS sobre o ICMS	3.644.446	4.284.786
Valores a serem restituídos a consumidores <sup>(a)</sup>	(1.752.676)	(3.395.800)
Provisão para contingências - crédito de PIS/COFINS sobre ICMS a devolver ao consumidor <sup>(b)</sup>	(2.742.784)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido <sup>(c)</sup>	367.563	-
<b>Total</b>	<b>(483.451)</b>	<b>888.986</b>

Efeitos no resultado dos exercícios	2022	2021
Provisão para contingências - crédito de PIS/COFINS sobre ICMS a devolver ao consumidor	(1.081.068)	-
Atualização monetária da provisão para contingência	(1.661.716)	-
Receita financeira - Atualização dos créditos de PIS e COFINS (Nota 33)	80.343	14.912
PIS e COFINS sobre receita (despesa) financeira	(3.736)	(693)
Imposto de renda e contribuição social diferido <sup>(c)</sup>	367.563	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	1.270	(4.834)
<b>TOTAL</b>	<b>(2.297.344)</b>	<b>9.385</b>

<sup>(a)</sup> Refere-se a parcela incontroversa do montante a devolver aos consumidores, considerando que o período máximo aplicável para cálculo de tal devolução será de 10 anos. Após reajuste tarifário, ocorrido em março de 2023, a controlada Light SESA reclassificou R\$1.104.698 para o curto prazo, em virtude da expectativa de compensação desse montante nos próximos 12 meses.

<sup>(b)</sup> Refere-se a parcela em discussão judicial que compreende o período dos créditos superiores a 10 anos.

<sup>(c)</sup> Como consequência do registro, a controlada Light SESA constituiu ativo diferido somente sobre a parcela da provisão para contingências no montante de R\$367.563, haja vista a atualização desse litígio não se tratar de parcela dedutível nas bases do IRPJ e CSLL. Todavia, a controlada Light SESA baixou o montante reconhecido após avaliação de recuperabilidade dos ativos diferidos e diante da expectativa de não realização do montante reconhecido, conforme descrito na Nota 10.

## 9.2 Não incidência do IRPJ/CSLL sobre atualização pela Selic dos indébitos tributários

Em 24 de setembro de 2021, o STF em julgamento de recurso extraordinário com repercussão geral, decidiu favoravelmente aos contribuintes sobre a não incidência do imposto de renda e contribuição social sobre a atualização da Selic nos casos de restituição de impostos pagos a maior (repetição de indébito), trazendo impactos relevantes, principalmente, para a tributação dos ganhos do ICMS na base do PIS e COFINS.

De forma geral, as entidades que possuíam ação questionando esta tese até a data de julgamento do STF já teriam direito a não tributar a atualização da Selic nos ganhos tributários. Entidades que não possuíam ação questionando o tema até o julgamento do STF, devem aguardar o resultado de eventual modulação dos efeitos da decisão.

A controlada Light SESA possui mandado de segurança, no qual discute o direito à repetição dos montantes de IRPJ e CSLL que incidiram sobre os valores correspondentes à Selic aplicada em seus





indébitos tributários e depósitos judiciais, desde agosto de 2016, bem como pleiteia o afastamento definitivo dessa incidência tributária.

Com base na decisão do STF e conforme ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (equivalente à norma internacional IFRIC 23), a Companhia reavaliou a expectativa de ganho do direito em relação aos indébitos tributários e reconheceu em setembro de 2021, como receita de IRPJ e CSLL corrente e diferido, o montante de R\$536.170 sendo (i) R\$365.170 à título de IRPJ e CSLL a recuperar referente aos períodos que a controlada Light SESA apurou lucro real, apresentados no ativo não circulante; e (ii) R\$171.761 pela recomposição do prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social referentes aos períodos em que a controlada Light SESA apurou base fiscal negativa para os períodos de cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação, aumentando o ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2022, o montante de IRPJ e CSLL a recuperar atualizados monetariamente é de R\$410.583 (R\$370.559 em 31 de dezembro de 2021).

Importante ressaltar, que o montante apurado pela Companhia levou em consideração as atualizações financeiras sobre os valores a serem restituídos aos consumidores, ou seja, a Companhia considerou em suas exclusões os mesmos efeitos os quais havia considerado quando do reconhecimento dos créditos sobre a exclusão do ICMS da base do PIS e da COFINS, ou seja, líquido do passivo a restituir.

## 10. TRIBUTOS DIFERIDOS

Diferenças temporárias - Consolidado	31.12.2022			31.12.2021		
	Ativo diferido	Passivo diferido	Líquido diferido	Ativo diferido	Passivo diferido	Líquido diferido
PECLD	1.510.750	-	1.510.750	1.130.327	-	1.130.327
Provisões para contingências	795.505	-	795.505	170.715	-	170.715
Prejuízos fiscais	447.546	-	447.546	289.922	-	289.922
Base negativa de contribuição social	164.143	-	164.143	107.399	-	107.399
Benefício Pós-emprego	72.764	-	72.764	-	-	-
Provisão para PLR	6.576	-	6.576	16.578	-	16.578
Outros	194.073	-	194.073	16.863	-	16.863
Instrumentos financeiros derivativos swaps	149.841	(4.628)	145.213	1.352	(64.739)	(63.387)
Remuneração do ativo financeiro da concessão	-	(784.530)	(784.530)	-	(771.486)	(771.486)
Custo atribuído Light Energia	-	(140.654)	(140.654)	-	(148.918)	(148.918)
Repactuação do GSF na Light Energia	-	(107.619)	(107.619)	-	(127.562)	(127.562)
Provisão para não recuperabilidade de diferido	(1.634.376)	-	(1.634.376)	-	-	-
<b>ATIVO (PASSIVO) TRIBUTÁRIO DIFERIDO, BRUTO</b>	<b>1.706.822</b>	<b>(1.037.431)</b>	<b>669.391</b>	<b>1.733.156</b>	<b>(1.112.705)</b>	<b>620.451</b>
Apresentação pelo líquido	(847.367)	847.367	-	(837.441)	837.441	-
<b>ATIVO (PASSIVO) TRIBUTÁRIO DIFERIDO, LÍQUIDO</b>	<b>859.455</b>	<b>(190.064)</b>	<b>669.391</b>	<b>895.715</b>	<b>(275.264)</b>	<b>620.451</b>

### 10.1 Reconhecimento de provisão para não recuperabilidade de ativos diferidos

A Companhia tem como prática contábil a revisão dos ativos fiscais diferidos em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado.

Em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia identificou a existência de indicativos de não recuperabilidade dos seus tributos diferidos, considerando principalmente os prejuízos fiscais dos últimos exercícios, o prejuízo apurado no exercício corrente, as projeções de resultado



com base em orçamento financeiro e o prazo de vencimento do contrato de concessão da controlada Light SESA em julho de 2026.

Importante destacar que a controlada Light SESA possui clientes cativos e volume de energia distribuída estável e previsível, além de uma tarifa regulada pela ANEEL, que considera a recuperação dos custos não gerenciáveis e uma margem de lucro. Entretanto, considerando (i) a necessidade de processo formal de renovação da concessão e (ii) a necessidade de negociação dos termos e condições da nova concessão com a ANEEL, a Administração entende que a renovação da concessão está fora do seu controle. Em virtude dessa análise, em dezembro de 2022, a Companhia registrou provisão de perda para não recuperabilidade de parte de seus ativos diferidos no montante de R\$1.634.376.

Segue abaixo a movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Diferenças temporárias - Consolidado	Saldo em 31.12.2020	Reconhecido no Resultado	Reconhecido no Patrimônio Líquido	Saldo em 31.12.2021	Reconhecido no Resultado	Reconhecido no Patrimônio Líquido	Saldo em 31.12.2022
PECLD	913.158	217.169	-	1.130.327	380.423	-	1.510.750
Provisões para contingências	220.161	(49.446)	-	170.715	624.790	-	795.505
Benefício Pós-Emprego - (Nota 24)	1.811	-	(1.811)	-	-	72.764	72.764
Prejuízos fiscais	96.103	193.819	-	289.922	157.624	-	447.546
Base negativa de contribuição social	37.624	69.775	-	107.399	56.744	-	164.143
Provisão para PLR	13.253	3.325	-	16.578	(10.002)	-	6.576
Outros	19.743	(2.880)	-	16.863	177.210	-	194.073
Instrumentos financeiros derivativos swaps	-	1.352	-	1.352	148.489	-	149.841
Provisão para não recuperabilidade de diferido	-	-	-	-	(1.562.519)	(71.857)	(1.634.376)
<b>TOTAL DO IR E CSLL DIFERIDOS – ATIVO</b>	<b>1.301.853</b>	<b>433.114</b>	<b>(1.811)</b>	<b>1.733.156</b>	<b>(27.241)</b>	<b>907</b>	<b>1.706.822</b>
Instrumentos financeiros derivativos	(379.611)	314.872	-	(64.739)	60.111	-	(4.628)
Remuneração do ativo financeiro da concessão	(576.247)	(195.239)	-	(771.486)	(13.044)	-	(784.530)
Custo atribuído Light Energia	(156.813)	7.895	-	(148.918)	7.640	624	(140.654)
Repactuação do GSF na Light Energia	(147.502)	19.940	-	(127.562)	19.943	-	(107.619)
<b>TOTAL DO IR E CSLL DIFERIDOS - PASSIVO</b>	<b>(1.260.173)</b>	<b>147.468</b>	<b>-</b>	<b>(1.112.705)</b>	<b>74.650</b>	<b>624</b>	<b>(1.037.431)</b>

Segue abaixo o estudo técnico de viabilidade de realização fiscal conforme cronograma anual de realização a seguir:

2023	2024	2025	2026	Total
113.959	129.875	171.060	1.291.928	1.706.822



## 10.1 Conciliação dos tributos no resultado

Conciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para imposto de renda e contribuição social:

Conciliação dos tributos no resultado	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	(5.651.661)	399.812	(5.357.738)	(186.889)
Alíquota nominal de IRPJ e CSLL	34%	34%	34%	34%
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL ÀS ALIQUOTAS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE</b>	<b>1.921.565</b>	<b>(135.936)</b>	<b>1.821.631</b>	<b>63.542</b>
Equivalência patrimonial	(1.916.736)	137.009	(5.772)	(16.192)
Créditos fiscais diferidos não reconhecidos	8.819	812	8.819	812
Incentivos fiscais <sup>(a)</sup>	11	2	3.390	2.960
Não incidência do IRPJ/CSLL sobre atualização pela selic dos débitos tributários	-	-	47.612	508.304
Outros efeitos de IRPJ e CSLL sobre as adições e exclusões permanentes	(34.201)	(3.754)	(627.626)	25.408
Provisão para não recuperabilidade de diferido	-	-	(1.562.519)	-
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO</b>	<b>(20.542)</b>	<b>(1.867)</b>	<b>(314.465)</b>	<b>584.834</b>
IRPJ e CSLL corrente no resultado	(20.542)	(1.867)	(361.874)	4.252
IRPJ e CSLL diferido no resultado	-	-	47.409	580.582
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	-0,4%	0,5%	-5,9%	312,9%

<sup>(a)</sup> Refere-se a Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313/91) e Programa de Alimentação ao Trabalhados (PAT – Lei 6.321/76), que ambos isoladamente possibilitam a aplicação de até 4% do imposto de renda devido.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui saldo de crédito sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social acumulados não reconhecidos, no montante de R\$141.885 (R\$167.823 em 31 de dezembro de 2021), tendo em vista as incertezas na sua realização.

## 11. OUTROS CRÉDITOS

Outros Créditos - Consolidado	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Contribuição iluminação pública	219.090	-	219.090	182.671	-	182.671
Dispêndios a reembolsar	27.914	-	27.914	31.905	-	31.905
Desativações e alienações em curso	22.616	-	22.616	26.874	-	26.874
Subvenção por redução de consumo	-	-	-	169.215	-	169.215
Subvenções governamentais <sup>(a)</sup>	68.974	-	68.974	61.464	-	61.464
Restituição de valores cobrados - Acordo Furnas	49.337	-	49.337	120.000	-	120.000
Outros	13.696	160	13.856	20.812	1.121	21.933
<b>TOTAL</b>	<b>401.627</b>	<b>160</b>	<b>401.787</b>	<b>612.941</b>	<b>1.121</b>	<b>614.062</b>

<sup>(a)</sup> Inclui subvenção de baixa renda e subvenção CDE.

### Restituição de valores cobrados pelo fornecimento de energia elétrica – Acordo com Furnas Centrais Elétricas S.A. (“Furnas”)

Em 22 de dezembro de 2020, a controlada Light SESA celebrou acordo para encerrar a demanda judicial indenizatória contra Furnas que discutia a restituição de valores cobrados pelo fornecimento de energia elétrica no ano de 1986.

No acordo firmado, a controlada Light SESA aceitou receber R\$496.000 da seguinte forma: (i) R\$336.000, em parcela única, recebida em 28 de dezembro de 2020; (ii) R\$40.000, em parcela única, com vencimento em 05 de dezembro de 2021; e (iii) R\$120.000 a ser recebido durante o exercício



de 2022, sendo o montante de R\$70.663, concluído como dação em pagamento de ativos homologados na revisão tarifária ocorrida em 14 de março de 2022.

## 12. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DO SETOR

Componentes financeiros	31.12.2022			31.12.2021		
	Saldo em amortização	Saldo em constituição	Total	Saldo em amortização	Saldo em constituição	Total
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	23.042	95.430	118.472	14.963	5.697	20.660
Custo de aquisição de energia	206.037	(319.661)	(113.624)	(62.283)	937.998	875.715
Encargo do Serviço do Sistema – ESS/EER	135.992	387.100	523.092	9.509	861.318	870.827
PROINFA	5.359	-	5.359	925	-	925
Transporte de energia elétrica - Itaipu	503	15.807	16.310	4.521	2.781	7.302
Transporte de energia pela rede básica	8.213	124.846	133.059	99.155	34.367	133.522
<b>Itens da Parcela A</b>	<b>379.146</b>	<b>303.522</b>	<b>682.668</b>	<b>66.790</b>	<b>1.842.161</b>	<b>1.908.951</b>
Valores a serem restituídos a consumidores - Crédito de PIS/COFINS	(949.525)	-	(949.525)	(73.763)	-	(73.763)
Sobrecontratação de energia e exposição involuntária	(62.529)	460.439	397.910	(48.629)	(108.495)	(157.124)
Neutralidade da Parcela A	(4.104)	51.900	47.796	(43.512)	(58.981)	(102.493)
Devoluções tarifárias <sup>(a)</sup>	(186.652)	856.358	669.706	(5.335)	(32.166)	(37.501)
Outros itens financeiros <sup>(b)</sup>	(87.874)	(1.472.817)	(1.560.691)	(171.904)	(162.247)	(334.151)
<b>Itens financeiros</b>	<b>(1.290.684)</b>	<b>(104.120)</b>	<b>(1.394.804)</b>	<b>(343.143)</b>	<b>(361.889)</b>	<b>(705.032)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>(911.538)</b>	<b>199.402</b>	<b>(712.136)</b>	<b>(276.353)</b>	<b>1.480.272</b>	<b>1.203.919</b>
Ativo circulante			157.860			1.171.882
Ativo não circulante			41.542			308.390
Passivo circulante			(911.538)			(276.353)

<sup>(a)</sup> Em 31 de dezembro de 2022, o item de devoluções tarifárias em amortização é composto basicamente pela devolução do financeiro referente a escassez hídrica no montante de R\$146.600 e pela redução do bônus redução de consumo no montante de R\$33.374. O item de devoluções tarifárias em constituição é composto basicamente pelo conta de escassez hídrica no montante de R\$763.671 e do bônus de importação no montante de R\$128.169 que serão recebidos no próximo reajuste de tarifário de março de 2023.

<sup>(b)</sup> Em 31 de dezembro de 2022, a linha de outros itens financeiros em constituição é composta basicamente pela bandeira tarifária no montante de R\$1.006.761 (R\$1.136.729 em 31 de dezembro de 2021)

Segue abaixo a movimentação dos saldos de ativos e passivos financeiros do setor nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

<b>SALDO EM 31.12.2020</b>	<b>73.719</b>
Constituição <sup>(a)</sup>	1.211.646
Amortização <sup>(a)</sup>	289.593
Recebimento de recursos de CCRBT <sup>(a)</sup>	(50.312)
Valores a serem restituídos a consumidores - Crédito de PIS/COFINS <sup>(b)</sup>	(374.196)
Atualização Selic (Nota 33)	53.469
<b>SALDO EM 31.12.2021</b>	<b>1.203.919</b>
Constituição <sup>(a)</sup>	(359.418)
Amortização <sup>(a)</sup>	818.814
Recebimento de recursos de CCRBT <sup>(a) (d)</sup>	(482.372)
Recebimento referente a importação no período de Jul/Ago de 2021 <sup>(c)</sup>	(45.011)
Valores a serem restituídos a consumidores - Crédito de PIS/COFINS <sup>(b)</sup>	(1.846.656)
Atualização Selic (Nota 32)	(1.412)
<b>SALDO EM 31.12.2022</b>	<b>(712.136)</b>

<sup>(a)</sup> Saldos reconhecidos no resultado em receita líquida, na rubrica “ativos e passivos financeiros do setor” (vide Nota 31), que incluíram os recursos da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT).

<sup>(b)</sup> Valor reclassificado da rubrica valores a serem restituídos a consumidores.

<sup>(c)</sup> Saldo referente ao custo com importação de energia elétrica nos meses de julho e agosto de 2021. A autorização de importação de energia foi uma das medidas de enfrentamento da situação de escassez hídrica.



<sup>(d)</sup>Inclui o montante de R\$317.600, aportados pela Eletrobrás em 27 de julho de 2022, referente ao repasse dos recursos da CDE nos termos do inciso I do art. 4º, da Lei nº 14.182/2022. Conforme regulamentação da ANEEL, o montante será repassado para modicidade tarifária no processo tarifário subsequente.

### 12.1 Reajustes tarifários

Em 14 de março de 2022, foi aprovado pela ANEEL o processo de reajuste das tarifas da controlada Light SESA. O resultado, homologado através da Resolução Homologatória nº 3.014/2022, representa um reajuste tarifário médio para o consumidor de 14,68%, e engloba todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural e outras). O índice de reajuste é constituído de dois componentes: (i) estrutural, que passa a integrar a tarifa, de 13,32%, compreendido pelos custos não gerenciáveis (Parcela A) e gerenciáveis (Parcela B); e (ii) componente financeiro negativo que somam 1,34%, aplicado exclusivamente aos próximos 12 meses, onde foi considerado a devolução dos valores oriundos de créditos tributários referentes ao trânsito em julgado da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS no montante de R\$1.050.000. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 15 de março de 2022.

Em 13 de dezembro de 2022, foi aprovado pela ANEEL a Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) da controlada Light SESA, para aplicar os efeitos da lei nº 14.385 de 27 de junho de 2022, que determinou a devolução dos créditos de PIS/COFINS nas tarifas. Foi considerado a devolução dos valores oriundos de créditos tributários referentes ao trânsito em julgado da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS no montante de R\$796.656. Com a aplicação da lei, a devolução dos tributos em Revisão Tarifária Extraordinária resulta em um efeito médio na tarifa de -5,89%. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 15 de dezembro de 2022.

### 13. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Ativo indenizável ao final da concessão - Consolidado	Ativo financeiro bruto	Obrigações especiais	Ativo financeiro líquido
<b>SALDO EM 31.12.2020</b>	<b>6.441.567</b>	<b>(1.244.254)</b>	<b>5.197.313</b>
Adições <sup>(a)</sup>	1.131.895	(30.640)	1.101.255
Valor justo - atualização VNR (Nota 31)	701.008	(126.777)	574.231
Baixas	(50.811)	-	(50.811)
<b>SALDO EM 31.12.2021</b>	<b>8.223.659</b>	<b>(1.401.671)</b>	<b>6.821.988</b>
Adições <sup>(a)</sup>	890.028	(21.354)	868.674
Valor justo - atualização VNR (Nota 31)	(13.945)	52.310	38.365
Transferência para intangível <sup>(b)</sup>	-	12.900	12.900
Baixas	(44.633)	-	(44.633)
<b>SALDO EM 31.12.2022</b>	<b>9.055.109</b>	<b>(1.357.815)</b>	<b>7.697.294</b>

<sup>(a)</sup> Transferência proveniente da bifurcação dos ativos quando da entrada em serviço (vide Nota 17).

<sup>(b)</sup> Transferência para o Intangível proveniente da alteração das taxas de depreciação de obrigações especiais que consequentemente reduziram sua vida útil. A alteração das taxas ocorreu por conta da Revisão Tarifária Periódica de 14 de março de 2022.

#### 13.1 Revisão Tarifária Periódica (“RTP”) da controlada Light SESA

Em 14 de março de 2022, foi aprovado pela ANEEL o processo de Revisão Tarifária Periódica (“RTP”), como resultado da 5ª RTP, os itens associados ao serviço de distribuição de energia elétrica que compõem as tarifas da controlada Light SESA (destinados a cobrir custos operacionais eficientes, remuneração e depreciação dos investimentos, anuidades dos ativos não elétricos e receitas irre recuperáveis, descontados das outras receitas) homologados pela ANEEL somam R\$8.275 milhões. Esses mesmos itens, que compuseram a Parcela B repassada no último Reajuste Tarifário da



controlada Light SESA, ocorrido em 15 de março de 2017, somavam R\$2.911 na referida data. No caso do repasse das perdas de energia, valor regulatório considerado neste processo é de 40,93% sobre o mercado de baixa tensão faturado, reduzindo ao longo do ciclo tarifário para a meta de 37,40%, em 2026. Além do recálculo dos itens associados ao serviço de distribuição e da redefinição dos percentuais de perdas regulatórias, as novas tarifas da controlada Light SESA refletem também uma atualização dos itens da Parcela A (associados à compra de energia, aos encargos setoriais e aos custos de transmissão), bem como dos componentes financeiros.

Em 31 de março de 2022, a controlada Light SESA registrou como estimativa do Valor Justo do Ativo Indenizável da Concessão (VNR) a perda referente à diferença entre o valor novo de reposição homologado pela Aneel e o saldo atualizado do ativo financeiro da concessão, no montante de R\$186.146, em contrapartida a receita operacional. Em 30 de junho de 2022, a Companhia reconheceu o montante adicional de R\$13.213 como perda efetiva referente à diferença entre o valor novo de reposição homologado pela Aneel e o saldo atualizado do ativo financeiro da concessão.

#### 14. ATIVO DE CONTRATO

Ativos de infraestrutura em construção	Direito de uso da concessão	Obrigações especiais - direito de uso da concessão	Total
<b>SALDO EM 31.12.2020</b>	<b>1.045.400</b>	<b>(62.032)</b>	<b>983.368</b>
Adições	969.028	(18.944)	950.084
Transferências para intangível (Nota 17)	(1.412.878)	37.680	(1.375.198)
<b>SALDO EM 31.12.2021</b>	<b>601.550</b>	<b>(43.296)</b>	<b>558.254</b>
Adições	1.150.682	(71.969)	1.078.713
Baixas	(8.087)	-	(8.087)
Transferências para intangível (Nota 17)	(989.182)	25.062	(964.120)
<b>SALDO EM 31.12.2022</b>	<b>754.963</b>	<b>(90.203)</b>	<b>664.760</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi incorporado a rubrica de ativo de contrato, a título de capitalização de juros, o montante de R\$10.104 (R\$17.656 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021), cuja taxa média de capitalização foi de 7,2% ao ano.



**15. INVESTIMENTOS**

Investimentos	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
<b>Avaliados por equivalência patrimonial</b>				
Light SESA	1.197.068	7.166.827	-	-
Light Energia	495.048	480.832	-	-
Lightcom	159.314	179.130	-	-
Light Soluções	1.533	1.546	-	-
Light Conecta	19.929	39.848	-	-
UHE Itaocara <sup>(d)</sup>	-	-	-	(21.614)
Axxiom <sup>(a)</sup>	-	4.451	-	4.451
Amazônia Energia <sup>(a) (c)</sup>	-	319.187	-	319.187
Instituto Light	7	7	-	-
<b>SUBTOTAL</b>	<b>1.872.899</b>	<b>8.191.828</b>	<b>-</b>	<b>302.024</b>
Outros investimentos permanentes <sup>(b)</sup>	-	-	43.620	34.123
Total de participações societárias a descoberto	-	-	-	21.614
<b>TOTAL</b>	<b>1.872.899</b>	<b>8.191.828</b>	<b>43.620</b>	<b>357.761</b>

<sup>(a)</sup> Refere-se ao investimento apurado a partir do patrimônio líquido para fins de equivalência patrimonial.

<sup>(b)</sup> Inclui investimentos em participações societárias avaliadas pelo valor de mercado, detidos pela controlada Light SESA.

<sup>(c)</sup> Em dezembro de 2022, o a participação na Amazônia Energia foi classificada como ativo mantido para venda, conforme Nota 5.

<sup>(d)</sup> Em dezembro de 2022, a Companhia realizou a provisão para perda de 100% desse investimento.

**15.1 Informações sobre investimentos**

Investimentos 31.12.2022	%	Total do ativo	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Dividendos a receber	Dividendos recebidos
Light SESA	100,0%	20.256.990	5.544.284	1.197.068	(5.816.334)	-	(57.861)
Light Energia	100,0%	2.692.470	77.422	495.048	146.311	(36.578)	(533.888)
Lightcom	100,0%	271.104	120.000	159.314	87.071	-	(125.024)
Light Soluções	100,0%	2.163	3.850	1.533	(13)	(498)	-
Light Conecta	100,0%	20.451	176.897	19.929	(33.919)	-	-
UHE Itaocara	51,0%	15.404	105.423	-	(6.498)	-	-
Axxiom	51,0%	16.001	37.044	(2.053)	2.033	-	-
Amazônia Energia	25,5%	1.190.700	337.376	1.188.630	(63.325)	-	-
Instituto Light	100,0%	7	350	7	-	-	-

Investimentos em 31.12.2021	%	Total do ativo	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Dividendos a receber	Dividendos recebidos
Light SESA	100,0%	24.459.188	5.486.365	7.166.827	243.628	(57.862)	(65.276)
Light Energia	100,0%	3.066.536	77.422	480.832	102.962	(441.341)	(105.454)
Lightcom	100,0%	309.383	120.000	179.130	102.822	(18.137)	-
Light Soluções	100,0%	2.166	3.850	1.546	(57)	(498)	-
Lightger	51,0%	-	-	-	-	-	(12.473)
Light Conecta	100,0%	64.872	162.897	39.848	(32.672)	-	-
UHE Itaocara	51,0%	15.910	156.259	(42.380)	(66.495)	-	-
Axxiom	51,0%	31.667	68.065	8.728	(4.925)	-	-
Amazônia Energia	25,5%	1.253.900	1.322.698	1.251.711	(43.934)	-	-
Instituto Light	100,0%	7	350	8	(1)	-	-



## 15.2 Movimentação dos investimentos

Investimentos - Controladora	31.12.2021	Aumento de capital <sup>(a)</sup>	Dividendos	Baixa de custo atribuído	Resultados abrangentes	Provisão para perda	Transferência para ativos mantidos para venda	Equivalência patrimonial		31.12.2022
								Outros	Resultado	
Light SESA	7.166.827	57.919	-	-	(211.344)	-	-	-	(5.816.334)	1.197.068
Light Energia	480.832	-	(129.124)	(1.212)	(1.760)	-	-	1	146.311	495.048
Lightcom	179.130	-	(106.887)	-	-	-	-	-	87.071	159.314
Light Soluções	1.546	-	-	-	-	-	-	-	(13)	1.533
Light Conecta	39.848	14.000	-	-	-	-	-	-	(33.919)	19.929
Axxiom	4.451	-	-	-	-	-	-	(3.903)	(548)	-
Amazônia Energia	319.187	37	-	-	-	(94.453)	(208.648)	25	(16.148)	-
Instituto Light	7	-	-	-	-	-	-	-	-	7
<b>TOTAL</b>	<b>8.191.828</b>	<b>71.956</b>	<b>(236.011)</b>	<b>(1.212)</b>	<b>(213.104)</b>	<b>(94.453)</b>	<b>(208.648)</b>	<b>(3.877)</b>	<b>(5.633.580)</b>	<b>1.872.899</b>

<sup>(a)</sup> Em 30 de setembro de 2022, a Companhia aportou o montante de R\$57.919 na controlada Light SESA por meio da subscrição e integralização de 5.163.858.585 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal.

Investimentos - Controladora	31.12.2020	Aumento de capital <sup>(a)</sup>	Dividendos	Resultado Abrangente	Equivalência patrimonial		31.12.2021
					Outros	Resultado	
Light SESA	5.637.546	1.340.000	(57.862)	3.516	(1)	243.628	7.166.827
Light Energia	735.608	-	(357.737)	-	(1)	102.962	480.832
Lightcom	94.445	-	(18.137)	-	-	102.822	179.130
Light Soluções	1.253	350	-	-	-	(57)	1.546
Light Conecta	49.020	23.500	-	-	-	(32.672)	39.848
Axxiom	4.617	2.346	-	-	-	(2.512)	4.451
Amazônia Energia	330.364	26	-	-	(1)	(11.202)	319.187
Instituto Light	8	-	-	-	-	(1)	7
<b>TOTAL</b>	<b>6.852.861</b>	<b>1.366.222</b>	<b>(433.736)</b>	<b>3.516</b>	<b>(3)</b>	<b>402.968</b>	<b>8.191.828</b>

<sup>(a)</sup> Em 25 de janeiro de 2021, a Companhia aportou o montante de R\$1.340.000 na controlada Light SESA por meio da subscrição e integralização de 96.297.089.456 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal.

Investimentos - Consolidado	31.12.2021	Aumento de capital	Provisão para perda	Transferência para ativos mantidos para venda	Equivalência patrimonial		31.12.2022
					Outros	Resultado	
Axxiom	4.451	-	-	-	(3.903)	(548)	-
Amazônia Energia	319.187	37	(94.453)	(208.648)	25	(16.148)	-
Light Conecta	-	-	-	-	-	-	-
UHE Itaocara	(21.614)	25.731	(7.715)	-	6.912	(3.314)	-
<b>TOTAL</b>	<b>302.024</b>	<b>25.768</b>	<b>(102.168)</b>	<b>(208.648)</b>	<b>3.034</b>	<b>(20.010)</b>	<b>-</b>

Investimentos - Consolidado	31.12.2020	Aumento de capital	Equivalência patrimonial		31.12.2021
			Outros	Resultado	
Axxiom	4.617	2.346	-	(2.512)	4.451
Amazônia Energia	330.364	26	(1)	(11.202)	319.187
Light Conecta	-	-	-	-	-
UHE Itaocara	(30.823)	43.120	1	(33.912)	(21.614)
<b>TOTAL</b>	<b>304.158</b>	<b>45.492</b>	<b>-</b>	<b>(47.626)</b>	<b>302.024</b>

## 15.1 Acordo para venda de participações das controladas em conjunto Lightger S.A e Guanhães Energia S.A

Em 09 de dezembro de 2021, a Light S.A, em conjunto com sua controlada Light Energia, celebrou contrato de compra e venda com Brasal Energia S.A. ("Brasal"), para alienação a de participações societárias nas sociedades Lightger S.A e Guanhães Energia S.A ("Operação"). Para maiores informações, consultar a divulgação da Nota 5.





## 15.2 Amazônia Energia

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia passou a tratar a controlada Amazônia Energia como um ativo mantido para venda, conforme divulgado na Nota 5.

## 16. IMOBILIZADO

Imobilizado - Consolidado	31.12.2022				31.12.2021
	Taxa média anual (%)	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Geração	3,45	3.161.789	(2.032.299)	1.129.490	995.346
Transmissão	4,02	58.346	(40.274)	18.072	19.077
Distribuição	4,69	23.356	(20.667)	2.689	547
Administração	7,96	586.759	(378.044)	208.715	196.341
Comercialização	7,96	10.247	(9.211)	1.036	1.240
		<b>3.840.497</b>	<b>(2.480.495)</b>	<b>1.360.002</b>	<b>1.212.551</b>
Obrigações especiais		(7.207)	841	(6.366)	(6.612)
<b>EM SERVIÇO</b>		<b>3.833.290</b>	<b>(2.479.654)</b>	<b>1.353.636</b>	<b>1.205.939</b>
Geração		531.342	-	531.342	487.144
Administração		118.659	-	118.659	116.798
<b>EM CURSO</b>		<b>650.001</b>	<b>-</b>	<b>650.001</b>	<b>603.942</b>
<b>TOTAL</b>		<b>4.483.291</b>	<b>(2.479.654)</b>	<b>2.003.637</b>	<b>1.809.881</b>

Segue abaixo a mutação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Imobilizado - Consolidado	Em serviço				Em curso			Total do Imobilizado
	Custo	Depreciação acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
<b>Saldo em 31.12.2020</b>	<b>3.542.524</b>	<b>(2.325.742)</b>	<b>(4.922)</b>	<b>1.211.860</b>	<b>443.355</b>	-	<b>443.355</b>	<b>1.655.215</b>
Adições	-	-	-	-	261.077	(1.865)	259.212	259.212
Baixas	(10.957)	4.379	-	(6.578)	(3.900)	-	(3.900)	(10.478)
Depreciação	-	(82.693)	175	(82.518)	-	-	-	(82.518)
Transferências entre curso e serviço	79.729	-	(1.865)	77.864	(79.729)	1.865	(77.864)	-
Transferências do / (para o) intangível	5.311	-	-	5.311	(16.861)	-	(16.861)	(11.550)
<b>Saldo em 31.12.2021</b>	<b>3.616.607</b>	<b>(2.404.056)</b>	<b>(6.612)</b>	<b>1.205.939</b>	<b>603.942</b>	-	<b>603.942</b>	<b>1.809.881</b>
Adições	-	-	-	-	344.324	-	344.324	344.324
Baixas	(11.919)	8.044	-	(3.875)	(33.770)	-	(33.770)	(37.645)
Depreciação	-	(84.483)	246	(84.237)	-	-	-	(84.237)
Transferências entre curso e serviço	233.443	-	-	233.443	(233.443)	-	(233.443)	-
Transferências do / (para o) intangível	2.366	-	-	2.366	(31.052)	-	(31.052)	(28.686)
<b>Saldo em 31.12.2022</b>	<b>3.840.497</b>	<b>(2.480.495)</b>	<b>(6.366)</b>	<b>1.353.636</b>	<b>650.001</b>	-	<b>650.001</b>	<b>2.003.637</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi incorporado ao ativo imobilizado, a título de capitalização de juros, o montante de R\$18.829 (R\$7.809 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021), cuja taxa média de capitalização foi de 7,2% ao ano.



### 16.1 Taxas anuais de depreciação:

As principais taxas anuais de depreciação, com base na estimativa da vida útil dos bens, são as seguintes:

GERAÇÃO	%	COMERCIALIZAÇÃO	%	ADMINISTRAÇÃO	%	TRANSMISSÃO	%
Barramento	2,50	Edificações	3,33	Edificações	3,33	Condutor do sistema	2,70
Disjuntor	3,03	Equipamento geral	6,25	Equipamento geral	6,25	Equipamento geral	6,25
Edificações	2,00	Veículos	14,29	Veículos	14,29	Estrutura do sistema	3,13
Equipamentos da tomada d'água	3,70					Religadores	4,00
Estrutura da tomada d'água	2,86						
Gerador	3,33						
Grupo motor – gerador	5,88						
Reserva, barragens e adutoras	2,00						
Sistema de comunicação local	6,67						
Turbina hidráulica	2,50						

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável para os ativos imobilizados em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

Para os ativos imobilizados que não possuem garantia de indenização, os itens são depreciados pelo método linear respeitando a vida útil do bem.

### 17. INTANGÍVEL

Intangível - Consolidado	31.12.2022			31.12.2021
	Custo Histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Direito de uso da concessão	8.814.697	(6.755.652)	2.059.045	2.455.780
Extensão da concessão	433.829	(117.304)	316.525	375.182
Outros <sup>(a)</sup>	1.289.729	(1.049.608)	240.121	190.991
	<b>10.538.255</b>	<b>(7.922.564)</b>	<b>2.615.691</b>	<b>3.021.953</b>
Obrigações especiais	(799.083)	472.115	(326.968)	(353.087)
<b>EM SERVIÇO</b>	<b>9.739.172</b>	<b>(7.450.449)</b>	<b>2.288.723</b>	<b>2.668.866</b>
Outros <sup>(a)</sup>	179.146	-	179.146	164.689
<b>EM CURSO</b>	<b>179.146</b>	<b>-</b>	<b>179.146</b>	<b>164.689</b>
<b>TOTAL</b>	<b>9.918.318</b>	<b>(7.450.449)</b>	<b>2.467.869</b>	<b>2.833.555</b>

<sup>(a)</sup> Inclui, basicamente, softwares e licenças



Segue abaixo a mutação do intangível nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Intangível - Consolidado	Em serviço				Em curso			Total do Intangível
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
<b>Saldo em 31.12.2020</b>	<b>9.514.952</b>	<b>(6.811.575)</b>	<b>(397.041)</b>	<b>2.306.336</b>	<b>592.252</b>	-	<b>592.252</b>	<b>2.898.588</b>
Adições	-	-	-	-	133.796	(12.811)	120.985	120.985
Baixas	(223.204)	331.713	-	108.509	-	-	-	108.509
Amortização	-	(643.825)	63.805	(580.020)	-	-	-	(580.020)
Transferências	555.821	-	(12.811)	543.010	(555.821)	12.811	(543.010)	-
Transferências do (para o) imobilizado	17.088	-	-	17.088	(5.538)	-	(5.538)	11.550
Transferências do ativo de contrato	1.412.878	-	(37.680)	1.375.198	-	-	-	1.375.198
Transferências para o ativo financeiro da concessão <sup>(a)</sup>	(1.131.895)	-	30.640	(1.101.255)	-	-	-	(1.101.255)
<b>Saldo em 31.12.2021</b>	<b>10.145.640</b>	<b>(7.123.687)</b>	<b>(353.087)</b>	<b>2.668.866</b>	<b>164.689</b>	-	<b>164.689</b>	<b>2.833.555</b>
Adições	-	-	-	-	122.373	(26.094)	96.279	96.279
Baixas	(96.774)	79.753	-	(17.021)	(192)	-	(192)	(17.213)
Amortização	-	(695.468)	68.821	(626.647)	-	-	-	(626.647)
Transferências	105.358	-	(26.094)	79.264	(105.358)	26.094	(79.264)	-
Transferências de outros créditos (Acordo Furnas)	253.825	(183.162)	-	70.663	-	-	-	70.663
Transferências do (para o) imobilizado	31.052	-	-	31.052	(2.366)	-	(2.366)	28.686
Transferências do ativo de contrato	989.182	-	(25.062)	964.120	-	-	-	964.120
Transferências para o ativo financeiro da concessão <sup>(a)</sup>	(890.028)	-	21.354	(868.674)	-	-	-	(868.674)
Transferências do ativo financeiro da concessão (Nota 12)	-	-	(12.900)	(12.900)	-	-	-	(12.900)
<b>Saldo em 31.12.2022</b>	<b>10.538.255</b>	<b>(7.922.564)</b>	<b>(326.968)</b>	<b>2.288.723</b>	<b>179.146</b>	-	<b>179.146</b>	<b>2.467.869</b>

<sup>(a)</sup> Transferência para o ativo financeiro da concessão proveniente da bifurcação dos ativos quando da entrada em serviço e transferência do ativo financeiro da concessão referente às obrigações especiais, vide Nota 13.

## 18. FORNECEDORES

Fornecedores – Consolidado	31.12.2022	31.12.2021
Comercialização no mercado de curto prazo	58.159	253.022
Encargos de uso da rede elétrica	137.067	104.660
Energia livre - ressarcimento às geradoras <sup>(a)</sup>	133.936	119.169
Leilões de energia	355.568	563.475
Itaipu binacional	250.285	367.675
UTE Norte Fluminense	293.903	383.722
Materiais e serviços	277.113	362.314
<b>TOTAL</b>	<b>1.506.031</b>	<b>2.154.037</b>

<sup>(a)</sup> A energia livre refere-se a valores a pagar as geradoras de energia elétrica referente às perdas ocorridas no período de racionamento de energia entre junho de 2001 a fevereiro de 2002. A Companhia possui Mandados de Segurança contra os despachos SFF/ANEEL nº 2.517/2010 e SFF/ANEEL nº 1.068/2010, e o montante vem sendo atualizado mensalmente pela Selic.



**19. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR**

Tributos e contribuições a pagar - Consolidado	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a pagar <sup>(a)</sup>	96.064	140.946	237.010	247.855	155.346	403.201
Parcelamento - Lei 11.941/09	22.635	20.497	43.132	23.295	44.259	67.554
PIS e COFINS a pagar	7.500	-	7.500	5.973	-	5.973
INSS	1.133	-	1.133	373	-	373
Outros	15.428	-	15.428	10.940	-	10.940
<b>TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR</b>	<b>142.760</b>	<b>161.443</b>	<b>304.203</b>	<b>288.436</b>	<b>199.605</b>	<b>488.041</b>
IRRF a pagar	926	-	926	796	-	796
Provisão de IRPJ e CSLL	95.154	-	95.154	94.368	-	94.368
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A PAGAR</b>	<b>96.080</b>	<b>-</b>	<b>96.080</b>	<b>95.164</b>	<b>-</b>	<b>95.164</b>
<b>TOTAL</b>	<b>238.840</b>	<b>161.443</b>	<b>400.283</b>	<b>383.600</b>	<b>199.605</b>	<b>583.205</b>

<sup>(a)</sup> O ICMS a pagar, registrado no passivo não circulante, é decorrente de faturas parceladas.

**20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

Financiador - Consolidado	Controlada	Circulante			Não circulante	Total	Total
		Principal	Encargos	Total	Principal	31.12.2022	31.12.2021
TN - Par Bond	Light SESA	-	2.623	2.623	203.070	205.693	219.995
TN - Caução - Par Bond	Light SESA	-	-	-	(191.899)	(191.899)	(207.905)
TN - Discount Bond	Light SESA	-	780	780	141.696	142.476	151.957
TN - Caução - Discount Bond	Light SESA	-	-	-	(134.742)	(134.742)	(144.759)
4131 Citibank 2021	Light SESA	-	56	56	208.708	208.764	223.229
Bonds 2021	Light SESA	-	3.297	3.297	2.087.080	2.090.377	2.235.727
Bonds 2021	Light Energia	-	1.522	1.522	1.043.540	1.045.062	1.117.728
<b>Subtotal - Moeda estrangeira</b>		<b>-</b>	<b>8.278</b>	<b>8.278</b>	<b>3.357.453</b>	<b>3.365.731</b>	<b>3.595.972</b>
Custo de captação		-	-	-	(32.329)	(32.329)	(41.565)
<b>Custos - Moeda estrangeira</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(32.329)</b>	<b>(32.329)</b>	<b>(41.565)</b>
<b>MOEDA ESTRANGEIRA - TOTAL</b>		<b>-</b>	<b>8.278</b>	<b>8.278</b>	<b>3.325.124</b>	<b>3.333.402</b>	<b>3.554.407</b>
FINEP - Inovação e Pesquisa	Light SESA	-	-	-	-	-	9.681
Nota Promissória - 5ª NP	Light SESA	-	-	-	-	-	110.065
FIDC 2018 Série A	Light SESA	227.674	2.141	229.815	121.940	351.755	559.914
FIDC 2018 Série B	Light SESA	103.494	379	103.873	51.747	155.620	244.969
CCB Santander Lajes	Lajes Energia	5.000	58	5.058	3.750	8.808	13.823
BNDES Conecta	Light Conecta	116	-	116	-	116	255
Fianças bancárias diversas	Light SESA	-	70	70	-	70	64
Cotas Subordinadas FIDC	Light SESA	-	-	-	(34.789)	(34.789)	(35.050)
Retenção FIDC	Light SESA	(31.424)	-	(31.424)	-	(31.424)	(30.016)
<b>Subtotal - Moeda nacional</b>		<b>304.860</b>	<b>2.648</b>	<b>307.508</b>	<b>142.648</b>	<b>450.156</b>	<b>873.705</b>
Custo de captação		(6.840)	-	(6.840)	(3.420)	(10.260)	(19.092)
<b>Custos - Moeda nacional</b>		<b>(6.840)</b>	<b>-</b>	<b>(6.840)</b>	<b>(3.420)</b>	<b>(10.260)</b>	<b>(19.092)</b>
<b>MOEDA NACIONAL - TOTAL</b>		<b>298.020</b>	<b>2.648</b>	<b>300.668</b>	<b>139.228</b>	<b>439.896</b>	<b>854.613</b>
<b>TOTAL</b>		<b>298.020</b>	<b>10.926</b>	<b>308.946</b>	<b>3.464.352</b>	<b>3.773.298</b>	<b>4.409.020</b>



Segue quadro abaixo com condições contratuais dos empréstimos e financiamentos existentes em 2022:

Financiador – Consolidado	Controlada	Data de assinatura	Moeda	Taxa de juros a.a. <sup>(a)</sup>	Taxa efetiva <sup>(a)</sup>	Amortização do principal		
						Forma de pagamento	Início	Término
TN - Par Bond	Light SESA	29.04.1996	US\$	USD + 6,00%	6,80%	Única	abr/24	abr/24
TN - Caução - Par Bond	Light SESA	29.04.1996	US\$	US Treasury	-	Única	abr/24	abr/24
TN - Discount Bond	Light SESA	29.04.1996	US\$	Libor 6M + 0,8125%	5,95%	Única	abr/24	abr/24
TN - Caução - Discount Bond	Light SESA	29.04.1996	US\$	US Treasury	-	Única	abr/24	abr/24
4131 Citibank 2021	Light SESA	03.05.2018	US\$	CDI + 1,85%	14,47%	Única	mar/25	mar/25
Bonds 2021	Light SESA	18.06.2021	US\$	143,43% do CDI	17,77%	Única	jun/26	jun/26
Bonds 2021	Light Energia	18.06.2021	US\$	145,45% do CDI	18,02%	Única	jun/26	jun/26
FINEP - Inovação e Pesquisa	Light SESA	16.04.2014	R\$	4,00%	N/A	Mensal	mai/16	mai/22
Nota Promissória - 5ª NP	Light SESA	27.12.2019	R\$	CDI + 1,25%	13,79%	Anual	dez/20	dez/22
FIDC 2018 Série A	Light SESA	04.04.2018	R\$	CDI + 1,20%	13,74%	Mensal	jul/19	jun/24
FIDC 2018 Série B	Light SESA	04.04.2018	R\$	IPCA + 5,75%	11,87%	Mensal	jul/19	jun/24
CCB Santander Lajes	Lajes Energia	30.09.2020	R\$	CDI + 2,40%	15,09%	Mensal	out/20	set/24
BNDES Conecta	Light Conecta	10.10.2018	R\$	3,50%	3,50%	Mensal	out/18	out/23

<sup>(a)</sup> Para as dívidas em moeda estrangeira foram considerados os custos em reais, conforme seus respectivos contratos de *swap*.

As principais operações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram:

- Em 17 de outubro de 2022, foi liquidada a 13ª emissão de debêntures, série única da controlada Light SESA no valor de R\$599.661 mais juros devidos.
- Em 17 de outubro de 2022, foi liquidada a 15ª emissão de debêntures, 2ª série da controlada Light SESA no valor de R\$80.000 mais juros devidos.
- Em 17 de outubro de 2022, foi liquidada a 17ª emissão de debêntures, 1ª série da controlada Light SESA no valor de R\$500.400 mais juros devidos.
- Em 26 de dezembro de 2022, foi liquidada a 5ª nota promissória, 3ª série da controlada Light SESA no valor de R\$100.000 mais juros devidos.

Além das cauções dos contratos em moeda estrangeira celebrado com o Tesouro Nacional (TN), os empréstimos estão garantidos por avais da Light S.A. Ademais, foram cedidos direitos creditórios, presentes e futuros, da controlada Light SESA, sendo disponibilizado anualmente o limite máximo de R\$796.320, para constituição do FIDC.

Em 31 de dezembro de 2022, os empréstimos e financiamentos tem avais, fianças ou garantias corporativas da Light S.A, emitidas em favor de suas controladas ou controladas em conjunto, no montante de R\$3.353.127 (R\$3.524.071 em 31 de dezembro de 2021).



As parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos consolidados, classificadas no passivo não circulante e sem o custo de captação e os custos com *fees de covenants (waivers)*, têm os seguintes vencimentos:

Vencimentos	31.12.20212			31.12.2021		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
2023	-	-	-	330.517	-	330.517
2024	142.648	18.125	160.773	139.504	16.074	155.578
2025	-	208.708	208.708	-	223.220	223.220
2026	-	3.130.620	3.130.620	-	3.348.300	3.348.300
<b>TOTAL</b>	<b>142.648</b>	<b>3.357.453</b>	<b>3.500.101</b>	<b>470.021</b>	<b>3.587.594</b>	<b>4.057.615</b>

A variação percentual das principais moedas estrangeiras e os percentuais dos principais indicadores, base de atualização dos empréstimos, financiamentos e debêntures, teve o seguinte comportamento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Moedas estrangeiras e indicadores	31.12.2022	31.12.2021
<b>Variação do exercício</b>		
USD - Dólar Americano	-6,50%	7,39%
<b>Acumulado do exercício</b>		
IGP-M	5,46%	17,79%
IPCA	5,78%	10,06%
SELIC	12,39%	4,39%
CDI	12,39%	4,39%
TJLP	7,20%	5,32%

Seguem abaixo as movimentações dos empréstimos e financiamentos consolidados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Consolidado	Principal	Encargos	Total
<b>SALDO EM 31.12.2020</b>	<b>4.371.387</b>	<b>39.342</b>	<b>4.410.729</b>
Captações	3.237.820	-	3.237.820
Variação monetária e cambial	373.111	-	373.111
Encargos financeiros provisionados	-	331.650	331.650
Encargos financeiros pagos	-	(350.718)	(350.718)
Amortização do principal	(3.579.675)	-	(3.579.675)
Custo de captação	(45.812)	-	(45.812)
Amortização do custo de captação	30.646	-	30.646
Cotas Subordinadas e Retenção – FIDC	(351)	-	(351)
Encargos capitalizados no ativo de contrato e imobilizado	-	1.620	1.620
<b>SALDO EM 31.12.2021</b>	<b>4.387.126</b>	<b>21.894</b>	<b>4.409.020</b>
Variação monetária e cambial	(220.350)	-	(220.350)
Encargos financeiros provisionados	-	245.880	245.880
Encargos financeiros pagos	-	(256.848)	(256.848)
Amortização do principal	(421.325)	-	(421.325)
Amortização do custo de captação	18.068	-	18.068
Cotas Subordinadas e Retenção – FIDC	(1.147)	-	(1.147)
<b>SALDO EM 31.12.2022</b>	<b>3.762.372</b>	<b>10.926</b>	<b>3.773.298</b>



O montante total do principal está apresentado líquido dos custos com a captação dos empréstimos e custos com *fees* de *covenants* (*waivers*). Estes custos estão detalhados no quadro abaixo:

Movimentação dos custos - Consolidado	Controlada	Saldo a amortizar em 31.12.2020	Custo	Amortização do custo	Saldo a amortizar em 31.12.2021	Amortização do custo	Saldo a amortizar em 31.12.2022
BNDES - Capex	Light SESA	4.045	-	(4.045)	-	-	-
Nota Promissória - 5ª NP	Light SESA	3.985	-	(1.992)	1.993	(1.993)	-
FIDC 2018	Light SESA	23.939	-	(6.840)	17.099	(6.839)	10.260
Bonds 2018	Light SESA	8.989	-	(8.989)	-	-	-
Bonds 2021	Light SESA	-	30.565	(2.835)	27.730	(6.162)	21.568
Bonds 2018	Light Energia	4.533	-	(4.533)	-	-	-
Bonds 2021	Light Energia	-	15.247	(1.412)	13.835	(3.074)	10.761
<b>TOTAL</b>		<b>45.491</b>	<b>45.812</b>	<b>(30.646)</b>	<b>60.657</b>	<b>(18.068)</b>	<b>42.589</b>

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez relacionados a empréstimos e financiamentos é divulgada na Nota 34.

### Covenants

A Companhia possui cláusulas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas em determinados contratos de empréstimos e financiamentos, inclusive vencimento cruzado. O vencimento antecipado só ocorre quando do não atendimento a pelo menos um dos *covenants* financeiros em dois trimestres consecutivos ou quatro trimestres intercalados ou quando do não cumprimento de determinados *covenants* não financeiros. Os empréstimos com o Citibank, Santander, BNDES e a 5ª Nota Promissória preveem a manutenção de indicadores de dívida líquida/EBITDA e cobertura de juros (*covenants*). Já os *Bonds* possuem cláusulas restritivas por incorrência de dívida (*covenants*). Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia atendeu aos *covenants* requeridos contratualmente.



**21. DEBÊNTURES**

Emissão - Consolidado	Controlada	Circulante			Não circulante		Total	Total
		Principal	Encargos	Total	Principal	Total	31.12.2022	31.12.2021
8ª Emissão	Light SESA	39.198	1.659	40.857	117.500	117.500	158.357	197.288
9ª Emissão Série B	Light SESA	116.355	854	117.209	-	-	117.209	222.044
13ª Emissão	Light SESA	-	-	-	-	-	-	583.657
15ª Emissão Série 1	Light SESA	-	9.572	9.572	684.261	684.261	693.833	657.240
15ª Emissão Série 2	Light SESA	-	-	-	-	-	-	81.653
16ª Emissão Série 1	Light SESA	-	-	-	-	-	-	134.875
16ª Emissão Série 2	Light SESA	211.475	12.431	223.906	211.475	211.475	435.381	430.845
16ª Emissão Série 3	Light SESA	-	1.850	1.850	62.500	62.500	64.350	63.680
17ª Emissão Série 1	Light SESA	-	-	-	-	-	-	510.003
17ª Emissão Série 2	Light SESA	25.000	1.522	26.522	25.000	25.000	51.522	50.986
17ª Emissão Série 4	Light SESA	-	1.949	1.949	183.659	183.659	185.608	175.809
19ª Emissão	Light SESA	-	15.891	15.891	604.390	604.390	620.281	587.544
20ª Emissão	Light SESA	-	13.647	13.647	722.843	722.843	736.490	697.464
21ª Emissão	Light SESA	119.988	26.284	146.272	240.012	240.012	386.284	374.897
22ª Emissão	Light SESA	-	9.914	9.914	1.029.392	1.029.392	1.039.306	984.415
23ª Emissão Série 1	Light SESA	-	7.965	7.965	263.500	263.500	271.465	267.147
23ª Emissão Série 2	Light SESA	-	8.284	8.284	268.500	268.500	276.784	272.331
24ª Emissão	Light SESA	-	40.111	40.111	1.300.000	1.300.000	1.340.111	-
25ª Emissão CRI	Light SESA	-	222	222	50.308	50.308	50.530	-
3ª Emissão	Light Energia	2.502	106	2.608	7.500	7.500	10.108	12.593
7ª Emissão	Light Energia	-	12.213	12.213	554.109	554.109	566.322	534.502
<b>Subtotal - Debêntures</b>		<b>514.518</b>	<b>164.474</b>	<b>678.992</b>	<b>6.324.949</b>	<b>6.324.949</b>	<b>7.003.941</b>	<b>6.838.973</b>
Custo de captação		(25.649)	-	(25.649)	(61.020)	(61.020)	(86.669)	(100.441)
Custo <i>fee</i> de covenants		(811)	-	(811)	(1.069)	(1.069)	(1.880)	(3.226)
<b>Custos - Debêntures</b>		<b>(26.460)</b>	<b>-</b>	<b>(26.460)</b>	<b>(62.089)</b>	<b>(62.089)</b>	<b>(88.549)</b>	<b>(103.667)</b>
<b>TOTAL</b>		<b>488.058</b>	<b>164.474</b>	<b>652.532</b>	<b>6.262.860</b>	<b>6.262.860</b>	<b>6.915.392</b>	<b>6.735.306</b>





Segue abaixo quadro com as condições contratuais das debêntures consolidadas existentes em 2022:

Emissão - Consolidado	Controlada	Data de assinatura	Moeda	Taxa de juros a.a. <sup>(a)</sup>	Taxa efetiva <sup>(a)</sup>	Amortização do principal		
						Forma de pagamento	Início	Término
8ª Emissão	Light SESA	24.08.2012	R\$	CDI + 1,18%	13,72%	Anual	jun/15	jun/26
9ª Emissão Série B	Light SESA	15.06.2013	R\$	IPCA + 5,74%	11,86%	Anual	mai/20	mai/23
13ª Emissão	Light SESA	01.11.2017	R\$	IPCA + 7,44%	N/A	Única	out/22	out/22
15ª Emissão Série 1	Light SESA	12.09.2018	R\$	IPCA + 6,83%	13,01%	Anual	out/24	out/25
15ª Emissão Série 2	Light SESA	12.09.2018	R\$	CDI + 2,20%	N/A	Anual	out/21	out/22
16ª Emissão Série 1	Light SESA	26.04.2019	R\$	CDI + 0,90%	N/A	Única	abr/22	abr/22
16ª Emissão Série 2	Light SESA	26.04.2019	R\$	CDI + 1,25%	13,79%	Anual	abr/23	abr/24
16ª Emissão Série 3	Light SESA	26.04.2019	R\$	CDI + 1,35%	13,91%	Única	abr/25	abr/25
17ª Emissão Série 1	Light SESA	11.10.2019	R\$	CDI + 1,50%	N/A	Única	out/22	out/22
17ª Emissão Série 2	Light SESA	11.10.2019	R\$	CDI + 1,75%	14,36%	Anual	out/23	out/24
17ª Emissão Série 4	Light SESA	11.10.2019	R\$	IPCA + 5,25%	11,34%	Anual	out/25	out/26
19ª Emissão	Light SESA	15.07.2020	R\$	IPCA + 5,8%	11,92%	Única	jul/25	jul/25
20ª Emissão	Light SESA	14.08.2020	R\$	IPCA + 5,0867%	11,17%	Única	ago/25	ago/25
21ª Emissão	Light SESA	09.02.2021	R\$	CDI + 2,60%	15,31%	Anual	jan/23	jan/25
22ª Emissão	Light SESA	05.04.2021	R\$	IPCA + 4,7543%	10,81%	Anual	abr/29	abr/31
23ª Emissão Série 1	Light SESA	15.10.2021	R\$	CDI + 1,65%	14,24%	Anual	out/24	out/26
23ª Emissão Série 2	Light SESA	15.10.2021	R\$	CDI + 1,95%	14,58%	Anual	out/27	out/28
24ª Emissão	Light SESA	25.03.2022	R\$	CDI + 1,95%	14,58%	Única	abr/24	abr/24
25ª Emissão CRI	Light SESA	30.11.2022	R\$	IPCA + 7,1773% a.a.	13,38%	Anual	nov/28	nov/29
3ª Emissão	Light Energia	24.08.2012	R\$	CDI + 1,18%	13,72%	Anual	jun/15	jun/26
7ª Emissão	Light Energia	05.08.2021	R\$	CDI + 1,20%	13,74%	Anual	jul/25	jul/28

<sup>(a)</sup> Para a 7ª emissão de debêntures, da controlada Light Energia, foi considerado o custo em reais, conforme seus respectivos contratos de swap.

As principais operações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram:

Em 26 de abril de 2022, foi realizada a 24ª emissão de debêntures da controlada Light SESA em série única no montante de R\$1.300.000, com vencimento em dois anos, amortização em parcela única e remuneração de CDI + 1,95% a.a. Os recursos decorrentes das debêntures foram utilizados para reforço de capital de giro e pagamento das dívidas vincendas.

Em 08 de dezembro de 2022, foi liquidada a emissão de certificados de recebíveis imobiliários da Virgo Securitizadora S.A. ("CRI"), lastreada em recebíveis decorrentes da 25ª emissão de debêntures privadas da controlada Light SESA, no montante de R\$50.000, com vencimento em sete anos, amortização nos últimos dois anos e remuneração de IPCA + 7,1773% a.a. Os recursos decorrentes das debêntures serão utilizados para reembolso de gastos de natureza imobiliária e custos já incorridos e a incorrer de contratos de aluguéis, conforme definido em escritura.

Em 31 de dezembro de 2022, a totalidade das debêntures emitidas pelas controladas da Companhia têm avais, fianças ou garantias corporativas da Light S.A.



As parcelas relativas ao principal das debêntures consolidados, classificadas no passivo não circulante e sem o custo de emissão e os custos com *fees de covenants (waivers)*, têm os seguintes vencimentos:

Vencimentos - Consolidado	31.12.2022
2024	2.128.077
2025	2.211.728
2026	359.890
2027	272.777
2028	297.931
Após 2028	1.054.546
<b>TOTAL</b>	<b>6.324.949</b>

Seguem abaixo as movimentações das debêntures consolidadas ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Consolidado	Principal	Encargos	Total
<b>SALDO EM 31.12.2020</b>	<b>5.212.984</b>	<b>60.256</b>	<b>5.273.240</b>
Debêntures emitidas	2.308.381	-	2.308.381
Variação monetária e cambial	369.984	-	369.984
Encargos financeiros provisionados	-	308.906	308.906
Encargos financeiros pagos	-	(276.293)	(276.293)
Amortização do principal	(1.248.516)	-	(1.248.516)
Custo de emissão	(51.449)	-	(51.449)
Amortização do custo de emissão	27.208	-	27.208
Encargos capitalizados no ativo de contrato e imobilizado	-	23.845	23.845
<b>SALDO EM 31.12.2021</b>	<b>6.618.592</b>	<b>116.714</b>	<b>6.735.306</b>
Debêntures emitidas	1.350.000	-	1.350.000
Variação monetária	236.610	-	236.610
Encargos financeiros provisionados	-	638.053	638.053
Encargos financeiros pagos	-	(619.226)	(619.226)
Amortização do principal	(1.469.402)	-	(1.469.402)
Custo de emissão	(14.689)	-	(14.689)
Amortização custo de emissão	29.807	-	29.807
Encargos capitalizados no ativo de contrato e imobilizado	-	28.933	28.933
<b>SALDO EM 31.12.2022</b>	<b>6.750.918</b>	<b>164.474</b>	<b>6.915.392</b>



O montante total do principal está apresentado líquido dos custos com a emissão das debêntures e custos com *fees de covenants (waivers)*. Estes custos estão detalhados no quadro abaixo:

Movimentação dos custos de emissão - Consolidado	Controlada	Saldo a amortizar em 31.12.2020	Custo	Amortização do custo	Saldo a amortizar em 31.12.2021	Custo	Amortização do custo	Saldo a amortizar em 31.12.2022
8ª Emissão	Light SESA	2.919	-	(531)	2.388	-	(531)	1.857
9ª Emissão A	Light SESA	1.453	-	(1.453)	-	-	-	-
9ª Emissão B	Light SESA	3.622	-	(1.481)	2.141	-	(1.481)	660
13ª Emissão	Light SESA	7.436	-	(4.055)	3.381	-	(3.381)	-
15ª Emissão	Light SESA	26.883	-	(5.982)	20.901	-	(5.452)	15.449
16ª Emissão	Light SESA	2.462	-	(568)	1.894	-	(569)	1.325
17ª Emissão	Light SESA	5.662	-	(2.407)	3.255	-	(2.067)	1.188
18ª Emissão	Light SESA	1.857	-	(1.857)	-	-	-	-
19ª Emissão	Light SESA	14.177	-	(3.093)	11.084	-	(3.094)	7.990
20ª Emissão	Light SESA	12.814	-	(2.746)	10.068	-	(2.745)	7.323
21ª Emissão	Light SESA	-	3.775	(785)	2.990	-	(970)	2.020
22ª Emissão	Light SESA	-	33.576	(1.634)	31.942	-	(3.421)	28.521
23ª Emissão	Light SESA	-	2.338	(28)	2.310	537	(374)	2.473
24ª Emissão	Light SESA	-	-	-	-	12.300	(3.997)	8.303
25ª Emissão	Light SESA	-	-	-	-	1.852	-	1.852
3ª Emissão	Light Energia	141	-	(26)	115	-	-	115
7ª Emissão	Light Energia	-	11.760	(562)	11.198	-	(1.725)	9.473
<b>TOTAL</b>		<b>79.426</b>	<b>51.449</b>	<b>(27.208)</b>	<b>103.667</b>	<b>14.689</b>	<b>(29.807)</b>	<b>88.549</b>

As debêntures da Companhia não são objeto de repactuação programada. A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e liquidez relacionados a debêntures é divulgada na Nota 34.

### Covenants

A Companhia possui cláusulas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas em determinados contratos de debêntures, inclusive vencimento cruzado. O vencimento antecipado só ocorre quando do não atendimento a pelo menos um indicador financeiro em dois trimestres consecutivos ou quatro trimestres intercalados ou quando do não cumprimento de determinados *covenants* não financeiros, como por exemplo, cláusulas de atendimento de nível mínimo de classificação de crédito avaliado por agências de rating. Todas as emissões de debêntures preveem a manutenção de indicadores de dívida líquida/EBITDA e cobertura de juros (*covenants*). Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia atendeu aos *covenants* requeridos conforme os termos das escrituras de emissões das debêntures.



## 22. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Segue abaixo o saldo das provisões, que compreendem as provisões para contingências com prognóstico provável e as provisões para honorários de êxito:

Provisões - Consolidado	31.12.2022			31.12.2021		
	Provisão	Honorários de êxito	Total	Provisão	Honorários de êxito	Total
Trabalhistas	100.799	356	101.155	92.658	428	93.086
Cíveis	726.698	66.836	793.534	179.258	72.044	251.302
Fiscais	183.589	33.193	216.782	76.474	27.724	104.198
Regulatórias	46.466	-	46.466	52.963	-	52.963
PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS	2.742.784	-	2.742.784	-	-	-
Outros	16.410	-	16.410	554	-	554
<b>TOTAL</b>	<b>3.816.746</b>	<b>100.385</b>	<b>3.917.131</b>	<b>401.907</b>	<b>100.196</b>	<b>502.103</b>

### 22.1 Provisões para contingências

As provisões para riscos, bem como as movimentações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, estão compostas da seguinte forma:

Provisões para perdas prováveis	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Outros	PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS	Total
<b>SALDO EM 31.12.2020</b>	<b>99.072</b>	<b>208.524</b>	<b>172.012</b>	<b>50.719</b>	<b>500</b>	-	<b>530.827</b>
Adições	11.579	206.438	-	-	-	-	218.017
Atualizações	-	8.923	931	2.244	54	-	12.152
Baixas por pagamentos	(11.226)	(240.400)	(89.484)	-	-	-	(341.110)
Baixas por reversões	(6.767)	(4.227)	(6.985)	-	-	-	(17.979)
<b>SALDO EM 31.12.2021</b>	<b>92.658</b>	<b>179.258</b>	<b>76.474</b>	<b>52.963</b>	<b>554</b>	-	<b>401.907</b>
Adições	31.433	828.107	73.121	56.509	4.260	1.081.068	2.074.498
Atualizações	19.336	23.454	80.226	1.678	7.381	1.661.716	1.793.791
Baixas por pagamentos	(15.438)	(288.394)	-	(7.414)	(1.215)	-	(312.461)
Baixas por reversões	(27.190)	(15.727)	(46.232)	(4.995)	-	-	(94.144)
Transferência para outros débitos	-	-	-	(52.275)	-	-	(52.275)
Transferência de fornecedor	-	-	-	-	5.430	-	5.430
<b>SALDO EM 31.12.2022</b>	<b>100.799</b>	<b>726.698</b>	<b>183.589</b>	<b>46.466</b>	<b>16.410</b>	<b>2.742.784</b>	<b>3.816.746</b>

Em 31 de dezembro de 2022, está registrado em depósitos vinculados a litígios o total de R\$221.491 (R\$221.572 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$58.367 (R\$45.394 em 31 de dezembro de 2021) referem-se às causas com provisão constituída. Os demais depósitos referem-se a processos cujas probabilidades de perda são possíveis ou remotas. Segue abaixo o saldo dos depósitos judiciais:

Consolidado	31.12.2022		31.12.2021	
	Depósitos Judiciais	Provisão com Depósitos Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão com Depósitos Judiciais
Trabalhistas	45.885	14.700	52.533	15.215
Cíveis	104.727	7.432	102.677	4.035
Fiscais	70.879	36.235	66.362	26.144
<b>TOTAL</b>	<b>221.491</b>	<b>58.367</b>	<b>221.572</b>	<b>45.394</b>



### 22.1.1 Provisões trabalhistas

Valor provisionado (perda provável)	31.12.2022	31.12.2021
Funcionários próprios	51.107	50.678
Funcionários terceirizados	49.692	41.980
<b>TOTAL</b>	<b>100.799</b>	<b>92.658</b>

A provisão para os riscos trabalhistas é feita com base na avaliação dos respectivos advogados patronos, avaliando o risco de perda no decorrer do processo. O valor de provisão referente a empregados próprios oscila em razão do vínculo direto com a Companhia e seus consequentes direitos. No que se refere aos terceirizados, o risco envolve em sua maioria a responsabilidade subsidiária, o que significa que a Companhia só arcará com o pagamento no caso da ausência deste por parte da real empregadora, a empresa terceirizada.

### 22.1.2 Provisões cíveis

No quarto trimestre de 2022, a Administração da Companhia concluiu a revisão metodológica do processo de reconhecimento de provisões para contingências do nível massivo e de processos relacionados a termo de ocorrência de irregularidade (“TOI”) de modo a trazer uma representação mais acurada, frente a uma mudança de comportamento do judiciário relacionados aos processos e o tempo médio de processamento dos mesmos. Apesar dos processos estarem classificados com risco de perda possível ou remoto pelos advogados, pela natureza do processo, a Companhia entende que a metodologia mais adequada é considerar a curva histórica de perdas que vem sendo aplicada pelo judiciário e, portanto, está ajustando sua metodologia para complementar com dados internos a avaliação jurídica dos assessores externos.

Desse modo, a Administração da Companhia entende que a mudança na apuração da provisão para contingências do nível massivo e dos processos relacionados a termo de ocorrência de irregularidade trará melhor tempestividade a contabilização, consonantes a mudança de comportamento que vem sendo observada no tempo médio de encerramento dos processos e nos tickets médios dos processos encerrados. O impacto da revisão metodológica no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi no montante de R\$379.000.

Valor provisionado (perda provável)	31.12.2022	31.12.2021
Ações Cíveis <sup>(a)</sup>	666.281	142.054
Juizado Especial Cível <sup>(b)</sup>	52.386	28.558
Plano Cruzado <sup>(c)</sup>	8.031	8.646
<b>TOTAL</b>	<b>726.698</b>	<b>179.258</b>

- (a) Provisão para as Ações Cíveis engloba processos quantificáveis, nos quais a Companhia e suas controladas são réis, e que possuem prognóstico de perda provável na avaliação dos respectivos advogados patronos. Grande parte das causas é relacionada a pleitos de danos materiais e morais pela postura ostensiva da empresa no combate às irregularidades na rede, além de questionamentos de valores pagos por consumidores. Dentre os valores provisionados destaca-se a ação indenizatória proposta pela Companhia Siderúrgica Nacional (“CSN”) no último trimestre de 1995, onde a CSN ajuizou a ação 0129629-98.1995.8.19.0001 pleiteando, indenização por danos eventualmente sofridos e lucros cessantes, em razão de oscilações e interrupções no fornecimento de energia elétrica. A ação encontra-se em fase de



liquidação de sentença onde a CSN pleiteia o valor atualizado de R\$747.120, valor este impugnado pela Light, em razão de diversos fundamentos, com destaque para (i) o fato da produção da CSN à época ter sido considerada 24 horas por dia 365 dias por ano, não considerando a ociosidade reconhecida do setor; (ii) a CSN não comprovar nos autos os lucros cessantes; (iii) o perito, designado no processo, utilizar premissas de lucro bruto em vez de lucro líquido. O recurso da Companhia em sede de execução foi julgado procedente em 22 de março de 2022 tendo a decisão homologatória do laudo pericial sido anulada, e determinado o retorno dos autos para a fase pericial. A CSN entrou com alguns recursos que foram rejeitados, restante pendente de julgamento o AREsp da CSN que foi autuado no STJ sob o nº 2269679. A exposição do risco provável para a controlada Light SESA em 31 de dezembro de 2022 é de R\$99.273 (R\$90.588 em 31 de dezembro de 2021).

- (b) As ações Cíveis e de Juizado Especial Cível que envolvem discussões quanto às relações de consumo, tais como termo de ocorrência de irregularidade (TOI), interrupção da prestação do serviço, questionamentos referentes a fatura de energia elétrica, suspensão do fornecimento de energia por inadimplência, transferência de titularidade, negativação e queima de equipamentos, o provisionamento é feito a partir da separação dos sete principais motivos ofensores para a Companhia, que representam aproximadamente 93,9% da quantidade total de processos provisionados do Juizado Especial Cível, e aproximadamente 90,6% da quantidade total de processos provisionados da vara Cível.
- (c) São ações movidas contra a controlada Light SESA relativas ao aumento da tarifa de energia elétrica aprovado pelas Portarias nº 38, de 27 de fevereiro de 1986 e nº 45, de 04 de março de 1986, publicadas pelo extinto DNAEE - Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, que contrariavam o Decreto-lei nº 2.283/86 (decreto do Plano Cruzado), o qual previa que todos os preços ficariam congelados. Os autores dessas ações buscam a restituição dos valores supostamente pagos a maior nas faturas de energia elétrica quando da majoração das tarifas da controlada Light SESA no período em que houve o congelamento dos preços.

### 22.1.3 Provisões fiscais

Valor provisionado (perda provável)	31.12.2022	31.12.2021
ICMS - Créditos homologados <sup>(a)</sup>	28.641	46.232
LIR/LOI - Embargos à Execução <sup>(b)</sup>	105.413	-
Outros	49.535	30.242
<b>TOTAL</b>	<b>183.589</b>	<b>76.474</b>

- (a) A controlada Light SESA provisionou o montante de R\$46.232, relativo a parte do valor autuado em processo por meio do qual o Estado do Rio de Janeiro pretende cobrar ICMS decorrente da utilização supostamente indevida de créditos do imposto, adquiridos pela Light SESA de terceiros, e que haviam sido previamente homologados pela Secretaria Estadual de Fazenda. Em 31 de dezembro de 2022, o débito é de R\$638.602 (R\$620.330 em 31 de dezembro de 2021). Após reavaliação, os assessores jurídicos internos e externos classificaram o valor de R\$42.029, relativo ao principal (imposto), assim como o valor a ele proporcional, relativo aos honorários advocatícios da Procuradoria, no montante de R\$4.203, como sendo perda provável e, todo o restante do valor autuado, relativo a juros, correção monetária e honorários advocatícios



proporcionais, como perda remota. O processo administrativo se encerrou em junho de 2015 com decisão desfavorável à controlada Light SESA. Esta contingência foi judicializada e atualmente aguarda-se julgamento dos Agravos em Recursos Especiais interpostos tanto pela Light SESA, quanto pelo Estado do Rio de Janeiro em face do acórdão que manteve a cobrança do principal e excluiu a cobrança da correção monetária e dos juros de mora. Em agosto de 2022, a controlada Light SESA reavaliou a provisão e o montante provisionado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$28.641.

- (b) LIR/LOI - IRPJ/CSLL - A discussão está relacionada ao método de tributação dos lucros das subsidiárias LIR e LOI no exterior, dado que a controlada Light SESA defendia, por meio de Mandado de Segurança, que o IRPJ e CSLL deveriam incidir apenas sobre os lucros e não sobre os resultados positivos de equivalência patrimonial. Para se valer dos benefícios do programa REFIS, a controlada Light SESA desistiu integralmente do referido Mandado de Segurança, renunciou ao direito de questionar o Método do Equivalência Patrimonial (“MEP”) e alterou o procedimento para passar a tributar os resultados pelo referido método, previsto na Instrução Normativa nº 213/2002. O Fisco discordou de tal procedimento e autuou a controlada Light SESA quanto aos exercícios de 2004 a 2009, passando a exigir a tributação apenas sobre os lucros. Para o exercício de 2004, foi ajuizada Execução Fiscal, que teve decisão desfavorável de mérito no STJ, além de ter sido revogada a tutela obtida pela controlada Light SESA que suspendia a substituição da garantia apresentada nos autos (apólice de seguro) por depósito judicial. Em junho de 2022, a controlada Light SESA provisionou o montante de R\$103.157 em razão da decisão do STJ que julgou improcedente o seu Recurso Especial. Em 31 de dezembro de 2022, o valor atualizado é de R\$105.413.

#### 22.1.4 Provisões regulatórias

Nesse tópico, a Companhia descreve as principais contingências regulatórias decorrentes de discussões administrativas com a ANEEL:

- Em 25 de outubro de 2022, a controlada Light SESA recebeu o despacho nº 3.089/2022 no qual a ANEEL deliberou que a distribuidora deverá providenciar a devolução em dobro das quantias pagas a maior por 26.562 unidades consumidoras condominiais entre janeiro de 2011 e agosto de 2012, em razão de reclassificação dessas unidades de tipo “Administração condominial” da classe Residencial para Comercial após o prazo regulatório previsto. Os valores originalmente cobrados a maior já foram integralmente devolvidos pela controlada Light SESA. Em 17 de novembro de 2022, a Companhia ingressou com Ação Ordinária com Pedido de Tutela Antecipada em Caráter Antecedente, obtendo decisão favorável, que suspende os efeitos do item II do despacho recebido. A Administração da controlada Light SESA, baseada na opinião dos seus assessores legais, entende que parte do desembolso de caixa por parte da controlada Light SESA determinado pelo despacho nº 3.089/2022 possui os prognósticos de perda provável e, em dezembro de 2022, reconheceu o montante de R\$45.900 referente a esta parcela. Baseada na opinião dos seus assessores legais, a Administração entende que a parte remanescente do desembolso de caixa por parte da controlada Light SESA determinado pelo despacho nº 3.089/2022, no montante de R\$89.100, possui os prognósticos de perda possível e, portanto, não foi provisionado.



- A controlada Light SESA foi autuada pela ANEEL (Auto de Infração nº 01/2019-SFE/ANEEL) em decorrência de fiscalização ocorrida em setembro de 2017, relacionada à qualidade do atendimento comercial para a prestação de serviço adequado, conforme parâmetros estabelecidos na Resolução Normativa nº 414/2010. Foi aplicada multa no valor de R\$52.113, a qual foi reduzida para o montante de R\$37.069, por meio do despacho nº 1.173/2022. Em 18 de maio de 2022, a controlada Light SESA efetuou o pagamento de R\$7.414, equivalente a 20% da multa. O saldo remanescente foi transferido para outros débitos e será pago em 36 parcelas mensais iniciadas em junho de 2022.
- A controlada Light SESA foi autuada pela ANEEL (Auto de Infração nº 026/2020-SFE/ANEEL) em decorrência de fiscalização ocorrida em fevereiro de 2020, relacionada aos indicadores de continuidade dos conjuntos de unidades consumidoras, estabelecidos no art. 1º da REA 6.236/2017 e em seu Contrato de Concessão. Foi aplicada multa no valor de R\$21.794, a qual foi reduzida para o montante de R\$16.659, por meio do Ofício nº 306/2020 da SFE/ANEEL. Em 27 de setembro de 2022, foi proferida a decisão final da Diretoria Colegiada da ANEEL para o pagamento de R\$16.650. A Companhia efetuou o pagamento de R\$1.592, equivalente a 20% da multa. O saldo remanescente foi transferido para outros débitos e será pago em 12 parcelas mensais iniciadas em novembro de 2022.

### 22.1.5 Crédito de PIS/COFINS sobre ICMS a devolver ao consumidor

Conforme detalhado na Nota 1.2, a controlada Light SESA reconheceu uma estimativa de contingência passiva relativa os valores do crédito que poderá ser repassado aos consumidores referentes ao crédito de PIS/COFINS sobre ICMS a devolver ao consumidor.

### 22.2 Provisões de honorários de êxito

A Administração da Companhia reavalia periodicamente os processos que possuem honorários de êxito previstos para os assessores jurídicos e, baseada na opinião de seus assessores legais, para o prognóstico de resolução dos processos, constitui provisão para os compromissos de honorários de êxito das causas com prognósticos de perdas possíveis, remotas e excepcionalmente prognóstico provável.

Segue abaixo quadro com a posição e a movimentação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Provisões para honorários de êxito	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Total
<b>SALDO EM 31.12.2020</b>	<b>383</b>	<b>84.933</b>	<b>30.890</b>	<b>500</b>	<b>116.706</b>
Adições	159	16.432	2.253	-	18.844
Atualizações	32	6.345	3.757	-	10.134
Baixas por pagamentos	(68)	(30.937)	(893)	(500)	(32.398)
Baixas por reversões	(78)	(4.729)	(8.283)	-	(13.090)
<b>SALDO EM 31.12.2021</b>	<b>428</b>	<b>72.044</b>	<b>27.724</b>	<b>-</b>	<b>100.196</b>
Adições	50	1.895	3.968	-	5.913
Atualizações	19	4.389	3.824	-	8.232
Baixas por pagamentos	(59)	(7.307)	(1.944)	-	(9.310)
Baixas por reversões	(82)	(4.185)	(379)	-	(4.646)
<b>SALDO EM 31.12.2022</b>	<b>356</b>	<b>66.836</b>	<b>33.193</b>	<b>-</b>	<b>100.385</b>





## 23. CONTINGÊNCIAS

As principais contingências com probabilidade de perda possível estão compostas da seguinte forma:

Consolidado	31.12.2022		31.12.2021	
	Saldo	Quantidade de processos <sup>(a)</sup>	Saldo	Quantidade de processos <sup>(a)</sup>
Cíveis	1.431.086	896	1.360.342	42.510
Trabalhistas	409.901	1.237	364.894	1.273
Fiscais	10.142.357	897	8.740.113	840
<b>TOTAL</b>	<b>11.983.344</b>	<b>3.030</b>	<b>10.465.349</b>	<b>44.623</b>

<sup>(a)</sup> Não auditado pelos auditores independentes

### 23.1 Cíveis

A Controlada Light SESA possui diversas ações judiciais de natureza cível que têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) irregularidades decorrentes de perdas comerciais (não técnicas); (ii) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (iii) acidentes envolvendo a sua rede de eletricidade e/ou a prestação do serviço; (iv) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de falta momentânea de energia: A controlada Light SESA figura como ré em ações cíveis discutindo a interrupção do serviço, quer seja motivada por caso fortuito ou de força maior, quer seja para fins de intervenção no sistema elétrico, entre outros motivos e, também, suspensão do serviço, quer seja por inadimplência, impedimento de acesso ou substituição do medidor, entre outros fatos ensejadores. Dentre essas ações, foi adicionado o montante de R\$647.848 com risco de perda possível em decorrência da ação indenizatória proposta pela CSN (0129629-98.1995.8.19.0001), cuja ação encontra-se em fase de liquidação de sentença; e (v) discussões que versam sobre os mais diversos temas, como funcionalidade dos medidores. Em 31 de dezembro de 2022, o montante total referente às ações é de R\$938.538 (R\$812.955 em 31 de dezembro de 2021).

A controlada Light SESA possui uma ação (0477418-58.2011.8.19.0001) que foi ajuizada pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 30 de setembro de 2011, pleiteando aproximadamente R\$100.000 a título de indenização pelos alegados prejuízos materiais (danos emergentes e lucros cessantes), incorridos em razão de sete interrupções no fornecimento de energia elétrica ocorridas nos anos de 2009 a 2011 na sua Unidade Consumidora de Volta Redonda. Atualmente a ação encontra-se em fase de perícia, com laudo, em linhas gerais, favorável aos interesses da Companhia, tendo o perito se manifestado sobre os pedidos adicionais e impugnação da CSN de forma favorável à controlada Light SESA. Light e CSN se manifestaram sobre esclarecimentos do perito e o processo foi remetido ao Juiz em 07 de junho de 2022. Em 17 de outubro de 2022, foi proferida Sentença que julgou totalmente improcedentes os pedidos da CSN, acolhendo os argumentos da Companhia e do laudo pericial de engenharia, quanto à inexistência de responsabilidade da Companhia pelos eventos indicados. A CSN opôs Embargos de Declaração. Em 31 de dezembro de 2022, a exposição do risco é de R\$138.244 (R\$111.104 em 31 de dezembro de 2021).



A controlada Light SESA também litiga em ação rescisória (0002731-81.2011.8.19.0000) movida pela CSN, em que se discute reajuste tarifário durante o congelamento de preços adotado pelo Plano Cruzado. A Light aguarda o julgamento de seu recurso em trâmite no STJ que objetiva impedir o processamento e julgamento da Ação Rescisória. Em 31 de dezembro de 2022, a exposição do risco é de R\$390.254 (R\$317.169 em 31 de dezembro de 2021).

No último trimestre de 2020, a Light S.A e as controladas Light Energia e Lightcom foram citadas para responder Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (IDPJ), interposto por FLF - Fundo de Liquidação Financeira, visando a desconsideração da personalidade jurídica da Renova Energia S.A. para atingir o Grupo Light e Grupo Cemig para honrar com a dívida contraída pelo Grupo Renova junto ao FLF. Atualmente, processo se encontra em fase pericial. Em 31 de dezembro de 2022, a exposição do risco é de R\$52.016 (R\$42.723 em 31 de dezembro de 2021).

## 22.1 Fiscais

- **IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - perdas comerciais** – A controlada Light SESA possui quatro autuações fiscais cobrando IRPJ e CSLL em razão da não adição dos valores de perdas não técnicas ao seu resultado, para fins de apuração do lucro real, sendo que: (i) a primeira autuação foi julgada procedente em parte em decisão de 1ª instância administrativa e o CARF julgou improcedente, por voto de qualidade, o Recurso Voluntário da controlada Light SESA. No momento, aguarda-se o julgamento do recurso da controlada Light SESA; e (ii) as outras três autuações foram julgadas procedentes em decisão de 1ª instância administrativa e foram objeto de Recurso Voluntário;

A controlada Light SESA também possui três outras autuações cobrando PIS e COFINS pela não realização do estorno dos créditos destas contribuições referentes aos valores de perdas não técnicas, sendo que (i) uma das autuações foi julgada improcedente em decisão de 1ª instância administrativa e aguarda julgamento de recurso de ofício; (ii) as outras duas autuações, recebidas em outubro e novembro de 2020, respetivamente, foram julgadas procedentes em decisão de 1ª instância e foram objeto de Recurso Voluntário.

Em 31 de dezembro de 2022, o montante dessas discussões é de R\$5.832.296 (R\$5.316.345 em 31 de dezembro de 2021).

- **ICMS perdas comerciais** – A controlada Light SESA possui três autuações fiscais, duas ações Anulatórias, um Mandado de Segurança e uma Execução Fiscal que discutem a cobrança de ICMS, FECP e multa por não recolher o referido tributo diferido em operações anteriores à distribuição de energia elétrica, em razão da ocorrência de perdas comerciais. Em 31 de dezembro de 2022, o montante dessa discussão é de R\$882.765 (R\$952.562 em 31 de dezembro de 2021).
- **ICMS sobre subvenções do programa federal denominado “Baixa Renda”** - A controlada Light SESA possui três ações anulatórias, vinculadas às execuções fiscais e três autuações fiscais com o objetivo de discutir a incidência de ICMS sobre os valores pagos pela União Federal à controlada Light SESA a título de subvenção econômica, direcionada aos consumidores de energia da subclasse baixa renda. Em 31 de dezembro de 2022, o montante dessa discussão é de R\$1.364.445 (R\$367.190 em 31 de dezembro de 2021).



- **IN 86** – A controlada Light SESA foi autuada para a cobrança de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória, relacionada à entrega dos arquivos eletrônicos, no formato previsto na IN nº 86/2001, referentes aos anos-calendário de 2003 a 2005. Em 31 de dezembro de 2022, o montante dessa discussão é de R\$497.695 (R\$473.958 em 31 de dezembro de 2021).
- **LIR/LOI - IRPJ/CSLL** – A controlada Light SESA possuía Mandado de Segurança em que se discutia a forma de tributação dos lucros das subsidiárias LIR e LOI no exterior, mais especificamente defendia que o IRPJ e CSLL deveriam incidir apenas sobre os lucros e não sobre os resultados positivos de equivalência patrimonial. Para se valer dos benefícios do programa REFIS, a controlada Light SESA desistiu integralmente do referido Mandado de Segurança, renunciou ao direito de questionar o Método do Equivalência Patrimonial (“MEP”) e alterou o procedimento para passar a tributar os resultados pelo referido método, previsto na Instrução Normativa nº 213/2002. O Fisco discordou de tal procedimento e autuou a controlada Light SESA. Em 31 de dezembro de 2022, o montante dessa discussão é de R\$454.406 (R\$453.953 em 31 de dezembro de 2021).
- **Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal do Estado do Rio de Janeiro (“FEEF”)** – A controlada Light SESA possui três autuações em razão da ausência de recolhimento, ao FEEF do ICMS correspondente a 10% dos benefícios fiscais destinados a terceiros, relativamente ao período de dezembro de 2016 a junho de 2017 e recebeu uma segunda autuação em relação ao período de julho de 2017 a julho de 2019. As três autuações estão aguardando julgamento da impugnação. A tese está sendo discutida pela controlada Light SESA por meio de Mandado de Segurança. Em 31 de dezembro de 2022, o montante dessa discussão é de R\$140.812 (R\$119.337 em 31 de dezembro de 2021).
- **Não homologação de compensações - CVA - (30 Processos Administrativos)** - Não homologação pela Receita Federal de compensações realizadas pela controlada Light SESA com créditos advindos de pagamento indevido ou a maior de PIS e COFINS, notadamente em razão da alteração do momento da tributação do PIS e da COFINS sobre a CVA. Apresentadas manifestações de inconformidade ainda pendentes de julgamento. Em 31 de dezembro de 2022, o montante dessas discussões é de R\$303.857 (R\$281.150 em 31 de dezembro de 2021).
- **Despachos decisórios (53 processos)** – 52 despachos decisórios proferidos pela Receita Federal em face da controlada Light SESA e 1 despacho decisório em face da Light S.A. para negar homologação a diversos pedidos de compensação realizados pela controlada Light SESA, para a utilização de créditos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL à alegação de que tais créditos seriam indevidos ou insuficientes para abarcar os débitos contra aos quais foram opostos. A controlada Light SESA e a controladora apresentaram manifestações de inconformidade em face aos aludidos Despachos Decisórios. Em 31 de dezembro de 2022, o montante dessas discussões é de R\$210.264 (R\$201.361 em 31 de dezembro de 2021).
- **Não homologação de compensações** – A controlada Light SESA discute judicialmente a cobrança de supostos débitos de PIS e COFINS, decorrentes da glosa de créditos de mesma natureza realizada pela Receita Federal em 22 Processos Administrativos, decorrentes de



compensações realizadas referentes aos períodos de março e abril de 2005, janeiro, fevereiro, março, maio, junho, julho, agosto e setembro de 2006 e janeiro e fevereiro de 2007. A controlada Light SESA apresentou Embargos à Execução que foram julgados parcialmente procedentes. Aguarda-se a apreciação dos Embargos de Declaração apresentados pela controlada Light SESA. Em 31 de dezembro de 2022, o montante dessas discussões é de R\$62.968 (R\$59.966 em 31 de dezembro de 2021).

## 22.2 Trabalhistas

Os principais pedidos objeto das ações trabalhistas envolvem as seguintes matérias: equiparação salarial, horas extras, acidente de trabalho, adicional de periculosidade, equiparação salarial e dano moral. Em 31 de dezembro de 2022, montantes envolvidos nestas discussões totalizam R\$196.103 (R\$189.269 em 31 de dezembro de 2021).

- Ação Civil Pública Cadastro de Terceiros (“ACP”) - 0100742-05.2018.5.01.0081: O Ministério Público do Trabalho alega a existência de suposta restrição que impediria a contratação de ex-empregados terceirizados, desqualificados no passado, e por isso requer pagamento de danos a morais, bem como, obrigação para que a Companhia se abstenha de praticar tal ato. A sentença prolatada em junho de 2022 foi pela improcedência dos pedidos. Ministério Público do Trabalho interpôs Recurso Ordinário. Em 31 de dezembro de 2022, montantes envolvidos nestas discussões totalizam R\$52.366 (R\$52.366 em 31 de dezembro de 2021).
- Ação Civil Pública Acidente de Trabalho Fatal com Terceiro (“ACPCiv”) 0100809-47.2022.5.01.0010: Trata-se de Ação Civil Pública Cível com pedido de tutela de evidência visando que os réus, Light e Consorcio Rio Energia, comprovem nos autos que após o acidente de trabalho que resultou no falecimento de um funcionário tomou as medidas cabíveis a evitar novos acidentes, observando as normas de segurança e medicina do trabalho. Fase instrutória. Sem data de audiência de instrução designada. Em 31 de dezembro de 2022, montantes envolvidos nestas discussões totalizam R\$51.010 (R\$0 em 31 de dezembro de 2021).

## 24. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

---

### 24.1 Plano de pensão

As empresas do Grupo Light são patrocinadoras instituidoras da Fundação de Seguridade Social Braslight (Braslight), entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, cuja finalidade é garantir renda de aposentadoria aos empregados do Grupo Light vinculados à Fundação e de pensão aos seus dependentes. A Companhia possui planos do tipo: (i) benefício definido; (ii) benefício misto e (iii) contribuição definida.

Os planos de benefícios previdenciários administrados pela Braslight que são denominados A/B, C e D, implementados respectivamente em 1975, 1997 e 2010, tendo o Plano C recebido migração, na época de sua constituição, de 96% dos participantes ativos do Plano A/B.



- (i) Benefício definido (Plano A/B) - correspondem à diferença entre um percentual, variável de 80% a 100%, do maior valor entre a média dos últimos 12 e dos últimos 36 salários, atualizados para a data de início do benefício, e o valor do benefício concedido pelo INSS.
- (ii) Contribuição variável (Plano C) - os benefícios programáveis, durante a fase de capitalização, são do tipo "contribuição definida", sem vinculação com o INSS, e os benefícios de risco (auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte de participante ativo, inválido e em auxílio-doença), bem como os de renda continuada, estes uma vez concedidos, são do tipo "benefício definido". As duas parcelas têm seus patrimônios apurados em quotas e tratadas em conjunto denominadas Plano C Novo.
- (iii) Contribuição definida (Plano D) - Neste plano, os benefícios programados são do tipo "contribuição definida" antes e após a sua concessão e os benefícios não programados são do tipo "benefício definido", antes da concessão, e de "contribuição definida" após a concessão.

Ao participante que migrou do Plano A/B para o Plano C foi concedido um benefício saldado de renda vitalícia, com reversão em pensão, proporcional ao tempo de contribuição à Braslight na ocasião de migração, contado de sua última inscrição na Fundação, diferido para recebimento após o mesmo ter completado um conjunto de condições de habilitação. Esta parcela é denominada Subplano de Benefício Definido Saldado do Plano C.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi pago pela Companhia, referente à parcela do plano de contribuição definida, o montante de R\$5.074 (R\$5.268 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

## 24.2 Plano de saúde

As empresas do Grupo Light oferecem a seus funcionários e ex-colaboradores o benefício de assistência médica através da operadora Bradesco Saúde na modalidade de pré-pagamento. Nesse tipo de modalidade, a Companhia efetua o repasse das contribuições à operadora de acordo com uma tabela de preços pré-estabelecida por número de vidas (incluindo empregados e inválidos, titulares e dependentes). Da mesma forma, os aposentados e seus dependentes efetuem diretamente à operadora o recolhimento de suas contribuições individuais, também com base na mesma tabela de preços pré-estabelecida.



### 24.3 Avaliação atuarial

A Companhia e suas controladas contrataram atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, sendo a última efetuada para a data-base de 31 de dezembro de 2022.

As informações atuariais consolidadas são conforme abaixo:

Consolidado	31.12.2022			31.12.2021		
	Plano de pensão	Plano de saúde	Total	Plano de pensão	Plano de saúde	Total
Valor presente das obrigações atuariais	(2.984.461)	277.204	(2.707.257)	(3.155.558)	-	(3.155.558)
Valor justo dos ativos do plano	3.075.178	-	3.075.178	3.162.012	-	3.162.012
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo	(90.717)	-	(90.717)	(6.454)	-	(6.454)
<b>PASSIVO LÍQUIDO</b>	<b>-</b>	<b>277.204</b>	<b>277.204</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

As mudanças no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

Valor justo dos ativos do plano - Consolidado	Plano de pensão
<b>SALDO EM 31.12.2020</b>	<b>3.624.693</b>
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	225.114
Perdas atuariais nos ativos do plano	(401.902)
Contribuições da patrocinadora	353
Contribuições dos participantes	126
Benefícios pagos pelo plano/Companhia	(286.372)
<b>SALDO EM 31.12.2021</b>	<b>3.162.012</b>
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	267.811
Perdas atuariais nos ativos do plano	(53.370)
Contribuições da patrocinadora	333
Contribuições dos participantes	118
Benefícios pagos pelo plano/Companhia	(306.021)
Outros efeitos	4.295
<b>SALDO EM 31.12.2022</b>	<b>3.075.178</b>

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

Valor presente da obrigação - Consolidado	Plano de pensão	Plano de saúde	Total
<b>SALDO EM 31.12.2020</b>	<b>3.588.295</b>	-	<b>3.588.295</b>
Custo do serviço corrente	(467)	-	(467)
Juros sobre a obrigação atuarial	222.610	-	222.610
Contribuições de participantes	126	-	126
Perdas atuariais reconhecidas	(368.634)	-	(368.634)
Benefícios pagos	(286.372)	-	(286.372)
<b>SALDO EM 31.12.2021</b>	<b>3.155.558</b>	-	<b>3.155.558</b>
Custo do serviço corrente	426	-	426
Custo de serviço passado	-	63.398	63.398
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	267.217	-	267.217
Contribuições dos participantes	118	-	118
Perdas atuariais reconhecidas	(137.154)	228.434	91.280
Benefícios pagos pelo plano/Companhia	(306.021)	(14.628)	(320.649)
Outros efeitos	4.317	-	4.317
<b>SALDO EM 31.12.2022</b>	<b>2.984.461</b>	<b>277.204</b>	<b>3.261.665</b>



Os valores reconhecidos na demonstração do resultado, nos grupos de custos e despesas operacionais e resultado financeiro, são como segue:

Consolidado	31.12.2022			31.12.2021		
	Plano de pensão	Plano de saúde	Total	Plano de pensão	Plano de saúde	Total
Custo do serviço corrente	426	-	426	(467)	-	(467)
Custo de serviço passado	-	63.398	63.398	-	-	-
Juros sobre as obrigações atuariais	267.217	-	267.217	222.610	-	222.610
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	(267.811)	-	(267.811)	(225.114)	-	(225.114)
Ajuste de atualização de dívida Braslight	168	-	168	2.971	-	2.971
<b>CUSTO ESPERADO ESTIMADO</b>	-	<b>63.398</b>	<b>63.398</b>	-	-	-

A estimativa do atuário externo para a despesa a ser reconhecida para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

Consolidado	2023	
	Plano de pensão	Plano de saúde
Custo do serviço corrente	167	5.278
Juros sobre as obrigações atuariais	332.696	27.694
Juros sobre o efeito do teto de ativo e passivos adicionais	10.631	-
Rendimento esperado dos ativos do plano	(343.354)	-
<b>Estimativa de despesa em 2023</b>	<b>140</b>	<b>32.972</b>

As principais categorias de ativos do plano de pensão, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

Consolidado	31.12.2022	31.12.2021
Renda fixa	89,69%	83,58%
Renda variável	2,72%	11,64%
Investimentos estruturados	1,26%	1,00%
Imóveis	2,21%	2,29%
Empréstimos e financiamentos	1,83%	1,67%
Outros realizáveis	2,53%	0,05%
Provisões contingências	-0,24%	-0,23%
	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

O resultado real sobre os ativos dos planos foi uma perda de R\$53.370 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (perda de R\$401.902 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

A Braslight realiza periodicamente estudos de *Asset Liability Management* (ALM) dos planos de benefícios no intuito de reavaliar a estratégia de alocação dos investimentos frente às obrigações atuariais, com vistas a se proteger das alterações nos preços dos instrumentos financeiros, bem como evitar o descasamento dos fluxos de ativos e passivos, de forma que os recursos estejam disponíveis na data de pagamento dos benefícios e demais obrigações dos planos.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconheceu na rubrica de outros resultados abrangentes o montante de R\$213.104 (reconhecido líquido de impostos no montante de R\$907) em decorrência da avaliação atuarial de plano de saúde dos participantes aposentados. Adicionalmente foi reconhecido no resultado, na rubrica de outras despesas, o montante de R\$63.193. A controlada



Light SESA não reconheceu imposto por conta da expectativa de não recuperabilidade desse ativo diferido.

Abaixo são apresentados a conciliação dos saldos reconhecidos no balanço, um demonstrativo da movimentação do passivo atuarial líquido, no exercício, e o total da despesa reconhecida em outros resultados abrangentes:

<b>SALDO EM 31.12.2021</b>	-
Reconhecimento no resultado do exercício	63.397
Reconhecimento no resultado abrangente	213.104
Impacto dos tributos	907
<b>SALDO EM 31.12.2022</b>	<b>277.408</b>

## 24.4 Premissas atuariais

### 24.4.1 Plano de Pensão

Plano de Pensão - Consolidado	31.12.2022	31.12.2021
Taxa de desconto	11,71% (A/B) e 11,75% (C)	8,83% (A/B) e 8,92% (C)
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	11,71% (A/B) e 11,75% (C)	8,83% (A/B) e 8,92% (C)
Taxa anual de inflação	5,31%	3,40%
Taxa de crescimento salarial nominal	7,42%	5,99%
Índice de reajuste nominal de benefícios concedidos de prestação continuada	5,31%	3,40%
Fator de capacidade	98,00%	98,00%
Taxa de rotatividade	Nula	Nula
Tábua geral de mortalidade <sup>(a)</sup>	AT - 83/ BR(A/B) e EMS 2010 (C)	AT - 83/ BR (A/B) e EMS 2010 (C)
Tábua de entrada em invalidez (planos A/B)	LIGHT - Fraca*0,80	LIGHT - Fraca*1,20
Tábua de entrada em invalidez (plano C saldado)	LIGHT - Fraca*0,80	LIGHT - Fraca*1,20
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 Masculina	AT-49 Masculina
Participantes ativos	1.003	1.082
Participantes aposentados e pensionistas	5.178	5.376

<sup>(a)</sup> Tábua sem agravamento

### 24.4.2 Plano de saúde

Plano de saúde - Consolidado	31.12.2022
Taxa de desconto	9,90%
Taxa anual de inflação	3,50%
Taxa de crescimento de custos médicos	7,38%
Tábua de Mortalidade	BR-EMS 2010
Entradas de Invalidez	Light Fraca suavizada em 20%
Participantes ativos	4.601
Idade média	39,24
Participantes aposentados e pensionistas	2.241
Idade média de funcionários aposentados	66,97

## 24.5 Análise de sensibilidade

### 24.5.1 Plano de Pensão

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são a taxa de desconto e a tábua de mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com





base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido.

Abaixo estão demonstrados os efeitos na obrigação de benefício definido caso a taxa de desconto fosse 1,00% mais baixa e caso a tábua de mortalidade fosse alterada para a tábua seguinte mais restritiva:

Taxa de desconto nominal (a.a.)	Premissa laudo	Redução de taxa de desconto	Impacto na obrigação do plano
Plano A/B	11,71%	-1,00%	81.220
Plano C	11,75%	-1,00%	182.104

Tabua de mortalidade	Premissa laudo	Alteração de tábua	Impacto na obrigação do plano
Plano A/B	AT-83	AT-2000	28.020
Plano C	EMS 2010	EMS 2010 Segregada por sexo Desagravada em 2 anos	124.558

#### 24.5.2 Plano de saúde

Abaixo estão demonstrados os efeitos caso a taxa de desconto apresentasse uma variação de 1,0% e os custos médicos apresentasse um aumento e uma diminuição de 0,5%:

Premissa	Análise de sensibilidade	Impacto R\$
Taxa de desconto	10,40%	254.992
Taxa de desconto	9,40%	302.366
Crescimento dos custos médicos	Aumento de 0,5%	302.284
Crescimento dos custos médicos	Redução de 0,5%	254.895



**25. OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO E ATIVO DE DIREITO DE USO**

Obrigações por arrendamento - Consolidado	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Terrenos e imóveis	980	720	1.700	725	926	1.651
Máquinas e equipamentos	982	1.629	2.611	556	1.516	2.072
Veículos	22.109	213.453	235.562	23.827	35.721	59.548
<b>TOTAL</b>	<b>24.071</b>	<b>215.802</b>	<b>239.873</b>	<b>25.108</b>	<b>38.163</b>	<b>63.271</b>

**25.1 Movimentação dos ativos de direito de uso e das obrigações por arrendamento**

Ativo de direito de uso - Consolidado	Terrenos e imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
<b>SALDO EM 31.12.2020</b>	<b>2.490</b>	<b>2.012</b>	<b>97.215</b>	<b>101.717</b>
Adições de arrendamentos	68	720	4.202	4.990
Remensurações	174	5	-	179
Depreciação	(1.216)	(742)	(45.122)	(47.080)
<b>SALDO EM 31.12.2021</b>	<b>1.516</b>	<b>1.995</b>	<b>56.295</b>	<b>59.806</b>
Adições de arrendamentos	812	1.172	253.096	255.080
Remensurações	192	100	-	292
Depreciação	(951)	(819)	(35.551)	(37.321)
Baixa de arrendamentos	-	-	(48.908)	(48.908)
<b>SALDO EM 31.12.2022</b>	<b>1.569</b>	<b>2.448</b>	<b>224.932</b>	<b>228.949</b>

Obrigações por arrendamento - Consolidado	Terrenos e imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
<b>SALDO EM 31.12.2020</b>	<b>2.646</b>	<b>2.047</b>	<b>101.234</b>	<b>105.927</b>
Adições de arrendamentos	68	720	4.202	4.990
Remensurações	174	5	-	179
Pagamento da parcela	(1.424)	(883)	(51.531)	(53.838)
Despesa de juros	187	183	5.643	6.013
<b>SALDO EM 31.12.2021</b>	<b>1.651</b>	<b>2.072</b>	<b>59.548</b>	<b>63.271</b>
Adições de arrendamentos	812	1.172	253.096	255.080
Remensurações	192	100	-	292
Pagamento da parcela	(1.126)	(1.004)	(52.716)	(54.846)
Despesa de juros	171	271	27.326	27.768
Baixas de arrendamentos	-	-	(51.692)	(51.692)
<b>SALDO EM 31.12.2022</b>	<b>1.700</b>	<b>2.611</b>	<b>235.562</b>	<b>239.873</b>



## 25.2 Cronograma de vencimento das obrigações por arrendamento

Obrigações por arrendamento	31.12.2022
2023	24.240
2024	26.173
2025	28.672
2026	31.618
2027	35.648
Após 2027	93.522
<b>Total</b>	<b>239.873</b>

Para a realização da mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, a Companhia utilizou a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados. Essa vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro.

A Companhia apresenta abaixo os efeitos estimados considerando a inflação futura projetada:

Consolidado	Efeitos estimados
<b>ATIVO DE DIREITO DE USO</b>	
Conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16 (fluxo real)	228.949
Com efeito da Inflação (fluxo nominal)	292.360
<b>OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO</b>	
Conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16 (fluxo real)	239.873
Com efeito da Inflação (fluxo nominal)	303.283

## 26. ENCARGOS REGULATÓRIOS

Encargos regulatórios - consolidado	31.12.2022	31.12.2021
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	1.414	2.485
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	2.828	4.970
Programa de Eficiência Energética – PEE	198.792	178.521
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	34.338	84.353
Quota recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE <sup>(a)</sup>	43.649	42.732
Quota de reserva global de reversão – RGR	717	717
<b>TOTAL</b>	<b>281.738</b>	<b>313.778</b>

<sup>(a)</sup> Refere-se ao recolhimento devido pela controlada Light SESA referente a CDE Conta-Covid, homologada pela ANEEL através do Despacho nº 939 de 5 de abril de 2021.



## 27. OUTROS DÉBITOS

Outros Débitos – consolidado	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Adiantamento de clientes	47.436	-	47.436	55.026	-	55.026
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	3.799	-	3.799	3.343	-	3.343
Taxa de iluminação pública	267.065	-	267.065	234.285	-	234.285
Reserva para reversão	7.770	23.311	31.081	7.770	31.081	38.851
Restituições consumidores	82.932	-	82.932	88.141	-	88.141
Subvenção por redução voluntária do consumo (Nota 11)	-	-	-	169.215	-	169.215
Parcelamento ANEEL <sup>(a)</sup>	25.807	16.256	42.063	-	-	-
Penalidade regulatória - REN	52.600	-	52.600	-	-	-
Outros	17.270	43.533	60.803	14.154	9.026	23.180
<b>TOTAL</b>	<b>504.679</b>	<b>83.100</b>	<b>587.779</b>	<b>571.934</b>	<b>40.107</b>	<b>612.041</b>

<sup>(a)</sup> Referente aos parcelamentos dos Autos de Infração nº 01/2019 e nº 026/2020 - SFE/ANEEL. O montante do Auto de Infração nº 01/2019 será pago em 32 parcelas mensais iniciadas em junho de 2022 e o montante do Auto de Infração nº 026/2020 será pago 12 parcelas mensais iniciadas em novembro de 2022, conforme Nota 22.1.4.

## 28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; (iii) prestação serviços de operação e manutenção; (iv) contratos de serviços administrativos.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia são apresentados abaixo:

Grupo do balanço, características do contrato e vínculo	Valor original	Período de vigência	Condições contratuais	Condições de rescisão ou término	Ativo		Receita	
					31.12.2022	31.12.2021	2022	2021
Cliente - Cobrança do encargo de uso da rede básica da controlada Light SESA com a Lightger	N/A <sup>(a)</sup>	A partir de dez/2010. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	-	-	-	473

Grupo do balanço, características do contrato e vínculo	Valor original	Período de vigência	Condições contratuais	Condições de rescisão ou término	Passivo		Despesa	
					31.12.2022	31.12.2021	2022	2021
Fornecedor - Compromisso de compra de energia elétrica da controlada Light Energia com a Lightger	217.213	dez/2010 a jun/2028	Termos e condições acordados entre as partes	N/A	-	-	-	(28.301)
Outros débitos - Compromisso com serviços de consultoria da controlada Light SESA com a controlada em conjunto Axiom	N/A <sup>(b)</sup>	A partir de dez/2010. Vencimento indeterminado	IGP-M	N/A <sup>(b)</sup>	496	1.501	(8.189)	(15.550)

<sup>(a)</sup> Os contratos de encargo de uso de sistema de distribuição e encargo de uso da rede básica são faturados de acordo com a demanda de energia circulada na rede.

<sup>(b)</sup> O contrato de serviço é faturado de acordo com a necessidade de horas despendidas no serviço contratado.



Conforme mencionado nas Notas 20 e 21 a Companhia é avalista dos empréstimos de suas controladas. Além disso, quando necessário, poderão existir mútuos entre a Companhia e suas controladas, contudo não foram realizadas transações desta natureza nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

### 28.1 Remuneração dos administradores

Os montantes apresentados a seguir referem-se à remuneração da Diretoria, do Conselho de Administração, e do Conselho Fiscal, reconhecidos pelo regime de competência, relativo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Remuneração dos Administradores	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Honorários e benefícios de curto prazo	2.650	2.741	17.428	17.269
Bônus	979	1.123	9.788	11.338
Encargos Sociais	533	678	3.516	4.749
Benefícios pós-emprego	45	58	524	645
Benefícios assistenciais	59	73	699	1.146
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	116	10	1.165	98
Remuneração baseada em ações	(2.387)	8.562	(2.387)	8.562
<b>TOTAL</b>	<b>1.995</b>	<b>13.245</b>	<b>30.733</b>	<b>43.807</b>

Adicionalmente, a Companhia possui um programa de remuneração baseado em ações destinado aos seus administradores e empregados, conforme descrito na Nota 30.



## 29. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 29.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o capital social da Light S.A. está representado por 372.555.324 (trezentos e setenta e dois milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e vinte e quatro) ações ordinárias escriturais e sem valor nominal, sendo o seu capital social de R\$5.473.247, sendo reduzido por gastos com emissão de ações no montante de R\$81.050, totalizando o montante de R\$5.392.197, conforme a seguir:

Acionistas	31.12.2022		31.12.2021	
	Quantidade de ações (unidades)	% Participação	Quantidade de ações (unidades)	% Participação
Samambaia Master Fundo de Investimento em Ações Investimento no Exterior - BDR Nível 1	74.551.000	20,01	74.548.846	20,01
Santander PB Fundo de Investimentos em Ações 1	39.251.600	10,54	37.863.402	10,16
BlackRock, Inc.	28.194.331	7,57	-	-
Verde Asset Management S.A.	12.401.300	3,33	18.661.100	5,01
Mercado ( <i>free float</i> )	218.157.093	58,55	241.481.976	64,82
<b>TOTAL</b>	<b>372.555.324</b>	<b>100,00</b>	<b>372.555.324</b>	<b>100,00</b>

A Light S.A. está autorizada a aumentar o seu capital, mediante deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária, até o limite de 408.934.060 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

### 29.2 Reservas

#### 29.2.1 Reservas de capital

A Companhia oferece a seus administradores e a alguns colaboradores indicados pelo Conselho de Administração plano de opção de compra de ações da Companhia. As opções são precificadas pelo valor justo na data de concessão das outorgas, ajustadas a valor presente, e são reconhecidas de forma linear no resultado pelo prazo de concessão da opção em contrapartida ao patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$16.637 (R\$18.462 em 31 de dezembro de 2021) é decorrente de opções outorgadas referente ao plano de opções.

#### 29.2.2 Reservas de lucro

##### Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória e foi constituída à base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até os limites estabelecidos por Lei.

##### Reserva de retenção de lucros

Constituída com o lucro líquido remanescente após as destinações com base em orçamento de capital aprovado pelo Conselho de Administração e pelas Assembleias Gerais Ordinárias.



### Reserva especial

Conforme artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório não será obrigatório no exercício social em que a Diretoria informar à Assembleia geral ordinária ser o pagamento de dividendos incompatível com a situação financeira da Companhia.

Os lucros que deixarem de ser distribuídos serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que o permitir a situação financeira da companhia.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 28 de abril de 2020, foi aprovada a criação da reserva especial com o montante referente aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2019, no montante de R\$315.353.

### **29.3 Ajuste de avaliação patrimonial**

São reconhecidos os efeitos do ajuste a valor justo do ativo imobilizado da controlada Light Energia registrado na data de transição da adoção da IFRS em 1º de janeiro de 2009, líquidos de efeitos de impostos diretos, a uma alíquota de 34%. À medida que os itens forem realizados, os valores registrados nessa conta serão transferidos para a conta de lucros ou prejuízos acumulados.

### **29.4 Outros resultados abrangentes**

São reconhecidos os ganhos ou perdas atuariais decorrentes de alterações de premissas atuariais, como tábua de mortalidade, taxa de desconto das obrigações e também pelas variações no rendimento dos investimentos dos planos de benefício pós-emprego categorizado como de benefícios definidos e plano de saúde. Os montantes apresentados estão líquidos de impostos diretos, quando aplicável, a uma alíquota de 34%. As variações em outros resultados abrangentes relacionadas a ganhos ou perdas atuariais não são reclassificadas para o resultado em períodos subsequentes.

### **29.5 Dividendos**

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Os dividendos propostos originalmente no encerramento de cada um dos exercícios foram calculados como se segue:

Cálculo dos dividendos propostos	2022	2021
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(5.672.203)	397.945
Constituição de reserva legal (5%)	-	(19.897)
<b>Base de cálculo dos dividendos</b>	<b>(5.672.203)</b>	<b>378.048</b>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	-	(94.512)
Realização de ajuste avaliação patrimonial	14.831	15.325
<b>Lucros (Prejuízos) retidos</b>	<b>(5.657.372)</b>	<b>298.861</b>



Em 27 de abril de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios à conta do lucro líquido do exercício de 2021, no valor de R\$94.512 (R\$0,2628 por ação) que foram pagos em 29 de dezembro de 2022.

### 29.6 Resultado por ação

A tabela a seguir concilia o resultado líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, com os montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

Resultado por ação	2022	2021
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(5.672.203)	397.945
Média ponderada do número de ações ordinárias (em unidades)	366.836.885	366.836.885
<b>Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ações ordinárias em reais</b>	<b>(15,4625)</b>	<b>1,0848</b>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não existiam diferenças entre o resultado por ação básico e diluído, uma vez que a Companhia não possuía nenhum instrumento com potencial dilutivo.

### 30. PLANO DE PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 04 de julho de 2019, foi aprovado o plano de opção de compra de ações da Companhia, destinado aos administradores e empregados da Companhia e de suas controladas. O plano tem o objetivo de reforçar a retenção dos executivos, alinhar os interesses dos acionistas aos das pessoas elegíveis e criar valor para o negócio de forma sustentável e de longo prazo.

O número total de ações que poderão ser adquiridas ou subscritas no âmbito do plano de opção não excederá 2,1% das ações representativas do capital social total da Companhia na data de aprovação do plano de opção.

Uma vez exercida a opção pelos interessados, as referidas ações serão objeto de emissão através de aumento do capital da Companhia. As Opções se tornarão exercíveis na medida em que os respectivos beneficiários permanecerem vinculados como administrador ou empregado da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle, pelo período compreendido entre a data de outorga e um prazo a partir de um ano após a concessão, sendo 25% a cada da de aniversário da outorga.

As Opções não exercidas após o 1º aniversário da data de outorga poderão ser exercidas nos períodos subsequentes e assim sucessivamente para as Opções não exercidas após os demais aniversários até o prazo máximo de vigência das opções, que será de 5 (cinco) anos a partir da data de outorga.

#### 30.1 Preço de exercício das opções

O preço de exercício das opções outorgadas nos termos do plano é de R\$20,54, correspondente à média da cotação das ações da Companhia na B3 S.A., ponderada pelo volume de negociação, nos sessenta pregões anteriores a criação do plano.





O preço de exercício será reduzido pelo valor dos dividendos, juros sobre o capital próprio e outros proventos distribuídos pela Companhia aos acionistas ou quaisquer outros valores por ação colocados à disposição dos acionistas pela Companhia, inclusive em função de redução de capital social sem o cancelamento de ações ou qualquer outra operação societária que implique alocação de recursos aos acionistas ou redução do valor da ações, sempre considerado o período compreendido entre a data de outorga e a data do exercício das opções.

### 30.2 Beneficiários

Durante o prazo de um ano contado da data de exercício das Opções, os beneficiários não poderão vender, ceder ou, de qualquer forma, alienar as ações da Companhia originalmente adquiridas ou subscritas ao amparo do Plano, bem como aquelas que venham a ser por eles adquiridas em virtude de bonificações, desdobramentos, subscrições ou qualquer outra forma de aquisição e direitos de subscrição de ações ou quaisquer outros valores mobiliários de emissão da Companhia conversíveis em ações ou que outorguem direito à subscrição de ações (“*Lock-Up*”).

Até 31 de dezembro de 2022, o Conselho de Administração outorgou 1.368.400 (um milhão, trezentos e sessenta e oito mil e quatrocentas) Opções aos beneficiários.

### 30.3 Impactos contábeis

As opções são reconhecidas pelo valor justo, a débito na demonstração do resultado, na rubrica de despesas de pessoal e a crédito no patrimônio líquido, na rubrica de reserva de capital. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi registrada uma reversão no montante de R\$1.825 (adição de R\$9.028 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).



### 31. RECEITA LÍQUIDA

Receita líquida - Consolidado	2022	2021
Fornecimento e receita de uso da rede (Nota 31.1)	18.232.953	18.272.157
Suprimento de energia (Nota 31.2)	1.312.848	1.471.021
(-) Multa por violação de padrão de indicador de continuidade	(26.749)	(35.502)
(-) Bônus de redução voluntária do consumo	-	(169.215)
Aluguéis, serviços e outras	159.461	86.569
Receita de construção	1.146.446	967.268
Subvenção CDE	253.387	457.289
Subvenção por redução voluntária do consumo	-	169.215
Valor justo do ativo financeiro da concessão (Nota 13)	38.365	574.231
Aportes da CCRBT e da Eletrobrás (Nota 12)	482.372	50.312
Ativos e passivos financeiros do setor (Nota 12)	(22.976)	1.450.927
<b>RECEITA BRUTA</b>	<b>21.576.107</b>	<b>23.294.272</b>
ICMS	(4.249.011)	(4.953.277)
PIS e COFINS	(1.554.975)	(1.648.973)
Outros	(9.084)	(4.260)
<b>IMPOSTOS SOBRE RECEITA</b>	<b>(5.813.070)</b>	<b>(6.606.510)</b>
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(2.252.968)	(1.550.272)
Reserva Global de Reversão - RGR	(9.312)	(10.284)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(12.408)	(13.683)
Fundo Nacional de Desenvolvimento - FNDCT	(24.817)	(27.372)
Eficiência Energética - PEE	(54.374)	(64.312)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(24.817)	(27.372)
Outros encargos - PROINFA	(93.818)	(63.908)
Outros encargos	(37.237)	(32.639)
<b>ENCARGOS DO CONSUMIDOR</b>	<b>(2.509.751)</b>	<b>(1.789.842)</b>
<b>TOTAL DAS DEDUÇÕES</b>	<b>(8.322.821)</b>	<b>(8.396.352)</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>13.253.286</b>	<b>14.897.920</b>

#### 31.1 Fornecimento e receita de uso da rede

Fornecimento e receita de uso da rede- Consolidado	2022			2021		
	Faturamento bruto	ICMS	Faturamento líquido	Faturamento bruto	ICMS	Faturamento líquido
Residencial	7.983.297	(1.781.057)	6.202.240	8.127.818	(1.971.174)	6.156.644
Industrial	430.567	(114.417)	316.150	458.747	(145.932)	312.815
Comércio, serviços e outras	4.688.086	(1.210.284)	3.477.802	4.768.682	(1.495.321)	3.273.361
Rural	11.261	(2.864)	8.397	13.770	(4.122)	9.648
Poder público	1.341.512	(285.988)	1.055.524	1.190.046	(307.425)	882.621
Iluminação pública	365.250	(96.291)	268.959	457.098	(146.842)	310.256
Serviço público	719.649	(192.781)	526.868	862.904	(273.903)	589.001
Receita de uso da rede (livres)	2.647.003	(552.645)	2.094.358	2.432.811	(599.576)	1.833.235
Fornecimento não faturado	46.328	-	46.328	(39.719)	-	(39.719)
<b>Total fornecimento</b>	<b>18.232.953</b>	<b>(4.236.327)</b>	<b>13.996.626</b>	<b>18.272.157</b>	<b>(4.944.295)</b>	<b>13.327.862</b>

#### 31.2 Suprimento de energia

Suprimento de energia - Consolidado	2022			2021		
	Suprimento bruto	ICMS	Suprimento líquido	Suprimento bruto	ICMS	Suprimento líquido
Comercialização de energia/outros	1.253.870	(12.684)	1.241.186	1.320.259	(8.982)	1.311.277
Energia de curto prazo	58.978	-	58.978	150.762	-	150.762
<b>Total suprimento</b>	<b>1.312.848</b>	<b>(12.684)</b>	<b>1.300.164</b>	<b>1.471.021</b>	<b>(8.982)</b>	<b>1.462.039</b>



**32. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

Custos e despesas – Consolidado	Custos de operação		Despesas gerais e administrativas	
	2022	2021	2022	2021
Pessoal e administradores	(287.081)	(269.029)	(105.198)	(152.307)
Materiais	(22.467)	(11.599)	(400)	(11.928)
Serviços de terceiros	(237.263)	(250.669)	(185.713)	(180.813)
Custos com energia elétrica (Nota 32.1)	(8.991.642)	(10.427.435)	-	-
Depreciação e amortização	(687.455)	(653.780)	(43.312)	(24.330)
Provisão esperada para crédito de liquidação duvidosa (PECLD) (vide Nota 8)	-	-	(1.116.763)	(597.354)
Provisão para contingências e depósitos judiciais (vide Nota 22)	-	-	(1.995.245)	(181.583)
Custo de construção	(1.146.446)	(967.268)	-	-
Multas financeiras de clientes e fornecedores	107.873	107.837	-	-
Outras despesas e custos operacionais	(6.986)	(5.015)	(48.670)	(41.708)
<b>TOTAL</b>	<b>(11.271.467)</b>	<b>(12.476.958)</b>	<b>(3.495.301)</b>	<b>(1.190.023)</b>

**32.1 Energia elétrica comprada para revenda**

Energia elétrica comprada para revenda - Consolidado	2022	2021
<b>Energia comprada para revenda</b>		
Mercado de curto prazo CCEE	(840.422)	(1.405.937)
Itaipu – Binacional	(1.279.897)	(1.581.021)
UTE Norte Fluminense	(3.730.225)	(3.414.600)
Leilão de energia	(2.443.784)	(3.798.678)
Cotas de garantia física	(714.549)	(687.018)
Cota de nucleares	(281.878)	(198.718)
<b>Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição</b>		
Encargos uso da rede básica e NOS	(1.171.209)	(1.170.626)
Encargos de conexão – Transmissão	(99.511)	(96.416)
Encargos uso da rede distribuição – CUSD	(7.711)	(6.003)
Transporte de energia – Itaipu	(122.760)	(130.650)
PROINFA	(215.996)	(138.208)
Crédito de PIS/COFINS sobre compra	899.893	1.052.834
ICMS sobre compra	1.016.407	1.147.606
<b>TOTAL</b>	<b>(8.991.642)</b>	<b>(10.427.435)</b>



**33. RESULTADO FINANCEIRO**

Resultado financeiro – Consolidado	2022	2021
<b>RECEITA</b>		
Acréscimo moratório sobre venda de energia	55.479	55.489
Rendimento sobre equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	396.293	152.118
Operações de <i>swap</i>	-	59.548
Atualização de depósitos judiciais	13.910	7.613
Atualização de ativos e passivos financeiros do setor (Nota 12)	-	53.469
Atualização dos créditos de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo (Nota 9)	80.343	14.912
Atualização de ativos tributários	60.467	21.466
Outras receitas financeiras	32.834	17.794
<b>TOTAL DAS RECEITAS FINANCEIRAS</b>	<b>639.326</b>	<b>382.409</b>
<b>DESPESAS</b>		
Atualização monetária das provisões para contingências <sup>(a)</sup>	(1.802.023)	(22.286)
Despesas com passivos tributários	(8.455)	(6.428)
Atualização de ativos e passivos financeiros do setor (Nota 12)	(1.412)	-
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(931.808)	(698.410)
Operações de <i>swap</i>	(1.046.437)	-
Variação cambial e monetária de empréstimos, financiamentos e debêntures	(16.260)	(743.095)
Variação cambial sobre faturas de energia	-	(17.097)
Atualização monetária sobre o GSF	-	(89.389)
Ajuste a valor presente	(19.422)	1.291
PIS e COFINS sobre receita financeira	(29.008)	(17.299)
Outras despesas financeiras	(231.828)	(119.886)
<b>TOTAL DAS DESPESAS FINANCEIRAS</b>	<b>(4.086.653)</b>	<b>(1.712.599)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(3.447.327)</b>	<b>(1.330.190)</b>

<sup>(a)</sup> Inclui o montante de R\$1.661.716 referente a atualização da provisão para contingências dos créditos de PIS/COFINS sobre ICMS a devolver ao consumidor.



## 34. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

### 34.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

A Companhia mensura ao valor justo utilizando vários métodos que incluem abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

**Nível 1** - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

**Nível 2** - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

**Nível 3** - dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

O quadro abaixo apresenta os valores contábeis e valores justos dos principais ativos e passivos financeiros da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Controladora	Níveis	31.12.2022		31.12.2021	
		Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo
<b>ATIVOS FINANCEIROS (CIRCULANTE/NÃO CIRCULANTE)</b>					
<b>MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO</b>					
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos (Nota 6)		2.693	2.693	9	9
Serviços prestados a receber		-	-	1.474	1.474
Depósitos judiciais		663	663	878	878
Outros créditos		10.091	10.091	15.941	15.941
<b>MENSURADO A VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO</b>					
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	2	720.172	720.172	62.647	62.647
<b>TOTAL</b>		<b>733.619</b>	<b>733.619</b>	<b>80.949</b>	<b>80.949</b>
<b>PASSIVO FINANCEIROS (CIRCULANTE)</b>					
<b>MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO</b>					
Fornecedores		1.001	1.001	358	358
Outros débitos		4.522	4.522	1.900	1.900
<b>TOTAL</b>		<b>5.523</b>	<b>5.523</b>	<b>2.258</b>	<b>2.258</b>



Consolidado	Níveis	31.12.2022		31.12.2021	
		Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo
<b>ATIVOS FINANCEIROS (CIRCULANTE/NÃO CIRCULANTE)</b>					
<b>MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO</b>					
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos (Nota 6)		43.886	43.886	53.528	53.528
Contas a receber de clientes (Nota 8)		2.422.171	2.422.171	3.645.368	3.645.368
Serviços prestados a receber		34.241	34.241	17.316	17.316
Depósitos judiciais		221.491	221.491	221.572	221.572
Ativos financeiros do setor (Nota 12)		199.402	199.402	1.480.272	1.480.272
Outros créditos (Nota 11)		401.787	401.787	614.062	614.062
<b>MENSURADO A VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO</b>					
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações Financeiras de liquidez imediata (Nota 6)	2	-	-	343.249	343.249
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	2	2.039.665	2.039.665	3.208.196	3.208.196
Ativo financeiro da concessão (Nota 13)	3	7.697.294	7.697.294	6.821.988	6.821.988
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	2	13.611	13.611	190.409	190.409
<b>TOTAL</b>		<b>13.073.548</b>	<b>13.073.548</b>	<b>16.595.960</b>	<b>16.595.960</b>
<b>PASSIVO FINANCEIROS (CIRCULANTE/ NÃO CIRCULANTE)</b>					
<b>MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO</b>					
Fornecedores (Nota 18)		1.506.031	1.506.031	2.154.037	2.154.037
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)		3.773.298	3.884.298	4.409.020	4.288.734
Debêntures (Nota 21)		6.915.392	6.457.642	6.735.306	6.435.889
Passivos financeiros do setor (Nota 12)		911.538	911.538	276.353	276.353
Obrigações por arrendamento mercantil (Nota 25)		239.873	239.873	63.271	63.271
Encargos regulatórios (Nota 26)		281.738	281.738	313.778	313.778
Outros débitos (Nota 27)		587.779	587.779	612.041	612.041
<b>MENSURADO A VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO</b>					
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	2	440.708	440.708	3.975	3.975
<b>TOTAL</b>		<b>14.656.357</b>	<b>14.309.607</b>	<b>14.567.781</b>	<b>14.148.078</b>

## 34.2 Gerenciamento de riscos e objetivos alcançados

### 34.2.1 Risco de mercado

No curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados a variações cambiais e taxas de juros. Segue abaixo o quadro com a abertura do principal da dívida por moeda e indexador (não inclui custos de captação e de emissão):

Moeda e indexador - Consolidado	31.12.2022		31.12.2021	
	R\$	%	R\$	%
USD	3.357.453	31,5	3.587.594	32,2
<b>TOTAL - MOEDA ESTRANGEIRA</b>	<b>3.357.453</b>	<b>31,5</b>	<b>3.587.594</b>	<b>32,2</b>
CDI	3.186.301	29,9	2.954.652	25,7
IPCA	4.100.558	38,6	4.617.877	42,0
Outros	116	-	9.919	0,1
<b>TOTAL - MOEDA NACIONAL</b>	<b>7.286.975</b>	<b>68,5</b>	<b>7.582.448</b>	<b>67,8</b>
<b>TOTAL</b>	<b>10.644.428</b>	<b>100,0</b>	<b>11.170.042</b>	<b>100,0</b>

Para o montante da dívida em moeda estrangeira, foram contratados instrumentos de derivativos financeiros, na modalidade de *swap*, de acordo com a política para utilização de instrumentos derivativos aprovada pelo Conselho de Administração. Dessa forma, considerando os *swaps*, a exposição cambial da Companhia relacionada à dívida, em 31 de dezembro de 2022, é de 0,2% do total da dívida em moeda estrangeira (0,2% em 31 de dezembro de 2021).



### 34.2.2 Risco de taxa de câmbio

Para a parte dos empréstimos e financiamentos denominada em moeda estrangeira, a Companhia se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “*swap*”) para proteção do serviço associado a tais dívidas (principal mais juros e comissões) a vencer em até 24 meses. As captações realizadas através da Resolução BACEN 4.131 no contrato celebrado com o Citibank e a emissão dos *Bonds* no Mercado Internacional, já foram contratadas com *swap* para todo o prazo da dívida, devidamente pré-aprovadas pelo Conselho de Administração.

Segue abaixo o quadro com a composição das operações de derivativos existentes em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Controlada	Moeda	Companhia recebe	Companhia paga	Data de início	Data de Vencimento	Valor Ncional (R\$) 31.12.2022	Valor Ncional (US\$) 31.12.2022	Swap (accrual) (R\$) 31.12.2022	Swap valor justo (contábil) (R\$) 31.12.2022	Valor Justo x Accrual 31.12.2022
Light SESA	US\$	US\$+Libor3M+1,18%	CDI+1,85%	31.12.2021	31.03.2025	208.708	40.000	8.002	7.645	(357)
Light SESA	US\$	US\$+4,3750 % a.a.	143,43% CDI	18.06.2021	18.06.2026	2.087.080	400.000	(61.284)	268.727	330.011
Light Energia	US\$	US\$+4,3750 % a.a.	145,45% do CDI	18.06.2021	18.06.2026	1.043.540	200.000	(30.538)	141.730	172.268
<b>TOTAL</b>						<b>3.339.328</b>	<b>640.000</b>	<b>(83.820)</b>	<b>418.102</b>	<b>501.922</b>

Controlada	Moeda	Companhia recebe	Companhia paga	Data de início	Data de Vencimento	Valor Ncional (R\$) 31.12.2021	Valor Ncional (US\$) 31.12.2021	Swap (accrual) (R\$) 31.12.2021	Swap valor justo (contábil) (R\$) 31.12.2021	Valor Justo x Accrual 31.12.2021
Light SESA	US\$	US\$+Libor3M+1,18%	CDI+1,85%	31.12.2021	31.03.2025	223.220	40.000	(6.498)	(2.845)	3.653
Light SESA	US\$	US\$+4,3750 % a.a.	143,43% CDI	18.06.2021	18.06.2026	2.232.200	400.000	(211.275)	(129.155)	82.120
Light Energia	US\$	US\$+4,3750 % a.a.	145,45% do CDI	18.06.2021	18.06.2026	1.116.100	200.000	(105.566)	(58.409)	47.157
<b>TOTAL</b>						<b>3.571.520</b>	<b>640.000</b>	<b>(323.339)</b>	<b>(190.409)</b>	<b>132.930</b>

O valor contabilizado encontra-se mensurado pelo seu valor justo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021. Todas as operações com instrumentos financeiros derivativos encontram-se registradas em câmaras de liquidação e custódia e não existe nenhuma margem depositada em garantia. As operações não possuem custo inicial.

A diferença entre o valor na curva (*accrual*) e o valor a mercado se dá pela distinta metodologia de cálculo, pois enquanto o saldo de *swap* na curva é calculado pelo valor do principal mais juros e câmbio atualizados até 31 de dezembro de 2022, o saldo do *swap* a mercado é calculado considerando a curva futura dos indicadores descontada pelo cupom cambial.

Em atendimento às práticas contábeis brasileiras e ao IFRS, o valor dos instrumentos de derivativos é registrado a valor justo, que se aproxima aos valores de mercado.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de câmbio, demonstrando os possíveis impactos no resultado financeiro da Companhia. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos saldos patrimoniais estivesse em aberto durante todo o período.

A metodologia utilizada para o “cenário provável” considerou a melhor estimativa da taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2023. Vale lembrar que, por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida em 31 de dezembro de 2022. É importante salientar que o saldo das aplicações financeiras oscilará de



acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia, bem como o comportamento dos saldos de dívida e derivativos respeitará seus respectivos contratos.

Análise de sensibilidade da taxa de câmbio, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções da B3 e BNDES em 31 de dezembro de 2022.

Operação	Controlada	Risco	Dívida - US\$ Mil	R\$			
				Cenário provável (I)	Cenário (II) + 25%	Cenário (III) + 50%	
<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>				<b>(274.485)</b>	<b>(1.184.540)</b>	<b>(2.094.594)</b>	
TN - Par Bond	Light SESA	US\$	39.422	(16.775)	(72.392)	(128.009)	
TN - Caução - Par Bond	Light SESA	US\$	(36.779)	15.650	67.537	119.425	
TN - Discount Bond	Light SESA	US\$	27.306	(11.619)	(50.143)	(88.667)	
TN - Caução - Discount Bond	Light SESA	US\$	(25.824)	10.989	47.421	83.854	
4131 Citibank 2021	Light SESA	US\$	40.011	(17.025)	(73.473)	(129.920)	
Bonds (2021)	Light SESA	US\$	400.632	(170.476)	(735.690)	(1.300.903)	
Bonds (2021)	Light Energia	US\$	200.292	(85.228)	(367.800)	(650.373)	
<b>DERIVATIVOS</b>				<b>272.730</b>	<b>1.176.963</b>	<b>2.081.196</b>	
Swaps de moeda (ponta ativa)	Light SESA	US\$	(440.643)	187.502	809.163	1.430.823	
Swaps de moeda (ponta ativa)	Light Energia	US\$	(200.292)	85.228	367.800	650.373	
<b>TOTAL</b>				<b>(1.756)</b>	<b>(7.577)</b>	<b>(13.398)</b>	
<b>Referência para Ativos e Passivos Financeiros</b>					<b>+25%</b>	<b>+50%</b>	
Cotação R\$/US\$ (em 31.12.2023)					5,64	7,05	8,46

### 34.2.3 Risco de taxa de juros

Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros não só sobre a despesa financeira associada aos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia, como também sobre as receitas financeiras oriundas de suas aplicações financeiras. A política para utilização de derivativos aprovada pelo Conselho de Administração não compreende a contratação de instrumentos contra esse risco. No entanto, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de forma a avaliar a eventual necessidade de contratar derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas, sendo que, para estes casos, é solicitada aprovação prévia ao Conselho de Administração.

Segue quadro abaixo com a posição das operações de swap de juros vigentes em 31 de dezembro de 2022:

Controlada	Companhia recebe	Companhia paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nominal (R\$) 31.12.2022	Swap (accrual) (R\$) 31.12.2022	Swap valor justo (contábil) (R\$) 31.12.2022	Valor Justo x Accrual 31.12.2022
Light Energia	IPCA + 4,85% a.a.	CDI + 1,20%	11.08.2021	17.07.2028	554.110	(33.190)	8.995	42.185
<b>TOTAL</b>					<b>554.110</b>	<b>(33.190)</b>	<b>8.995</b>	<b>42.185</b>

Controlada	Companhia recebe	Companhia paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nominal (R\$) 31.12.2021	Swap (accrual) (R\$) 31.12.2021	Swap valor justo (contábil) (R\$) 31.12.2021	Valor Justo x Accrual 31.12.2021
Light Energia	IPCA + 4,85% a.a.	CDI + 1,20%	11.08.2021	17.07.2028	524.532	(18.952)	3.975	22.927
<b>TOTAL</b>					<b>524.532</b>	<b>(18.952)</b>	<b>3.975</b>	<b>22.927</b>

O swap de juros contratado na controlada Light Energia está associado ao vencimento da 7ª Emissão de debentures.





A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de juros, demonstrando os possíveis impactos no resultado antes dos impostos. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos saldos patrimoniais estivesse em aberto durante todo o período.

A metodologia utilizada para o “cenário provável” considerou a melhor estimativa da taxa de juros em 31 de dezembro de 2023. Vale lembrar que por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida e das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2022. É importante salientar que o comportamento dos saldos de dívida e derivativos respeitará seus respectivos contratos, bem como o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia.

Análise de sensibilidade das taxas de juros, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções da B3 e BNDES em 31 de dezembro de 2022.

Operação	Controlada	R\$		
		Cenário provável (I)	Cenário (II) + 25%	Cenário (III) + 50%
<b>ATIVOS FINANCEIROS</b>		<b>(4.941)</b>	<b>(67.854)</b>	<b>(131.247)</b>
Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários <sup>(a)</sup>		(4.941)	(67.854)	(131.247)
<b>PASSIVOS FINANCEIROS POR RISCOS</b>		<b>(58.860)</b>	<b>(247.179)</b>	<b>(435.496)</b>
Libor6M	Light SESA	586	(1.098)	(2.782)
Libor3M	Light SESA	1	(2.487)	(4.975)
CDI	Light SESA	(34.768)	(148.632)	(262.495)
IPCA	Light SESA	(21.172)	(81.394)	(141.616)
CDI	Light Energia	(197)	(843)	(1.488)
IPCA	Light Energia	(3.310)	(12.725)	(22.140)
<b>DERIVATIVOS</b>		<b>(52.693)</b>	<b>(225.257)</b>	<b>(397.821)</b>
Swaps de moedas (ponta passiva) <sup>(a)</sup>		(47.168)	(201.639)	(356.110)
Swaps de taxa (ponta passiva)	Light Energia	(5.525)	(23.618)	(41.711)
<b>TOTAL</b>		<b>(116.494)</b>	<b>(540.290)</b>	<b>(964.564)</b>
<b>Referência para Ativos Financeiros</b>			<b>-25%</b>	<b>-50%</b>
CDI (em 31.12.2023)		13,41%	10,06%	6,71%
<b>Referência para Passivos financeiros</b>			<b>+25%</b>	<b>+50%</b>
CDI (% em 31.12.2023)		13,41%	16,77%	20,12%
IPCA (% em 31.12.2023)		6,34%	7,93%	9,51%
Libor3M (% em 31.12.2023)		4,71%	5,89%	7,07%
Libor6M (% em 31.12.2023)		4,69%	5,86%	7,03%

<sup>(a)</sup> Inclui as controladas do grupo Light



#### 34.2.4 Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência dos seus consumidores ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia utiliza de todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de clientes inadimplentes em empresas de proteção ao crédito e cobrança judicial. O risco de crédito das contas a receber encontra-se pulverizado considerando a base de clientes da Companhia. Uma análise de redução ao valor recuperável é efetuada a cada data de reporte usando uma matriz de provisão para avaliar as perdas de crédito esperadas. A exposição máxima ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2022 é o valor contábil de cada classe de ativos financeiros divulgada na Nota 8. O Grupo não possui ou mantém ativos que tenham sido dados em garantia por terceiros.

No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. A Companhia possui uma política de não manter a carteira concentrada em uma determinada instituição financeira. Desta forma, a política tem como princípio controlar a concentração da carteira através de limites impostos aos Grupos e acompanhar as instituições financeiras através do seu patrimônio líquido e de seus *ratings*.

Por meio de sua política a Companhia poderá aplicar os recursos em produtos de renda fixa, pós-fixados indexados ao CDI e Títulos públicos pós-fixados.

#### 34.2.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade financeira em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações que fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os recursos captados são apresentadas nas Notas 20 e 21.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial, do mercado financeiro e de empresas ligadas, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

Conforme divulgado na Nota 1.1, a Administração da Companhia está acompanhando atentamente todos os riscos relacionados a continuidade operacional do Grupo e gerencia o risco de liquidez por meio do acompanhamento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, acarretar perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa no curto prazo, que são recuperáveis dentro do arcabouço regulatório vigente, e pode impactar em aumentos tarifários futuros. Com a cobrança das bandeiras tarifárias, a Companhia diminui, em parte, uma maior exposição da variação do custo de compra de energia, reduzindo



assim, o risco de liquidez.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais, as quais incluem juros futuros, quando aplicáveis, até a data dos vencimentos contratuais, são apresentadas conforme quadro abaixo:

Instrumentos a taxas de juros:	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Pós Fixadas</b>					
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	(251.982)	(1.225.253)	(9.599.334)	(1.121.998)	(12.198.567)
<b>Pré-Fixadas</b>					
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	(36)	(775)	(345.113)	-	(345.924)
Fornecedores	(1.506.031)	-	-	-	(1.506.031)
Swap	10.940	32.821	383.335	-	427.096
<b>TOTAL</b>	<b>(1.747.109)</b>	<b>(1.193.207)</b>	<b>(9.561.112)</b>	<b>(1.121.998)</b>	<b>(13.623.426)</b>

#### 34.2.6 Risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia

A venda ou compra de energia no mercado de curto prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da controlada Light SESA é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica. O limite regulatório para o repasse integral aos consumidores resultado da liquidação no MCP das exposições positivas (energia contratada acima do mercado cativo), valorada pela diferença entre o preço médio de compra de energia da distribuidora e o preço de liquidação de diferenças (PLD) é de 5% sobre a energia requerida regulatória da distribuidora. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também, podem ser repassadas integralmente aos consumidores.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.



### 34.2.7 Riscos socioambientais

Os riscos socioambientais estão relacionados aos aspectos ambientais, à segurança da força de trabalho e da população, às questões relacionadas aos empregados, aos fornecedores e aos impactos na sociedade. Nesse sentido, a Companhia atua de forma contínua para promover a melhoria da sua gestão ambiental e social, de forma a mitigar esses riscos, por meio de diversos compromissos:

- (i) Atender à legislação ambiental vigente e aos padrões de qualidade ambiental por meio do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), baseado na ISO 14001, que avalia e monitora os aspectos e impactos do parque operacional da Companhia, mitigando o risco de multas, embargos de empreendimentos, acidentes, ações judiciais e danos à imagem da Light;
- (ii) Nas usinas e nas estruturas associadas ao parque gerador de energia da Companhia, além da certificação ISO 14001, atender às normas ISO 9001, de qualidade, e ISO 45001, de gestão de saúde e segurança ocupacional, formando um Sistema de Gestão Integrado (SGI);
- (iii) Investir na promoção da saúde e na prevenção de acidentes, aplicando recursos na melhoria de processos e procedimentos, capacitando e sensibilizando a força de trabalho, em paralelo a campanhas de comunicação relacionadas aos riscos da rede elétrica para a população e à importância da adoção de medidas pessoais de segurança;
- (iv) Oferecer benefícios aos empregados da Companhia que englobam planos de previdência privada, pela Braslight, assistência médica e odontológica extensivas a dependentes, auxílio alimentação e/ou refeição, auxílio natalino, auxílio-creche, complementação de auxílio doença, auxílio psicopedagógico para dependentes de empregados com necessidade de tratamentos neuropsíquicos, assistência social e psicológica, seguro de vida, auxílio funeral e bolsas de estudo de ensino médio técnico para empregados e dependentes;
- (v) Estreitar o relacionamento com as comunidades da área de concessão, fortalecendo o vínculo empresa/cliente e regularizando o fornecimento de energia e arrecadação nessas áreas, além de incentivar o cadastramento de moradores na Tarifa Social; e
- (vi) No âmbito da cadeia de valor da Light, garantir o alinhamento dos fornecedores com as diretrizes de direitos humanos, práticas trabalhistas e redução de impactos socioambientais que são adotadas pela Companhia, estabelecendo critérios para a seleção e gestão desses fornecedores que contemplam o cumprimento do Acordo de Responsabilidade Social e do Código de Ética e Conduta Empresarial da Companhia.



### 34.2.8 Riscos de continuidade da concessão

A Companhia e suas controladas conduzem suas atividades de geração e distribuição de energia elétrica de acordo com contratos de concessão e a legislação do setor elétrico, incluindo todas as resoluções emitidas pela ANEEL.

O quinto aditivo ao contrato de concessão da controlada Light SESA, celebrado em março de 2017 possui cláusulas que condicionam a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da controlada Light SESA, de novos critérios de eficiência com relação à qualidade da prestação do serviço e à sustentabilidade econômico-financeira da referida companhia.

Os critérios de eficiência com relação (i) à qualidade do serviço prestado são mensurados por indicadores que consideram a frequência e a duração média das interrupções do serviço de distribuição de energia, e os limites globais anuais definidos no referido aditivo; e (ii) à gestão econômica e financeira são mensurados por indicadores que consideram o nível de endividamento da companhia e limites os quais estão definidos no referido termo aditivo.

O inadimplemento do critério de qualidade da prestação do serviço será verificado nos casos em que houver o não atendimento dos indicadores por:

- (a) dois anos consecutivos no período entre 2018 e 2021 para o indicador de qualidade do serviço prestado;
- (b) dois anos consecutivos no período entre 2018 e 2019 para o indicador de gestão econômico-financeira;
- (c) especificamente no ano de 2022 para o indicador de qualidade do serviço prestado;
- (d) especificamente no ano de 2020 para o indicador de gestão econômico-financeira;
- (e) por dois anos consecutivos a partir de 2021 para o indicador de gestão econômico-financeira; ou
- (f) por três anos consecutivos a partir de 2023 para o indicador de qualidade do serviço prestado.

O descumprimento em função dos itens (a), (b), (c) e (d) acima, implica na instauração de processo administrativo para extinção da concessão, enquanto o descumprimento em função dos itens (e) e (f), acarreta a abertura de processo de caducidade, no qual se procederá com a apuração da inadimplência da concessionária.

Para o exercício findos em 2018, 2019 e 2020, a controlada Light SESA atendeu aos indicadores de qualidade do serviço prestado e de sustentabilidade econômico-financeira.

Em 08 de setembro de 2022, a controlada Light SESA recebeu o Ofício nº 312/2022 da SFF/ANEEL com conclusões a respeito da apuração do indicador de sustentabilidade econômico-financeira do ano de 2021. Em resumo, o referido Ofício determinou que para cumprimento do Critério de Eficiência com relação à Gestão Econômico-Financeira fosse realizado um aporte no montante de R\$57.919. Em consequência, no dia 30 de setembro de 2022, em linha com a orientação expressa no Ofício em referência, e com o objetivo de pacificar o cumprimento das obrigações relacionados ao ano de 2021, a controladora Light S.A. realizou um aporte de capital no montante de R\$57.919 na controlada Light SESA.

Para o exercício findo em 2022, ainda não foram mensurados de forma definitiva, uma vez que estes são mensurados quando da emissão das demonstrações contábeis regulatórias e a estimativa dos



indicadores de sustentabilidade econômico-financeira para o exercício de 2022 indica o seu descumprimento.

Importante ressaltar que o próprio contrato de concessão e o Anexo VIII-A da Resolução Normativa nº 948, de 16 de novembro de 2021, apresentam mecanismos para restabelecimento da condição de sustentabilidade econômico-financeira, antes que seja iniciado o processo de caducidade da concessão, sendo os principais a limitação de distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio cujo valor e a exigência de aportes de capital dos acionistas controladores, em montante suficiente para atender à condição de sustentabilidade mínima. Neste contexto, a Administração da Light e seus acionistas podem providenciar ações e teriam certo prazo para restabelecer os indicadores de sustentabilidade econômico-financeiro para evitar o início do processo de caducidade da concessão da Light SESA.

A Administração da Companhia entende que o potencial descumprimento em questão não inicia de forma imediata o processo de caducidade da concessão da Light SESA, mas requer monitoramento contínuo.

### 34.3 Gestão do capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A dívida líquida consolidada do Grupo em relação ao seu patrimônio líquido é apresentada a seguir:

Consolidado	31.12.2022	31.12.2021
Dívida de financiamentos, empréstimos e debêntures	10.688.690	11.144.326
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	427.097	(186.434)
<b>Dívida bruta</b>	<b>11.115.787</b>	<b>10.957.892</b>
(-) Caixa e equivalentes de caixa e TVM	2.083.551	3.604.973
<b>Dívida líquida (A)</b>	<b>9.032.236</b>	<b>7.352.919</b>
Patrimônio líquido (B)	2.844.757	8.733.101
<b>Percentual de capital de terceiros - % (A÷ (B+A))</b>	<b>76%</b>	<b>46%</b>

### 35. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo Light possuía seguros com cobertura abrangendo seus principais ativos, dentre os quais podemos citar:

Seguro de riscos operacionais - cobre os danos causados às Usinas Hidroelétricas e Termoelétricas, incluindo, mas não limitada a todo seu maquinário, turbinas a vapor, turbinas a gás, geradores, caldeiras, transformadores, canais, túneis, barragens, vertedouros, obras civis, escritórios e depósitos. Todos os ativos estão segurados na modalidade de Riscos Operacionais, com cobertura "All Risks", incluindo-se linhas de transmissão e distribuição até 1.000 pés do local de geração.

Seguro de responsabilidade civil de administradores e diretores (D&O) - tem por objetivo proteger os Executivos por perdas e danos resultantes do exercício das suas funções inerentes ao cargo ou posição como Conselheiros, Diretores e Administradores da Sociedade.



Seguro de responsabilidade civil e geral - objetiva o pagamento de indenização caso a Companhia venha a ser responsabilizada civilmente por meio de sentença transitada em julgado ou acordo autorizado pela seguradora, relativas a reparações por danos materiais e corporais involuntários, causados a terceiros e também aqueles relacionados à poluição, contaminação, vazamentos súbitos e ou acidentais.

A composição dos principais seguros considerada pela Diretoria é resumida conforme a seguir:

RISCOS	Data de Vigência		Importância Segurada	Prêmio Líquido
	De	Até		
Directors & Officers (D&O)	10.08.2022	10.08.2023	N/A	100.000
Responsabilidade Civil e Geral	02.01.2023	02.01.2024	N/A	20.000
Riscos Operacionais (a)	03.02.2023	03.02.2024	11.879.397	300.000

Os seguros da Companhia não fazem parte do escopo de auditoria dos nossos auditores independentes.

### 36. COMPROMISSOS CONTRATUAIS

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas possuem os seguintes compromissos contratuais relevantes não reconhecidos nas demonstrações contábeis:

#### 36.1 Contratos de venda de energia elétrica gerada

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía compromissos de venda de energia, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Ano	Energia convencional contratada (R\$ mil) <sup>(a)</sup>	Energia incentivada contratada (R\$ mil) <sup>(a)</sup>
2023	855.630	46.574
2024	878.744	48.087
2025	631.536	49.530
2026	650.483	51.016
2027	669.997	52.547

<sup>(a)</sup> Não auditado pelos auditores independentes

#### 36.2 Contratos de compra de energia elétrica

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía compromissos de compra de energia, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Ano	Total de contratos em R\$ <sup>(a)</sup>
2023	7.144
2024	7.505
2025	5.900
2026	5.884

<sup>(a)</sup> Não auditado pelos auditores independentes



### 37. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia e suas controladas realizaram atividades de investimento e financiamento que não envolveram caixa, conforme demonstrado abaixo:

Consolidado	2022	2021
Aquisição de ativo intangível em contrapartida a fornecedor	37.474	35.119
Adições de arrendamentos (Nota 25)	255.080	4.990
Encargos capitalizados no ativo de contrato e imobilizado	28.933	25.465
Transferências para intangível (Acordo Furnas – Nota 17)	70.663	-

### 38. EVENTOS SUBSEQUENTES

#### 38.1 Revisão tarifária 2023

Em 15 de março de 2023, foi aprovado pela ANEEL o processo de reajuste das tarifas da Companhia. O resultado representa um reajuste tarifário médio para o consumidor de 7,0%, e engloba todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural e outras). O índice de reajuste é constituído de dois componentes: (i) estrutural, que passa a integrar a tarifa, de 2,84%, compreendido pelos custos não gerenciáveis (Parcela A) e gerenciáveis (Parcela B); e (ii) componente financeiro negativo que somam 4,16%, aplicado exclusivamente aos próximos 12 meses. Neste reajuste está incluído o repasse aos consumidores de créditos tributários da exclusão do ICMS da base do PIS/Cofins, no valor de R\$1.777.129, em cumprimento à Lei nº 14.385/22. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 15 de março de 2023.

Adicionalmente, na mesma ocasião da aprovação do reajuste, foi determinado que as áreas técnicas da ANEEL recebam e tratem os pleitos apresentados pela Companhia relacionados ao reconhecimento adequado das perdas não-técnicas regulatórias e ajustes de redução de mercado.

#### 38.2 Contrato de Compra e Venda de Ações da controlada em conjunto AXXIOM

Em 21 de dezembro de 2022, a Light S.A. assinou um Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças para aquisição de 49% das ações da controlada em conjunto Axxiom Soluções pertencentes a Companhia Energética de Minas Gerais (“CEMIG”). A operação foi realizada por R\$1,00 (um real) onde o Grupo Light S.A. terá 100% das ações da Axxiom. Em 25 de janeiro de 2023, o Conselho de Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) aprovou a operação. Para que essa operação seja finalizada, existem algumas condições precedentes a serem cumpridas e a Companhia tem expectativa para conclusão da operação no segundo trimestre de 2023.





**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Wilson Martins Poit
Firmino Ferreira Sampaio Neto
Yuiti Matsuo Lopes
Helio Paulo Ferraz
Abel Alves Rochinha
Vago
Vago
Lavinia Rocha de Hollanda
Vanessa Claro Lopes

**CONSELHO FISCAL**

EFETIVOS	SUPLENTES
Luiz Paulo de Amorim	Natalia Carneiro de Figueiredo
Sergio Xavier Fortes	João Ricardo Pereira da Costa
Ary Waddington	Vago

**DIRETORIA EXECUTIVA**

Octavio Cortes Pereira Lopes - Diretor Presidente
Eduardo Guardiano Leme Gotilla - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Carlos Vinicius de Sá Roriz - Diretor
Déborah Meirelles Rosa Brasil - Diretora
Alessandra Genu Dutra Amaral - Diretora
Thiago Freire Guth - Diretor
Alexandre Nogueira Ferreira - Diretor

**GERÊNCIA DE CONTABILIDADE**

Simone da Silva Cerutti de Azevedo
Contadora - Gerente de Contabilidade
CRC-RJ 103826/O-9



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS,  
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS,**

**PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**



<b>BALANÇOS PATRIMONIAIS</b> .....	<b>1</b>
<b>BALANÇOS PATRIMONIAIS</b> .....	<b>2</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS</b> .....	<b>3</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES</b> .....	<b>4</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA E CONSOLIDADO</b> .....	<b>5</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA</b> .....	<b>6</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS</b> .....	<b>7</b>
<b>1. CONTEXTO OPERACIONAL</b> .....	<b>8</b>
<b>2. BASE DE PREPARAÇÃO</b> .....	<b>15</b>
<b>3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS</b> .....	<b>17</b>
<b>4. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO</b> .....	<b>28</b>
<b>5. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA</b> .....	<b>29</b>
<b>6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b> .....	<b>30</b>
<b>7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS</b> .....	<b>30</b>
<b>8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES</b> .....	<b>31</b>
<b>9. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR</b> .....	<b>33</b>
<b>10. TRIBUTOS DIFERIDOS</b> .....	<b>35</b>
<b>11. OUTROS CRÉDITOS</b> .....	<b>37</b>
<b>12. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DO SETOR</b> .....	<b>38</b>
<b>13. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO</b> .....	<b>39</b>
<b>14. ATIVO DE CONTRATO</b> .....	<b>40</b>
<b>15. INVESTIMENTOS</b> .....	<b>41</b>
<b>16. IMOBILIZADO</b> .....	<b>43</b>
<b>17. INTANGÍVEL</b> .....	<b>44</b>
<b>18. FORNECEDORES</b> .....	<b>45</b>
<b>19. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR</b> .....	<b>46</b>
<b>20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS</b> .....	<b>46</b>
<b>21. DEBÊNTURES</b> .....	<b>50</b>
<b>22. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS</b> .....	<b>54</b>
<b>23. CONTINGÊNCIAS</b> .....	<b>59</b>
<b>24. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO</b> .....	<b>62</b>
<b>25. OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO E ATIVO DE DIREITO DE USO</b> .....	<b>68</b>
<b>26. ENCARGOS REGULATÓRIOS</b> .....	<b>69</b>
<b>27. OUTROS DÉBITOS</b> .....	<b>70</b>
<b>28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS</b> .....	<b>70</b>
<b>29. PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b> .....	<b>72</b>
<b>30. PLANO DE PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES</b> .....	<b>74</b>
<b>31. RECEITA LÍQUIDA</b> .....	<b>76</b>
<b>32. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b> .....	<b>77</b>
<b>33. RESULTADO FINANCEIRO</b> .....	<b>78</b>
<b>34. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS</b> .....	<b>79</b>
<b>35. SEGUROS</b> .....	<b>88</b>
<b>36. COMPROMISSOS CONTRATUAIS</b> .....	<b>89</b>
<b>37. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA</b> .....	<b>90</b>
<b>38. EVENTOS SUBSEQUENTES</b> .....	<b>90</b>



**LIGHT S.A.**  
**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021**  
**(Em milhares de reais)**

ATIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e equivalentes de caixa	6	2.693	9	43.886	396.777
Títulos e valores mobiliários	7	720.172	62.647	2.039.665	3.208.196
Contas a receber de clientes	8	-	-	1.005.527	2.424.681
Estoques		-	-	75.627	65.659
Tributos e contribuições a recuperar	9	30	1.719	782.502	1.262.787
Ativos financeiros do setor	12	-	-	157.860	1.171.882
Despesas pagas antecipadamente		250	353	23.309	28.844
Dividendos a receber	15	37.076	517.838	-	-
Serviços prestados a receber		-	1.474	34.241	17.316
Outros créditos	11	10.091	15.941	401.627	612.941
		<b>770.312</b>	<b>599.981</b>	<b>4.564.244</b>	<b>9.189.083</b>
Ativos classificados como mantidos para venda	5	208.648	41.446	208.648	134.946
<b>TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>978.960</b>	<b>641.427</b>	<b>4.772.892</b>	<b>9.324.029</b>
Contas a receber de clientes	8	-	-	1.416.644	1.220.687
Tributos e contribuições a recuperar	9	-	-	3.674.179	3.674.704
Tributos diferidos	10	-	-	859.455	895.715
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	34	-	-	13.611	190.409
Depósitos judiciais	22	663	878	221.491	221.572
Ativos financeiros do setor	12	-	-	41.542	308.390
Ativo financeiro da concessão	13	-	-	7.697.294	6.821.988
Outros créditos	11	-	-	160	1.121
Ativo de contrato	14	-	-	664.760	558.254
Investimentos	15	1.872.899	8.191.828	43.620	357.761
Imobilizado	16	-	-	2.003.637	1.809.881
Intangível	17	234	-	2.467.869	2.833.555
Ativo de direito de uso	25	-	-	228.949	59.806
<b>TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>1.873.796</b>	<b>8.192.706</b>	<b>19.333.211</b>	<b>18.953.843</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>2.852.756</b>	<b>8.834.133</b>	<b>24.106.103</b>	<b>28.277.872</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**LIGHT S.A.**  
**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021**  
**(Em milhares de reais)**

PASSIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Fornecedores	18	1.001	358	1.506.031	2.154.037
Tributos e contribuições a pagar	19	641	288	238.840	383.600
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	308.946	403.230
Debêntures	21	-	-	652.532	1.530.433
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	34	-	-	43.762	-
Passivos financeiros do setor	12	-	-	911.538	276.353
Dividendos a pagar	29	-	94.512	-	94.512
Obrigações trabalhistas		905	3.093	67.631	104.492
Valores a serem restituídos a consumidores	9	-	-	1.104.698	831.250
Obrigações por arrendamento	25	-	-	24.071	25.108
Encargos regulatórios	26	-	-	281.738	313.778
Outros débitos	27	4.522	1.900	504.679	571.934
<b>TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>7.069</b>	<b>100.151</b>	<b>5.644.466</b>	<b>6.688.727</b>
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	3.464.352	4.005.790
Debêntures	21	-	-	6.262.860	5.204.873
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	34	-	-	396.946	3.975
Tributos e contribuições a pagar	19	-	-	161.443	199.605
Tributos diferidos	10	-	-	190.064	275.264
Participações societárias a descoberto	15	-	-	-	21.614
Provisões para contingências	22	930	881	3.917.131	502.103
Benefícios pós-emprego	24	-	-	277.204	-
Obrigações por arrendamento	25	-	-	215.802	38.163
Valores a serem restituídos a consumidores	9	-	-	647.978	2.564.550
Outros débitos	27	-	-	83.100	40.107
<b>TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>930</b>	<b>881</b>	<b>15.616.880</b>	<b>12.856.044</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital social	29	5.392.197	5.392.197	5.392.197	5.392.197
Reserva de capital		16.637	18.462	16.637	18.462
Reservas de lucros		3.134.858	3.134.858	3.134.858	3.134.858
Ajustes de avaliação patrimonial		273.034	289.077	273.034	289.077
Outros resultados abrangentes		(314.597)	(101.493)	(314.597)	(101.493)
Prejuízos acumulados		(5.657.372)	-	(5.657.372)	-
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>2.844.757</b>	<b>8.733.101</b>	<b>2.844.757</b>	<b>8.733.101</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>2.852.756</b>	<b>8.834.133</b>	<b>24.106.103</b>	<b>28.277.872</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**LIGHT S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021**  
**(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)**

Demonstrações de Resultados	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
RECEITA LÍQUIDA	31	-	-	13.253.286	14.897.920
<b>CUSTO TOTAL</b>	<b>32</b>	-	-	<b>(11.271.467)</b>	<b>(12.476.958)</b>
Custos com energia elétrica	32.1	-	-	(8.991.642)	(10.427.435)
Custos de operação		-	-	(2.279.825)	(2.049.523)
<b>LUCRO BRUTO</b>		-	-	<b>1.981.819</b>	<b>2.420.962</b>
Despesas gerais e administrativas	32	(2.398)	(21.804)	(3.495.301)	(1.190.023)
Outras receitas (despesas), líquidas		(41.297)	15.878	(379.953)	(40.014)
Resultado de equivalência patrimonial	15	(5.637.458)	402.969	(16.976)	(47.624)
<b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS</b>		<b>(5.681.153)</b>	<b>397.043</b>	<b>(1.910.411)</b>	<b>1.143.301</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>33</b>	<b>29.492</b>	<b>2.769</b>	<b>(3.447.327)</b>	<b>(1.330.190)</b>
Receita financeira		40.493	3.672	639.326	382.409
Despesa financeira		(11.001)	(903)	(4.086.653)	(1.712.599)
<b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IR E CSLL</b>		<b>(5.651.661)</b>	<b>399.812</b>	<b>(5.357.738)</b>	<b>(186.889)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	10	(20.542)	(1.867)	(361.874)	4.252
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	-	47.409	580.582
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(5.672.203)</b>	<b>397.945</b>	<b>(5.672.203)</b>	<b>397.945</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (R\$ / Ação)</b>	<b>29.7</b>	<b>(15,46)</b>	<b>1,08</b>	<b>(15,46)</b>	<b>1,08</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**LIGHT S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021**  
**(Em milhares de reais)**

Demonstrações de Resultados Abrangentes	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2021	2021
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(5.672.203)	397.945	(5.672.203)	397.945
<b>Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado em períodos subsequentes</b>				
Ganho (Perda) sobre passivos atuariais, líquido dos efeitos fiscais	(213.104)	3.516	(213.104)	3.516
<b>RESULTADO ABRANGENTE TOTAL</b>	<b>(5.885.307)</b>	<b>401.461</b>	<b>(5.885.307)</b>	<b>401.461</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.





## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022

Light S.A. CNPJ 03.378.521/0001-75  
Companhia de Capital Aberto

LIGT  
B3 LISTED NM  
ISEB3

LIGHT S.A.  
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA E CONSOLIDADO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021  
(Em milhares de reais)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	Notas	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS			AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL
				RESERVA LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS	RESERVA ESPECIAL				
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020</b>		<b>4.051.285</b>	<b>9.434</b>	<b>377.122</b>	<b>2.123.625</b>	<b>315.353</b>	<b>304.402</b>	<b>(105.009)</b>	-	<b>7.076.212</b>
Aumento de capital com emissão de ações	29	1.372.425	-	-	-	-	-	-	-	1.372.425
(-) Gastos com emissão de ações		(31.513)	-	-	-	-	-	-	-	(31.513)
Opções de ações outorgadas (stock options)	30	-	9.028	-	-	-	-	-	-	9.028
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	397.945	397.945
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado em períodos subsequentes		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gainho de passivo atuarial, líquido dos efeitos fiscais	24	-	-	-	-	-	-	3.516	-	3.516
Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos		-	-	-	-	-	(15.325)	-	15.325	-
Destinação do resultado do exercício:		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal	29.5	-	-	19.897	-	-	-	-	(19.897)	-
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (R\$0,2628 / ação)	29.5	-	-	-	-	-	-	-	(94.512)	(94.512)
Constituição da reserva de retenção de lucros	29.5	-	-	-	298.861	-	-	-	(298.861)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>		<b>5.392.197</b>	<b>18.462</b>	<b>397.019</b>	<b>2.422.486</b>	<b>315.353</b>	<b>289.077</b>	<b>(101.493)</b>	-	<b>8.733.101</b>
Reversão de reserva especial		-	-	-	315.353	(315.353)	-	-	-	-
Opções de ações outorgadas (stock options)	30	-	(1.825)	-	-	-	-	-	-	(1.825)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	-	(5.672.203)	(5.672.203)
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado em períodos subsequentes		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Perda de passivo atuarial, líquido dos efeitos fiscais	24	-	-	-	-	-	-	(213.104)	-	(213.104)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos		-	-	-	-	-	(16.043)	-	14.831	(1.212)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>		<b>5.392.197</b>	<b>16.637</b>	<b>397.019</b>	<b>2.737.839</b>	-	<b>273.034</b>	<b>(314.597)</b>	<b>(5.657.372)</b>	<b>2.844.757</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.





**LIGHT S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021**  
**(Em milhares de reais)**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais</b>		<b>697.508</b>	<b>171.062</b>	<b>200.763</b>	<b>(42.045)</b>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(5.651.661)	399.812	(5.357.738)	(186.889)
<b>Ajustado por:</b>					
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	8/32	-	-	1.116.763	597.354
Depreciação e amortização	32	-	-	730.767	678.110
Perda (ganho) na venda ou baixa de intangível, imobilizado, investimento e arrendamento		-	-	103.582	(47.220)
Perdas cambiais e monetárias de atividades financeiras	33	-	-	16.260	743.095
Provisão e atualização financeira para contingências e baixas e atualização financeira de depósitos judiciais		415	16	1.048.750	246.297
Provisão e atualização financeira para contingências - crédito de PIS/COFINS sobre ICMS a devolver ao consumidor	9.1	-	-	2.742.784	-
Ajuste a valor presente e antecipações de recebíveis		8.176	131	19.422	(1.291)
Despesa de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures e amortização dos custos	33	-	-	931.808	698.410
Juros sobre obrigações de arrendamento	25	-	-	27.768	6.013
Variação swaps	33	-	-	1.046.437	(59.548)
Resultado de equivalência patrimonial	15	5.637.458	(402.969)	16.976	47.624
Atualização financeira dos créditos de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo		-	-	(76.608)	(14.219)
Opções de ações outorgadas (stock options)	30	(1.825)	9.028	(1.825)	9.028
Benefício pós emprego (plano de saúde)	24	-	-	63.193	-
Provisão para perda de investimento	15	94.453	-	102.168	-
Ganho em investimentos avaliados pelo custo		-	-	(9.791)	(3.161)
Ganho na alienação de participação em controladas em conjunto	15	(53.250)	-	(56.761)	-
Valor justo do ativo financeiro da concessão	13/31	-	-	(38.365)	(574.231)
Constituição e atualização de ativos e passivos financeiros do setor		-	-	360.830	(1.265.115)
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		<b>663.742</b>	<b>165.044</b>	<b>(2.585.657)</b>	<b>(916.302)</b>
Títulos e valores mobiliários		(34.707)	(2.710)	(288.089)	(109.039)
Contas a receber de clientes		-	-	110.401	29.441
Dividendos recebidos		716.773	183.203	-	12.473
Tributos, contribuições e impostos, líquido		(1.000)	(372)	394.346	667.367
Ativos e passivos financeiros do setor		-	-	(291.431)	(239.281)
Estoques		-	-	(9.968)	(3.266)
Serviços prestados a receber		1.474	(645)	(32.138)	27.701
Despesas pagas antecipadamente		103	10	5.535	(3.771)
Depósitos judiciais		(151)	(194)	(7.809)	2.341
Outros créditos		(2.326)	(15.317)	133.436	(154.787)
Fornecedores		643	222	(644.931)	(1.309.399)
Obrigações trabalhistas		(2.188)	1.624	(36.861)	13.578
Pagamento das provisões para contingências		-	-	(321.771)	(373.508)
Encargos regulatórios		-	-	(32.040)	38.299
Outros débitos		2.621	1.519	(76.541)	181.716
Instrumentos financeiros derivativos swaps		-	-	(432.906)	989.617
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	20/21	-	-	(876.074)	(627.011)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(17.500)	(2.296)	(178.816)	(58.773)
<b>Caixa líquido consumido pelas (aplicado nas) atividades de investimento</b>		<b>(600.312)</b>	<b>(1.355.378)</b>	<b>152.267</b>	<b>(1.957.518)</b>
Aquisições de bens do ativo imobilizado		-	-	(307.759)	(219.601)
Aquisições de bens do ativo intangível e do ativo de contrato		(234)	-	(1.162.533)	(1.029.744)
Recebimento pela venda de participações		94.696	-	191.707	-
Aumento de capital nas investidas	15	(71.956)	(1.366.222)	(25.768)	(45.492)
Resgate de aplicações financeiras		352.784	164.009	9.327.567	14.392.750
Aplicações financeiras		(975.602)	(153.165)	(7.870.947)	(15.055.431)
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento</b>		<b>(94.512)</b>	<b>1.176.580</b>	<b>(705.921)</b>	<b>1.743.140</b>
Recebimento pela emissão de ações		-	1.340.912	-	1.340.912
Dividendos pagos		(94.512)	(164.332)	(94.512)	(164.332)
Pagamento de obrigações por arrendamento	25	-	-	(54.846)	(53.838)
Captação, líquida dos custos de captação, de empréstimos, financiamentos e debêntures e das cotas subordinadas -FDIC	20/21	-	-	1.334.164	5.448.589
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	20/21	-	-	(1.890.727)	(4.828.191)
<b>Aumento (Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>2.684</b>	<b>(7.736)</b>	<b>(352.891)</b>	<b>(256.423)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		9	7.745	396.777	653.200
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		2.693	9	43.886	396.777

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**LIGHT S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021**  
 (Em milhares de reais)

Demonstrações dos Valores Adicionados	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
<b>Receitas</b>		-	-	<b>20.727.781</b>	<b>22.879.448</b>
Venda de mercadorias, produtos e serviços		-	-	20.429.662	22.327.004
Receitas referentes à construção de ativos próprios		-	-	1.414.882	1.149.798
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	32	-	-	(1.116.763)	(597.354)
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		<b>(45.440)</b>	<b>11.647</b>	<b>(12.844.512)</b>	<b>(11.929.683)</b>
Custo dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	32.1	-	-	(8.991.642)	(10.427.435)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(45.440)	11.647	(3.852.870)	(1.502.248)
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>(45.440)</b>	<b>11.647</b>	<b>7.883.269</b>	<b>10.949.765</b>
<b>Retenções</b>		-	-	<b>(730.767)</b>	<b>(678.110)</b>
Depreciação e amortização	32	-	-	(730.767)	(678.110)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>		<b>(45.440)</b>	<b>11.647</b>	<b>7.152.502</b>	<b>10.271.655</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		<b>(5.596.965)</b>	<b>406.641</b>	<b>622.350</b>	<b>334.785</b>
Resultado de equivalência patrimonial	15	(5.637.458)	402.969	(16.976)	(47.624)
Receitas financeiras	33	40.493	3.672	639.326	382.409
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		<b>(5.642.405)</b>	<b>418.288</b>	<b>7.774.852</b>	<b>10.606.440</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		<b>(5.642.405)</b>	<b>418.288</b>	<b>7.774.852</b>	<b>10.606.440</b>
<b>Pessoal</b>		<b>(3.547)</b>	<b>15.601</b>	<b>498.256</b>	<b>442.287</b>
Remuneração direta		(4.121)	15.064	354.317	301.755
Benefícios		397	342	106.232	109.939
FGTS		177	195	37.240	29.511
Outros		-	-	467	1.082
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		<b>23.387</b>	<b>2.930</b>	<b>8.768.694</b>	<b>7.929.786</b>
Federais		23.379	2.884	4.501.889	2.962.856
Estaduais		-	-	4.249.079	4.953.323
Municipais		8	46	17.726	13.607
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>		<b>9.958</b>	<b>1.812</b>	<b>4.180.105</b>	<b>1.836.422</b>
Juros		8.937	685	4.075.753	1.715.715
Aluguéis		1.021	1.127	104.352	120.707
<b>Remuneração de capitais próprios</b>		<b>(5.672.203)</b>	<b>397.945</b>	<b>(5.672.203)</b>	<b>397.945</b>
Dividendos	29	-	94.512	-	94.512
Lucros (Prejuízos) retidos	29	(5.672.203)	303.433	(5.672.203)	303.433



**LIGHT S.A.**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022**  
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

---

A Light S.A. (“Light” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ - Brasil. A Light tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista, e a exploração, direta ou indiretamente, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como de outros serviços correlatos.

A Companhia é listada na “B3” (Brasil, Bolsa, Balcão) no segmento do Novo Mercado (“NM”), sob a sigla LIGT3 e no mercado de balcão americano (Over-the-Counter - OTC), sob a sigla LGSXY.

As controladas, controladas em conjunto e coligadas da Light compõem o Grupo Light (“Grupo Light” ou “Grupo”). As informações sobre as operações do Grupo são apresentadas na Nota 2.4, ao passo que as informações sobre operações entre partes relacionadas são apresentadas na Nota 28.

A Light S.A. é uma Companhia Aberta sem acionista controlador (“full Corporation”) e sem acordo de acionistas.

### 1.1 Continuidade operacional

A Administração da Companhia está acompanhando atentamente as situações que envolvem o processo de renovação da concessão que afeta diretamente sua controlada Light SESA.

A Companhia apresentou no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 prejuízo líquido de R\$5.672.203 (lucro líquido de R\$397.945 em 31 de dezembro de 2021), geração de caixa operacional líquido de R\$ 200.763 (consumo de caixa operacional líquido de R\$42.045 em 31 de dezembro de 2021), capital circulante líquido negativo de R\$871.574 (capital circulante líquido positivo de R\$2.635.302 em 31 de dezembro de 2021) e possui R\$10.688.690 de empréstimos, financiamentos e debêntures (R\$11.144.326 em 31 de dezembro de 2021), sendo R\$961.478 registrados no curto prazo e R\$9.727.212 registrados no longo prazo.

A controlada Light SESA apresentou no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 prejuízo líquido de R\$5.816.335 (lucro líquido de R\$243.628 em 31 de dezembro de 2021), consumo de caixa operacional líquido de R\$119.754 (geração de caixa operacional líquido de R\$137.756 em 31 de dezembro de 2021), capital circulante líquido negativo de R\$2.443.501 (capital circulante líquido positivo de R\$1.412.551 em 31 de dezembro de 2021) e possui R\$9.078.623 de empréstimos, financiamentos e debêntures (R\$9.490.575 em 31 de dezembro de 2021), sendo R\$941.688 registrados no curto prazo e R\$8.136.935 registrados no longo prazo.



A Administração da Companhia entende que o Grupo Light e sua controlada Light SESA apresentam situação operacional e financeira complexa, com:

- (i) elevado nível de endividamento;
- (ii) geração de caixa operacional historicamente insuficiente para sozinho honrar os compromissos;
- (iii) elevado índice de perdas não técnicas (furto de energia) e inadimplência;
- (iv) dificuldade de atuação em Áreas de Severa Restrição Operacional.

Esta situação foi agravada pelo(a):

- (i) aumento das taxas de juros SELIC de 2.00% em janeiro de 2021 para 13.75% em agosto de 2022;
- (ii) efeito da determinação de devolução de cerca de R\$2.8 bilhões de créditos decorrentes da exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS, como explicitado em mais detalhes nas Notas Explicativas 1.2, 9.1 e 38.1;
- (iii) deterioração macroeconômica da área de concessão desde 2015 e mais recentemente agravada pela pandemia de COVID-19.

A Administração da Companhia informa que não possui linhas de créditos contratadas e disponíveis para utilização em 31 de dezembro de 2022, porém tem buscado alternativas para melhorar a estrutura de capital da Companhia.

A concessão da controlada Light SESA, a distribuidora de energia elétrica do Grupo, vencerá em junho de 2026. A Administração da Companhia entende que determinados cenários para o futuro do Grupo que dependem (i) da necessidade de processo formal de renovação da concessão e (ii) da necessidade de negociação dos termos e condições da nova concessão, que não estão sob controle da Administração do Grupo Light.

Adicionalmente, as notas de crédito (*rating*) atribuídas à Companhia e a controlada Light SESA pelas agências de classificação de risco são:

Ratings	Light S.A.			Light SESA		
	Nacional	Internacional	Data de Publicação	Nacional	Internacional	Data de Publicação
Fitch	CCC(bra)	CCC+	02.02.2023	CCC(bra)	CCC+	02.02.2023
S&P	-	-	-	brBB-	-	16.02.2023
Moody's	B.br	B3	07.02.2023/ 03.02.2023	B.br	B3	07.02.2023/ 03.02.2023

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Grupo Light possui em seus contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures cláusulas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas. O vencimento antecipado pode ocorrer, no caso de:

- (i) não atendimento a pelo menos um dos indicadores financeiros (“*covenants* financeiros”) em dois trimestres consecutivos ou quatro trimestres intercalados; ou
- (ii) não cumprimento de determinados *covenants* não financeiros, como por exemplo, cláusulas de atendimento de nível mínimo de classificação de crédito avaliado por agências de rating.



A Administração da Companhia realizou o cálculo de todos os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures e concluiu que estes indicadores foram atendidos para o trimestre findo em 31 de dezembro de 2022. Vale ressaltar que o Grupo Light cumpriu com indicadores financeiros dos últimos 3 trimestres, não ensejando o vencimento antecipado de forma imediata das dívidas.

Com relação ao *covenant* não financeiro relacionado a ratings do Grupo Light, a Administração da Companhia verificou que conforme item XXIX da cláusula 6.28 das escrituras da 8ª emissão de debêntures da controlada Light SESA e da 3ª emissão de debêntures da controlada Light Energia o “rebaixamento do rating da Emissão previsto na Cláusula 5.1., item V, para abaixo do conceito BBB-” enseja a convocação de assembleia geral de debenturistas pelo Agente Fiduciário, que pode declarar o vencimento antecipado, que por sua vez provocaria o vencimento antecipado dos outros contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures do Grupo Light automaticamente.

Adicionalmente, a controlada Light SESA possui em seu contrato de concessão de energia elétrica, entre outras obrigações, cláusulas que condicionam a continuidade da concessão ao cumprimento de critérios de sustentabilidade econômico-financeira da referida controlada. A Administração da Companhia ressalta que os indicadores de sustentabilidade econômico-financeira para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 ainda não foram mensurados de forma definitiva pela ANEEL, uma vez que estes são mensurados quando da emissão das demonstrações contábeis regulatórias, porém a análise preliminar indica um risco de descumprimento para o exercício de 2022. A Administração da Companhia entende que no caso deste risco se materializar, o descumprimento não implica o início, de forma imediata, do processo de caducidade da concessão da controlada Light SESA, mas requer monitoramento contínuo.

A distribuição de energia elétrica está sujeita a um conjunto de regulamentos entre os quais se destacam os de sustentabilidade operacional. Neste âmbito, cumpre destacar que a Light encerrou o ano de 2022 atendendo os indicadores regulados voltados à mensuração da continuidade e qualidade do serviço prestado. Em termos de continuidade, a companhia se apresenta entre as melhores do país em termos de duração (DEC) e frequência (FEC) de interrupções de energia e dentro do parâmetro regulatório. Em termos de atendimento comercial, destacam-se o indicador FER que mede a frequência equivalente de reclamações recebidas e tratadas pela empresa com um índice de 11,26, performance 13% melhor que o referencial regulatório e, ainda, o alcance do índice Satisfatório esperado pela ANEEL para o Plano de Resultados de Atendimento que reúne um conjunto de indicadores voltados ao atendimento ao cliente. (*Informações não auditadas pelos auditores independentes*).

Cabe ressaltar que também integram o Grupo Light a Light Energia, titular de concessão de geração de energia elétrica e a comercializadora Lightcom, sendo que apresentam geração de caixa operacional recorrente e historicamente pagam dividendos para a Companhia.

A Administração da Companhia entende que enquanto o processo de renovação da concessão não for concluído, e considerando a situação operacional e financeira complexa e agravada descrita acima, o cronograma contratual de pagamento das dívidas (vide notas explicativas 20 e 21), combinadas com as demais obrigações (qualidade do serviço, segurança, fornecedores, funcionários, impostos federais, estaduais e municipais, devolução de créditos de PIS/COFINS para consumidores entre outros), o Grupo Light envidará esforços contínuos para permitir a continuidade



operacional da Companhia, que incluem uma combinação de estratégias que compreendem principalmente (i) utilização de recursos próprios existentes em 31 de dezembro de 2022, (ii) utilização de recursos oriundos da venda de ativos, cuja venda possui elementos que não estão totalmente sob o controle da Administração do Grupo Light, (iii) utilização de recursos oriundos do fluxo de caixa operacional, cuja estabilidade é razoavelmente previsível pela existência de base sólida de clientes cativos, volume de energia relativamente previsível, tarifas estabelecidas pela ANEEL e concessão de distribuição de energia elétrica válida até Junho de 2026, (iv) obtenção de extensão de prazos de pagamento junto a fornecedores e credores, cuja extensão não está sob o controle da Administração do Grupo Light e pode implicar em custos financeiros adicionais em decorrência de multas, custos para obtenção de *waivers*, novos encargos financeiros ou na declaração de vencimentos antecipados, (v) utilização de recursos oriundos de captação junto a instituições financeiras ou mercado de capitais, cujo cenário apresenta restrições, tendo em vista que os recentes rebaixamentos dos ratings do Grupo Light pelas agências de ratings, e que podem implicar em elevados custos de captação de novas dívidas e até mesmo significar a indisposição dos credores em efetuar novos empréstimos e financiamentos para o Grupo Light, (vi) utilização de recursos oriundos de aumento de capital, cujo êxito não está sob o controle da Administração do Grupo Light, (vii) redução dos investimentos em infraestrutura que não implique em prejuízo na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica e indicadores de qualidade exigidos pelo contrato de concessão da Light SESA, (viii) atuação no âmbito regulatório para o reconhecimento adequado das perdas não-técnicas regulatórias e ajustes de redução de mercado, (ix) atuação no âmbito jurídico/legal para reversão da destinação integral dos créditos de PIS/COFINS, como os mandados de segurança já impetrados e a Ação Direta de Inconstitucionalidade pela ABRADÉE - Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica; e (x) renovação da concessão em bases sustentáveis.

Para ajudar e assessorar a Companhia a lograr as diversas estratégias mencionadas acima, a Administração contratou uma série de consultores, assessores legais, regulatórios e financeiros.

A Administração avaliou e concluiu que, apesar das incertezas descritas nesta seção 1.1, a Companhia possui condições de dar continuidade a suas operações para o período de 12 meses a partir da data da emissão dessas demonstrações financeiras. Com base nessa conclusão, essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas baseadas no princípio da continuidade operacional.

A Administração da Companhia perseguirá e envidará os melhores esforços nas diversas estratégias mencionadas acima. Porém, não há garantia de que a Companhia terá sucesso nas estratégias, visto que parte relevante dos elementos das estratégias não está sob o controle da Administração da Companhia, existindo, portanto, uma incerteza sobre seu sucesso. Os eventos e condições, anteriormente mencionados, individual ou coletivamente, indicam, no julgamento da Administração da Companhia, a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional do Grupo Light e da Light SESA, controlada da Companhia.

## 1.2 Promulgação da Lei nº 14.385 em 27 de junho de 2022

Em 27 de junho de 2022, foi promulgada a Lei nº 14.385/22, a qual altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para disciplinar o repasse de valores de tributos recolhidos a maior pelas



prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica. A nova Lei incluiu o art. 3º-B, na Lei nº 9.427/1996, para determinar a destinação integral em proveitos dos usuários afetados, dos créditos oriundos das ações em que as distribuidoras de energia elétrica obtiveram a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS.

A ANEEL estabeleceu os critérios para operacionalização da devolução dos créditos de PIS/COFINS levando em consideração, dentre outros aspectos, o valor total do crédito utilizado em compensação e a capacidade máxima de compensação desses créditos. A devolução dos créditos aos consumidores se dará por meio dos processos tarifários anuais.

Os Administradores da Companhia, baseados na opinião dos seus assessores legais externos, concluíram que há inconstitucionalidades na Lei. Desta forma, foram traçadas estratégias de atuação judicial que envolvem diversas etapas processuais, de medidas judiciais diferentes, que foram sucessivamente apresentadas perante o Poder Judiciário, respeitando-se uma ordem lógica-jurídica.

Como primeira medida, a Companhia ajuizou duas ações judiciais (5052102-70.2022.4.02.5101 e 1043306-50.2022.4.01.3400), ambas com o objetivo final – embora por razões distintas – de impedir a realização da referida Revisão Tarifária Extraordinária (RTE). Esse objetivo foi alcançado primeiramente nesta ação, por meio de acórdão favorável vigente no Agravo de Instrumento nº 1023960-31.2022.4.01.0000 interposto pela Light nos autos do referido Mandado de Segurança, impedindo que a Aneel delibere a Revisão Tarifária Extraordinária da Light objeto da Lei nº 14.385/2022 antes de realizada consulta pública. A decisão foi confirmada pela Presidência do Superior Tribunal de Justiça na SLS nº 3.414. Em cumprimento ao acórdão, a ANEEL realizou a consulta pública em novembro de 2022.

Em segunda medida, a Companhia impetrou um novo Mandado de Segurança nº 5062961-48.2022.4.02.5101, em trâmite perante a 30ª Vara Federal do Rio de Janeiro, com objetivo de evitar saída de recursos antes da efetiva homologação da compensação tributária pela Receita Federal do Brasil - RFB. Apesar de a liminar ter sido indeferida em 22 de agosto de 2022, pelo entendimento de ausência de *periculum in mora* uma vez estar vigente acórdão que suspendeu RTE, foi interposto o Agravo de Instrumento nº 5013111-02.2022.4.02.0000, em trâmite perante a 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, pendente de julgamento.

Como terceira medida, a Companhia impetrou novo Mandado de Segurança nº 5090279-06.2022.4.02.5101/RJ, em trâmite perante a 20ª Vara Federal do Rio de Janeiro, para que a ANEEL, antes de determinar repasse dos créditos aos consumidores, identifique os “usuários de serviços públicos afetados na respectiva área de concessão”, de forma que a destinação dos créditos em disputa observe a efetiva proporção em que cada usuário tenha sido “afetado” anteriormente pelo eventual recolhimento de tributo. A liminar foi indeferida em 30 de novembro de 2022 e o recurso de Agravo de Instrumento nº 5017168-63.2022.4.02.0000/RJ aguarda decisão.

Paralelamente, a Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica (ABRADEE) ajuizou a Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 7.324, perante o Supremo Tribunal Federal, a qual está sob relatoria do Ministro Alexandre de Moraes. Em 16 de dezembro de 2022, o Ministro Relator, “diante da relevância da matéria constitucional suscitada e de seu especial significado para



a ordem social e a segurança jurídica” adotou rito abreviado para célere decisão no processo, ainda pendente de julgamento.

A par desses acontecimentos jurídicos, a ANEEL em 13 de outubro de 2022, determinou o início de consulta pública em relação a RTE e em 13 de dezembro de 2022 efetivou a RTE da Companhia através da Resolução Homologatória nº 3.144.

Nesse contexto, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia decidiu provisionar os valores do crédito que poderá ser repassado aos consumidores, como medida de cautela, apesar do prognóstico de êxito estimado pelos assessores jurídicos externos para as ações judiciais ser *provável*.

A Administração da Companhia ressalta que seguirá adotando medidas judiciais necessárias para resguardar os direitos da Companhia.

O quadro a seguir apresenta os impactos ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, referentes à contabilização da devolução integral dos créditos referentes a exclusão do ICMS na base do PIS/COFINS no balanço patrimonial e na demonstração do resultado da Companhia:

Efeitos no balanço patrimonial	R\$ mil
Ativo diferido <sup>(a)</sup>	367.563
Provisão para contingências - crédito de PIS/COFINS sobre ICMS a devolver ao consumidor	(2.742.784)
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>(2.375.221)</b>

Efeitos no resultado do exercício	R\$ mil
Provisão para contingências – crédito de PIS/COFINS sobre ICMS a devolver ao consumidor	(1.081.068)
Atualização de provisão - Despesa financeira	(1.661.716)
Imposto de renda e contribuição social diferidos <sup>(a)</sup>	367.563
<b>RESULTADO</b>	<b>(2.375.221)</b>

<sup>(a)</sup> Como consequência do registro, a controlada Light SESA constituiu ativo diferido somente sobre a parcela da provisão para contingências no montante de R\$367.563, haja vista a atualização desse litígio não se tratar de parcela dedutível nas bases do IRPJ e CSLL. Todavia, a controlada Light SESA baixou o montante reconhecido após avaliação de recuperabilidade dos ativos diferidos e diante da expectativa de não realização do montante reconhecido, conforme descrito na Nota 10.

### 1.3 Entidades do Grupo

A Companhia possui participação societária nas seguintes controladas e controladas em conjunto cujos objetivos principais são distribuição, geração e comercialização de energia elétrica:

Sociedade	Natureza jurídica	Atividade	Localidade
<b>CONTROLADAS</b>			
Light Serviços de Eletricidade S.A.	Capital aberto	Distribuição de energia elétrica, com área de concessão abrangendo 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro, incluindo a capital.	Rio de Janeiro
Light Energia S.A.	Capital aberto	Estudar, planejar, construir, operar e explorar sistemas de geração e transmissão, comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos ou autorizados.	Rio de Janeiro
Lajes Energia S.A.	Capital fechado	Análise da viabilidade técnica e econômica, a elaboração do projeto, a implantação, operação, manutenção e exploração comercial da PCH Lajes, com potência nominal de 17 MW <sup>(a)</sup> . Em 08 de julho de 2014, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 4.734/14 que transferiu a concessão da PCH Lajes da Light Energia para a Lajes Energia.	Rio de Janeiro
Light Com Comercializadora de Energia S.A. (“Lightcom”)	Capital fechado	Compra, venda, importação, exportação de energia e a prestação de serviços de consultoria no setor de energia.	Rio de Janeiro
Light Soluções em Eletricidade Ltda.	Limitada	Prestação de serviços aos clientes de baixa tensão contemplando montagem, reforma e manutenção de instalações em geral.	Rio de Janeiro





Sociedade	Natureza jurídica	Atividade	Localidade
Instituto Light	Pessoa Jurídica	Participar em projetos sociais e culturais, com interesse no desenvolvimento econômico e social das cidades, reafirmando a vocação da Companhia como empresa cidadã.	Rio de Janeiro
Light Conecta Ltda.	Capital fechado	Realização de projeto, construção, instalação, operação e exploração de usinas de geração de energia elétrica, bem como, a realização de compra, venda, importação, exportação de energia elétrica, térmica, gases e utilidades industriais, prestação de serviços de consultoria no setor de energia, locação de bens móveis e imóveis, além de aquisição e comercialização de mercadorias vinculadas à atividade e realização de estudos, projetos, implementação, operação e manutenção de obras, construções e instalações, de qualquer natureza ou especialidade.	Rio de Janeiro
<b>CONSÓRCIO</b>			
Consórcio UHE Itaocara	Capital fechado	Constituído para a exploração da Usina Hidrelétrica de Itaocara, controlada em conjunto pela Light Conecta (51%) e pela Cemig GT (49%). Em 30 de abril de 2015, o Consórcio UHE Itaocara sagrou-se vencedor no Leilão A-5 realizado pela ANEEL, relacionado à concessão da Usina Hidrelétrica de Itaocara. Em 31 de dezembro de 2022, a Administração provisionou 100% desse investimento por não ter expectativa de recuperabilidade futura.	Rio de Janeiro



Sociedade	Natureza jurídica	Atividade	Localidade
<b>CONTROLADAS EM CONJUNTO</b>			
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	Capital fechado	Controlada em conjunto pela Light Conecta (51%) e pela Cemig GT (49%), foi constituída para construir a UHE Itaocara e tem como objeto a concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica Itaocara I, conforme contrato de concessão nº01/2015 celebrado com a União. O Projeto Itaocara não será desenvolvido e a UHE Itaocara S.A. rescindiu a totalidade dos seus contratos de venda de energia (CCEARs) e está buscando com a ANEEL uma solução equilibrada para a devolução da concessão.	Rio de Janeiro
Axxiom Soluções Tecnológicas ("Axxiom")	Capital fechado	Oferta de soluções de tecnologia e sistemas para gestão operacional de concessionárias de serviços públicos, incluindo empresas de energia elétrica, gás, água, esgoto e demais empresas de utilidades. Controlada em conjunto pela Light S.A. (51%) e pela CEMIG (49%).	Minas Gerais
Amazônia Energia S.A. ("Amazônia Energia")	Capital fechado	Participar e administrar o capital social da Norte Energia S.A. ("NESA"), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará. Controlada em conjunto pela Light S.A. (25,5%) e pela Cemig GT (74,5%), a participação da Amazônia Energia na NESA é de 9,8% do capital.	Brasília

<sup>(a)</sup> Não auditado pelos auditores independentes

## 1.4 Concessões do Grupo Light

Segue abaixo o resumo das concessões do Grupo Light vigentes em 31 de dezembro de 2022:

Concessões	Contrato de concessão	Data de vencimento
Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Light SESA")	Junho de 1996	Junho de 2026
Light Energia S.A. ("Light Energia")	Junho de 1996	Entre março e julho de 2028 <sup>(a)</sup>
Lajes Energia S.A. ("Lajes Energia")	Julho de 2014	Maio de 2026

<sup>(a)</sup> Vencimentos distintos das usinas de Pereira Passos, Nilo Peçanha, Ilha dos Pombos, Santa Branca e Fontes Nova.

A controlada Light SESA, por ser uma concessionária de distribuição de energia elétrica e não controlar os ativos subjacentes, aplica o IFRIC 12/ICPC 01 e utiliza o modelo bifurcado em virtude das empresas do segmento serem remuneradas: (i) pelo Poder Concedente, no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão (ativo financeiro da concessão); e (ii) pelos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica (ativo intangível).

Para as controladas Light Energia e Lajes Energia, não é aplicado o IFRIC 12/ICPC 01, pois as mesmas não aplicam tarifas definidas pelo Poder Concedente, conforme exigido na norma.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Diretoria na sua gestão.



Em 27 de março de 2023, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

## 2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros (Nota 34) e ativos mantidos para venda (Nota 5), mensurados pelos seus valores justos e pelos seus valores justos menos despesas com vendas, de acordo com as normas aplicáveis, respectivamente.

## 2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.

## 2.4 Consolidação do Grupo Light

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo incluem:

Sociedades controladas	Atividade	31.12.2022 e 31.12.2021		
		Forma de avaliação	Participação direta (%)	Participação indireta (%)
Light SESA	Distribuição	Consolidação	100,0	-
Light Energia	Geração hidráulica	Consolidação	100,0	-
Lajes Energia	Geração hidráulica	Consolidação	-	100,0
Lightcom	Comercialização	Consolidação	100,0	-
Light Soluções	Serviços	Consolidação	100,0	-
Instituto Light	Outros	Consolidação	100,0	-
Light Conecta	Serviços	Consolidação	100,0	-
Consórcio UHE Itaocara <sup>(a)</sup>	Geração hidráulica	Consolidação	-	51,0

<sup>(a)</sup> Em 31 de dezembro de 2022, a Administração provisionou como perda 100% desse investimento por não ter expectativa de recuperabilidade futura, conforme Nota 5.

## 2.5 Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, requer que a Diretoria faça julgamentos, adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas são revisadas continuamente e os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os ajustes oriundos dessas revisões são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.



As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

Notas	Estimativa e julgamentos significativos
5	Estimativa de valor justo de ativo não circulante mantido para venda
8	Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)
9	Realização dos créditos de PIS e COFINS sobre ICMS e valores a serem restituídos a consumidores
10	Recuperação do IRPJ e CSSL diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias
12	Ativos e passivos financeiros do setor
13	Ativo financeiro da concessão
22	Provisões para contingências
23	Contingências
24	Benefícios pós-emprego
30	Pagamento baseado em ações
31.1	Fornecimento não faturado
32.1	Provisão para compra de energia elétrica
34	Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas estão descritas a seguir:

#### 3.1 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo quando o Grupo for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos, inicialmente, pelo seu valor justo acrescidos dos custos incorridos para sua obtenção. Um ativo financeiro deve após o seu reconhecimento inicial ser mensurado pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou valor justo por meio do resultado.

#### Valor justo por meio do resultado

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição. São mensurados pelo valor novo de reposição (“VNR”), equivalentes ao valor justo na data das demonstrações financeiras. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação são reconhecidos no resultado.

Nesta categoria encontram-se também os certificados de depósito bancário (CDB), as cotas de fundos de investimento e os instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos financeiros derivativos (operações de *swap*) são instrumentos mantidos para regular as exposições de riscos de variação de moeda estrangeira, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.



### **Custo amortizado**

Os ativos financeiros são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo e estão sujeitos a *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas dos passivos financeiros são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Encontram-se nesta categoria o numerário disponível, os valores a receber com clientes, serviços prestados a receber, depósitos vinculados a litígios, ativos e passivos financeiros do setor, valores a receber de partes relacionadas, outros créditos, fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures, obrigações por arrendamento mercantil e outros débitos.

### **Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros**

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e
- O Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

### **3.2 Instrumentos financeiros derivativos**

Inicialmente, os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor



justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. O Grupo não adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designa seus derivativos como:

### **Hedge do valor justo**

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco protegido.

Para *hedges* de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do *hedge*, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto.

Se o item objeto de *hedge* for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado.

### **3.3 Caixa e equivalentes de caixa**

No balanço patrimonial, os saldos de caixa e bancos correspondem a saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são pós-fixadas e correspondem a operações realizadas com instituições que atuam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, garantia de recompra diária pela instituição financeira, a uma taxa previamente estabelecida pelas partes e remuneração, em sua maioria, pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com perda insignificante de valor em caso de resgate antecipado.

### **3.4 Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo fornecimento e o suprimento de energia elétrica, faturada e a faturar, comercialização de energia, acréscimos moratórios, juros oriundos de atraso no pagamento, encargos de uso da rede elétrica e energia comercializada a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).



As contas a receber de clientes são reconhecidas ao valor faturado e deduzidas das perdas esperada em créditos de liquidação duvidosa (PECLD). O Grupo utiliza uma matriz de provisão para calcular a PECLD para as contas a receber. A matriz de provisão considera um *aging list* de 12 meses segregado por classe de consumo e uma projeção de expectativa de recebimento para os próximos 36 meses, a partir de uma base estatística de expectativa de recebimentos, a qual proporciona uma melhor aderência a expectativa de recebimento efetivo dos montantes em aberto no contas a receber da Companhia. A aplicação da matriz está segregada em faturamento regular e parcelado e faturas oriundas da aplicação de Termos de Ocorrência de Inspeção ("TOI") geradas através da identificação de irregularidades na medição de consumo de determinado cliente, por classe de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público). O Grupo revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Além disso, quando aplicável, para o segmento de poder público, iluminação pública e serviço público são consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo critério julgamental que reporte a expectativa de perda esperada para esses clientes.

### 3.5 Estoques

Os estoques estão registrados ao custo médio de aquisição. Quando aplicável, o saldo será deduzido de provisões para perdas. Os materiais em estoque são classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo).

### 3.6 Ativos e passivos financeiros do setor

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados (Parcela A e outros componentes financeiros) que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

Esses valores serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção da concessão.

### 3.7 Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Esses ativos são mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de venda são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídos as financeiras e os tributos sobre o lucro.

Ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente como itens circulantes no balanço patrimonial. Os dividendos recebidos de empreendimentos controlados em conjunto classificados como mantidos para venda são reconhecidos no resultado, tendo em vista a interrupção da mensuração pelo método da equivalência patrimonial.



### 3.8 Investimentos

A Companhia detém investimentos em empresas controladas e controladas em conjunto. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e são, inicialmente, reconhecidos pelo custo de aquisição, sendo este mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

Anualmente, a Companhia avalia se há evidência objetiva de que o investimento sofreu perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), sendo que esta perda é o resultado da diferença entre o valor recuperável do investimento e o seu valor contábil.

### 3.9 Ativo financeiro da concessão

A controlada Light SESA reconhece um ativo financeiro decorrente do contrato de concessão quando possui um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente ou da parte por ele indicada ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Tais ativos financeiros correspondem à parcela dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão e são avaliados com base no Valor Novo de Reposição (VNR), equivalente ao valor justo, acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) e tendo como referência os valores homologados pela ANEEL da base de remuneração de ativos nos processos de revisão tarifária.

### 3.10 Ativo de contrato

Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores ou receber uma indenização ao final da concessão para os ativos ainda não amortizados. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

### 3.11 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo de aquisição ou formação, incluindo custo atribuído, encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada e de perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

A depreciação é calculada pelo método linear, em contrapartida ao resultado do exercício, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Para os ativos imobilizados que não possuem garantia de indenização, os itens são depreciados pelo método linear até o limite da concessão ou depreciados pela vida útil do bem, dos dois, o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na Nota 16.





Eventuais ajustes nos métodos de depreciação, nas vidas úteis ou nos valores residuais são reconhecidos e ajustados de forma prospectiva.

### **3.12 Intangível**

Para os ativos intangíveis de distribuição de energia elétrica, a parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão, usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Os ativos intangíveis compreendem, principalmente, os softwares adquiridos de terceiros e os ativos referentes aos contratos de concessão. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangíveis, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na demonstração de resultado.

### **3.13 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

### **3.14 Arrendamentos**

O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento e aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração, exceto para arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor individual.

#### **3.14.1 Ativos de direito de uso**

O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento mensurados pelo valor presente. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

#### **3.14.2 Passivos de arrendamento**

Os passivos de arrendamentos são inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo dos contratos. Após a data de início, o valor



do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas.

### 3.14.3 Estimativa da taxa incremental de arrendamentos

Os arrendamentos vigentes não possuem sua taxa de juros implícita prontamente identificável, motivo pelo qual a Companhia considera a taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos de arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao tomar empréstimos, por prazo semelhante, para obter os recursos necessários para a aquisição de ativos com valores similares ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Companhia calcula a taxa incremental usando dados observáveis, quando disponíveis.

## 3.15 Benefícios a empregados

### 3.15.1 Benefícios pós emprego

A Companhia e suas controladas possuem planos previdenciários para complementação de aposentadoria e pensão de contribuição definida e de benefício definido. Os planos são financiados por meio de contribuições de participantes e patrocinadora aos fundos de pensão, conforme determinado por cálculos atuariais periódicos.

As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesa com pessoal quando incorridas.

A obrigação líquida do Grupo quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente, para cada plano, através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferirão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o maior valor entre a dívida pactuada com a Fundação de Seguridade Social Braslight para amortização das obrigações atuariais e o valor presente da obrigação atuarial, calculada por meio de laudo atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano.

Anualmente é realizado um cálculo para avaliação atuarial dos planos existentes por atuário independente. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais (remensurações do valor líquido de passivo ou ativo de benefício definido) são reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes e não são transferidos para lucros ou prejuízos acumulados.

### 3.15.2 Benefícios de curto prazo a empregados

As obrigações de benefícios de curto prazo a empregados referem-se aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros, e é provisionada em conformidade com o acordo coletivo



na rubrica de despesa com pessoal (Participação dos Empregados e Administradores) no resultado do exercício.

### 3.15.3 Plano de assistência médica

A Companhia e suas controladas patrocinam, plano de assistência médica aos aposentados e desligados que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento a Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tenha direito enquanto empregado ativo.

Os ganhos e perdas atuariais que refletem mudanças no valor presente da obrigação resultantes de ajustes de diferenças atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes diretamente no patrimônio líquido.

### 3.16 Transações de pagamentos baseados em ações da Companhia

A Companhia possui plano de remuneração baseado em ações que tem por objetivo permitir que as pessoas elegíveis, sujeito a determinadas condições, adquiram ações, com vista a estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos das pessoas elegíveis.

Poderão ser eleitos como participantes de opções nos termos do plano, os administradores e empregados da Companhia ou de outras sociedades sob o seu controle, desde que aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

Os efeitos do plano de remuneração baseado em ações são calculados com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais outorgados e reconhecidos no balanço patrimonial e na demonstração de resultados conforme as condições contratuais sejam atendidas.

### 3.17 Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras.

#### 3.17.1 Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social corrente é apresentado líquido, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando o montante antecipadamente pago excede o total devido na data do relatório. São calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) de cada entidade tributável e às alíquotas aplicáveis segundo as legislações vigentes.



### 3.17.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos utilizando as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas Demonstrações Financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos somente na medida em que seja provável que exista lucro tributável, para o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais compensados.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado anualmente e baixado quando não for mais provável que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, seja no resultado, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido e são apresentados pelo resultado líquido no balanço, havendo o direito legal e a intenção de compensá-lo quando da apuração dos tributos correntes, relacionados às mesmas entidades e autoridades tributáveis.

### 3.18 Provisões

#### 3.18.1 Geral

Uma provisão é reconhecida quando o Grupo possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável.

#### 3.18.2 Provisões para contingência

O Grupo é parte em diversos processos judiciais e administrativos, logo, as provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos econômicos seja requerida para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e a opinião da Diretoria, quando aplicável. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### 3.19 Reconhecimento de receitas

As receitas do Grupo são reconhecidas quando uma obrigação de performance for satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado a essa obrigação de performance. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita proveniente de um contrato com cliente quando a expectativa de recebimento for provável, levando em consideração a intenção de pagamento do cliente.



### 3.19.1 Receita de fornecimento de energia elétrica e receita de uso da rede

As receitas de venda de energia são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação, com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. A Companhia mensura e reconhece as receitas de fornecimento de energia para os consumidores finais de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela distribuidora.

A receita não faturada de fornecimento de energia elétrica corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada tomando como base ciclos de leitura. O efeito nas demonstrações financeiras da diferença entre a estimativa e o realizado é considerado imaterial.

A receita de operações venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos valor justo da contraprestação a receber no momento em que as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças (PLD).

As receitas de uso da rede de distribuição (TUSD) recebidas de outras concessionárias e consumidores livres são contabilizadas quando há o uso da rede de distribuição pelo cliente. A receita pela distribuição não faturada é contabilizada com base na receita auferida, porém, com faturas emitidas nos primeiros dias do mês posterior.

### 3.19.2 Receita de serviços

As receitas de serviços são reconhecidas à medida que as obrigações de performances determinadas em contrato são transferidas ao cliente e a possibilidade do recebimento da contraprestação financeira for provável.

### 3.19.3 Receita de construção

A receita de construção corresponde à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura, substanciada nos investimentos em ativos da concessão realizados pela Companhia no exercício. O reconhecimento dessa receita está diretamente relacionado aos gastos incorridos com a construção dos ativos da infraestrutura de concessão. Considerando que o modelo regulatório vigente não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, sendo assim a margem de construção adotada foi estabelecida como sendo igual a zero.

### 3.19.4 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras, juros sobre atraso no recebimento de cliente, atualização de ativos e passivos financeiros do setor e variações de *swaps*. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e debêntures, ajustes de desconto a valor presente e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo



por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

### 3.20 Ajuste a valor presente de ativos

Os itens sujeitos ao desconto a valor presente são referentes a contas a receber de clientes. O Grupo realizou cálculo do valor presente para os saldos com prazos de pagamento superiores a 180 dias. A taxa de desconto utilizada pela Diretoria para o desconto a valor presente para esses itens é de aproximadamente 10,0% a.a., semelhante ao custo médio de captação de recursos do Grupo nos últimos anos e ao encargo financeiro cobrado de seus clientes.

### 3.21 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022 estão descritos abaixo e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas.

Revisão e normas impactadas	Descrição	Impactos contábeis
IFRS 3	Referência a estrutura conceitual	Sem impactos relevantes
IAS 37	Contrato oneroso	Sem impactos relevantes
IAS 16/CPC 27	Imobilizado	Sem impactos relevantes
IAS 2 CPC 16	Estoque	Sem impactos relevantes
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS's 2018-2020	Melhorias IFRS 1/CPC 37, IFRS 9/CPC 48, IFRS 16/CPC 06 (R2) e IAS 41/CPC 29	Sem impactos relevantes

### 3.22 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas em discussão no IASB, mas ainda não em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas a seguir e todas são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023. A Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

Revisão e normas impactadas	Descrição	Impactos contábeis
IFRS 17	Contratos de seguros	Essa norma não se aplica a Companhia
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	A Companhia avaliará os impactos
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis	Não se espera impacto significativo
Alterações ao IAS 1 e IFRS 2 – Declaração de Prática	Divulgação de políticas contábeis	A Companhia avalia os impactos
IAS 12/CPC 32	Imposto diferido relacionado a Ativos e Passivos resultantes de uma única transação	A Companhia avalia os impactos



#### 4. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 estão sendo apresentadas em relação aos negócios da Companhia, identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas, conforme apresentadas a seguir:

Balanco Patrimonial	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 31.12.2022
Ativo circulante	2.954.276	676.118	269.848	989.479	(116.829)	4.772.892
Outros ativos não circulantes	14.784.157	21.918	511	11.499	-	14.818.085
Investimentos	43.621	-	-	1.872.898	(1.872.899)	43.620
Imobilizado	325.827	1.677.456	290	64	-	2.003.637
Intangível	2.149.109	316.978	455	1.327	-	2.467.869
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>	<b>20.256.990</b>	<b>2.692.470</b>	<b>271.104</b>	<b>2.875.267</b>	<b>(1.989.728)</b>	<b>24.106.103</b>
Passivo circulante	5.397.772	243.620	111.790	8.113	(116.829)	5.644.466
Passivo não circulante	13.662.150	1.953.802	-	928	-	15.616.880
Patrimônio líquido	1.197.068	495.048	159.314	2.866.226	(1.872.899)	2.844.757
<b>TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>20.256.990</b>	<b>2.692.470</b>	<b>271.104</b>	<b>2.875.267</b>	<b>(1.989.728)</b>	<b>24.106.103</b>

Balanco Patrimonial	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 31.12.2021
Ativo circulante	7.798.320	1.162.257	296.871	656.695	(590.114)	9.324.029
Outros ativos não circulantes	13.861.576	62.166	11.578	17.326	-	13.952.646
Investimentos	34.124	-	-	8.191.828	(7.868.191)	357.761
Imobilizado	309.308	1.466.403	327	33.843	-	1.809.881
Intangível	2.455.860	375.710	607	1.378	-	2.833.555
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>	<b>24.459.188</b>	<b>3.066.536</b>	<b>309.383</b>	<b>8.901.070</b>	<b>(8.458.305)</b>	<b>28.277.872</b>
Passivo circulante	6.385.767	659.419	129.699	103.956	(590.114)	6.688.727
Passivo não circulante	10.906.594	1.926.285	554	22.611	-	12.856.044
Patrimônio líquido	7.166.827	480.832	179.130	8.774.503	(7.868.191)	8.733.101
<b>TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>24.459.188</b>	<b>3.066.536</b>	<b>309.383</b>	<b>8.901.070</b>	<b>(8.458.305)</b>	<b>28.277.872</b>

Resultados por segmento:

Demonstração do Resultado 2022	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	12.178.145	805.579	1.160.054	72	(890.564)	13.253.286
Despesas e custos operacionais	(14.612.418)	(290.563)	(1.050.614)	(83.690)	890.564	(15.146.721)
Equivalência patrimonial	-	-	-	(5.654.432)	5.637.456	(16.976)
<b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS</b>	<b>(2.434.273)</b>	<b>515.016</b>	<b>109.440</b>	<b>(5.738.050)</b>	<b>5.637.456</b>	<b>(1.910.411)</b>
Resultado financeiro	(3.199.337)	(302.828)	22.444	32.394	-	(3.447.327)
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS</b>	<b>(5.633.610)</b>	<b>212.188</b>	<b>131.884</b>	<b>(5.705.656)</b>	<b>5.637.456</b>	<b>(5.357.738)</b>
Imposto de renda e contribuição social	(182.725)	(65.877)	(44.811)	(21.052)	-	(314.465)
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>	<b>(5.816.335)</b>	<b>146.311</b>	<b>87.073</b>	<b>(5.726.708)</b>	<b>5.637.456</b>	<b>(5.672.203)</b>

Demonstração do Resultado 2021	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	13.625.646	853.492	1.314.234	58	(895.510)	14.897.920
Despesas e custos operacionais	(13.010.201)	(420.196)	(1.164.381)	(7.727)	895.510	(13.706.995)
Equivalência patrimonial	-	-	-	355.346	(402.970)	(47.624)
<b>LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS</b>	<b>615.445</b>	<b>433.296</b>	<b>149.853</b>	<b>347.677</b>	<b>(402.970)</b>	<b>1.143.301</b>
Resultado financeiro	(1.051.225)	(290.471)	5.813	5.693	-	(1.330.190)
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS</b>	<b>(435.780)</b>	<b>142.825</b>	<b>155.666</b>	<b>353.370</b>	<b>(402.970)</b>	<b>(186.889)</b>
Imposto de renda e contribuição social	679.408	(39.863)	(52.844)	(1.867)	-	584.834
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>	<b>243.628</b>	<b>102.962</b>	<b>102.822</b>	<b>351.503</b>	<b>(402.970)</b>	<b>397.945</b>



## 5. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA

Em conformidade com as normas vigentes, a Companhia mensura pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda os ativos classificados como mantido para venda.

Ativos classificados como mantidos para venda	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Lightger	-	41.446	-	41.446
Guanhães Energia	-	-	-	93.500
Amazônia Energia	208.648	-	208.648	-
<b>Total</b>	<b>208.648</b>	<b>41.446</b>	<b>208.648</b>	<b>134.946</b>

### Controladas em conjunto Guanhães Energia S.A. (“Guanhães Energia”) e Lightger S.A. (“Lightger”)

Em 18 de dezembro de 2020, foi aprovada a concessão de período de exclusividade à Brasal Energia S.A. (“Brasal”) visando à potencial operação para a alienação da totalidade da participação de 51% das controladas em conjunto Guanhães Energia e Lightger. A partir deste momento, a Companhia passou a tratar contabilmente esse bloco de ativos como “ativos não circulantes mantidos para venda”.

Em 09 de dezembro de 2021, a Light S.A, em conjunto com sua controlada Light Energia, celebrou contrato de compra e venda com Brasal. Em 23 de junho de 2022, a alienação das controladas em conjunto Guanhães Energia e Lightger S.A. foi concluída pelos valores de R\$97.011 e R\$103.743, respectivamente.

### Controlada em conjunto Amazônia Energia S.A. (“Amazônia Energia”)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia realizou estudos e negociações visando o desinvestimento na Amazônia Energia, que possui 9,8% de participação na da Norte Energia S.A. (“NESA”). Esse desinvestimento está alinhado com a estratégia de alienação de participações minoritárias da Companhia.

Assim, em conformidade com as políticas contábeis da Companhia descritas na Nota 3.7, a Administração reclassificou o investimento como um ativo não circulante mantido para venda mensurado ao seu valor justo, que resultou em um valor inferior ao valor contábil em R\$94.453. Desta forma, o saldo do investimento transferido da rubrica “Investimentos” para “Ativos não circulantes mantidos para venda” foi de R\$208.648.





**Balço patrimonial da controlada em conjunto Amazônia Energia S.A em 31 de dezembro de 2022**

Balço Patrimonial	Amazônia
Caixa e equivalentes de caixa	146
<b>Circulante</b>	<b>146</b>
Não circulante	1.190.554
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.190.700</b>
Outros	1.581
<b>Circulante</b>	<b>1.581</b>
Outros	489
<b>Não circulante</b>	<b>489</b>
Patrimônio líquido	1.188.630
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.190.700</b>

**Demonstração do resultado da controlada em conjunto Amazônia Energia S.A em 31 de dezembro de 2022**

Demonstração do Resultado	Amazônia
Despesas gerais e administrativas	(79)
Resultado financeiro líquido	(63.246)
<b>PREJUÍZO ANTES DO IR E CSLL</b>	<b>(63.325)</b>
Imposto de renda e contribuição social	-
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(63.325)</b>

**6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Caixa e equivalente de caixa	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e bancos	2.693	9	43.886	53.528
Aplicações financeiras de liquidez imediata (CDB)	-	-	-	343.249
<b>TOTAL</b>	<b>2.693</b>	<b>9</b>	<b>43.886</b>	<b>396.777</b>

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui aplicações financeiras de liquidez imediata. Em 31 de dezembro de 2021 a remuneração média das aplicações financeiras era de 106,3% do CDI.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota 34.

**7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Títulos e valores mobiliários	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	670.172	62.647	1.795.279	3.049.564
Fundo de investimento (não exclusivos)	50.000	-	244.386	158.632
<b>TOTAL</b>	<b>720.172</b>	<b>62.647</b>	<b>2.039.665</b>	<b>3.208.196</b>

Os títulos e valores mobiliários são representados por: (i) garantias oferecidas para participação em leilões de energia; (ii) valores provenientes de venda de ativos que ficam retidos para reinvestimentos na rede elétrica; (iii) fundos de investimentos não exclusivos; e (iv) aplicações que



têm seus vencimentos superiores a três meses da data de aplicação, com perda de valor em caso de resgate antecipado. A remuneração média dessas aplicações é de 102,6% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (101,9% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

## 8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Contas a receber de clientes - Consolidado	31.12.2022			31.12.2021		
	Recebíveis	PECLD	Total	Recebíveis	PECLD	Total
<b>Abertura por classe de consumo</b>						
Residencial	4.066.018	(3.274.771)	791.247	4.079.149	(2.354.291)	1.724.858
Industrial	133.536	(108.801)	24.735	135.592	(90.856)	44.736
Comercial	1.032.420	(676.590)	355.830	1.062.065	(487.877)	574.188
Rural	6.488	(5.064)	1.424	8.497	(2.994)	5.503
Poder público	357.466	(191.927)	165.539	412.643	(197.840)	214.803
Iluminação pública	193.955	(104.236)	89.719	214.569	(97.678)	116.891
Serviço público	174.014	(13.039)	160.975	195.608	(47.242)	148.366
<b>Fornecimento faturado e parcelamentos</b>	<b>5.963.897</b>	<b>(4.374.428)</b>	<b>1.589.469</b>	<b>6.108.123</b>	<b>(3.278.778)</b>	<b>2.829.345</b>
Fornecimento não faturado	681.430	(10.159)	671.271	635.102	(7.971)	627.131
Comercialização de energia	118.607	(1.006)	117.601	141.697	(748)	140.949
Suprimento e encargos de uso da rede elétrica	28.122	(1.283)	26.839	25.369	(160)	25.209
Outras contas a receber	16.991	-	16.991	22.734	-	22.734
<b>TOTAL</b>	<b>6.809.047</b>	<b>(4.386.876)</b>	<b>2.422.171</b>	<b>6.933.025</b>	<b>(3.287.657)</b>	<b>3.645.368</b>
Circulante			1.005.527			2.424.681
Não circulante			1.416.644			1.220.687

Conforme descrito na nota de provisão para contingências regulatórias nº 22.1.4, a controlada Light SESA recebeu um auto de infração em janeiro de 2019 com penalidades decorrentes de uma fiscalização ocorrida em setembro de 2017. A Companhia protocolou alguns recursos cuja conclusão ocorreu no quatro trimestre de 2022. A controlada Light SESA concluiu que todos os recursos sobre o tema foram exauridos, não havendo assim possibilidade para abertura de novas discussões. Em dezembro de 2022, para atender as determinações da ANEEL, a controlada Light SESA refletiu os impactos financeiros da determinação do órgão regulador na linha de fornecimento faturado residencial o montante negativo de R\$477.196 e na linha de PECLD residencial o montante positivo de R\$403.661.

### 8.1 Principais clientes parcelados

Em 07 de julho de 2018, a controlada Light SESA assinou um acordo de parcelamento com a SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A ("SuperVia"), cujo montante a receber era de R\$163.212. Em 25 de junho de 2019, a controlada Light SESA assinou um aditivo a esse acordo, onde foi incorporado ao saldo de parcelamento de débitos o montante de R\$48.149. O montante atualizado deste parcelamento em 31 de dezembro de 2022 é de R\$145.173 (R\$129.837 em 31 de dezembro de 2021). Em 11 de junho de 2021, a Justiça do Rio de Janeiro aceitou o pedido de processamento da recuperação judicial da SuperVia e conseqüentemente foi determinada a suspensão de todas as ações ou execuções contra a empresa. Em 07 de outubro de 2021, foi publicado o edital com a lista consolidada dos credores e plano de recuperação judicial (RJ) da SuperVia.



A assembleia de credores foi realizada em 31 de maio de 2022 e o Plano de Recuperação Judicial da Supervia foi homologado em 06 de junho de 2022. Algumas condições foram acordadas como: (i) faturas dos serviços prestados pela Companhia entre 09 de junho de 2022 e 09 de junho de 2024 vencerão em 45 dias após emissão; e (ii) dívida constituída até 07 de junho de 2021 será quitada em 48 parcelas a partir de janeiro de 2025. Logo, a Companhia registrou o montante de R\$12.155 a título de ajuste a valor presente da Supervia, e o montante líquido do parcelamento em 31 de dezembro de 2022 é de R\$133.018.

Em 31 de dezembro de 2022, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (“PCRJ”) possui um montante em aberto de R\$204.690 com a Light SESA. Esse montante refere-se às faturas de energia elétrica do período entre agosto de 2018 a dezembro de 2022. Deste montante, (i) o total de R\$188.191 refere-se a faturas emitidas até dezembro de 2020, as quais estão sendo negociadas diretamente com a Secretaria Municipal de Fazenda; (ii) o montante de R\$16.499, referente as faturas emitidas de janeiro de 2021 a novembro de 2022, está em negociação junto à PCRJ e a expectativa de regularização até o final do primeiro semestre de 2023.

## 8.2 Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

Seguem abaixo as movimentações da PECLD de clientes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

<b>SALDO EM 31.12.2020</b>	<b>(2.648.925)</b>
Adições (Nota 32)	(597.354)
Baixas	(41.378)
<b>SALDO EM 31.12.2021</b>	<b>(3.287.657)</b>
Adições	(1.101.550)
Reversão de baixas	2.331
<b>SALDO EM 31.12.2022</b>	<b>(4.386.876)</b>

No quarto trimestre de 2022, a Administração da Companhia iniciou um diagnóstico de toda a esteira de arrecadação que desencadeou um processo de revisão metodológica das provisões esperadas para crédito de liquidação duvidosa (PECLD). No entendimento da Administração, a metodologia foi aprimorada para que reflita melhor a mensuração da expectativa de recebimentos de seus clientes para o seu provável valor de realização e as características específicas de determinados grupos dentro do contas a receber.

A Companhia realizou uma análise técnica em conformidade com as normas contábeis vigentes, e concluiu que a estimativa proposta pela Companhia abrange de forma suficiente os critérios exigidos pela norma e que o aperfeiçoamento da metodologia se faz necessário visando representar de forma mais tempestiva a expectativa de recebimento efetivo dos seus clientes, também em conformidade com a norma.

Em decorrência dessa análise, foi reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$854.476. A Administração entende que esse incremento na PECLD reflete o melhor cenário da expectativa de perdas esperadas do seu contas a receber de clientes.

A exposição da Companhia a riscos de crédito relacionados a clientes é divulgada na Nota 34.



## 9. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Tributos e contribuições a compensar - Consolidado	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a compensar <sup>(a)</sup>	59.465	82.698	142.163	45.318	62.603	107.921
PIS e COFINS a compensar (Nota 9.1) <sup>(b)</sup>	471.628	3.180.898	3.652.526	986.292	3.241.542	4.227.834
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	228.520	410.583	639.103	208.303	370.559	578.862
INSS	6.023	-	6.023	6.388	-	6.388
Outros	16.866	-	16.866	16.486	-	16.486
<b>TOTAL</b>	<b>782.502</b>	<b>3.674.179</b>	<b>4.456.681</b>	<b>1.262.787</b>	<b>3.674.704</b>	<b>4.937.491</b>

<sup>(a)</sup> Substancialmente representados por créditos de ICMS decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e intangível, os quais podem ser compensados em até 48 meses.

<sup>(b)</sup> O saldo apresentado encontra-se líquido dos impostos a pagar apurados em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$36.062 (R\$52.745 em 31 de dezembro de 2021) e acrescido do montante R\$44.141 referente a cancelamento de faturas. Ademais, em 31 de dezembro de 2021, incluía o montante de R\$4.206 referente a PIS/COFINS diferidos de órgãos públicos

### 9.1 Créditos de PIS e COFINS após a exclusão do ICMS na base de cálculo

Em 18 de fevereiro de 2008, a controlada Light SESA impetrou o Mandado de Segurança nº 0012490-07.2008.4.02.5101 objetivando o reconhecimento do seu direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Em 07 de agosto de 2019, transitou em julgado, no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, a decisão, reconhecendo o direito da Companhia de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, com efeito retroativo a janeiro de 2002, devidamente atualizados pela Taxa Selic.

Em 09 abril de 2020, a Receita Federal do Brasil (“RFB”) deferiu o pedido de habilitação dos créditos fiscais oriundos da exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS, o que motivou a reversão do IRPJ e CSLL diferidos, que foram oferecidos à tributação pelo IRPJ e pela CSLL correntes, bem como a reclassificação para o ativo circulante do montante estimado de créditos a serem recuperados nos próximos 12 meses. O início da compensação destes créditos ocorreu a partir de 30 de abril de 2020. Os créditos totais compensados até 31 de dezembro de 2022, somaram o montante de R\$3.068.931 (R\$2.134.789 em 31 de dezembro de 2021). Desse montante, R\$703.630 se referiam aos tributos federais incidentes sobre a habilitação dos referidos créditos fiscais.

Em 27 de junho de 2022, foi aprovada a Lei nº 14.385/2022, que determinou “a destinação integral, em proveito dos usuários de serviços públicos afetados na respectiva área de concessão ou permissão, dos valores objeto de repetição de indébito” relacionados à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Além disso, a referida Lei dispõe que a Aneel será responsável por estabelecer os critérios para a devolução dos tributos, por meio de RTE.

Conforme descrito na nota 1.2, em novembro de 2022, a ANEEL realizou a Consulta Pública nº 047/2022 e em dezembro de 2022 a ANEEL deliberou a RTE da Companhia. Os Administradores da Companhia, baseados na opinião dos seus assessores legais externos, concluíram que há inconstitucionalidades na Lei, porém a Administração da Companhia decidiu provisionar o montante de R\$2.375.221 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 os valores do crédito que poderá ser repassado aos consumidores, como medida de cautela, apesar do prognóstico de êxito estimado pelos assessores jurídicos externos para as ações judiciais.



Nos reajustes tarifários que entraram em vigor em 15 de março de 2021 e 15 de março de 2022, foram homologadas as devoluções de R\$374.196 e R\$1.050.000, respectivamente. Em 13 de dezembro de 2022, através da RTE que editou a Resolução Homologatória nº 3.144, foi homologada a devolução de R\$796.656 no período compreendido entre 14 de dezembro de 2022 e 14 de março de 2023.

Segue abaixo a apresentação dos efeitos contábeis relativos ao reconhecimento da devolução integral dos créditos decorrentes da exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS, incluindo sua atualização pela Selic, e dos valores a serem restituídos aos consumidores reconhecidos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Efeitos no balanço patrimonial	31.12.2022	31.12.2021
Créditos de PIS e COFINS sobre o ICMS	3.644.446	4.284.786
Valores a serem restituídos a consumidores <sup>(a)</sup>	(1.752.676)	(3.395.800)
Provisão para contingências - crédito de PIS/COFINS sobre ICMS a devolver ao consumidor <sup>(b)</sup>	(2.742.784)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido <sup>(c)</sup>	367.563	-
<b>Total</b>	<b>(483.451)</b>	<b>888.986</b>

Efeitos no resultado dos exercícios	2022	2021
Provisão para contingências - crédito de PIS/COFINS sobre ICMS a devolver ao consumidor	(1.081.068)	-
Atualização monetária da provisão para contingência	(1.661.716)	-
Receita financeira - Atualização dos créditos de PIS e COFINS (Nota 33)	80.343	14.912
PIS e COFINS sobre receita (despesa) financeira	(3.736)	(693)
Imposto de renda e contribuição social diferido <sup>(c)</sup>	367.563	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	1.270	(4.834)
<b>TOTAL</b>	<b>(2.297.344)</b>	<b>9.385</b>

<sup>(a)</sup> Refere-se a parcela incontroversa do montante a devolver aos consumidores, considerando que o período máximo aplicável para cálculo de tal devolução será de 10 anos. Após reajuste tarifário, ocorrido em março de 2023, a controlada Light SESA reclassificou R\$1.104.698 para o curto prazo, em virtude da expectativa de compensação desse montante nos próximos 12 meses.

<sup>(b)</sup> Refere-se a parcela em discussão judicial que compreende o período dos créditos superiores a 10 anos.

<sup>(c)</sup> Como consequência do registro, a controlada Light SESA constituiu ativo diferido somente sobre a parcela da provisão para contingências no montante de R\$367.563, haja vista a atualização desse litígio não se tratar de parcela dedutível nas bases do IRPJ e CSLL. Todavia, a controlada Light SESA baixou o montante reconhecido após avaliação de recuperabilidade dos ativos diferidos e diante da expectativa de não realização do montante reconhecido, conforme descrito na Nota 10.

## 9.2 Não incidência do IRPJ/CSLL sobre atualização pela Selic dos indébitos tributários

Em 24 de setembro de 2021, o STF em julgamento de recurso extraordinário com repercussão geral, decidiu favoravelmente aos contribuintes sobre a não incidência do imposto de renda e contribuição social sobre a atualização da Selic nos casos de restituição de impostos pagos a maior (repetição de indébito), trazendo impactos relevantes, principalmente, para a tributação dos ganhos do ICMS na base do PIS e COFINS.

De forma geral, as entidades que possuíam ação questionando esta tese até a data de julgamento do STF já teriam direito a não tributar a atualização da Selic nos ganhos tributários. Entidades que não possuíam ação questionando o tema até o julgamento do STF, devem aguardar o resultado de eventual modulação dos efeitos da decisão.

A controlada Light SESA possui mandado de segurança, no qual discute o direito à repetição dos montantes de IRPJ e CSLL que incidiram sobre os valores correspondentes à Selic aplicada em seus



indébitos tributários e depósitos judiciais, desde agosto de 2016, bem como pleiteia o afastamento definitivo dessa incidência tributária.

Com base na decisão do STF e conforme ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (equivalente à norma internacional IFRIC 23), a Companhia reavaliou a expectativa de ganho do direito em relação aos indébitos tributários e reconheceu em setembro de 2021, como receita de IRPJ e CSLL corrente e diferido, o montante de R\$536.170 sendo (i) R\$365.170 à título de IRPJ e CSLL a recuperar referente aos períodos que a controlada Light SESA apurou lucro real, apresentados no ativo não circulante; e (ii) R\$171.761 pela recomposição do prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social referentes aos períodos em que a controlada Light SESA apurou base fiscal negativa para os períodos de cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação, aumentando o ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2022, o montante de IRPJ e CSLL a recuperar atualizados monetariamente é de R\$410.583 (R\$370.559 em 31 de dezembro de 2021).

Importante ressaltar, que o montante apurado pela Companhia levou em consideração as atualizações financeiras sobre os valores a serem restituídos aos consumidores, ou seja, a Companhia considerou em suas exclusões os mesmos efeitos os quais havia considerado quando do reconhecimento dos créditos sobre a exclusão do ICMS da base do PIS e da COFINS, ou seja, líquido do passivo a restituir.

## 10. TRIBUTOS DIFERIDOS

Diferenças temporárias - Consolidado	31.12.2022			31.12.2021		
	Ativo diferido	Passivo diferido	Líquido diferido	Ativo diferido	Passivo diferido	Líquido diferido
PECLD	1.510.750	-	1.510.750	1.130.327	-	1.130.327
Provisões para contingências	795.505	-	795.505	170.715	-	170.715
Prejuízos fiscais	447.546	-	447.546	289.922	-	289.922
Base negativa de contribuição social	164.143	-	164.143	107.399	-	107.399
Benefício Pós-emprego	72.764	-	72.764	-	-	-
Provisão para PLR	6.576	-	6.576	16.578	-	16.578
Outros	194.073	-	194.073	16.863	-	16.863
Instrumentos financeiros derivativos swaps	149.841	(4.628)	145.213	1.352	(64.739)	(63.387)
Remuneração do ativo financeiro da concessão	-	(784.530)	(784.530)	-	(771.486)	(771.486)
Custo atribuído Light Energia	-	(140.654)	(140.654)	-	(148.918)	(148.918)
Repactuação do GSF na Light Energia	-	(107.619)	(107.619)	-	(127.562)	(127.562)
Provisão para não recuperabilidade de diferido	(1.634.376)	-	(1.634.376)	-	-	-
<b>ATIVO (PASSIVO) TRIBUTÁRIO DIFERIDO, BRUTO</b>	<b>1.706.822</b>	<b>(1.037.431)</b>	<b>669.391</b>	<b>1.733.156</b>	<b>(1.112.705)</b>	<b>620.451</b>
Apresentação pelo líquido	(847.367)	847.367	-	(837.441)	837.441	-
<b>ATIVO (PASSIVO) TRIBUTÁRIO DIFERIDO, LÍQUIDO</b>	<b>859.455</b>	<b>(190.064)</b>	<b>669.391</b>	<b>895.715</b>	<b>(275.264)</b>	<b>620.451</b>

### 10.1 Reconhecimento de provisão para não recuperabilidade de ativos diferidos

A Companhia tem como prática contábil a revisão dos ativos fiscais diferidos em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado.

Em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia identificou a existência de indicativos de não recuperabilidade dos seus tributos diferidos, considerando principalmente os prejuízos fiscais dos últimos exercícios, o prejuízo apurado no exercício corrente, as projeções de resultado



com base em orçamento financeiro e o prazo de vencimento do contrato de concessão da controlada Light SESA em julho de 2026.

Importante destacar que a controlada Light SESA possui clientes cativos e volume de energia distribuída estável e previsível, além de uma tarifa regulada pela ANEEL, que considera a recuperação dos custos não gerenciáveis e uma margem de lucro. Entretanto, considerando (i) a necessidade de processo formal de renovação da concessão e (ii) a necessidade de negociação dos termos e condições da nova concessão com a ANEEL, a Administração entende que a renovação da concessão está fora do seu controle. Em virtude dessa análise, em dezembro de 2022, a Companhia registrou provisão de perda para não recuperabilidade de parte de seus ativos diferidos no montante de R\$1.634.376.

Segue abaixo a movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Diferenças temporárias - Consolidado	Saldo em 31.12.2020	Reconhecido no Resultado	Reconhecido no Patrimônio Líquido	Saldo em 31.12.2021	Reconhecido no Resultado	Reconhecido no Patrimônio Líquido	Saldo em 31.12.2022
PECLD	913.158	217.169	-	1.130.327	380.423	-	1.510.750
Provisões para contingências	220.161	(49.446)	-	170.715	624.790	-	795.505
Benefício Pós-Emprego - (Nota 24)	1.811	-	(1.811)	-	-	72.764	72.764
Prejuízos fiscais	96.103	193.819	-	289.922	157.624	-	447.546
Base negativa de contribuição social	37.624	69.775	-	107.399	56.744	-	164.143
Provisão para PLR	13.253	3.325	-	16.578	(10.002)	-	6.576
Outros	19.743	(2.880)	-	16.863	177.210	-	194.073
Instrumentos financeiros derivativos swaps	-	1.352	-	1.352	148.489	-	149.841
Provisão para não recuperabilidade de diferido	-	-	-	-	(1.562.519)	(71.857)	(1.634.376)
<b>TOTAL DO IR E CSLL DIFERIDOS – ATIVO</b>	<b>1.301.853</b>	<b>433.114</b>	<b>(1.811)</b>	<b>1.733.156</b>	<b>(27.241)</b>	<b>907</b>	<b>1.706.822</b>
Instrumentos financeiros derivativos	(379.611)	314.872	-	(64.739)	60.111	-	(4.628)
Remuneração do ativo financeiro da concessão	(576.247)	(195.239)	-	(771.486)	(13.044)	-	(784.530)
Custo atribuído Light Energia	(156.813)	7.895	-	(148.918)	7.640	624	(140.654)
Repactuação do GSF na Light Energia	(147.502)	19.940	-	(127.562)	19.943	-	(107.619)
<b>TOTAL DO IR E CSLL DIFERIDOS - PASSIVO</b>	<b>(1.260.173)</b>	<b>147.468</b>	<b>-</b>	<b>(1.112.705)</b>	<b>74.650</b>	<b>624</b>	<b>(1.037.431)</b>

Segue abaixo o estudo técnico de viabilidade de realização fiscal conforme cronograma anual de realização a seguir:

2023	2024	2025	2026	Total
113.959	129.875	171.060	1.291.928	1.706.822



## 10.1 Conciliação dos tributos no resultado

Conciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para imposto de renda e contribuição social:

Conciliação dos tributos no resultado	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	(5.651.661)	399.812	(5.357.738)	(186.889)
Alíquota nominal de IRPJ e CSLL	34%	34%	34%	34%
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL ÀS ALIQUOTAS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE</b>	<b>1.921.565</b>	<b>(135.936)</b>	<b>1.821.631</b>	<b>63.542</b>
Equivalência patrimonial	(1.916.736)	137.009	(5.772)	(16.192)
Créditos fiscais diferidos não reconhecidos	8.819	812	8.819	812
Incentivos fiscais <sup>(a)</sup>	11	2	3.390	2.960
Não incidência do IRPJ/CSLL sobre atualização pela selic dos débitos tributários	-	-	47.612	508.304
Outros efeitos de IRPJ e CSLL sobre as adições e exclusões permanentes	(34.201)	(3.754)	(627.626)	25.408
Provisão para não recuperabilidade de diferido	-	-	(1.562.519)	-
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO</b>	<b>(20.542)</b>	<b>(1.867)</b>	<b>(314.465)</b>	<b>584.834</b>
IRPJ e CSLL corrente no resultado	(20.542)	(1.867)	(361.874)	4.252
IRPJ e CSLL diferido no resultado	-	-	47.409	580.582
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	-0,4%	0,5%	-5,9%	312,9%

<sup>(a)</sup> Refere-se a Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313/91) e Programa de Alimentação ao Trabalhados (PAT – Lei 6.321/76), que ambos isoladamente possibilitam a aplicação de até 4% do imposto de renda devido.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui saldo de crédito sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social acumulados não reconhecidos, no montante de R\$141.885 (R\$167.823 em 31 de dezembro de 2021), tendo em vista as incertezas na sua realização.

## 11. OUTROS CRÉDITOS

Outros Créditos - Consolidado	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Contribuição iluminação pública	219.090	-	219.090	182.671	-	182.671
Dispêndios a reembolsar	27.914	-	27.914	31.905	-	31.905
Desativações e alienações em curso	22.616	-	22.616	26.874	-	26.874
Subvenção por redução de consumo	-	-	-	169.215	-	169.215
Subvenções governamentais <sup>(a)</sup>	68.974	-	68.974	61.464	-	61.464
Restituição de valores cobrados - Acordo Furnas	49.337	-	49.337	120.000	-	120.000
Outros	13.696	160	13.856	20.812	1.121	21.933
<b>TOTAL</b>	<b>401.627</b>	<b>160</b>	<b>401.787</b>	<b>612.941</b>	<b>1.121</b>	<b>614.062</b>

<sup>(a)</sup> Inclui subvenção de baixa renda e subvenção CDE.

### Restituição de valores cobrados pelo fornecimento de energia elétrica – Acordo com Furnas Centrais Elétricas S.A. (“Furnas”)

Em 22 de dezembro de 2020, a controlada Light SESA celebrou acordo para encerrar a demanda judicial indenizatória contra Furnas que discutia a restituição de valores cobrados pelo fornecimento de energia elétrica no ano de 1986.

No acordo firmado, a controlada Light SESA aceitou receber R\$496.000 da seguinte forma: (i) R\$336.000, em parcela única, recebida em 28 de dezembro de 2020; (ii) R\$40.000, em parcela única, com vencimento em 05 de dezembro de 2021; e (iii) R\$120.000 a ser recebido durante o exercício





de 2022, sendo o montante de R\$70.663, concluído como dação em pagamento de ativos homologados na revisão tarifária ocorrida em 14 de março de 2022.

## 12. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DO SETOR

Componentes financeiros	31.12.2022			31.12.2021		
	Saldo em amortização	Saldo em constituição	Total	Saldo em amortização	Saldo em constituição	Total
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	23.042	95.430	118.472	14.963	5.697	20.660
Custo de aquisição de energia	206.037	(319.661)	(113.624)	(62.283)	937.998	875.715
Encargo do Serviço do Sistema – ESS/EER	135.992	387.100	523.092	9.509	861.318	870.827
PROINFA	5.359	-	5.359	925	-	925
Transporte de energia elétrica - Itaipu	503	15.807	16.310	4.521	2.781	7.302
Transporte de energia pela rede básica	8.213	124.846	133.059	99.155	34.367	133.522
<b>Itens da Parcela A</b>	<b>379.146</b>	<b>303.522</b>	<b>682.668</b>	<b>66.790</b>	<b>1.842.161</b>	<b>1.908.951</b>
Valores a serem restituídos a consumidores - Crédito de PIS/COFINS	(949.525)	-	(949.525)	(73.763)	-	(73.763)
Sobrecontratação de energia e exposição involuntária	(62.529)	460.439	397.910	(48.629)	(108.495)	(157.124)
Neutralidade da Parcela A	(4.104)	51.900	47.796	(43.512)	(58.981)	(102.493)
Devoluções tarifárias <sup>(a)</sup>	(186.652)	856.358	669.706	(5.335)	(32.166)	(37.501)
Outros itens financeiros <sup>(b)</sup>	(87.874)	(1.472.817)	(1.560.691)	(171.904)	(162.247)	(334.151)
<b>Itens financeiros</b>	<b>(1.290.684)</b>	<b>(104.120)</b>	<b>(1.394.804)</b>	<b>(343.143)</b>	<b>(361.889)</b>	<b>(705.032)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>(911.538)</b>	<b>199.402</b>	<b>(712.136)</b>	<b>(276.353)</b>	<b>1.480.272</b>	<b>1.203.919</b>
Ativo circulante			157.860			1.171.882
Ativo não circulante			41.542			308.390
Passivo circulante			(911.538)			(276.353)

<sup>(a)</sup> Em 31 de dezembro de 2022, o item de devoluções tarifárias em amortização é composto basicamente pela devolução do financeiro referente a escassez hídrica no montante de R\$146.600 e pela redução do bônus redução de consumo no montante de R\$33.374. O item de devoluções tarifárias em constituição é composto basicamente pelo conta de escassez hídrica no montante de R\$763.671 e do bônus de importação no montante de R\$128.169 que serão recebidos no próximo reajuste de tarifário de março de 2023.

<sup>(b)</sup> Em 31 de dezembro de 2022, a linha de outros itens financeiros em constituição é composta basicamente pela bandeira tarifária no montante de R\$1.006.761 (R\$1.136.729 em 31 de dezembro de 2021)

Segue abaixo a movimentação dos saldos de ativos e passivos financeiros do setor nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

<b>SALDO EM 31.12.2020</b>	<b>73.719</b>
Constituição <sup>(a)</sup>	1.211.646
Amortização <sup>(a)</sup>	289.593
Recebimento de recursos de CCRBT <sup>(a)</sup>	(50.312)
Valores a serem restituídos a consumidores - Crédito de PIS/COFINS <sup>(b)</sup>	(374.196)
Atualização Selic (Nota 33)	53.469
<b>SALDO EM 31.12.2021</b>	<b>1.203.919</b>
Constituição <sup>(a)</sup>	(359.418)
Amortização <sup>(a)</sup>	818.814
Recebimento de recursos de CCRBT <sup>(a) (d)</sup>	(482.372)
Recebimento referente a importação no período de Jul/Ago de 2021 <sup>(c)</sup>	(45.011)
Valores a serem restituídos a consumidores - Crédito de PIS/COFINS <sup>(b)</sup>	(1.846.656)
Atualização Selic (Nota 32)	(1.412)
<b>SALDO EM 31.12.2022</b>	<b>(712.136)</b>

<sup>(a)</sup> Saldos reconhecidos no resultado em receita líquida, na rubrica “ativos e passivos financeiros do setor” (vide Nota 31), que incluíram os recursos da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT).

<sup>(b)</sup> Valor reclassificado da rubrica valores a serem restituídos a consumidores.

<sup>(c)</sup> Saldo referente ao custo com importação de energia elétrica nos meses de julho e agosto de 2021. A autorização de importação de energia foi uma das medidas de enfrentamento da situação de escassez hídrica.



<sup>(d)</sup>Inclui o montante de R\$317.600, aportados pela Eletrobrás em 27 de julho de 2022, referente ao repasse dos recursos da CDE nos termos do inciso I do art. 4º, da Lei nº 14.182/2022. Conforme regulamentação da ANEEL, o montante será repassado para modicidade tarifária no processo tarifário subsequente.

### 12.1 Reajustes tarifários

Em 14 de março de 2022, foi aprovado pela ANEEL o processo de reajuste das tarifas da controlada Light SESA. O resultado, homologado através da Resolução Homologatória nº 3.014/2022, representa um reajuste tarifário médio para o consumidor de 14,68%, e engloba todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural e outras). O índice de reajuste é constituído de dois componentes: (i) estrutural, que passa a integrar a tarifa, de 13,32%, compreendido pelos custos não gerenciáveis (Parcela A) e gerenciáveis (Parcela B); e (ii) componente financeiro negativo que somam 1,34%, aplicado exclusivamente aos próximos 12 meses, onde foi considerado a devolução dos valores oriundos de créditos tributários referentes ao trânsito em julgado da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS no montante de R\$1.050.000. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 15 de março de 2022.

Em 13 de dezembro de 2022, foi aprovado pela ANEEL a Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) da controlada Light SESA, para aplicar os efeitos da lei nº 14.385 de 27 de junho de 2022, que determinou a devolução dos créditos de PIS/COFINS nas tarifas. Foi considerado a devolução dos valores oriundos de créditos tributários referentes ao trânsito em julgado da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS no montante de R\$796.656. Com a aplicação da lei, a devolução dos tributos em Revisão Tarifária Extraordinária resulta em um efeito médio na tarifa de -5,89%. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 15 de dezembro de 2022.

### 13. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Ativo indenizável ao final da concessão - Consolidado	Ativo financeiro bruto	Obrigações especiais	Ativo financeiro líquido
<b>SALDO EM 31.12.2020</b>	<b>6.441.567</b>	<b>(1.244.254)</b>	<b>5.197.313</b>
Adições <sup>(a)</sup>	1.131.895	(30.640)	1.101.255
Valor justo - atualização VNR (Nota 31)	701.008	(126.777)	574.231
Baixas	(50.811)	-	(50.811)
<b>SALDO EM 31.12.2021</b>	<b>8.223.659</b>	<b>(1.401.671)</b>	<b>6.821.988</b>
Adições <sup>(a)</sup>	890.028	(21.354)	868.674
Valor justo - atualização VNR (Nota 31)	(13.945)	52.310	38.365
Transferência para intangível <sup>(b)</sup>	-	12.900	12.900
Baixas	(44.633)	-	(44.633)
<b>SALDO EM 31.12.2022</b>	<b>9.055.109</b>	<b>(1.357.815)</b>	<b>7.697.294</b>

<sup>(a)</sup> Transferência proveniente da bifurcação dos ativos quando da entrada em serviço (vide Nota 17).

<sup>(b)</sup> Transferência para o Intangível proveniente da alteração das taxas de depreciação de obrigações especiais que consequentemente reduziram sua vida útil. A alteração das taxas ocorreu por conta da Revisão Tarifária Periódica de 14 de março de 2022.

#### 13.1 Revisão Tarifária Periódica (“RTP”) da controlada Light SESA

Em 14 de março de 2022, foi aprovado pela ANEEL o processo de Revisão Tarifária Periódica (“RTP”), como resultado da 5ª RTP, os itens associados ao serviço de distribuição de energia elétrica que compõem as tarifas da controlada Light SESA (destinados a cobrir custos operacionais eficientes, remuneração e depreciação dos investimentos, anuidades dos ativos não elétricos e receitas irre recuperáveis, descontados das outras receitas) homologados pela ANEEL somam R\$8.275 milhões. Esses mesmos itens, que compuseram a Parcela B repassada no último Reajuste Tarifário da



controlada Light SESA, ocorrido em 15 de março de 2017, somavam R\$2.911 na referida data. No caso do repasse das perdas de energia, valor regulatório considerado neste processo é de 40,93% sobre o mercado de baixa tensão faturado, reduzindo ao longo do ciclo tarifário para a meta de 37,40%, em 2026. Além do recálculo dos itens associados ao serviço de distribuição e da redefinição dos percentuais de perdas regulatórias, as novas tarifas da controlada Light SESA refletem também uma atualização dos itens da Parcela A (associados à compra de energia, aos encargos setoriais e aos custos de transmissão), bem como dos componentes financeiros.

Em 31 de março de 2022, a controlada Light SESA registrou como estimativa do Valor Justo do Ativo Indenizável da Concessão (VNR) a perda referente à diferença entre o valor novo de reposição homologado pela Aneel e o saldo atualizado do ativo financeiro da concessão, no montante de R\$186.146, em contrapartida a receita operacional. Em 30 de junho de 2022, a Companhia reconheceu o montante adicional de R\$13.213 como perda efetiva referente à diferença entre o valor novo de reposição homologado pela Aneel e o saldo atualizado do ativo financeiro da concessão.

#### 14. ATIVO DE CONTRATO

Ativos de infraestrutura em construção	Direito de uso da concessão	Obrigações especiais - direito de uso da concessão	Total
<b>SALDO EM 31.12.2020</b>	<b>1.045.400</b>	<b>(62.032)</b>	<b>983.368</b>
Adições	969.028	(18.944)	950.084
Transferências para intangível (Nota 17)	(1.412.878)	37.680	(1.375.198)
<b>SALDO EM 31.12.2021</b>	<b>601.550</b>	<b>(43.296)</b>	<b>558.254</b>
Adições	1.150.682	(71.969)	1.078.713
Baixas	(8.087)	-	(8.087)
Transferências para intangível (Nota 17)	(989.182)	25.062	(964.120)
<b>SALDO EM 31.12.2022</b>	<b>754.963</b>	<b>(90.203)</b>	<b>664.760</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi incorporado a rubrica de ativo de contrato, a título de capitalização de juros, o montante de R\$10.104 (R\$17.656 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021), cuja taxa média de capitalização foi de 7,2% ao ano.



**15. INVESTIMENTOS**

Investimentos	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
<b>Avaliados por equivalência patrimonial</b>				
Light SESA	1.197.068	7.166.827	-	-
Light Energia	495.048	480.832	-	-
Lightcom	159.314	179.130	-	-
Light Soluções	1.533	1.546	-	-
Light Conecta	19.929	39.848	-	-
UHE Itaocara <sup>(d)</sup>	-	-	-	(21.614)
Axxiom <sup>(a)</sup>	-	4.451	-	4.451
Amazônia Energia <sup>(a) (c)</sup>	-	319.187	-	319.187
Instituto Light	7	7	-	-
<b>SUBTOTAL</b>	<b>1.872.899</b>	<b>8.191.828</b>	<b>-</b>	<b>302.024</b>
Outros investimentos permanentes <sup>(b)</sup>	-	-	43.620	34.123
Total de participações societárias a descoberto	-	-	-	21.614
<b>TOTAL</b>	<b>1.872.899</b>	<b>8.191.828</b>	<b>43.620</b>	<b>357.761</b>

<sup>(a)</sup> Refere-se ao investimento apurado a partir do patrimônio líquido para fins de equivalência patrimonial.

<sup>(b)</sup> Inclui investimentos em participações societárias avaliadas pelo valor de mercado, detidos pela controlada Light SESA.

<sup>(c)</sup> Em dezembro de 2022, o a participação na Amazônia Energia foi classificada como ativo mantido para venda, conforme Nota 5.

<sup>(d)</sup> Em dezembro de 2022, a Companhia realizou a provisão para perda de 100% desse investimento.

**15.1 Informações sobre investimentos**

Investimentos 31.12.2022	%	Total do ativo	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Dividendos a receber	Dividendos recebidos
Light SESA	100,0%	20.256.990	5.544.284	1.197.068	(5.816.334)	-	(57.861)
Light Energia	100,0%	2.692.470	77.422	495.048	146.311	(36.578)	(533.888)
Lightcom	100,0%	271.104	120.000	159.314	87.071	-	(125.024)
Light Soluções	100,0%	2.163	3.850	1.533	(13)	(498)	-
Light Conecta	100,0%	20.451	176.897	19.929	(33.919)	-	-
UHE Itaocara	51,0%	15.404	105.423	-	(6.498)	-	-
Axxiom	51,0%	16.001	37.044	(2.053)	2.033	-	-
Amazônia Energia	25,5%	1.190.700	337.376	1.188.630	(63.325)	-	-
Instituto Light	100,0%	7	350	7	-	-	-

Investimentos em 31.12.2021	%	Total do ativo	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Dividendos a receber	Dividendos recebidos
Light SESA	100,0%	24.459.188	5.486.365	7.166.827	243.628	(57.862)	(65.276)
Light Energia	100,0%	3.066.536	77.422	480.832	102.962	(441.341)	(105.454)
Lightcom	100,0%	309.383	120.000	179.130	102.822	(18.137)	-
Light Soluções	100,0%	2.166	3.850	1.546	(57)	(498)	-
Lightger	51,0%	-	-	-	-	-	(12.473)
Light Conecta	100,0%	64.872	162.897	39.848	(32.672)	-	-
UHE Itaocara	51,0%	15.910	156.259	(42.380)	(66.495)	-	-
Axxiom	51,0%	31.667	68.065	8.728	(4.925)	-	-
Amazônia Energia	25,5%	1.253.900	1.322.698	1.251.711	(43.934)	-	-
Instituto Light	100,0%	7	350	8	(1)	-	-



## 15.2 Movimentação dos investimentos

Investimentos - Controladora	31.12.2021	Aumento de capital <sup>(a)</sup>	Dividendos	Baixa de custo atribuído	Resultados abrangentes	Provisão para perda	Transferência para ativos mantidos para venda	Equivalência patrimonial		31.12.2022
								Outros	Resultado	
Light SESA	7.166.827	57.919	-	-	(211.344)	-	-	-	(5.816.334)	1.197.068
Light Energia	480.832	-	(129.124)	(1.212)	(1.760)	-	-	1	146.311	495.048
Lightcom	179.130	-	(106.887)	-	-	-	-	-	87.071	159.314
Light Soluções	1.546	-	-	-	-	-	-	-	(13)	1.533
Light Conecta	39.848	14.000	-	-	-	-	-	-	(33.919)	19.929
Axxiom	4.451	-	-	-	-	-	-	(3.903)	(548)	-
Amazônia Energia	319.187	37	-	-	-	(94.453)	(208.648)	25	(16.148)	-
Instituto Light	7	-	-	-	-	-	-	-	-	7
<b>TOTAL</b>	<b>8.191.828</b>	<b>71.956</b>	<b>(236.011)</b>	<b>(1.212)</b>	<b>(213.104)</b>	<b>(94.453)</b>	<b>(208.648)</b>	<b>(3.877)</b>	<b>(5.633.580)</b>	<b>1.872.899</b>

<sup>(a)</sup> Em 30 de setembro de 2022, a Companhia aportou o montante de R\$57.919 na controlada Light SESA por meio da subscrição e integralização de 5.163.858.585 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal.

Investimentos - Controladora	31.12.2020	Aumento de capital <sup>(a)</sup>	Dividendos	Resultado Abrangente	Equivalência patrimonial		31.12.2021
					Outros	Resultado	
Light SESA	5.637.546	1.340.000	(57.862)	3.516	(1)	243.628	7.166.827
Light Energia	735.608	-	(357.737)	-	(1)	102.962	480.832
Lightcom	94.445	-	(18.137)	-	-	102.822	179.130
Light Soluções	1.253	350	-	-	-	(57)	1.546
Light Conecta	49.020	23.500	-	-	-	(32.672)	39.848
Axxiom	4.617	2.346	-	-	-	(2.512)	4.451
Amazônia Energia	330.364	26	-	-	(1)	(11.202)	319.187
Instituto Light	8	-	-	-	-	(1)	7
<b>TOTAL</b>	<b>6.852.861</b>	<b>1.366.222</b>	<b>(433.736)</b>	<b>3.516</b>	<b>(3)</b>	<b>402.968</b>	<b>8.191.828</b>

<sup>(a)</sup> Em 25 de janeiro de 2021, a Companhia aportou o montante de R\$1.340.000 na controlada Light SESA por meio da subscrição e integralização de 96.297.089.456 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal.

Investimentos - Consolidado	31.12.2021	Aumento de capital	Provisão para perda	Transferência para ativos mantidos para venda	Equivalência patrimonial		31.12.2022
					Outros	Resultado	
Axxiom	4.451	-	-	-	(3.903)	(548)	-
Amazônia Energia	319.187	37	(94.453)	(208.648)	25	(16.148)	-
Light Conecta	-	-	-	-	-	-	-
UHE Itaocara	(21.614)	25.731	(7.715)	-	6.912	(3.314)	-
<b>TOTAL</b>	<b>302.024</b>	<b>25.768</b>	<b>(102.168)</b>	<b>(208.648)</b>	<b>3.034</b>	<b>(20.010)</b>	<b>-</b>

Investimentos - Consolidado	31.12.2020	Aumento de capital	Equivalência patrimonial		31.12.2021
			Outros	Resultado	
Axxiom	4.617	2.346	-	(2.512)	4.451
Amazônia Energia	330.364	26	(1)	(11.202)	319.187
Light Conecta	-	-	-	-	-
UHE Itaocara	(30.823)	43.120	1	(33.912)	(21.614)
<b>TOTAL</b>	<b>304.158</b>	<b>45.492</b>	<b>-</b>	<b>(47.626)</b>	<b>302.024</b>

## 15.1 Acordo para venda de participações das controladas em conjunto Lightger S.A e Guanhães Energia S.A

Em 09 de dezembro de 2021, a Light S.A, em conjunto com sua controlada Light Energia, celebrou contrato de compra e venda com Brasal Energia S.A. ("Brasal"), para alienação a de participações societárias nas sociedades Lightger S.A e Guanhães Energia S.A ("Operação"). Para maiores informações, consultar a divulgação da Nota 5.



## 15.2 Amazônia Energia

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia passou a tratar a controlada Amazônia Energia como um ativo mantido para venda, conforme divulgado na Nota 5.

## 16. IMOBILIZADO

Imobilizado - Consolidado	31.12.2022				31.12.2021
	Taxa média anual (%)	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Geração	3,45	3.161.789	(2.032.299)	1.129.490	995.346
Transmissão	4,02	58.346	(40.274)	18.072	19.077
Distribuição	4,69	23.356	(20.667)	2.689	547
Administração	7,96	586.759	(378.044)	208.715	196.341
Comercialização	7,96	10.247	(9.211)	1.036	1.240
		<b>3.840.497</b>	<b>(2.480.495)</b>	<b>1.360.002</b>	<b>1.212.551</b>
Obrigações especiais		(7.207)	841	(6.366)	(6.612)
<b>EM SERVIÇO</b>		<b>3.833.290</b>	<b>(2.479.654)</b>	<b>1.353.636</b>	<b>1.205.939</b>
Geração		531.342	-	531.342	487.144
Administração		118.659	-	118.659	116.798
<b>EM CURSO</b>		<b>650.001</b>	<b>-</b>	<b>650.001</b>	<b>603.942</b>
<b>TOTAL</b>		<b>4.483.291</b>	<b>(2.479.654)</b>	<b>2.003.637</b>	<b>1.809.881</b>

Segue abaixo a mutação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Imobilizado - Consolidado	Em serviço				Em curso			Total do Imobilizado
	Custo	Depreciação acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
<b>Saldo em 31.12.2020</b>	<b>3.542.524</b>	<b>(2.325.742)</b>	<b>(4.922)</b>	<b>1.211.860</b>	<b>443.355</b>	-	<b>443.355</b>	<b>1.655.215</b>
Adições	-	-	-	-	261.077	(1.865)	259.212	259.212
Baixas	(10.957)	4.379	-	(6.578)	(3.900)	-	(3.900)	(10.478)
Depreciação	-	(82.693)	175	(82.518)	-	-	-	(82.518)
Transferências entre curso e serviço	79.729	-	(1.865)	77.864	(79.729)	1.865	(77.864)	-
Transferências do / (para o) intangível	5.311	-	-	5.311	(16.861)	-	(16.861)	(11.550)
<b>Saldo em 31.12.2021</b>	<b>3.616.607</b>	<b>(2.404.056)</b>	<b>(6.612)</b>	<b>1.205.939</b>	<b>603.942</b>	-	<b>603.942</b>	<b>1.809.881</b>
Adições	-	-	-	-	344.324	-	344.324	344.324
Baixas	(11.919)	8.044	-	(3.875)	(33.770)	-	(33.770)	(37.645)
Depreciação	-	(84.483)	246	(84.237)	-	-	-	(84.237)
Transferências entre curso e serviço	233.443	-	-	233.443	(233.443)	-	(233.443)	-
Transferências do / (para o) intangível	2.366	-	-	2.366	(31.052)	-	(31.052)	(28.686)
<b>Saldo em 31.12.2022</b>	<b>3.840.497</b>	<b>(2.480.495)</b>	<b>(6.366)</b>	<b>1.353.636</b>	<b>650.001</b>	-	<b>650.001</b>	<b>2.003.637</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi incorporado ao ativo imobilizado, a título de capitalização de juros, o montante de R\$18.829 (R\$7.809 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021), cuja taxa média de capitalização foi de 7,2% ao ano.



### 16.1 Taxas anuais de depreciação:

As principais taxas anuais de depreciação, com base na estimativa da vida útil dos bens, são as seguintes:

GERAÇÃO	%	COMERCIALIZAÇÃO	%	ADMINISTRAÇÃO	%	TRANSMISSÃO	%
Barramento	2,50	Edificações	3,33	Edificações	3,33	Condutor do sistema	2,70
Disjuntor	3,03	Equipamento geral	6,25	Equipamento geral	6,25	Equipamento geral	6,25
Edificações	2,00	Veículos	14,29	Veículos	14,29	Estrutura do sistema	3,13
Equipamentos da tomada d'água	3,70					Religadores	4,00
Estrutura da tomada d'água	2,86						
Gerador	3,33						
Grupo motor – gerador	5,88						
Reserva, barragens e adutoras	2,00						
Sistema de comunicação local	6,67						
Turbina hidráulica	2,50						

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável para os ativos imobilizados em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

Para os ativos imobilizados que não possuem garantia de indenização, os itens são depreciados pelo método linear respeitando a vida útil do bem.

### 17. INTANGÍVEL

Intangível - Consolidado	31.12.2022			31.12.2021
	Custo Histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Direito de uso da concessão	8.814.697	(6.755.652)	2.059.045	2.455.780
Extensão da concessão	433.829	(117.304)	316.525	375.182
Outros <sup>(a)</sup>	1.289.729	(1.049.608)	240.121	190.991
	<b>10.538.255</b>	<b>(7.922.564)</b>	<b>2.615.691</b>	<b>3.021.953</b>
Obrigações especiais	(799.083)	472.115	(326.968)	(353.087)
<b>EM SERVIÇO</b>	<b>9.739.172</b>	<b>(7.450.449)</b>	<b>2.288.723</b>	<b>2.668.866</b>
Outros <sup>(a)</sup>	179.146	-	179.146	164.689
<b>EM CURSO</b>	<b>179.146</b>	<b>-</b>	<b>179.146</b>	<b>164.689</b>
<b>TOTAL</b>	<b>9.918.318</b>	<b>(7.450.449)</b>	<b>2.467.869</b>	<b>2.833.555</b>

<sup>(a)</sup> Inclui, basicamente, softwares e licenças



Segue abaixo a mutação do intangível nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Intangível - Consolidado	Em serviço				Em curso			Total do Intangível
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
<b>Saldo em 31.12.2020</b>	<b>9.514.952</b>	<b>(6.811.575)</b>	<b>(397.041)</b>	<b>2.306.336</b>	<b>592.252</b>	-	<b>592.252</b>	<b>2.898.588</b>
Adições	-	-	-	-	133.796	(12.811)	120.985	120.985
Baixas	(223.204)	331.713	-	108.509	-	-	-	108.509
Amortização	-	(643.825)	63.805	(580.020)	-	-	-	(580.020)
Transferências	555.821	-	(12.811)	543.010	(555.821)	12.811	(543.010)	-
Transferências do (para o) imobilizado	17.088	-	-	17.088	(5.538)	-	(5.538)	11.550
Transferências do ativo de contrato	1.412.878	-	(37.680)	1.375.198	-	-	-	1.375.198
Transferências para o ativo financeiro da concessão <sup>(a)</sup>	(1.131.895)	-	30.640	(1.101.255)	-	-	-	(1.101.255)
<b>Saldo em 31.12.2021</b>	<b>10.145.640</b>	<b>(7.123.687)</b>	<b>(353.087)</b>	<b>2.668.866</b>	<b>164.689</b>	-	<b>164.689</b>	<b>2.833.555</b>
Adições	-	-	-	-	122.373	(26.094)	96.279	96.279
Baixas	(96.774)	79.753	-	(17.021)	(192)	-	(192)	(17.213)
Amortização	-	(695.468)	68.821	(626.647)	-	-	-	(626.647)
Transferências	105.358	-	(26.094)	79.264	(105.358)	26.094	(79.264)	-
Transferências de outros créditos (Acordo Furnas)	253.825	(183.162)	-	70.663	-	-	-	70.663
Transferências do (para o) imobilizado	31.052	-	-	31.052	(2.366)	-	(2.366)	28.686
Transferências do ativo de contrato	989.182	-	(25.062)	964.120	-	-	-	964.120
Transferências para o ativo financeiro da concessão <sup>(a)</sup>	(890.028)	-	21.354	(868.674)	-	-	-	(868.674)
Transferências do ativo financeiro da concessão (Nota 12)	-	-	(12.900)	(12.900)	-	-	-	(12.900)
<b>Saldo em 31.12.2022</b>	<b>10.538.255</b>	<b>(7.922.564)</b>	<b>(326.968)</b>	<b>2.288.723</b>	<b>179.146</b>	-	<b>179.146</b>	<b>2.467.869</b>

<sup>(a)</sup> Transferência para o ativo financeiro da concessão proveniente da bifurcação dos ativos quando da entrada em serviço e transferência do ativo financeiro da concessão referente às obrigações especiais, vide Nota 13.

## 18. FORNECEDORES

Fornecedores – Consolidado	31.12.2022	31.12.2021
Comercialização no mercado de curto prazo	58.159	253.022
Encargos de uso da rede elétrica	137.067	104.660
Energia livre - ressarcimento às geradoras <sup>(a)</sup>	133.936	119.169
Leilões de energia	355.568	563.475
Itaipu binacional	250.285	367.675
UTE Norte Fluminense	293.903	383.722
Materiais e serviços	277.113	362.314
<b>TOTAL</b>	<b>1.506.031</b>	<b>2.154.037</b>

<sup>(a)</sup> A energia livre refere-se a valores a pagar as geradoras de energia elétrica referente às perdas ocorridas no período de racionamento de energia entre junho de 2001 a fevereiro de 2002. A Companhia possui Mandados de Segurança contra os despachos SFF/ANEEL nº 2.517/2010 e SFF/ANEEL nº 1.068/2010, e o montante vem sendo atualizado mensalmente pela Selic.





**19. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR**

Tributos e contribuições a pagar - Consolidado	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a pagar <sup>(a)</sup>	96.064	140.946	237.010	247.855	155.346	403.201
Parcelamento - Lei 11.941/09	22.635	20.497	43.132	23.295	44.259	67.554
PIS e COFINS a pagar	7.500	-	7.500	5.973	-	5.973
INSS	1.133	-	1.133	373	-	373
Outros	15.428	-	15.428	10.940	-	10.940
<b>TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR</b>	<b>142.760</b>	<b>161.443</b>	<b>304.203</b>	<b>288.436</b>	<b>199.605</b>	<b>488.041</b>
IRRF a pagar	926	-	926	796	-	796
Provisão de IRPJ e CSLL	95.154	-	95.154	94.368	-	94.368
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A PAGAR</b>	<b>96.080</b>	<b>-</b>	<b>96.080</b>	<b>95.164</b>	<b>-</b>	<b>95.164</b>
<b>TOTAL</b>	<b>238.840</b>	<b>161.443</b>	<b>400.283</b>	<b>383.600</b>	<b>199.605</b>	<b>583.205</b>

<sup>(a)</sup> O ICMS a pagar, registrado no passivo não circulante, é decorrente de faturas parceladas.

**20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

Financiador - Consolidado	Controlada	Circulante			Não circulante	Total	Total
		Principal	Encargos	Total	Principal	31.12.2022	31.12.2021
TN - Par Bond	Light SESA	-	2.623	2.623	203.070	205.693	219.995
TN - Caução - Par Bond	Light SESA	-	-	-	(191.899)	(191.899)	(207.905)
TN - Discount Bond	Light SESA	-	780	780	141.696	142.476	151.957
TN - Caução - Discount Bond	Light SESA	-	-	-	(134.742)	(134.742)	(144.759)
4131 Citibank 2021	Light SESA	-	56	56	208.708	208.764	223.229
Bonds 2021	Light SESA	-	3.297	3.297	2.087.080	2.090.377	2.235.727
Bonds 2021	Light Energia	-	1.522	1.522	1.043.540	1.045.062	1.117.728
<b>Subtotal - Moeda estrangeira</b>		<b>-</b>	<b>8.278</b>	<b>8.278</b>	<b>3.357.453</b>	<b>3.365.731</b>	<b>3.595.972</b>
Custo de captação		-	-	-	(32.329)	(32.329)	(41.565)
<b>Custos - Moeda estrangeira</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(32.329)</b>	<b>(32.329)</b>	<b>(41.565)</b>
<b>MOEDA ESTRANGEIRA - TOTAL</b>		<b>-</b>	<b>8.278</b>	<b>8.278</b>	<b>3.325.124</b>	<b>3.333.402</b>	<b>3.554.407</b>
FINEP - Inovação e Pesquisa	Light SESA	-	-	-	-	-	9.681
Nota Promissória - 5ª NP	Light SESA	-	-	-	-	-	110.065
FIDC 2018 Série A	Light SESA	227.674	2.141	229.815	121.940	351.755	559.914
FIDC 2018 Série B	Light SESA	103.494	379	103.873	51.747	155.620	244.969
CCB Santander Lajes	Lajes Energia	5.000	58	5.058	3.750	8.808	13.823
BNDES Conecta	Light Conecta	116	-	116	-	116	255
Fianças bancárias diversas	Light SESA	-	70	70	-	70	64
Cotas Subordinadas FIDC	Light SESA	-	-	-	(34.789)	(34.789)	(35.050)
Retenção FIDC	Light SESA	(31.424)	-	(31.424)	-	(31.424)	(30.016)
<b>Subtotal - Moeda nacional</b>		<b>304.860</b>	<b>2.648</b>	<b>307.508</b>	<b>142.648</b>	<b>450.156</b>	<b>873.705</b>
Custo de captação		(6.840)	-	(6.840)	(3.420)	(10.260)	(19.092)
<b>Custos - Moeda nacional</b>		<b>(6.840)</b>	<b>-</b>	<b>(6.840)</b>	<b>(3.420)</b>	<b>(10.260)</b>	<b>(19.092)</b>
<b>MOEDA NACIONAL - TOTAL</b>		<b>298.020</b>	<b>2.648</b>	<b>300.668</b>	<b>139.228</b>	<b>439.896</b>	<b>854.613</b>
<b>TOTAL</b>		<b>298.020</b>	<b>10.926</b>	<b>308.946</b>	<b>3.464.352</b>	<b>3.773.298</b>	<b>4.409.020</b>



Segue quadro abaixo com condições contratuais dos empréstimos e financiamentos existentes em 2022:

Financiador – Consolidado	Controlada	Data de assinatura	Moeda	Taxa de juros a.a. <sup>(a)</sup>	Taxa efetiva <sup>(a)</sup>	Amortização do principal		
						Forma de pagamento	Início	Término
TN - Par Bond	Light SESA	29 04.1996	US\$	USD + 6,00%	6,80%	Única	abr/24	abr/24
TN - Caução - Par Bond	Light SESA	29 04.1996	US\$	US Treasury	-	Única	abr/24	abr/24
TN - Discount Bond	Light SESA	29 04.1996	US\$	Libor 6M + 0,8125%	5,95%	Única	abr/24	abr/24
TN - Caução - Discount Bond	Light SESA	29 04.1996	US\$	US Treasury	-	Única	abr/24	abr/24
4131 Citibank 2021	Light SESA	03 05 2018	US\$	CDI + 1,85%	14,47%	Única	mar/25	mar/25
Bonds 2021	Light SESA	18 06 2021	US\$	143,43% do CDI	17,77%	Única	jun/26	jun/26
Bonds 2021	Light Energia	18 06 2021	US\$	145,45% do CDI	18,02%	Única	jun/26	jun/26
FINEP - Inovação e Pesquisa	Light SESA	16 04 2014	R\$	4,00%	N/A	Mensal	mai/16	mai/22
Nota Promissória - 5ª NP	Light SESA	27.12 2019	R\$	CDI + 1,25%	13,79%	Anual	dez/20	dez/22
FIDC 2018 Série A	Light SESA	04 04 2018	R\$	CDI + 1,20%	13,74%	Mensal	jul/19	jun/24
FIDC 2018 Série B	Light SESA	04 04 2018	R\$	IPCA + 5,75%	11,87%	Mensal	jul/19	jun/24
CCB Santander Lajes	Lajes Energia	30 09 2020	R\$	CDI + 2,40%	15,09%	Mensal	out/20	set/24
BNDES Conecta	Light Conecta	10.10 2018	R\$	3,50%	3,50%	Mensal	out/18	out/23

<sup>(a)</sup> Para as dívidas em moeda estrangeira foram considerados os custos em reais, conforme seus respectivos contratos de *swap*.

As principais operações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram:

- Em 17 de outubro de 2022, foi liquidada a 13ª emissão de debêntures, série única da controlada Light SESA no valor de R\$599.661 mais juros devidos.
- Em 17 de outubro de 2022, foi liquidada a 15ª emissão de debêntures, 2ª série da controlada Light SESA no valor de R\$80.000 mais juros devidos.
- Em 17 de outubro de 2022, foi liquidada a 17ª emissão de debêntures, 1ª série da controlada Light SESA no valor de R\$500.400 mais juros devidos.
- Em 26 de dezembro de 2022, foi liquidada a 5ª nota promissória, 3ª série da controlada Light SESA no valor de R\$100.000 mais juros devidos.

Além das cauções dos contratos em moeda estrangeira celebrado com o Tesouro Nacional (TN), os empréstimos estão garantidos por avais da Light S.A. Ademais, foram cedidos direitos creditórios, presentes e futuros, da controlada Light SESA, sendo disponibilizado anualmente o limite máximo de R\$796.320, para constituição do FIDC.

Em 31 de dezembro de 2022, os empréstimos e financiamentos tem avais, fianças ou garantias corporativas da Light S.A, emitidas em favor de suas controladas ou controladas em conjunto, no montante de R\$3.353.127 (R\$3.524.071 em 31 de dezembro de 2021).



As parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos consolidados, classificadas no passivo não circulante e sem o custo de captação e os custos com *fees de covenants (waivers)*, têm os seguintes vencimentos:

Vencimentos	31.12.20212			31.12.2021		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
2023	-	-	-	330.517	-	330.517
2024	142.648	18.125	160.773	139.504	16.074	155.578
2025	-	208.708	208.708	-	223.220	223.220
2026	-	3.130.620	3.130.620	-	3.348.300	3.348.300
<b>TOTAL</b>	<b>142.648</b>	<b>3.357.453</b>	<b>3.500.101</b>	<b>470.021</b>	<b>3.587.594</b>	<b>4.057.615</b>

A variação percentual das principais moedas estrangeiras e os percentuais dos principais indicadores, base de atualização dos empréstimos, financiamentos e debêntures, teve o seguinte comportamento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Moedas estrangeiras e indicadores	31.12.2022	31.12.2021
<b>Variação do exercício</b>		
USD - Dólar Americano	-6,50%	7,39%
<b>Acumulado do exercício</b>		
IGP-M	5,46%	17,79%
IPCA	5,78%	10,06%
SELIC	12,39%	4,39%
CDI	12,39%	4,39%
TJLP	7,20%	5,32%

Seguem abaixo as movimentações dos empréstimos e financiamentos consolidados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Consolidado	Principal	Encargos	Total
<b>SALDO EM 31.12.2020</b>	<b>4.371.387</b>	<b>39.342</b>	<b>4.410.729</b>
Captações	3.237.820	-	3.237.820
Variação monetária e cambial	373.111	-	373.111
Encargos financeiros provisionados	-	331.650	331.650
Encargos financeiros pagos	-	(350.718)	(350.718)
Amortização do principal	(3.579.675)	-	(3.579.675)
Custo de captação	(45.812)	-	(45.812)
Amortização do custo de captação	30.646	-	30.646
Cotas Subordinadas e Retenção – FIDC	(351)	-	(351)
Encargos capitalizados no ativo de contrato e imobilizado	-	1.620	1.620
<b>SALDO EM 31.12.2021</b>	<b>4.387.126</b>	<b>21.894</b>	<b>4.409.020</b>
Variação monetária e cambial	(220.350)	-	(220.350)
Encargos financeiros provisionados	-	245.880	245.880
Encargos financeiros pagos	-	(256.848)	(256.848)
Amortização do principal	(421.325)	-	(421.325)
Amortização do custo de captação	18.068	-	18.068
Cotas Subordinadas e Retenção – FIDC	(1.147)	-	(1.147)
<b>SALDO EM 31.12.2022</b>	<b>3.762.372</b>	<b>10.926</b>	<b>3.773.298</b>



O montante total do principal está apresentado líquido dos custos com a captação dos empréstimos e custos com *fees* de *covenants* (*waivers*). Estes custos estão detalhados no quadro abaixo:

Movimentação dos custos - Consolidado	Controlada	Saldo a amortizar em 31.12.2020	Custo	Amortização do custo	Saldo a amortizar em 31.12.2021	Amortização do custo	Saldo a amortizar em 31.12.2022
BNDES - Capex	Light SESA	4.045	-	(4.045)	-	-	-
Nota Promissória - 5ª NP	Light SESA	3.985	-	(1.992)	1.993	(1.993)	-
FIDC 2018	Light SESA	23.939	-	(6.840)	17.099	(6.839)	10.260
Bonds 2018	Light SESA	8.989	-	(8.989)	-	-	-
Bonds 2021	Light SESA	-	30.565	(2.835)	27.730	(6.162)	21.568
Bonds 2018	Light Energia	4.533	-	(4.533)	-	-	-
Bonds 2021	Light Energia	-	15.247	(1.412)	13.835	(3.074)	10.761
<b>TOTAL</b>		<b>45.491</b>	<b>45.812</b>	<b>(30.646)</b>	<b>60.657</b>	<b>(18.068)</b>	<b>42.589</b>

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez relacionados a empréstimos e financiamentos é divulgada na Nota 34.

### **Covenants**

A Companhia possui cláusulas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas em determinados contratos de empréstimos e financiamentos, inclusive vencimento cruzado. O vencimento antecipado só ocorre quando do não atendimento a pelo menos um dos *covenants* financeiros em dois trimestres consecutivos ou quatro trimestres intercalados ou quando do não cumprimento de determinados *covenants* não financeiros. Os empréstimos com o Citibank, Santander, BNDES e a 5ª Nota Promissória preveem a manutenção de indicadores de dívida líquida/EBITDA e cobertura de juros (*covenants*). Já os *Bonds* possuem cláusulas restritivas por incorrência de dívida (*covenants*). Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia atendeu aos *covenants* requeridos contratualmente.



**21. DEBÊNTURES**

Emissão - Consolidado	Controlada	Circulante			Não circulante		Total	Total
		Principal	Encargos	Total	Principal	Total	31.12.2022	31.12.2021
8ª Emissão	Light SESA	39.198	1.659	40.857	117.500	117.500	158.357	197.288
9ª Emissão Série B	Light SESA	116.355	854	117.209	-	-	117.209	222.044
13ª Emissão	Light SESA	-	-	-	-	-	-	583.657
15ª Emissão Série 1	Light SESA	-	9.572	9.572	684.261	684.261	693.833	657.240
15ª Emissão Série 2	Light SESA	-	-	-	-	-	-	81.653
16ª Emissão Série 1	Light SESA	-	-	-	-	-	-	134.875
16ª Emissão Série 2	Light SESA	211.475	12.431	223.906	211.475	211.475	435.381	430.845
16ª Emissão Série 3	Light SESA	-	1.850	1.850	62.500	62.500	64.350	63.680
17ª Emissão Série 1	Light SESA	-	-	-	-	-	-	510.003
17ª Emissão Série 2	Light SESA	25.000	1.522	26.522	25.000	25.000	51.522	50.986
17ª Emissão Série 4	Light SESA	-	1.949	1.949	183.659	183.659	185.608	175.809
19ª Emissão	Light SESA	-	15.891	15.891	604.390	604.390	620.281	587.544
20ª Emissão	Light SESA	-	13.647	13.647	722.843	722.843	736.490	697.464
21ª Emissão	Light SESA	119.988	26.284	146.272	240.012	240.012	386.284	374.897
22ª Emissão	Light SESA	-	9.914	9.914	1.029.392	1.029.392	1.039.306	984.415
23ª Emissão Série 1	Light SESA	-	7.965	7.965	263.500	263.500	271.465	267.147
23ª Emissão Série 2	Light SESA	-	8.284	8.284	268.500	268.500	276.784	272.331
24ª Emissão	Light SESA	-	40.111	40.111	1.300.000	1.300.000	1.340.111	-
25ª Emissão CRI	Light SESA	-	222	222	50.308	50.308	50.530	-
3ª Emissão	Light Energia	2.502	106	2.608	7.500	7.500	10.108	12.593
7ª Emissão	Light Energia	-	12.213	12.213	554.109	554.109	566.322	534.502
<b>Subtotal - Debêntures</b>		<b>514.518</b>	<b>164.474</b>	<b>678.992</b>	<b>6.324.949</b>	<b>6.324.949</b>	<b>7.003.941</b>	<b>6.838.973</b>
Custo de captação		(25.649)	-	(25.649)	(61.020)	(61.020)	(86.669)	(100.441)
Custo <i>fee</i> de covenants		(811)	-	(811)	(1.069)	(1.069)	(1.880)	(3.226)
<b>Custos - Debêntures</b>		<b>(26.460)</b>	<b>-</b>	<b>(26.460)</b>	<b>(62.089)</b>	<b>(62.089)</b>	<b>(88.549)</b>	<b>(103.667)</b>
<b>TOTAL</b>		<b>488.058</b>	<b>164.474</b>	<b>652.532</b>	<b>6.262.860</b>	<b>6.262.860</b>	<b>6.915.392</b>	<b>6.735.306</b>



Segue abaixo quadro com as condições contratuais das debêntures consolidadas existentes em 2022:

Emissão - Consolidado	Controlada	Data de assinatura	Moeda	Taxa de juros a.a. <sup>(a)</sup>	Taxa efetiva <sup>(a)</sup>	Amortização do principal		
						Forma de pagamento	Início	Término
8ª Emissão	Light SESA	24.08.2012	R\$	CDI + 1,18%	13,72%	Anual	jun/15	jun/26
9ª Emissão Série B	Light SESA	15.06.2013	R\$	IPCA + 5,74%	11,86%	Anual	mai/20	mai/23
13ª Emissão	Light SESA	01.11.2017	R\$	IPCA + 7,44%	N/A	Única	out/22	out/22
15ª Emissão Série 1	Light SESA	12.09.2018	R\$	IPCA + 6,83%	13,01%	Anual	out/24	out/25
15ª Emissão Série 2	Light SESA	12.09.2018	R\$	CDI + 2,20%	N/A	Anual	out/21	out/22
16ª Emissão Série 1	Light SESA	26.04.2019	R\$	CDI + 0,90%	N/A	Única	abr/22	abr/22
16ª Emissão Série 2	Light SESA	26.04.2019	R\$	CDI + 1,25%	13,79%	Anual	abr/23	abr/24
16ª Emissão Série 3	Light SESA	26.04.2019	R\$	CDI + 1,35%	13,91%	Única	abr/25	abr/25
17ª Emissão Série 1	Light SESA	11.10.2019	R\$	CDI + 1,50%	N/A	Única	out/22	out/22
17ª Emissão Série 2	Light SESA	11.10.2019	R\$	CDI + 1,75%	14,36%	Anual	out/23	out/24
17ª Emissão Série 4	Light SESA	11.10.2019	R\$	IPCA + 5,25%	11,34%	Anual	out/25	out/26
19ª Emissão	Light SESA	15.07.2020	R\$	IPCA + 5,8%	11,92%	Única	jul/25	jul/25
20ª Emissão	Light SESA	14.08.2020	R\$	IPCA + 5,0867%	11,17%	Única	ago/25	ago/25
21ª Emissão	Light SESA	09.02.2021	R\$	CDI + 2,60%	15,31%	Anual	jan/23	jan/25
22ª Emissão	Light SESA	05.04.2021	R\$	IPCA + 4,7543%	10,81%	Anual	abr/29	abr/31
23ª Emissão Série 1	Light SESA	15.10.2021	R\$	CDI + 1,65%	14,24%	Anual	out/24	out/26
23ª Emissão Série 2	Light SESA	15.10.2021	R\$	CDI + 1,95%	14,58%	Anual	out/27	out/28
24ª Emissão	Light SESA	25.03.2022	R\$	CDI + 1,95%	14,58%	Única	abr/24	abr/24
25ª Emissão CRI	Light SESA	30.11.2022	R\$	IPCA + 7,1773% a.a.	13,38%	Anual	nov/28	nov/29
3ª Emissão	Light Energia	24.08.2012	R\$	CDI + 1,18%	13,72%	Anual	jun/15	jun/26
7ª Emissão	Light Energia	05.08.2021	R\$	CDI + 1,20%	13,74%	Anual	jul/25	jul/28

<sup>(a)</sup> Para a 7ª emissão de debêntures, da controlada Light Energia, foi considerado o custo em reais, conforme seus respectivos contratos de *swap*.

As principais operações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram:

Em 26 de abril de 2022, foi realizada a 24ª emissão de debêntures da controlada Light SESA em série única no montante de R\$1.300.000, com vencimento em dois anos, amortização em parcela única e remuneração de CDI + 1,95% a.a. Os recursos decorrentes das debêntures foram utilizados para reforço de capital de giro e pagamento das dívidas vincendas.

Em 08 de dezembro de 2022, foi liquidada a emissão de certificados de recebíveis imobiliários da Virgo Securitizadora S.A. ("CRI"), lastreada em recebíveis decorrentes da 25ª emissão de debêntures privadas da controlada Light SESA, no montante de R\$50.000, com vencimento em sete anos, amortização nos últimos dois anos e remuneração de IPCA + 7,1773% a.a. Os recursos decorrentes das debêntures serão utilizados para reembolso de gastos de natureza imobiliária e custos já incorridos e a incorrer de contratos de aluguéis, conforme definido em escritura.

Em 31 de dezembro de 2022, a totalidade das debêntures emitidas pelas controladas da Companhia têm avais, fianças ou garantias corporativas da Light S.A.



As parcelas relativas ao principal das debêntures consolidados, classificadas no passivo não circulante e sem o custo de emissão e os custos com *fees de covenants (waivers)*, têm os seguintes vencimentos:

Vencimentos - Consolidado	31.12.2022
2024	2.128.077
2025	2.211.728
2026	359.890
2027	272.777
2028	297.931
Após 2028	1.054.546
<b>TOTAL</b>	<b>6.324.949</b>

Seguem abaixo as movimentações das debêntures consolidadas ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Consolidado	Principal	Encargos	Total
<b>SALDO EM 31.12.2020</b>	<b>5.212.984</b>	<b>60.256</b>	<b>5.273.240</b>
Debêntures emitidas	2.308.381	-	2.308.381
Variação monetária e cambial	369.984	-	369.984
Encargos financeiros provisionados	-	308.906	308.906
Encargos financeiros pagos	-	(276.293)	(276.293)
Amortização do principal	(1.248.516)	-	(1.248.516)
Custo de emissão	(51.449)	-	(51.449)
Amortização do custo de emissão	27.208	-	27.208
Encargos capitalizados no ativo de contrato e imobilizado	-	23.845	23.845
<b>SALDO EM 31.12.2021</b>	<b>6.618.592</b>	<b>116.714</b>	<b>6.735.306</b>
Debêntures emitidas	1.350.000	-	1.350.000
Variação monetária	236.610	-	236.610
Encargos financeiros provisionados	-	638.053	638.053
Encargos financeiros pagos	-	(619.226)	(619.226)
Amortização do principal	(1.469.402)	-	(1.469.402)
Custo de emissão	(14.689)	-	(14.689)
Amortização custo de emissão	29.807	-	29.807
Encargos capitalizados no ativo de contrato e imobilizado	-	28.933	28.933
<b>SALDO EM 31.12.2022</b>	<b>6.750.918</b>	<b>164.474</b>	<b>6.915.392</b>



O montante total do principal está apresentado líquido dos custos com a emissão das debêntures e custos com *fees de covenants (waivers)*. Estes custos estão detalhados no quadro abaixo:

Movimentação dos custos de emissão - Consolidado	Controlada	Saldo a amortizar em 31.12.2020	Custo	Amortização do custo	Saldo a amortizar em 31.12.2021	Custo	Amortização do custo	Saldo a amortizar em 31.12.2022
8ª Emissão	Light SESA	2.919	-	(531)	2.388	-	(531)	1.857
9ª Emissão A	Light SESA	1.453	-	(1.453)	-	-	-	-
9ª Emissão B	Light SESA	3.622	-	(1.481)	2.141	-	(1.481)	660
13ª Emissão	Light SESA	7.436	-	(4.055)	3.381	-	(3.381)	-
15ª Emissão	Light SESA	26.883	-	(5.982)	20.901	-	(5.452)	15.449
16ª Emissão	Light SESA	2.462	-	(568)	1.894	-	(569)	1.325
17ª Emissão	Light SESA	5.662	-	(2.407)	3.255	-	(2.067)	1.188
18ª Emissão	Light SESA	1.857	-	(1.857)	-	-	-	-
19ª Emissão	Light SESA	14.177	-	(3.093)	11.084	-	(3.094)	7.990
20ª Emissão	Light SESA	12.814	-	(2.746)	10.068	-	(2.745)	7.323
21ª Emissão	Light SESA	-	3.775	(785)	2.990	-	(970)	2.020
22ª Emissão	Light SESA	-	33.576	(1.634)	31.942	-	(3.421)	28.521
23ª Emissão	Light SESA	-	2.338	(28)	2.310	537	(374)	2.473
24ª Emissão	Light SESA	-	-	-	-	12.300	(3.997)	8.303
25ª Emissão	Light SESA	-	-	-	-	1.852	-	1.852
3ª Emissão	Light Energia	141	-	(26)	115	-	-	115
7ª Emissão	Light Energia	-	11.760	(562)	11.198	-	(1.725)	9.473
<b>TOTAL</b>		<b>79.426</b>	<b>51.449</b>	<b>(27.208)</b>	<b>103.667</b>	<b>14.689</b>	<b>(29.807)</b>	<b>88.549</b>

As debêntures da Companhia não são objeto de repactuação programada. A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e liquidez relacionados a debêntures é divulgada na Nota 34.

### Covenants

A Companhia possui cláusulas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas em determinados contratos de debêntures, inclusive vencimento cruzado. O vencimento antecipado só ocorre quando do não atendimento a pelo menos um indicador financeiro em dois trimestres consecutivos ou quatro trimestres intercalados ou quando do não cumprimento de determinados *covenants* não financeiros, como por exemplo, cláusulas de atendimento de nível mínimo de classificação de crédito avaliado por agências de rating. Todas as emissões de debêntures preveem a manutenção de indicadores de dívida líquida/EBITDA e cobertura de juros (*covenants*). Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia atendeu aos *covenants* requeridos conforme os termos das escrituras de emissões das debêntures.





## 22. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Segue abaixo o saldo das provisões, que compreendem as provisões para contingências com prognóstico provável e as provisões para honorários de êxito:

Provisões - Consolidado	31.12.2022			31.12.2021		
	Provisão	Honorários de êxito	Total	Provisão	Honorários de êxito	Total
Trabalhistas	100.799	356	101.155	92.658	428	93.086
Cíveis	726.698	66.836	793.534	179.258	72.044	251.302
Fiscais	183.589	33.193	216.782	76.474	27.724	104.198
Regulatórias	46.466	-	46.466	52.963	-	52.963
PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS	2.742.784	-	2.742.784	-	-	-
Outros	16.410	-	16.410	554	-	554
<b>TOTAL</b>	<b>3.816.746</b>	<b>100.385</b>	<b>3.917.131</b>	<b>401.907</b>	<b>100.196</b>	<b>502.103</b>

### 22.1 Provisões para contingências

As provisões para riscos, bem como as movimentações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, estão compostas da seguinte forma:

Provisões para perdas prováveis	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Outros	PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS	Total
<b>SALDO EM 31.12.2020</b>	<b>99.072</b>	<b>208.524</b>	<b>172.012</b>	<b>50.719</b>	<b>500</b>	-	<b>530.827</b>
Adições	11.579	206.438	-	-	-	-	218.017
Atualizações	-	8.923	931	2.244	54	-	12.152
Baixas por pagamentos	(11.226)	(240.400)	(89.484)	-	-	-	(341.110)
Baixas por reversões	(6.767)	(4.227)	(6.985)	-	-	-	(17.979)
<b>SALDO EM 31.12.2021</b>	<b>92.658</b>	<b>179.258</b>	<b>76.474</b>	<b>52.963</b>	<b>554</b>	-	<b>401.907</b>
Adições	31.433	828.107	73.121	56.509	4.260	1.081.068	2.074.498
Atualizações	19.336	23.454	80.226	1.678	7.381	1.661.716	1.793.791
Baixas por pagamentos	(15.438)	(288.394)	-	(7.414)	(1.215)	-	(312.461)
Baixas por reversões	(27.190)	(15.727)	(46.232)	(4.995)	-	-	(94.144)
Transferência para outros débitos	-	-	-	(52.275)	-	-	(52.275)
Transferência de fornecedor	-	-	-	-	5.430	-	5.430
<b>SALDO EM 31.12.2022</b>	<b>100.799</b>	<b>726.698</b>	<b>183.589</b>	<b>46.466</b>	<b>16.410</b>	<b>2.742.784</b>	<b>3.816.746</b>

Em 31 de dezembro de 2022, está registrado em depósitos vinculados a litígios o total de R\$221.491 (R\$221.572 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$58.367 (R\$45.394 em 31 de dezembro de 2021) referem-se às causas com provisão constituída. Os demais depósitos referem-se a processos cujas probabilidades de perda são possíveis ou remotas. Segue abaixo o saldo dos depósitos judiciais:

Consolidado	31.12.2022		31.12.2021	
	Depósitos Judiciais	Provisão com Depósitos Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão com Depósitos Judiciais
Trabalhistas	45.885	14.700	52.533	15.215
Cíveis	104.727	7.432	102.677	4.035
Fiscais	70.879	36.235	66.362	26.144
<b>TOTAL</b>	<b>221.491</b>	<b>58.367</b>	<b>221.572</b>	<b>45.394</b>



### 22.1.1 Provisões trabalhistas

Valor provisionado (perda provável)	31.12.2022	31.12.2021
Funcionários próprios	51.107	50.678
Funcionários terceirizados	49.692	41.980
<b>TOTAL</b>	<b>100.799</b>	<b>92.658</b>

A provisão para os riscos trabalhistas é feita com base na avaliação dos respectivos advogados patronos, avaliando o risco de perda no decorrer do processo. O valor de provisão referente a empregados próprios oscila em razão do vínculo direto com a Companhia e seus consequentes direitos. No que se refere aos terceirizados, o risco envolve em sua maioria a responsabilidade subsidiária, o que significa que a Companhia só arcará com o pagamento no caso da ausência deste por parte da real empregadora, a empresa terceirizada.

### 22.1.2 Provisões cíveis

No quarto trimestre de 2022, a Administração da Companhia concluiu a revisão metodológica do processo de reconhecimento de provisões para contingências do nível massivo e de processos relacionados a termo de ocorrência de irregularidade (“TOI”) de modo a trazer uma representação mais acurada, frente a uma mudança de comportamento do judiciário relacionados aos processos e o tempo médio de processamento dos mesmos. Apesar dos processos estarem classificados com risco de perda possível ou remoto pelos advogados, pela natureza do processo, a Companhia entende que a metodologia mais adequada é considerar a curva histórica de perdas que vem sendo aplicada pelo judiciário e, portanto, está ajustando sua metodologia para complementar com dados internos a avaliação jurídica dos assessores externos.

Desse modo, a Administração da Companhia entende que a mudança na apuração da provisão para contingências do nível massivo e dos processos relacionados a termo de ocorrência de irregularidade trará melhor tempestividade a contabilização, consonantes a mudança de comportamento que vem sendo observada no tempo médio de encerramento dos processos e nos tickets médios dos processos encerrados. O impacto da revisão metodológica no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi no montante de R\$379.000.

Valor provisionado (perda provável)	31.12.2022	31.12.2021
Ações Cíveis <sup>(a)</sup>	666.281	142.054
Juizado Especial Cível <sup>(b)</sup>	52.386	28.558
Plano Cruzado <sup>(c)</sup>	8.031	8.646
<b>TOTAL</b>	<b>726.698</b>	<b>179.258</b>

- (a) Provisão para as Ações Cíveis engloba processos quantificáveis, nos quais a Companhia e suas controladas são réis, e que possuem prognóstico de perda provável na avaliação dos respectivos advogados patronos. Grande parte das causas é relacionada a pleitos de danos materiais e morais pela postura ostensiva da empresa no combate às irregularidades na rede, além de questionamentos de valores pagos por consumidores. Dentre os valores provisionados destaca-se a ação indenizatória proposta pela Companhia Siderúrgica Nacional (“CSN”) no último trimestre de 1995, onde a CSN ajuizou a ação 0129629-98.1995.8.19.0001 pleiteando, indenização por danos eventualmente sofridos e lucros cessantes, em razão de oscilações e interrupções no fornecimento de energia elétrica. A ação encontra-se em fase de



liquidação de sentença onde a CSN pleiteia o valor atualizado de R\$747.120, valor este impugnado pela Light, em razão de diversos fundamentos, com destaque para (i) o fato da produção da CSN à época ter sido considerada 24 horas por dia 365 dias por ano, não considerando a ociosidade reconhecida do setor; (ii) a CSN não comprovar nos autos os lucros cessantes; (iii) o perito, designado no processo, utilizar premissas de lucro bruto em vez de lucro líquido. O recurso da Companhia em sede de execução foi julgado procedente em 22 de março de 2022 tendo a decisão homologatória do laudo pericial sido anulada, e determinado o retorno dos autos para a fase pericial. A CSN entrou com alguns recursos que foram rejeitados, restante pendente de julgamento o AREsp da CSN que foi autuado no STJ sob o nº 2269679. A exposição do risco provável para a controlada Light SESA em 31 de dezembro de 2022 é de R\$99.273 (R\$90.588 em 31 de dezembro de 2021).

- (b) As ações Cíveis e de Juizado Especial Cível que envolvem discussões quanto às relações de consumo, tais como termo de ocorrência de irregularidade (TOI), interrupção da prestação do serviço, questionamentos referentes a fatura de energia elétrica, suspensão do fornecimento de energia por inadimplência, transferência de titularidade, negativação e queima de equipamentos, o provisionamento é feito a partir da separação dos sete principais motivos ofensores para a Companhia, que representam aproximadamente 93,9% da quantidade total de processos provisionados do Juizado Especial Cível, e aproximadamente 90,6% da quantidade total de processos provisionados da vara Cível.
- (c) São ações movidas contra a controlada Light SESA relativas ao aumento da tarifa de energia elétrica aprovado pelas Portarias nº 38, de 27 de fevereiro de 1986 e nº 45, de 04 de março de 1986, publicadas pelo extinto DNAEE - Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, que contrariavam o Decreto-lei nº 2.283/86 (decreto do Plano Cruzado), o qual previa que todos os preços ficariam congelados. Os autores dessas ações buscam a restituição dos valores supostamente pagos a maior nas faturas de energia elétrica quando da majoração das tarifas da controlada Light SESA no período em que houve o congelamento dos preços.

### 22.1.3 Provisões fiscais

Valor provisionado (perda provável)	31.12.2022	31.12.2021
ICMS - Créditos homologados <sup>(a)</sup>	28.641	46.232
LIR/LOI - Embargos à Execução <sup>(b)</sup>	105.413	-
Outros	49.535	30.242
<b>TOTAL</b>	<b>183.589</b>	<b>76.474</b>

- (a) A controlada Light SESA provisionou o montante de R\$46.232, relativo a parte do valor autuado em processo por meio do qual o Estado do Rio de Janeiro pretende cobrar ICMS decorrente da utilização supostamente indevida de créditos do imposto, adquiridos pela Light SESA de terceiros, e que haviam sido previamente homologados pela Secretaria Estadual de Fazenda. Em 31 de dezembro de 2022, o débito é de R\$638.602 (R\$620.330 em 31 de dezembro de 2021). Após reavaliação, os assessores jurídicos internos e externos classificaram o valor de R\$42.029, relativo ao principal (imposto), assim como o valor a ele proporcional, relativo aos honorários advocatícios da Procuradoria, no montante de R\$4.203, como sendo perda provável e, todo o restante do valor autuado, relativo a juros, correção monetária e honorários advocatícios



proporcionais, como perda remota. O processo administrativo se encerrou em junho de 2015 com decisão desfavorável à controlada Light SESA. Esta contingência foi judicializada e atualmente aguarda-se julgamento dos Agravos em Recursos Especiais interpostos tanto pela Light SESA, quanto pelo Estado do Rio de Janeiro em face do acórdão que manteve a cobrança do principal e excluiu a cobrança da correção monetária e dos juros de mora. Em agosto de 2022, a controlada Light SESA reavaliou a provisão e o montante provisionado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$28.641.

- (b) LIR/LOI - IRPJ/CSLL - A discussão está relacionada ao método de tributação dos lucros das subsidiárias LIR e LOI no exterior, dado que a controlada Light SESA defendia, por meio de Mandado de Segurança, que o IRPJ e CSLL deveriam incidir apenas sobre os lucros e não sobre os resultados positivos de equivalência patrimonial. Para se valer dos benefícios do programa REFIS, a controlada Light SESA desistiu integralmente do referido Mandado de Segurança, renunciou ao direito de questionar o Método do Equivalência Patrimonial (“MEP”) e alterou o procedimento para passar a tributar os resultados pelo referido método, previsto na Instrução Normativa nº 213/2002. O Fisco discordou de tal procedimento e autuou a controlada Light SESA quanto aos exercícios de 2004 a 2009, passando a exigir a tributação apenas sobre os lucros. Para o exercício de 2004, foi ajuizada Execução Fiscal, que teve decisão desfavorável de mérito no STJ, além de ter sido revogada a tutela obtida pela controlada Light SESA que suspendia a substituição da garantia apresentada nos autos (apólice de seguro) por depósito judicial. Em junho de 2022, a controlada Light SESA provisionou o montante de R\$103.157 em razão da decisão do STJ que julgou improcedente o seu Recurso Especial. Em 31 de dezembro de 2022, o valor atualizado é de R\$105.413.

#### 22.1.4 Provisões regulatórias

Nesse tópico, a Companhia descreve as principais contingências regulatórias decorrentes de discussões administrativas com a ANEEL:

- Em 25 de outubro de 2022, a controlada Light SESA recebeu o despacho nº 3.089/2022 no qual a ANEEL deliberou que a distribuidora deverá providenciar a devolução em dobro das quantias pagas a maior por 26.562 unidades consumidoras condominiais entre janeiro de 2011 e agosto de 2012, em razão de reclassificação dessas unidades de tipo “Administração condominial” da classe Residencial para Comercial após o prazo regulatório previsto. Os valores originalmente cobrados a maior já foram integralmente devolvidos pela controlada Light SESA. Em 17 de novembro de 2022, a Companhia ingressou com Ação Ordinária com Pedido de Tutela Antecipada em Caráter Antecedente, obtendo decisão favorável, que suspende os efeitos do item II do despacho recebido. A Administração da controlada Light SESA, baseada na opinião dos seus assessores legais, entende que parte do desembolso de caixa por parte da controlada Light SESA determinado pelo despacho nº 3.089/2022 possui os prognósticos de perda provável e, em dezembro de 2022, reconheceu o montante de R\$45.900 referente a esta parcela. Baseada na opinião dos seus assessores legais, a Administração entende que a parte remanescente do desembolso de caixa por parte da controlada Light SESA determinado pelo despacho nº 3.089/2022, no montante de R\$89.100, possui os prognósticos de perda possível e, portanto, não foi provisionado.



- A controlada Light SESA foi autuada pela ANEEL (Auto de Infração nº 01/2019-SFE/ANEEL) em decorrência de fiscalização ocorrida em setembro de 2017, relacionada à qualidade do atendimento comercial para a prestação de serviço adequado, conforme parâmetros estabelecidos na Resolução Normativa nº 414/2010. Foi aplicada multa no valor de R\$52.113, a qual foi reduzida para o montante de R\$37.069, por meio do despacho nº 1.173/2022. Em 18 de maio de 2022, a controlada Light SESA efetuou o pagamento de R\$7.414, equivalente a 20% da multa. O saldo remanescente foi transferido para outros débitos e será pago em 36 parcelas mensais iniciadas em junho de 2022.
- A controlada Light SESA foi autuada pela ANEEL (Auto de Infração nº 026/2020-SFE/ANEEL) em decorrência de fiscalização ocorrida em fevereiro de 2020, relacionada aos indicadores de continuidade dos conjuntos de unidades consumidoras, estabelecidos no art. 1º da REA 6.236/2017 e em seu Contrato de Concessão. Foi aplicada multa no valor de R\$21.794, a qual foi reduzida para o montante de R\$16.659, por meio do Ofício nº 306/2020 da SFE/ANEEL. Em 27 de setembro de 2022, foi proferida a decisão final da Diretoria Colegiada da ANEEL para o pagamento de R\$16.650. A Companhia efetuou o pagamento de R\$1.592, equivalente a 20% da multa. O saldo remanescente foi transferido para outros débitos e será pago em 12 parcelas mensais iniciadas em novembro de 2022.

### 22.1.5 Crédito de PIS/COFINS sobre ICMS a devolver ao consumidor

Conforme detalhado na Nota 1.2, a controlada Light SESA reconheceu uma estimativa de contingência passiva relativa os valores do crédito que poderá ser repassado aos consumidores referentes ao crédito de PIS/COFINS sobre ICMS a devolver ao consumidor.

### 22.2 Provisões de honorários de êxito

A Administração da Companhia reavalia periodicamente os processos que possuem honorários de êxito previstos para os assessores jurídicos e, baseada na opinião de seus assessores legais, para o prognóstico de resolução dos processos, constitui provisão para os compromissos de honorários de êxito das causas com prognósticos de perdas possíveis, remotas e excepcionalmente prognóstico provável.

Segue abaixo quadro com a posição e a movimentação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Provisões para honorários de êxito	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Total
<b>SALDO EM 31.12.2020</b>	<b>383</b>	<b>84.933</b>	<b>30.890</b>	<b>500</b>	<b>116.706</b>
Adições	159	16.432	2.253	-	18.844
Atualizações	32	6.345	3.757	-	10.134
Baixas por pagamentos	(68)	(30.937)	(893)	(500)	(32.398)
Baixas por reversões	(78)	(4.729)	(8.283)	-	(13.090)
<b>SALDO EM 31.12.2021</b>	<b>428</b>	<b>72.044</b>	<b>27.724</b>	<b>-</b>	<b>100.196</b>
Adições	50	1.895	3.968	-	5.913
Atualizações	19	4.389	3.824	-	8.232
Baixas por pagamentos	(59)	(7.307)	(1.944)	-	(9.310)
Baixas por reversões	(82)	(4.185)	(379)	-	(4.646)
<b>SALDO EM 31.12.2022</b>	<b>356</b>	<b>66.836</b>	<b>33.193</b>	<b>-</b>	<b>100.385</b>



## 23. CONTINGÊNCIAS

As principais contingências com probabilidade de perda possível estão compostas da seguinte forma:

Consolidado	31.12.2022		31.12.2021	
	Saldo	Quantidade de processos <sup>(a)</sup>	Saldo	Quantidade de processos <sup>(a)</sup>
Cíveis	1.431.086	896	1.360.342	42.510
Trabalhistas	409.901	1.237	364.894	1.273
Fiscais	10.142.357	897	8.740.113	840
<b>TOTAL</b>	<b>11.983.344</b>	<b>3.030</b>	<b>10.465.349</b>	<b>44.623</b>

<sup>(a)</sup> Não auditado pelos auditores independentes

### 23.1 Cíveis

A Controlada Light SESA possui diversas ações judiciais de natureza cível que têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) irregularidades decorrentes de perdas comerciais (não técnicas); (ii) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (iii) acidentes envolvendo a sua rede de eletricidade e/ou a prestação do serviço; (iv) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de falta momentânea de energia: A controlada Light SESA figura como ré em ações cíveis discutindo a interrupção do serviço, quer seja motivada por caso fortuito ou de força maior, quer seja para fins de intervenção no sistema elétrico, entre outros motivos e, também, suspensão do serviço, quer seja por inadimplência, impedimento de acesso ou substituição do medidor, entre outros fatos ensejadores. Dentre essas ações, foi adicionado o montante de R\$647.848 com risco de perda possível em decorrência da ação indenizatória proposta pela CSN (0129629-98.1995.8.19.0001), cuja ação encontra-se em fase de liquidação de sentença; e (v) discussões que versam sobre os mais diversos temas, como funcionalidade dos medidores. Em 31 de dezembro de 2022, o montante total referente às ações é de R\$938.538 (R\$812.955 em 31 de dezembro de 2021).

A controlada Light SESA possui uma ação (0477418-58.2011.8.19.0001) que foi ajuizada pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 30 de setembro de 2011, pleiteando aproximadamente R\$100.000 a título de indenização pelos alegados prejuízos materiais (danos emergentes e lucros cessantes), incorridos em razão de sete interrupções no fornecimento de energia elétrica ocorridas nos anos de 2009 a 2011 na sua Unidade Consumidora de Volta Redonda. Atualmente a ação encontra-se em fase de perícia, com laudo, em linhas gerais, favorável aos interesses da Companhia, tendo o perito se manifestado sobre os pedidos adicionais e impugnação da CSN de forma favorável à controlada Light SESA. Light e CSN se manifestaram sobre esclarecimentos do perito e o processo foi remetido ao Juiz em 07 de junho de 2022. Em 17 de outubro de 2022, foi proferida Sentença que julgou totalmente improcedentes os pedidos da CSN, acolhendo os argumentos da Companhia e do laudo pericial de engenharia, quanto à inexistência de responsabilidade da Companhia pelos eventos indicados. A CSN opôs Embargos de Declaração. Em 31 de dezembro de 2022, a exposição do risco é de R\$138.244 (R\$111.104 em 31 de dezembro de 2021).



A controlada Light SESA também litiga em ação rescisória (0002731-81.2011.8.19.0000) movida pela CSN, em que se discute reajuste tarifário durante o congelamento de preços adotado pelo Plano Cruzado. A Light aguarda o julgamento de seu recurso em trâmite no STJ que objetiva impedir o processamento e julgamento da Ação Rescisória. Em 31 de dezembro de 2022, a exposição do risco é de R\$390.254 (R\$317.169 em 31 de dezembro de 2021).

No último trimestre de 2020, a Light S.A e as controladas Light Energia e Lightcom foram citadas para responder Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (IDPJ), interposto por FLF - Fundo de Liquidação Financeira, visando a desconsideração da personalidade jurídica da Renova Energia S.A. para atingir o Grupo Light e Grupo Cemig para honrar com a dívida contraída pelo Grupo Renova junto ao FLF. Atualmente, processo se encontra em fase pericial. Em 31 de dezembro de 2022, a exposição do risco é de R\$52.016 (R\$42.723 em 31 de dezembro de 2021).

## 22.1 Fiscais

- **IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - perdas comerciais** – A controlada Light SESA possui quatro autuações fiscais cobrando IRPJ e CSLL em razão da não adição dos valores de perdas não técnicas ao seu resultado, para fins de apuração do lucro real, sendo que: (i) a primeira autuação foi julgada procedente em parte em decisão de 1ª instância administrativa e o CARF julgou improcedente, por voto de qualidade, o Recurso Voluntário da controlada Light SESA. No momento, aguarda-se o julgamento do recurso da controlada Light SESA; e (ii) as outras três autuações foram julgadas procedentes em decisão de 1ª instância administrativa e foram objeto de Recurso Voluntário;

A controlada Light SESA também possui três outras autuações cobrando PIS e COFINS pela não realização do estorno dos créditos destas contribuições referentes aos valores de perdas não técnicas, sendo que (i) uma das autuações foi julgada improcedente em decisão de 1ª instância administrativa e aguarda julgamento de recurso de ofício; (ii) as outras duas autuações, recebidas em outubro e novembro de 2020, respetivamente, foram julgadas procedentes em decisão de 1ª instância e foram objeto de Recurso Voluntário.

Em 31 de dezembro de 2022, o montante dessas discussões é de R\$5.832.296 (R\$5.316.345 em 31 de dezembro de 2021).

- **ICMS perdas comerciais** – A controlada Light SESA possui três autuações fiscais, duas ações Anulatórias, um Mandado de Segurança e uma Execução Fiscal que discutem a cobrança de ICMS, FECP e multa por não recolher o referido tributo diferido em operações anteriores à distribuição de energia elétrica, em razão da ocorrência de perdas comerciais. Em 31 de dezembro de 2022, o montante dessa discussão é de R\$882.765 (R\$952.562 em 31 de dezembro de 2021).
- **ICMS sobre subvenções do programa federal denominado “Baixa Renda”** - A controlada Light SESA possui três ações anulatórias, vinculadas às execuções fiscais e três autuações fiscais com o objetivo de discutir a incidência de ICMS sobre os valores pagos pela União Federal à controlada Light SESA a título de subvenção econômica, direcionada aos consumidores de energia da subclasse baixa renda. Em 31 de dezembro de 2022, o montante dessa discussão é de R\$1.364.445 (R\$367.190 em 31 de dezembro de 2021).



- **IN 86** – A controlada Light SESA foi autuada para a cobrança de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória, relacionada à entrega dos arquivos eletrônicos, no formato previsto na IN nº 86/2001, referentes aos anos-calendário de 2003 a 2005. Em 31 de dezembro de 2022, o montante dessa discussão é de R\$497.695 (R\$473.958 em 31 de dezembro de 2021).
- **LIR/LOI - IRPJ/CSLL** – A controlada Light SESA possuía Mandado de Segurança em que se discutia a forma de tributação dos lucros das subsidiárias LIR e LOI no exterior, mais especificamente defendia que o IRPJ e CSLL deveriam incidir apenas sobre os lucros e não sobre os resultados positivos de equivalência patrimonial. Para se valer dos benefícios do programa REFIS, a controlada Light SESA desistiu integralmente do referido Mandado de Segurança, renunciou ao direito de questionar o Método do Equivalência Patrimonial (“MEP”) e alterou o procedimento para passar a tributar os resultados pelo referido método, previsto na Instrução Normativa nº 213/2002. O Fisco discordou de tal procedimento e autuou a controlada Light SESA. Em 31 de dezembro de 2022, o montante dessa discussão é de R\$454.406 (R\$453.953 em 31 de dezembro de 2021).
- **Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal do Estado do Rio de Janeiro (“FEEF”)** – A controlada Light SESA possui três autuações em razão da ausência de recolhimento, ao FEEF do ICMS correspondente a 10% dos benefícios fiscais destinados a terceiros, relativamente ao período de dezembro de 2016 a junho de 2017 e recebeu uma segunda autuação em relação ao período de julho de 2017 a julho de 2019. As três autuações estão aguardando julgamento da impugnação. A tese está sendo discutida pela controlada Light SESA por meio de Mandado de Segurança. Em 31 de dezembro de 2022, o montante dessa discussão é de R\$140.812 (R\$119.337 em 31 de dezembro de 2021).
- **Não homologação de compensações - CVA - (30 Processos Administrativos)** - Não homologação pela Receita Federal de compensações realizadas pela controlada Light SESA com créditos advindos de pagamento indevido ou a maior de PIS e COFINS, notadamente em razão da alteração do momento da tributação do PIS e da COFINS sobre a CVA. Apresentadas manifestações de inconformidade ainda pendentes de julgamento. Em 31 de dezembro de 2022, o montante dessas discussões é de R\$303.857 (R\$281.150 em 31 de dezembro de 2021).
- **Despachos decisórios (53 processos)** – 52 despachos decisórios proferidos pela Receita Federal em face da controlada Light SESA e 1 despacho decisório em face da Light S.A. para negar homologação a diversos pedidos de compensação realizados pela controlada Light SESA, para a utilização de créditos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL à alegação de que tais créditos seriam indevidos ou insuficientes para abarcar os débitos contra aos quais foram opostos. A controlada Light SESA e a controladora apresentaram manifestações de inconformidade em face aos aludidos Despachos Decisórios. Em 31 de dezembro de 2022, o montante dessas discussões é de R\$210.264 (R\$201.361 em 31 de dezembro de 2021).
- **Não homologação de compensações** – A controlada Light SESA discute judicialmente a cobrança de supostos débitos de PIS e COFINS, decorrentes da glosa de créditos de mesma natureza realizada pela Receita Federal em 22 Processos Administrativos, decorrentes de





compensações realizadas referentes aos períodos de março e abril de 2005, janeiro, fevereiro, março, maio, junho, julho, agosto e setembro de 2006 e janeiro e fevereiro de 2007. A controlada Light SESA apresentou Embargos à Execução que foram julgados parcialmente procedentes. Aguarda-se a apreciação dos Embargos de Declaração apresentados pela controlada Light SESA. Em 31 de dezembro de 2022, o montante dessas discussões é de R\$62.968 (R\$59.966 em 31 de dezembro de 2021).

## 22.2 Trabalhistas

Os principais pedidos objeto das ações trabalhistas envolvem as seguintes matérias: equiparação salarial, horas extras, acidente de trabalho, adicional de periculosidade, equiparação salarial e dano moral. Em 31 de dezembro de 2022, montantes envolvidos nestas discussões totalizam R\$196.103 (R\$189.269 em 31 de dezembro de 2021).

- Ação Civil Pública Cadastro de Terceiros (“ACP”) - 0100742-05.2018.5.01.0081: O Ministério Público do Trabalho alega a existência de suposta restrição que impediria a contratação de ex-empregados terceirizados, desqualificados no passado, e por isso requer pagamento de danos a morais, bem como, obrigação para que a Companhia se abstenha de praticar tal ato. A sentença prolatada em junho de 2022 foi pela improcedência dos pedidos. Ministério Público do Trabalho interpôs Recurso Ordinário. Em 31 de dezembro de 2022, montantes envolvidos nestas discussões totalizam R\$52.366 (R\$52.366 em 31 de dezembro de 2021).
- Ação Civil Pública Acidente de Trabalho Fatal com Terceiro (“ACPCiv”) 0100809-47.2022.5.01.0010: Trata-se de Ação Civil Pública Cível com pedido de tutela de evidência visando que os réus, Light e Consorcio Rio Energia, comprovem nos autos que após o acidente de trabalho que resultou no falecimento de um funcionário tomou as medidas cabíveis a evitar novos acidentes, observando as normas de segurança e medicina do trabalho. Fase instrutória. Sem data de audiência de instrução designada. Em 31 de dezembro de 2022, montantes envolvidos nestas discussões totalizam R\$51.010 (R\$0 em 31 de dezembro de 2021).

## 24. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

---

### 24.1 Plano de pensão

As empresas do Grupo Light são patrocinadoras instituidoras da Fundação de Seguridade Social Braslight (Braslight), entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, cuja finalidade é garantir renda de aposentadoria aos empregados do Grupo Light vinculados à Fundação e de pensão aos seus dependentes. A Companhia possui planos do tipo: (i) benefício definido; (ii) benefício misto e (iii) contribuição definida.

Os planos de benefícios previdenciários administrados pela Braslight que são denominados A/B, C e D, implementados respectivamente em 1975, 1997 e 2010, tendo o Plano C recebido migração, na época de sua constituição, de 96% dos participantes ativos do Plano A/B.



- (i) Benefício definido (Plano A/B) - correspondem à diferença entre um percentual, variável de 80% a 100%, do maior valor entre a média dos últimos 12 e dos últimos 36 salários, atualizados para a data de início do benefício, e o valor do benefício concedido pelo INSS.
- (ii) Contribuição variável (Plano C) - os benefícios programáveis, durante a fase de capitalização, são do tipo "contribuição definida", sem vinculação com o INSS, e os benefícios de risco (auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte de participante ativo, inválido e em auxílio-doença), bem como os de renda continuada, estes uma vez concedidos, são do tipo "benefício definido". As duas parcelas têm seus patrimônios apurados em quotas e tratadas em conjunto denominadas Plano C Novo.
- (iii) Contribuição definida (Plano D) - Neste plano, os benefícios programados são do tipo "contribuição definida" antes e após a sua concessão e os benefícios não programados são do tipo "benefício definido", antes da concessão, e de "contribuição definida" após a concessão.

Ao participante que migrou do Plano A/B para o Plano C foi concedido um benefício saldado de renda vitalícia, com reversão em pensão, proporcional ao tempo de contribuição à Braslight na ocasião de migração, contado de sua última inscrição na Fundação, diferido para recebimento após o mesmo ter completado um conjunto de condições de habilitação. Esta parcela é denominada Subplano de Benefício Definido Saldado do Plano C.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi pago pela Companhia, referente à parcela do plano de contribuição definida, o montante de R\$5.074 (R\$5.268 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

## 24.2 Plano de saúde

As empresas do Grupo Light oferecem a seus funcionários e ex-colaboradores o benefício de assistência médica através da operadora Bradesco Saúde na modalidade de pré-pagamento. Nesse tipo de modalidade, a Companhia efetua o repasse das contribuições à operadora de acordo com uma tabela de preços pré-estabelecida por número de vidas (incluindo empregados e inválidos, titulares e dependentes). Da mesma forma, os aposentados e seus dependentes efetuem diretamente à operadora o recolhimento de suas contribuições individuais, também com base na mesma tabela de preços pré-estabelecida.



### 24.3 Avaliação atuarial

A Companhia e suas controladas contrataram atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, sendo a última efetuada para a data-base de 31 de dezembro de 2022.

As informações atuariais consolidadas são conforme abaixo:

Consolidado	31.12.2022			31.12.2021		
	Plano de pensão	Plano de saúde	Total	Plano de pensão	Plano de saúde	Total
Valor presente das obrigações atuariais	(2.984.461)	277.204	(2.707.257)	(3.155.558)	-	(3.155.558)
Valor justo dos ativos do plano	3.075.178	-	3.075.178	3.162.012	-	3.162.012
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo	(90.717)	-	(90.717)	(6.454)	-	(6.454)
<b>PASSIVO LÍQUIDO</b>	<b>-</b>	<b>277.204</b>	<b>277.204</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

As mudanças no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

Valor justo dos ativos do plano - Consolidado	Plano de pensão
<b>SALDO EM 31.12.2020</b>	<b>3.624.693</b>
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	225.114
Perdas atuariais nos ativos do plano	(401.902)
Contribuições da patrocinadora	353
Contribuições dos participantes	126
Benefícios pagos pelo plano/Companhia	(286.372)
<b>SALDO EM 31.12.2021</b>	<b>3.162.012</b>
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	267.811
Perdas atuariais nos ativos do plano	(53.370)
Contribuições da patrocinadora	333
Contribuições dos participantes	118
Benefícios pagos pelo plano/Companhia	(306.021)
Outros efeitos	4.295
<b>SALDO EM 31.12.2022</b>	<b>3.075.178</b>

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

Valor presente da obrigação - Consolidado	Plano de pensão	Plano de saúde	Total
<b>SALDO EM 31.12.2020</b>	<b>3.588.295</b>	-	<b>3.588.295</b>
Custo do serviço corrente	(467)	-	(467)
Juros sobre a obrigação atuarial	222.610	-	222.610
Contribuições de participantes	126	-	126
Perdas atuariais reconhecidas	(368.634)	-	(368.634)
Benefícios pagos	(286.372)	-	(286.372)
<b>SALDO EM 31.12.2021</b>	<b>3.155.558</b>	-	<b>3.155.558</b>
Custo do serviço corrente	426	-	426
Custo de serviço passado	-	63.398	63.398
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	267.217	-	267.217
Contribuições dos participantes	118	-	118
Perdas atuariais reconhecidas	(137.154)	228.434	91.280
Benefícios pagos pelo plano/Companhia	(306.021)	(14.628)	(320.649)
Outros efeitos	4.317	-	4.317
<b>SALDO EM 31.12.2022</b>	<b>2.984.461</b>	<b>277.204</b>	<b>3.261.665</b>



Os valores reconhecidos na demonstração do resultado, nos grupos de custos e despesas operacionais e resultado financeiro, são como segue:

Consolidado	31.12.2022			31.12.2021		
	Plano de pensão	Plano de saúde	Total	Plano de pensão	Plano de saúde	Total
Custo do serviço corrente	426	-	426	(467)	-	(467)
Custo de serviço passado	-	63.398	63.398	-	-	-
Juros sobre as obrigações atuariais	267.217	-	267.217	222.610	-	222.610
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	(267.811)	-	(267.811)	(225.114)	-	(225.114)
Ajuste de atualização de dívida Braslight	168	-	168	2.971	-	2.971
<b>CUSTO ESPERADO ESTIMADO</b>	-	<b>63.398</b>	<b>63.398</b>	-	-	-

A estimativa do atuário externo para a despesa a ser reconhecida para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

Consolidado	2023	
	Plano de pensão	Plano de saúde
Custo do serviço corrente	167	5.278
Juros sobre as obrigações atuariais	332.696	27.694
Juros sobre o efeito do teto de ativo e passivos adicionais	10.631	-
Rendimento esperado dos ativos do plano	(343.354)	-
<b>Estimativa de despesa em 2023</b>	<b>140</b>	<b>32.972</b>

As principais categorias de ativos do plano de pensão, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

Consolidado	31.12.2022	31.12.2021
Renda fixa	89,69%	83,58%
Renda variável	2,72%	11,64%
Investimentos estruturados	1,26%	1,00%
Imóveis	2,21%	2,29%
Empréstimos e financiamentos	1,83%	1,67%
Outros realizáveis	2,53%	0,05%
Provisões contingências	-0,24%	-0,23%
	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

O resultado real sobre os ativos dos planos foi uma perda de R\$53.370 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (perda de R\$401.902 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

A Braslight realiza periodicamente estudos de *Asset Liability Management* (ALM) dos planos de benefícios no intuito de reavaliar a estratégia de alocação dos investimentos frente às obrigações atuariais, com vistas a se proteger das alterações nos preços dos instrumentos financeiros, bem como evitar o descasamento dos fluxos de ativos e passivos, de forma que os recursos estejam disponíveis na data de pagamento dos benefícios e demais obrigações dos planos.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconheceu na rubrica de outros resultados abrangentes o montante de R\$213.104 (reconhecido líquido de impostos no montante de R\$907) em decorrência da avaliação atuarial de plano de saúde dos participantes aposentados. Adicionalmente foi reconhecido no resultado, na rubrica de outras despesas, o montante de R\$63.193. A controlada



Light SESA não reconheceu imposto por conta da expectativa de não recuperabilidade desse ativo diferido.

Abaixo são apresentados a conciliação dos saldos reconhecidos no balanço, um demonstrativo da movimentação do passivo atuarial líquido, no exercício, e o total da despesa reconhecida em outros resultados abrangentes:

<b>SALDO EM 31.12.2021</b>	-
Reconhecimento no resultado do exercício	63.397
Reconhecimento no resultado abrangente	213.104
Impacto dos tributos	907
<b>SALDO EM 31.12.2022</b>	<b>277.408</b>

## 24.4 Premissas atuariais

### 24.4.1 Plano de Pensão

Plano de Pensão - Consolidado	31.12.2022	31.12.2021
Taxa de desconto	11,71% (A/B) e 11,75% (C)	8,83% (A/B) e 8,92% (C)
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	11,71% (A/B) e 11,75% (C)	8,83% (A/B) e 8,92% (C)
Taxa anual de inflação	5,31%	3,40%
Taxa de crescimento salarial nominal	7,42%	5,99%
Índice de reajuste nominal de benefícios concedidos de prestação continuada	5,31%	3,40%
Fator de capacidade	98,00%	98,00%
Taxa de rotatividade	Nula	Nula
Tábua geral de mortalidade <sup>(a)</sup>	AT - 83/ BR(A/B) e EMS 2010 (C)	AT - 83/ BR (A/B) e EMS 2010 (C)
Tábua de entrada em invalidez (planos A/B)	LIGHT - Fraca*0,80	LIGHT - Fraca*1,20
Tábua de entrada em invalidez (plano C saldado)	LIGHT - Fraca*0,80	LIGHT - Fraca*1,20
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 Masculina	AT-49 Masculina
Participantes ativos	1.003	1.082
Participantes aposentados e pensionistas	5.178	5.376

<sup>(a)</sup> Tábua sem agravamento

### 24.4.2 Plano de saúde

Plano de saúde - Consolidado	31.12.2022
Taxa de desconto	9,90%
Taxa anual de inflação	3,50%
Taxa de crescimento de custos médicos	7,38%
Tábua de Mortalidade	BR-EMS 2010
Entradas de Invalidez	Light Fraca suavizada em 20%
Participantes ativos	4.601
Idade média	39,24
Participantes aposentados e pensionistas	2.241
Idade média de funcionários aposentados	66,97

## 24.5 Análise de sensibilidade

### 24.5.1 Plano de Pensão

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são a taxa de desconto e a tábua de mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com



base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido.

Abaixo estão demonstrados os efeitos na obrigação de benefício definido caso a taxa de desconto fosse 1,00% mais baixa e caso a tábua de mortalidade fosse alterada para a tábua seguinte mais restritiva:

Taxa de desconto nominal (a.a.)	Premissa laudo	Redução de taxa de desconto	Impacto na obrigação do plano
Plano A/B	11,71%	-1,00%	81.220
Plano C	11,75%	-1,00%	182.104

Tabua de mortalidade	Premissa laudo	Alteração de tábua	Impacto na obrigação do plano
Plano A/B	AT-83	AT-2000	28.020
Plano C	EMS 2010	EMS 2010 Segregada por sexo Desagravada em 2 anos	124.558

#### 24.5.2 Plano de saúde

Abaixo estão demonstrados os efeitos caso a taxa de desconto apresentasse uma variação de 1,0% e os custos médicos apresentasse um aumento e uma diminuição de 0,5%:

Premissa	Análise de sensibilidade	Impacto R\$
Taxa de desconto	10,40%	254.992
Taxa de desconto	9,40%	302.366
Crescimento dos custos médicos	Aumento de 0,5%	302.284
Crescimento dos custos médicos	Redução de 0,5%	254.895



**25. OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO E ATIVO DE DIREITO DE USO**

Obrigações por arrendamento - Consolidado	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Terrenos e imóveis	980	720	1.700	725	926	1.651
Máquinas e equipamentos	982	1.629	2.611	556	1.516	2.072
Veículos	22.109	213.453	235.562	23.827	35.721	59.548
<b>TOTAL</b>	<b>24.071</b>	<b>215.802</b>	<b>239.873</b>	<b>25.108</b>	<b>38.163</b>	<b>63.271</b>

**25.1 Movimentação dos ativos de direito de uso e das obrigações por arrendamento**

Ativo de direito de uso - Consolidado	Terrenos e imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
<b>SALDO EM 31.12.2020</b>	<b>2.490</b>	<b>2.012</b>	<b>97.215</b>	<b>101.717</b>
Adições de arrendamentos	68	720	4.202	4.990
Remensurações	174	5	-	179
Depreciação	(1.216)	(742)	(45.122)	(47.080)
<b>SALDO EM 31.12.2021</b>	<b>1.516</b>	<b>1.995</b>	<b>56.295</b>	<b>59.806</b>
Adições de arrendamentos	812	1.172	253.096	255.080
Remensurações	192	100	-	292
Depreciação	(951)	(819)	(35.551)	(37.321)
Baixa de arrendamentos	-	-	(48.908)	(48.908)
<b>SALDO EM 31.12.2022</b>	<b>1.569</b>	<b>2.448</b>	<b>224.932</b>	<b>228.949</b>

Obrigações por arrendamento - Consolidado	Terrenos e imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
<b>SALDO EM 31.12.2020</b>	<b>2.646</b>	<b>2.047</b>	<b>101.234</b>	<b>105.927</b>
Adições de arrendamentos	68	720	4.202	4.990
Remensurações	174	5	-	179
Pagamento da parcela	(1.424)	(883)	(51.531)	(53.838)
Despesa de juros	187	183	5.643	6.013
<b>SALDO EM 31.12.2021</b>	<b>1.651</b>	<b>2.072</b>	<b>59.548</b>	<b>63.271</b>
Adições de arrendamentos	812	1.172	253.096	255.080
Remensurações	192	100	-	292
Pagamento da parcela	(1.126)	(1.004)	(52.716)	(54.846)
Despesa de juros	171	271	27.326	27.768
Baixas de arrendamentos	-	-	(51.692)	(51.692)
<b>SALDO EM 31.12.2022</b>	<b>1.700</b>	<b>2.611</b>	<b>235.562</b>	<b>239.873</b>



## 25.2 Cronograma de vencimento das obrigações por arrendamento

Obrigações por arrendamento	31.12.2022
2023	24.240
2024	26.173
2025	28.672
2026	31.618
2027	35.648
Após 2027	93.522
<b>Total</b>	<b>239.873</b>

Para a realização da mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, a Companhia utilizou a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados. Essa vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro.

A Companhia apresenta abaixo os efeitos estimados considerando a inflação futura projetada:

Consolidado	Efeitos estimados
<b>ATIVO DE DIREITO DE USO</b>	
Conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16 (fluxo real)	228.949
Com efeito da Inflação (fluxo nominal)	292.360
<b>OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO</b>	
Conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16 (fluxo real)	239.873
Com efeito da Inflação (fluxo nominal)	303.283

## 26. ENCARGOS REGULATÓRIOS

Encargos regulatórios - consolidado	31.12.2022	31.12.2021
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	1.414	2.485
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	2.828	4.970
Programa de Eficiência Energética – PEE	198.792	178.521
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	34.338	84.353
Quota recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE <sup>(a)</sup>	43.649	42.732
Quota de reserva global de reversão – RGR	717	717
<b>TOTAL</b>	<b>281.738</b>	<b>313.778</b>

<sup>(a)</sup> Refere-se ao recolhimento devido pela controlada Light SESA referente a CDE Conta-Covid, homologada pela ANEEL através do Despacho nº 939 de 5 de abril de 2021.





## 27. OUTROS DÉBITOS

Outros Débitos – consolidado	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Adiantamento de clientes	47.436	-	47.436	55.026	-	55.026
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	3.799	-	3.799	3.343	-	3.343
Taxa de iluminação pública	267.065	-	267.065	234.285	-	234.285
Reserva para reversão	7.770	23.311	31.081	7.770	31.081	38.851
Restituições consumidores	82.932	-	82.932	88.141	-	88.141
Subvenção por redução voluntária do consumo (Nota 11)	-	-	-	169.215	-	169.215
Parcelamento ANEEL <sup>(a)</sup>	25.807	16.256	42.063	-	-	-
Penalidade regulatória - REN	52.600	-	52.600	-	-	-
Outros	17.270	43.533	60.803	14.154	9.026	23.180
<b>TOTAL</b>	<b>504.679</b>	<b>83.100</b>	<b>587.779</b>	<b>571.934</b>	<b>40.107</b>	<b>612.041</b>

<sup>(a)</sup> Referente aos parcelamentos dos Autos de Infração nº 01/2019 e nº 026/2020 - SFE/ANEEL. O montante do Auto de Infração nº 01/2019 será pago em 32 parcelas mensais iniciadas em junho de 2022 e o montante do Auto de Infração nº 026/2020 será pago 12 parcelas mensais iniciadas em novembro de 2022, conforme Nota 22.1.4.

## 28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; (iii) prestação serviços de operação e manutenção; (iv) contratos de serviços administrativos.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia são apresentados abaixo:

Grupo do balanço, características do contrato e vínculo	Valor original	Período de vigência	Condições contratuais	Condições de rescisão ou término	Ativo		Receita	
					31.12.2022	31.12.2021	2022	2021
Cliente - Cobrança do encargo de uso da rede básica da controlada Light SESA com a Lightger	N/A <sup>(a)</sup>	A partir de dez/2010. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	-	-	-	473

Grupo do balanço, características do contrato e vínculo	Valor original	Período de vigência	Condições contratuais	Condições de rescisão ou término	Passivo		Despesa	
					31.12.2022	31.12.2021	2022	2021
Fornecedor - Compromisso de compra de energia elétrica da controlada Light Energia com a Lightger	217.213	dez/2010 a jun/2028	Termos e condições acordados entre as partes	N/A	-	-	-	(28.301)
Outros débitos - Compromisso com serviços de consultoria da controlada Light SESA com a controlada em conjunto Axiom	N/A <sup>(b)</sup>	A partir de dez/2010. Vencimento indeterminado	IGP-M	N/A <sup>(b)</sup>	496	1.501	(8.189)	(15.550)

<sup>(a)</sup> Os contratos de encargo de uso de sistema de distribuição e encargo de uso da rede básica são faturados de acordo com a demanda de energia circulada na rede.

<sup>(b)</sup> O contrato de serviço é faturado de acordo com a necessidade de horas despendidas no serviço contratado.



Conforme mencionado nas Notas 20 e 21 a Companhia é avalista dos empréstimos de suas controladas. Além disso, quando necessário, poderão existir mútuos entre a Companhia e suas controladas, contudo não foram realizadas transações desta natureza nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

### 28.1 Remuneração dos administradores

Os montantes apresentados a seguir referem-se à remuneração da Diretoria, do Conselho de Administração, e do Conselho Fiscal, reconhecidos pelo regime de competência, relativo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Remuneração dos Administradores	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Honorários e benefícios de curto prazo	2.650	2.741	17.428	17.269
Bônus	979	1.123	9.788	11.338
Encargos Sociais	533	678	3.516	4.749
Benefícios pós-emprego	45	58	524	645
Benefícios assistenciais	59	73	699	1.146
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	116	10	1.165	98
Remuneração baseada em ações	(2.387)	8.562	(2.387)	8.562
<b>TOTAL</b>	<b>1.995</b>	<b>13.245</b>	<b>30.733</b>	<b>43.807</b>

Adicionalmente, a Companhia possui um programa de remuneração baseado em ações destinado aos seus administradores e empregados, conforme descrito na Nota 30.



## 29. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 29.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o capital social da Light S.A. está representado por 372.555.324 (trezentos e setenta e dois milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e vinte e quatro) ações ordinárias escriturais e sem valor nominal, sendo o seu capital social de R\$5.473.247, sendo reduzido por gastos com emissão de ações no montante de R\$81.050, totalizando o montante de R\$5.392.197, conforme a seguir:

Acionistas	31.12.2022		31.12.2021	
	Quantidade de ações (unidades)	% Participação	Quantidade de ações (unidades)	% Participação
Samambaia Master Fundo de Investimento em Ações Investimento no Exterior - BDR Nível 1	74.551.000	20,01	74.548.846	20,01
Santander PB Fundo de Investimentos em Ações 1	39.251.600	10,54	37.863.402	10,16
BlackRock, Inc.	28.194.331	7,57	-	-
Verde Asset Management S.A.	12.401.300	3,33	18.661.100	5,01
Mercado ( <i>free float</i> )	218.157.093	58,55	241.481.976	64,82
<b>TOTAL</b>	<b>372.555.324</b>	<b>100,00</b>	<b>372.555.324</b>	<b>100,00</b>

A Light S.A. está autorizada a aumentar o seu capital, mediante deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária, até o limite de 408.934.060 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

### 29.2 Reservas

#### 29.2.1 Reservas de capital

A Companhia oferece a seus administradores e a alguns colaboradores indicados pelo Conselho de Administração plano de opção de compra de ações da Companhia. As opções são precificadas pelo valor justo na data de concessão das outorgas, ajustadas a valor presente, e são reconhecidas de forma linear no resultado pelo prazo de concessão da opção em contrapartida ao patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$16.637 (R\$18.462 em 31 de dezembro de 2021) é decorrente de opções outorgadas referente ao plano de opções.

#### 29.2.2 Reservas de lucro

##### Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória e foi constituída à base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até os limites estabelecidos por Lei.

##### Reserva de retenção de lucros

Constituída com o lucro líquido remanescente após as destinações com base em orçamento de capital aprovado pelo Conselho de Administração e pelas Assembleias Gerais Ordinárias.



### Reserva especial

Conforme artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório não será obrigatório no exercício social em que a Diretoria informar à Assembleia geral ordinária ser o pagamento de dividendos incompatível com a situação financeira da Companhia.

Os lucros que deixarem de ser distribuídos serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que o permitir a situação financeira da companhia.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 28 de abril de 2020, foi aprovada a criação da reserva especial com o montante referente aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2019, no montante de R\$315.353.

### **29.3 Ajuste de avaliação patrimonial**

São reconhecidos os efeitos do ajuste a valor justo do ativo imobilizado da controlada Light Energia registrado na data de transição da adoção da IFRS em 1º de janeiro de 2009, líquidos de efeitos de impostos diretos, a uma alíquota de 34%. À medida que os itens forem realizados, os valores registrados nessa conta serão transferidos para a conta de lucros ou prejuízos acumulados.

### **29.4 Outros resultados abrangentes**

São reconhecidos os ganhos ou perdas atuariais decorrentes de alterações de premissas atuariais, como tábua de mortalidade, taxa de desconto das obrigações e também pelas variações no rendimento dos investimentos dos planos de benefício pós-emprego categorizado como de benefícios definidos e plano de saúde. Os montantes apresentados estão líquidos de impostos diretos, quando aplicável, a uma alíquota de 34%. As variações em outros resultados abrangentes relacionadas a ganhos ou perdas atuariais não são reclassificadas para o resultado em períodos subsequentes.

### **29.5 Dividendos**

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Os dividendos propostos originalmente no encerramento de cada um dos exercícios foram calculados como se segue:

Cálculo dos dividendos propostos	2022	2021
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(5.672.203)	397.945
Constituição de reserva legal (5%)	-	(19.897)
<b>Base de cálculo dos dividendos</b>	<b>(5.672.203)</b>	<b>378.048</b>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	-	(94.512)
Realização de ajuste avaliação patrimonial	14.831	15.325
<b>Lucros (Prejuízos) retidos</b>	<b>(5.657.372)</b>	<b>298.861</b>



Em 27 de abril de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios à conta do lucro líquido do exercício de 2021, no valor de R\$94.512 (R\$0,2628 por ação) que foram pagos em 29 de dezembro de 2022.

### 29.6 Resultado por ação

A tabela a seguir concilia o resultado líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, com os montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

Resultado por ação	2022	2021
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(5.672.203)	397.945
Média ponderada do número de ações ordinárias (em unidades)	366.836.885	366.836.885
<b>Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ações ordinárias em reais</b>	<b>(15,4625)</b>	<b>1,0848</b>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não existiam diferenças entre o resultado por ação básico e diluído, uma vez que a Companhia não possuía nenhum instrumento com potencial dilutivo.

### 30. PLANO DE PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 04 de julho de 2019, foi aprovado o plano de opção de compra de ações da Companhia, destinado aos administradores e empregados da Companhia e de suas controladas. O plano tem o objetivo de reforçar a retenção dos executivos, alinhar os interesses dos acionistas aos das pessoas elegíveis e criar valor para o negócio de forma sustentável e de longo prazo.

O número total de ações que poderão ser adquiridas ou subscritas no âmbito do plano de opção não excederá 2,1% das ações representativas do capital social total da Companhia na data de aprovação do plano de opção.

Uma vez exercida a opção pelos interessados, as referidas ações serão objeto de emissão através de aumento do capital da Companhia. As Opções se tornarão exercíveis na medida em que os respectivos beneficiários permanecerem vinculados como administrador ou empregado da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle, pelo período compreendido entre a data de outorga e um prazo a partir de um ano após a concessão, sendo 25% a cada da de aniversário da outorga.

As Opções não exercidas após o 1º aniversário da data de outorga poderão ser exercidas nos períodos subsequentes e assim sucessivamente para as Opções não exercidas após os demais aniversários até o prazo máximo de vigência das opções, que será de 5 (cinco) anos a partir da data de outorga.

#### 30.1 Preço de exercício das opções

O preço de exercício das opções outorgadas nos termos do plano é de R\$20,54, correspondente à média da cotação das ações da Companhia na B3 S.A., ponderada pelo volume de negociação, nos sessenta pregões anteriores a criação do plano.



O preço de exercício será reduzido pelo valor dos dividendos, juros sobre o capital próprio e outros proventos distribuídos pela Companhia aos acionistas ou quaisquer outros valores por ação colocados à disposição dos acionistas pela Companhia, inclusive em função de redução de capital social sem o cancelamento de ações ou qualquer outra operação societária que implique alocação de recursos aos acionistas ou redução do valor da ações, sempre considerado o período compreendido entre a data de outorga e a data do exercício das opções.

### 30.2 Beneficiários

Durante o prazo de um ano contado da data de exercício das Opções, os beneficiários não poderão vender, ceder ou, de qualquer forma, alienar as ações da Companhia originalmente adquiridas ou subscritas ao amparo do Plano, bem como aquelas que venham a ser por eles adquiridas em virtude de bonificações, desdobramentos, subscrições ou qualquer outra forma de aquisição e direitos de subscrição de ações ou quaisquer outros valores mobiliários de emissão da Companhia conversíveis em ações ou que outorguem direito à subscrição de ações (*"Lock-Up"*).

Até 31 de dezembro de 2022, o Conselho de Administração outorgou 1.368.400 (um milhão, trezentos e sessenta e oito mil e quatrocentas) Opções aos beneficiários.

### 30.3 Impactos contábeis

As opções são reconhecidas pelo valor justo, a débito na demonstração do resultado, na rubrica de despesas de pessoal e a crédito no patrimônio líquido, na rubrica de reserva de capital. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi registrada uma reversão no montante de R\$1.825 (adição de R\$9.028 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).



**31. RECEITA LÍQUIDA**

Receita líquida - Consolidado	2022	2021
Fornecimento e receita de uso da rede (Nota 31.1)	18.232.953	18.272.157
Suprimento de energia (Nota 31.2)	1.312.848	1.471.021
(-) Multa por violação de padrão de indicador de continuidade	(26.749)	(35.502)
(-) Bônus de redução voluntária do consumo	-	(169.215)
Aluguéis, serviços e outras	159.461	86.569
Receita de construção	1.146.446	967.268
Subvenção CDE	253.387	457.289
Subvenção por redução voluntária do consumo	-	169.215
Valor justo do ativo financeiro da concessão (Nota 13)	38.365	574.231
Aportes da CCRBT e da Eletrobrás (Nota 12)	482.372	50.312
Ativos e passivos financeiros do setor (Nota 12)	(22.976)	1.450.927
<b>RECEITA BRUTA</b>	<b>21.576.107</b>	<b>23.294.272</b>
ICMS	(4.249.011)	(4.953.277)
PIS e COFINS	(1.554.975)	(1.648.973)
Outros	(9.084)	(4.260)
<b>IMPOSTOS SOBRE RECEITA</b>	<b>(5.813.070)</b>	<b>(6.606.510)</b>
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(2.252.968)	(1.550.272)
Reserva Global de Reversão - RGR	(9.312)	(10.284)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(12.408)	(13.683)
Fundo Nacional de Desenvolvimento - FNDCT	(24.817)	(27.372)
Eficiência Energética - PEE	(54.374)	(64.312)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(24.817)	(27.372)
Outros encargos - PROINFA	(93.818)	(63.908)
Outros encargos	(37.237)	(32.639)
<b>ENCARGOS DO CONSUMIDOR</b>	<b>(2.509.751)</b>	<b>(1.789.842)</b>
<b>TOTAL DAS DEDUÇÕES</b>	<b>(8.322.821)</b>	<b>(8.396.352)</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>13.253.286</b>	<b>14.897.920</b>

**31.1 Fornecimento e receita de uso da rede**

Fornecimento e receita de uso da rede- Consolidado	2022			2021		
	Faturamento bruto	ICMS	Faturamento líquido	Faturamento bruto	ICMS	Faturamento líquido
Residencial	7.983.297	(1.781.057)	6.202.240	8.127.818	(1.971.174)	6.156.644
Industrial	430.567	(114.417)	316.150	458.747	(145.932)	312.815
Comércio, serviços e outras	4.688.086	(1.210.284)	3.477.802	4.768.682	(1.495.321)	3.273.361
Rural	11.261	(2.864)	8.397	13.770	(4.122)	9.648
Poder público	1.341.512	(285.988)	1.055.524	1.190.046	(307.425)	882.621
Iluminação pública	365.250	(96.291)	268.959	457.098	(146.842)	310.256
Serviço público	719.649	(192.781)	526.868	862.904	(273.903)	589.001
Receita de uso da rede (livres)	2.647.003	(552.645)	2.094.358	2.432.811	(599.576)	1.833.235
Fornecimento não faturado	46.328	-	46.328	(39.719)	-	(39.719)
<b>Total fornecimento</b>	<b>18.232.953</b>	<b>(4.236.327)</b>	<b>13.996.626</b>	<b>18.272.157</b>	<b>(4.944.295)</b>	<b>13.327.862</b>

**31.2 Suprimento de energia**

Suprimento de energia - Consolidado	2022			2021		
	Suprimento bruto	ICMS	Suprimento líquido	Suprimento bruto	ICMS	Suprimento líquido
Comercialização de energia/outros	1.253.870	(12.684)	1.241.186	1.320.259	(8.982)	1.311.277
Energia de curto prazo	58.978	-	58.978	150.762	-	150.762
<b>Total suprimento</b>	<b>1.312.848</b>	<b>(12.684)</b>	<b>1.300.164</b>	<b>1.471.021</b>	<b>(8.982)</b>	<b>1.462.039</b>



**32. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

Custos e despesas – Consolidado	Custos de operação		Despesas gerais e administrativas	
	2022	2021	2022	2021
Pessoal e administradores	(287.081)	(269.029)	(105.198)	(152.307)
Materiais	(22.467)	(11.599)	(400)	(11.928)
Serviços de terceiros	(237.263)	(250.669)	(185.713)	(180.813)
Custos com energia elétrica (Nota 32.1)	(8.991.642)	(10.427.435)	-	-
Depreciação e amortização	(687.455)	(653.780)	(43.312)	(24.330)
Provisão esperada para crédito de liquidação duvidosa (PECLD) (vide Nota 8)	-	-	(1.116.763)	(597.354)
Provisão para contingências e depósitos judiciais (vide Nota 22)	-	-	(1.995.245)	(181.583)
Custo de construção	(1.146.446)	(967.268)	-	-
Multas financeiras de clientes e fornecedores	107.873	107.837	-	-
Outras despesas e custos operacionais	(6.986)	(5.015)	(48.670)	(41.708)
<b>TOTAL</b>	<b>(11.271.467)</b>	<b>(12.476.958)</b>	<b>(3.495.301)</b>	<b>(1.190.023)</b>

**32.1 Energia elétrica comprada para revenda**

Energia elétrica comprada para revenda - Consolidado	2022	2021
<b>Energia comprada para revenda</b>		
Mercado de curto prazo CCEE	(840.422)	(1.405.937)
Itaipu – Binacional	(1.279.897)	(1.581.021)
UTE Norte Fluminense	(3.730.225)	(3.414.600)
Leilão de energia	(2.443.784)	(3.798.678)
Cotas de garantia física	(714.549)	(687.018)
Cota de nucleares	(281.878)	(198.718)
<b>Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição</b>		
Encargos uso da rede básica e NOS	(1.171.209)	(1.170.626)
Encargos de conexão – Transmissão	(99.511)	(96.416)
Encargos uso da rede distribuição – CUSD	(7.711)	(6.003)
Transporte de energia – Itaipu	(122.760)	(130.650)
PROINFA	(215.996)	(138.208)
Crédito de PIS/COFINS sobre compra	899.893	1.052.834
ICMS sobre compra	1.016.407	1.147.606
<b>TOTAL</b>	<b>(8.991.642)</b>	<b>(10.427.435)</b>





**33. RESULTADO FINANCEIRO**

Resultado financeiro – Consolidado	2022	2021
<b>RECEITA</b>		
Acréscimo moratório sobre venda de energia	55.479	55.489
Rendimento sobre equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	396.293	152.118
Operações de <i>swap</i>	-	59.548
Atualização de depósitos judiciais	13.910	7.613
Atualização de ativos e passivos financeiros do setor (Nota 12)	-	53.469
Atualização dos créditos de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo (Nota 9)	80.343	14.912
Atualização de ativos tributários	60.467	21.466
Outras receitas financeiras	32.834	17.794
<b>TOTAL DAS RECEITAS FINANCEIRAS</b>	<b>639.326</b>	<b>382.409</b>
<b>DESPESAS</b>		
Atualização monetária das provisões para contingências <sup>(a)</sup>	(1.802.023)	(22.286)
Despesas com passivos tributários	(8.455)	(6.428)
Atualização de ativos e passivos financeiros do setor (Nota 12)	(1.412)	-
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(931.808)	(698.410)
Operações de <i>swap</i>	(1.046.437)	-
Variação cambial e monetária de empréstimos, financiamentos e debêntures	(16.260)	(743.095)
Variação cambial sobre faturas de energia	-	(17.097)
Atualização monetária sobre o GSF	-	(89.389)
Ajuste a valor presente	(19.422)	1.291
PIS e COFINS sobre receita financeira	(29.008)	(17.299)
Outras despesas financeiras	(231.828)	(119.886)
<b>TOTAL DAS DESPESAS FINANCEIRAS</b>	<b>(4.086.653)</b>	<b>(1.712.599)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(3.447.327)</b>	<b>(1.330.190)</b>

<sup>(a)</sup> Inclui o montante de R\$1.661.716 referente a atualização da provisão para contingências dos créditos de PIS/COFINS sobre ICMS a devolver ao consumidor.



## 34. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

### 34.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

A Companhia mensura ao valor justo utilizando vários métodos que incluem abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

**Nível 1** - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

**Nível 2** - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

**Nível 3** - dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

O quadro abaixo apresenta os valores contábeis e valores justos dos principais ativos e passivos financeiros da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Controladora	Níveis	31.12.2022		31.12.2021	
		Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo
<b>ATIVOS FINANCEIROS (CIRCULANTE/NÃO CIRCULANTE)</b>					
<b>MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO</b>					
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos (Nota 6)		2.693	2.693	9	9
Serviços prestados a receber		-	-	1.474	1.474
Depósitos judiciais		663	663	878	878
Outros créditos		10.091	10.091	15.941	15.941
<b>MENSURADO A VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO</b>					
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	2	720.172	720.172	62.647	62.647
<b>TOTAL</b>		<b>733.619</b>	<b>733.619</b>	<b>80.949</b>	<b>80.949</b>
<b>PASSIVO FINANCEIROS (CIRCULANTE)</b>					
<b>MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO</b>					
Fornecedores		1.001	1.001	358	358
Outros débitos		4.522	4.522	1.900	1.900
<b>TOTAL</b>		<b>5.523</b>	<b>5.523</b>	<b>2.258</b>	<b>2.258</b>



Consolidado	Níveis	31.12.2022		31.12.2021	
		Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo
<b>ATIVOS FINANCEIROS (CIRCULANTE/NÃO CIRCULANTE)</b>					
<b>MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO</b>					
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos (Nota 6)		43.886	43.886	53.528	53.528
Contas a receber de clientes (Nota 8)		2.422.171	2.422.171	3.645.368	3.645.368
Serviços prestados a receber		34.241	34.241	17.316	17.316
Depósitos judiciais		221.491	221.491	221.572	221.572
Ativos financeiros do setor (Nota 12)		199.402	199.402	1.480.272	1.480.272
Outros créditos (Nota 11)		401.787	401.787	614.062	614.062
<b>MENSURADO A VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO</b>					
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações Financeiras de liquidez imediata (Nota 6)	2	-	-	343.249	343.249
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	2	2.039.665	2.039.665	3.208.196	3.208.196
Ativo financeiro da concessão (Nota 13)	3	7.697.294	7.697.294	6.821.988	6.821.988
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	2	13.611	13.611	190.409	190.409
<b>TOTAL</b>		<b>13.073.548</b>	<b>13.073.548</b>	<b>16.595.960</b>	<b>16.595.960</b>
<b>PASSIVO FINANCEIROS (CIRCULANTE/ NÃO CIRCULANTE)</b>					
<b>MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO</b>					
Fornecedores (Nota 18)		1.506.031	1.506.031	2.154.037	2.154.037
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)		3.773.298	3.884.298	4.409.020	4.288.734
Debêntures (Nota 21)		6.915.392	6.457.642	6.735.306	6.435.889
Passivos financeiros do setor (Nota 12)		911.538	911.538	276.353	276.353
Obrigações por arrendamento mercantil (Nota 25)		239.873	239.873	63.271	63.271
Encargos regulatórios (Nota 26)		281.738	281.738	313.778	313.778
Outros débitos (Nota 27)		587.779	587.779	612.041	612.041
<b>MENSURADO A VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO</b>					
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	2	440.708	440.708	3.975	3.975
<b>TOTAL</b>		<b>14.656.357</b>	<b>14.309.607</b>	<b>14.567.781</b>	<b>14.148.078</b>

## 34.2 Gerenciamento de riscos e objetivos alcançados

### 34.2.1 Risco de mercado

No curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados a variações cambiais e taxas de juros. Segue abaixo o quadro com a abertura do principal da dívida por moeda e indexador (não inclui custos de captação e de emissão):

Moeda e indexador - Consolidado	31.12.2022		31.12.2021	
	R\$	%	R\$	%
USD	3.357.453	31,5	3.587.594	32,2
<b>TOTAL - MOEDA ESTRANGEIRA</b>	<b>3.357.453</b>	<b>31,5</b>	<b>3.587.594</b>	<b>32,2</b>
CDI	3.186.301	29,9	2.954.652	25,7
IPCA	4.100.558	38,6	4.617.877	42,0
Outros	116	-	9.919	0,1
<b>TOTAL - MOEDA NACIONAL</b>	<b>7.286.975</b>	<b>68,5</b>	<b>7.582.448</b>	<b>67,8</b>
<b>TOTAL</b>	<b>10.644.428</b>	<b>100,0</b>	<b>11.170.042</b>	<b>100,0</b>

Para o montante da dívida em moeda estrangeira, foram contratados instrumentos de derivativos financeiros, na modalidade de *swap*, de acordo com a política para utilização de instrumentos derivativos aprovada pelo Conselho de Administração. Dessa forma, considerando os *swaps*, a exposição cambial da Companhia relacionada à dívida, em 31 de dezembro de 2022, é de 0,2% do total da dívida em moeda estrangeira (0,2% em 31 de dezembro de 2021).



### 34.2.2 Risco de taxa de câmbio

Para a parte dos empréstimos e financiamentos denominada em moeda estrangeira, a Companhia se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “*swap*”) para proteção do serviço associado a tais dívidas (principal mais juros e comissões) a vencer em até 24 meses. As captações realizadas através da Resolução BACEN 4.131 no contrato celebrado com o Citibank e a emissão dos *Bonds* no Mercado Internacional, já foram contratadas com *swap* para todo o prazo da dívida, devidamente pré-aprovadas pelo Conselho de Administração.

Segue abaixo o quadro com a composição das operações de derivativos existentes em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Controlada	Moeda	Companhia recebe	Companhia paga	Data de início	Data de Vencimento	Valor Ncional (R\$) 31.12.2022	Valor Ncional (US\$) 31.12.2022	Swap (accrual) (R\$) 31.12.2022	Swap valor justo (contábil) (R\$) 31.12.2022	Valor Justo x Accrual 31.12.2022
Light SESA	US\$	US\$+Libor3M+1,18%	CDI+1,85%	31.12.2021	31.03.2025	208.708	40.000	8.002	7.645	(357)
Light SESA	US\$	US\$+4,3750 % a.a.	143,43% CDI	18.06.2021	18.06.2026	2.087.080	400.000	(61.284)	268.727	330.011
Light Energia	US\$	US\$+4,3750 % a.a.	145,45% do CDI	18.06.2021	18.06.2026	1.043.540	200.000	(30.538)	141.730	172.268
<b>TOTAL</b>						<b>3.339.328</b>	<b>640.000</b>	<b>(83.820)</b>	<b>418.102</b>	<b>501.922</b>

Controlada	Moeda	Companhia recebe	Companhia paga	Data de início	Data de Vencimento	Valor Ncional (R\$) 31.12.2021	Valor Ncional (US\$) 31.12.2021	Swap (accrual) (R\$) 31.12.2021	Swap valor justo (contábil) (R\$) 31.12.2021	Valor Justo x Accrual 31.12.2021
Light SESA	US\$	US\$+Libor3M+1,18%	CDI+1,85%	31.12.2021	31.03.2025	223.220	40.000	(6.498)	(2.845)	3.653
Light SESA	US\$	US\$+4,3750 % a.a.	143,43% CDI	18.06.2021	18.06.2026	2.232.200	400.000	(211.275)	(129.155)	82.120
Light Energia	US\$	US\$+4,3750 % a.a.	145,45% do CDI	18.06.2021	18.06.2026	1.116.100	200.000	(105.566)	(58.409)	47.157
<b>TOTAL</b>						<b>3.571.520</b>	<b>640.000</b>	<b>(323.339)</b>	<b>(190.409)</b>	<b>132.930</b>

O valor contabilizado encontra-se mensurado pelo seu valor justo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021. Todas as operações com instrumentos financeiros derivativos encontram-se registradas em câmaras de liquidação e custódia e não existe nenhuma margem depositada em garantia. As operações não possuem custo inicial.

A diferença entre o valor na curva (*accrual*) e o valor a mercado se dá pela distinta metodologia de cálculo, pois enquanto o saldo de *swap* na curva é calculado pelo valor do principal mais juros e câmbio atualizados até 31 de dezembro de 2022, o saldo do *swap* a mercado é calculado considerando a curva futura dos indicadores descontada pelo cupom cambial.

Em atendimento às práticas contábeis brasileiras e ao IFRS, o valor dos instrumentos de derivativos é registrado a valor justo, que se aproxima aos valores de mercado.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de câmbio, demonstrando os possíveis impactos no resultado financeiro da Companhia. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos saldos patrimoniais estivesse em aberto durante todo o período.

A metodologia utilizada para o “cenário provável” considerou a melhor estimativa da taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2023. Vale lembrar que, por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida em 31 de dezembro de 2022. É importante salientar que o saldo das aplicações financeiras oscilará de



acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia, bem como o comportamento dos saldos de dívida e derivativos respeitará seus respectivos contratos.

Análise de sensibilidade da taxa de câmbio, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções da B3 e BNDES em 31 de dezembro de 2022.

Operação	Controlada	Risco	Dívida - US\$ Mil	R\$			
				Cenário provável (I)	Cenário (II) + 25%	Cenário (III) + 50%	
<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>				<b>(274.485)</b>	<b>(1.184.540)</b>	<b>(2.094.594)</b>	
TN - Par Bond	Light SESA	US\$	39.422	(16.775)	(72.392)	(128.009)	
TN - Caução - Par Bond	Light SESA	US\$	(36.779)	15.650	67.537	119.425	
TN - Discount Bond	Light SESA	US\$	27.306	(11.619)	(50.143)	(88.667)	
TN - Caução - Discount Bond	Light SESA	US\$	(25.824)	10.989	47.421	83.854	
4131 Citibank 2021	Light SESA	US\$	40.011	(17.025)	(73.473)	(129.920)	
Bonds (2021)	Light SESA	US\$	400.632	(170.476)	(735.690)	(1.300.903)	
Bonds (2021)	Light Energia	US\$	200.292	(85.228)	(367.800)	(650.373)	
<b>DERIVATIVOS</b>				<b>272.730</b>	<b>1.176.963</b>	<b>2.081.196</b>	
Swaps de moeda (ponta ativa)	Light SESA	US\$	(440.643)	187.502	809.163	1.430.823	
Swaps de moeda (ponta ativa)	Light Energia	US\$	(200.292)	85.228	367.800	650.373	
<b>TOTAL</b>				<b>(1.756)</b>	<b>(7.577)</b>	<b>(13.398)</b>	
<b>Referência para Ativos e Passivos Financeiros</b>					<b>+25%</b>	<b>+50%</b>	
Cotação R\$/US\$ (em 31.12.2023)					5,64	7,05	8,46

### 34.2.3 Risco de taxa de juros

Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros não só sobre a despesa financeira associada aos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia, como também sobre as receitas financeiras oriundas de suas aplicações financeiras. A política para utilização de derivativos aprovada pelo Conselho de Administração não compreende a contratação de instrumentos contra esse risco. No entanto, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de forma a avaliar a eventual necessidade de contratar derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas, sendo que, para estes casos, é solicitada aprovação prévia ao Conselho de Administração.

Segue quadro abaixo com a posição das operações de swap de juros vigentes em 31 de dezembro de 2022:

Controlada	Companhia recebe	Companhia paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nominal (R\$) 31.12.2022	Swap (accrual) (R\$) 31.12.2022	Swap valor justo (contábil) (R\$) 31.12.2022	Valor Justo x Accrual 31.12.2022
Light Energia	IPCA + 4,85% a.a.	CDI + 1,20%	11.08.2021	17.07.2028	554.110	(33.190)	8.995	42.185
<b>TOTAL</b>					<b>554.110</b>	<b>(33.190)</b>	<b>8.995</b>	<b>42.185</b>

Controlada	Companhia recebe	Companhia paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nominal (R\$) 31.12.2021	Swap (accrual) (R\$) 31.12.2021	Swap valor justo (contábil) (R\$) 31.12.2021	Valor Justo x Accrual 31.12.2021
Light Energia	IPCA + 4,85% a.a.	CDI + 1,20%	11.08.2021	17.07.2028	524.532	(18.952)	3.975	22.927
<b>TOTAL</b>					<b>524.532</b>	<b>(18.952)</b>	<b>3.975</b>	<b>22.927</b>

O swap de juros contratado na controlada Light Energia está associado ao vencimento da 7ª Emissão de debentures.



A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de juros, demonstrando os possíveis impactos no resultado antes dos impostos. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos saldos patrimoniais estivesse em aberto durante todo o período.

A metodologia utilizada para o “cenário provável” considerou a melhor estimativa da taxa de juros em 31 de dezembro de 2023. Vale lembrar que por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida e das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2022. É importante salientar que o comportamento dos saldos de dívida e derivativos respeitará seus respectivos contratos, bem como o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia.

Análise de sensibilidade das taxas de juros, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções da B3 e BNDES em 31 de dezembro de 2022.

Operação	Controlada	R\$		
		Cenário provável (I)	Cenário (II) + 25%	Cenário (III) + 50%
<b>ATIVOS FINANCEIROS</b>		<b>(4.941)</b>	<b>(67.854)</b>	<b>(131.247)</b>
Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários <sup>(a)</sup>		(4.941)	(67.854)	(131.247)
<b>PASSIVOS FINANCEIROS POR RISCOS</b>		<b>(58.860)</b>	<b>(247.179)</b>	<b>(435.496)</b>
Libor6M	Light SESA	586	(1.098)	(2.782)
Libor3M	Light SESA	1	(2.487)	(4.975)
CDI	Light SESA	(34.768)	(148.632)	(262.495)
IPCA	Light SESA	(21.172)	(81.394)	(141.616)
CDI	Light Energia	(197)	(843)	(1.488)
IPCA	Light Energia	(3.310)	(12.725)	(22.140)
<b>DERIVATIVOS</b>		<b>(52.693)</b>	<b>(225.257)</b>	<b>(397.821)</b>
Swaps de moedas (ponta passiva) <sup>(a)</sup>		(47.168)	(201.639)	(356.110)
Swaps de taxa (ponta passiva)	Light Energia	(5.525)	(23.618)	(41.711)
<b>TOTAL</b>		<b>(116.494)</b>	<b>(540.290)</b>	<b>(964.564)</b>
<b>Referência para Ativos Financeiros</b>			<b>-25%</b>	<b>-50%</b>
CDI (em 31.12.2023)		13,41%	10,06%	6,71%
<b>Referência para Passivos financeiros</b>			<b>+25%</b>	<b>+50%</b>
CDI (% em 31.12.2023)		13,41%	16,77%	20,12%
IPCA (% em 31.12.2023)		6,34%	7,93%	9,51%
Libor3M (% em 31.12.2023)		4,71%	5,89%	7,07%
Libor6M (% em 31.12.2023)		4,69%	5,86%	7,03%

<sup>(a)</sup> Inclui as controladas do grupo Light



#### 34.2.4 Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência dos seus consumidores ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia utiliza de todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de clientes inadimplentes em empresas de proteção ao crédito e cobrança judicial. O risco de crédito das contas a receber encontra-se pulverizado considerando a base de clientes da Companhia. Uma análise de redução ao valor recuperável é efetuada a cada data de reporte usando uma matriz de provisão para avaliar as perdas de crédito esperadas. A exposição máxima ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2022 é o valor contábil de cada classe de ativos financeiros divulgada na Nota 8. O Grupo não possui ou mantém ativos que tenham sido dados em garantia por terceiros.

No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. A Companhia possui uma política de não manter a carteira concentrada em uma determinada instituição financeira. Desta forma, a política tem como princípio controlar a concentração da carteira através de limites impostos aos Grupos e acompanhar as instituições financeiras através do seu patrimônio líquido e de seus *ratings*.

Por meio de sua política a Companhia poderá aplicar os recursos em produtos de renda fixa, pós-fixados indexados ao CDI e Títulos públicos pós-fixados.

#### 34.2.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade financeira em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações que fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os recursos captados são apresentadas nas Notas 20 e 21.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial, do mercado financeiro e de empresas ligadas, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

Conforme divulgado na Nota 1.1, a Administração da Companhia está acompanhando atentamente todos os riscos relacionados a continuidade operacional do Grupo e gerencia o risco de liquidez por meio do acompanhamento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, acarretar perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa no curto prazo, que são recuperáveis dentro do arcabouço regulatório vigente, e pode impactar em aumentos tarifários futuros. Com a cobrança das bandeiras tarifárias, a Companhia diminui, em parte, uma maior exposição da variação do custo de compra de energia, reduzindo



assim, o risco de liquidez.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais, as quais incluem juros futuros, quando aplicáveis, até a data dos vencimentos contratuais, são apresentadas conforme quadro abaixo:

Instrumentos a taxas de juros:	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Pós Fixadas</b>					
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	(251.982)	(1.225.253)	(9.599.334)	(1.121.998)	(12.198.567)
<b>Pré-Fixadas</b>					
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	(36)	(775)	(345.113)	-	(345.924)
Fornecedores	(1.506.031)	-	-	-	(1.506.031)
Swap	10.940	32.821	383.335	-	427.096
<b>TOTAL</b>	<b>(1.747.109)</b>	<b>(1.193.207)</b>	<b>(9.561.112)</b>	<b>(1.121.998)</b>	<b>(13.623.426)</b>

#### 34.2.6 Risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia

A venda ou compra de energia no mercado de curto prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da controlada Light SESA é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica. O limite regulatório para o repasse integral aos consumidores resultado da liquidação no MCP das exposições positivas (energia contratada acima do mercado cativo), valorada pela diferença entre o preço médio de compra de energia da distribuidora e o preço de liquidação de diferenças (PLD) é de 5% sobre a energia requerida regulatória da distribuidora. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também, podem ser repassadas integralmente aos consumidores.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.





### 34.2.7 Riscos socioambientais

Os riscos socioambientais estão relacionados aos aspectos ambientais, à segurança da força de trabalho e da população, às questões relacionadas aos empregados, aos fornecedores e aos impactos na sociedade. Nesse sentido, a Companhia atua de forma contínua para promover a melhoria da sua gestão ambiental e social, de forma a mitigar esses riscos, por meio de diversos compromissos:

- (i) Atender à legislação ambiental vigente e aos padrões de qualidade ambiental por meio do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), baseado na ISO 14001, que avalia e monitora os aspectos e impactos do parque operacional da Companhia, mitigando o risco de multas, embargos de empreendimentos, acidentes, ações judiciais e danos à imagem da Light;
- (ii) Nas usinas e nas estruturas associadas ao parque gerador de energia da Companhia, além da certificação ISO 14001, atender às normas ISO 9001, de qualidade, e ISO 45001, de gestão de saúde e segurança ocupacional, formando um Sistema de Gestão Integrado (SGI);
- (iii) Investir na promoção da saúde e na prevenção de acidentes, aplicando recursos na melhoria de processos e procedimentos, capacitando e sensibilizando a força de trabalho, em paralelo a campanhas de comunicação relacionadas aos riscos da rede elétrica para a população e à importância da adoção de medidas pessoais de segurança;
- (iv) Oferecer benefícios aos empregados da Companhia que englobam planos de previdência privada, pela Braslight, assistência médica e odontológica extensivas a dependentes, auxílio alimentação e/ou refeição, auxílio natalino, auxílio-creche, complementação de auxílio doença, auxílio psicopedagógico para dependentes de empregados com necessidade de tratamentos neuropsíquicos, assistência social e psicológica, seguro de vida, auxílio funeral e bolsas de estudo de ensino médio técnico para empregados e dependentes;
- (v) Estreitar o relacionamento com as comunidades da área de concessão, fortalecendo o vínculo empresa/cliente e regularizando o fornecimento de energia e arrecadação nessas áreas, além de incentivar o cadastramento de moradores na Tarifa Social; e
- (vi) No âmbito da cadeia de valor da Light, garantir o alinhamento dos fornecedores com as diretrizes de direitos humanos, práticas trabalhistas e redução de impactos socioambientais que são adotadas pela Companhia, estabelecendo critérios para a seleção e gestão desses fornecedores que contemplam o cumprimento do Acordo de Responsabilidade Social e do Código de Ética e Conduta Empresarial da Companhia.



### 34.2.8 Riscos de continuidade da concessão

A Companhia e suas controladas conduzem suas atividades de geração e distribuição de energia elétrica de acordo com contratos de concessão e a legislação do setor elétrico, incluindo todas as resoluções emitidas pela ANEEL.

O quinto aditivo ao contrato de concessão da controlada Light SESA, celebrado em março de 2017 possui cláusulas que condicionam a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da controlada Light SESA, de novos critérios de eficiência com relação à qualidade da prestação do serviço e à sustentabilidade econômico-financeira da referida companhia.

Os critérios de eficiência com relação (i) à qualidade do serviço prestado são mensurados por indicadores que consideram a frequência e a duração média das interrupções do serviço de distribuição de energia, e os limites globais anuais definidos no referido aditivo; e (ii) à gestão econômica e financeira são mensurados por indicadores que consideram o nível de endividamento da companhia e limites os quais estão definidos no referido termo aditivo.

O inadimplemento do critério de qualidade da prestação do serviço será verificado nos casos em que houver o não atendimento dos indicadores por:

- (a) dois anos consecutivos no período entre 2018 e 2021 para o indicador de qualidade do serviço prestado;
- (b) dois anos consecutivos no período entre 2018 e 2019 para o indicador de gestão econômico-financeira;
- (c) especificamente no ano de 2022 para o indicador de qualidade do serviço prestado;
- (d) especificamente no ano de 2020 para o indicador de gestão econômico-financeira;
- (e) por dois anos consecutivos a partir de 2021 para o indicador de gestão econômico-financeira; ou
- (f) por três anos consecutivos a partir de 2023 para o indicador de qualidade do serviço prestado.

O descumprimento em função dos itens (a), (b), (c) e (d) acima, implica na instauração de processo administrativo para extinção da concessão, enquanto o descumprimento em função dos itens (e) e (f), acarreta a abertura de processo de caducidade, no qual se procederá com a apuração da inadimplência da concessionária.

Para o exercício findos em 2018, 2019 e 2020, a controlada Light SESA atendeu aos indicadores de qualidade do serviço prestado e de sustentabilidade econômico-financeira.

Em 08 de setembro de 2022, a controlada Light SESA recebeu o Ofício nº 312/2022 da SFF/ANEEL com conclusões a respeito da apuração do indicador de sustentabilidade econômico-financeira do ano de 2021. Em resumo, o referido Ofício determinou que para cumprimento do Critério de Eficiência com relação à Gestão Econômico-Financeira fosse realizado um aporte no montante de R\$57.919. Em consequência, no dia 30 de setembro de 2022, em linha com a orientação expressa no Ofício em referência, e com o objetivo de pacificar o cumprimento das obrigações relacionados ao ano de 2021, a controladora Light S.A. realizou um aporte de capital no montante de R\$57.919 na controlada Light SESA.

Para o exercício findo em 2022, ainda não foram mensurados de forma definitiva, uma vez que estes são mensurados quando da emissão das demonstrações contábeis regulatórias e a estimativa dos



indicadores de sustentabilidade econômico-financeira para o exercício de 2022 indica o seu descumprimento.

Importante ressaltar que o próprio contrato de concessão e o Anexo VIII-A da Resolução Normativa nº 948, de 16 de novembro de 2021, apresentam mecanismos para restabelecimento da condição de sustentabilidade econômico-financeira, antes que seja iniciado o processo de caducidade da concessão, sendo os principais a limitação de distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio cujo valor e a exigência de aportes de capital dos acionistas controladores, em montante suficiente para atender à condição de sustentabilidade mínima. Neste contexto, a Administração da Light e seus acionistas podem providenciar ações e teriam certo prazo para restabelecer os indicadores de sustentabilidade econômico-financeiro para evitar o início do processo de caducidade da concessão da Light SESA.

A Administração da Companhia entende que o potencial descumprimento em questão não inicia de forma imediata o processo de caducidade da concessão da Light SESA, mas requer monitoramento contínuo.

### 34.3 Gestão do capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A dívida líquida consolidada do Grupo em relação ao seu patrimônio líquido é apresentada a seguir:

Consolidado	31.12.2022	31.12.2021
Dívida de financiamentos, empréstimos e debêntures	10.688.690	11.144.326
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	427.097	(186.434)
<b>Dívida bruta</b>	<b>11.115.787</b>	<b>10.957.892</b>
(-) Caixa e equivalentes de caixa e TVM	2.083.551	3.604.973
<b>Dívida líquida (A)</b>	<b>9.032.236</b>	<b>7.352.919</b>
Patrimônio líquido (B)	2.844.757	8.733.101
<b>Percentual de capital de terceiros - % (A÷ (B+A))</b>	<b>76%</b>	<b>46%</b>

### 35. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo Light possuía seguros com cobertura abrangendo seus principais ativos, dentre os quais podemos citar:

Seguro de riscos operacionais - cobre os danos causados às Usinas Hidroelétricas e Termoelétricas, incluindo, mas não limitada a todo seu maquinário, turbinas a vapor, turbinas a gás, geradores, caldeiras, transformadores, canais, túneis, barragens, vertedouros, obras civis, escritórios e depósitos. Todos os ativos estão segurados na modalidade de Riscos Operacionais, com cobertura "All Risks", incluindo-se linhas de transmissão e distribuição até 1.000 pés do local de geração.

Seguro de responsabilidade civil de administradores e diretores (D&O) - tem por objetivo proteger os Executivos por perdas e danos resultantes do exercício das suas funções inerentes ao cargo ou posição como Conselheiros, Diretores e Administradores da Sociedade.



Seguro de responsabilidade civil e geral - objetiva o pagamento de indenização caso a Companhia venha a ser responsabilizada civilmente por meio de sentença transitada em julgado ou acordo autorizado pela seguradora, relativas a reparações por danos materiais e corporais involuntários, causados a terceiros e também aqueles relacionados à poluição, contaminação, vazamentos súbitos e ou acidentais.

A composição dos principais seguros considerada pela Diretoria é resumida conforme a seguir:

RISCOS	Data de Vigência		Importância Segurada	Prêmio Líquido
	De	Até		
Directors & Officers (D&O)	10.08.2022	10.08.2023	N/A	100.000
Responsabilidade Civil e Geral	02.01.2023	02.01.2024	N/A	20.000
Riscos Operacionais (a)	03.02.2023	03.02.2024	11.879.397	300.000

Os seguros da Companhia não fazem parte do escopo de auditoria dos nossos auditores independentes.

### 36. COMPROMISSOS CONTRATUAIS

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas possuem os seguintes compromissos contratuais relevantes não reconhecidos nas demonstrações contábeis:

#### 36.1 Contratos de venda de energia elétrica gerada

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía compromissos de venda de energia, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Ano	Energia convencional contratada (R\$ mil) <sup>(a)</sup>	Energia incentivada contratada (R\$ mil) <sup>(a)</sup>
2023	855.630	46.574
2024	878.744	48.087
2025	631.536	49.530
2026	650.483	51.016
2027	669.997	52.547

<sup>(a)</sup> Não auditado pelos auditores independentes

#### 36.2 Contratos de compra de energia elétrica

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía compromissos de compra de energia, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Ano	Total de contratos em R\$ <sup>(a)</sup>
2023	7.144
2024	7.505
2025	5.900
2026	5.884

<sup>(a)</sup> Não auditado pelos auditores independentes



### 37. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia e suas controladas realizaram atividades de investimento e financiamento que não envolveram caixa, conforme demonstrado abaixo:

Consolidado	2022	2021
Aquisição de ativo intangível em contrapartida a fornecedor	37.474	35.119
Adições de arrendamentos (Nota 25)	255.080	4.990
Encargos capitalizados no ativo de contrato e imobilizado	28.933	25.465
Transferências para intangível (Acordo Furnas – Nota 17)	70.663	-

### 38. EVENTOS SUBSEQUENTES

#### 38.1 Revisão tarifária 2023

Em 15 de março de 2023, foi aprovado pela ANEEL o processo de reajuste das tarifas da Companhia. O resultado representa um reajuste tarifário médio para o consumidor de 7,0%, e engloba todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural e outras). O índice de reajuste é constituído de dois componentes: (i) estrutural, que passa a integrar a tarifa, de 2,84%, compreendido pelos custos não gerenciáveis (Parcela A) e gerenciáveis (Parcela B); e (ii) componente financeiro negativo que somam 4,16%, aplicado exclusivamente aos próximos 12 meses. Neste reajuste está incluído o repasse aos consumidores de créditos tributários da exclusão do ICMS da base do PIS/Cofins, no valor de R\$1.777.129, em cumprimento à Lei nº 14.385/22. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 15 de março de 2023.

Adicionalmente, na mesma ocasião da aprovação do reajuste, foi determinado que as áreas técnicas da ANEEL recebam e tratem os pleitos apresentados pela Companhia relacionados ao reconhecimento adequado das perdas não-técnicas regulatórias e ajustes de redução de mercado.

#### 38.2 Contrato de Compra e Venda de Ações da controlada em conjunto AXXIOM

Em 21 de dezembro de 2022, a Light S.A. assinou um Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças para aquisição de 49% das ações da controlada em conjunto Axxiom Soluções pertencentes a Companhia Energética de Minas Gerais (“CEMIG”). A operação foi realizada por R\$1,00 (um real) onde o Grupo Light S.A. terá 100% das ações da Axxiom. Em 25 de janeiro de 2023, o Conselho de Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) aprovou a operação. Para que essa operação seja finalizada, existem algumas condições precedentes a serem cumpridas e a Companhia tem expectativa para conclusão da operação no segundo trimestre de 2023.



**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Wilson Martins Poit
Firmino Ferreira Sampaio Neto
Yuiti Matsuo Lopes
Helio Paulo Ferraz
Abel Alves Rochinha
Vago
Vago
Lavinia Rocha de Hollanda
Vanessa Claro Lopes

**CONSELHO FISCAL**

<b>EFETIVOS</b>	<b>SUPLENTES</b>
Luiz Paulo de Amorim	Natalia Carneiro de Figueiredo
Sergio Xavier Fortes	João Ricardo Pereira da Costa
Ary Waddington	Vago

**DIRETORIA EXECUTIVA**

Octavio Cortes Pereira Lopes - Diretor Presidente
Eduardo Guardiano Leme Gotilla - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Carlos Vinicius de Sá Roriz - Diretor
Déborah Meirelles Rosa Brasil - Diretora
Alessandra Genu Dutra Amaral - Diretora
Thiago Freire Guth - Diretor
Alexandre Nogueira Ferreira - Diretor

**GERÊNCIA DE CONTABILIDADE**

Simone da Silva Cerutti de Azevedo
Contadora - Gerente de Contabilidade
CRC-RJ 103826/O-9



BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	1
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	3
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	4
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA E CONSOLIDADO.....	5
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	6
DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS.....	7
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	8
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	12
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	15
4. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO.....	27
5. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA.....	28
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	30
7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	30
8. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS, PERMISSONÁRIAS E CLIENTES.....	31
9. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR.....	34
10. TRIBUTOS DIFERIDOS.....	37
11. OUTROS CRÉDITOS.....	38
12. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DO SETOR.....	40
13. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO.....	42
14. ATIVO DE CONTRATO.....	42
15. INVESTIMENTOS.....	42
16. IMOBILIZADO.....	47
17. INTANGÍVEL.....	48
18. FORNECEDORES.....	49
19. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR.....	50
20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	51
21. DEBÊNTURES.....	56
22. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS.....	60
23. CONTINGÊNCIAS.....	64
24. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO.....	69
25. OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO E ATIVO DE DIREITO DE USO.....	73
26. ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	74
27. OUTROS DÉBITOS.....	75
28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	75
29. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	77
30. PLANO DE PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES.....	80
31. RECEITA LÍQUIDA.....	82
32. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	83
33. RESULTADO FINANCEIRO.....	84
34. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS.....	84
35. SEGUROS.....	95
36. COMPROMISSOS CONTRATUAIS.....	96
37. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA.....	97
38. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	97



LIGHT S.A.  
 BALANÇOS PATRIMONIAIS  
 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020  
 (Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e equivalentes de caixa	6	9	7.745	396.777	653.200
Títulos e valores mobiliários	7	62.647	70.781	3.208.196	2.436.476
Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes	8	-	-	2.424.681	3.257.127
Estoques		-	-	65.659	62.393
Tributos e contribuições a recuperar	9	1.719	934	1.262.787	792.764
Ativos financeiros do setor	12	-	-	1.171.882	58.361
Despesas pagas antecipadamente		353	363	28.844	25.073
Dividendos a receber	15	517.838	254.833	-	-
Serviços prestados a receber		1.474	829	17.316	45.017
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	34	-	-	-	156.494
Outros créditos	11	15.941	755	612.941	339.400
		599.981	336.240	9.189.083	7.826.305
Ativos classificados como mantidos para venda	5	41.446	53.919	134.946	147.419
<b>TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>641.427</b>	<b>390.159</b>	<b>9.324.029</b>	<b>7.973.724</b>
Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes	8	-	-	1.220.687	1.013.614
Tributos e contribuições a recuperar	9	-	-	3.674.704	4.420.018
Tributos diferidos	10	-	-	895.715	449.969
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	34	-	-	190.409	960.009
Depósitos vinculados a litígios	22	878	684	221.572	242.132
Ativos financeiros do setor	12	-	-	308.390	15.358
Ativo financeiro da concessão	13	-	-	6.821.988	5.197.313
Outros créditos	11	-	-	1.121	120.000
Ativo de contrato	14	-	-	558.254	983.368
Investimentos	15	8.191.828	6.852.861	357.761	366.241
Imobilizado	16	-	-	1.809.881	1.655.215
Intangível	17	-	-	2.833.555	2.898.588
Ativo de direito de uso	25	-	-	59.806	101.717
<b>TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>8.192.706</b>	<b>6.853.545</b>	<b>18.953.843</b>	<b>18.423.542</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>8.834.133</b>	<b>7.243.704</b>	<b>28.277.872</b>	<b>26.397.266</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.





LIGHT S.A.  
 BALANÇOS PATRIMONIAIS  
 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020  
 (Em milhares de reais)

PASSIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores	18	358	136	2.154.037	3.439.767
Tributos e contribuições a pagar	19	288	304	383.600	168.743
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	403.230	1.320.026
Debêntures	21	-	-	1.530.433	1.030.529
Passivos financeiros do setor	12	-	-	276.353	-
Dividendos a pagar	29	94.512	164.332	94.512	164.332
Obrigações trabalhistas		3.093	1.469	104.492	90.914
Valores a serem restituídos a consumidores	9	-	-	831.250	296.239
Obrigações por arrendamento	25	-	-	25.108	47.228
Encargos regulatórios	26	-	-	313.778	275.479
Outros débitos	27	1.900	386	571.934	383.700
<b>TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>100.151</b>	<b>166.627</b>	<b>6.688.727</b>	<b>7.216.957</b>
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	4.005.790	3.090.703
Debêntures	21	-	-	5.204.873	4.242.711
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	34	-	-	3.975	-
Tributos e contribuições a pagar	19	-	-	199.605	191.773
Tributos diferidos	10	-	-	275.264	408.289
Participações societárias a descoberto	15	-	-	21.614	30.823
Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	22	881	865	502.103	647.533
Benefícios pós-emprego	24	-	-	-	5.327
Obrigações por arrendamento	25	-	-	38.163	58.699
Valores a serem restituídos a consumidores	9	-	-	2.564.550	3.381.614
Outros débitos	27	-	-	40.107	46.625
<b>TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>881</b>	<b>865</b>	<b>12.856.044</b>	<b>12.104.097</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital social	29	5.392.197	4.051.285	5.392.197	4.051.285
Reserva de capital		18.462	9.434	18.462	9.434
Reservas de lucros		3.134.858	2.816.100	3.134.858	2.816.100
Ajustes de avaliação patrimonial		289.077	304.402	289.077	304.402
Outros resultados abrangentes		(101.493)	(105.009)	(101.493)	(105.009)
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>8.733.101</b>	<b>7.076.212</b>	<b>8.733.101</b>	<b>7.076.212</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>8.834.133</b>	<b>7.243.704</b>	<b>28.277.872</b>	<b>26.397.266</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**LIGHT S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020**  
 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

Demonstrações de Resultados	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
RECEITA LÍQUIDA	31	-	-	14.897.920	13.073.468
CUSTO TOTAL	32	-	-	(12.476.958)	(9.878.188)
Custos com energia elétrica	32.1	-	-	(10.427.435)	(7.995.275)
Custos de operação	32	-	-	(2.049.523)	(1.882.913)
LUCRO BRUTO		-	-	2.420.962	3.195.280
Despesas gerais e administrativas	32	(21.804)	(15.791)	(1.190.023)	(1.291.504)
Outras receitas (despesas), líquidas		15.878	(390)	(40.014)	(94.284)
Resultado de equivalência patrimonial	15	402.969	706.277	(47.624)	(28.232)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		397.043	690.096	1.143.301	1.781.260
RESULTADO FINANCEIRO	33	2.769	1.826	(1.330.190)	(733.660)
Receita financeira		3.672	2.162	382.409	1.096.668
Despesa financeira		(903)	(336)	(1.712.599)	(1.830.328)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IR E CSLL		399.812	691.922	(186.889)	1.047.600
Imposto de renda e contribuição social correntes	10	(1.867)	-	4.252	(760.093)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	-	580.582	404.415
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		397.945	691.922	397.945	691.922
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (R\$ / Ação)	29.7	1,08	2,28	1,08	2,28

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



LIGHT S.A.  
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020  
(Em milhares de reais)

Demonstrações de Resultados Abrangentes	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício	397.945	691.922	397.945	691.922
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado em períodos subsequentes	-	-	-	-
Ganho (Perda) sobre passivos atuariais, líquido dos efeitos fiscais	3.516	(3.516)	3.516	(3.516)
<b>RESULTADO ABRANGENTE TOTAL</b>	<b>401.461</b>	<b>688.406</b>	<b>401.461</b>	<b>688.406</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.





## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021

Light S.A. CNPJ 03.378.521/0001-75  
Companhia de Capital Aberto

LIGT  
B3 LISTED NM  
ISEB3

LIGHT S.A.  
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA E CONSOLIDADO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020  
(Em milhares de reais)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	Notas	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS			AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
				RESERVA LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS	RESERVA ESPECIAL				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		4.051.285	3.179	342.526	1.614.998	-	320.049	(101.493)	-	6.230.544
Opções de ações outorgadas (stock options)	30	-	6.255	-	-	-	-	-	-	6.255
Dividendos não distribuídos	29.2.2	-	-	-	-	315.353	-	-	-	315.353
Lucro líquido do exercício	29.5	-	-	-	-	-	-	-	691.922	691.922
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado em períodos subsequentes										
Perda de passivo atuarial, líquido dos efeitos fiscais	24	-	-	-	-	-	-	(3.516)	-	(3.516)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos		-	-	-	-	-	(15.647)	-	15.633	(14)
Destinação do resultado do exercício:										
Constituição da reserva legal	29.5	-	-	34.596	-	-	-	-	(34.596)	-
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (R\$0,5407 / ação)	29.5	-	-	-	-	-	-	-	(164.332)	(164.332)
Constituição da reserva de retenção de lucros	29.5	-	-	-	508.627	-	-	-	(508.627)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		4.051.285	9.434	377.122	2.123.625	315.353	304.402	(105.009)	-	7.076.212
Aumento de capital com emissão de ações	29	1.372.425	-	-	-	-	-	-	-	1.372.425
(-) Gastos com emissão de ações		(31.513)	-	-	-	-	-	-	-	(31.513)
Opções de ações outorgadas (stock options)	30	-	9.028	-	-	-	-	-	-	9.028
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	397.945	397.945
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado em períodos subsequentes										
Ganho de passivo atuarial, líquido dos efeitos fiscais	24	-	-	-	-	-	-	3.516	-	3.516
Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos		-	-	-	-	-	(15.325)	-	15.325	-
Destinação do resultado do exercício:										
Constituição da reserva legal	29.5	-	-	19.897	-	-	-	-	(19.897)	-
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (R\$0,2628 / ação)	29.5	-	-	-	-	-	-	-	(94.512)	(94.512)
Constituição da reserva de retenção de lucros	29.5	-	-	-	298.861	-	-	-	(298.861)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		5.392.197	18.462	397.019	2.422.486	315.353	289.077	(101.493)	-	8.733.101

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



LIGHT S.A.  
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020  
(Em milhares de reais)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais		171.062	(2.052)	(42.045)	2.333.644
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		399.812	691.922	(186.889)	1.047.600
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	8/32	-	-	597.354	618.670
Depreciação e amortização	32	-	-	678.110	590.909
Perda (ganho) na venda ou baixa de intangível, imobilizado, investimento e arrendamento		-	-	(47.220)	36.846
Perdas cambiais e monetárias de atividades financeiras	33	-	-	743.095	773.636
Provisão e atualização financeira para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios e baixas e atualização financeira de depósitos vinculados a litígios		16	13	246.297	374.916
Ajuste a valor presente e antecipações de recebíveis		131	-	(1.291)	(825)
Despesa de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures e amortização dos custos	33	-	-	698.410	543.360
Juros sobre obrigações de arrendamento	25	-	-	6.013	7.287
Variação swap	33	-	-	(59.548)	(887.405)
Resultado de equivalência patrimonial	15	(402.969)	(706.277)	47.624	28.232
Atualização financeira dos créditos de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS		-	-	(14.219)	(27.815)
Opções de ações outorgadas (stock options)	30	9.028	6.255	9.028	6.255
Ganho em investimentos avaliados pelo custo		-	-	(3.161)	(2.574)
Perda na alienação da totalidade da participação em controladas em conjunto	15	-	-	-	42.602
Repactuação do GSF na controlada Light Energia	17	-	-	-	(433.829)
Valor justo do ativo financeiro da concessão	13/31	-	-	(574.231)	(242.872)
Constituição e atualização de ativos e passivos financeiros do setor		-	-	(1.265.115)	(1.233.120)
Variações nos ativos e passivos		165.044	6.035	(916.302)	1.091.771
Titulos e valores mobiliários		(2.710)	(432)	(109.039)	(17.660)
Consumidores, concessionárias e permissionárias		-	-	29.441	(1.238.947)
Dividendos recebidos		183.203	7.194	12.473	7.194
Tributos, contribuições e impostos, líquido		(372)	(95)	667.367	452.586
Ativos e passivos financeiros do setor		-	-	(239.281)	1.821.468
Estoques		-	-	(3.266)	(2.384)
Serviços prestados a receber		(645)	(799)	27.701	(13.668)
Despesas pagas antecipadamente		10	(222)	(3.771)	(1.823)
Depósitos vinculados a litígios		(194)	(30)	2.341	3.356
Outros créditos		(15.317)	1.519	(154.787)	(199.860)
Fornecedores		222	(881)	(1.309.399)	927.246
Obrigações trabalhistas		1.624	(78)	13.578	4.488
Pagamento das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios		-	-	(373.508)	(243.218)
Encargos regulatórios		-	-	38.299	(2.474)
Outros débitos		1.519	(141)	181.716	53.764
Instrumentos financeiros derivativos swaps		-	-	989.617	109.181
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	20/21	-	-	(627.011)	(516.663)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.296)	-	(58.773)	(50.815)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento		(1.355.378)	(61.734)	(1.957.518)	(2.706.894)
Aquisições de bens do ativo imobilizado		-	-	(219.601)	(131.274)
Aquisições de bens do ativo intangível e do ativo de contrato		-	-	(1.029.744)	(837.206)
Aumento de capital nas investidas	15	(1.366.222)	(101)	(45.492)	(1.288)
Resgate de aplicações financeiras		164.009	11.396	14.392.750	1.619.922
Aplicações financeiras		(153.165)	(73.029)	(15.055.431)	(3.357.048)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		1.176.580	-	1.743.140	30.112
Recebimento pela emissão de ações		1.340.912	-	1.340.912	-
Dividendos pagos		(164.332)	-	(164.332)	-
Pagamento de obrigações por arrendamento	25	-	-	(53.838)	(45.980)
Captação, líquida dos custos de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures e das cotas subordinadas – FDIC	20/21	-	-	5.448.589	1.483.984
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	20/21	-	-	(4.828.191)	(1.407.892)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		(7.736)	(63.786)	(256.423)	(343.138)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		7.745	71.531	653.200	996.338
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		9	7.745	396.777	653.200

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**LIGHT S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020**  
 (Em milhares de reais)

Demonstrações dos Valores Adicionados	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receitas		-	-	22.879.448	19.720.825
Venda de mercadorias, produtos e serviços		-	-	22.327.004	19.454.431
Receitas referentes à construção de ativos próprios		-	-	1.149.798	885.064
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	32	-	-	(597.354)	(618.670)
Insumos adquiridos de terceiros		11.647	(4.484)	(11.929.683)	(9.501.022)
Custo dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	32.1	-	-	(10.427.435)	(7.995.275)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		11.647	(4.484)	(1.502.248)	(1.505.747)
Valor adicionado bruto		11.647	(4.484)	10.949.765	10.219.803
Retenções		-	-	(678.110)	(590.909)
Depreciação e amortização	32	-	-	(678.110)	(590.909)
Valor adicionado líquido produzido		11.647	(4.484)	10.271.655	9.628.894
Valor adicionado recebido em transferência		406.641	708.439	334.785	1.068.436
Resultado de equivalência patrimonial	15	402.969	706.277	(47.624)	(28.232)
Receitas financeiras	33	3.672	2.162	382.409	1.096.668
Valor adicionado total a distribuir		418.288	703.955	10.606.440	10.697.330
Distribuição do valor adicionado		418.288	703.955	10.606.440	10.697.330
Pessoal		15.601	10.774	442.287	432.879
Remuneração direta		15.064	10.260	301.755	280.756
Benefícios		342	339	109.939	109.217
FGTS		195	175	29.511	32.683
Outros		-	-	1.082	10.223
Impostos, taxas e contribuições		2.930	715	7.929.786	7.622.380
Federais		2.884	713	2.962.856	3.369.032
Estaduais		-	-	4.953.323	4.236.673
Municipais		46	2	13.607	16.675
Remuneração de capitais de terceiros		1.812	544	1.836.422	1.950.149
Juros		685	219	1.715.715	1.859.529
Aluguéis		1.127	325	120.707	90.620
Remuneração de capitais próprios		397.945	691.922	397.945	691.922
Dividendos	29	94.512	164.332	94.512	164.332
Lucros retidos	29	303.433	527.590	303.433	527.590



LIGHT S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020  
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

---

A Light S.A. ("Light" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ - Brasil. A Light tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista, e a exploração, direta ou indiretamente, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como de outros serviços correlatos.

A Companhia é listada na "B3" (Brasil, Bolsa, Balcão) no segmento do Novo Mercado ("NM"), sob a sigla LIGT3 e no mercado de balcão americano (Over-the-Counter - OTC), sob a sigla LGSXY.

As controladas, controladas em conjunto e coligadas da Light compõem o Grupo Light ("Grupo Light" ou "Grupo"). As informações sobre as operações do Grupo são apresentadas na Nota 2.4, ao passo que as informações sobre operações entre partes relacionadas são apresentadas na Nota 28.

A Light S.A. é uma Companhia Aberta sem acionista controlador ("*full Corporation*") e sem acordo de acionistas.

### 1.1 Impactos da COVID-19

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde ("OMS") declarou o surto da COVID-19 como uma pandemia. As incertezas geradas pela disseminação da COVID-19 com suas variantes, provocaram interferências nas atividades econômicas, causando incertezas e impactos nas atividades do Setor Elétrico, em especial o segmento de Distribuição de energia durante os exercícios de 2020 e 2021.

A Companhia e suas controladas tem realizado esforços para minimizar os impactos decorrentes da pandemia nas operações e na sociedade, além de adotar algumas medidas de proteção à saúde, bem-estar e segurança dos seus colaboradores.

Em 26 de março de 2021, foi editada a Resolução ANEEL nº 928/2021, que suspendeu o corte de energia, até 30 de junho de 2021, por inadimplência das unidades consumidoras com aparelhos vitais à preservação da vida, dos consumidores de baixa renda, dos locais em que não haja postos de arrecadação em funcionamento e dos que estejam com suspensão da fatura impressa sem anuência prévia. Em 15 de junho de 2021, foi editada a Resolução ANEEL nº 936/2021 que prorrogou o período de vigência da Resolução ANEEL nº 928/2021 até 30 de setembro de 2021. Tendo em vista que não houve nova prorrogação do período de vigência da Resolução ANEEL nº 928/2021, a partir de 01 de outubro de 2021 foram retomadas as possibilidades de corte dessas unidades consumidoras.



Em 05 de abril de 2021, por meio do Despacho nº 939/2021, a ANEEL homologou o prazo de recolhimento e os valores das quotas mensais da CDE Conta-Covid, devidas pelas concessionárias e permissionárias de distribuição, para a amortização da operação de crédito contratada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") na gestão da Conta-Covid. O valor homologado referente à controlada Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Light SESA") foi de R\$523.787 divididos em 12 meses.

Em 23 de novembro de 2021, a Diretoria colegiada da ANEEL aprovou o resultado da 3ª Fase da Consulta Pública nº 035/2020, culminando na publicação da Resolução Normativa nº 952/2021. A referida Resolução, dispõe sobre a metodologia para avaliação e critérios de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro relacionado à queda do mercado e aumento da inadimplência provocados pela pandemia às distribuidoras de energia elétrica, cabendo à cada concessionária individualmente formular o requerimento junto à ANEEL.

#### Impacto nas Demonstrações Financeiras

Para o exercício de 2021, a Diretoria da Companhia avaliou o impacto da COVID-19 nos negócios do Grupo Light. Foram analisados temas como (i) desempenho da demanda e consumo de energia; (ii) impacto nos indicadores de perdas, arrecadação e inadimplência; (iii) variação dos indicadores macroeconômicos; (iv) acesso ao mercado de capitais, fluxo de caixa de curto e médio prazo; (v) redução no valor recuperável de ativos não financeiros; (vi) impactos nos *covenants* financeiros; e (vii) avaliação das premissas e incertezas de estimativas associadas à mensuração de ativos e passivos. A Diretoria não verificou variações significativas no resultado das empresas do Grupo em decorrência direta dos efeitos da pandemia em curso da COVID-19 que pudessem comprometer a capacidade operacional e a implantação de seus projetos.





## 1.2 Entidades do Grupo

A Companhia possui participação societária nas seguintes controladas e controladas em conjunto cujos objetivos principais são distribuição, geração e comercialização de energia elétrica:

Sociedade	Natureza jurídica	Atividade	Localidade
<b>CONTROLADAS</b>			
Light Serviços de Eletricidade S.A.	Capital aberto	Distribuição de energia elétrica, com área de concessão abrangendo 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro, incluindo a capital.	Rio de Janeiro
Light Energia S.A.	Capital aberto	Estudar, planejar, construir, operar e explorar sistemas de geração e transmissão, comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos ou autorizados.	Rio de Janeiro
Central Eólica Fontainha Ltda.	Capital fechado	Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada no Estado do Ceará com potência nominal de 16 MW <sup>(a)</sup> . Empresa encerrada em janeiro de 2022.	Ceará
Central Eólica São Judas Tadeu Ltda.	Capital fechado	Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada no Estado do Ceará com potência nominal de 18 MW <sup>(a)</sup> . Empresa encerrada em janeiro de 2022.	Ceará
Lajes Energia S.A.	Capital fechado	Análise da viabilidade técnica e econômica, a elaboração do projeto, a implantação, operação, manutenção e exploração comercial da PCH Lajes, com potência nominal de 17 MW <sup>(a)</sup> . Em 08 de julho de 2014, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 4.734/14 que transferiu a concessão da PCH Lajes da Light Energia para a Lajes Energia.	Rio de Janeiro
Light Com Comercializadora de Energia S.A. ("Lightcom")	Capital fechado	Compra, venda, importação, exportação de energia e a prestação de serviços de consultoria no setor de energia.	São Paulo
Light Soluções em Eletricidade S.A.	Limitada	Prestação de serviços aos clientes de baixa tensão contemplando montagem, reforma e manutenção de instalações em geral.	Rio de Janeiro
Instituto Light	Pessoa Jurídica	Participar em projetos sociais e culturais, com interesse no desenvolvimento econômico e social das cidades, reafirmando a vocação da Companhia como empresa cidadã.	Rio de Janeiro
Light Conecta Ltda.	Capital fechado	Realização de projeto, construção, instalação, operação e exploração de usinas de geração de energia elétrica, bem como, a realização de compra, venda, importação, exportação de energia elétrica, térmica, gases e utilidades industriais, prestação de serviços de consultoria no setor de energia, locação de bens móveis e imóveis, além de aquisição e comercialização de mercadorias vinculadas à atividade e realização de estudos, projetos, implementação, operação e manutenção de obras, construções e instalações, de qualquer natureza ou especialidade.	Rio de Janeiro
Consórcio UHE Itaocara	Capital fechado	Constituído para a exploração da Usina Hidrelétrica de Itaocara, controlada em conjunto pela Light Conecta (51%) e pela Cemig GT (49%). Em 30 de abril de 2015, o Consórcio UHE Itaocara sagrou-se vencedor no Leilão A-5 realizado pela ANEEL, relacionado à concessão da Usina Hidrelétrica de Itaocara.	Rio de Janeiro
<b>CONTROLADAS EM CONJUNTO</b>			
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	Capital fechado	Controlada em conjunto pela Light Conecta (51%) e pela Cemig GT (49%), foi constituída para construir a UHE Itaocara e tem como objeto a concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica Itaocara I, conforme contrato de concessão nº01/2015 celebrado com a União. O Projeto Itaocara não será desenvolvido e a UHE Itaocara S.A. rescindiu a totalidade dos seus contratos de venda de energia (CCEARS) e está buscando com a ANEEL uma solução equilibrada para a devolução da concessão.	Rio de Janeiro
Axxiom Soluções Tecnológicas ("Axxiom")	Capital fechado	Oferta de soluções de tecnologia e sistemas para gestão operacional de concessionárias de serviços públicos, incluindo empresas de energia elétrica, gás, água, esgoto e demais empresas de utilidades. Controlada em conjunto pela Light S.A. (51%) e pela CEMIG (49%).	Minas Gerais
Amazônia Energia S.A. ("Amazônia Energia")	Capital fechado	Participar e administrar o capital social da Norte Energia S.A. ("NESA"), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará. Controlada em conjunto pela Light S.A. (25,5%) e pela Cemig GT (74,5%), a participação da Amazônia Energia na NESA é de 9,8% do capital. Em 26 de agosto de 2010, a NESA assinou Contrato de Concessão nº 001/10 com a União através do MME - Ministério de Minas e Energia, para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos a partir da assinatura do referido contrato. Ainda de acordo com o referido contrato, 70% da energia assegurada da usina será destinada ao mercado regulado, 10% para os autoprodutores e 20% destinada ao mercado livre (ACL).	Brasília
<b>CONTROLADAS EM CONJUNTO MANTIDAS PARA VENDA</b>			
Lightger S.A.	Capital fechado	Participação em leilões de concessões, autorizações e permissões em novas usinas. A Lightger construiu e opera a PCH Paracambi. Controlada em conjunto pela Light S.A. (51%) e pela Cemig GT (49%), a Lightger tem capacidade instalada de 25,7 MW <sup>(a)</sup> e 19,5 MW <sup>(a)</sup> de garantia física.	Minas Gerais
Guanhães Energia S.A.	Capital fechado	Criada com a finalidade de implantar e explorar quatro Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), situadas no estado de Minas Gerais, que totalizam 44 MW <sup>(a)</sup> de Potência Instalada. Controlada em conjunto pela Light Energia (51%) e pela Cemig Geração e Transmissão S.A. - ("Cemig GT") (49%).	Minas Gerais

<sup>(a)</sup> Não auditado pelos auditores independentes



### 1.3 Concessões do Grupo Light

Segue abaixo o resumo das concessões do Grupo Light vigentes em 31 de dezembro de 2021:

Concessões	Contrato de concessão	Data de vencimento
Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Light SESA")	Junho de 1996	Junho de 2026
Light Energia S.A. ("Light Energia")	Junho de 1996	Entre março e julho de 2028 <sup>(a)</sup>
Lajes Energia S.A. ("Lajes Energia")	Julho de 2014	Maio de 2026

<sup>(a)</sup> Vencimentos distintos das usinas de Pereira Passos, Nilo Peçanha, Ilha dos Pombos, Santa Branca e Fontes Nova.

A controlada Light SESA, por ser uma concessionária de distribuição de energia elétrica e não controlar os ativos subjacentes, aplica o IFRIC 12/ICPC 01 e utiliza o modelo bifurcado em virtude das empresas do segmento serem remuneradas: (i) pelo Poder Concedente, no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão (ativo financeiro da concessão); e (ii) pelos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica (ativo intangível).

Para as controladas Light Energia e Lajes Energia, não é aplicado o IFRIC 12/ICPC 01, pois as mesmas não aplicam tarifas definidas pelo Poder Concedente, conforme exigido na norma.



## 2. BASE DE PREPARAÇÃO

---

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Diretoria na sua gestão.

Em 24 de março de 2022, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

### 2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros (Nota 34) e ativos mantidos para venda (Nota 5), mensurados pelos seus valores justos e pelos seus valores justos menos despesas com vendas, de acordo com as normas aplicáveis, respectivamente.

### 2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.



## 2.4 Consolidação do Grupo Light

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo incluem:

Sociedades controladas	Atividade	31.12.2021 e 31.12.2020		
		Forma de avaliação	Participação direta (%)	Participação indireta (%)
Light SESA	Distribuição	Consolidação	100,0	-
Light Energia	Geração hidráulica	Consolidação	100,0	-
Fontainha	Geração eólica	Consolidação	-	100,0
São Judas Tadeu	Geração eólica	Consolidação	-	100,0
Lajes Energia	Geração hidráulica	Consolidação	-	100,0
Lightcom	Comercialização	Consolidação	100,0	-
Light Soluções	Serviços	Consolidação	100,0	-
Instituto Light	Outros	Consolidação	100,0	-
Light Conecta	Serviços	Consolidação	100,0	-
Consórcio UHE Itaocara	Geração hidráulica	Consolidação	-	51,0



## 2.5 Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, requer que a Diretoria faça julgamentos, adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas são revisadas continuamente e os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os ajustes oriundos dessas revisões são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

Notas	Estimativa e julgamentos significativos
5	Ativos classificados como mantidos para venda
8	Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)
9	Realização dos créditos de PIS e COFINS sobre ICMS e valores a serem restituídos a consumidores
10	Recuperação do imposto e renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias
12	Ativos e passivos financeiros do setor
13	Ativo financeiro da concessão
22	Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios
23	Contingências
24	Benefícios pós-emprego
30	Pagamento baseado em ações
31.1	Fornecimento não faturado
32.1	Provisão para compra de energia elétrica
34	Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros



### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

---

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas estão descritas a seguir:

#### 3.1 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

O Grupo classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias:

##### Valor justo por meio do resultado

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição. São mensurados pelo valor novo de reposição ("VNR"), equivalentes ao valor justo na data das demonstrações financeiras. A controlada Light SESA reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando existe um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder público concedente, ou sob a direção da concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestados.

Nesta categoria encontram-se também os certificados de depósito bancário (CDB), as cotas de fundos de investimento e os instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos financeiros derivativos (operações de *swap*) são instrumentos mantidos para regular as exposições de riscos de variação de moeda estrangeira, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

##### Custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas dos passivos financeiros são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Encontram-se nesta categoria o numerário disponível, os valores a receber com consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes, serviços prestados a receber, depósitos vinculados a litígios, ativos e passivos financeiros do setor, valores a receber de partes relacionadas, outros créditos, fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures, obrigações por arrendamento mercantil e outros débitos.



## Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e
- O Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

### 3.2 Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. O Grupo não adota a contabilidade de hedge (*hedge accounting*) e designa seus derivativos como:



### Hedge do valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido.

Para hedges de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do hedge, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto.

Se o item objeto de hedge for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado.

### 3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são pós-fixadas e correspondem a operações realizadas com instituições que atuam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, garantia de recompra diária pela instituição financeira, a uma taxa previamente estabelecida pelas partes e remuneração, em sua maioria, pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com perda insignificante de valor em caso de resgate antecipado.





### 3.4 Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes

Incluem o fornecimento e suprimento da energia elétrica, faturado e a faturar, comercialização de energia, acréscimos moratórios, juros oriundos de atraso no pagamento, encargos de uso da rede elétrica e energia comercializada a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

O Grupo utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para as contas a receber. A matriz de provisão baseia-se na experiência real de perda de crédito, considerando o histórico de inadimplência dos últimos três anos e segregado em faturamento regular, parcelamentos e faturas oriundas de recuperação de energia, por classe de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público). O Grupo revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Além disso, quando aplicável, para o segmento de poder público, iluminação pública e serviço público são consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo critério julgamental que reporte a expectativa de perda esperada para esses clientes.

### 3.5 Estoques

Os estoques estão registrados ao custo médio de aquisição. Quando aplicável, o saldo será deduzido de provisões para perdas. Os materiais em estoque são classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo).

### 3.6 Ativos e passivos financeiros do setor

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados (Parcela A e outros componentes financeiros) que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

Esses valores serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção da concessão.



### 3.7 Ativos não circulantes mantidos para venda

A Companhia e suas controladas classificam um ativo não circulante como mantido para venda quando o seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Esses ativos são mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de venda são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídos as financeiras e os tributos sobre o lucro.

Ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente como itens circulantes no balanço patrimonial. Os dividendos recebidos de empreendimentos controlados em conjunto classificados como mantidos para venda são reconhecidos no resultado, tendo em vista a interrupção da mensuração pelo método da equivalência patrimonial.

### 3.8 Investimentos

A Companhia detém investimentos em empresas controladas e controladas em conjunto. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e são, inicialmente, reconhecidos pelo custo de aquisição, sendo este mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

Anualmente, a Companhia avalia se há evidência objetiva de que o investimento sofreu perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), sendo que esta perda é o resultado da diferença entre o valor recuperável do investimento e o seu valor contábil.



### 3.9 Ativo financeiro da concessão

A controlada Light SESA reconhece um ativo financeiro decorrente do contrato de concessão quando possui um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente ou da parte por ele indicada ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Tais ativos financeiros correspondem à parcela dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão e são avaliados com base no Valor Novo de Reposição (VNR), equivalente ao valor justo, acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") e tendo como referência os valores homologados pela ANEEL da base de remuneração de ativos nos processos de revisão tarifária.

### 3.10 Ativo de contrato

Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores ou receber uma indenização ao final da concessão para os ativos ainda não amortizados. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

### 3.11 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo de aquisição ou formação, incluindo custo atribuído, encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada e de perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

A depreciação é calculada pelo método linear, em contrapartida ao resultado do exercício, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Para os ativos imobilizados que não possuem garantia de indenização, como no caso dos ativos da Lajes Energia, os itens são depreciados pelo método linear até o limite da concessão ou depreciados pela vida útil do bem, dos dois, o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na Nota 16.

Eventuais ajustes nos métodos de depreciação, nas vidas úteis ou nos valores residuais são reconhecidos e ajustados de forma prospectiva.



### 3.12 Ativo intangível

Para os ativos intangíveis de distribuição de energia elétrica, a parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão, usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Os ativos intangíveis compreendem, principalmente, os softwares adquiridos de terceiros e os ativos referentes aos contratos de concessão. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangíveis, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na demonstração de resultado.

### 3.13 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Diretoria revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

### 3.14 Arrendamentos

O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento e aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração, exceto para arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor individual.

#### 3.14.1 Ativos de direito de uso

O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento mensurados pelo valor presente. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.



### 3.14.2 Passivos de arrendamento

Os passivos de arrendamentos são inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo dos contratos. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas.

### 3.14.3 Estimativa da taxa incremental de arrendamentos

Os arrendamentos vigentes não possuem sua taxa de juros implícita prontamente identificável, motivo pelo qual a Companhia considera a taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos de arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao tomar empréstimos, por prazo semelhante, para obter os recursos necessários para a aquisição de ativos com valores similares ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Companhia calcula a taxa incremental usando dados observáveis, quando disponíveis.

## 3.15 Benefícios a empregados

### 3.15.1 Benefícios de longo prazo – pós emprego

A Companhia possui planos de contribuição definida e de benefício definido. Os planos de benefícios de longo prazo - pós emprego (previdência) são financiados por meio de contribuições de participantes e patrocinadora aos fundos de pensão, conforme determinado por cálculos atuariais periódicos.

As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesa com pessoal quando incorridas.

A obrigação líquida do Grupo quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente, para cada plano, através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferirão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o maior valor entre a dívida pactuada com a Fundação de Seguridade Social Braslight para amortização das obrigações atuariais e o valor presente da obrigação atuarial, calculada por meio de laudo atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano.

Anualmente é realizado um cálculo para avaliação atuarial dos planos existentes por atuário independente. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais (remensurações do valor líquido de passivo ou ativo de benefício definido) são reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes e não são transferidos para lucros ou prejuízos acumulados.



### 3.15.2 Benefícios de curto prazo a empregados

As obrigações de benefícios de curto prazo a empregados referem-se aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros, e é provisionada em conformidade com o acordo coletivo na rubrica de despesa com pessoal (Participação dos Empregados e Administradores) no resultado do exercício.

### 3.16 Plano de outorga de opção de compra de ações

A Companhia possui plano de remuneração baseado em ações que tem por objetivo permitir que as pessoas elegíveis, sujeito a determinadas condições, adquiram ações, com vista a estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos das pessoas elegíveis.

Poderão ser eleitos como participantes de opções nos termos do plano, os administradores e empregados da Companhia ou de outras sociedades sob o seu controle, desde que aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

Os efeitos do plano de remuneração baseado em ações são calculados com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais outorgados e reconhecidos no balanço patrimonial e na demonstração de resultados conforme as condições contratuais sejam atendidas.

### 3.17 Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras. A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao regime do lucro real de apuração dos tributos sobre o resultado.

#### 3.17.1 Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos vigentes.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

#### 3.17.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributáveis temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.



O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, seja no resultado, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pelo Grupo se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

A Companhia e suas controladas avaliam periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulação fiscal requer interpretação e estabelece provisões e/ou divulgações quando apropriado.

### 3.18 Provisões

#### 3.18.1 Geral

São reconhecidas quando o Grupo possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

#### 3.18.2 Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

O Grupo é parte em diversos processos judiciais e administrativos, logo, as provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos econômicos seja requerida para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e a opinião da Diretoria, quando aplicável. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.



### 3.19 Reconhecimento de receitas

As receitas do Grupo são reconhecidas quando uma obrigação de performance for satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado a essa obrigação de performance. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita proveniente de um contrato com cliente quando a expectativa de recebimento for provável, levando em consideração a intenção de pagamento do cliente.

#### 3.19.1 Receita de fornecimento de energia elétrica e receita de uso da rede

As receitas de venda de energia são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação, com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. A Companhia mensura e reconhece as receitas de fornecimento de energia para os consumidores finais de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela distribuidora.

A receita não faturada de fornecimento de energia elétrica corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada tomando como base ciclos de leitura. O efeito nas demonstrações financeiras da diferença entre a estimativa e o realizado é considerado imaterial.

A receita de operações venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos valor justo da contraprestação a receber no momento em que as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças (PLD).

As receitas de uso da rede de distribuição (TUSD) recebidas de outras concessionárias e consumidores livres são contabilizadas quando há o uso da rede de distribuição pelo cliente. A receita pela distribuição não faturada é contabilizada com base na receita auferida, porém, com faturas emitidas nos primeiros dias do mês posterior.

#### 3.19.2 Receita de serviços

As receitas de serviços são reconhecidas à medida que as obrigações de performances determinadas em contrato são transferidas ao cliente e a possibilidade do recebimento da contraprestação financeira for provável.

#### 3.19.3 Receita de construção

A receita de construção corresponde à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura, substanciada nos investimentos em ativos da concessão realizados pela Companhia no exercício. O reconhecimento dessa receita está diretamente relacionado aos gastos incorridos com a construção dos ativos da infraestrutura de concessão. Considerando que o modelo regulatório vigente não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, sendo assim a margem de construção adotada foi estabelecida como sendo igual a zero.

